

China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais.

As Relações com os Países de Língua Portuguesa

Carla Isabel Patrício Fernandes

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais

Especialidade de Estudos Políticos de Área

Junho, 2013

China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais.

As Relações com os Países de Língua Portuguesa

Carla Isabel Patrício Fernandes

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais

Especialidade de Estudos Políticos de Área

Junho, 2013

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

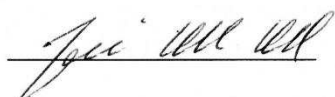
O candidato,



Lisboa, 22 de Junho de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Lisboa, 22 de junho de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O Co-orientador,



Lisboa, 22 de junho de 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais, Especialidade de Estudos Políticos de Área realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Esteves Pereira e Doutor Félix Ribeiro

*Nada seria mais equivocado do que julgar
a China segundo nossos critérios europeus*

Lorde Macartney, 1794

*Tal como a China precisa de conhecer melhor o mundo,
também o mundo precisa de conhecer melhor a China*

Xi Jinping, 15 de Novembro 2012

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, os meus agradecimentos vão para os que me ajudaram na no meu doutoramento, aos meus orientadores, Professor Doutor José Esteves Pereira e Doutor António Félix Ribeiro. Um especial obrigada ao Professor Doutor José Esteves Pereira pelo incentivo e grande apoio para que efectuasse o doutoramento e ao Doutor Félix, pela sua partilha do saber, recomendações e cordialidade com que sempre me recebeu.

Um agradecimento muito especial ao meu companheiro Rui Jorge pelo grande incentivo, força e paciência em apoiar-me ao longo da realização desta tese. Os intensos e frutuossos debates foram importantes para a investigação e para a concretização deste trabalho.

Agradeço a toda a minha família, aos meus pais e irmãs, o apoio e a força que me deram ao longo destes quatro anos.

Quero agradecer também a todos os meus amigos sempre prontos em apoiar-me, especialmente à Professora Doutora Aline Bazenga e ao Professor Doutor Paulo Duarte, pela força, comentários e sugestões, e apoio na revisão deste trabalho.

O meu reconhecimento vai também para todos que directa ou indirectamente, contribuíram para o trabalho realizado: Professora Doutora Teresa Rodrigues, Doutor Lucas da Costa, Doutor José Manuel Pinto, Mestre Loro Horta, Doutor Rui Miguel Silva Ponto.

Por último, não posso deixar de demonstrar o meu agradecimento às instituições que me acolheram, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Universidade da Paz em Timor-Leste, e que me apoiaram com bolsa de doutoramento, a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A todos, o meu muito obrigado.

China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais.

As relações com os Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil e Timor-Leste

Carla Isabel Patrício Fernandes

RESUMO: As preocupações com a segurança energética são motivadas pela crescente demanda global por energia, pelo aumento da dependência das importações de energia, os altos preços do petróleo e a perspectiva de escassez futura de petróleo e gás. Essas preocupações são exacerbadas por eventos externos, tais como a volatilidade em alguns países produtores de energia, ataques a infra-estruturas energéticas e a pirataria. Em resposta aos riscos e ameaças para a segurança energética, alguns países têm procurado novas alianças estratégicas e de cooperação entre os principais *players* do mercado de energia, enquanto para outros o acesso às fontes de energia é fonte de tensão, de rivalidade e de conflito. Assim, torna-se importante analisar como é que a segurança energética está a moldar as relações internacionais contemporâneas, em particular entre as economias emergentes que são responsáveis por mais de metade do aumento do consumo energético no mundo. Neste sentido, o objecto da nossa investigação passa pela análise da relação da China com os Países de Língua Portuguesa, dentro da estratégia externa chinesa de segurança energética. Num espaço de trinta anos, a emergência da China, de uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. Porém, essa emergência é acompanhada por grandes desafios, nomeadamente a necessidade cada vez maior de recursos minerais e energéticos. A RPC é, actualmente, o maior consumidor de energia e o segundo maior importador de petróleo. Para Pequim, a segurança energética é uma preocupação recente, mas de extrema importância para o contínuo desenvolvimento económico, para a estabilidade político-social e para a segurança nacional. Para analisar como é que as preocupações com a segurança energética na China podem moldar as relações da RPC com os países de Língua Portuguesa foram escolhidos três estudos de caso: Angola, Brasil, como países exportadores de petróleo e Timor-Leste, como potencial exportador de gás. Através de uma análise comparativa avaliámos o contributo desses três países para a segurança de fornecimento energético da RPC, tendo como escopo da nossa análise como é que as relações com estes países espelham as preocupações da China com a segurança energética.

PALAVRAS-CHAVE: República Popular da China, Segurança Energética, Diplomacia Energética, Países de Língua Portuguesa, Angola, Brasil, Timor-Leste,

ABSTRACT. Concerns about energy security are motivated by the growing global demand for energy by increasing dependence on energy imports, high oil prices and the prospect of future scarcity of oil and gas. These concerns are exacerbated by external events, such as volatility in some countries energy producers, attacks on energy infrastructure and piracy. In response to the risks and threats to energy security, some countries have sought new strategic alliances and cooperation among key players in the energy market, while for other countries access to energy sources is a cause of tension, rivalry and conflict. Therefore, it's important to analyze how energy security is shaping the contemporary international relations, particularly among emerging economies that account for more than half of the increase in energy consumption in the world. In this sense, the subject of our research involves the analysis of the relationship between China and the Portuguese Speaking Countries, within the external strategy of Chinese energy security. In the space of thirty years, the emergence of China, from an isolated economy to a major market forces in the world, is a feat unparalleled in the history of humankind. However, this emergence is accompanied by major challenges, including the increasing need of energy and mineral resources. The PRC is currently the largest consumer of energy and the second largest importer of oil. For Beijing, energy security is a recent concern, but extremely important for the continued economic development, political and social stability and national security. To analyze how concerns about energy security in China can shape the PRC's relations with Portuguese-speaking countries were chosen three case studies: Angola, Brazil, as oil-exporting countries and East Timor as a potential gas exporting country. Through a comparative analysis we evaluated the contribution of these three countries to the security of energy supply of the PRC, with the scope of our analysis of how the relations with these countries reflect China's concerns about energy security.

KEYWORDS: People's Republic of China, Energy Security, Energy Diplomacy, Portuguese Speaking Countries, Angola, Brazil, East Timor

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| Lista de Figuras | XIII |
| Lista de Mapas..... | XIII |
| Lista de Tabelas | XIV |
| Lista dos Imagens | XV |
| Lista dos Anexos | XV |
| Lista de Abreviaturas e Acrónimos | XVII |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO I – Enquadramento do Objecto de Estudo..... | 15 |
| 1.1. Relevância, Objecto e Objectivos do Estudo | 15 |
| 1.1.1. <i>A Segurança Energética</i> | 30 |
| 1.2. Metodologia | 47 |
| 1.3. Enquadramento Teórico | 55 |
| 1.3.2. <i>Enquadramento do tema na Teoria das Relações Internacionais</i> | 55 |
| CAPÍTULO II – A Questão Energética Chinesa..... | 67 |
| 2.1. Da Auto-suficiência à Contínua Dependência..... | 67 |
| 2.2. O Panorama Energético Chinês | 79 |
| 2.2.1. <i>O Carvão</i> | 81 |
| 2.2.2. <i>O Petróleo</i> | 90 |
| 2.2.3. <i>O Gás Natural</i> | 103 |
| 2.2.4. <i>A Energia Nuclear</i> | 118 |
| 2.2.5. <i>As Energias Renováveis e Hidroeléctrica</i> | 121 |
| 2.3. A Insegurança Energética Chinesa: riscos e ameaças..... | 123 |

| | |
|--|-----|
| 2.4. A Segurança Energética na China | 136 |
| CAPÍTULO III – Medidas Externas para a Segurança Energética | 155 |
| 3.1. A Segurança Energética e a Diplomacia Energética..... | 155 |
| 3.2. A Diplomacia Energética e o Going Out | 163 |
| 3.3. A Diplomacia Energética para os Países Produtores | 181 |
| 3.3.1. <i>O Médio Oriente e a Segurança Energética Chinesa</i> | 183 |
| 3.3.2. <i>Rússia e a Ásia Central e a Segurança Energética Chinesa</i> | 201 |
| 3.3.3. <i>África e a Segurança Energética Chinesa</i> | 215 |
| 3.3.4. <i>A América Latina e a Segurança Energética Chinesa</i> | 224 |
| 3.4. A Diplomacia para os Países por onde atravessam os Corredores de Energia | 233 |
| 3.4.1. <i>Os Corredores Terrestres e a Segurança Energética Chinesa</i> | 233 |
| 3.4.2. <i>O Afeganistão e a Segurança energética Chinesa</i> | 250 |
| 3.4.3. <i>Os Corredores Marítimos e a Segurança Energética Chinesa</i> | 257 |
| 3.5. A Diplomacia Energética para Países cujos interesses Energéticos podem colidir com os de Pequim | 271 |
| 3.5.1. <i>A China e a Índia</i> | 272 |
| 3.5.2. <i>A China e o Japão</i> | 282 |
| CAPÍTULO IV - A RPC e os Países de Língua Portuguesa..... | 295 |
| 4.1. China e os Países de Língua Portuguesa..... | 295 |
| 4.2. O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa..... | 317 |
| 4.3. A Relação entre a China e Angola | 323 |
| 4.3.1. <i>Desenvolvimento das Relações Bilaterais</i> | 323 |
| 4.3.2. <i>Os Recursos Energéticos de Angola</i> | 330 |
| 4.3.3. <i>A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos de Angola</i> | 337 |

| | |
|---|-----|
| 4.3.4 Comércio Bilateral entre a China e Angola e o Petróleo | 345 |
| 4.3.5. A Cooperação Chinesa e o “Angola Mode” | 353 |
| 4.4. A Relação entre a China e o Brasil | 359 |
| 4.4.1. Desenvolvimento das Relações Bilaterais | 359 |
| 4.4.2 Os Recursos Energéticos do Brasil | 369 |
| 4.4.3. A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos do Brasil..... | 378 |
| 4.4.4.O Comércio Bilateral entre a China e o Brasil e o Petróleo | 394 |
| 4.4.5. A Cooperação Chinesa no Brasil | 401 |
| 4.5. A Relação entre a China e Timor-Leste..... | 407 |
| 4.5.1. Desenvolvimento das Relações Bilaterais | 407 |
| 4.5.2 Os Recursos Energéticos de Timor-Leste..... | 422 |
| 4.5.3. A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos de Timor-Leste | 430 |
| 4.5.4. O Comércio Bilateral China-Timor Leste | 437 |
| 4.5.5. A Cooperação Chinesa em Timor-Leste..... | 440 |
| CONCLUSÃO..... | 447 |
| BIBLIOGRAFIA | 476 |
| ANEXOS | 555 |

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO I. PRODUÇÃO E CONSUMO DE PETRÓLEO NA RPC (1980-2008) | 74 |
| GRÁFICO II. TOTAL DE ENERGIA CONSUMIDA POR GÉNERO, 2009 | 82 |
| GRÁFICO III. PRODUÇÃO E CONSUMO DE CARVÃO, 2000-2011 | 84 |
| GRÁFICO IV. CONSUMO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, 2000-2011 | 96 |
| GRÁFICO V. IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS (%), 2010 | 97 |
| GRÁFICO VI. IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS, 2011 | 98 |
| GRÁFICO VII. PRODUÇÃO E CONSUMO DE GÁS NATURAL, 2000-2010 | 110 |
| GRÁFICO VIII. IMPORTAÇÕES DE GÁS NATURAL POR PAÍS, 2010 | 115 |
| GRÁFICO IX. ESTIMATIVA DO EQUITY OIL CHINÊS NOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO | 177 |
| GRÁFICO X. GUERRA, SANÇÕES, E A EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO DO IRAQUE PARA A CHINA | 187 |
| GRÁFICO XI. COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES ANGOLANAS DA CHINA, 2008 | 348 |
| GRÁFICO XII. EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO ANGOLANO PARA A RPC E EUA | 350 |
| GRÁFICO XIII. ESQUEMA DO “ANGOLA MODE” | 354 |
| GRÁFICO XIV. PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (EM PERCENTAGEM) | 394 |

Lista de Mapas

| | |
|--|-----|
| MAPA I. REGIÕES DESENVOLVIDAS E GRANDES CIDADES NA CHINA, 2009 | 76 |
| MAPA II. REPARTIÇÃO REGIONAL DO PIB (2009) | 76 |
| MAPA III. LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS DE CARVÃO | 83 |
| MAPA IV. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA APROXIMADA DOS NOVE CAMPOS DE PETRÓLEO | 90 |
| MAPA V. LOCALIZAÇÃO DOS MAIORES DEPÓSITOS DE PETRÓLEO NA CHINA | 93 |
| MAPA VI. RECURSOS DE GÁS NA CHINA | 104 |
| MAPA VII. OLEODUTOS EXISTENTES E PROJECTADOS | 235 |
| MAPA VIII. O OLEODUTO CAZAQUISTÃO-CHINA | 236 |
| MAPA IX. OLEODUTO SIBÉRIA ORIENTAL-OCEANO PACÍFICO-CHINA | 240 |
| MAPA X. GASODUTOS TAPI E IPI | 252 |
| MAPA XI. LOCALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO AFGANISTÃO | 254 |
| MAPA XII. A ESTRATÉGIA “COLAR DE PÉROLAS” E AS LINHAS DE TRANSPORTE DE PETRÓLEO | 260 |
| MAPA XIII. INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE A PARTIR DE GWADAR | 262 |
| MAPA XIV. DELIMITAÇÃO DA ZEE, ZONA DISPUTADA E CAMPOS DE GÁS DA CHINA E DO JAPÃO | 289 |

| | |
|---|-----|
| MAPA XV. LOCALIZAÇÃO DAS JAZIDAS PETROLÍFERAS DO PRÉ-SAL | 375 |
| MAPA XVI. ACTIVOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA REPSOL SINOPEC BRASIL | 386 |
| MAPA XVII. ÁREA CONJUNTA DE DESENVOLVIMENTO PETROLÍFERO NO MAR DE TIMOR | 425 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|-----|
| TABELA I. CONSUMO DE PETRÓLEO POR SECTOR, 1990-2009 (%) | 77 |
| TABELA II. CARACTERÍSTICAS DOS MAIORES CAMPOS DE PETRÓLEO..... | 91 |
| TABELA III. IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO POR REGIÃO, 2010-2011..... | 98 |
| TABELA IV. RESERVAS ESTRATÉGICAS DE PETRÓLEO | 102 |
| TABELA V. CAPACIDADE DE RESERVA DE PETRÓLEO COMERCIAL | 103 |
| TABELA VI. ROTAS DE TRANSPORTE DO PETRÓLEO CHINÊS, ATÉ 2005 | 125 |
| TABELA VII. EMPRÉSTIMOS DO CDB PARA FORNECIMENTOS DE PETRÓLEO E DE GÁS A LONGO PRAZO 2009-2011 | 172 |
| TABELA VIII. PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM PAÍSES PRODUTORES | 182 |
| TABELA IX. IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO POR ORIGEM (% NO TOTAL), 1900-2011 | 185 |
| TABELA X. PROJECTOS NO IRÃO COM PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS CHINESAS..... | 196 |
| TABELA XI. REGISTO DE VOTO DOS MEMBROS PERMANENTES DO CSNU EM COMPARAÇÃO COM A RPC, 1974-2008 | 209 |
| TABELA XII. “EMPRÉSTIMOS-POR-PETRÓLEO” NA AMÉRICA LATINA | 228 |
| TABELA XIII. OLEODUTOS E GASODUTOS TRANSNACIONAIS PARA A CHINA | 234 |
| TABELA XIV. COOPERAÇÃO DA CHINA E DA ÍNDIA NA SEGURANÇA ENERGÉTICA | 281 |
| TABELA XV. ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES RPC-PLP | 295 |
| TABELA XVI. CARACTERIZAÇÃO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA..... | 296 |
| TABELA XVII. ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DE QUE OS PLP SÃO MEMBROS..... | 298 |
| TABELA XVIII. PRINCIPAIS RECURSOS DOS PAÍSES LUSÓFONOS (2011) | 302 |
| TABELA XIX. VISITAS BILATERAIS ANGOLA-CHINA, 1988-2011 | 327 |
| TABELA XX. EXPORTAÇÕES POR DESTINO DE PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO (%)..... | 334 |
| TABELA XXI. PARTICIPAÇÃO DA SONANGOL SINOPEC INTERNATIONAL NO PETRÓLEO ANGOLANO..... | 341 |
| TABELA XXII. PARTICIPAÇÃO DA CHINA SONANGOL INTERNATIONAL HOLDING NO PETRÓLEO ANGOLANO | 344 |
| TABELA XXIII. COMÉRCIO BILATERAL 2003-2011 | 346 |
| TABELA XXIV. PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO ANGOLANO, 2006-2010..... | 349 |
| TABELA XXV. “EMPRÉSTIMOS-POR-PETRÓLEO” CHINESES EM ANGOLA | 357 |
| TABELA XXVI. VISITAS BILATERAIS CHINA-BRASIL, 1960-2012 | 368 |
| TABELA XXVII. PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA..... | 371 |
| TABELA XXVIII. PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESES NO SECTOR ENERGÉTICO BRASILEIRO..... | 390 |

| | |
|---|-----|
| TABELA XXIX. ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS CHINESES POR SECTOR ECONÓMICO – 2003-2011 | 392 |
| TABELA XXX. COMÉRCIO BILATERAL CHINA-BRASIL, 2000-2012 | 396 |
| TABELA XXXI. BRASIL-CHINA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FACTOR AGREGADO | 397 |
| TABELA XXXII. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA A CHINA, 2003-2012 | 399 |
| TABELA XXXIII. EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRASILEIRO PARA A CHINA, 2000-2012 | 400 |
| TABELA XXXIV. POPULAÇÃO CHINESA EM TIMOR ENTRE 1927-1970..... | 413 |
| TABELA XXXV. VISITAS BILATERAIS CHINA-TIMOR, 2003-2012 | 419 |
| TABELA XXXVI. COMÉRCIO BILATERAL CHINA-TIMOR, 2003-2011..... | 439 |

Lista dos Imagens

| | |
|---|-----|
| IMAGEM 1. BACIAS DO PRÉ-SAL DO BRASIL E DE ANGOLA | 336 |
| IMAGEM 2. PROJECTO TASI MANE..... | 429 |

Lista dos Anexos

| | |
|---|-----|
| ANEXO I. TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB DA RPC 1980-2011 (%) | 556 |
| ANEXO II. MAPA DA CHINA | 556 |
| ANEXO III. DENSIDADE POPULACIONAL NA CHINA..... | 557 |
| ANEXO IV. OS 15 PAÍSES COM MAIORES GASTOS MILITARES | 557 |
| ANEXO V. PERCENTAGEM DA OPEP NO TOTAL DAS RESERVAS MUNDIAIS DE PETRÓLEO, 2011 | 558 |
| ANEXO VI. PREÇOS DO PETRÓLEO, 1861-2011..... | 558 |
| ANEXO VII. CONSUMO DE ENERGIA NOS EUA, NA CHINA E NA ÍNDIA, 1990-2035 | 559 |
| ANEXO VIII. CONTRIBUIÇÃO DA CHINA PARA O CRESCIMENTO DA PROCURA MUNDIAL | 559 |
| ANEXO IX. AS MAIORES DISRUPÇÕES DE FORNECIMENTO DE PETRÓLEO | 560 |
| ANEXO X. CONSUMO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA, 2009 | 560 |
| ANEXO XI. SUPERSIZED CITIES. CHINA'S 13 MEGALOPOLISES..... | 561 |
| ANEXO XII. DIVISÃO DA CHINA EM QUATRO REGIÕES..... | 561 |
| ANEXO XIII. PRINCIPAIS BACIAS PETROLÍFERAS CHINESES..... | 562 |
| ANEXO XIV. MAPA DA BAÍA DE BOHAI, MAR DA CHINA MERIDIONAL E MAR DA CHINA ORIENTAL | 563 |
| ANEXO XV. LOCALIZAÇÃO DAS MAIORES BACIAS DE SHALE GAS..... | 563 |
| ANEXO XVI. LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS DE COAL BED METHANE..... | 565 |
| ANEXO XVII. INFRA-ESTRUTURAS DE GÁS EXISTENTES E PLANEADAS NA CHINA | 565 |

| | |
|---|-----|
| ANEXO XVIII. TERMINAIS EXISTENTES DE GNL..... | 566 |
| ANEXO XIX. TERMINAIS DE GNL EM CONSTRUÇÃO..... | 566 |
| ANEXO XX. TERMINAIS DE GNL PLANEADOS..... | 567 |
| ANEXO XXI. ESTREITO DE ORMUZ..... | 567 |
| ANEXO XXII. ESTREITO DE MALACA..... | 568 |
| ANEXO XXIII. MARES PRÓXIMOS E “MAR LONGÍNQUOS” DA CHINA..... | 569 |
| ANEXO XXIV. NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SECTOR ENERGÉTICO..... | 570 |
| ANEXO XXV. CONTRACTOS DE AQUISIÇÃO DE PETRÓLEO E DE GÁS NO ESTRANGEIRO, 2002-2012..... | 571 |
| ANEXO XXVI. PROJECTO DO GASODUTO ALTAI..... | 575 |
| ANEXO XXVII. ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA..... | 575 |
| ANEXO XXVIII. LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO SRI LANKA..... | 576 |
| ANEXO XXIX. PROJECTO DE CAMINHO-DE-FERRO TRANS-ASIÁTICO ASEAN-CHINA..... | 577 |
| ANEXO XXX. ESQUEMA DO SISTEMA DE CAMINHOS-DE-FERRO TRANS-ASIÁTICO..... | 578 |
| ANEXO XXXI. POSIÇÕES CHINESAS E INDIANAS NO OCEANO ÍNDICO..... | 579 |
| ANEXO XXXII. GWADAR VERSUS CHABAHAR..... | 580 |
| ANEXO XXXIII. ROTA DO CORREDOR INTERNACIONAL DE TRANSPORTE NORTE-SUL..... | 581 |
| ANEXO XXXIV. COMPARAÇÃO ENTRE AS ACTIVIDADES DE E&P DAS EMPRESAS CHINESAS E INDIANAS..... | 582 |
| ANEXO XXXV. MAPA DA ZONA APROXIMADA DE INFLUÊNCIA CHINESA..... | 583 |
| ANEXO XXXVI. PROJECTOS DE GÁS E PETRÓLEO EM MYANMAR..... | 584 |
| ANEXO XXXVII. MAPA DO PROJECTO TAISHET E NAKHODKA..... | 585 |
| ANEXO XXXVIII. ÁREA 1 DA BACIA DO ROVUMA..... | 585 |
| ANEXO XXXIX. ZONA DE EXPLORAÇÃO CONJUNTA SENEGAL-GUINÉ BISSAU..... | 586 |
| ANEXO XL. CONCESSÕES DE PETRÓLEO EM ANGOLA..... | 587 |
| ANEXO XLI. LOCALIZAÇÃO DO GRANDE PLUTÓNIO..... | 588 |
| ANEXO XLII. ROTA DO PROJECTO DO GASODUTO GASENE..... | 589 |
| ANEXO XLIII. BACIAS ONDE A GALP ENERGIA ESTÁ PRESENTE NO BRASIL..... | 590 |
| ANEXO XLIV. PLATAFORMA FLUTUANTE..... | 591 |
| ANEXO XLV. CENTRO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUAI..... | 591 |
| ANEXO XLVI. O PROJECTO DE GNL..... | 592 |
| ANEXO XLVII. NOVA VIQUEQUE E O PROJECTO TASI MANE..... | 592 |

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACDP – Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero
ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico
AIE – Agência Internacional da Energia
AIECP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIEA – Agência Internacional de Energia Atómica
ANE – Administração Nacional de Energia
ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil
AOSTRA – Alberta Oil Stands Technology and Research Authority
APEC – Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico
ARAMCO – Saudi Aramco Oil Company
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático
AVIC – Aviation Industry Corporation of China
B – Barril
BANDES – Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela
BB – Biliões de Barris
BCF – Biliões de pés cúbicos
BCM – Biliões de metros cúbicos
B/D – Barril por dia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil
BM – Banco Mundial
BP – British Petroleum
BPE – Barril petróleo equivalente
BRASPETRO – Petrobras Internacional S.A.
CBD – China Development Bank
CCB– China Construction Bank
CCPCC – Comité Central do Partido Comunista da China
CDB CAPITAL – China Development Bank Capital
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEM – Companhia de Electricidade de Macau

CEREC – United States-China Clean Energy Research Center
CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Eléctrica
CHINAOIL – China National United Oil Corporation
CIA – Central Intelligence Agency
CIC – China Investment Corporation
CIF - China International Fund
CNI22 – China Nuclear Industry 22nd Construction Company
CNP – Poder Compreensivo Global
CNOOC – China National Offshore Oil Corporation
CNPC – China National Petroleum Corporation
CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar
COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CPECC – China Petroleum Engineering and Construction Corporation
CPI – China Power International Holding Ltd
CRDN – Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSPC – CNOOC e Shell Petrochemicals Corporation, Ltd
CSTO – Organização do Tratado de Segurança Colectiva
CTG – China Three Gorges Corporation
EDP – Energias de Portugal
EDPR – EDP Renováveis
EAU – Emirados Árabes Unidos
EIA – US Energy Information Administration
EIU – Economist Intelligence Unit
ENH – Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
EOR – Enhanced Oil Recovery
EPC – Engineering, Procurement and Construction
EPL – Exército Popular de Libertação
EPP – Empresas de Propriedade Públicas
ESCAP – Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico
ESPO – East Siberia-Pacific Ocean (Oleoduto)
EUA – Estados Unidos da América

EXIMBANK DA CHINA – China Export and Import Bank

E&P – Exploração e Produção

F-FDTL – FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

FOCAC – Fórum de Cooperação China-África

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

F&A – Fusões & Aquisições

GASENE – Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste

GNL – Gás Natural Liquefeito

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

GWH – Gigawatt-hora

ICBC – Industrial and Commercial Bank of China Ltd.

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IOC – International Oil Companies

IPIM – Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau

JSC – “NWPC” MunaiTas – JSC North-West Pipeline Company MunaiTas

JV – *Joint-Venture*

KMG – KazMunaiGaz

LIBOR – London Interbank Offered Rate

LMC – Linhas de Comunicação Marítimas

HEAI – Harbin Embraer Aircraft Industry Co., Ltd.

M³ – Metros cúbicos

M³/d – M³ por dia

MB/d – Milhões barris por dia

MCC – China Metallurgical Group Corporation

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

MENA – Médio Oriente e Norte de África

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade

MMG – MangistauMunaiGaz

MMh – Megawatt-hora

MOFCOM – Ministério do Comércio da RPC

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MT – Milhões de Toneladas

Mtpa – Milhões de toneladas por ano

NELP – New Exploration Licensing Policy

NIOC – National Iranian Oil Company

NOC – National Oil Company

NPCI – National Petrochemical Company of Iran

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCX – Organização da Cooperação de Xangai

OGJ – Oil and Gas Journal

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONIP – Organização Nacional da Indústria do Petróleo do Brasil

ONGC – Oil and Natural Gas Corporation Limited of India

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OVL – ONGC Videsh Limited

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.

PCC – Partido Comunista da China

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

PFGNL – Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito

PIB – Produto Interno Bruto

PLP – Países de Língua Portuguesa

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PSVM – Projecto Plutão, Saturno, Vénus e Marte

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RA – República de Angola

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

REE – Rede Eléctrica de Espanha

REN – Redes Energéticas Nacionais

REP – Reserva Estratégica de Petróleo

R/P ratio – Reservas/Produção ratio

RPC – República Popular da China

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SGCC – State Grid Corporation of China

SHELL – Royal Dutch Shell Plc.

SINOPEC BRASIL – Sinopec International Petroleum Serviço do Brasil Ltda.

SINOPEC CORP – China Petroleum & Chemical Corporation

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

SLOC – Linhas de Comunicação Marítimas

SNPTC – Nuclear Power Technology Corp

SONAGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

SSI – Sonangol Sinopec International

SSPD – Syria Petroleum Development BV

TCF – Triliões de pés cúbicos

TIMOR GAP – Timor Gás & Petróleo, E.P.

TMC – Triliões de Metros Cúbicos

TPA – Toneladas por ano

TPE – Toneladas Equivalente de Petróleo

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNESCAP – Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas

UNITA – União Nacional para a Independência de Angola

UNOCAL – Union Oil Company of California

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZDC – Zona de Desenvolvimento Conjunto

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

“A China é uma velha nação, com uma nova missão”

Feng Youlan, 1895-1990

O Verão de 2010 foi assinalado por dois acontecimentos importantes para a China (*Zhōngguó*). O primeiro, a 10 de Julho, quando a Agência Internacional de Energia revelou que a China tinha posto fim à liderança que os EUA vinham exercendo há mais de cem anos e era o maior consumidor mundial de energia. O segundo, a 16 de Agosto, quando ultrapassou o Japão na sub-liderança da economia mundial, ao crescer USD\$ 1.337 triliões, contra USD\$ 1.288 triliões do Japão (Barboza, 2010).

Nos últimos 30 anos, a República Popular da China (*Zhōnghuá Rénmín Gònghéguó*) tem sido o país com o maior crescimento económico do mundo, com uma média de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) em torno dos 9,9% (Cf. Anexo I). O crescimento económico foi desencadeado pelas reformas e pela política de abertura económica iniciada por Deng Xiaoping, no final da década de 1970, permitindo-lhe superar gradualmente as maiores economias mundiais. Em 2005, suplantou o Reino Unido, elevando-se ao estatuto de quarta maior economia do mundo em termos de PIB, atrás dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha. Dois anos depois, ultrapassou a Alemanha e passou a ser a terceira maior economia do mundo. Actualmente, e depois ter suplantado o Japão, é a segunda maior economia do mundo, o maior exportador e importador do mundo e o maior detentor de reservas cambiais. Enquanto os EUA, a União Europeia e o Japão tentam recuperar de um frágil crescimento económico, esta “*velha nação emergiu com uma nova missão*”: o principal motor do crescimento económico global. Em Fevereiro de 2011, a China entrou no ano do Coelho com uma taxa de crescimento de 9,2%¹,

¹ Cabe notar que a meta de crescimento fixada pelas autoridades chinesas no 12.º Plano Quinquenal da China (*Zhōngguó wǔ nián jìhuà*) para o período 2011-2015 é de 7% por ano, marcando uma desaceleração da economia chinesa no que respeita à sua trajectória recente. Desde 2011, que se assistiu a uma desaceleração económica provocada pelo aperto da política monetária, adoptada em 2011 para entibiar o mercado imobiliário e para combater a inflação, e pelo rápido declínio das encomendas de exportação para os produtos chineses, intimamente associada com a crise da dívida crescente na Europa (Donovan, 2012). Pese embora as

continuando a ser o principal impulsionador do crescimento mundial. Esse dinamismo, que alimenta a ascensão chinesa, proporciona-lhe uma cada vez maior posição central na economia mundial².

A China está num processo de ascensão de um Estado isolado para um poder regional, e para um poder capaz de exercer influência não só na região da Ásia-Pacífico mas também internacionalmente. Como sustenta Luís Tomé (2006, p. 14) “*a ascensão de uma potência não constituiu nenhuma novidade na História, nem sequer na História da Ásia. Simplesmente, a China não é uma potência qualquer, é um actor de superlativos com elevadíssimo potencial nacional*”. Para os analistas e líderes chineses, este processo de ascensão é uma “revitalização” (*fluxing*) do país (Shiping & Yunling, 2005, pp. 48-49). Defendem também que a China sempre pertenceu ao clube dos “grandes poderes” devido ao seu tamanho, à sua população, à sua história milenar e à sua economia. E se durante os dois últimos séculos não fez parte desse clube, presentemente está num processo de recuperação de seu estatuto como uma grande potência regional e, eventualmente, como uma grande potência (*Da Guo*)³.

Em termos de território, a República Popular da China (RPC) é de facto um país de escala continental. É o maior da Ásia Oriental, com uma linha de costa de mais 14 mil

previsões do Banco Mundial no relatório *East Asia and Pacific Data Monitor* (2012, p. 4) apontem para um decréscimo do ritmo da economia chinesa para 7,7% em 2012, as medidas de estímulo que já estão a ser criadas pelo governo Chinês, em particular, as medidas de apoio de política monetária e a aprovação acelerada de projectos de investimentos centrais, deverão fazer com que cresça acima dos 8,1% em 2013.

² No relatório *China 2030. Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society* (2012, p. 23), o Banco Mundial refere que, ainda que o crescimento da China no futuro seja mais lento, em comparação com o seu passado (6,6% ao ano em média, em comparação com 9,9% dos últimos 30 anos), irá tornar-se num país de alto rendimento e, antes de 2030, irá superar Estados Unidos em dimensão económica (pela renda *per capita*).

³ Carlos Gaspar no artigo “A Emergência de Novas Potências” (2011-2012, p. 92) refere que, na “*categoria das potências emergentes tanto se podem incluir antigas grandes potências, como a Rússia, o Japão ou a Alemanha, como potências modernas, como o Brasil, ou a China e a Índia, os quais, não obstante serem velhos impérios, só se integraram no sistema internacional depois da II Guerra Mundial*”, defendendo que, todos os candidatos devem ser avaliados segundo critérios objectivos que determinam o estatuto de potência, que são “*um território de escala continental, com mais de cem milhões de habitantes, uma economia forte e capacidades científicas e tecnológicas substanciais, forças armadas modernas, com armas nucleares e capacidades espaciais, cibernéticas e de projecção de forças, uma diplomacia experiente, um Estado forte e um regime político estável*”. Conclui na sua análise que, destes seis Estados como candidatos a potências emergentes, nenhum preenche inteiramente todos os critérios, mas são os únicos que parecem ter as qualificações mínimas para merecer uma nota positiva nesta avaliação. E que “*a China, a Índia e o Brasil têm todos uma posição nitidamente mais forte, à qual corresponde um reconhecimento internacional inequívoco do seu estatuto como grandes potências*” (2011-2012, p. 92).

quilómetros aberta para a região da Ásia-Pacífico. Usufrui da terceira maior área terrestre a seguir à Rússia e ao Canadá, com cerca de 9,6 milhões de quilómetros quadrados (km²) de território, que contem para além de uma enorme variedade climática e geográfica, inúmeros recursos naturais⁴. Com a maior fronteira do mundo, a China partilha território com três sub-regiões Asiáticas (o Sudeste Asiático, a Ásia Central e Rússia e a Ásia Sul) e com 14 países: Coreia do Norte, Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Paquistão, Afeganistão, Índia, Nepal, Butão, Myanmar, Laos e Vietname (Cf. Anexo II).

A RPC também pode ser considerada, em termos de dimensão demográfica, um *Da Guo*⁵. Com 1,3 biliões de pessoas, é o país mais populoso do mundo. A distribuição desta vasta população, que corresponde a mais de 1/5 da população mundial, é assimétrica. A densidade populacional da China é alta, com 143,43 pessoas por km², distribuída por zonas densamente povoadas, com mais de 400 pessoas por km² ao longo da costa leste, em contraste com as áreas centrais, com uma densidade superior a 200 pessoas por km² e, à medida que caminhamos para o interior do território e que passamos os planaltos pouco povoados a oeste, com menos de 10 pessoas por km², podemos encontrar zonas com menos de 1 pessoa por km² (Cf. Anexo III). As zonas mais densamente povoadas coincidem com os maiores pólos de desenvolvimento económico nas províncias do litoral nordeste e sueste, com algumas das maiores cidades do mundo e uma classe média crescente, com grande poder de consumo e que já representa 50% da população urbana chinesa (Luhby, 2012).

A China é uma potência nuclear e um poder militar crescente. Possui um dos maiores exércitos do mundo, o Exército Popular de Libertação (EPL) com mais de dois milhões de soldados. Embora a capacidade chinesa de projectar poder para além das suas fronteiras seja ainda muito limitada, e mais dedicada à autodefesa do território do que à projecção de poder, a China pretende modificar esta situação, ao apostar menos no número

⁴ De acordo com Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE), os recursos naturais são as “*matérias-primas existentes na natureza que podem ser usadas para produção económica ou para consumo*” (OECD, 2001). Estes recursos podem ser classificados em renováveis e não renováveis, tendo em conta o tempo necessário para a sua reposição. Os renováveis são as matérias-primas que podem ser recuperadas ou renovadas, com ou sem interferência humana, como a água, as plantas, as árvores, ao passo que os não renováveis não podem ser recuperados num curto período de tempo, e incluem os minérios, o gás natural, os diamantes, o ferro, o ouro e o petróleo (Rees, 1994, p. 14 citado por Fernandes, 2012, pp.134-135)

⁵ *Guó* (国) pode significar país, nação ou Estado.

de soldados e mais na capacidade tecnológica dos instrumentos bélicos (*The Economist*, 2012). Uma das áreas em que se está a afirmar é no desenvolvimento de tecnologia espacial para fins civis e militares. Em Outubro de 2003, realizou o primeiro voo espacial tripulado, tornando-se no terceiro país a conseguir tal proeza, depois dos EUA e da União Soviética. Dois anos mais tarde, realizou um segundo voo orbital com dois astronautas. Em Janeiro de 2007, gerou alarme internacional ao conduzir pela primeira vez um teste com uma arma anti-satélite. E em 2012, lançou a nave espacial Shenzhou 9, que transportava três astronautas, entre eles Liu Yang, a primeira mulher chinesa a viajar ao espaço.

Nas duas últimas décadas, a China aumentou significativamente o seu orçamento da defesa e a sua capacidade militar. De acordo com Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), entre 2000 e 2011, o orçamento militar chinês passou de USD\$ 33,496 milhões para USD\$ 129,272 milhões (SIPRI, 2012b) (Cf. Anexo IV). Embora os valores apresentados variem consoante as fontes, nas últimas décadas tem-se assistido a um incremento do orçamento de Defesa na China. O ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, Li Zhaoxing defende que perante um país com *“1,3 biliões de pessoas, um vasto território e uma longa costa, os gastos em defesa são relativamente baixos quando comparados com outros grandes países”* (Lusa, 2012a). Na realidade, os EUA têm um orçamento de defesa superior ao da China, em cerca de USD\$ 711 biliões em 2011, sendo o país com mais gastos militares, e que representavam, em 2011, 41% dos gastos militares no mundo. Mas são seguidos pela China (8,2%) e, segundo a SIPRI, se as tendências actuais de aumento do orçamento de Defesa da China continuarem a ser observadas, irá, depois de 2035, ultrapassar os EUA como maior gastador mundial com a defesa (SIPRI, 2012a).

A modernização e o fortalecimento das capacidades militares da China são observados com apreensão pelos países vizinhos asiáticos, como o Japão, as Filipinas e o Vietname. Preocupam-se com aumento dos gastos na Defesa e com a expansão da influência chinesa para além de suas fronteiras, sobretudo para os territórios disputados. Daí que observem, atentos às representações de capacidade de projecção de força da China, como na inauguração do Liaoning⁶, o primeiro porta-aviões chinês que entrou ao

⁶ Liaoning é o antigo porta-aviões soviético Varyag, do tipo Admiral Kuznetsov, vendido à RPC pelo governo da Ucrânia. Liaoning foi inicialmente denominado (não oficialmente) “Hsi Lang”, o nome de um

serviço da marinha chinesa a 25 de Setembro de 2012, numa altura de intensa de discórdias com o Japão em torno das ilhas Diaoyu-Senkaku. De acordo com um comunicado publicado na página do Departamento de Defesa Chinês (2012) o Liaoning tem um significado importante para “*eleva o nível de modernização do combate integrado da Marinha Chinesa, aumentar as capacidades operacionais defensivas, desenvolver as capacidades de cooperação nos mares longínquos e a capacidade de lidar com as ameaças não tradicionais de segurança, salvaguardar a soberania nacional, a segurança e os interesses de desenvolvimento, e proteger a paz mundial e o desenvolvimento comum*”

Na abertura do 18.º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), no dia 9 de Novembro de 2012, o Presidente Hu Jintao aludiu à necessidade de “*proteger os interesses marítimos*” (*baohu haiyang quanyi*) e de transformar a China numa potência marítima. Embora não tenha sido a primeira vez que Hu Jintao tenha feito essa referência, é fundamental perceber quais as razões que estimulam a modernização e a ampliação das capacidades navais chinesas⁷. Para muitos analistas de assuntos navais e marítimos chineses, para além do longo interesse pela prevenção da independência *de jure* de Taiwan, pela defesa da costa oriental chinesa e pela preservação da soberania sobre as ilhas do mar sul e oriental da China, torna-se também importante desenvolver as capacidades ofensivas e defensivas marítimas para defender as Linhas de Comunicação Marítimas (LMC) chinesas de “*ameaças não tradicionais*”. A RPC não é capaz de utilizar o seu poder militar para assegurar os seus investimentos externos nem de defender as suas LCM, cruciais para assegurar os recursos energéticos, o comércio externo e os investimentos directos (U.S. Department of Defense, 2008, p. 3). Para defender os corredores estratégicos de comunicação (*haishang zhanlue tongdao*), Pequim tem desenvolvido, desde o final da Guerra fria, um programa de modernização de forças navais e aéreas.

Num espaço de trinta anos, a emergência da China, de uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. No entanto, se tivermos em conta que a economia chinesa, desde o início do

general chinês que ocupou Taiwan no século XVII, tendo recebido o seu nome definitivo, em 2012, com base no nome da província onde foi reconstruído (Área Militar, 2012).

⁷ Hu Jintao referiu-se à China, num discurso perante os oficiais da marinha do Exército Popular de Libertação Popular (*Zhōngguó Rénmín Jiěfàngjūn Hǎijūn*), em Dezembro de 2006, como um “*grande poder marítimo*” e defendeu a necessidade de fortalecimento e da modernização da marinha chinesa.

século XVI até aos inícios do século XIX, foi uma das maiores do mundo, poderemos considerar que a sua ascensão económica actual é mais uma das evidências do “ressurgimento” da China como um *Da Guo*. Em 1820, a economia da China era tão grande quanto a da Europa, sendo responsável por um terço do PIB mundial (Maddison, 2001 citado pelo Banco Mundial, 2012, p. 3). Entre 1820 e 1950, a China experimentou um doloroso declínio e, a partir de 1978, tem tido uma ascensão meteórica e está retomar o estatuto de “grande poder” económico, sendo actualmente uma das maiores economias do mundo, liderando, juntamente com a Índia, a dinâmica da emergência da Ásia.

Pequim é o principal produtor e exportador mundial de manufacturas mas também um importante consumidor de máquinas e equipamentos da Europa e dos países asiáticos mais desenvolvidos, e de matérias-primas dos países em desenvolvimento da Ásia, de África e da América Latina. O notável crescimento económico da China é acompanhado, segundo Elias Jabbour (2008), por três fontes de limites, que são “*o tamanho de população, os recursos existentes no território e o modelo clássico de industrialização extensiva*”. Estes três limites estão interrelacionados e apresentam-se como algumas das principais limitações ao processo de crescimento da China: “*a pressão sobre os recursos naturais, as desigualdades sociais e regionais e a deterioração do meio ambiente*”.

O antigo Vice-Presidente da Escola do Partido Comunista Zheng Bijian defende que (2013), o “sonho chinês” (*zhongguo meng* - 中国梦)⁸ actualmente defendido pelo Presidente Xi Jinping, poderá significar a “*resolução dos problemas chineses*”, uma vez que, o desenvolvimento da China enfrenta uma série de desafios sérios, tais como “*os recursos e as restrições ambientais sobre o crescimento económico, o desenvolvimento económico e social desequilibrado, incluindo os desequilíbrios entre investimento e consumo, entre investimentos estrangeiros na China e os investimentos chineses no exterior, entre as cidades e as áreas rurais e entre as regiões leste e oeste; a difícil reestruturação industrial e insuficiente pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D);*

⁸ O conceito de “sonho chinês” foi apresentado por Xi Jinping, depois de ter sido empossado como secretário-geral do partido no 18.º Congresso do Partido Comunista Chinês. Durante a sua visita à exposição “O Caminho em Direcção ao Rejuvenescimento” em Pequim, juntamente com os outros seis membros do Comité Permanente do Politburo Central do PCC, Xi Jinping enfatizou que a realização do grande “rejuvenescimento” da nação “é o maior sonho na história moderna do país”.

recursos humanos incapazes de atender às necessidades da estrutura de emprego e a distribuição desigual de renda e reajuste da estrutura de juros”.

A China é um país de contrastes. Possui vastos recursos naturais, como minerais, metais e petróleo, mas que não são suficientes para a sua numerosa população e para sustentar o seu desenvolvimento económico. Encerra um vasto território mas com diferentes níveis de desenvolvimento, acentuando-se cada vez mais a desigualdade entre: as regiões a leste, mais prósperas, e as a oeste, pouco desenvolvidas, a distância entre ricos e pobres (2,7 milhões de milionários e 251 bilionários enquanto 169 milhões de pobres vivem com menos de 1€ por dia) e o fosso entre as cidades e o campo (os trabalhadores urbanos ganham quatro vezes mais do que os trabalhadores rurais) (Wye, 2012). Para além de ser uma das maiores economias do mundo, é também um dos principais consumidores mundiais de vários produtos primários, agrícolas, minerais e energéticos.

Em termos de energia, desde os princípios da década de 80, a RPC passou por dois períodos. O primeiro, entre 1980 e 1990, no qual o desenvolvimento económico foi acompanhado por uma produção de energia superior ao consumo e o valor das exportações suplantou o das importações. O segundo, a partir dos anos 90, quando o crescimento da economia chinesa atingiu um ritmo de cerca de 10% ao ano, acompanhado por um aumento do consumo de energia, que não foi colmatado pela produção interna, impelindo o país para uma contínua e cada vez maior dependência externa de energia, nomeadamente de petróleo. Se as descobertas de poços gigantes de petróleo na década de 60 permitiram que a RPC fosse auto-suficiente energeticamente e que conseguisse ter capacidade de exportar petróleo para os países vizinhos, em 1993, passou para país importador. Na década seguinte, ultrapassou o Japão, posicionando-se como o segundo maior consumidor de petróleo a nível mundial. As projecções da British Petroleum (BP) e da US Energy Information Administration (EIA) apontam para que a RPC destitua os Estados Unidos (EUA) da sua posição e se transforme no maior consumidor de petróleo mundial em 2035.

O petróleo é um “*recurso estratégico*” para as nações, nomeadamente para a RPC (Hongyi Harry Lai, 2007, p. 519). A diferença entre a produção e o consumo, sobretudo deste “*recurso estratégico*”, elevou a energia a matéria de interesse nacional na China. Actualmente, apesar de ser o quinto maior produtor de petróleo, cerca de 55% do petróleo consumido no país provem do exterior e, de acordo com a EIA, espera-se que venha a

importar 12 milhões de barris por dia (b/d), aumentando esse valor em 75%, em 2035 (EIA, 2012f)⁹. Acresce que, mais de 85% do petróleo importado é transportado por longas e distantes estratégicas rotas marítimas, que atravessam *chokepoints* em áreas de elevada instabilidade, como o Estreito de Ormuz e de Malaca. Qualquer interrupção de fornecimento de energia por estes estreitos, poderá ter consequências desastrosas para a economia e segurança dos países consumidores, sobretudo para os EUA, a Coreia do Sul, Japão e a China. Por exemplo, se o Estreito de Ormuz fosse encerrado, tal facto representaria um choque para a produção mundial que, em termos percentuais seria três vezes maior do que o embargo da OPEP 1973-1974 (Stafford, 2012). Fechar este Estreito poderia provocar efeitos negativos para estes países consumidores, paralisando a economia do Japão e da Coreia e semiparalisando a economia chinesa (Wang *et al.*, 2010, p. 4; Zhang, 2011, p. 11, Costa e Silva, 2012).

O risco de interrupções de fornecimento devido à pirataria, ao terrorismo, aos picos dos preços e a um possível embargo de outros países, nomeadamente a possibilidade de algumas potências poderem explorar a grande dependência do Estreito de Malaca e interromperem o fornecimento de petróleo à China, faz com que a necessidade contínua das importações de petróleo seja vista como uma vulnerabilidade estratégica pelas autoridades chinesas. A dependência de importação de energia é uma grande preocupação para os líderes chineses, que procuram assegurar que a China consiga obter os recursos energéticos de que necessita de forma a manter o seu crescimento económico e a estabilidade política. Para os analistas ocidentais, a grande apreensão centra-se nas implicações internacionais que poderão advir dessa contínua dependência energética, nomeadamente, para o mercado energético e para os países produtores e consumidores.

Perante o seu panorama energético actual e futuro, Pequim tem desenvolvido medidas internas e externas para a sua segurança energética (*Negyuan Anquan*). A nível interno, estas repartem-se por níveis institucionais de consumo e de fornecimento, e incluem um conjunto variado de medidas, designadamente: a diversificação do consumo de fontes de energia, o desenvolvimento da produção *onshore* e *offshore*, a criação das reservas estratégicas de petróleo (REP), a aposta na produção de energias alternativas e

⁹ Na estimativa da AEI (2011), a China, em 2035, a fim de atender a demanda prevista do petróleo de 14,9 milhões b/d, importará 12,6 milhões b/d e terá uma taxa dependência do petróleo de 84,6%.

menos poluentes e a reforma do sistema de administração do sector energético. A nível externo, a RPC procura reforçar em termos bilaterais e multilaterais a sua presença nas maiores regiões de produção de hidrocarbonetos. O objectivo é tentar diversificar e assegurar contractos de fornecimento de longo prazo com os principais países produtores e, sobretudo, reduzir a dependência das importações de países voláteis e inseguros do Médio Oriente.

A diplomacia energética (*Nenggyuan waijiao*) é acompanhada desde 2002, pela estratégia *Going Out* (*Zou chu qu*), que se traduz pelo apoio político e financeiro às companhias chinesas para adquirirem participações de exploração no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. O apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo realizadas através da “Diplomacia dos Grandes Líderes”, caracterizada pelas visitas dos mais altos representantes do Estado, como o Presidente Hu Jintao e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, a diferentes partes do mundo destinadas a demonstrar o seu conceito de “desenvolvimento pacífico” e ampliar o comércio, o diálogo e as relações de cooperação.

Hu Jintao, por exemplo, visitou por três vezes (2004, 2008 e 2010) diversos países da América Latina e, em 2012, o Wen Jiabao fez também um périplo por este continente, tendo visitado alguns dos maiores parceiros estratégicos e económicos desta região, tais como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile. Com este tipo de diplomacia e através de uma intensa “ofensiva de charme” (*meili gonshi*) (Kurlantzick, 2007), Pequim tenta assegurar um ambiente favorável para os negócios energéticos das companhias petrolíferas chinesas no *upstream* e *downstream* petrolífero no exterior. A crise económica internacional que afectou os países produtores, foi para Pequim uma “oportunidade” (*wēijiǔ*) para aumentar as suas reservas de petróleo, e para que as suas empresas estatais (*guaban*) adquirissem participações em empresas de energia e acedessem ao *equity oil*. A estratégia chinesa de *Going Out*, iniciada a partir de 2002¹⁰, de acordo com Zhang Jian

¹⁰ A Estratégia *Going Out* foi adoptada formalmente pelo governo central chinês em 2001. Apresentada no capítulo XVII, secção IV, intitulado “Implementação da Estratégia *Going Out*” do 10.º Plano Quinquenal (2001-2005): “Estimular os investimentos externos que reflectem as vantagens competitivas da China e expandir as áreas, canais e métodos de cooperação económica e tecnológica internacional. Continuar a desenvolver projectos de contratação externa e cooperação de trabalho, incentivar as empresas com vantagens competitivas para desenvolver o comércio no exterior, promover a exportação de produtos,

(2011, p. 6), evoluiu actualmente para a *Going out and Buy*, uma vez que a RPC aproveitou o ambiente de crise económica e utilizou as suas vastas reservas cambiais externas, para ampliar os seus investimentos no sector energético e de recursos mundiais, conseguindo obter através de “pacotes de apoio” aos países produtores, tais como a Rússia, a Venezuela e o Brasil, contratos de fornecimento de petróleo a longo prazo.

Pese embora as companhias petrolíferas chinesas procurem aceder a *know-how* e obter lucro nas suas actividades exteriores, quando analisamos as medidas externas para a segurança energética chinesa, verificamos que existe uma ligação entre as suas actuações, as dos bancos e a dos líderes chineses. Esta correlação forma uma das estratégias com mais sucesso para a segurança energética chinesa em África – o “Angola Mode”. Neste modelo, também conhecido por “recursos-por-infra-estruturas”, os países africanos, como Angola e a Nigéria, trocam os seus recursos minerais, energéticos e agrícolas, por investimentos em projectos de infra-estruturas a serem realizados por empresas de serviços de engenharia chineses, com mão-de-obra maioritariamente chinesa e financiados pelos bancos estatais chineses, tais como o Export-Import Bank da China (Eximbank) e China Development Bank (CDB). Estes dois bancos, para além de proporcionam melhores condições de financiamento que o Banco Mundial e outros credores mundiais, determinam também que, muitas vezes, sejam firmados os contratos ambicionados por Pequim. Ao contrário dos investimentos ocidentais, que exigem reformas em termos organizacionais e políticos em troca de financiamentos, os empréstimos chineses não impõem condições sobre as políticas utilizadas pelos governos que recebem o empréstimo. Estes empréstimos, geralmente maiores do que os ocidentais, tendem a concentrar-se em infra-estruturas e na indústria pesada, como a mineração, transportes, infra-estruturas e habitação. Só entre 2009 e 2011, o CDB e o Eximbank da China assinaram contratos de financiamento de pelo menos USD\$ 110 biliões com governos e empresas de países em desenvolvimento (Dyer & Anderlini, 2011).

serviços e tecnologias. Apoiar a exploração no exterior de recursos para a escassez na China através da cooperação, promover o ajuste da estrutura industrial nacional e troca de recursos. Incentivar as empresas a utilizar os recursos intelectuais humanos no exterior, bem como, a criação de institutos de pesquisa e desenvolvimento de centros no exterior. Apoiar as empresas capazes de operar no exterior a crescer globalmente. Melhorar o sistema de serviços para os investimentos externos, criar condições para a implementação da estratégia “Going Out” em áreas como finanças, seguros, câmbio, tributação, recursos humanos, lei, o serviço de informação e administração” (National People’s Congress of China, 2011).

As medidas externas para a segurança energética também reflectem a preocupação com a segurança do corredor de transporte marítimo de energia. A RPC está muito dependente do comércio marítimo para a importação de bens de consumo e de matérias-primas, nomeadamente, a energia. Presentemente, Pequim não tem muitas opções de escolha nas rotas de transporte das importações de energia. Com excepção da proveniente da Rússia e da Ásia Central, a energia importada chega ao território por transporte marítimo. O país está dependente de importações de países longínquos instáveis e volúveis do Médio Oriente e de África, e ainda não dispõe de uma marinha de guerra com capacidade para proteger as suas importações que atravessam longas linhas de comunicação marítimas e os vários *chokepoints* patrulhados pela marinha dos EUA. A China tem sido muito sensível à ideia de alguns grandes poderes, como os EUA, poderem tentar bloquear o Estreito de Malaca, um Estreito por onde passam 75% das importações de petróleo chinesas. Em Novembro de 2003, num discurso perante a liderança do Partido Comunista Chinês, Hu Jintao chamou a atenção para o “Dilema de Malaca” (*Maliujia Kunju*) e para a possibilidade de alguns poderes conseguirem interromper as importações marítimas nesse Estreito à China, apelando para a criação de medidas que aumentem a segurança das importações chinesas de energia.

Os riscos e ameaças¹¹ que podem afectar directamente e indirectamente as importações chinesas são constantes e diversificados. Em 2011, o conflito na Líbia teve repercussões negativas não só para as empresas estatais e privadas chinesas que suspenderam as suas actividades em projectos em que estavam envolvidas no território¹², como também para cerca de 36 mil cidadãos chineses que trabalhavam em vários projectos de exploração de petróleo e de gás e que tiveram de ser evacuados. Este conflito provocou também a interrupção dos 150 mil barris de petróleo que eram enviados diariamente pela Unipet, braço comercial da Sinopec Corp, para China¹³. Nesse mesmo ano, o Irão, ameaçou bloquear o Estreito de Ormuz. Apesar da paralisação do Estreito de Ormuz não ter sido efectuada, uma disputa entre a Sinopec e uma companhia petrolífera do Irão, nos

¹¹ Os conceitos de riscos e de ameaças vão ser explanados no capítulo I.

¹² Antes da guerra civil começar, 75 companhias chinesas, incluindo 13 grandes empresas estatais estavam envolvidas em 50 projectos no valor de USD\$ 18,8 biliões, que englobavam a construção de habitações, dos caminhos-de-ferro, telecomunicações e serviços de petróleo. Por exemplo, a China Railway suspendeu os três contractos em projectos no valor de USD\$ 4,23 biliões (Ckeyu, 2011).

¹³ Em 2010, 3% das importações de petróleo para a China foram oriundas da Líbia (EIA, 2011b).

primeiros meses de 2012, provocou uma redução de 34% nas importações do terceiro maior fornecedor de petróleo à China. No Sudão, os conflitos políticos entre as duas recentes nações, Sudão do Norte e Sudão do Sul, sobre os seus recursos energéticos, também tiveram implicações nas importações de petróleo para a China, que desceram de 26 mil b/d para zero b/d em Abril de 2012 (EIA, 2012f).

Em suma, conflitos, guerras civis, pirataria, desastres ambientais, embargos, constituem riscos e ameaças que podem pôr em causa a segurança do comércio exterior da China e das suas importações de petróleo. Para assegurar a segurança energética marítima Pequim está a desenvolver uma estratégia regional energética com o objectivo de reduzir a grande dependência das LCM, em particular, do Sul do Mar da China (*wen nan bao bei*) e dos Estreitos de Malaca e de Ormuz. Deste modo, com base na “estratégia calculativa” (Swaine & Tellis, 2000)¹⁴, Pequim tem desenvolvido uma estratégia de segurança energética que iremos denominar de “Segurança pela Proximidade”, caracterizada pelo fortalecimento das relações económicas e de cooperação com os países vizinhos com vista à criação de um sistema alternativo de rotas terrestres e à construção de portos marítimos ao longo das LCM. Actualmente, existem duas rotas terrestres transnacionais já finalizadas, uma em construção e ainda uma em fase especulativa. Neste objectivo, o Afeganistão poderá ter um papel relevante, se for transformado em *hub* energético interligando o fluxo dos recursos energéticos terrestres do Médio Oriente e da Ásia Central

¹⁴ O conceito de “Estratégia calculativa” é analisado num estudo intitulado *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*, efectuado por Michael D. Swaine e Ashley J. Tellis e publicado na Rand, em 2000, que examina a estratégia de segurança chinesa a partir de perspectivas históricas, empíricas e teóricas. De acordo com estes pesquisadores, ao longo da história, as estratégias de segurança empregadas pelos vários regimes chineses convergiram para uma “grande estratégia” global, que se esforçava para alcançar três objectivos inter-relacionados: o primeiro, controlar a periferia e afastar as ameaças ao regime no poder; o segundo, preservar a ordem interna e o bem-estar em face de diferentes formas de conflito social, e o terceiro, alcançar ou manter influência geopolítica como um grande ou mesmo o principal Estado. Referem que, embora as abordagens estratégicas que a China tem empregado para alcançar esses objectivos tenham mudado ao longo dos tempos, regra geral, os regimes imperiais eram mais propensos a usar a força militar para promover os seus objectivos de segurança durante o primeiro terço da sua existência. No entanto à medida que amadureciam e cresciam para regimes fortes e estáveis, empregavam cada vez mais uma mistura complexa de força, diplomacia e normas culturais. Embora os objectivos básicos de segurança da China não tenham mudado substancialmente durante a era moderna, os desafios colocados pelo mundo industrializado têm gerado novas estratégias de segurança. Para Michael D. Swaine e Ashley J. Tellis, nos tempos modernos, a China tem adoptado estratégias híbridas “fraco-forte” que empregam a força e a diplomacia. Nas últimas décadas, essa estratégia híbrida fundiu-se numa estratégia “calculativa”, isto é uma estratégia calculada para proteger a China contra ameaças externas, à medida que exerce a sua ascensão geopolítica. O objectivo da estratégia calculativa é permitir que a China continue a o seu desenvolvimento económico e, assim, adquirir o poder nacional abrangente.

para a China. Nas rotas marítimas, pela sua importância para a segurança energética Chinesa, salienta-se a LCM Ocidental que vai desde o oceano Índico, passando pelo Estreito de Malaca até ao território chinês.

A proximidade geográfica com grandes consumidores de energia, como o Japão e a Índia, o facto de estes dois países assumirem estratégias externas e terem objectivos semelhantes aos da RPC, a nível da energia, acarreta outras preocupações para a segurança energética Chinesa. Durante anos, Tóquio disputou com Pequim a rota da ramificação do oleoduto da Sibéria Ocidental para a Ásia Oriental e, presentemente, apesar das várias tentativas inefectivas de negociação sobre a exploração conjunta, reivindicam a soberania sobre as ilhas Diaoyu-Senkaku¹⁵ no Mar Meridional da China. Aliado a este diferendo entre os dois poderes asiáticos, há que considerar a animosidade histórica entre ambos, marcada pela agressão militar do Japão à China nas décadas de 1930 e 40, e alimentada pelas visitas ao santuário Yasukuni pelo ex-Primeiro-Ministro japonês Koizumi, assim como, a publicação de um manual de História do Japão, cujos factos históricos sobre os actos japoneses na II Guerra Mundial são, no entender da RPC, deformados. Em Setembro de 2012, a compra de algumas dessas ilhas que estavam em poder de um proprietário particular japonês, a família nipónica Kurihara, despertou os ânimos nacionalistas em ambos países, produzindo mais um episódio de crise político-diplomática entre o Japão e a RPC, que de forma esporádica mas recorrente têm vindo ocorrer desde os inícios da década 70. Em resposta, e expondo a relevância que este arquipélago desabitado têm para a China, o governo lançou o Livro Branco *Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China* (Information Office of the People's Republic of China, 2012), no qual defende que estas ilhas são parte integrante do território¹⁶.

A Índia, para alguns analistas chineses, para além de estar a tentar controlar o Oceano Índico e a expandir a sua faixa de controlo para o sul do Mar da China, possui também algumas das suas principais empresas de petróleo a concorrer com empresas chinesas em países arredados da participação das companhias ocidentais, como é o caso do

¹⁵ Na RPC são chamadas *Diaoyu*, no Japão *Senkaku* e na República da China de *Tiaoyutai*

¹⁶ *Diaoyu Dao* e as ilhas afiliadas consistem nas ilhas: *Diaoyu Dao*, *Huangwei Yu*, *Chiwei Yu*, *Nanxiao Dao*, *Beixiao Dao*, *Nan Yu*, *Bei Yu*, *Fei Yu* e outras ilhas e recifes. Estão localizadas a nordeste da ilha de Taiwan (Information Office of the People's Republic of China, 2012a).

Irão. Para além destes dois grandes consumidores, em áreas estratégicas para a segurança energética chinesa da Ásia Oriental, da Ásia Central e do Sudeste Asiático, está também presente o segundo maior consumidor de energia e o maior consumidor e importador de petróleo – os EUA. Com a guerra no Afeganistão, Washington reforçou os seus interesses na Ásia Sul e na Ásia Central e actualmente está a expandir a sua presença na Ásia-Pacífico.

Perante este cenário de insegurança energética e para reduzir a dependência das importações do Médio Oriente, Pequim tem procurado diversificar as fontes de aprovisionamento, tentando assegurar contratos de fornecimento de médio e longo-prazo com países produtores. Neste trabalho, propomo-nos através de uma análise comparativa de três estudos de caso (Angola, Brasil e Timor-Leste), examinar as medidas externas de segurança energética da RPC em alguns dos países de Língua Portuguesa produtores ou com recursos energéticos que podem ser atractivos para o reforço e para diversificação das fontes de aprovisionamento.

Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo à China, depois da Arábia Saudita. Desde 2002, a importância deste país africano de língua portuguesa, como exportador de petróleo, tem gradualmente aumentado para Pequim. Por três vezes, embora por pequenos períodos, Angola conseguiu ultrapassar a Arábia Saudita e elevar-se a principal abastecedor de petróleo à China. Três por cento do petróleo importado pela China é oriundo do Brasil, um país que, pelas recentes descobertas no seu pré-sal, poderá tornar-se, num futuro próximo, num dos maiores produtores de petróleo a nível global. A potencialidade Timor-Leste como fornecedor recai nas suas atractivas reservas de gás para Pequim, e a sua necessidade crescente de recursos energéticos, mas igualmente cobiçadas pelo actual fornecedor da China: a Austrália.

Em termos temporais, a nossa análise está balizada entre o início da década de 90 do século XX e o final de 2011. Mais concretamente, desde momento que a RPC deixou de ser país exportador de petróleo e passou a depender do mercado internacional para satisfazer o seu apetite cada vez maior de energia. Pela sua importância e relevância para este estudo, serão referenciados pontualmente alguns dados ou acontecimentos de 2012.

CAPÍTULO I – Enquadramento do Objecto de Estudo

“Energy is the continuation of politics by other means”

IAGS, 2012

1.1. Relevância, Objecto e Objectivos do Estudo

Ao longo da história, a energia tem tido um papel fundamental para o progresso da civilização humana. Foi a descoberta de novas fontes de energia que possibilitou a evolução económica e social da humanidade. Desde a revolução industrial na Grã-Bretanha no século XVIII que quase toda a energia tem sido proveniente a partir de hidrocarbonetos: do carvão, do petróleo e do gás. Actualmente, até mesmo a energia nuclear requer recursos naturais na forma de urânio ou plutónio. Como referiu António Costa e Silva (2012) na Conferência “Mudanças Estruturais e Estratégicas em Curso no Mercado da Energia” a substituição de fontes de energia é um *“processo lento, sendo necessário estímulos para que as novas fontes de energia se imponham”*.

A energia é crucial e indispensável para a sociedade moderna, visto que todas as actividades domésticas e de serviços, tais como os transportes rodoviários, aéreos e marítimos, e por conseguinte o comércio internacional e a economia se encontram extremamente dependentes deste recurso. Para que as sociedades continuem o seu crescimento e mantenham a estabilidade interna em termos económicos, políticos e sociais, são necessários fornecimentos de energia “constantes, acessíveis e ininterruptos”. A energia é uma das grandes preocupações dos Estados, já que, e como refere Hamilton (2007, p. xxi) *“determina se as luzes se acendem, se a agricultura, a indústria e o comércio prosseguem, se as casas e os escritórios são habitáveis e, em última análise, se teremos capacidade para nos defender”*.

Uma das características da energia, e que pode colocar em risco a segurança do abastecimento mundial, é a distribuição assimétrica das reservas e dos locais de produção de petróleo e de gás, localizados longe dos principais consumidores de energia mundiais mas concentrados em países voláteis e instáveis. De acordo com dados apresentadas no

Boletim Estatístico Anual da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (2012, pp. 22-23), no final de 2011, as reservas mundiais comprovadas de petróleo eram inferiores a 1500 triliões de barris. Mais de 81% dessas reservas estão localizadas nos países membros da OPEP e mais de metade pertence ao Médio Oriente [797 biliões de barris (bb)], seguido da América Latina (341 bb), concentradas sobretudo na Venezuela que responde por 24% das reservas mundiais (298 bb) (Cf. Anexo V). As reservas comprovadas de gás, concentradas sobretudo no Médio Oriente [80 triliões de metros cúbicos (Tmc)], em particular no Irão (34 Tmc) e no Qatar (25 Tmc) e na Rússia (46 Tmc), são estimadas em de 197 Tmc, ou seja, cerca de 60 vezes a taxa actual de produção anual de gás global. Além disso, os recursos de gás convencionais recuperáveis representam um volume estimado de 400 Tmc.

Michael Ross (2008), num artigo publicado na *Foreign Affairs*, refere que, apesar de nos últimos 15 anos o mundo estar mais pacífico, não houve uma diminuição do número de guerras nos países produtores de petróleo. A principal razão é que a riqueza do petróleo, muitas vezes, “atrapalha” as medidas políticas e económicas dos países produtores, ao permitir que seja mais fácil para os insurrectos financiarem as suas rebeliões, agravando, deste modo, as divergências étnicas¹⁷. Segundo Ross, esta situação terá probabilidade de ampliar à medida que a demanda e os preços do petróleo bruto aumentam, empurrando os países em desenvolvimento a produzir mais petróleo e gás. Na realidade, como em qualquer outra mercadoria, os preços do petróleo são volúveis e reflectem tanto os movimentos de falta ou de excesso de oferta como os conflitos e a instabilidade política em áreas com reservas substanciais de petróleo e de gás com o potencial de exacerbar as flutuações dos preços de mercado.

No final de 2010 e inícios de 2011, as convulsões no Médio Oriente e no Norte de África (MENA), em países onde estão localizadas algumas das principais reservas mundiais de hidrocarbonetos, vieram contribuir para o aumento das dúvidas quanto à fiabilidade do abastecimento de energia proveniente destas áreas geográficas. Os movimentos de protesto que procuravam a democracia na Tunísia rapidamente se

¹⁷ O petróleo, como recurso natural não renovável, pode ser factor de risco para o surgimento de um conflito quando é associado a um conjunto de factores de ordem económica, política, social e geográfica que transformam os países ou as regiões em “barris de pólvora” (Fernandes, 2012, p. 133.)

espalharam ao Egipto, levando ao fim do regime de Hosni Mubarak. Estes ecos de “procura de democratização” foram sentidos em outros países, como o Bahrein, a Síria, o Irão e a Líbia. Neste último país, o deflagrar de uma guerra civil terminou com a deposição dos 42 anos de poder de Muammar Kadafi. Esta agitação geopolítica reflectiu-se nos aumentos do preço do petróleo, desequilibrando a convalescente economia mundial. No final desse mesmo ano, o Irão anunciou encerrar o Estreito de Ormuz, uma ameaça que caso fosse concretizada, significaria bloquear não só o transporte diário de 17 milhões de barris de petróleo que passa pelo Estreito, mas também a utilização da capacidade excedentária para repor a ruptura de fornecimento de petróleo. Esta ameaça também veio a reflectir-se no preço do petróleo, que aumentou para mais de USD\$ 100 por barril, no final de 2010, antes de cair para cerca de USD\$ 80 por barril, e voltar nova e rapidamente a subir (Cf. Anexo VI). Em suma, esta agitação geopolítica, combinada com a localização de vastos e importantes recursos energéticos, fez ressaltar a importância do papel dos países dessas zonas na segurança global de fornecimento de energia, mas também os riscos para os países consumidores de dependerem de zonas instáveis e volúveis.

Outra característica da energia é a ambivalência global entre os recursos existentes, a produção e o consumo energético, o que faz com que os produtos energéticos sejam uma das maiores *commodities* comercializadas mundialmente. Grandes consumidores actuais como a China, o Japão, a Índia e a Europa, não possuem recursos endógenos suficientes para o seu grande e crescente consumo interno. Por outro lado, os principais produtores, tais como a Rússia, a Arábia Saudita, o Irão, o Cazaquistão e a Angola, consomem uma pequena parte, embora crescente, dos seus recursos energéticos. Para além dessa particularidade, actualmente, em termos de países produtores com quantidades significativas de petróleo e gás natural existem cerca de 40 e, destes, 38 são exportadores. Em comparação, enquanto o número de exportadores tem vindo a diminuir drasticamente, são quase duas centenas os importadores, cujo consumo não pára de crescer. Tal implica que ao mesmo tempo que aumenta o consumo global de energia estão a diminuir as fontes de aprovisionamento. Perante este cenário, os Estados consumidores preocupam-se cada vez mais com o futuro de seu fornecimento de energia.

Apesar da actual crise económica, o mundo continua num processo de crescimento, nomeadamente, com um crescimento demográfico que é acompanhado por um aumento de

energia, sobretudo do consumo de energias fósseis. Segundo o Relatório sobre *a Situação da População Mundial 2011*, produzido pela Divisão de Informações e Relações Externas do Fundo de População das Nações Unidas, a população mundial era de 7 biliões de habitantes em Outubro de 2011. Este relatório, que examina as tendências e as dinâmicas da população global, prevê que, em 2050, esta atinga os 9,3 biliões de habitantes e que seja, no final deste século, mais de 10 biliões. Com base na variante média da projecção da ONU, a China, que é actualmente a nação mais populosa do mundo, será superada pela Índia, com respectivamente, 1,39 e 1,46 biliões de habitantes. A população da China irá declinar para cerca de 1,3 biliões em 2050 enquanto, a Índia continuará a crescer, atingindo 1,7 biliões em 2060, antes de começar a declinar (UNFPA, 2011, pp. 2, 3, 4). Em termos de consumo global de energia assistiu-se, nos últimos vinte anos, a um aumento de 45%, e projecta-se que nos próximos vinte anos, se perpetue este aumento em 39%. O *International Energy Outlook 2011* da U.S. Energy Information Administration (EIA) refere que, de 2008 para 2035, o consumo mundial de energia irá crescer 53%, significando que o “*uso total de energia mundial crescerá de 505 quadrilhões de unidades térmicas britânicas (UTB) em 2008 para 619 quadrilhões em 2020 e irá crescer para 770 quadrilhões de UTB em 2035*”. Os combustíveis fósseis irão continuar a base da energia consumida a nível mundial, embora a sua participação no consumo global de energia primária diminua de 81% em 2010 para 75% em 2035. O consumo de petróleo irá aumentar 15%, derivado do aumento do volume do sector dos transportes, projectando-se que chegue a um consumo de 99 milhões de b/d. Por sua vez, o consumo de gás aumentará cerca de 1,7% ao ano até 2035, atingindo o valor de 4.75 mil Tcm (EIA, 2011d, p. 5). As energias renováveis irão aumentar de 10% de 2008 para 14% em 2035 (EIA, 2011d, p. 3). Oitenta e cinco por cento deste crescimento será resultante do aumento do consumo em países não membros¹⁸ da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)¹⁹, principalmente da China, da Índia, da Indonésia, do Brasil e do Médio Oriente.

¹⁸ Em 2010, os países membros da OCDE eram: os EUA, o Canadá, o México, a Áustria, a Bélgica, o Chile, a República Checa, a Dinamarca, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Grécia, a Hungria, a Irlanda, a Islândia, a Itália, o Luxemburgo, a Holanda, a Noruega, a Polónia, Portugal, a Checoslováquia, a Eslovénia, a Espanha, a Suécia, a Suíça, a Turquia, o Reino Unido, o Japão, Coreia do Sul, a Austrália, e a Nova Zelândia. Israel tornou-se membro a 7 de Setembro de 2010, e a Estónia a 9 Dezembro de 2010.

¹⁹ Para além do consumo de energia, estima-se que as economias emergentes dominarão também as opções de fornecimento de energia, prevendo-se que mais da metade da produção de petróleo mundial pertença a membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 2035. No que respeita ao gás, os

A China irá manter a sua posição como o maior consumidor mundial de energia e juntamente com a Índia, será responsável por mais de 31% desta demanda, em 2035 (Cf. Anexo VII). Em comparação com os EUA, o consumo de energia na China terá um aumento de 68%, embora se estime que o seu consumo de energia *per capita* continuará a ser menos de metade de que o segundo maior consumidor mundial de energia (EIA, 2011d, p. 9).

Actualmente, a segurança nacional²⁰ não está unicamente confinada às preocupações “tradicionais” de segurança, nomeadamente a soberania nacional, unidade e integridade territorial. No período pós-Guerra Fria, após a propagação da globalização económica, com o aumento do unilateralismo e do terrorismo internacional surgiram outras formas “não-tradicionais” de segurança. Entre essas preocupações estão os riscos para a segurança nacional decorrente da escassez de energia e do aumento do consumo das economias emergentes China e Índia. Para Pequim, a segurança energética é uma preocupação recente²¹, mas de extrema importância para o contínuo desenvolvimento económico, para a estabilidade político-social e para a segurança nacional. Neste trabalho pretendemos contribuir para o debate e reflexão sobre a Segurança Energética Chinesa e para o estudo sobre a relação da RPC com os Países de Língua Portuguesa (PLP).

A escolha do estudo da segurança energética chinesa prende-se pela actualidade e proeminência do mesmo. O crescente interesse sobre esta temática, reside em primeiro lugar, nas implicações imediatas e a longo prazo, que o crescimento da procura de energia pela China, sobretudo do petróleo, poderá ter no mercado energético global. Actualmente, a RPC é um dos grandes *players* neste mercado e um dos principais clientes dos produtores e fornecedores de energia. As companhias petrolíferas nacionais chinesas procuram e têm investimentos na *upstream* e *downstream* energético mundial.

países não pertencentes à OCDE serão responsáveis por mais de 70% da produção mundial, em que os maiores produtores serão a Federação Russa, a região do Cáspio e o Qatar (EIA, 2011d, p. 3).

²⁰ Segundo Leonel Cardodo (1979, p. 9) para o Instituto de Defesa Nacional, a segurança nacional é a “condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade; assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das funções democráticas”.

²¹ O acesso a matérias-primas raras e a outros recursos necessários ao desenvolvimento económico como factores de preocupação para a segurança nacional foram só identificados pela primeira vez, no Livro Branco de Defesa Nacional da China, emitido a 29 de Dezembro de 2006.

Embora Pequim só tenha emergido como país importador de petróleo em 1993, rapidamente conseguiu alcançar e ultrapassar os principais consumidores e importadores mundiais. Em 2003, superou o Japão como maior importador de petróleo, e em 2009, suplantou os EUA, passando a ser o maior consumidor de energia a nível mundial. O contínuo consumo de petróleo tem sido impulsionado pela crescente demanda de matérias-primas petroquímicas, pela procura de combustíveis para o transporte de mercadorias e para o crescente número de veículos particulares, salientando-se que em 2009, a China ultrapassava os EUA, e era já o maior mercado de automóveis do mundo.

O incessante incremento das importações de petróleo que caracteriza a grande fome energética chinesa, contrastou com a queda na procura por parte dos principais países industrializados, que foram mais duramente atingidos pela recessão com a crise económica a partir de 2008 (Cf. Anexo VIII). Aliás, esta crise e tomando em consideração o significado do termo “crise” em Chinês – *wēijī*²², foi para Pequim uma oportunidade de investimento e de desenvolvimento das suas relações com os países produtores. A China aproveitou a crise económica global para intensificar e acelerar a sua prévia estratégia de obtenção de segurança energética no exterior. Através das suas enormes reservas cambiais externas, estimadas em mais de USD\$ 3 triliões (EIA, 2012f) e usufruindo da crise sentida nos países produtores e suas respectivas empresas petrolíferas, as companhias chinesas, como a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), a PetroChina, a Sinopec, a China National Petroleum Corporation (CNPC), apoiadas financeiramente pelos bancos estatais chineses e outras agências estatais, obtiveram contractos de fornecimento de longo prazo e acederam a novas áreas de exploração, a preços normalmente abaixo dos que prevaleciam no mercado. De acordo com a EIA (2012f), em 2011, as companhias nacionais chinesas investiram no exterior, USD\$ 18 biliões em activos de petróleo e de gás, e desse valor, USD\$ 12 biliões foi destinado a aumentar as compras e os investimentos de gás natural, sobretudo para ganhar mais acesso ao gás natural liquefeito (GNL) e ao gás não convencional.

De acordo com as pesquisas da *Energy Information Administration* (EIA), nos próximos anos, quase metade do crescimento global da procura de petróleo advirá da RPC.

²² O termo crise em chinês é *wēijī* é composto por dois caracteres: *wei* que significa perigo e *Ji* que significa oportunidade.

Se seguirmos as projecções pela EIA para os cenários mundiais futuros, iremos ver que a dependência externa de petróleo da China irá aumentar de 55% para 75% em 2035, e essa dependência representará o maior incremento na demanda de petróleo mundial (EIA, 2011d). A necessidade crescente de petróleo do exterior tem sido apresentada como factor para o aumento do preço do petróleo e para a volatilidade do mercado mundial do petróleo *spot*. Este acelerado aumento de consumo soleia as seguintes questões: de quanto petróleo necessitará a China daqui a vinte a trinta anos? Qual será o impacto nas reservas petrolíferas mundiais se o crescimento económico chinês continuar a crescer ao mesmo ritmo em que aumentam as importações de petróleo? Que medidas serão adoptadas para a segurança energética da RPC? Quais as implicações dessas medidas nos países consumidores e produtores, nomeadamente, nos países produtores de língua Portuguesa?

Em segundo lugar, a segurança energética chinesa tem implicações para a dinâmica das relações internacionais e para a segurança internacional. Interessa compreender e analisar como é que os interesses e as necessidades energéticas de Pequim reflectem a sua política externa e as suas acções na arena internacional, e em que medida a diplomacia energética chinesa poderá ter implicações para os países produtores e para os países consumidores.

A RPC tem demonstrado um nível sem precedentes de assertividade, confiança e habilidade em promover influências em todo o mundo (Zhang Baohui, 2010, p. 40). Quando Deng Xiaoping foi substituído por Jiang Zemin após os protestos em Tiananmen, em 1989, a estratégia defendida era a de manter um “*low profile*” e nunca assumir a liderança nos assuntos internacionais (*tao guang yang hui*)²³. A prudência defendida por Deng explica o isolamento da China no final da guerra fria. Todavia, a partir da terceira geração de líderes, com Jiang Zemin, este isolamento começou a ser quebrado. Não só

²³ Faz parte da estratégia de 24 caracteres de Deng Xiaoping formulada em Setembro de 1989 (*lěnjìng guānchá, zhàn wěn jiǎogēn, chéngzhuò yìnfù, Tāoguāngyǎnghuì, shànyú, shǒu zhuó, jué bù dāngtóu* – observar com calma, assegurar a nossa posição, fazer frente aos outros com tranquilidade, ocultar as nossas capacidades e esperar o momento oportuno, ser bom em manter um low profile e nunca liderar a reivindicação). Posteriormente foram incluídos mais quatro caracteres e passou a designar-se Teoria dos 28 caracteres. Muito destes caracteres ainda fazem parte da posição global da China actual: *lěngjìng guānchá* (observa e analisa calmamente as situações), *wěn zhù zhènjǐào* (defender a sua posição), *chéngzhuò yìnfù* (fazer face às mudanças com tranquilidade), *tāoguāngyǎnghuì* (dissimular as capacidades e esperar uma oportunidade), *shànyú shǒu zhuó* (manter um low profile), *jué bù dāngtóu* (evitar protagonismos), *yǒu suǒ zuòwéi* (fazer algumas contribuições) (Zhao, Q. 1996, 53-54 citado por Cabestan, 2010, p. 1).

foram restabelecidas gradualmente as relações com os países vizinhos através da política de boa vizinhança (*zhoubian waijiao*), como também reforçadas as relações com os “Grandes Poderes” (*ta guo*), como os EUA e a Rússia, através da “Política dos Grandes Poderes” (*daguo waijiao*).

É a partir de Hu Jintao que sucedeu a Jiang Zemin como Secretário-geral do PCC, em Novembro 2002, e de Wen Jiabao que substituiu Zhu Rongji como Primeiro-Ministro, em Março 2003, que se começa a assistir a uma “nova política” externa chinesa (Cabestan, 2010, p. 2). Apesar das relações bilaterais com os grandes poderes continuarem a ser cruciais, a China tem, simultaneamente, intensificado a sua participação em organizações multilaterais e, pela sua contínua dependência externa de energia, de materiais raros e de produtos de agricultura, estimulado as relações com muitos países em vias de desenvolvimento. Esta nova política externa Chinesa é mais assertiva e proactiva na defesa dos interesses nacionais. Como refere Palácio (2012) a China esta “*num estado de mudança, exibindo a sua confiança ao mesmo tempo que lida com fontes internas de insegurança*”. A energia é uma das “*uma das fontes internas de insegurança*”, já que e como referimos anteriormente, a China está dependente de fontes externas de energia para sustentar o seu crescimento económico, e manter estável política e socialmente um país com mais de 1,3 biliões de pessoas. O que significa que a energia como um dos desafios para a segurança nacional é uma prioridade na política externa da China. Como salienta Men Honghua (2005, p. 33) “*a segurança energética não é uma simples questão de energia ou uma questão económica. Ela envolve a segurança nacional, os interesses económicos estratégicos e a diplomacia*”.

Esta “*fonte de insegurança interna*” está a contribuir para a expansão da influência e das actividades da RPC a nível mundial. A busca de novas oportunidades de acesso a riquezas naturais e energéticas tem conduzido Pequim e as empresas estatais chinesas a todos os continentes. As suas medidas externas de segurança energética traduzem-se numa intensa diplomacia energética (*Nenggyuan waijiao*) que é acompanhada pela estratégia *Going out* (*Zou chu qu*) das companhias petrolíferas nacionais chinesas. Esta diplomacia é efectuada a nível bilateral e multilateral pelos líderes políticos, diplomatas e representantes do Estado chinês nos diversos países produtores de hidrocarbonetos, no Médio Oriente, em África, na América Latina e na Ásia. Por outro lado, a necessidade de recursos e a procura

de rotas alternativas mais seguras do que a que passa pelo Estreito de Malaca, faz com que esteja a investir financeira e diplomaticamente nos países vizinhos produtores ou com reservas de hidrocarbonetos. Esta estratégia que iremos denominar de “*segurança pela proximidade*” já garantiu a Pequim a construção de oleodutos e gasodutos para os novos fornecimentos de longo prazo oriundos da Rússia, do Cazaquistão e do Turquemenistão. Mas existem outros países que já estão gradualmente a serem “conquistados” e que poderão vir a ser mais uma área de influência no “*wéiqí* energético chinês”²⁴, como é caso do Afeganistão, e que iremos analisar no capítulo III.

Para Zha Daojiang e Shao Breslin (2010, p. 64), existe uma preocupação internacional sobre as repercussões que a diplomacia energética pode ter na ordem global. Esta apreensão tem por base, não só o facto de Pequim manter relações com países produtores de hidrocarbonetos, como o Irão, o Sudão e a Venezuela, mas também com países que ganharam o estatuto de Estados Párias para o ocidente, considerados de pouca confiança por desenvolverem políticas internas, e muitas vezes externas, que desafiam os interesses ou as preferências dos EUA e da Europa. A apreensão sobre as repercussões que a diplomacia energética eleva-se se pensarmos em casos particulares, como é o Irão, um país ao qual são impostas sanções pelo possível desenvolvimento de um programa nuclear, em que as empresas internacionais estão impedidas de investir ou comercializar, mas que mantem relações diplomáticas e comerciais com a China. Aliás, é o segundo maior fornecedor de petróleo a Pequim e, ao contrário dos EUA, foi-lhe concedido o estatuto de membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

A preocupação com a sua segurança energética está a levar a China a implementar medidas externas que podem conduzir, para os analistas de segurança energética realistas, a conflitos ou a aumentar as rivalidades com outros consumidores mundiais de energia. Advogam que a contínua dependência externa de petróleo potenciará conflitos com os principais consumidores de energia, nomeadamente os EUA e o Japão. Muitos analistas da escola neo-mercantilista que estudam a segurança energética da RPC, tal como Dan Blumenthal (2008, p. 418) e Erickson & Goldstein (2009, p. 45), referem que Pequim entende que o mercado de petróleo está a ser controlado e manipulado pelos Estados

²⁴ *Wéiqí* é um jogo estratégico de soma zero, que surgiu na China há cinco mil anos. A tradução significa “jogo de cercar” território.

Unidos, em detrimento da China. De facto, e como iremos desenvolver no capítulo II, muitos analistas chineses consideram que uma das maiores preocupações da segurança energética chinesa reside na vulnerabilidade do fornecimento de petróleo devido ao domínio político e militar dos Estados Unidos a nível mundial. Ou seja, receiam que os Estados Unidos possam embargar ou pressionar os países produtores de petróleo para interromper as exportações de petróleo para a China.

Che Xiangming (2005, p. 201) defende que nenhum país pode viver sem petróleo, que é, pela sua importância como recurso estratégico é um factor que pode induzir a guerras entre nações, salientando que a concorrência sobre o petróleo vai-se tornar numa das principais características do futuro da segurança internacional. Para defender e transportar as suas importações marítimas de petróleo, como iremos referir no capítulo II, a China está dependente dos petroleiros internacionais e da defesa da marinha dos EUA. Actualmente, Pequim detém pouca capacidade de moldar os eventos que estão a decorrer no Sul e no Mar Meridional da China através da coerção militar. No entanto, poderá utilizar meios políticos e económicos em situações que afectem a sua soberania nacional. Realçamos que o quase monopólio de produção de metais raros exercido pela China²⁵ permitiu que Pequim suspendesse, no final de 2010, o fornecimento dos metais raros ao Japão, em represália pela detenção de um capitão de barco chinês, que tentava pescar em águas das ilhas Senkaku, controladas pelo Japão mas reclamadas pela China. Estas ilhas, tais como outras no sul do mar da China (*wen nan bao bei*) são disputadas por vários Estados asiáticos, devido, entre outros factores, aos vastos recursos energéticos e piscatórios que possuem. Nesta disputa territorial, e que iremos desenvolver no capítulo III, Pequim não hesitou em usar os metais provenientes das terras raras como instrumento político, tal como a Rússia utilizou a energia - mais especificamente o gás – como “arma geopolítica” contra a Ucrânia, em 2006 e 2009.

Em terceiro e último lugar, consideramos que as necessidades energéticas chinesas poderão ter implicações para a segurança ambiental regional e global e para as mudanças climáticas. Como iremos ver no capítulo I, embora o petróleo seja a fonte de maior vulnerabilidade energética para o gigante asiático, o seu *mix* energético é dominado pelo

²⁵ Noventa e sete por cento dos 17 metais provenientes de terras raras comercializados no mundo são provenientes da China.

consumo de carvão, o recurso que mais contribui para a produção do dióxido de carbono (CO₂). Em comparação com outros recursos fósseis, a China possui as terceiras maiores reservas de carvão e, embora esteja a incentivar o consumo de gás e a investir nas energias renováveis, o seu consumo de carvão duplicou nos últimos oito anos, tornando-se desde 2009, num país importador deste recurso fóssil.

O crescimento do consumo energético na China, com o recurso às fontes energéticas fósseis, implica, assim, o aumento das emissões de dióxido de carbono. Em 2006, de acordo com a Agência de Avaliação Ambiental da Holanda, a RPC ultrapassou os Estados Unidos como maior produtor mundial CO₂, o principal gás de efeito estufa. Com base em dados de uso de energia e da produção de cimento, esta agência estimou a emissão total de CO₂ na China em 6,2 biliões de toneladas, dos quais 550 milhões de toneladas de cimento. Nos EUA, as emissões atingiram, nesse ano, os 5,8 biliões de toneladas, sendo 50 milhões de toneladas por causa do cimento. Se os valores de dióxido de carbono na China acompanharem o ritmo do seu crescimento económico, as emissões de dióxido de carbono atingirão 8 gigatoneladas por ano até 2030, o que é equivalente à produção actual de CO₂ do mundo inteiro (Ning Zeng; Yihui Ding; Jiahua Pan; Huijun Wang, 2008, p. 732).

Taiyuan, Pequim, Urumqi, Lanzhou, Chongqing, Jinan, Shijiazhuang, são sete das dez cidades mais poluídas do mundo e situam-se na China. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) (2011, p. 56) *“a poluição do ar exterior está associada a cerca de 300 mil mortes e 20 milhões de casos de doenças respiratórias por ano na China, com custos de saúde anuais estimados em cerca de 3% do PIB”*. Anualmente, a chuva ácida e a erosão subtraem grandes quantidades de terra arável à agricultura. No distrito de Minqin, no norte da China, a degradação das terras levou ao abandono de mais de 80% dos terrenos. Cerca de 70% da água dos rios, lagos e lagoas está poluída e inservível, e a água potável está a diminuir em várias regiões do país.

A relevância que as mudanças climáticas têm para a política energética chinesa foi expressa, primeiramente, pela emissão a 4 de Junho de 2007, do documento *“National Climate Change Programme”*. Neste documento estratégico, o primeiro *“por um país em desenvolvimento”* para enfrentar o aquecimento global, Pequim refere que o *mix* energético chinês, dominado pelo consumo de carvão, é uma das circunstâncias naturais da China, que

condiciona a mudança climática e que irá reestruturar a sua economia, promover as tecnologias limpas e melhorar a eficiência energética (National Development and Reform Commission - NDRC, 2007). Posteriormente, esta importância foi novamente aferida, com a publicação em Outubro de 2008 e Novembro de 2011, do Livro Branco “*China’s Policies and Actions for Addressing Climate Change*”, e em que a China se identifica como “*o maior país em desenvolvimento do mundo, com uma grande população, recursos energéticos insuficientes, um clima complexo e um frágil eco-ambiente*” (Information Office of the State Council of The People's Republic of China, 2011; Information Office of the State Council of The People's Republic of China, 2008b). Ambos os documentos revelam preocupação por esta questão e defendem a necessidade de abordar a mudança climática, seguindo as exigências do conceito Desenvolvimento de Científico (*Kēxué Fāzhǎn Guān*)²⁶, e tendo em consideração o desenvolvimento económico global, a situação interna e a situação internacional. Salientam que no processo de industrialização em curso na China, o seu *mix* energético é dominado pelo carvão, não podendo ser alterado substancialmente num futuro próximo, tornando o controlo das emissões de gases de efeito estufa muito difícil. No entanto, como país em desenvolvimento, e para avançar ainda mais em direcção aos seus objectivos de desenvolvimento, adiantam que a China vai esforçar-se para o crescimento racional da procura de energia, enquanto condição básica para o progresso de todos os países em desenvolvimento.

No final de 2009, no ano em que o governo chinês estabeleceu a meta de redução dos níveis de CO₂ por unidade do PIB em cerca de 40 a 45%, em 2020, com bases nos níveis de 2005, a China ultrapassou a liderança dos EUA, e tornou-se o país líder no investimento em energias limpas. Actualmente, Pequim lidera mundialmente em vários indicadores do crescimento do mercado, incluindo a capacidade em matéria de energia eólica e biomassa. No entanto, apesar dos esforços governamentais para aumentar a eficiência energética e aumentar o valor das energias renováveis no *mix* energético, o consumo de energia na RPC continua a ser dominado por energias fósseis, especialmente

²⁶ O Conceito de Desenvolvimento Científico foi articulado por Hu Jintao pouco depois de assumir o poder em 2002, e está ao lado dos contributos teóricos de Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin. Foi integrado no 17.º Congresso do Partido na Constituição do Partido Comunista Chinês, e no 18º Congresso do Partido passou a fazer parte da orientação de acção do Partido Comunista, que incorpora o socialismo científico, o desenvolvimento sustentável, bem-estar social, uma sociedade humanista e a criação de uma sociedade socialista harmoniosa (Xinhua, 2012c).

pelo carvão. Nas projecções apresentadas no relatório BP Energy Outlook 2030 (BP, 2011a), as energias fósseis irão continuar a subjugar outras formas de energia para segundo lugar, nas próximas décadas, o que indicia que as tentativas para reduzir o aquecimento global serão irrelevantes se a China não tentar ou conseguir reduzir as emissões de dióxido de carbono. Desta forma, como é que a China lida com os problemas ambientais e com os desafios da conservação da energia, da eficiência energética e diversificação de consumo e fornecimento energético são também questões relevantes em termos de segurança regional e mundial e para as relações internacionais.

O objecto de estudo desta tese de doutoramento insere-se no domínio das Relações Internacionais, especialidade de Estudos Políticos de Área, mais concretamente, na estratégia externa da China face aos países de Língua Portuguesa, e que envolve uma componente predominantemente securitária – a segurança energética. Nesse sentido, foi adoptada a seguinte questão como pergunta de partida: *Como é que as preocupações da China com a segurança energética estão ligadas com a relação com os países produtores de Língua Portuguesa?* Da pergunta de partida decorrem outras questões que têm como objectivo reflectir sobre a temática em causa, a fim de melhor a compreendermos:

1. Quais são as principais preocupações da China com a segurança energética?
2. Quais as medidas adoptadas pela China para reduzir a sua insegurança energética?
3. Quais são as características nucleares da actuação da China para com os países de Língua portuguesa na área da energia?
4. Em que medida Angola contribui ou pode contribuir para a segurança energética Chinesa?
5. Em que medida Brasil contribui ou pode contribuir para a segurança energética Chinesa?
6. Em que medida Timor-Leste contribui ou pode contribuir para a segurança energética Chinesa?

Para melhor entender a questão energética chinesa e o seu impacto nas relações com os países de língua portuguesa, mais concretamente, com Angola, Brasil e Timor-Leste, enumeramos os seguintes pressupostos:

- a. O acelerado crescimento socioeconómico ir-se-á manter acompanhado pelo aumento do consumo energético na China;
- b. O contexto internacional caracterizar-se-á pelo *Business as usual*.

Assim, e tendo em consideração a amplitude deste tema, dividiu-se o presente trabalho em quatro capítulos, completados por uma introdução e uma conclusão.

No primeiro capítulo, procuraremos evidenciar a importância do estudo da temática da segurança energética chinesa, identificando as principais implicações que a crescente necessidade energética da China poderá ter para o mercado energético, para as relações internacionais, para a segurança internacional e para as alterações climáticas. A partir do objecto de estudo neste trabalho, a estratégia externa da China face aos países de Língua Portuguesa, que envolve uma componente predominantemente securitária – segurança energética, identificamos a pergunta derivada e as perguntas subjacentes à mesma que irão servir como as linhas orientadoras da organização estrutural deste trabalho. Terminaremos este capítulo com o enquadramento teórico e as bases teórico-conceituais onde se insere a segurança energética chinesa.

O capítulo II será iniciado com uma breve evolução histórica do desenvolvimento do sector energético na China, mais especificamente do petróleo. Posteriormente avaliaremos o panorama energético actual de forma a perceber quais são principais preocupações com a segurança energética na China e de que forma Pequim está a tentar solucionar os desafios internos em termos energéticos. Ainda neste capítulo, abordaremos os riscos e as ameaças à segurança energética chinesa e analisaremos as perspectivas e análises dos conceitos de segurança energética desenvolvidos na China.

No capítulo III serão analisadas as medidas externas de segurança energética. Pretende-se neste capítulo, interligar a política externa chinesa com as necessidades energéticas chinesas, nomeadamente a nível de fornecimento e a nível de segurança de transporte das importações. Iremos analisar a diplomacia energética para três grupos de países: o primeiro, os países produtores; o segundo, os países que fazem parte dos corredores terrestres e marítimos por onde passam as importações de energia para a China, e o terceiro e último os países que cujos interesses e objectivos a nível da energia podem colidir com os interesses e objectivos de Pequim. Será também feita uma interligação entre

a diplomacia energética e a estratégia das companhias chinesas – *going out*, de forma a avaliar qual a interligação entre dos diferentes actores envolvidos nesta estratégia, o papel dos bancos e das companhias chinesas e a relevância do *equity oil* para a segurança energética chinesa. A análise das estratégias externas da segurança energética chinesa deste capítulo constitui a base para poderemos avaliar a relação da China com os Países de Língua Portuguesa e a sua presença no sector energético dos estudos de caso escolhidos neste trabalho.

No Capítulo IV, iremos analisar, as relações da China com os Países de Língua Portuguesa, evidenciando as particularidades de cada um deles para a segurança energética chinesa, e o modo como Pequim e outros actores chineses se integram e relacionam com os PLP. Seguindo a mesma estrutura de análise iremos, primeiramente, analisar os principais países produtores de petróleo actuais lusófonos: Angola e o Brasil. Estes dois estudos de caso foram escolhidos pelo seu potencial actual e futuro em termos produção de petróleo e pela sua crescente participação no total das importações de petróleo chinesas. Posteriormente, iremos analisar as relações da RPC com Timor-Leste, analisando-se o contributo deste país de língua Portuguesa para a segurança energética da China, não como possível fornecedor de petróleo mas de gás natural.

Por último, terminamos este trabalho apresentando as conclusões e os respectivos contributos práticos desta investigação. Iremos, também, equacionar temáticas que consideramos importantes para futuras investigações e análises nesta área.

No que se refere à delimitação temporal, o período de estudo deste trabalho está balizado entre a década de 1990 e 2011. Esta opção temporal tem como principais fundamentos:

1. Iniciar o estudo a partir da década em que a RPC deixou de ser um país exportador e passou a ser um importador de petróleo;
2. Iniciar o estudo a partir da década que a RPC passou a ter um contínuo aumento do consumo energético interno;
3. Iniciar o estudo a partir da década que os líderes chineses começaram a efectuar estratégias externas para assegurar fornecimentos de energia;

4. Terminar o estudo com quando RPC foi considerado o maior consumidor de energia a nível mundial e o segundo maior consumidor de petróleo, a seguir aos EUA.

1.1.1. A Segurança Energética

“Energy security is like a Rorschach inkblot test, you can see whatever you want to see it”

David Victor, 2009

Pretende-se com este trabalho analisar a segurança energética da RPC que é actualmente, o maior consumidor mundial energético e o segundo maior consumidor mundial de petróleo. Neste sentido, é necessário perceber o surgimento das preocupações com a segurança energética, as estratégias adoptadas pelos países produtores e consumidores, assim como as principais abordagens a este conceito. A segurança energética é uma área emergente e cada vez com maior importância para as Relações Internacionais, já que o aumento da procura e dos preços da energia, a competição pelo acesso aos recursos energéticos, o receio pela escassez e esgotamento dos mesmos num futuro próximo, as preocupações com os efeitos sociais e políticos da mudança climática são uma constante e uma preocupação de quase todos Estados, actuando como motor, ou no mínimo catalisador, do seu comportamento na arena internacional.

O conceito de segurança energética tem sido discutido e analisado desde a crise de petróleo da década de 1970, quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decretaram o embargo de petróleo aos EUA e à Europa²⁷. O embargo, que foi uma resposta dos países do Médio Oriente ao apoio dados pelos países ocidentais a Israel durante a guerra do Yom Kippur, teve repercussões no preço do petróleo e na economia mundial. Provocou um crescimento nos preços de

²⁷ De acordo com Regina Salvador e Bruno Marques (2005) o embargo de embarques de petróleo abarcou os Estados Unidos, os Países Baixos (importância estratégica do porto de Amesterdão como redistribuidor europeu de combustível) e Portugal (a base das Lajes era o principal ponto de abastecimento americano no fornecimento de armas).

petróleo de USD\$ 2,5 para USD\$ 11,6 por barril, representando um aumento de 350% em apenas dois anos, e um declínio na economia mundial, cuja média de crescimento do PIB na década anterior tinha sido 5,1%, tendo descido para 2,5% em 1974 e 1,5% em 1975 (Blázquez & Martín-Moreno, 2012).

Desde o tempo das crises de petróleo, a literatura sobre segurança energética no mundo ocidental, sobretudo nos Estados Unidos, tem como foco a segurança do fornecimento e sobretudo do petróleo. A segurança energética é apresentada como o acesso ao fornecimento de petróleo a preços razoáveis e está direccionada para prevenir rupturas de abastecimento e minimizar os efeitos nos países consumidores do impacto de uma crise de fornecimento, caso esta ocorra. A definição de Daniel Yergin insere-se nesta “*análise tradicional de segurança energética*” (Downs, 2004), ao defender que o objectivo da segurança energética é “*assegurar o fornecimento regular e adequado de energia, a preços razoáveis, de forma que não comprometa os principais valores e objectivos nacionais*” (Yergin, 1988, p. 111). Por sua vez, David Deese (1979, p. 140) define segurança energética como “*a condição em que uma determinada nação terá um adequado fornecimento de energia a preços acessíveis*”.

Essa literatura não conseguiu chegar a uma definição consensual de segurança energética (Alhajji, 2007a). Benjamin Sovacool (2011, pp. 2-3) refere que Aristóteles terá dito que “*quem controla a definição controla o debate*”, apontando para que, apesar de existirem diversos conceitos de segurança energética²⁸, o conceito tem-se tornado difuso e muitas vezes incoerente. Até recentemente, a corrente dominante sobre segurança energética mantinha esta linha conceptual, centrada nas noções de fornecimento “*adequado*”, de “*confiança*” a “*preços marcados pelo mercado razoáveis*”. O vice-Presidente do Conselho Mundial de Energia Hisham Khatib, no seu artigo “*Business as Usual*”, apontou alguns dos problemas na definição de segurança energética, explicando que houve uma tendência para definir a “*segurança de energia como sendo a disponibilidade contínua de energia na forma certa, em quantidades suficientes e a preços razoáveis*”. Esta definição contém, segundo Khatib, alguns aspectos contraditórios. Em

²⁸ Benjamin Sovacool, na sua pesquisa e entrevistas com especialistas em energia, reuniu quarenta e cinco definições de segurança energética que são apresentadas na introdução do livro *The Routledge Handbook of Energy Security*, editado em 2011, das páginas 4 a 6.

primeiro lugar, requer a existência de energia “na forma certa”, e as únicas formas de energia disponíveis neste momento, e que provavelmente continuarão a estar disponíveis no futuro, são os combustíveis fósseis. Em segundo lugar, esta definição engloba simultaneamente “quantidades suficientes” e “a preços razoáveis” de energia, todavia “quantidades abundantes, suficientes e baratas, a preços razoáveis não coincidem” (2005, p. 14). Indubitavelmente, garantir o fornecimento adequado de energia primária é uma importante preocupação para os Estados e envolve questões como obter acesso a energia sem interrupções, preços razoáveis e transporte seguro. Acresce que a noção de preços razoáveis e que garantam a segurança energética varia entre os países produtores e consumidores. Os preços são razoáveis quando são suficientemente altos para garantir um adequado retorno de investimento para os países produtores e suficientemente baixos para que possam estimular o crescimento económico nos países consumidores. Assim, para Alhajji (2007c) obter preços razoáveis é um “*objectivo elusivo julgado por critérios objectivos*”, que devia ser substituído por “*baixa volatilidade dos preços*”.

Quando analisamos os conceitos de segurança energética verificamos que a conceptualização varia de acordo com a localização geográfica, com os recursos energéticos ou a sua inexistência, com o sistema político, a economia e as relações externas dos países. Porém, podemos estabelecer uma distinção base entre o que é segurança energética para os países produtores e o que é para os países consumidores. Os primeiros privilegiam a segurança da procura, a garantia de que sua produção será comprada por um preço justo, por uma diversidade de clientes e por um longo período de tempo, para que os orçamentos nacionais possam antecipar um fluxo de receita estável e previsível. Preferem manter o máximo de controlo sobre as indústrias de energia, tentando a obtenção de investimento nacional ou estrangeiro suficiente para manter ou ampliar a produção e garantir que as suas economias estejam suficientemente diversificadas para que não sejam dependentes dos preços flutuantes de energia. Os segundos procuram a segurança de fornecimento, a garantia de encontrar fornecimentos constantes para as suas necessidades energéticas, através de uma diversidade de fornecedores e de adequadas infra-estruturas de transporte de recursos energéticos. O que representa a segurança energética para um país produtor como Arábia Saudita não o é para um país consumidor como a China, ou um país de trânsito como a Ucrânia. Hisham Nazer, antigo Ministro do Petróleo na Arábia Saudita

definia a segurança energética como “*manter e melhorar o acesso ao local onde o petróleo existe em abundância*” (Hisham Nazer, 1989, citado por Alhajji, 2007b). Neste caso, a “abundância” é óbvia, e refere-se à Arábia Saudita, um país que possui as maiores reservas do mundo e os mais baixos custos de extracção. Ao passo que, a RPC, apesar de possuir reservas provadas de petróleo avaliadas em 20,4 biliões de barris em Janeiro de 2012 (EIA, 2012), necessita de aceder a fornecimentos de petróleo seguros, contínuos e de longo e a médio prazo nos países onde o “*petróleo existe em abundância*”. A Ucrânia, como país consumidor está interessada na diversificação das fontes de energia, mas como país de trânsito privilegia a cooperação com os países Europeus. Como defendeu o Presidente Viktor Yanukovich (Europapress.es, 2012) no Fórum Económico Mundial em Davos, na Suíça (25-29 Janeiro de 2012), a Ucrânia apresenta-se como um “*parceiro de confiança*” da UE “*para a transferência de hidrocarbonetos*” oriundos da Rússia e para a “*integração do país no espaço europeu e para fortalecer a segurança energética na região*”.

A definição de segurança energética deriva largamente dos interesses nacionais, e depende se o rendimento do país deriva das exportações de energia ou, pelo contrário, se o país depende das importações externas de energia. Para Orttung & Perovic (2010, pp. 222-223) os países importadores procuram manter os preços relativamente baixos da energia através do desenvolvimento de um mercado altamente competitivo de recursos energéticos, de forma a promover simultaneamente o livre acesso aos campos de petróleo e de gás, o fluxo de investimentos por empresas privadas e estatais para desenvolver os recursos e o uso da força militar para garantir que as linhas de abastecimento permanecem abertas. Por sua vez, e segundo estes analistas de segurança energética, os países exportadores procuram maximizar o retorno que recebem com a venda de seus activos de energia no mercado. Contudo tanto os países consumidores como os países produtores partilham o interesse em manter a estabilidade do sistema internacional de energia.

A necessidade de aumentar a segurança energética foi o principal objectivo subjacente à criação da Agência Internacional de Energia (AIE) que surgiu durante a crise de petróleo de 1973-74. Esta agência, com sede em Paris, dá em especial ênfase à

segurança de fornecimento do petróleo²⁹ e tem por objectivo criar mecanismos eficazes para a implementação de políticas nas questões energéticas. Mais recentemente, o seu âmbito de trabalho alargou-se também às políticas das alterações climáticas, tentando trabalhar em colaboração com o resto do mundo, sobretudo com grandes consumidores e produtores de energia, como os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Federação Russa e a RPC.

A definição de segurança energética da Agência Internacional de Energia tem sido constantemente reformulada ao longo dos anos. Em 1985, o *“fornecimento adequado a preços razoáveis”* era a principal característica da segurança energética (IEA - International Energy Agency, 1985, p. 29), enquanto uma década depois, era apresentada como *“uma nova forma de evitar as distorções do mercado”* (OECD/IEA, 1995, p. 23) porque *“um mercado internacional que funciona suavemente irá fornecer fornecimentos de energia acessíveis, seguros e contínuos”* (OECD/IEA, 2002, p. 3). Mais recentemente a segurança energética tem simultaneamente uma componente física e uma componente do preço, sendo apresentada como *“uma disponibilidade física ininterrupta por um preço que é acessível, respeitando as preocupações ambientais”* (IEA - International Energy Agency, 2011b). A AIE faz também a distinção entre dois aspectos da segurança energética: segurança energética a longo e a curto prazo. A segurança energética a *“longo prazo”* está *“ligada principalmente aos investimentos oportunos para o fornecimento de energia em função da evolução económica e das necessidades ambientais”*. E a *“curto prazo”*, a segurança energética é a *“capacidade do sistema de energia para reagir prontamente a mudanças bruscas de oferta e demanda”* (IEA - International Energy Agency, 2011b).

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma extraordinária mudança nos desafios à segurança energética que põe em causa os conceitos e as políticas existentes. Para Daniel Yergin (2006, p. 69 e 75) a visão tradicional de segurança energética é muito limitada e deve ser expandida para incluir outros factores e mais desafios. Ao mesmo tempo, Yergin defende que é necessário reconhecer que a segurança energética é um factor influenciado

²⁹ A Segurança do petróleo continua a ser uma pedra angular da AIE. Os países membros são obrigados a manter reservas de petróleo equivalentes a pelo menos 90 dias de importações líquidas, assim como, medidas de emergência para responder colectivamente a interrupções no fornecimento de petróleo de uma magnitude tal que lhes possam causar danos económicos.

pelas relações entre as Nações e pela forma como interagem umas com as outras, e que o surgimento de novos desafios de segurança leva à necessidade de se criar um novo conceito de segurança energética.

No século XX, quando ocorreram os dois primeiros choques petrolíferos de 1973 e de 1979/80, as ameaças que tinham de ser debeladas eram a ruptura do abastecimento nos países produtores, a repetição do embargo político imposto pelos países árabes e a volatilidade dos preços no mercado. As preocupações dos Estados centravam-se na segurança de fornecimento de petróleo e nos riscos associados à dependência das importações de petróleo. Actualmente, as preocupações englobam outros recursos energéticos como o gás natural, e os problemas são plurifacetados e multidimensionais, indo desde a ameaça climática à pressão demográfica, à ameaça terrorista e à crescente dependência dos países produtores. Num mercado volátil, onde o abastecimento do petróleo está cada vez mais concentrado em menos países e, em que ao mesmo tempo se assiste ao aumento do consumo mundial de petróleo, sobretudo graças às economias emergentes da China e da Índia, os fluxos de abastecimento podem ser afectados por climas incertos em países produtores, muitas vezes referidos de “*nacionalismo de recursos*”, por tensões geopolíticas, pelo terrorismo, ou mesmo por desastres naturais. Os riscos e as ameaças criam incerteza quanto à contínua disponibilidade de oferta, podem prejudicar o fornecimento, desequilibrar a procura e afectar o mercado energético e os países consumidores e produtores. Perante os desafios que se colocam aos diversos mercados energéticos, o aumento dos riscos e das ameaças e dos problemas transnacionais, alguns analistas defendem a necessidade de um conceito multidimensional de segurança energética (Alhajji, 2007, Baumann, 2008, Kovacocska, 2008; Von Hippel *et al.*, 2009, Couto, 2010; Sovacoo, 2011). Este conceito engloba acções internas e externas, com várias dimensões diferentes mas que se combinam, cujo número varia de autor para autor.

Para Alhajji (2007c) a segurança energética tem as seguintes seis dimensões: a económica, a ambiental, a social, a de política externa, a técnica e a de segurança. Bauman (2008, pp. 14-15) reduz o número de dimensões para a segurança energética para quatro, defendendo uma dimensão interna, económica, política e de segurança. O General Cabral Couto na conferência “Soberania Energética: Uma estratégia para Portugal”, realizada no Instituto de Defesa Nacional, a 26 de Janeiro de 2010, defendeu a mesma perspectiva

multidimensional para o conceito e as dimensões que apresentou aplicadas à segurança energética de Portugal foram também quatro: a geopolítica, a económica, a militar e a interna. Neste trabalho, consideramos o conceito multidimensional de segurança energética com quatro dimensões: segurança, política externa, dimensão interna e económica.

A primeira, a dimensão de segurança diz respeito à segurança de meios, infra-estruturas e sistemas de informação afectos à produção, ao armazenamento, ao transporte e à distribuição de energia. Desta dimensão advém a necessidade de um Estado utilizar forças de segurança e de defesa para proteger o país de ataques terroristas, de piratas, ou de qualquer outra ameaça para a produção e consumo de energia. Definir o que são ameaças e riscos pode ajudar a clarificar a análise do conceito nesta dimensão. Considera-se que há uma ameaça à segurança energética quando um Estado ou actores não-estatais utilizam *“meios provenientes de uma vontade consciente com vista a afectar o normal fluxo energético entre o consumo e a produção”* (Duarte & Fernandes, 2010, p. 9). São de destacar os actos hostis de piratas ou terroristas contra alvos críticos de infra-estruturas energéticas e o *“uso da energia como arma”* por um grupo ou um país produtor. Em ambos os exemplos, mesmo os países que não são o alvo da ameaça podem vir a sofrer consequências, através de interrupções de fornecimento e de aumento dos preços. Os riscos podem ser causados por eventos adversos que não resultam de intenção hostil e que se dividem em riscos de curto e longo prazo. Os primeiros incluem interrupção física do fornecimento devido a falhas ou erros humanos e a condições climáticas naturais adversas. Os segundos contemplam a acumulação de tendências insustentáveis e vulneráveis no país ou no estrangeiro, como *stocks* a um nível persistentemente baixo e a crescente e forte dependência de importações (Duarte & Fernandes, 2010, p. 9).

Como referimos anteriormente, as reservas de produção de gás e de petróleo mundiais estão concentradas em países volúveis e instáveis, com alguns destes países a terem sido ou a estarem a ser marcados por guerras, conflitos civis e por ataques terroristas. Ataques a estes países ou riscos de instabilidade interna têm reflexos no aumento dos preços do petróleo e muitas vezes, na redução da produção de recursos energéticos. A nacionalização iraniana, entre 1951 e 1954, resultou numa perda de 924 milhões de barris; a invasão do Kuwait pelo Iraque resultou na perda de 420 milhões de barris, entre 1990-91, enquanto a invasão do Iraque pelos EUA, em 2003, resultou na perda de mais de 1 bilião

de barris de petróleo. Mais recentemente, a guerra civil na Líbia provocou a perda de cerca de 300 milhões de barris, embora o número tente a ser maior com o longo processo de reconstrução das infra-estruturas depois do fim do governo de Kadhafi (Darbouche & Fattouh, 2011, p. 3).

Desta forma, a preocupação pela segurança das infra-estruturas energéticas e do transporte dos recursos energéticos é partilhada tanto por países produtores como por países consumidores, que criam estratégias para defender, respectivamente, as suas reservas/produções e as suas importações. A Arábia Saudita é o maior exportador mundial de petróleo. Um eventual ataque a qualquer ponto crítico do sistema petrolífero saudita, que provocasse interrupções de fornecimento e que privasse o mercado do petróleo durante algumas semanas, poderia ter repercussões avassaladoras para os países consumidores e para a própria Arábia Saudita. Daí que a Arábia Saudita crie mecanismos de segurança para os seus recursos energéticos. Depois do ataque por terroristas ligados às organizações islâmicas radicais ao porto petrolífero de Yanbu no mar vermelho, em 2004, criou um sistema de segurança de 5 biliões de dólares por ano, com 30 mil homens a patrulhar os seus oleodutos e instalações (Silva, 2005, p. 14). Por sua vez, a China, preocupada com a insegurança das suas importações petrolíferas, que chegam ao país essencialmente por via marítima, está a desenvolver um sistema terrestre de formas alternativas de transporte a partir dos países vizinhos. As suas medidas para a segurança do fornecimento, através da diversificação de maior número de fornecedores, também reflectem a preocupação com a grande dependência de importações de países produtores voláteis localizados no Médio Oriente.

As preocupações com a vulnerabilidade no fornecimento energético também o são para organizações multinacionais como a NATO. De facto, os 28 membros da Aliança Atlântica estão cada vez mais dependes da importação de energia por redes de distribuição exteriores, expostos a possíveis cortes de fornecimento, seja pelos países produtores ou pelos países de trânsito, ou ainda causada por terceiros e situações imprevisíveis. A segurança energética é uma preocupação central no novo conceito estratégico da NATO, aprovado em Lisboa, a 20 de Novembro de 2010. A NATO aparece como um papel legítimo a desempenhar na segurança energética. De acordo com Michael Rühle (2011), Director da Secção de Segurança Energética na Divisão da NATO de Desafios Emergentes

à Segurança, o papel da Aliança deve ser o de “*desenvolver a capacidade de contribuir para a segurança energética, incluindo a protecção de infra-estruturas, bem como de corredores e zonas de trânsito críticas, a cooperação com os parceiros e as consultas entre os Aliados com base em avaliações estratégicas e planos de contingência*”.

A avaliação da posição de um país em termos de segurança energética passa por duas fases. A primeira, engloba a identificação dos riscos e das ameaças ao seu fornecimento, a avaliação da probabilidade de ocorrência destes e o impacto dessa mesma ocorrência. Posteriormente, numa segunda fase, será formulada uma política de segurança energética tendo em conta o nível de vulnerabilidade energética do país. Essa vulnerabilidade acentua-se com a fungibilidade dos transportes, a distância entre a localização dos recursos e as instalações que os recebe, a distância entre os recursos e o país que os consome, e ainda com as condições políticas, económicas e sociais do país produtor. Garantir “*energia em várias formas, em quantidades suficientes de forma ininterruptos a preços razoáveis*” (Meidan, 2007, p. 16) envolve para os países consumidores dois tipos de preocupações a nível da segurança energética.

O primeiro é um cenário a curto prazo, em que o consumidor se preocupa com a possibilidade de sofrer um risco de interrupção de oferta de energia devido a acidentes nas infra-estruturas ou eventos naturais, ou ser alvo de uma ameaça por parte de um Estado ou de actores não estatais. Neste cenário, o risco típico é a subida dos preços causada por uma interrupção física do fornecimento, por um pico na procura ou pela utilização por parte do consumidor de forma abusiva dos seus recursos energéticos. Para António Costa e Silva “*durante o século XX a evolução do preço do petróleo e a geopolítica andaram de mãos dadas como se fossem irmãs*” já que a própria evolução dos preços “*é uma espécie de registo numérico da evolução geopolítica mundial*” (2005, p. 5). De facto, as interrupções de fornecimento de petróleo mais significativas e que tiveram impacto nos preços do petróleo estão associadas a acontecimentos marcantes, como a Revolução Iraquiana em 1978, a Guerra Irão-Iraque entre 1980-88, às duas Guerras do Golfo e à crise asiática. Só em 2003, três eventos ocorridos em continentes diferentes provocaram interrupções no mercado energético que se reflectiram na subida dos preços do petróleo: o primeiro, a eclosão da guerra do Iraque, o segundo, os ataques na Nigéria e o terceiro, os efeitos de uma greve numa empresa de petróleo nacional na Venezuela (Cf. Anexo IX).

O segundo, um cenário a longo prazo, está centrado na preocupação causada pelo risco de uma inesperada mas prolongada interrupção de fornecimento de energia e que pode implicar para o país consumidor, o reajustamento dos seus padrões de procura de energia. Essa interrupção pode afectar a economia, ter implicações para a vida política e social do país, colocando em causa a sua segurança nacional. Como afirma o Almirante Bowman, ex-director do Programa de Propulsão Nuclear Naval e da Administração da Segurança Nuclear Nacional dos EUA no relatório *National Security and the Threat of Climate Change*, da CNA Corporation: “a segurança nacional está intrinsecamente ligada à segurança energética do nosso país. A energia e a segurança económica são componentes-chave da segurança nacional que devem ser concretizadas através da exploração de formas alternativas de energia endógenas e de parcerias energéticas com países cujos valores não estão em contradição com os das democracias ocidentais” (2007, p. 41). De salientar, que a segurança energética é um elemento da segurança nacional tanto para os países produtores como para os consumidores. Ambos países são vulneráveis energeticamente, na medida em que eventos exógenos adversos em relação aos seus sistemas de fornecimento de energia “podem afectar negativamente o bem-estar da população do país e/ou a integridade do Estado, do seu território e das suas instituições” (Christie, 2009, p. 277). As crises do gás de 2006, 2009 e 2010, por exemplo, demonstraram a vulnerabilidade energética da União Europeia, ao ser afectada pela disputa comercial pelo gás natural entre a Federação Russa e os países de trânsito, que sintomaticamente alertaram para a necessidade de encontrar novas fontes de aprisionamento. Países consumidores como a RPC e os EUA, preocupam-se sobretudo com a segurança do petróleo, concentrado em abundância em alguns países e insuficiente para outros (Christie *et al*, 2009, p. 66), e uma *commodity* estratégica indispensável para as funções principais do sistema económico moderno e de defesa nacional, não substituível a curto prazo. Esta característica deste recurso fóssil conduz à noção de interdependência energética existente na relação entre alguns países produtores e consumidores, como União Europeia e a Federação Russa, já que a Federação Russa é o maior fornecedor de gás natural à União Europeia e que, por sua vez, a União Europeia é o maior mercado para as explorações do recurso energético russo.

Para que não haja “*insegurança energética*”, ou seja, o que David Bohi *et al.* (1996, p. 1) definiram como “*a perda de bem-estar que pode ocorrer como resultado de uma alteração do preço ou a disponibilidade de energia*”, os Estados têm de procurar mitigar os riscos de curto e longo prazo através da diversificação. Desde a decisão histórica do Primeiro-Lorde do Almirantado Winston Churchill de mudar a fonte de alimentação de navios da Marinha britânica do carvão para o petróleo, na véspera da Primeira Guerra Mundial, e que significou a substituição segura do carvão do País de Gales pelo fornecimento de petróleo inseguro da região que era então a Pérsia, a diversificação passou a ser um princípio fundamental da segurança energética (Luft & Korin, 2009, p. 336), sendo três as suas formas mais relevantes: a diversificação de rotas, a diversificação de fornecedores e a diversificação de fontes energéticas.

A diversificação das rotas deve ser inserida num quadro de análise, tendo em conta os custos e benefícios do desenvolvimento de novas rotas quando comparadas com os riscos e ameaças nas rotas existentes. A diversificação de fornecedores energéticos é, em geral, a forma de reduzir o risco e maximizar a diversificação. Por último, a diversificação de fontes energéticas remete para a diminuição da dependência em energias fósseis e para a aposta em energias limpas e sustentáveis. Tanto a diversificação das rotas como a de fornecedores podem ser inseridas na segunda Dimensão do Conceito multidimensional Segurança Energética, a da *Política Externa*, na medida em que a grande dependência de gás e petróleo dos países consumidores e os riscos e ameaças associados a essa dependência, nomeadamente no transporte, podem influenciar a inserção externa dos países e os seus alinhamentos diplomáticos. Alhajji (2007c) refere que “*o petróleo e a política estão interligados numa dança sem final. [...] à medida que a natureza do comércio internacional de gás e de GNL aumenta, o gás e a política desenvolvem uma relação similar*”. Para assegurar o fornecimento de recursos energéticos, diversificar as fontes de aprovisionamento e tentar assegurar novas rotas alternativas mais seguras, os países consumidores podem desenvolver relações diplomáticas e de cooperação com os países produtores e países de trânsito. Essas relações são desenvolvidas através da “diplomacia energética”.

Para compreender o que é diplomacia energética, torna-se necessário definir primeiro a Diplomacia. Ao contrário da escola americana, que entende a diplomacia como

sinónimo de Política externa, a escola europeia tradicional considera a Diplomacia como um instrumento da Política externa. O embaixador José Calvet de Magalhães, distingue a Política Externa da Diplomacia, defendendo que a política pode ser definida como o conjunto de decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo, enquanto a Diplomacia “*é um instrumento da política externa para estabelecer contacto pacífico entre os detentores do poder político de dois Estados*” (Magalhães, 1995, p. 83).

No âmbito energético, tanto os Estados consumidores como os produtores “*estabelecem contactos pacíficos com os detentores do poder*” de outros países a nível bilateral e multilateral, embora com objectivos diferentes. Para os países produtores, a diplomacia tem por objectivo obter a segurança da procura, enquanto para os consumidores, a segurança da oferta, ou seja “*é um instrumento da política externa para estabelecer contacto pacífico entre os detentores do poder político dos países produtores*”. Este contacto engloba um processo negocial, cujo objectivo “*é chegar a um acordo, geralmente escrito, sobre um problema específico*” (Magalhães, 2005, p. 38), que neste caso, poderá representar o acesso aos recursos energéticos dos países produtores. Este processo poderá originar a celebração de um acordo, que para os países consumidores poderá significar contratos de abastecimento de médio a longo prazo. Os Estados consumidores promovem um conjunto de medidas para estabelecer e promover as relações com os países produtores. No caso da RPC, as medidas englobam visitas de altos funcionários governamentais e o estabelecimento de parcerias estratégicas, possibilitando a criação de um ambiente favorável para que as companhias nacionais petrolíferas possam posteriormente participar no sector energético dos países produtores.

Por sua vez, a diplomacia energética para os países produtores “*é um instrumento da política externa para estabelecer contacto pacífico entre os detentores do poder político dos países consumidores*” com o objectivo de conseguir contratos de fornecimento dos seus recursos energéticos e atrair investimentos das companhias desses países no seu sector energético. Para Andrews-Speed (2009), os governos dos países produtores têm objectivos específicos e diferenciados quando procuram investimentos estrangeiros nos seus sectores de petróleo e gás, nomeadamente da China. Segundo este analista de segurança energética, esses objectivos podem ser agrupados em seis categorias: i) necessidade de atrair investimentos estrangeiros face à imposição de sanções ou outras

restrições internacionais. Esta categoria engloba países como o Irão, o Sudão, Myanmar que procuram investimento de países como a China, Índia, Rússia e Malásia; ii) reduzir a sua dependência de certas partes externas, embora bem-sucedidos em atrair investimentos estrangeiros para os sectores energéticos. Engloba países como o Cazaquistão e a Turquemenistão em relação à tradicional influência Russa; iii) países que têm recursos ou oferecem condições que são no momento de interesse marginal para as empresas internacionais de petróleo, como é o caso do Iraque que, pelos riscos associados, tem atraído a participação das companhias nacionais de petróleo chinesas, com fundos amplos e preparadas para assumir maiores riscos; iv) necessidade de investimentos, tanto nos seus sectores de petróleo, como também em infra-estruturas para acelerar seu desenvolvimento económico. Esta quarta categoria é muito comum em países africanos, como Angola, o Sudão e a Nigéria que procuram investimentos e apoios chineses; v) países que procuram a segurança da procura e são movidos pelas ambições das suas próprias companhias petrolíferas nacionais. Englobam, por exemplo, países do Médio Oriente que sabem que a Ásia, em vez de o Ocidente, será a sua maior cliente no futuro e que, portanto, procuram construir relações económicas e políticas melhores com os governos asiáticos; vi) procuram parceiros políticos e estratégicos que possam ser de contrapeso aos EUA ou ao Ocidente em geral. Este é o caso de uma série de governos da América Latina que, do ponto de vista das relações externas, parecem aproveitar o interesse da China nos seus recursos como contrapeso aos EUA.

A terceira dimensão do conceito multidimensional de segurança energética é a *interna*. Esta dimensão engloba grandes investimentos na manutenção e extensão do sistema energético interno, essencialmente na expansão e na construção de novas redes e centrais de energia, construção de terminais e instalações de armazenamento de gás natural liquefeito (GNL) e na criação de reservas estratégicas nacionais. Antes da primeira guerra-mundial, após a substituição da fonte de alimentação a partir de carvão para o petróleo dos navios da marinha britânica e perante a forma de como obter fornecimento seguro dessa matéria-prima no estrangeiro, o Primeiro-Lorde do Almirantado Winston Churchill referiu que a certeza se encontrava “*tão só na variedade e na diversidade*”. Actualmente, essa diversidade abrange a diversificação de fontes energéticas no *mix* energético dos Estados. Os países consumidores preocupam-se cada vez mais com a energia e o tipo de energia que

consomem. Desta forma, procuram diminuir as importações e consumo de energias fósseis, ao mesmo tempo que investem no desenvolvimento de fontes não convencionais de energia. Fontes como a biomassa, a eólica e a solar poderão concorrer para, juntamente com outras medidas internas desenvolvidas pelos Estados, nomeadamente estratégias para mudar para fontes de energia de baixo carbono, incentivo ao aumento da eficiência no uso de energia e no uso de novas tecnologias, incluindo a captura e armazenamento de carbono, a diminuição da dependência das importações e contribuir para a segurança do aprovisionamento, e para a mitigação da mudança do clima global.

Outra forma da dimensão segurança energética interna em que alguns Estados, como os EUA e a China e países da Europa estão apostar é a do desenvolvimento da exploração de recursos não-convencionais³⁰, como o *shale gas* (gás de xisto), o *coalbed methane* (metano em leitos de carvão), *Tight Gas Sands* (gás em areias compactas), o *oil sands* (areias betuminosas), o *shale oil* (petróleo de xisto). De acordo com as estimativas da Agência Internacional da Energia (OECD/IEA, 2012), as fontes não convencionais representam 325 Tcm das reservas globais de gás natural, enquanto as fontes convencionais 462 Tcm. Os EUA há já mais de quatro décadas que produzem *tight gas sands* e há duas décadas *coalbed methane*. A produção de *shale gas* começou mais recentemente, aumentando rapidamente a partir de 2005, tendo já representado mais 23% da produção de gás, em 2010 (OECD/IEA, 2012). Alguns analistas defendem que os EUA, que importam actualmente 20% das suas necessidades totais de energia, poderão vir a ser auto-suficientes em termos líquidos, nas próximas décadas, em resultado do recurso ao gás e ao petróleo não convencional. Num cenário oposto à tendência constatada na maior parte dos outros países importadores de energia, projecta-se que os EUA ultrapassem a Arábia Saudita e passem a ser o maior produtor mundial de petróleo, em 2020³¹ e exportador líquido de petróleo, por volta de 2030. Em termos de gás, o relatório *Annual Energy Outlook 2012 with Projections to 2035* (DOE/EIA, 2012, p. 3) aponta para um cenário em

³⁰ Os recursos não convencionais são hidrocarbonetos (petróleo e gás) existentes em condições que não permitem o movimento do fluido, por se encontrarem presos em rochas pouco permeáveis, ou por se tratar de petróleos com uma viscosidade muito elevada (Repsol, 2012a).

³¹ Agência Internacional de Energia (AIE) no World Energy Outlook 2012 (OECD/IEA, 2012) apontou este cenário em 2020, numa “época em que o impacto das novas medidas de eficiência no consumo de combustível começará também a notar-se no sector dos transportes”.

que os Estados Unidos deixem de ser um país importador de gás natural para ser exportador, em meados de 2035.

A exploração de hidrocarbonetos não-convencionais poderá levar à criação de um “*novo mapa mundial estratégico*” com uma redefinição do mapa energético mundial em que os “*preços de energia serão consideravelmente mais baixos, e em que geopolítica dependerá menos do petróleo e do gás*” (Tucker, 2012). Poderemos vir a assistir à redefinição da importância geopolítica de áreas produtoras e detentoras de reservas energéticas, em que os mega-fornecedores, tais como a Rússia, a Arábia Saudita e a Venezuela, poderão coexistir com países com alguns recursos internos para atender às suas necessidades de energia e com a potencialidade de se transformarem também em países fornecedores. A possibilidade dos EUA se tornarem exportadores de gás e petróleo terá consequências para o mercado e o comércio energético mundial. A redução dos preços do gás natural nos EUA, por exemplo, teve impacto na diminuição do recurso ao carvão no país³², permitindo aumentar a exportação deste recurso fóssil em cerca de 25% (66 milhões de toneladas). Na Europa, este aumento de exportação conjugado com um abrandamento da demanda chinesa, conduziu a uma diminuição dos preços do carvão, entre Agosto de 2011 e Agosto de 2012, em cerca de um terço, o que por sua vez proporcionou um aumento do consumo do carvão (Vihma, 2013, p. 5). Nesses anos, em alguns países europeus, como na Inglaterra, em Espanha e na Alemanha, o uso de carvão para a produção de electricidade cresceu continuamente, tendo mesmo chegado a haver novos investimentos em centrais eléctricas a carvão³³, chamando a atenção para as fraquezas na implementação de políticas europeias de mudança climática.

Por último, a quarta dimensão do conceito multidimensional de segurança energética é a *económica*. A energia sempre foi essencial para o desenvolvimento económico das sociedades, embora essa importância tenha aumentado consideravelmente após a revolução industrial, e em grande parte com base do uso intenso dos combustíveis

³² Em 2010, quando a produção do *shale gas* nos EUA já estava a aumentar, o carvão foi responsável por 42% da produção de electricidade dos EUA, e 18 meses depois, esse valor caiu para cerca de um quarto. A principal razão para esta diminuição do consumo de carvão foi o aumento da oferta e o preço mais barato do gás natural. O preço *spot* do gás natural nos EUA caiu do seu pico de USA\$ 13/milhões de unidades térmicas britânicas (mBtu) em meados de 2008 para USD\$ 2/mBtu, em Abril de 2012 (Vihma, 2013, p.3).

³³ Outro facto impulsionador foi o abandono da energia nuclear em certos países, como por exemplo na Alemanha, na sequência do acidente da central nuclear de Fukushima Daiichi ocorrido em 2011.

fósseis. Xavier Labandeira e Baltasar Manzano (2012, p. 2) defendem que o fornecimento mínimo de energia é essencial para o funcionamento das economias, explicando que as leis da termodinâmica implicam que a energia é necessária, pelo menos, numa quantidade mínima para todas transformações materiais que estão relacionados com processos produtivos. Os bens energéticos são também importantes tanto como insumos intermediários para a produção e transporte, como para os resultados finais que muitas vezes são necessário para o bem-estar básico das pessoas. As questões relacionadas com a energia são altamente relevantes em todo o sistema económico, devido ao elevado capital necessário ao investimento e por este mesmo investimento recair sobre bens de longa duração (associada a diferentes tipos e níveis de energia consumo), por conseguinte com longos prazos de amortização. A conjugação destes dois factores limita a capacidade dos agentes para reagir nesta área.

Tal como anteriormente aludimos as importações de energia estão sujeitas a uma série de riscos e de ameaças que podem afectar o seu fluxo normal para os países, prejudicando desta forma a sua economia, no que no entender de Bohi & Toman (1996) contribui para a insegurança energética. Ou seja, *“a perda de bem-estar resultante de uma alteração no preço ou disponibilidade física de energia”*. Bohi & Toman (1993) também realçam os factores externos no conceito de segurança energética, nesta óptica os investimentos feitos com vista à segurança energética poderão revelar-se economicamente danosos em resultados de mudanças no volume de importações e da volatilidade dos preços. Nesta dimensão, os países consumidores preocupam-se com as causas de uma eventual escassez de recursos energéticos no crescimento económico, no aumento da inflação, no desemprego, nomeadamente na balança de pagamentos ou no valor da moeda do país. No entanto, os países exportadores também podem ser afectados por uma diminuição da procura por parte de países importadores, que ao promoverem a redução de importações de energia³⁴, diminuem fontes de receitas dos países produtores assentes nas exportações energéticas, provocando o enfraquecimento das suas economias. Desta forma, a segurança energética deve ser considerada a partir de uma perspectiva global, como um conceito de reciprocidade entre os países exportadores e importadores de energia. Em

³⁴ Como por exemplo através de aumento da produção endógena, de subsídios ao investimento em fontes alternativas de energia e medidas de eficiência energética.

2008, durante um encontro entre países consumidores e produtores de petróleo em Jeddah, na Arábia Saudita (*Jeddah Energy Meeting*), foram debatidos os efeitos da volatilidade dos preços, que afectam não apenas as empresas e os consumidores dos países importadores, mas também para os países produtores de energia. Foi defendido que o aumento dos preços do petróleo e subjacente volatilidade, se continuar sem uma acção concertada dos países importadores e países exportadores, terá um impacto sobre as economias de ambos, assim como para a estabilidade a longo prazo do mercado internacional de petróleo e da economia mundial. Entre as principais consequências apresentadas destaca-se (OPEP, 2008, p. 13): i) o impacto negativo sobre o crescimento económico, especialmente nos países menos desenvolvidos, através da ligação energia-economia; ii) os efeitos dos preços mais altos do petróleo sobre as indústrias com utilização intensiva de energia e para os custos de transporte, que poderão resultar no aumento da inflação; iii) a continuação da volatilidade dos preços do petróleo produz confusão para os investimentos no *upstream* e no *downstream*, provocando atrasos nos investimentos necessários; iv) os preços mais altos do petróleo e a volatilidade dos mesmos aumentam a actividade nos mercados futuros de petróleo com um efeito em espiral.

Uma das políticas mais importantes para melhorar a dimensão económica da segurança energética, especialmente nas economias emergentes, consiste em cortar ou pelo menos limitar a relação entre o crescimento do PIB e o consumo de energia, especialmente através do aumento da eficiência energética e da redução da intensidade energética no sector industrial. A eficiência energética é importante para a segurança energética dos países consumidores, pois ao permitir a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis importados, permite reduzir a necessidade de investimento em infra-estruturas de energia e também os custos de combustível. Os países consumidores, como a China, os EUA e a UE, reconhecem a importância da eficiência energética e têm exposto publicamente as medidas que estão a desenvolver ou os objectivos que querem alcançar. Pequim, por exemplo, quer obter uma redução de 16% da intensidade energética até 2015, Washington, por outro lado abraçou novas normas de economização energética e a União Europeia está empenhada em a diminuir de 20% até 2020 a sua procura de energia. A AIE (OECD/IEA, 2012, p. 7) defende que embora as abordagens para um cenário de um mundo

eficiente variem de país para país, a eficiência energética só pode tornar-se visível através da avaliação e da divulgação dos seus benefícios económicos.

1.2. Metodologia

“A investigação em ciências sociais segue um procedimento análogo ao do pesquisador de petróleo. Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido.”

Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 15

Não sendo este um programa de pesquisa de petróleo, mas intimamente ligado a esta preciosa *commodity*, não poderíamos deixar de referir a analogia com que Quivy & Campenhoudt iniciam a sua obra entre a investigação em ciências sociais e o pesquisador de petróleo. A investigação em ciências sociais implica sempre a aplicação de um método científico, um método que é caracterizado pela selecção de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de uma determinada situação sob estudo, em que a escolha deverá estar fundamentada em dois critérios básicos: a natureza do objecto ao qual se aplica e o objectivo que se tem em vista no estudo (Fachin, 2001). Neste contexto, e tendo por base o objecto e objectivos do nosso estudo, o nosso percurso metodológico seguiu a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt no Manual de Investigação em Ciências Sociais, caracterizada pela divisão da investigação em três actos: ruptura, construção e verificação.

O primeiro acto visa, tal como o nome indica, a cisão com as ideias pré-concebidas, bem como com as explicações simplistas. Este acto compreende três etapas: a pergunta de partida, a exploração e a problemática. A elaboração da pergunta de partida assume particular importância, na medida em que ela será o farol que nos guiará ao longo de toda a investigação. Esta pergunta terá de possuir as qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência, ou seja terá de ser precisa, concisa e unívoca; ser realista e adequada às possibilidades do investigador; bem como, ser uma verdadeira pergunta formulada com a intenção de compreender o problema (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 33-44). A etapa

seguinte, a exploração, tem por objectivo permitir ao investigador adoptar uma abordagem incisiva do objecto de estudo, facilitando-lhe o progresso pelas etapas seguintes, ao fornecer-lhe pistas e ideias que nortearão as suas pesquisas e a reflexão a elas inerente (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 48-49). No nosso trabalho, e no decurso desta etapa conduzimos um conjunto de entrevistas exploratórias, das quais salientamos as realizadas em Timor-Leste, em Janeiro-Março de 2008. Concorrentemente com as entrevistas exploratórias, aproveitamos esta fase para fazer leituras, igualmente exploratórias e que respeitaram os princípios propostos por Quivy & Campenhoudt (2008, pp. 51-54). No nosso caso, esta etapa foi facilitada pelo nosso conhecimento parcial do objecto de estudo, em virtude da nossa formação prévia em Estudos Chineses e da participação em projectos de investigação sobre a temática de Timor-Leste (2006-2008) e de Segurança Energética (2009-2010). Ainda no acto da ruptura, a terceira etapa, a elaboração da problemática consiste na definição da perspectiva teórica ou da abordagem que usaremos para responder à pergunta de partida e como tal conduzir a nossa investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 88-90). No final desta etapa, poderemos sentir a necessidade de retomar à etapa anterior, algo que no nosso caso não ocorreu, pelo que nos encontrámos em condições de passar ao acto seguinte.

O segundo acto, denominado de construção tem por finalidade sistematizar a recolha e análise que se seguirá. Este assenta numa única etapa, a construção do modelo de análise. O modelo de análise é pois, a tradução do quadro conceptual resultante das etapas anteriores num esquema sistematizado que traduz a forma como o investigador irá conduzir o acto seguinte da sua investigação e por conseguinte analisar os dados recolhidos. Em suma, este modelo visa operacionalizar, em consonância com um quadro teórico de referência e de um modo coerente para o investigador a forma como este percepciona e pretende estudar o objecto de estudo (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 108-109).

O terceiro acto, a verificação, consiste no “*teste pelos factos*” e compreende a etapa da observação, a da análise das informações e a da conclusão (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 27-28). A etapa da observação consiste na recolha de dados pertinentes, que após serem analisados na etapa seguinte permitirão a confrontação do modelo de análise com a realidade. É nesta etapa que terá de ser clarificado o que recolher, com quem recolher e

como recolher, pelo que esta etapa está intimamente ligada com a selecção do método e das técnicas de pesquisa. No caso desta investigação, nesta etapa optámos por recorrer a uma abordagem qualitativa e, como tal, aplicámos o método do estudo de caso e a pesquisa documental, que aprofundaremos mais à frente. A sexta etapa, a análise das informações, baseia-se na verificação empírica do modelo de análise. Ou seja, é a etapa que nos permite verificar se os resultados obtidos estão coincidentes com os esperados. Esta etapa poderá ditar o regresso à etapa quatro – a construção do modelo de análise – caso se prove que o modelo de análise não reflecte a realidade, ou é insuficiente para a explicar (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 210-211). A conclusão, designação da sétima etapa, tal como o nome indica apresenta a explicação que o investigador considera como válida para fenómeno que se propôs a abordar. De uma forma simplista poderemos dizer que é a forma como o investigador transmite à comunidade a resposta à sua pergunta de partida. Mas, também é a forma como o investigador difunde à *academia* qual o contributo do trabalho desenvolvido para o conhecimento (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 243).

Operacionalizando para o nosso estudo, para alcançar os objectivos propostos recorreremo-nos a um conjunto de diferentes métodos e técnicas de pesquisa próprios das Ciências Sociais, empregando, como anteriormente vimos, sobretudo uma abordagem de pesquisa qualitativa, caracterizada por ser uma investigação indutiva e descritiva, na medida em que “o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses” (Renerk, 1993, p. 489).

Para Arilda Godoy (Godoy, 1995, p. 65) a abordagem qualitativa oferece pelo menos três diferentes possibilidades de pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. O primeira, o estudo de caso é considerado como sendo particularmente útil quando se pretende entender, explorar ou descrever fenómenos que ocorrem em contextos complexos, ou nos quais intervêm uma miríade de factores. Robert Yin (1994, p. 6) defende que, quando o investigador pretende obter resposta às perguntas “*como*” e “*porque*”, bem como, quando pretende analisar situações complexas (que dificultam o isolamento das variáveis), ou quando pretende analisar as dinâmicas associadas a um determinado fenómeno deve recorrer ao método do estudo de caso. Esta opinião é secundada por Judith Bell (2005, p. 10) que afirma que o estudo de caso é adequado para o

estudo de interações entre factores e acontecimentos, num ambiente de elevada complexidade. Pedro Ponte (1994, p. 3) define um estudo de caso como sendo uma investigação que se baseia sobre uma situação específica visando identificar o que nela há de essencial e distintivo, no entanto, permite contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse. Ou seja, estamos perante um método que permite efectuar um estudo intensivo e aprofundado de um objecto de estudo complexo visando compreender as dinâmicas a ele associadas.

Neste contexto, um caso pode ser definido como um fenómeno de uma dada natureza, ocorrendo num determinado contexto (Miles & Huberman, 1994, p. 25). O caso é, portanto, uma unidade de análise, podendo variar de um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo, uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou uma nação. Em suma, qualquer unidade social pode ser encarada como um caso. Mas, estes também podem ser definidos temporalmente, ou espacialmente. Portanto, um caso pode ser um fenómeno simples ou complexo, mas para ser considerado caso necessita de ser específico (Stake, 2005, p. 436).

O Método do Estudo de Caso pode ser aplicado a situações de estudo de um único caso, ou a situações de estudo de múltiplos casos (Miles & Huberman, 1994; Yin, 2001). Aplica-se a um único caso quando se utiliza o caso para determinar se as proposições de uma teoria são corretas, o caso é raro ou extremo, ou seja, difícil de ser comparado com outros ou quando o caso é revelador (Stake, 2005, p. 435). Mas, também, quando se pretende reunir numa interpretação unificada, inúmeros aspectos de um fenómeno (Cesar, 2006). Nas restantes situações a opção deve recair sobre um estudo de caso múltiplos, permitindo desta forma salientar as similaridades entre os casos estudados. No entanto, a selecção dos casos deve ser feita de forma cautelosa, pois está-se perante um processo de selecção de uma amostra. O primeiro dilema constituirá na selecção da própria amostra. Esta não se deverá basear em critérios estatísticos, mas sim no interesse do caso em relação ao fenómeno sob estudo e às variáveis potencialmente relevantes (Stake, 2005). O segundo dilema será a decisão sobre quantos casos estudar. Este é de facto um processo de decisão do investigador, pois não se irá basear na dimensão do universo, mas sim nas necessidades intrínsecas ao próprio estudo. A selecção dos casos a estudar deverá combater a tendência natural do investigador para se focar no centro do universo estatístico, pois por vezes, os

casos periféricos podem salientar tendências ou influências que doutra forma permaneceriam ocultas (Miles & Huberman, 1994, p. 34).

No caso da nossa tese, e tendo em conta que pretendemos explorar e entender a forma como os países de língua portuguesa concorrem para a segurança energética chinesa, consideramos que nos encontramos a analisar um fenómeno complexo de *per si* e que se desenvolve num contexto complexo em que intervêm factores políticos, securitários e económicos, entre outros. A complexidade do fenómeno em estudo e das dinâmicas a ele associadas aconselhavam a escolha de um método que permitisse efectuar uma análise pormenorizada e particularizada. Ou seja, no nosso entender, bem no âmbito que a academia sugere para a aplicação do método do estudo de caso.

Pese embora, o contributo dos países lusófonos para a segurança energética chinesa possa ser tratado como um Estudo de Caso de caso único, no qual se analisaria de forma holística a contribuição do universo países lusófonos para a segurança energética chinesa, consideramos que o mesmo seria redutor. Pois, não permitiria salientar algumas das dinâmicas intrínsecas ao relacionamento entre a RPC e cada um dos Estados intervenientes. Desta forma adoptamos o método do Estudo de Caso de casos múltiplos, que nos pode permitir salientar as semelhanças encontradas e, simultaneamente, as diferenças. Perante a nossa opção tivemos de enfrentar os dilemas inerentes a esta metodologia. Estes foram abordados sequencialmente. Inicialmente, verificámos as características aglutinadoras dos países de língua portuguesa, quanto à sua produção de recursos energéticos, bem como, ao seu relacionamento neste âmbito com a RPC, donde concluímos que os mesmos poderiam ser agrupados em três categorias: os produtores com cooperação energética estabelecida com a RPC, os produtores com potencialidade de incrementar a cooperação energética com a RPC e os não produtores. O segundo dilema foi abordado tendo por base a divisão anteriormente efectuada, optando-se por estudar três casos, que não foram escolhidos de forma a representar cada uma das categorias anteriormente referidas, mas apenas a primeira e a segunda. Pois, na primeira categoria encontravam-se países com singularidades que mereciam um estudo independente e na terceira categoria encontram-se países com um potencial reduzido, pelo menos na actualidade, para contribuir para a segurança energética da RPC. Neste contexto, seleccionámos Angola por ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo e por ter

uma relação estável no sector da energia com a RPC; o Brasil, por ser um Estado com elevadas reservas energéticas e com potencialidade para as ampliar, e por ter um relacionamento cimentado com a RPC, potenciado pelo seu estatuto de BRIC. Da segunda categoria seleccionamos Timor-Leste porque apesar de ser um país muito novo, os seus contactos com a China já remontam ao século XIII, quando comerciantes chineses aportavam a ilha em busca do sândalo, além de que, por pertencer a uma categoria diferente dos anteriores poderia actuar como caso periférico podendo, desta forma, trazer ao estudo factores que apenas analisando os grandes produtores poderiam permanecer ocultos. Ainda teve relevância neste processo de selecção o facto que este três países de língua portuguesa estarem em três continentes distintos, África, América Latina e Ásia.

Ao aplicarmos o método do estudo de caso de casos múltiplos pretendemos identificar e compreender como se relaciona a China com os países lusófonos com vista a melhorar a sua segurança energética. Desta forma, tencionamos perceber como é o relacionamento entre a RPC e cada um dos três Estados seleccionados no campo da energia. Consideramos que esta metodologia, ao salientar o que há de essencial e distintivo no relacionamento da RPC com cada um destes Estados, permitirá contribuir para a compreensão global do relacionamento da RPC com os países lusófonos na sua demanda para reduzir a sua insegurança energética.

Quanto às técnicas de pesquisa, nomeadamente no âmbito da segunda, terceira, quarta e quinta etapa do procedimento proposto por Quivy & Campenhoudt, no nosso trabalho recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental e estatística e ao trabalho de campo em Timor-Leste, no qual conduzimos um conjunto de entrevistas. Salientamos que, no caso da quinta etapa – a observação – estas técnicas foram utilizadas complementarmente ao Estudo de Caso que nos encontrávamos a conduzir, conjugando assim duas das principais técnicas no âmbito da abordagem qualitativa (Godoy, 1995).

A pesquisa bibliográfica, documental e estatística focou-se em estudos realizados em Portugal e no estrangeiro, utilizando diferentes fontes primárias e secundárias. A pesquisa documental englobou a pesquisa de fontes primárias³⁵ de fontes oficiais chinesas,

³⁵ O conceito de fonte primária e secundárias utilizado neste trabalho é o Carlos Moreia (1994, pp. 29-30), em que as fontes primárias são “*constituídas por livros e outros documentos que foram produzidos pelas pessoas*

dos países de língua portuguesa estudados nesta tese, e de todos os países analisados no capítulo IV. Para a análise histórica da relação entre a China e os PLP foi realizada pesquisa documental no Arquivo Histórico do Ministério de Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Entre os documentos pesquisados para este trabalho salientamos os acordos oficiais: *i)* entre a RPC e os países produtores, de trânsito, os países “rivais” em termos energéticos, que representam os interesses de ambas as partes no reforço da cooperação e onde se podem evidenciar os principais traços futuros de acção para essa cooperação; *ii)* entre a RPC com Angola, Brasil e Timor-Leste; no qual podemos identificar os características da relação e os objectivos delineados para a mesma; *iii)* as declarações oficiais e transcrições de comunicações orais da RPC e dos países escolhidos para casos de estudo; *iv)* os documentos oficiais apresentados pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, que versam-se sobre todos os temas de interesse para Pequim e que representam a posição oficial do Estado chinês, nomeadamente para a relação com os países Africanos e da América Latina, onde se incluem Angola e o Brasil; a política energética, mudança climática e alterações do ambiente e defesa nacional; os comunicados apresentados pelo Governo de Timor-Leste e do governo Brasileiro e os documentos oficiais do Fórum de Macau.

Realizamos, igualmente, uma análise crítica da imprensa chinesa, sobretudo de fontes que interpretam as ideias oficiais e que indicam o que está para lá daquilo que querem dizer as fontes oficiais, destacando-se a fonte noticiosa Xinhua e China Daily. Para Angola foram utilizadas sobretudo duas fontes informativas a Angola Hub e a Angop, para o Brasil a informação da Agência Brasil e finalmente, para Timor o jornal Digital de Díli.

Realizamos, ainda, uma análise crítica da imprensa internacional (Oil and Gas Journal Online, Africa-Asia Confidential, Business Monitor International; Bloomberg, Reuters; Macauhub; The Economist Inteligente Uni Limite) da legislação produzida, de inquéritos e de estatísticas de organizações internacionais (Banco Mundial; EIA; BP, OMC; CIA), chinesas (estatísticas oficiais dos Serviços de Alfândega da China; do

que estão a ser estudadas durante o período de pesquisa”, enquanto as fontes secundárias são “constituídos por livros e documentos escritos depois dos acontecimentos terem ocorrido ou por alguém que não testemunhou pessoalmente os factos descritos”, representando, desta forma, evidências indirectas acerca dos acontecimentos a estudar.

Departamento Económico e Comercial da Embaixada da China em Portugal, em Angola, Brasil e Timor-Leste; do Fórum de Macau; das petrolíferas chinesas, particularmente das apresentadas pela Sinopec, CNPC; CNOOC, Sinochem) angolanas (Sonangol), portuguesas (Banco de Portugal; AICEP); brasileiras (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Brasileiro; Conselho Empresarial Brasil- China; Petrobras), timorenses (Direcção de Estatística de Timor-Leste).

A pesquisa bibliográfica englobou pesquisa de um conjunto variado de fontes secundárias, sobretudo de artigos de revistas científicas, livros e conferências publicadas, incidindo sobre fontes que nos facultassem os dados que nos permitiam responder às questões levantadas neste trabalho, nos temas: Segurança energética, Segurança Energética Chinesa, Política externa e segurança energética, a relação da China com os países produtores, de trânsito e “rivais” em termos energéticos, com os Países de Língua Portuguesa, com Angola, o Brasil e Timor-Leste. A documentação utilizada é maioritariamente chinesa e anglo-saxónica, desta forma para tornar acessível de leitura e uniformizar as referências e as citações, os textos foram traduzidos para português.

Complementarmente, procedeu-se à realização do trabalho de campo em Timor-Leste, realizada em dois períodos: Janeiro-Março de 2008 e Janeiro-Março de 2009. Em termos de instrumentos de recolha de informação, utilizamos entre outros registos da recolha, o diário, as fontes documentais e as entrevistas. Considerada uma das fontes de informação mais importantes e essenciais nos estudos de caso (Yin, 2005), utilizamos as entrevistas semiestruturadas individuais, com base num guião de entrevista com questões abertas. Foram entrevistados um conjunto de informantes privilegiados, docentes, investigadores, políticos, embaixadores e representantes de entidades institucionais da China e de Timor-Leste, para que nos permitissem coadjuvar a compreender melhor o papel e interesses da China em Timor-Leste, as potencialidades e constrangimentos de Timor-Leste para a segurança energética Chinesa e o possível contributo deste país de Língua Portuguesa para a segurança energética Chinesa.

Referimos que o presente trabalho não se rege pelas regras do novo Acordo Ortográfico, que o sistema de referência das citações e da bibliografia adoptado foi o Harvard Anglia. Bem como, ao longo do mesmo será usada a escala curta como sistema de nomenclatura de números grandes.

1.3. Enquadramento Teórico

1.3.2. Enquadramento do tema na Teoria das Relações Internacionais

“Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E, no caminho para o seu fim (...), esforçam-se por destruir ou subjugar o outro”.
Hobbes, 1988, p. 74-75

Para Fettweis (2009, p. 73), um dos momentos mais significantes da história da política internacional ocorreu em 1993, ano em que o crescimento económico do “Império do Meio” provocou um aumento de consumo que ultrapassou as fontes de aprovisionamento doméstico e em que a RPC se tornou num importador incessante de petróleo. O desequilíbrio entre o fornecimento doméstico e a procura significou que o governo chinês teve de abandonar o objectivo tradicional de auto-suficiência energética e procurar fontes de energia no exterior. Na década de 90 do século XX, a sua fonte de energia era fundamentalmente o petróleo mas, nos últimos anos, essa procura estendeu-se também ao gás e ao carvão. A demanda crescente de energia é uma preocupação tanto para as autoridades chinesas que procuram assegurar que o país possua energia suficiente para continuar o seu desenvolvimento económico, como para os analistas ocidentais que se preocupam com as implicações que essa necessidade chinesa de energia possa vir a ter na dinâmica das relações internacionais e na segurança internacional.

Para a RPC e para todos os países consumidores, a energia tornou-se uma questão de segurança nacional, quando começaram a depender de importações para garantir a continuidade das operações das suas economias, e a necessitar de fornecimentos de energia “*constantemente, acessíveis e ininterruptos*”, para preservar a estabilidade interna em termos económicos, políticos e sociais. A energia é, deste modo, essencial para a maioria dos aspectos da vida civilizada, tornando-se numa questão central na política, tanto a nível internacional e como a nível nacional (Orttung & Perovic, 2010, p. 216).

A teoria realista, inspirada principalmente em Thomas Hobbes, com seu estado de natureza de “guerra de todos contra todos” (*bellum omnes erga omnes*), surgiu em contraposição ao idealismo, com seus primeiros autores como Edmund Carr, Reinhold Niebuhr e Hans J. Morgenthau. A partir da obra destes três autores, de acordo com João Cravinho (2006, pp. 140-142) podemos identificar as principais características do realismo: i) Anarquia internacional (para o realismo a inexistência de um leviatão, uma força superior que imponha a lei e garanta uma determinada ordem, implica que, em última instância, os participantes no sistema internacional dependem apenas de si próprios para a sua sobrevivência. O contexto anárquico é entendido como formal, as alianças podem ser conjunturais ou podem ter uma continuidade no tempo, mas nunca podem ser consideradas eternas); ii) Estatocentrismo (na visão realista os participantes no sistema internacional são apenas os Estados, qualquer outra entidade no palco internacional, pode aparentar alguma autonomia mas não passa de um agente ao serviço de um Estado ou de um conjunto de Estados); iii) Enfoque sobre o poder (a política internacional, tal como toda a política é considerada um jogo que consiste no uso do poder e na procura de poder. Nas análises realistas, o poder é simultaneamente o objectivo e o instrumento da participação no sistema internacional).

O realismo percebe os recursos e os bens à disposição dos indivíduos como escassos e não compartilháveis ou divisíveis, provocando, portanto, a permanente disputa³⁶. Segundo Gal Luft e Anne Korin (2009, p. 340), os realistas de segurança energética vêem o mundo envolvido com um conjunto de desafios que tendem a piorar ao longo prazo. Um mundo com ameaças cada vez mais amplas, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, onde a divisão entre o Islão e o Ocidente é cada vez maior, no qual mais de três quartos das reservas provadas de petróleo convencional do mundo e quase a metade das reservas de gás natural estão concentradas em países muçulmanos. Reconhecem que o poder e a ameaça do cartel do petróleo, e distinguem nitidamente entre os recursos nacionalizados utilizados como ferramentas do Estado e os recursos detidos comercialmente por empresas internacionais que aderem a regras do mercado livre. Cépticos em relação à actual capacidade do mercado de energia

³⁶O que ocorre é uma constante disputa pelo acúmulo de poder, em um jogo claramente de soma zero.

de garantir o abastecimento a longo prazo, defendem que os países estão predispostos a perseguir os seus próprios interesses usando todos os aspectos do seu poder nacional. Desta forma, os realistas de segurança energética tendem a ver a energia como um subconjunto da política do poder global e um instrumento legítimo de política externa. Apontam que ao longo da história, algumas *commodities*, em particular a energia, os minerais, a água e os alimentos, tiveram um valor estratégico para além do seu preço de mercado e, como tal, foram usados reiteradamente como ferramentas da política externa por parte dos países exportadores e têm sido um dos principais catalisadores para o conflito armado.

A análise realista da política internacional da energia baseia-se no pressuposto de recursos energéticos estão mundialmente a diminuir enquanto o consumo energético a aumentar. A crescente diferença entre produção e o consumo energético, e a necessidade de energia para manter a estabilidade e a segurança dos Estados consumidores, poderá compelir à adopção de medidas com o intento de aceder e controlar os recursos energéticos. Para os realistas, o conflito é inevitável e as políticas internacionais constituem um jogo que soma zero. No caso da China, os analistas do realismo clássico sugerem que o poder económico crescente de China será inevitavelmente transformado em poder militar, o qual, combinado com a sua nova sede de petróleo, levará à expansão e talvez mesmo ao conflito com os outros grandes consumidores. Defendem que aceder a fontes de energias é vital para o contínuo desenvolvimento económico, para a estabilidade social e para a manutenção do Estado chinês. Daí que Pequim possa vir a utilizar todos os meios para assegurar as necessidades crescentes de recursos energéticos, o que poderá vir a destabilizar a ordem regional e mundial.

Nas suas análises, os analistas realistas vêem a necessidade de controlo dos recursos energéticos mundiais como factor de competição entre os grandes consumidores mundiais de energia, como a China, a Índia, o Japão e os EUA. Essa competição, segundo Schwarz Henrique (2007, p. 22) poderá conduzir a “*conflitos de interesses*” (num sentido profundamente realista), entre grandes países consumidores, que tendem a se agravarem à medida que a energia fóssil disponível se torna menor, face a uma procura com uma expansão imparável. Este autor (2007, p. 22) classifica as “*guerras de recursos*” energéticas em três tipos consoante a natureza dos actores que se defrontam nas recentes décadas: as primeiras são os “*confrontos políticos e militares*” entre potências

consumidoras e países produtores; as segundas, as “*guerras civis entre grupos ou facções*” que, no interior das nações produtoras, competem pela partilha dos rendimentos da venda dos combustíveis fósseis; e as terceiras e últimas, os “*conflitos de interesses*” entre grandes países consumidores que tendem a se agravarem à medida que a energia fóssil disponível se torna menos capaz de fazer face ao aumento da procura.

Segundo Thrassylvoulos N. Marketos, do Center for Diplomatic and Strategic Studies (C.E.D.S.-Paris) (2012, p. 1) “*a diminuição dos recursos energéticos terá um papel mais importante futuramente nas Relações Internacionais e será uma fonte para o aumento do conflito entre os grandes poderes*”. Myers e Lewis (2002) e Haider (2005) defendem que, quando grandes forças mundiais, que também são maiores consumidores mundiais de petróleo, competem por recursos que começam a escassear, poderão ter dificuldades em coexistir. Gal Luft (2004) utiliza a história como modelo, dizendo que as potências têm dificuldade de coexistir quando disputam por recursos escassos, comparando, na competição por uma dominação global, a China actual com o Japão de antes da 2.^a guerra mundial e a sua expansão agressiva para assegurar as necessidades energéticas, defendendo que a procura crescente de fontes de energia chinesa pode ser uma ameaça na medida poderá criar um conflito pelos recursos energéticos com outros países consumidores, incluindo pelo petróleo.

Michael Klare, professor no Hampshire College, é um dos melhores exemplos da análise realista sobre as políticas internacionais em termos de energia. Klare defende que após o final da guerra-fria, com o final da luta ideológica entre socialismo e capitalismo e com a ascensão de novos poderes económicos, as tentativas de acesso aos recursos naturais valiosos, nomeadamente energéticos e do seu controlo, é uma das maiores fontes de conflito entre os Estados poderosos, tais como, entre outros, os EUA, a China, a Rússia, Japão, Índia. Ao analisar, por exemplo, as reivindicações opostas sobre os recursos de petróleo e gás no mar do sul da China, Klare (2001) defende que estas poderão implicar conflitos armados entre a China e outros países asiáticos, como o Japão e o Vietname. Mas é com os EUA, que Klare observa ser a maior possibilidade de conflito para a China. Num artigo intitulado “China: Energy Superpower” (2011), ao analisar a futura crescente necessidade de petróleo e perante a necessidade de encontrar fornecedores seguros e de longo prazo para os dois grandes importadores mundiais, Klare refere que a constante sede

energética chinesa pode levar a atritos e conflitos com os Estados Unidos, especialmente na concorrência global para fontes de petróleo cada vez mais escassas. Defende que à medida que a grande dependência da China sobre o petróleo importado aumenta, maior é o risco de conflito com os Estados Unidos.

Esta visão é corroborada por David Zweig & Jianhai Bi (2005) que sustentam que, *“apesar de novas necessidades de energia da China não necessitar de ser uma fonte grave de conflito com o Ocidente, a longo prazo, Pequim e Washington irão sentir-se especialmente desconfortáveis com a situação. Enquanto a China esforça-se para gerenciar os desafios aos seu crescimento, os Estados Unidos, como a potência hegemónica do mundo, deve de alguma forma dar espaço para que gigante possa subir, caso contrário, a guerra vai tornar-se uma séria possibilidade”*. Na revista *Liaowang Dongfeng*, no artigo publicado em 2003, intitulado “Sino-U.S. War of Competition for Resources Will Become more intense,” delineia-se que a próxima maior Guerra *“será provavelmente mais uma guerra sobre recursos do que o resultado do choque de civilizações”* (Liaowang Dongfeng, 2003, citado por Tang, 2006, p. 2).

A China é também frequentemente retratada como um actor potenciador de conflitos por recursos em parte porque investe em países arredados da presença ocidental, como o Sudão, o Zimbabwe e o Irão. Para aceder a esses recursos constrói alianças com os países produtores, sobretudo com os países africanos, através de pacotes de oferta de “armas por petróleo”. Esta análise interliga-se com a teoria segundo a qual a presença de recursos naturais tem impacto negativo para o nível de democracia (Ross, 2001, p. 356), para o ritmo de crescimento económico e taxa de desemprego, sendo maior a probabilidade de guerras civis e conflitos internos nesses países (Ross, 2008). O petróleo é o recurso natural que mais está associado ao início do conflito (Kaldor, 2007; Le Billon & El Khatib, 2005). Em particular, o petróleo aparece ligado aos conflitos separatistas no Sul do Sudão e na província de Cabinda, em Angola. Paul Collier e Anke Hoffler (2002) defendem que a possibilidade de ganhar as rendas disponíveis do petróleo por um grupo não-estatal ou por um país estrangeiro é um incentivo financeiro para iniciar um conflito. Esse incentivo

parece ser maior quando a população é menos educada e quando o valor económico do recurso natural é mais difícil de estimar³⁷.

Michael Klare, numa entrevista a Barry S. Zellen (2008, p. 2), advoga que a competição entre os EUA e a China está contribuir para a perpetuação dos conflitos armados no mundo, porque ambos os poderes, procuram muitas vezes cimentar os seus laços com os fornecedores potenciais de recursos no mundo em desenvolvimento, fornecendo-lhes armas e outras formas de assistência militar, que muitas vezes são usadas em conflitos internos. Klare aponta, como exemplo, a procura de acesso ao petróleo sudanês pela China, e em que, para consolidar laços com o governo de Cartum, forneceu uma grande variedade de armas, supostamente usadas na campanha de “terra queimada” (*scorched earth*)³⁸ contra o Exército Popular de Libertação do Sudão (sigla em inglês SPLA). Refere que, por sua vez, os EUA também apoiaram o governo nigeriano na sua ofensiva contra os militantes tribais na região do Delta do Níger, o principal centro de produção de petróleo da Nigéria e ainda que tanto os Estados Unidos como a China também estão a fornecer armas e apoio militar aos regimes da Ásia Central, “*reforçando a tendência de esses regimes de contar com força e da repressão para governar, em vez de permitir uma maior participação democrática*”.

Gal Luft e Anne Korin (2009, p. 340) advogam que os liberais, são mais optimistas que os realistas e que acreditam que a guerra por controlo de territórios que contenham combustíveis fósseis continuará a ser no futuro um fenómeno muito raro. Chris Fettweis (2009, p. 71) explica que a luta sobre a energia é inútil, uma vez que ficará sempre mais

³⁷ Nas últimas décadas têm sido apresentados muitos trabalhos quantitativos e qualitativos sobre a relação entre recursos naturais e conflito, designadamente sobre a causalidade entre abundância de recursos e conflitos civis. Collier e Hoeffler (1998, 2002) consideraram que os recursos naturais não só encorajam o conflito civil, como a sua disponibilidade e abundância aumentam a probabilidade da sua ocorrência. De Soysa (2000) observa uma correlação semelhante entre a riqueza de recursos e os conflitos civis, enquanto Addison (2003) diz que em África, assim como em outras regiões com países em desenvolvimento, os recursos minerais são potenciadores de conflito. Ross (2004) analisa a ligação entre o petróleo, recursos não fósseis e os conflitos civis, concluindo que a presença deste recurso fóssil tende a aumentar o risco para a eclosão de conflitos civis. A relação entre recursos naturais e conflito é muito complexa e a existência de recursos naturais não constitui *per se* um factor de risco para o surgimento de conflitos. Existe sim, uma pluralidade de factores indutores de conflito. O petróleo, como recurso natural não renovável, pode ser um desses factores, quando associado a um conjunto de outros factores de ordem económica, política, social e geográfica que transformam os países ou as regiões em “barris de pólvora” (Fernandes, 2012).

³⁸ Conceito que deriva da tradução do chinês *Jiao Tu* (焦土), uma prática de negar fontes de alimento aos inimigos, que pode incluir abrigo, transportes, comunicações e recursos industriais.

barato comprar petróleo no mercado do que disputá-lo, argumentando que o petróleo é negociado no mercado global, e que qualquer interrupção de fornecimento pode afectar o preço em todos as regiões. A perspectiva liberal enfatiza que o futuro energético dos grandes consumidores mundiais está intimamente ligado. Na sua óptica, tal como os Estados consumidores compartilham desafios comuns, como a vulnerabilidade à flutuação dos níveis de produção e dos preços, também podem compartilhar interesses comuns e promover relações de cooperação. Xia Yishen, director do China Energy Strategy Center, refere que a necessidade cada vez maior de importações de petróleo pela China poderá levar ao confronto com outros países que também procuram garantir o seu abastecimento. Todavia, segundo este *think-tank* chinês “isso seria prejudicial para todos os envolvidos, e por isso, a necessidade de cooperar para compartilhar riscos e reduzir os custos de uma forma multilateral está a ganhar cada vez mais relevância” (Yishen, 2005 citado por Aiyar, 2006).

Embora os interesses dos países produtores e dos países consumidores sejam divergentes sobre o que será o preço certo, ambos querem que os preços se mantenham relativamente estáveis. Qualquer conflito numa área rica em recursos que interrompa o fornecimento e aumente o preço virá a ser contraproducente, por isso os interesses dos consumidores e dos produtores podem não ser conflituosos. Todas as partes envolvidas na produção de petróleo têm interesse na manutenção da estabilidade, e isso reflecte o princípio fundamental do idealismo segurança energética: forte fé no poder dos mercados e no conceito de “interdependência” como a chave para garantir a segurança energética (Luft & Korin, 2009, p. 341).

Os adeptos da corrente liberal acreditam que a cooperação ocupará o lugar do conflito como marca predominante do sistema internacional. Rejeitam os objectivos em favor de uma maior independência energética, defendendo no seu lugar, a interdependência económica, como sendo capaz de dar resposta a impasses como o da redução das reservas disponíveis de recursos estratégicos. Como Daniel Yergin (2006, p. 71) defendeu na revista *Foreign Affairs*, “é necessário deixar de lado o sonho de independência energética e abraçar a interdependência”. Robert Keohane e Joseph Nye (1989) os autores do conceito de “Interdependência complexa”, aludem que nas diversas e complexas relações transnacionais de interdependência entre os Estados e as sociedades, o uso da força militar

está a diminuir. Alegam que a diminuição da força militar como instrumento de política e o aumento das formas económicas de interdependência deverão aumentar a probabilidade de cooperação entre os Estados. Dada à interdependência económica, a China e outros consumidores partilham as consequências económicas, caso haja uma interrupção no fornecimento de energia. Podem também ser afectados pelas mesmas consequências ambientais transfronteiriças que emergem da dependência dos combustíveis fósseis. A partilha destes desafios poderá definir um cenário de cooperação nas necessidades de diversificar a matriz energética, levar a mudanças para fontes de energia alternativas, no sentido de melhorar a eficiência energética (Garrison, 2009). Os dois maiores consumidores globais de energia, os EUA e a RPC, partilham preocupações semelhantes quanto aos riscos de disrupção de fornecimento, à volatilidade dos preços e à necessidade de garantirem fornecimentos estáveis e acessíveis. Como maiores importadores mundiais de petróleo partilham ainda o interesse na estabilização das regiões exportadoras de petróleo e na segurança marítima das importações através do Oceano Índico, do Estreito de Malaca e do Mar do Sul da China.

Em alternativa à análise da procura de recursos energéticos pela China como um prelúdio para conflito com os países consumidores e como uma “ameaça”³⁹ de longo prazo

³⁹ Na teoria da ameaça chinesa (*Zhongguo weixie*) o crescimento chinês é um factor de ameaça à ordem internacional. A RPC é entendida como o país que mais ameaças apresenta à ordem mundial, que desde o final da guerra-fria é dominada pelos EUA. No livro *The China Threat*, Bill Gerzt (2000, p. 199) refere que “uma lição fundamental do século XX é que as democracias não podem coexistir pacificamente com regimes totalitários ambiciosos e poderosos. No momento, a República Popular da China é a maior ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos e permanecerá num futuro próximo”. O desenvolvimento económico e das capacidades militares chinesas têm provocado debates, nomeadamente sobre as possíveis implicações deste desenvolvimento para a política internacional e para a estabilidade global. Existem dois polos opostos nesta discussão, o que vê a China como uma ameaça e o que vê a China como uma oportunidade, o que vê como uma potência conservadora comprometida a manter o seu *status quo* e o que vê como uma potência revisionista, que vai tentar mudar, se não reverter, a ordem regional e, possivelmente, a ordem do mundo, ajustando-a de acordo com seus interesses. Para este objectivo, a RPC pode tentar expandir territorialmente, aumentar a sua influência sobre outros países, criar novas instituições, reescrever as regras das instituições existentes e estabelecer novas normas comportamentais. Em oposição com esta teoria, as autoridades chinesas afirmam que o país está a desfrutar de uma “ascensão pacífica”, e que não representa nenhuma ameaça para os países, nomeadamente os países vizinhos. A teoria da ascensão pacífica (*Zhōngguó hépíng juéqǐ*), substituída em 2004 pela de desenvolvimento pacífico da China (*Zhōngguó hépíng fāzhǎn*), enfatiza que a ascensão da RPC não será uma ameaça para a paz e estabilidade mundial, e que outras nações irão beneficiar do seu crescente poder e influência. A doutrina enfatiza também a importância do *soft power* e baseia-se em parte da premissa de que as boas relações com os seus vizinhos vão aumentar em vez de diminuir o poder compreensivo abrangente da RPC. Luís Tomé advoga (2006, pp. 1-2, 23) que a “China representa uma importante incógnita estratégica”, em que as imagens produzidas pela emergência da China são ambivalentes e a postura de Pequim também evidencia uma ambígua ‘dupla personalidade’, oscilando

para o fornecimento energético global, alguns analistas interpretam a procura crescente de energia chinesa como uma consequência inevitável do seu desenvolvimento económico. Defendem que a expansão dos interesses energéticos chineses não representa nenhuma ameaça para o ocidente e para os vizinhos asiáticos, mas sim uma oportunidade de integrar a China nas existentes e novas instituições regionais e globais e para o reforço da cooperação entre os países consumidores (Andrews-Speed et al., 2002; Zha Daojiong, 2005; Zweig & Bi, 2005; Harry Hongyi Lai, 2007; Xu Yi-Chong, 2006).

Xu Yi-Chong (2006) defende que a China se comporta como um jogador normal no mercado internacional, comprando o petróleo e investindo em muitos países à medida que consegue novas oportunidades. É improvável, segundo Xu Yi-Chong, que Pequim se torne numa ameaça, na medida em que a condição basilar para o seu desenvolvimento é um ambiente regional e internacional pacífico. Esta perspectiva insere-se na linha de pensamento de Zheng Bijian (2003). No discurso “*Um novo caminho para ascensão pacífica da China e da Futuro da Ásia*” proferido no Fórum de Boao para a Ásia, em 2003, Zheng Bijian, na altura Vice-Director da Escola Central do Partido, defendeu que a China esperava crescer não desafiando outras potências. Ao contrário do desenvolvimento de outras potências anteriores que interferiam na ordem internacional, a China procurava uma ascensão pacífica (*zhongguo heping jueqi*). Ascensão que, para além de não ser sinónimo de expansão colonialista como foi para muitos Estados, se enquadrava no novo conceito de segurança colectiva⁴⁰ e de uma maior estabilização política da região asiática (Carletti, 2012, pp. 13-14). A ascensão pacífica foi um dos conceitos desenvolvidos e

entre comportamentos e sinais conciliatórios e benignos com outros mais agressivos, ameaçando mesmo usar a força. Defende que por enquanto, os interesses chineses são mais bem servidos por uma espécie de postura *status quo* e por uma política externa e de segurança que promova a estabilidade, da qual depende o seu crescimento. Sendo desta forma no curto prazo, essencialmente, uma potência *status quo*, mas poderá, todavia, ser revisionista no longo prazo.

⁴⁰ No Livro Branco de Segurança de 1998 (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2008a), a China defende que para obter paz é imperativo abandonar a mentalidade da Guerra-fria, cultivar um novo conceito da segurança e procurar uma nova forma para manter a paz. Esta ideia tornou-se, posteriormente, a ideia principal do Novo Conceito de Segurança (*xin anquan guandian*). Uma das maiores características deste novo conceito é a preferência por comunidades de segurança em detrimento de alianças. Alexandre Carriço, no Livro *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China (1998-2010)* (2012, p. 42), defende que o novo conceito “*reconhece a evolução e multidimensionalidade dos desafios que se colocam à segurança dos Estados, elencando três vertentes operacionais: a segurança comum (gongtong anquan), com uma crítica velada e a recusa da prossecução de políticas de alianças por parte da China; a segurança cooperativa (hezuo anquan), através da negociação e compromisso (ying ying de zhanlue ou win-win strategy); e a segurança abrangente (zonghe anquan) com três dimensões: uma política, outra económica e outra militar*”.

adoptados pela terceira geração de líderes na condução da política externa da China no início do século XXI, e que lhes permite respeitar os tradicionais princípios fundamentais dessa política, como a não-intervenção e comportamento não-condicionado⁴¹. Em 2004, num discurso oficial, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao usou o conceito “ascensão pacífica” (*héping juéqǐ*) dando-lhe o selo oficial de aprovação⁴². No entanto, o termo “crescimento” provou ser demasiado controverso provocando reacções críticas dos países vizinhos e dos observadores internacionais. Consequentemente, Pequim alterou o termo, ainda nesse mesmo ano, para um mais neutro: o “desenvolvimento pacífico” da China (*Zhōngguó héping fāzhǎn*). Dois anos mais tarde, em Abril de 2005, a quarta-geração (*disidai*) de líderes chineses adoptou o princípio de desenvolvimento global de uma “sociedade harmoniosa” (*héxié shèhuì*), e do estabelecimento de um “mundo harmonioso” (*héxié shìjiè*). Adopção destes conceitos deve-se também à necessidade de um ambiente internacional pacífico e harmonioso, para que o desenvolvimento económico da China possa prosseguir.

Desta forma, apesar de muitas vezes as relações de Pequim com outros países consumidores serem marcadas pela competição, tensão e desconfiança, parecendo inevitável o surgimento de conflito, a procura de um desenvolvimento pacífico regional e internacional também proporciona a cooperação com esses mesmos países consumidores. Medeiros (2009, p. 99) defende que o uso continuado pela China de frases oficiais que apresentam os objectivos orientadores para a relação com os EUA, como por exemplo “*aumentar a confiança, reduzir os problemas, fortalecer a cooperação e evitar o confronto*” (*zengjia xinren, jianshao mafan, jiaqiang hezuo, bu gao duikang*), servirá como

⁴¹ Muito dos princípios da política externa chinesa são baseados nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (*heping gonchu wuxiang yuanze*). Estes princípios foram propostos por Zhou Enlai em 1953 na Índia e reiterados na Conferência de Bandung no ano seguinte. Posteriormente foram adoptados na doutrina da política externa de Mao Zedong, e incluem o respeito mútuo pela soberania e a integridade territorial; a não-agressão; a não intervenção nos assuntos internos de um pelo outro; a igualdade e benefício recíproco e a coexistência pacífica. Para além disso, e de acordo com Lanteigne (2009, p. 11). Para além da forte visão vestefaliana de soberania de Estado, muita das políticas externas da RPC são guiadas pelos “4 Nãos” (*sibu*): não à hegemonia; não a alianças militares, não à corrida ao armamento e não à política de poder.

⁴² No Livro Branco o Desenvolvimento pacífico da China (Information Office of the State Council, People’s Republic of China, 2005), publicado em 2005, é definido a estratégia do desenvolvimento pacífico. O capítulo I advoga que a China é o maior país em desenvolvimento, e o desenvolvimento económico de acordo com a globalização é o principal objectivo da China. A RPC procura um mundo multipolar ao invés de hegemonia, e busca relações com outros países com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (*heping gonchu wuxiang yuanze*).

um termómetro para a direcção de suas políticas em relação aos Estados Unidos. Este princípio, inicialmente articulado por Deng Xiaoping no início década de 90, e posteriormente reiterado por Jiang Zemin, persiste até hoje, embora comumente na forma de referências oficiais para “*desenvolver a cooperação e evitar o confronto*” (Fazhan Hezuo, *bu gao duikang*).

Alexandre Carriço (2012, p. 149) advoga que, embora possam vir a existir inevitavelmente acidentes de percurso nas relações sino-americanas que “*poderão transmitir ondas sísmicas de instabilidade ao mundo, uma weltanschauung mais cooperativa, ainda que difícil de alcançar, não é de todo impossível*”. A relação actual, na área de energia, entre os EUA e a RPC é caracterizada por esforços comuns de cooperação, de competição, tensão e de desconfiança. A área de maior cooperação entre os EUA e a China situa-se ao nível das energias limpas, das novas tecnologias para as energias renováveis e novas formas para melhorar a eficiência energética. Esta colaboração começou com a administração Bush, em 2008, com o “*United-China Ten Year Framework for Cooperation on Energy and Environment*” e expandiu-se com administração Obama e o novo “*Strategic and Economic Dialogue – SAED*”. As cimeiras EUA-China resultaram numa série de iniciativas de cooperação no âmbito do desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com a energia. A mais significativa foi a criação do United States-China Clean Energy Research Center (CEREC, 2011) co-financiado em 150 milhões de dólares e com sede em ambos os países. Outras iniciativas abrangem a eficiência das edificações, a captura do carbono e o armazenamento e desenvolvimento de depósitos de *shale gas*. A tensão e a desconfiança prendem-se com a presença de companhias de petróleo e do governo chinês em países produtores como o Sudão e o Irão, países onde as companhias de petróleo americanas não participam nos activos de exploração dos recursos energéticos, e que são alvo de sanções e interdições económicas. Pequim, para muitos autores (Wang Yiwei, 2004, p. 7; Yi-Chong, 2007, p. 278), procurou investir em países onde Washington se tinha retirado, como é caso do Sudão, ou tinha uma fraca presença, como é o caso do Irão, mas sem intenção de provocação ou de entrar em conflito, porque necessita de uma relação estratégica pacífica com os EUA.

Yi-chong (2006, p. 284) afirma ser que é improvável que haja uma confrontação directa entre a China e outros grandes poderes pelo acesso a recursos energéticos, referindo

que poderá sim, haver uma maior cooperação, sobretudo nas tecnologias modernas para melhorar a eficiência energética. De facto, a China defende a cooperação energética. O Livro Branco de Energia intitulado “*China's Energy Conditions and Policies*”, publicado em 2007, salienta que “*os assuntos de energia não deveriam ser politizados e nem devem activar antagonismo, assim como o uso da força deveria ser evitado*”. O documento enfatiza que a cooperação de benefício mútuo entre “*a comunidade internacional que deveria trabalhar junta para manter a estabilidade entre produtores e exportadores de petróleo, especialmente no Médio Oriente, a fim de garantir a segurança das rotas de transporte de energia internacionais e evitar conflitos geopolíticos que afectam o abastecimento de energia do mundo*” (China State Council Information Office, 2007).

A presença crescente da China em matéria de segurança energética cria um “*dilema de segurança energética*” (Kambara, 1984). A China, depois dos EUA, o segundo maior consumidor de energia, o segundo maior consumidor e importador de petróleo. A sua demanda crescente e contínua tem implicações para o aumento do consumo mundial de energia, mas tal não levará necessariamente, enquanto factor determinista, a um conflito. A competição pelo acesso a recursos entre consumidores existe mas também existe a cooperação. A possibilidade de um conflito dependerá das políticas governamentais da China e dos Estados consumidores, da forma como interpretam a sua segurança energética, dos avanços tecnológicos e da possibilidade de encontrar outras fontes de energia. Para a China, e de forma a não comprometer o seu regresso ao clube dos grandes poderes (*da Guo*), é imperativo um ambiente regional e internacional estável, mesmo tendo em conta que a segurança energética é de interesse vital para a segurança e desenvolvimento do país, consideramos que haverá mais espaço para o aumento da cooperação do que para o conflito. É certo que a energia, tal como para outros Estados consumidores, tem e terá cada vez mais importância nas prioridades da segurança da China e isso poderá determinar o seu comportamento estratégico e a sua abordagem em relação a outros “grandes países”, mas um conflito em resultado da luta por recursos energéticos significaria o abandono ou a revisão dos princípios da coexistência pacífica que Pequim abraçou.

CAPÍTULO II – A Questão Energética Chinesa

2.1. Da Auto-suficiência à Contínua Dependência

A energia é um importante recurso para a sobrevivência humana e para o seu desenvolvimento. Ao longo da história da humanidade várias formas de energia contribuíram para o progresso e evolução das sociedades. A partir da revolução industrial do século XVIII, a utilização de fontes de energia modernas, como o carvão mineral, o petróleo, o gás natural, a hidroelectricidade e a energia nuclear, têm permitido o desenvolvimento industrial e económico mundial. Todavia, à medida que as economias crescem, o consumo de energia e a dependência de energia face ao exterior aumenta, tornando os países vulneráveis a uma eventual escassez da oferta ou de um aumento acentuado nos preços, podendo conduzir a efeitos negativos nas suas economia, na coesão social e na estabilidade política. Desta forma a energia pode, assim representar, simultaneamente, um factor potenciador e constrangedor do desenvolvimento económico e da estabilidade social e política de um país.

Na RPC, a adopção da política de “Portas Abertas” (*Gaige kaifang*) em 1978, e o subsequente desenvolvimento económico do país provocaram uma acelerada urbanização e mudanças nos padrões do consumo de energia. Após um período de longo de isolamento, a RPC abriu-se ao exterior, apostando no desenvolvimento e modernização do país e na liberalização da economia. O responsável por esta política de abertura económica, Deng Xiaoping compreendia a importância que a energia possuía no programa de reforma planificada para uma economia mais orientada para o mercado, ao salientar em 1980, que a energia era a questão primordial da economia. Por sua vez, o Presidente Hu Jintao no discurso de encerramento da sessão da Conferência Central do Trabalho Económico, proferido em Pequim, a 29 de Novembro de 2003, considerou pela primeira vez que a energia era, juntamente com as finanças, uma questão de segurança económica nacional (Kong, 2005, p. 129). Dois anos depois, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao na primeira sessão do *Leading Energy Group*, afirmou que a energia era estrategicamente importante

para o crescimento económico chinês, para a estabilidade social e para a segurança nacional (China Daily, 2005).

Ao contrário de Mao Zedong que alcançou a auto-suficiência petrolífera do país, entre os anos 60 e inícios de 70, os líderes da quarta geração não só se preocupam com a crescente fome energética do país, mas também com os riscos e ameaças associados à contínua dependência externa de energia, sobretudo de petróleo. As suas preocupações com a segurança energética traduzem o receio pelo impacto que a escassez ou a falta de energia poderá ter para a economia chinesa, para a estabilidade político-social e para a segurança nacional.

Para compreender as preocupações com a dependência externa de energia, particularmente do petróleo, é importante examinar a evolução da exploração e a produção petrolífera chinesa. Desde os tempos remotos da história do Império do Meio que subsistem referências à existência de petróleo no território. Num livro de geografia escrito na Dinastia Pré-Han, há mais de 2000 anos, os autores descrevem as explorações primitivas de gás e de petróleo em Xinjiang, em Gansu, em Shanxi e em Sichuan (Kambara, 1974, p. 699). No entanto, até ao início do século XX, a produção de petróleo manteve-se exígua no território chinês. No início deste período, em 1907, foram feitos alguns achados, como a descoberta do poço Yanchang na bacia de Ordos, na província de Shanxi, o que permitiu um relativo aumento da produção petróleo. Contudo, a instabilidade interna, os reduzidos conhecimentos de geologia do petróleo no território, assim como o desinteresse das companhias petrolíferas internacionais foram factores condicionantes para o aumento limitado, tanto em termos de volume como de área geográfica. Em 1939 começou igualmente a ser explorado outro poço - o Yumen - localizado na província de Gansu. Entre 1907 e 1949, foram também descobertos outros campos de petróleo e de gás no território, mas não eram comparáveis em termos de dimensão, aos de Yanchang e de Yumen. Perante esta situação de limitada produção petrolífera interna, 90% do petróleo consumido na RPC era importado (Kambara, 1974, p. 700).

Desta forma, a RPC emergiu de uma guerra civil em 1949, com a ambição de uma rápida modernização e industrialização, mas com uma base de produção de petróleo muito pequena (Daojiong, 2006, p. 179). A agravar esta situação, o Comité Coordenador para Controlar as Exportações Multilaterais, criado por países do bloco ocidental durante a

guerra-fria, impôs um embargo de petróleo à China desde os anos 50 a 70, como resultado do seu envolvimento na guerra da Coreia (1950-53). Até meados da década de 60, Pequim dependeu das importações de petróleo da União Soviética e dos países da Europa Oriental. Contudo, com a descoberta dos campos de petróleo Daqing, Shengli e Liache no nordeste Chinês, alcançou a auto-suficiência energética, e a partir da década de 70, a capacidade de exportar pequenas quantidades de petróleo para o Japão, para a Tailândia, para as Filipinas e para outros países vizinhos.

Para além da ajuda da Hungria, da Polónia, da Roménia, da Alemanha Oriental e da Checoslováquia, foi igualmente importante para o desenvolvimento do sector petrolífero chinês durante o primeiro plano quinquenal da RPC de 1953-1957 (*Zhōngguó Wǔnián Jìhuà*), o contributo da União Soviética. Esse apoio, fundamentalmente técnico e material, foi essencial para o desenvolvimento do sector energético centrado na exploração geológica de novos campos de petróleo em mais de 51 locais. Para efectuar o levantamento extensivo gravimétrico e magnético foram criados grupos conjuntos de técnicos e de geólogos russo-chineses e, de acordo com Smil & Woodard (1977, p. 324), é possível que algum desses grupos tenha descoberto o campo de petróleo Daqing em 1956, embora Pequim nunca tenha confirmado a descoberta deste poço pelos técnicos russos. Durante o período do apoio soviético foi iniciada a produção dos campos de petróleo de Karamai e de Lenghu e reabilitado o campo de Yanchang. Foram também reconstruídas e expandidas quatro refinarias, nomeadamente a refinaria de Lanzhou⁴³.

No primeiro Tratado de Assistência sino-soviética, datado de Fevereiro de 1950, foi estabelecida uma linha de crédito de 300 milhões de dólares, o que permitiu à RPC adquirir equipamento soviético para o desenvolvimento do sector petrolífero. Este tratado veio a permitir ainda que, a 17 de Março desse ano, tenha sido estabelecida a primeira *joint-venture* chinesa, a Sino-Russian Petroleum Co. Ltd., para desenvolver os campos de petróleo de Dushanzi, em Xinjiang, no nordeste do território (Advameg, Inc., 2011). Até meados da década de 60, o apoio soviético traduziu-se igualmente no fornecimento de petróleo e de produtos derivados essenciais para a implementação dos planos industriais das décadas 50-60. Kambara (1974, p. 702) refere que, durante esse período, a RPC

⁴³ Onde estava localizado Instituto do Petróleo e a Instituto de Químicos que actualmente chama-se Lanzhou Petrochemical College of Vocational Technology (LZPCC).

importou a um custo superior a mil milhões de dólares, cerca de 24 milhões de toneladas de petróleo bruto e produtos derivados da União Soviética.

A separação sino-soviética (*zhongsu polie*), em 1960, foi pautada por repercussões negativas para o desenvolvimento da produção de petróleo na RPC. A passagem do controle da produção e da refinação para a China, a partida dos especialistas soviéticos e os limitados conhecimentos dos engenheiros e geólogos chineses da tecnologia petrolífera moderna foi sucedida pela diminuição da produção e de refinação petrolífera na RPC e, em alguns casos, pela própria suspensão da produção e de refinação, como aconteceu com o campo de Karamai e a refinaria em Nanjing. O corte nas relações comerciais entre os dois Estados conduziu a uma quebra do abastecimento petrolífero à RPC, visto que Pequim ficou sem o fornecimento de cerca de 50% do petróleo importado da União Soviética. Em 1964, foram feitos esforços para compensar essas perdas, através da importação de petróleo oriundo da Argélia. Perante a quebra de abastecimento aliada às graves consequências económicas do *Grande Passo em Frente* (*Dayuejin*, 1958-1960), principalmente, à estagnação da indústria do carvão, Mao Zedong instituiu a política de “*auto-suficiência*” energética (*Zili Gengsheng*).

O princípio da auto-suficiência implicava que a produção de energia fosse suportada por recursos endógenos, que incluíam o capital humano, o capital físico e os recursos naturais chineses (Zhang Jian, 2011, p. 5). A nível do sector petrolífero, indicava que Pequim teria de desenvolver a indústria de petróleo através dos recursos endógenos, em vez de recursos estrangeiros. A descoberta do campo de petróleo Daqing⁴⁴ na província de Helongjiang, no nordeste chinês, a 26 de Setembro de 1959, patenteou que esse objectivo poderia ser alcançado. Este campo também conhecido como a “*Grande Alegria*”, para além de proporcionar um novo impulso à produção petrolífera possibilitando com que, em 1971, a China passasse a país exportador, serviu de incentivo na procura de petróleo em outras áreas do território. Durante a Revolução Cultural (1966-1976), o campo de petróleo Daqing foi divulgado como o centro modelo de uma grande indústria organizada em linhas maoístas, recebendo elogios pelo seu contributo para a auto-suficiência. Foi fonte de incentivo para que os trabalhadores, com técnicas

⁴⁴ O campo Daqing está localizado na planície Songliao, no nordeste da China. É composto por 52 campos de petróleo e de gás de diferentes escalas, com uma área de 6000 quilómetros quadrados.

improvisadas, meios e equipamentos rudimentares desenvolvessem outros campos de petróleo.

O subsequente aumento de esforços veio a traduzir-se positivamente, com a descoberta de novos campos de petróleo. Em 1961 foi descoberto o campo Shengli (ou “Vitória”) na província Shadong⁴⁵, quatro anos mais tarde, o campo Dagang no distrito de Tianjin⁴⁶ e, na década seguinte, os campos Changqing⁴⁷, Huabei⁴⁸ e Zhongyuan⁴⁹. Em 1989, foi descoberto o último campo gigante⁵⁰ de petróleo no território chinês, o campo Tarim, localizado na parte ocidental da Região Autónoma Uigure de Xinjiang (*Xīnjiāng Wéiwú'ěr Zìzhìqū*).

Em 1963, Pequim considerou o país auto-suficiente energeticamente. Smil & Woodard (1977, pp. 318-319) salientam que o aumento da produção interna petróleo e o desenvolvimento da indústria do carvão, desde o início da década de 50, permitiram, não só absorver o choque provocado pela perda das importações de petróleo da União Soviética, como capacitar a RPC a ser auto-suficiente energeticamente. Em termos de petróleo, em 1963, o campo Daqing produziu 4,3 milhões de toneladas de petróleo bruto enquanto a produção total duplicou, aumentando de 3,73 milhões de toneladas em 1959 para 6,48 milhões de toneladas (Kambara, 1974, p. 705).

Apesar de importar alguns produtos petrolíferos da Europa Oriental, particularmente da Roménia, a China conseguiu aumentar a produção interna de petróleo e passar a país exportador. No início do 3.º Plano Quinquenal, em 1966, a produção de petróleo na China foi de 10 milhões de toneladas por ano. E em 1970, aumentou para 20 milhões de toneladas, atingindo três anos depois, 50 milhões de toneladas. Este

⁴⁵ Este campo de petróleo é composto por cerca de 40 pequenos campos e fica localizado a sudeste de Pequim, perto do Golfo de Chihli (*Bo Hai*) e a sul da foz do Rio Amarelo (*Huang He*). Equipas trazidas do campo Daqing começaram a perfuração do campo Shengli em 1964. O campo começou a produzir petróleo em 1966 e, na década de 1970, a sua produção foi ampliada consideravelmente. Posteriormente, foi construída uma refinaria de petróleo e um gasoduto de cerca de 1100 km de comprimento (concluído em 1979), que ligava os campos Renqin e Shengli com Nanjing (Encyclopædia Britannica Online, 2012).

⁴⁶ A exploração do campo Dagang abrange vinte e cinco distritos, cidades e condados em Tianjin, Hebei e Shandong, incluindo a área de exploração Dagang e a bacia Yoerdus em Xinjiang.

⁴⁷ Localizado perto da bacia de Ordos, no noroeste do território da China.

⁴⁸ Campo Huabei localizado na planície central da província de Hebei.

⁴⁹ Localizado na parte central da China, na província de Henan.

⁵⁰ De acordo com a Associação Americana de Geólogos de Petróleo (AAPG) podem ser chamados de gigantes, apenas os maiores campos de petróleo que tenham recursos finais recuperáveis de pelo menos 500 milhões de barris (Associação Americana de Geólogos de Petróleo, 1980, cit. por Höök *et al.*, 2010, p. 2)

crescimento prosseguiu entre 1971 e 1978, a uma taxa média anual de 16,5% (Kambara, 1974, p. 707). A generalidade dos analistas (Kambara, 1974; Smil & Woodard, 1977; Zhao Daojiang, 2006; Höök et al., 2010) considera que este cenário de crescimento se deve à quota de produção do campo Daqing, situada entre 20 a 50% da produção do território. Este campo manteve uma produção anual de mais de 50 milhões de toneladas durante 27 anos consecutivos e, de acordo com dados da China National Petroleum Corporation (CNPC, 2011b), o *output* anual de petróleo bruto do Daqing permanece acima de 40 milhões de toneladas.

O crescimento da produção petrolífera na China coincidiu com o retomar das relações diplomáticas com os EUA, em 1971, e o alargamento das relações económicas com o Japão, a partir de 1973. Perante um aumento de produção de petróleo que ultrapassou a capacidade de refinação e as necessidades de consumo interno, Pequim começou a exportar petróleo bruto para o Japão: 1 milhão de toneladas em 1973, ampliado para 4 milhões de toneladas em 1974 e 8 milhões de toneladas, em 1975. Para além deste facto, aproveitou os efeitos negativos da crise petrolífera de 1973 para começar a exportar pequenas quantidades de petróleo bruto e gasóleo para a Coreia, Vietname, Hong-Kong, Filipinas e Tailândia (Smil & Woodard, 1977, p. 320).

Seguindo o mesmo trajecto que a produção interna de petróleo, a indústria de refinação também foi ampliada e, no final de 1970, a China era já o quinto maior país a nível mundial. Através de uma combinação de intensos investimentos e de fluxos de tecnologias estrangeiras oriundos do Japão, dos EUA e da Europa ocidental, Pequim conseguiu refinar 4,1 milhões de b/d de petróleo bruto no final de 1970 (Lim Tai Wei, 2009b, p. 2). É de salientar que a energia passou a ser uma *commodity* de exportação possibilitando que, em troca, Pequim obtivesse tecnologia e planos industriais dos países desenvolvidos. Como alude Zhao Daojiang (2006, p. 180) “*o petróleo e o carvão serviram como um valioso objectivo estratégico para Pequim, pois permitiram renovar os laços com as economias do mundo industrializado*”.

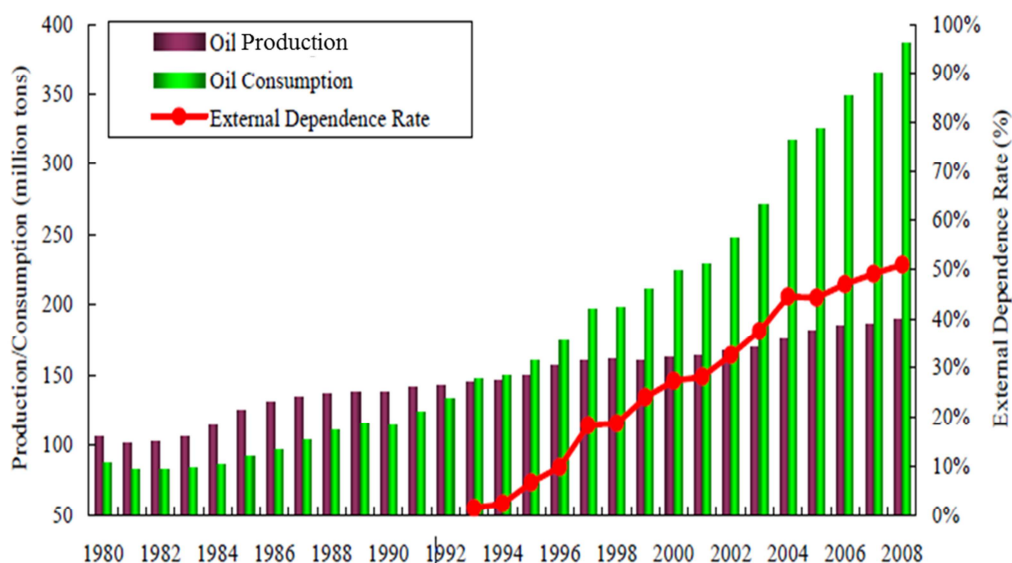
Quando o Primeiro-Ministro Zhu Rongji aboliu o Ministério da Energia em 1993, esperava-se que o país continuasse a ser auto-suficiente energeticamente. Todavia, a maturidade dos poços, como o de Yumem, que forneciam metade do petróleo consumido no país, a não descoberta de fontes de substituição internas e o aumento de consumo de

energia a partir da liberalização da economia dos anos 80, contribuíram para que, nesse mesmo ano, a RPC passasse a ser um país importador de produtos derivados de petróleo e, três anos mais tarde, um país importador de petróleo bruto. Com o abandono da auto-suficiência e com o contínuo aumento do volume das importações de petróleo, a necessidade externa de energia começou a emergir como uma preocupação para os líderes chineses (Zhang Jian, 2011, p. 10). Inicialmente, as quantidades de importadas eram pequenas e o mercado internacional de petróleo tinha amplos fornecimentos, a preços estáveis e baixos, não apresentando uma grande ameaça para a segurança energética chinesa. Contudo, depois do 11 de Setembro e com o início da Guerra do Iraque, a fonte mais importante de importação de petróleo Chinesa - o Médio Oriente - começou a ser percebida como insegura. Como sustenta Zhai Bian (2003, p. 19), *“a China depende demasiado das importações do Oriente Médio (...) as principais preocupações que influenciam a segurança energética são a origem e rota de transporte para essas importações, especialmente quando essa área de fornecimento é considerada tão insegura”*.

Por seu turno, o consumo interno de petróleo aumentou drasticamente. De acordo com Wang Haibo (2010, p. 3), entre 1980 e 1990, a taxa de crescimento anual do consumo de petróleo foi de 2,75%, aumentando para 6,93% entre 1990-2000, e atingindo os 7,04% durante 2000-2008. Em termos de produção, entre 1980 e 2008, assistiu-se a um aumento de 106 milhões de toneladas para 190 milhões de toneladas, com uma taxa de crescimento anual de apenas de 2,1% (Cf. Gráfico I). Em 2000, a importação de petróleo líquido foi cerca de 76 milhões de toneladas e a taxa de dependência externa de 27,4%; oito anos depois, a importação tinha aumentado para 218 milhões de toneladas e a taxa de dependência externa já era superior a 50%. Em 2003, a RPC ultrapassa o Japão e passa a ser o segundo maior consumidor de petróleo a nível mundial, a seguir aos EUA⁵¹,

⁵¹ Em 2003, para lidar com a crescente demanda energética, sobretudo de petróleo, o governo chinês lançou um documento político intitulado “Estratégia do Petróleo no Século XXI”, alocando USD\$ 100 biliões para um *“sistema estratégico futuro de petróleo”* na China. A demanda energética também foi um tema importante no 10.º Plano Quinquenal da China (*Zhōngguó wǔ nián jìhuà* (2001-2005), tendo sido a política energética chinesa foi identificada com o objectivo de *“garantir a segurança energética, otimizar o mix energético, melhorar a eficiência de energia, proteger o ambiente”* (National People’s Congress of China, 2011).

Gráfico I. Produção e Consumo de Petróleo na RPC (1980-2008)



Fonte: Adaptado de Wang, 2010, p. 2.

No relatório da Agência Internacional de Energia de Junho de 2010, a RPC foi considerada o maior consumidor de energia do mundo, retirando o domínio aos Estados Unidos. Segundo a mesma fonte, em 2009, o consumo energético chinês foi de 2252 bilhões de toneladas métricas equivalente de petróleo (TPE) na forma de crude, de carvão, de gás natural, de energia nuclear e de fontes renováveis, ou seja, cerca de 4% mais do que os Estados Unidos (Swartz, 2010) (Cf. Anexo X). Alguns analistas que estudam as questões energéticas na China (Kong, 2005; Direcção de Serviços de Prospectiva, 2006; Yi-Chong, 2006; Raibo, 2010; Zhang, 2011, Low, 2011), defendem que as causas desse crescimento do consumo de energia na China foram a rápida urbanização (*Chengzhenhua*), a industrialização e a electrificação e, mais recentemente, a motorização da mobilidade.

Quando a China iniciou as reformas económicas na década de 70 era essencialmente uma sociedade rural. No entanto, depois de três décadas de crescimento económico, assistiu-se a um impressionante e massivo crescimento urbano. Entre 1978 e 2008, a população urbana passou de 185 para 607 milhões, um aumento médio anual de 14 milhões (Yeh *et al.*, 2011, p. 1). Hodiernamente, a China é o país mais populoso do

mundo, possuindo um sétimo da população mundial no seu território. Em 2010, tinha 1,3 biliões de habitantes, dos quais cerca de 51%, aproximadamente 629 milhões era urbana (United Nations, 2012). O crescimento urbano é acompanhado pelo aumento no número e área das cidades chinesas. Entre 1978 e 2008, o número de cidades aumentou de 193 para 655, e a área de 2008 é 5 vezes maior que a de 1978 (Yeh et al., 2011, pp. 6-7). Embora subsista diferenças nas projecções em termos de valor⁵², parece ser consensual que a população urbana chinesa continuará a aumentar e que este crescimento implicará o aumento do consumo energético nos centros urbanos.

A urbanização processa-se de forma diferenciada no território chinês, com as regiões orientais a serem objecto de um maior nível de urbanização, seguidas pelas regiões centrais e ocidentais. Há também variações entre as províncias, sendo as mais urbanizadas as zonas costeiras e as do noroeste chinês, como a de Heilongjiang, a de Liaoning, a de Jilin e a Mongólia Interior. Por sua vez, estas áreas de maior urbanização são as que possuem o maior desenvolvimento industrial, a maior concentração de PIB *per capita*⁵³ e também as de maior consumo de energia (Cf. Mapas I e II). O consumo de energia nas áreas urbanas é de cerca de 3.5 a 4 vezes maior do que entre a população rural. Este consumo revela novos hábitos e novas necessidades, que gradualmente vão acompanhando o aumento de melhorias de vida e o aumento de uma classe média chinesa. Presentemente, esta classe média corresponde a 12% da população chinesa, mas de acordo com as projecções do Banco Mundial, em 2030, poderá já representar 70% da população chinesa, patenteando a criação de um maior mercado mundial de consumo (Kharas, 2011)⁵⁴.

⁵² Por exemplo, as Nações Unidas projectam que a população urbana aumentará para 1037 milhões em 2050, enquanto, McKinsey Global Institute (2009) prevê um aumento para 926 milhões em 2025, atingindo um bilião em 2030. Por sua vez, o *World Urbanization Prospects* de 2007, refere que poderá atingir os 900 milhões em 2030 (Xiaoyu Yan, 2010, p. 655).

⁵³ O PIB está concentrado na zona este da China, em que 51% do PIB do país está concentrado nas províncias de Guangdong, de Jiangsu, de Hebei, de Shandong, de Zhejiang, de Henan, de Shanghai (BES, 2011, p. 8).

⁵⁴ A RPC já ultrapassou os Estados Unidos como o maior mercado do mundo para certos artigos emblemáticos da classe média, como automóveis, computadores e telemóveis.

A China possui também algumas das maiores cidades do mundo, como Xangai com 23 milhões de habitantes, Pequim com 10,7 milhões, Guanzhou 8,4 milhões e Shenzhen 7,2 milhões de habitantes. Em Julho de 2012, o Economist Intelligence Unit Limited lançou o relatório intitulado *Supersized cities. China's 13 megalopolises* (2012, p. 7) onde apontava a emergência de 13 megalópoles na China em 2020, destacando as tendências demográficas e o rendimento que está a moldar o seu desenvolvimento. Duas dessas *megapolis*, Chongqing e Great Xi'an são comparadas à população de Portugal, concentrando respectivamente de 10,9 e 10,7 milhões de pessoas (Cf. Anexo XI).

Os sectores que mais têm contribuído para a procura de petróleo na China são a indústria e os transportes. Na década de 90, a indústria representava dois terços do consumo total de petróleo (63,7%), seguido pelo sector dos transportes (14,7%) e da agricultura (9%). Todavia, gradualmente, o consumo de petróleo no sector dos transportes tem vindo a aumentar enquanto os sectores da indústria e da agricultura têm vindo a diminuir (Wang, 2010; Low, 2011). Como se pode observar na Tabela I, em 2009, o sector dos transportes aumentou para 37,5%, enquanto a representatividade da indústria e da agricultura no consumo do petróleo desceu, respectivamente, para 36,9% e 3,7%.

Tabela I. *Consumo de petróleo por sector, 1990-2009 (%)*

| Ano | Agricultura | Indústria | Construção | Transporte e Armazenagem | Residencial | Comércio de retalho | Outros Sectores |
|------|-------------|-----------|------------|--------------------------|-------------|---------------------|-----------------|
| 1990 | 9,0 | 63,7 | 2,8 | 14,7 | 2,5 | 0,7 | 6,6 |
| 1995 | 7,5 | 58,2 | 1,5 | 17,8 | 4,2 | 2,1 | 8,7 |
| 2000 | 4,0 | 44,4 | 4,2 | 31,3 | 6,7 | 1,2 | 8,2 |
| 2005 | 5,0 | 37,8 | 5,1 | 36,2 | 7,8 | 1,3 | 6,8 |
| 2009 | 3,7 | 36,9 | 5,4 | 37,5 | 8,9 | 1,2 | 6,4 |

Fonte: Low, 2011.

O aumento do consumo de petróleo pelo sector dos transportes deve-se ao crescimento da posse privada de viaturas, ao desenvolvimento dos transportes domésticos aéreos e à dieselização dos transportes ferroviários (Wang Haibo, 2010; Leung, 2011; Low, 2011). Entre 1990-2009, a propriedade de veículos na China aumentou de 816,200

unidades para 49,749,100 unidades, a uma taxa anual média de cerca de 31% (National Bureau, s.d. citado por Low, 2011). Para além do aumento do poder de compra da população chinesa, que possibilitou que os veículos desejados pudessem ser alcançáveis, este crescimento reflecte também a política de encorajamento de posse de veículos privados pelo governo chinês de 1994⁵⁵, que teve por objectivo a promoção do sector automobilístico como uma das indústrias pilares para liderar a economia.

Em 2002, a China produziu e vendeu um milhão de automóveis, mais 50% do que no ano anterior. Em 2006, suplantou o Japão como o segundo maior mercado automobilístico, com um total de vendas de 7,2 milhões de unidades (Steinfeld, 2010, p. 138). Quatro anos depois, ultrapassou os EUA, retirando-lhe o domínio que assegurava há mais de um século desde a criação do Ford modelo T, e tornando-se no maior mercado mundial de automóveis. Mesmo que a RPC veja o crescimento do seu PIB diminuir de 10% para 7%, como projectado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e previsto no 12.º Plano Quinquenal Chinês, o parque automóvel chinês irá atingir os 600 milhões de veículos, equiparando-se ao dos EUA, em 2030 (Zhang & Gordon, 2011, p. 2).

Com a crise económico-financeira mundial, especialmente em 2009, usufruindo dos preços mais baixos e do excesso de oferta no mercado global de energia, a RPC aproveitou para aumentar as suas reservas de petróleo (Zhang Jian, 2011, p. 10; Costa e Silva, 2012). Actualmente, Pequim importa 55% do petróleo que necessita (Xie & Economides, 2011). Segundo a projecção da Agência Internacional de Energia, Pequim irá ultrapassar os EUA, em 2035, como maior consumidor mundial de petróleo e necessitar de adquirir no exterior 75% do petróleo consumido internamente (EIA, 2012f). Deste modo, assegurar energia para o próximo, médio e longo prazo é um dos maiores desafios que os líderes chineses enfrentam. Como um importante consumidor de energia, num mundo integrado em que as

⁵⁵ Política aprovada pelo Conselho de Estado chinês em Março 1994 e publicado em Julho desse mesmo ano. Compreende quatro grandes objectivos: primeiro, criar grandes grupos de produção de carrinhas e camiões ligeiros; segundo, desenvolver a indústria de componentes; terceiro, criar a capacidade de desenvolver a produção de produtos de automóveis e quarto e último, encorajar a posse individual de veículos. Esta política foi revista em 2004, fixando-se novos objectivos: promover um desenvolvimento harmonioso da indústria automóvel e associadas; definir o reajustamento do parque industrial; desenvolver produtos e marcas locais auto-sustentados com vista à criação de grupos com capacidade de produzir marcas famosas e globalmente competitivas em 2010; encorajar as pesquisas, a produção e o desenvolvimento independente, em larga escala; acelerar o fornecimento local e as suas operações internacionais e promover os veículos ligeiros e novos veículos energeticamente eficientes (Holweg *et al.*, 2005, pp. 13-16).

políticas domésticas são inseparáveis da política externa, a política de segurança energética da China tem e terá impacto a nível global.

2.2. O Panorama Energético Chinês

O crescimento da economia chinesa, a acelerada industrialização e urbanização, foram sucedidos por um consumo energético de grande intensidade que não foi acompanhado pela produção interna, criando uma grande pressão no fornecimento energético. Este paradoxo entre fornecimento e procura na RPC, conduziu a um aumento contínuo de dependência externa de energia, particularmente de petróleo. Esta *commodity* é essencial para manter a China como o maior fabricante do mundo, um estatuto que alcançou em 2010, quando ultrapassou os EUA. Pequim é o principal produtor de mercadorias do mundo e o petróleo é uma componente necessária para o fabrico de bens de consumo com base em plástico, incluindo brinquedos, equipamentos de comunicação e áudio, veículos, equipamentos desportivos, calçado, instrumentos de cozinha, e outros mais, que a China exporta. Além de que, até que seja implementado de forma comercial outro tipo de combustível para o transporte, o petróleo continuará a ser indispensável para os transportes terrestres, marítimos e aéreos e para o sector militar na China (Low, 2011).

A China possui no seu território recursos energéticos abundantes, e embora se tenha tornado no maior consumidor de energia do mundo, o seu consumo de energia em termos *per capita* é inferior aos EUA, representando cerca de três quartos da média mundial. Defendendo-se de que o aumento do consumo de energia na China não representa qualquer ameaça para a segurança energética de energia mundial, Pequim refere no livro Branco de Energia que “*a China é um país populoso, mas com uma média baixa per capita nos recursos energéticos do mundo. Os números do consumo e das importações de petróleo per capita na China representam apenas, respectivamente, metade e um quarto da média mundial, muito abaixo do nível dos países desenvolvidos*” (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2007, p. 44). Para além de abundantes, os recursos energéticos chineses estão distribuídos pelo território de forma desigual. O carvão está localizado principalmente na parte norte da região central e ocidental do território, as

hidroeléctricas no sudoeste, e o petróleo e o gás natural no leste, centro e oeste e ao longo da costa chinesa. Um estudo efectuado pelo Departamento de Prospekção e Planeamento português, em 2006, apresentou o território chinês dividido em quatro grandes regiões de acordo com a distribuição física e a produção de petróleo, de carvão e de hidro electricidade: a primeira, a *China Deserta*, com energia fóssil; a segunda, a *China do Rio Amarelo*, próspera e também com energia fóssil; a terceira, a *China do Centro e do Sul*, com energia Hidroeléctrica, e a quarta e última, a *China costeira*, motor de crescimento do país mas carenciada em termos de produção de energia primária (Direcção de Serviços de Prospectiva, 2006, p. 24) (Cf. Anexo XII).

Enquanto algumas províncias, nomeadamente Sichuan, são capazes de produzir vários tipos de energia primária, outras, como as do litoral, são carentes em termos de energia. As maiores áreas consumidoras de recursos energéticos são principalmente as costeiras, no sudeste do território, onde a economia é mais desenvolvida. A diferença na localização entre áreas produtoras e consumidoras tem conduzido à seguinte estrutura básica do fluxo de energia na China: o transporte, em grande escala e a longas distâncias, de carvão e petróleo do norte para o sul, e a transmissão de gás natural e de electricidade de oeste para este. Pequim procura desenvolver os recursos energéticos do território, mas esse desenvolvimento tem-se apresentado bastante difícil. Como sustenta o Livro Branco de *China's Energy Conditions and Policies*:

“A China enfrenta graves dificuldades geológicas na extracção de recursos de carvão, porque têm de retirar o máximo do seu carvão de mineração subterrânea e, porque apenas uma pequena quantidade pode ser extraída por métodos a céu aberto. Por outro lado, os recursos de petróleo e gás estão localizados em áreas com condições geológicas complexas e em grandes profundidades, enquanto os recursos hidroeléctricos inexplorados estão localizados principalmente nas altas montanhas e em vales profundos do sudoeste, longe dos centros de consumo, o que implica dificuldades técnicas e altos custos. Por último, os recursos energéticos não convencionais são insuficientemente prospectados e o seu desenvolvimento não é nem económico, nem competitivo” (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2007, pp. 4-5)

Há que sublinhar que algumas províncias são extremamente importantes para o desenvolvimento da produção endógena no país. É o caso, por exemplo, de Xinjiang, uma província cujo nome significa “Novo Domínio”, localizada na bacia de Junggar no norte da Região Autónoma de Xinjiang Uigure, e que tem sido alvo de atenção particular pelas suas médias e pequenas reservas de petróleo e de gás natural. A sua importância não reside apenas na produção e exploração de hidrocarbonetos, mas também no facto de ser um ponto de convergência dos novos gasodutos e oleodutos em execução ou planeados, internos ou oriundos dos países vizinhos asiáticos para a China.

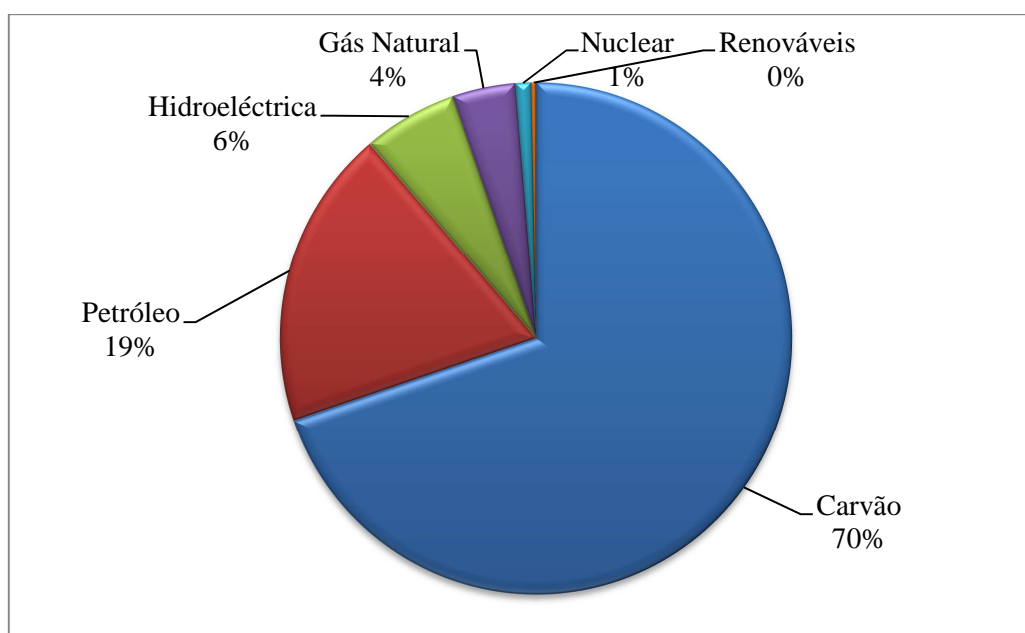
Para compreender a situação actual energética da RPC é necessário ter em conta esta desigualdade de distribuição dos recursos energéticos chineses, pois tal permite-nos entender os esforços internos de auto-aprovisionamento e as medidas para reduzir o desequilíbrio e a disparidade entre as zonas produtoras e exploradoras, de um lado, e as carentes em energia primária, de outro. Iniciaremos a nossa análise pelo carvão, a fonte de energia predominante na China e que acarreta grandes desafios ambientais.

2.2.1. O Carvão

O carvão é, simultaneamente, o principal combustível a sustentar o rápido crescimento da economia chinesa e a principal fonte de energia responsável pelos desafios ambientais e sociais que se colocam à China. Para Jiahjun Tu (2011, p. 1) esses desafios incluem: *i*) os resíduos de mineração de carvão; *ii*) os aluimentos de terras e os impactos ambientais relacionados em muitas áreas do país; *iii*) a escassez severa de água nas regiões de mineração de carvão mais importantes, como Shanxi, Shaanxi e Mongólia Interior; *iv*) os crescentes desafios em termos de segurança, de que são exemplo, os mais de 250 mil mineiros mortos em numerosos acidentes nas minas de carvão desde o início da RPC em 1949; *v*) o estrangulamento nas infra-estruturas de transporte da China, especialmente ferroviário, a deterioração da qualidade do ar em muitos centros urbanos e regiões adjacentes e a pressão para reduzir os gases com efeito de estufa (GEE), principalmente depois de Pequim ter ultrapassado Washington na liderança das emissões de CO₂, em 2006.

Na matriz de consumo energético de 2009, o carvão ocupava uma posição particularmente proeminente, sendo responsável por 70% do total de energia consumida⁵⁶, enquanto o petróleo representava apenas 19%, as fontes hidroeléctricas 6%, o gás natural 4%, a energia nuclear 1%, e outras energias renováveis 0,3% (Cf. Gráfico II). De acordo com as projecções da *Energy Information Administration* (EIA, 2012) a percentagem do carvão no *mix* do consumo energético irá declinar para 59% em 2035, no entanto, este recurso fóssil continuará a ter uma vincada superioridade em relação a outras fontes de energia na China. Esta supremacia resulta do facto do carvão existir em grandes quantidades no território, sendo o único combustível fóssil em que a RPC se encontra bem dotada com reservas recuperáveis e potências que ascendem a 114 biliões de toneladas, as terceiras maiores do mundo, depois dos Estados Unidos e da Rússia e equivalentes a cerca de 14% das reservas totais mundiais (BP, 2011b, p. 30)⁵⁷.

Gráfico II. *Total de Energia Consumida por género, 2009*



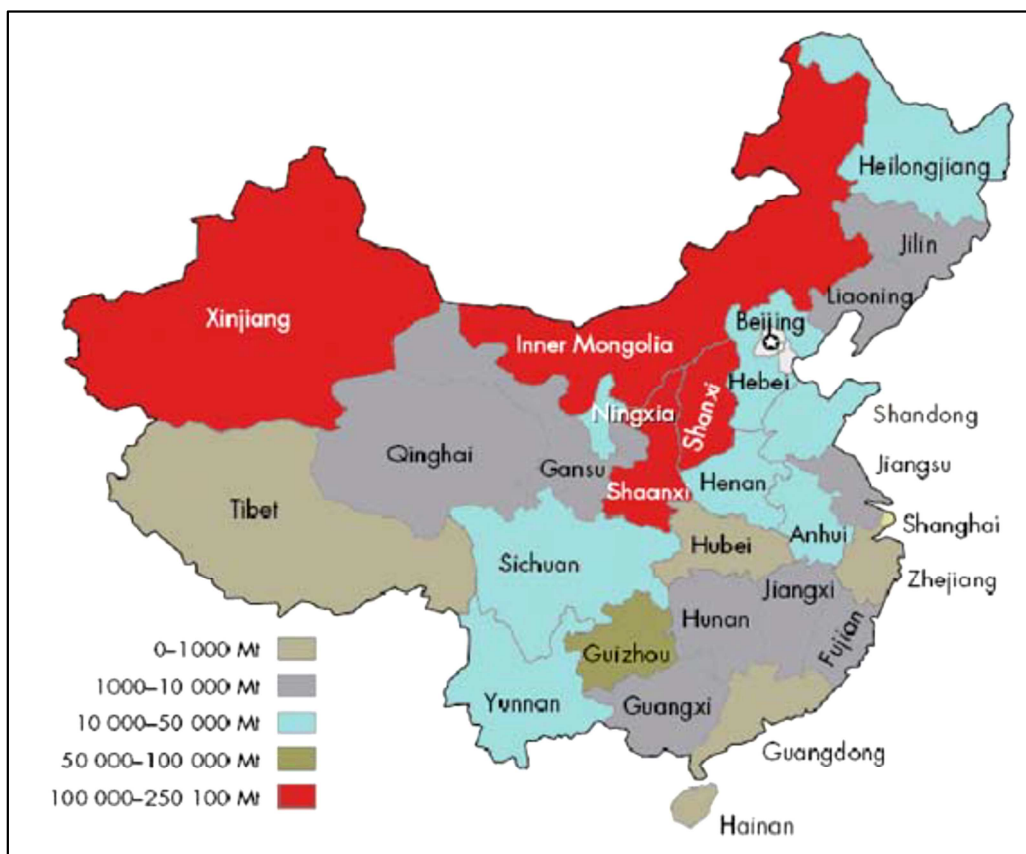
Fonte: EIA, 2011b

⁵⁶ Em 2009, foi de 90 quatrilhões de unidades térmicas britânicas (EIA, 2012f).

⁵⁷ O Ministério da Terra e dos Recursos da China apresenta um valor superior - 170 biliões de toneladas o que representa 19% do total das reservas provadas de carvão a nível global, e o que coloca o país como o segundo maior detentor de reservas provadas de carvão a nível mundial, a seguir aos EUA.

As reservas de carvão estão localizadas, fundamentalmente, nas regiões do norte, noroeste e sudoeste do país, em que as mais importantes encontram-se nas províncias de Xinjiang, Shanxi, Shaanxi e na região da Mongólia Interior (Cf. Mapa III).

Mapa III. Localização das Reservas de Carvão



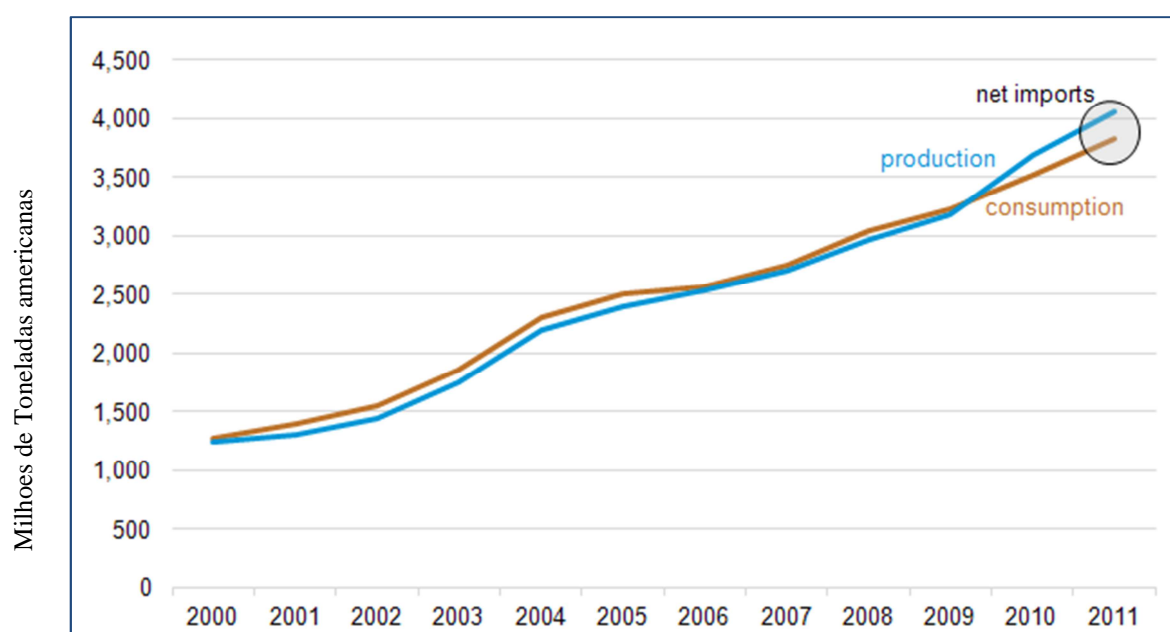
Fonte: Zhou, 2010, p. 9.

Pequim é o maior produtor e consumidor mundial de carvão⁵⁸. A produção deste recurso fóssil aumentou para quase 3,4 bilhões de toneladas em 2009, posicionando a RPC como maior produtor de carvão do mundo. Em 2010, a produção de carvão aumentou mais

⁵⁸ Em 2010, das 31 províncias chinesas, 27 produziram carvão bruto, incluindo as Regiões Autônomas e os Municípios.

9%, passando de 3,5 bilhões de toneladas para mais de 3,8 bilhões de toneladas em 2012. Por sua vez, nos últimos nove anos, o consumo também tem vindo a aumentar, revertendo o declínio que se assistiu entre 1996 e 2000. Em 2009, foi consumido na China cerca de 3,5 bilhões de toneladas de carvão, mais de 46% do total mundial, representando um aumento de 180% desde 2000 (EIA, 2011b). Em 2011, as importações de carvão cresceram 240 milhões de toneladas, cerca de 18% mais do que os níveis de 2010 (EIA, 2012) (Cf. Gráfico III).

Gráfico III. Produção e Consumo de Carvão, 2000-2011



Fonte: EIA, 2012

Mesmo possuindo as terceiras maiores reservas de carvão do mundo e sendo o maior produtor de carvão mundial, a RPC é um importador líquido de carvão desde 2009. Nesse ano, adquiriu no mercado internacional, incluindo nos Estados Unidos e na Colômbia, 103 milhões de toneladas (MT) de carvão (Hongyan, 2010), e dois anos depois, importou 182 MT, ultrapassando o Japão como maior importador mundial de carvão (Jianjun Tu & Johnson-Reiser, 2012b, p. 6). Para continuar a abastecer o desenvolvimento industrial do país, a RPC vai necessitar de 2 bilhões de toneladas adicionais de carvão, ao

longo dos próximos 10 anos, o que significa que nesse mesmo período, o consumo e as importações de carvão deverão aumentar substancialmente (Institute for Energy Research, 2011a). Acresce que Pequim tem ampliado e diversificado as fontes de aprovisionamento de carvão. Para além dos dois principais parceiros comerciais de carvão - a Austrália e a Indonésia⁵⁹ - têm vindo a assinar contractos fornecimento e a adquirir carvão da Rússia⁶⁰, dos EUA, da África do Sul, do Vietname e da Mongólia⁶¹.

Perante a ambivalência de deter as terceiras maiores reservas de carvão mas simultaneamente ser o maior importador mundial, consideramos relevante destacar os principais factores que contribuíram para a entrada da RPC no mercado do carvão, particularmente, a elevada distância entre as zonas produtoras do interior e as zonas consumidoras costeiras, os problemas nas infra-estruturas de transporte e os preços mais competitivos do exterior.

De acordo com a EIA (2011b, p. 15), o carvão de melhor qualidade e mais acessível está localizado no norte do território chinês, sobretudo nas províncias de Shanxi e da Mongólia Interior, enquanto no sul, o carvão tende a ter maior teor de cinzas e enxofre, sendo menos apropriado para muitas aplicações. À diferença em termos de características do carvão, acresce o desequilíbrio regional entre áreas de produção e fornecimento e as maiores áreas de procura e de consumo de carvão no território. Cerca de 80% dos recursos de carvão do território chinês estão localizados em zonas montanhosas, em regiões distantes dos centros industriais e das populosas regiões costeiras. Shaanxi, Shanxi e Mongólia Interior, as três maiores províncias produtoras de carvão, contribuíram com mais de 50% da produção total de carvão no território, enquanto as regiões populosas costeiras, como Xangai, Zhejiang, Guangdong, Fujian, representavam mais de 40% do consumo de

⁵⁹ As exportações da Indonésia para a China são dominadas por carvão-vapor, que é adequado para a produção de vapor e principalmente utilizado na geração de energia, que representavam 95% das vendas da Indonésia para a China, em 2010. Em comparação, o coque, que é usado principalmente para processos industriais como a produção de ferro e aço na China, representou 63% do total de exportações de carvão da Austrália para a China, nesse mesmo ano.

⁶⁰ Em Setembro de 2009, a Associação Chinesa para o Transporte e Distribuição de Carvão assinou um contracto de fornecimento de carvão por 25 anos com a Rússia, no qual era garantido um empréstimo de 6 biliões de dólares a esse país fornecedor. Este acordo garante um abastecimento de carvão à China a longo prazo, permitindo-lhe importar 150 milhões de toneladas de carvão por ano, nos próximos cinco anos e, mais de 20 milhões de toneladas nos 20 anos seguintes (Business China, 2010).

⁶¹ A Mongólia tem emergido como importante fornecedor de carvão à China devido à proximidade geográfica, de seu potencial em reservas de coque e dos baixos custos de mineração.

carvão nacional, em 2010. Desta forma, este desequilíbrio entre a localização das zonas de produção e as de consumo, implica que grandes quantidades de carvão têm de ser transportadas por via ferroviária, marítima e rodoviária do ocidente para oriente e do norte para o sul do território chinês. Tradicionalmente, o transporte ferroviário era a mais importante forma de movimentação do carvão na China. No entanto, devido ao congestionamento desta infra-estrutura de transporte⁶², a quota de produção de carvão nacional conduzido por esta via tem vindo a diminuir de forma contínua, passando de 65%, em 1978, para 44%, em 2009. Paralelamente, e como forma de transporte alternativo e intermediário para as curtas distâncias, a indústria de carvão chinesa tem vindo a optar pelo transporte rodoviário⁶³, que não só é ambientalmente mais poluente e mais caro como também susceptível de ser sujeito a problemas, tais como o congestionamento do tráfego nas estradas⁶⁴. Actualmente, o transporte integrado ferroviário e marítimo é a mais importante forma de movimentação de carvão na RPC. O carvão do sudeste da China é transportado para o leste, em linhas ferroviárias como o Da-Qin e Shuo-Huang e, para os portos mais próximos a Oriente, como o Qinhuangdao, o Huanghua, o Rizao. Posteriormente, é carregado em embarcações e enviado para o sul do território através de rotas marítimas.

De acordo com os dados publicados pelo Departamento Nacional de Estatísticas no *China Statistical Yearbook 2011* (citado por Jianjun Tu & Johnson-Reiser, 2012, p. 5), desde 1980, a produção nacional de carvão na China tem aumentado a uma taxa de 5,7%, atingindo os 3,235 MT em 2010. Nesse período, o volume do carvão transportado pelos

⁶² A China é a segunda maior operadora de transportes ferroviário de mercadorias (2,947 biliões toneladas-quilómetros de carga) e a maior portadora de transporte de passageiros no mundo (961 biliões passageiros-km), mas é também a que possui o sistema ferroviário mais congestionado do mundo, representando 25% do tráfego mundial em apenas 6% das linhas férreas existentes no mundo. Em 2010, apesar da extensão total da rede ferroviária chinesa ser de 91.000 quilómetros, a terceira maior do mundo, depois dos EUA e da Rússia, não consegue responder às crescentes necessidades do país, sobretudo no transporte de cargas (Ministry of Railway, People's Republic of China (中华人民共和国铁道部), 2012).

⁶³ O Ministério dos Transportes e Comunicações promulgou o 11.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento para o transporte Rodoviário, em 2006. Este plano visava aumentar a distância total de estradas em 37%, atingindo 2,3 milhões de km em 2010, e também aumentar o comprimento total de rodovias no concelho e aldeias em 32%, atingindo 1,8 milhões km em 2010.

⁶⁴ Por exemplo, em 2008, a auto-estrada Pequim-Zhuhai esteve encerrada durante 17 dias, devido à combinação do mau tempo com o regresso de pessoas para festejarem nas suas terras o ano novo chinês, com dezenas de milhares de automobilistas e camionistas a ficarem bloqueados. No verão de 2010, o congestionamento do tráfego de 100 km durou mais de uma semana, numa estrada entre a Mongólia Interior e Pequim (Adams, 2010).

comboios correspondeu a um aumento anual de 4,6%. Por sua vez, depois da estagnação da década de 1980 e início de 1990, a entrega de carvão pelos maiores portos costeiros chineses aumentou de 91 MT em 1995 para 1,163 MT, em 2010, o equivalente a uma taxa de crescimento anual de 19%. Estes dados patenteiam que a capacidade de transporte dos portos costeiros aumentou mais rapidamente do que as infra-estruturas ferroviárias e a produção nacional de carvão, o que permitir que os portos abasteçam o território de carvão de produção nacional e também de carvão importado.

Para além das dificuldades internas de transporte de carvão e da expansão da capacidade de abastecimentos dos portos costeiros, o preço e a proximidade geográfica com os centros exportadores são também factores potenciadores para que as regiões consumidoras costeiras do sudeste chinês comprem carvão no exterior (Jianjun Tu, 2011; Jianjun Tu & Johnson-Reiser, 2012b; Morse & He, 2010). O sudeste do chinês é a região mais próxima de dois dos maiores países exportadores de carvão, a Indonésia e a Austrália, e perante a escolha de comprar carvão nacional entregue pelos portos chineses do norte e comprar carvão internacional, que muitas vezes está a preço mais baixo, a opção para esta região acaba por ser o carvão importado do exterior. Uma opção que tem favorecido o aumento das importações de carvão na China.

Na esteira da recessão global, a partir de 2008, o carvão do mercado internacional, em comparação ao produzido no território, tornou-se mais atractivo em termos de preço. De acordo com Richard Morse e Gang He (2010, p. 15), antes do quarto trimestre de 2008, os preços internacionais de carvão estavam em desvantagem em relação aos preços do carvão nacional. Todavia, até ao final de 2009, o carvão da Indonésia, da Austrália e da Rússia tornou-se mais rentável do que o preço de carvão nacional de Qinhuangdao⁶⁵ e ⁶⁶. Como resultado, em 2009, as importações dispararam, com o carvão importado pela RPC a representar 15% no total do comércio de carvão mundial. Após a recuperação dos preços

⁶⁵ Os preços domésticos Chineses em China Coal Arb são representados pela FOB (*Free On Board*) no porto de Qinhuangdao, o principal porto fornecedor com carvão de Shanxi, Shaanxi e da Mongólia Interior e o maior porto de carvão da China.

⁶⁶ O carvão da Indonésia era USD\$ 40/tonelada mais rentável do que o carvão nacional, o carvão australiano era USD\$ 29/tonelada mais rentável, e até mesmo o preço do carvão russo a USD\$ 40/tonelada era melhor do que Qinhuangdao.

internacionais, no final de 2010 e inícios de 2011, os compradores chineses diminuíram a importação de carvão.

Tradicionalmente, a indústria de carvão chinesa está fragmentada entre as grandes companhias de carvão estatais⁶⁷, as companhias estatais de carvão locais e as companhias de carvão nas vilas e nas aldeias⁶⁸. As grandes companhias estatais de carvão, como a Shenhua Coal Group e a China Coal Energy Company, responsáveis por metade da produção nacional de carvão em 2009, possuem taxas de fatalidade muito baixas⁶⁹. Em contraste com as companhias de carvão das vilas e das aldeias que representavam cerca de 38% da produção nacional de carvão, em 2009, que utilizam meios de segurança arcaicos e possuem padrões tecnológicos obsoletos que impedem a plena utilização dos recursos de carvão. Consideradas das mais perigosas do mundo, são responsáveis por três quartos das mortes na indústria do carvão⁷⁰, principalmente por negligência em termos de segurança, pela corrupção e também pela pressão existente dos proprietários para aumentar a produtividade⁷¹. Por último, existem as minas estatais locais que são propriedade ou supervisionadas pelo governo local e que, em 2009, representavam apenas 12% da produção nacional de carvão (Jianjun Tu, 2011, pp. 5-6). O governo central chinês está a reformar as normas de segurança para a mineração do carvão para reduzir o número de acidentes e para promover a protecção ambiental. Em 2008, o Conselho de Estado da RPC propôs o encerramento das minas pequenas e a criação de novas minas de média e de grande escala. A meta proposta estabelecia que fossem encerradas mais de metade dessas

⁶⁷ De acordo com a posse, as minas de carvão chinesas podem ser divididas em estatais, estatais locais, das aldeias e das vilas. Todas as principais empresas estatais de carvão foram supervisionadas pelo antigo Ministério do Carvão e da Indústria, e actualmente, excepto a Shenhua Group e a China Coal Energy Company, são supervisionadas pelos governos provinciais.

⁶⁸ Estas companhias incluem as minas controladas pelos camponeses e pelas cooperativas colectivas agrícolas.

⁶⁹ A taxa de fatalidade da Shenhua Coal Group, em 2010, foi de 0,025 mortos/MT de carvão, um valor abaixo da taxa de fatalidade da China de 0,749 mortos/MT de carvão e também, abaixo do valor dos EUA de 0,049 mortos/MT de carvão para o mesmo ano (Jianjun Tu & Johnson-Reiser, 2012b, p. 7)

⁷⁰ Só em 2009, ocorreram 1616 acidentes em minas e morreram 2631 trabalhadores chineses (BBC News Asia Pacific, 2010).

⁷¹ A explosão de gás é um dos acidentes mais comuns na mineração na China, já que muitos proprietários não melhoram o sistema de monitoramento por causa da produção. Avaliação da morte de 32 mineiros numa explosão de gás na Província de Henan, a 18 de Outubro de 2010, veio revelar que as emissões de gás tinham excedido o nível de segurança, 22 horas antes do desastre. Da mesma forma faleceram 108 mineiros numa explosão de gás na província de Heilongjiang, a 21 de Novembro de 2010, porque os proprietários decidiram explorar a produção a mina, em sítios em que o sistema de drenagem de gás não tinha qualidade (Hays, 2010).

pequenas minas e que o número baixasse para 10 mil antes de 2010. Só em 2009, foram encerradas 1259 minas com 113 milhões de toneladas de carvão (China Mining Association, 2010).

No 12.º Plano Quinquenal do governo chinês, foi proposta uma maior consolidação do sector do carvão e também a ampliação da participação das grandes minas com capacidade de produção de 50 milhões de toneladas, na capacidade total nacional em mais de 65%, em 2015. Este processo de consolidação do sector é acompanhado pelo incentivo do governo à formação de “*cross-business ventures*” e pelo apoio de investimentos estrangeiros para a modernização e introdução de novas tecnologias na indústria do carvão na China (Bernard, 2003, p. 9).

As actividades de mineração de carvão têm efeitos a nível local, provocando, por exemplo, a destruição do ecossistema e problemas respiratórios aos moradores adjacentes às minas e, a nível mundial, nomeadamente pelas repercussões negativas que o aumento das emissões de dióxido de carbono detém na mudança climática⁷². Se a segurança nas minas de carvão pode ser melhorada e a capacidade de transporte aumentada, o impacto ambiental da utilização massiva do carvão é assolador e irreversível. Segundo Zhou (2010, p. 11), o carvão foi, em 2007, responsável por 90% das emissões de dióxido sulfúrico e por 50% das emissões de partículas⁷³. Três anos depois, as emissões chinesas de dióxido de carbono pelo uso de combustíveis fósseis subiram 9% em 2009, e a RPC foi o primeiro país na história a emitir mais de 7 biliões de toneladas de dióxido de carbono ou gás carbónico (CO₂) num só ano, consolidando-se como o maior emissor do mundo, depois de ultrapassar os EUA, em 2006 (Reuters, 2010b).

⁷² Pequim ratificou o Protocolo de Quioto em Novembro de 2009. Como parte do acordo que emergiu da Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas de Setembro de 2009, estabeleceu a meta de redução entre 40% e 45% na emissão de CO₂ por unidade de PIB em 2020, comparável aos níveis de 2005.

⁷³ O governo chinês estima que os custos dos danos ambientais da mineração de carvão, incluindo o desperdício de recursos, poluição ambiental, a destruição ecológica, e o de superfície subsidência, correspondam a um total de cerca de 30 biliões de renminbi por ano (IEA 2009a, citado por Zhou, 2010, p. 11).

2.2.2. O Petróleo

Em finais de 2011, em termos de reservas provadas de petróleo, a RPC dispunha de 14,7 biliões de barris, com um R/P de 9,9 anos (BP, 2012, p. 6)⁷⁴, localizadas principalmente no norte e nordeste do território. A China possui nove campos gigantes de petróleo, o Changqing, o Dagang, o Daqing, o Huabei, o Liaohe, o Shengli, o Tarim, Xinjiang e o Zhongyuan (Cf. Mapa IV), que representam cerca de 70% da capacidade produção doméstica do território. Desfruta igualmente de outros campos mais pequenos como os de Jilin, Tuha e Henan, que representam 15% da restante capacidade de produção interna de petróleo (Höök *et al.*, 2010, p. 236 e 243).

Mapa IV. Localização Geográfica Aproximada dos Nove Campos de Petróleo



Fonte: Höök *et al.*, 2010, p. 3

⁷⁴ Em Janeiro de 2010, segundo o *Oil & Gas Journal (OGJ)*, a RPC tinha 20,4 biliões de barris de reservas provadas de petróleo, mais 4 biliões de barris que o ano transacto, as maiores reservas da região da Ásia-Pacífico. (EIA, 2011b).

Os campos de petróleo gigantes mais importantes são o de Daqing, explorado pela CNPC e localizado na bacia Songliao, e o de Shengli, explorado pela Sinopec e situado na bacia de Bohai. Em 2011, o Daqing produziu cerca de 800.000 b/d de petróleo bruto, enquanto o Shengli cerca de 547.000 b/d de petróleo (EIA, 2012f). Estes campos, que têm sido explorados desde a década de 60 do século XX, juntamente com os campos Liaohe, Huabei e Zhongyuan, encontram-se na fase a que Höök *et al.* (2010, p. 240) designam de pós-pico, caracterizada por um declínio constante da produção, enquanto os campos de petróleo Changqing, Daqang, Tarim e Xinjiang ainda não atingiram o pico de produção⁷⁵ (Cf. Tabela II). As companhias chinesas têm vindo a investir nas técnicas de recuperação de campos (em inglês designado de *Enhanced Oil Recovery* - EOR) mais antigos para estabilizar a produção. Segundo a EIA (2012f), as várias técnicas EOR utilizadas pela CNPC nos campos Liaohe e Changqing, permitiram o aumento dos níveis de produção destes campos nos últimos anos. O Liaohe, localizado no nordeste do território chinês, produziu 200.000 b/d em 2011, enquanto o de Changqing, o terceiro maior campo de petróleo da China, produziu 400.000 b/d em 2011.

Tabela II. *Características dos Maiores Campos de Petróleo*

| Nome | Data da Descoberta | Ano da 1. ^a Produção Petróleo | Ano do Pico | Pico da produção (m ³ /d) |
|-----------|--------------------|--|-------------|--------------------------------------|
| Changqing | 1971 | 1975 | ---- | ---- |
| Daqang | 1965 | 1965 | ---- | ---- |
| Daqing | 1959 | 1959 | 1999 | 174 900 |
| Huabei | 1975 | 1975 | 1979 | 55 650 |
| Liaoshe | 1958 | 1970 | 1995 | 49 608 |
| Shengli | 1961 | 1961 | 1992 | 106 848 |
| Tarim | 1989 | 1989 | ---- | ---- |
| Xinjiang | 1951 | 1951 | ---- | ---- |
| Zhongyuan | 1975 | 1976 | 1988 | 23 055 |

Fonte: Adaptado de Höök *et al.*, 2010, p. 238.

⁷⁵ O Pico do petróleo, de acordo com Höök *et al.* (2010, p. 244) não significa o fim do desenvolvimento e do crescimento, mas a teoria de que um recurso finito não pode ser sustentado definitivamente.

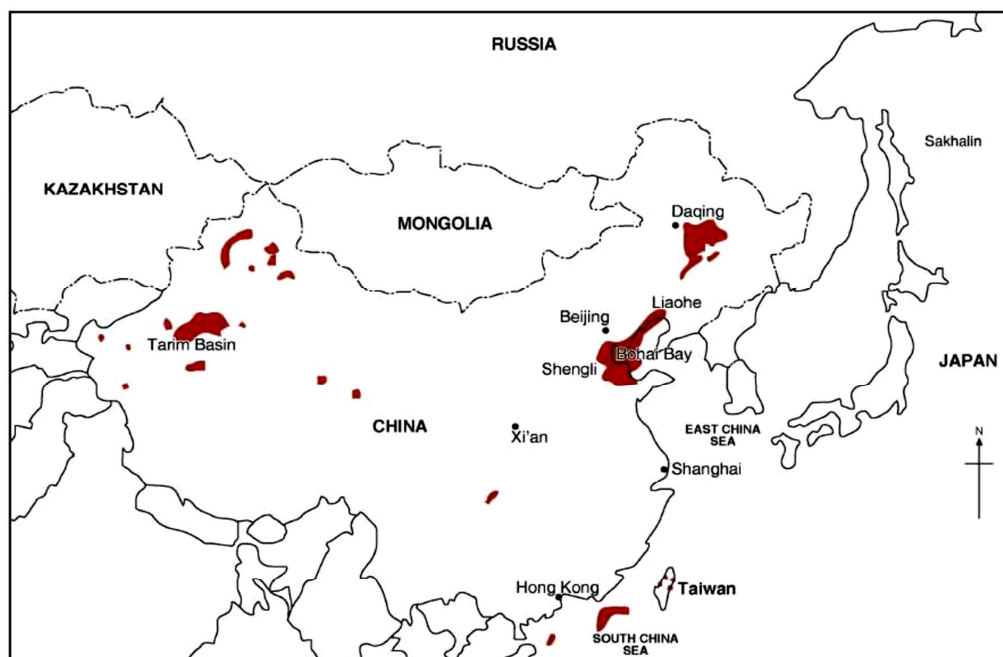
Com cinco campos gigantes de petróleo em fase de declínio de produção, e os outros quatro que apesar de ainda não terem atingido o pico de produção, já apresentam sinais que indiciam a entrada em processo de declínio⁷⁶, a disparidade entre a procura e a produção de petróleo poderá tornar-se ainda mais evidente. Se desde 1993, Pequim é um país dependente externamente de petróleo, com os principais campos de petróleo em processo de declínio de produção, essa dependência poderá aumentar caso não sejam encontradas outras áreas de exploração e de produção no território. Desta forma e com o objectivo de colmatar o declive da produção interna, Pequim adoptou, a partir da década de 90 do século XX, a estratégia “estabilizar o oriente, explorar o ocidente e desenvolver o *offshore*” (*wenzhu dongbu, kaifa xibu, fazhan haishang*) (Zhu, 2010 citado por Low, 2011).

Esta estratégia gerou uma mudança na localização geográfica das principais áreas de produção de petróleo na China, apostando-se nas áreas centrais e ocidentais do território, nomeadamente em Xinjiang, Sichuan, Gansu, Mongólia Interior e no desenvolvimento do *offshore* chinês (Cf. Mapa V). Estas novas áreas são ricas tanto em petróleo como em gás. A bacia de Tarim, a bacia de Junngar e a bacia de Turpan-Hami em Xinjiang contêm em conjunto mais de 20,9 biliões de toneladas de petróleo e 10.8 triliões de metros cúbicos de gás, representando 30% das reservas de petróleo e 34% das reservas de gás da China (Cf. Anexo XIII).

Cognominada de “Terra da Esperança”, a Região Autónoma Xinjiang Uigure possui reservas provadas de 3,9 biliões de toneladas de petróleo e 1.4 triliões metros cúbicos de gás. É a segunda maior área de abastecimento de petróleo na China desde 2008, com 27,4 milhões de toneladas (Xinhua, 2010a). Pequim quer fazer de Xinjiang a maior base de produção e armazenamento de petróleo e de gás, de refinação, de fabrico de produtos químicos, de armazenagem de petróleo e de serviços de engenharia e tecnologia na China, até 2015.

⁷⁶ Höök *et al.* (2010, p. 243), baseados no modelo da taxa de esgotamento, estimam que a maioria dos campos de petróleo chineses em pré-pico atinjam o pico num futuro próximo, enquanto Xinjiang poderá aumentar a sua produção para 47.700 m³/d, antes de chegar ao início do declínio em 2020. Ou seja, o declínio de produção dos gigantes em pós-pico não será compensado pelos gigantes que ainda não atingiram o pico e que não iniciaram o processo de declínio.

Mapa V. Localização dos Maiores Depósitos de Petróleo na China



Fonte: Low, 2011.

Em 2010, a companhia estatal CNPC anunciou que planeava construir a Região Autónoma Xinjiang Uigure, como a maior base de armazenamento e produção de gás e de petróleo e uma das maiores zonas de refinação do país até 2020 (China Daily, 2010b). Em Dezembro do ano seguinte, a CNPC iniciou a exploração em larga escala do campo de petróleo Xinjiang Lukqun, localizado a norte do Lago Aydingkol na Bacia Turpan de Xinjiang, e com reservas estimadas de petróleo superior a 100 milhões de toneladas (China Daily, 2010a). Xinjiang é também uma área estratégica para as importações de petróleo e gás da Ásia Central e da Rússia, e poderá tornar-se num futuro *hub* energético de grande importância para a estratégia que a China está a implementar de “*segurança energética pela proximidade*”.

O desenvolvimento e o reforço da exploração *offshore* estão a ser centrados na Baía de Bohai e no sul do Mar da China (especialmente da Bacia earl River Mouth) e, em menor escala, no mar da China Meridional. A Baía de Bohai⁷⁷, a mais antiga zona de produção de

⁷⁷ A área de operação na baía de Bohai é principalmente realizada em águas rasas, a uma profundidade de 10 a 30 metros.

petróleo a nível *offshore*, fica localizada aproximadamente a 200 quilómetros de Pequim, no nordeste da China, possui a maior parte das reservas provadas *offshore* de petróleo da China (Cf. Anexo XIV). O petróleo produzido nesta área é principalmente petróleo pesado, embora nos últimos anos, tenha sido progressivamente descoberto também petróleo leve, como por exemplo no campo Jinzhou 25-1. No final de 2010, o volume de reservas e de produção na baía de Bohai pela China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) foi de 1,119.1 milhões barris petróleo equivalentes (BPE) e 429.008 BPE por dia, respectivamente (CNOOC, 2011a)⁷⁸. O estudo de viabilidade e os projectos de engenharia da Baía de Bohai foram iniciados em 1999 e o desenvolvimento foi planejado para duas fases⁷⁹. A fase I incluiu o projecto básico para a unidade de produção, composto de uma plataforma de produção fixa conectado a uma remodelada unidade flutuante de armazenamento e de transferência. A fase II, da responsabilidade da CNOOC em parceria com a ConocoPhillips, entrou em curso em Março de 2011⁸⁰, prevendo-se que venha obter uma produção diária de 190 mil barris de petróleo (Offshore-technolog, 2011).

A CNOOC, individualmente, e através de parcerias com outras empresas⁸¹, tem descoberto novos campos e conduzido a explorações de petróleo na baía de Bohai. Desde que foi descoberto o PL19-3 em 1999, o maior campo no *offshore* chinês, esta companhia tem vindo encontrar a uma série de novos campos de petróleo. Só em 2009, encontrou oito novos campos na Baía de Bohai, incluindo o de Jinzhou e o de Bonzhong. Em 2010, fez sete descobertas bem-sucedidas nesta Baía, nomeadamente Qinhuangdao 29-2 Oriente, 33-1 Qinhuangdao Sul, Jinzhou 20-5, Penglai 9-1, Kenli 6-4, 6-5 e Kenli Bozhong 34-1 oeste (CNOOC, 2011a). Em 2010, o campo de petróleo Shengli, no mar de Bohai, produziu cerca de 547.000 b/d de petróleo bruto, tornando-se o segundo maior campo de petróleo *offshore* da China (FACTS Global Energy, citado por EIA, 2011b).

⁷⁸ Em 2011, a produção da CNOOC na bacia de Bohai, incluindo volumes do Mar da China Oriental, foi de 406.000 b/d, representando dois terços da produção de petróleo pelas NOCs na China (EIA, 2012f)

⁷⁹ Todo o projecto envolveu o desenvolvimento de seis plataformas – A, B, C, D, E e F, que ficaram operacionais desde Abril de 2011. A produção das plataformas C e F começou respectivamente em 2004 e 2005, a plataforma A em Maio de 2006 e a plataforma B em Janeiro de 2009.

⁸⁰ O projecto fica localizado a 225 km de Tanggu e a 137 km de Dalian, em águas profundas a cerca de 28 metros.

⁸¹ A CNOOC tem feito parcerias com as empresas, tais como a Kerr-McGee, a Sino-American Energy Corp, ChevronTexaco, a Shell Exploration China Limited (Shell), a Newfield Exploration, a Petronas Carigali e a Anadarko.

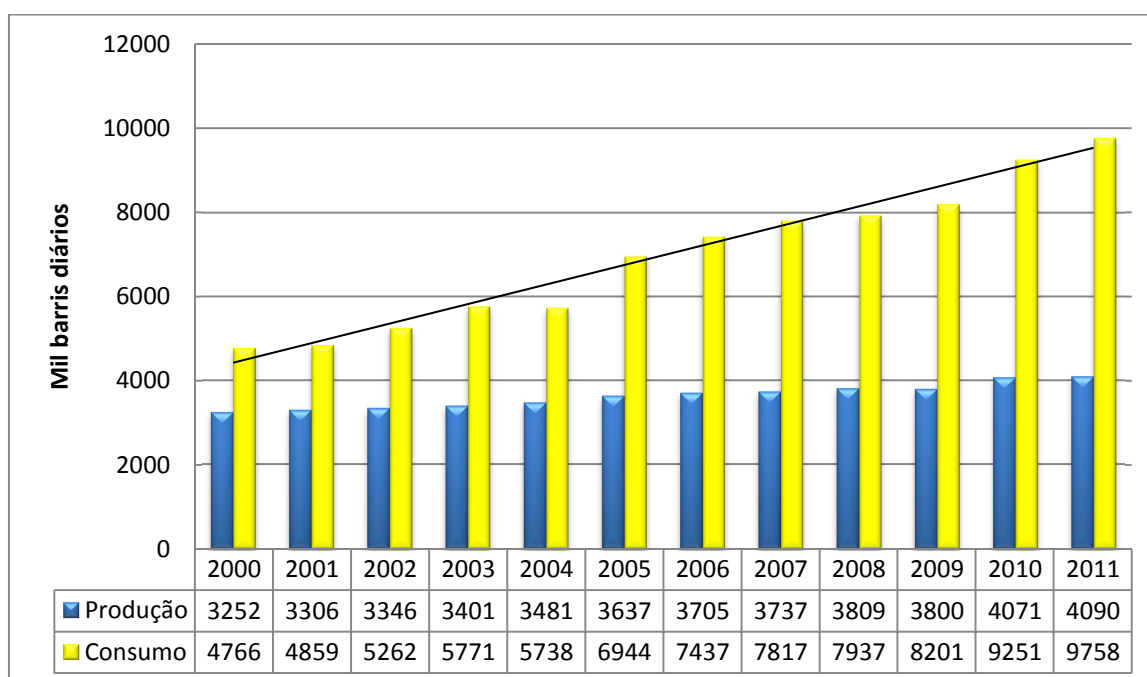
O sul do Mar da China (*wen nan bao bei*) é rico em gás (Cf. Anexo XIV), estando a CNOOC também a descobrir petróleo leve e médio em vários campos pequenos localizados em águas profundas⁸². De acordo com os dados da CNOOC (2011b), em 2010, foram feitos grandes avanços na exploração dessa zona *offshore*, designadamente com a descoberta Liuhua 29-1⁸³ e da primeira descoberta comercial em Enping sag. Para além destes feitos, foi aberta uma nova área para exploração de petróleo com a descoberta de Liuhua 16-2 na ala nordeste do Sag Baiyun, na Bacia do Rio das Pérolas, abrindo novas oportunidades de exploração.

Presentemente, cerca de 15% da produção total de petróleo é proveniente das reservas *offshore*, reservas estas que têm contribuído para o incremento da produção de petróleo chinês. Em 2010, graças ao crescimento da produção *offshore* e da recuperação terciária dos campos de petróleo mais antigos, a China produziu 4071 mil b/d de petróleo, um aumento de 7,1% em relação ano anterior. Em 2011, ainda que a produção tenha aumentado, não foi patenteou um aumento tão significativo como no ano anterior, representando apenas 0,3% em comparação a 2010, tendo sido obtido uma produção de 4090 mil b/d de petróleo. Paralelamente, em 2010, também se assistiu a um aumento de consumo de 10,4% em relação a 2009, perfazendo 9251 mil de b/d (BP, 2011b, pp. 8-9). Em 2011, o consumo voltou aumentar para 9758 mil de b/d (BP, 2012, p. 9) (Cf. Gráfico IV).

⁸² Em 2011, a produção total de petróleo da CNOOC no sul do Mar da China foi de 193.000 b/d (EIA, 2012f).

⁸³ Este campo de águas profundas foi encontrado na sequência da descoberta dos campos Liwan 3-1 e Liuhua 34-2.

Gráfico IV. Consumo e Produção de Petróleo, 2000-2011

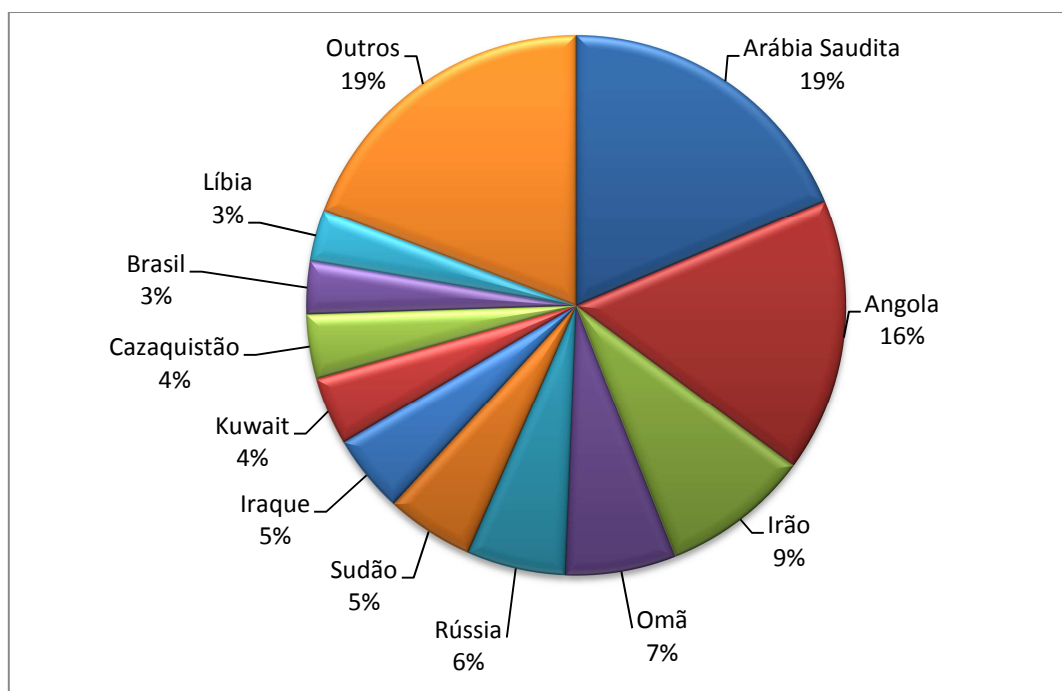


Fonte: BP, 2011, pp. 8-9; BP, 2012, pp. 8-9.

Como consequência da diferença entre produção e o aumento de consumo interno de petróleo, a RPC passou de país exportador para país importador em meados da década de 90 e, em 2006, já era o terceiro maior importador mundial. Em 2009, consumiu cerca de 8,2 milhões de b/d, e produziu quase 4 milhões de b/d de produtos de petróleo, dos quais 96% de petróleo bruto. Nesse mesmo ano, importou 4,3 milhões de b/d, ultrapassando o Japão e elevando-se a segundo maior importador mundial de petróleo, logo a seguir aos EUA (EIA, 2010a). Em 2010, as importações de petróleo foram cerca de 4,8 milhões b/d, mais 17% relativamente aos 4,1 milhões b/d de 2009. Em 2011, a China importou 5,1 milhões b/d de petróleo bruto, um aumento de 6% em relação aos 4,8 milhões de barris de 2010 (EIA, 2012f). Apesar de ser o quinto maior produtor de petróleo, a EIA (2012f) projecta que a dependência das importações de petróleo seja de 75% em 2035, um aumento significativo relativamente aos 55% actuais. A Arábia Saudita e a Angola são os principais países fornecedores da China, representando um terço do total das importações de petróleo bruto. Em 2010, para além destes dois, os outros oito maiores fornecedores, em ordem de

volume de importação foram o Irão, a Rússia, o Sudão, Omã, o Iraque, o Kuwait, a Líbia e o Cazaquistão (Cf. Gráfico V).

Gráfico V. Importações de Petróleo Bruto por País (%), 2010



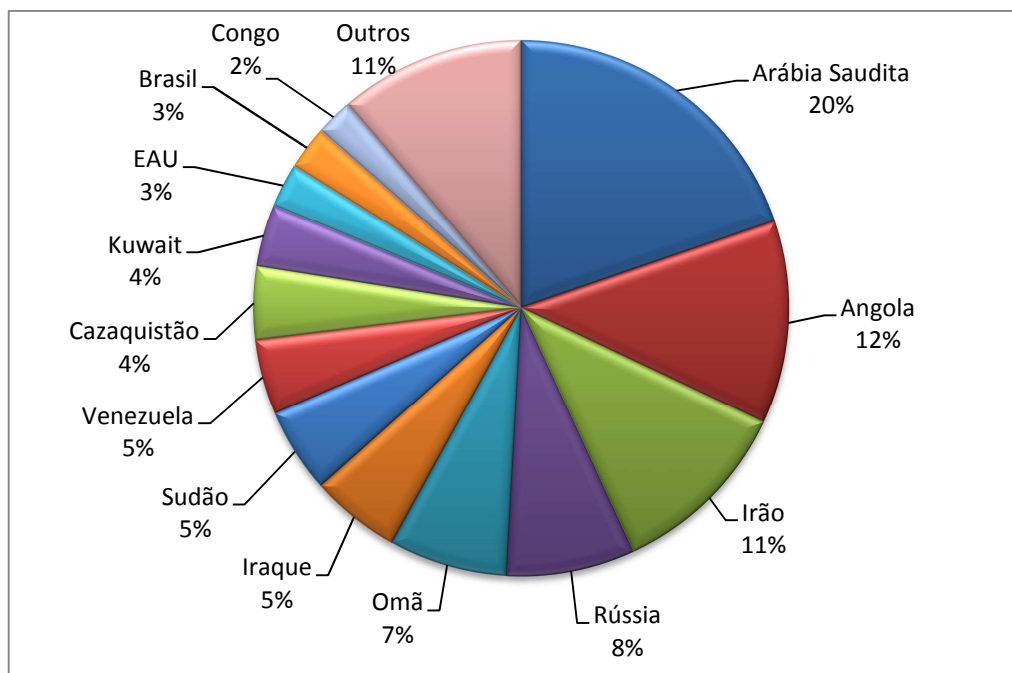
Fonte: Facts Global Energy, 2011 cit. por EIA, 2011b.

Em 2011, a Arábia Saudita e Angola continuaram a ser as maiores fontes de aprovisionamento, embora se tenha assistido a uma diminuição das importações de Angola (para 12%) e um aumento das importações do Irão (para 11%). Em resultado da estratégia de diversificação das fontes de fornecimento e dos contractos concretizados nos anos anteriores, verificou-se o aumento das importações da Rússia e da Venezuela, que representaram, respectivamente, 8% e 5% do total das importações de petróleo chinesas.

Em 2010, a China importou mais de 2,2 milhões de b/d do Médio Oriente (46%) e 1,5 milhões b/d (30%) de África. No Médio Oriente, a Arábia Saudita continua a ser a maior fonte de aprovisionamento, enquanto no continente africano, é Angola que domina as exportações de petróleo para a China. Da Ásia-Pacífico, Pequim importou 176 mil b/d (4%) e os restantes 938 mil b/d (20%) vieram de um conjunto diferente de países (Cf.

Gráfico VI). Em 2011, as importações do Médio Oriente aumentaram para 2,6 milhões b/d, representado 51% no total das importações por área geográfica. As importações de África e da Ásia Pacífico diminuíram ligeiramente, para 1,2 milhões b/d (24%) e 173.000 b/d (3%), respectivamente, enquanto as importações oriundas de países de outras regiões, e reflectindo a estratégia diversificação das fontes de importação, aumentaram para 1,1 milhões b/d (22%) (Cf. Tabela III).

Gráfico VI. Importações de Petróleo Bruto por País, 2011



Fonte: Facts Global Energy, 2012 cit. por EIA, 2012.

Tabela III. Importação de Petróleo Bruto por Região, 2010-2011

| Ano | Médio Oriente | África | Ásia-Pacífico | Outras regiões |
|------|---------------|--------|---------------|----------------|
| 2010 | 46% | 30% | 4% | 20% |
| 2011 | 51% | 24% | 3% | 22% |

Fonte: Construída pela candidata com base nos dados da EIA de 2011 e 2012.

A fim de atender ao crescimento contínuo do consumo de petróleo, Pequim está a aumentar a sua capacidade de refinação. Em 2010, a capacidade de refinação foi de 11,6 milhões de b/d, um aumento significativo, quando comparado aos 7 milhões de b/d de 2005. O objectivo de Pequim é conseguir obter uma capacidade de refinação de 14 milhões de b/d, até ao final do 12.º Plano Quinquenal, em 2015 (EIA, 2012f). A Sinopec refere que a capacidade chinesa de refinação de petróleo poderá aumentar para 15 milhões em 2016 (Sinopec Corporation, 2011), um valor próximo do apresentado pela FACTS Global Energy, que defende que a capacidade poderá ser superior a 16 milhões em 2020.

O sector de refinação na China tem vindo a modernizar-se e a consolidar-se nos últimos anos, com o encerramento de pequenas refinarias cuja capacidade varia entre os 40 mil e 120 mil b/d⁸⁴. As refinarias chinesas também estão a adaptar-se à estratégia de diversificação das fontes de importação de petróleo bruto de Pequim e à expansão do mercado interno. Muitas das refinarias foram construídas para os petróleos leves e doces, mas, nos últimos anos, estão a ser adaptadas ou a ser construídas novas refinarias para suportar as importações de petróleo ácido e pesado do Médio Oriente, da América Latina e mesmo o petróleo das novas áreas que estão a ser exploradas no território chinês, como da Baía de Bohai.

A Sinopec detém o segundo lugar de capacidade total de refinação a nível mundial e o primeiro lugar no território chinês, além de ser o maior produtor de produtos refinados da China, atendendo a 46% a capacidade de refinação nacional de petróleo. As refinarias da companhia estão localizadas nas zonas dinâmicas e mais desenvolvidas economicamente do país, principalmente no norte, na região costeira do sudeste da China, e no curso inferior e médio do rio Yangtze. A sua capacidade de refinação foi de 245 milhões de toneladas em 2010, um aumento de 6,9% em comparação ao ano anterior (Sinopec Corporation, 2011)

A CNPC, outra companhia também dominante no sector de refinação da China, produz mais de 31% os produtos de petróleo do país, incluindo gasolina, diesel e querosene. As suas 26 refinarias e empresas petroquímicas localizadas principalmente no

⁸⁴ A Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional chinesa pretende encerrar as pequenas refinarias de 20.000 b/d, que são na sua maioria propriedade de empresas independentes.

nordeste e noroeste da China, têm uma capacidade de processamento por ano de 140 milhões de toneladas de petróleo bruto e de 3 milhões de toneladas de etanol. No exterior, a CNPC opera através de *joint-venture* em três refinarias no Sudão, no Cazaquistão e na Argélia, com uma capacidade total de processamento de 11,6 milhões de toneladas métricas de petróleo bruto por ano. O projecto de Refinação de Huizhou marcou o início do investimento em grande escala no *downstream* pela CNOOC. Operacional desde 2009, esta refinaria tem capacidade de processamento para 12 milhões de toneladas de “*high acid heavy*” crude. Em 2000, a CNOOC e o grupo Royal Dutch/Shell Group formaram uma das maiores *joint-ventures* na China, a CNOOC e Shell Petrochemicals Corporation, Ltd. (CSPC) operando, actualmente, em escala mundial na zona Desenvolvimento Económico e Tecnológico Daya Bay, Huizhou, província de Cantão. Em 2008, o complexo petroquímico CSPC produziu cerca de 841 mil toneladas de etanol, 476 mil toneladas de propeno e 2498 mil toneladas de produtos petroquímicos de grande qualidade e valor (CNOOC, 2012).

Em 1980, a Sinochem entrou no sector de refinação de petróleo e foi a primeira companhia chinesa a formar uma *joint-venture* sino-estrangeira com a West Pacific Petrochemical Co., Ltd. - WEPEC neste sector. Formada em parceria com uma companhia francesa em 1990, esta companhia tem uma capacidade de processamento de petróleo bruto de 10 milhões de toneladas por ano (Sinochem, 2011). A Sinochem também criou *joint-ventures* com empresas chinesas para construir novas instalações de refinação e propôs uma série de novas refinarias com companhias nacionais de petróleo do Kuwait, da Arábia Saudita, da Rússia, do Qatar e da Venezuela. No final de 2007, a Sinochem começou um novo projecto na província de Fujian, o Sinochem Quanzhou Heavy Oil Processing Project, para produzir gasolina, diesel e produtos petroquímicos diversos, prevendo-se que deverá ser colocados em produção em 2013.

Para enfrentar uma eventual interrupção de fornecimento de petróleo e prevenir o uso do petróleo como “arma política”, a China está construir reservas estratégicas de petróleo (Downs, 2004, p. 33). A construção destas reservas é uma das medidas de longo prazo que poderá ajuda a mitigar os choques de curto prazo dos preços do mercado internacional do petróleo. Países como o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália detêm reservas obrigatórias de petróleo equivalente a pelo menos 90 dias de importações líquidas

de petróleo, enquanto os EUA detinha 659.9 milhões de barris em Outubro de 2011, o equivalente a 34 dias de aos níveis de consumo diários do país de 21 milhões de b/d (U.S. Department of Energy, 2011)

A ideia de construir Reservas Estratégicas de Petróleo na China surgiu em 1997, quando a Sinopec e a CNPC perante a insuficiente capacidade de armazenamento comercial não conseguiram aproveitar os baixos preços do petróleo mundial que a crise asiática tinha provocado (Xu Yi-Chong, 2006, p. 279). No ano seguinte, a Comissão Estatal de Planeamento e Desenvolvimento, a precedente da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional (CRDN), identificou alguns locais possíveis para armazenamento e, em 2004, quatro desses locais foram sugeridos ao Conselho de Estado. No 10.º Plano Quinquenal de 2001-2005, as autoridades chinesas decidiram criar um programa de reservas estratégicas de petróleo para apoiar o país no caso de ocorrer uma eventual ruptura de abastecimento petrolífero (National People's Congress of China, 2011). Na altura, a China era o único maior importador de petróleo sem reservas de estratégicas. Depois de definir as reservas estratégias como um objectivo, o governo chinês procurou a apoio do IEA para a sua implementação. O projecto foi iniciado em 2004 e está a ser desenvolvido por três fases (Cf. Tabela IV). Na primeira fase, entre 2006 e 2009, foram criadas reservas em quatro locais: Zhenhai e Zhoushan, na província de Zhejiand, Dalian, na província de Liaoning, e Huangdao, na província de Sahdong. Estas reservas têm uma capacidade de armazenamento de 103 milhões de barris, o equivalente a mais de 30 dias de importações líquidas de petróleo. A segunda fase que já está a ser construída tornará possível o aumento da capacidade de reserva da China para 273 milhões de barris de petróleo em 2012-2013⁸⁵ (Yan Pei, 2011). Aprovada em 2009, esta fase inclui 8 bases em diferentes províncias: Zhanjiang e Huizhou na província de Guangdong, Lanzhou, na província de Gansu, Jintan, na província de Jiangsu, Jinzhou, na província de Liaoning, Sahansahn e Dushanzi, na província de Xinjiang e no município de Tianjin.

⁸⁵ Os dados da Agência Internacional de Energia apontam para uma maior capacidade das REP de 315 milhões de barris em 2013.

Tabela IV. Reservas Estratégicas de Petróleo

| FASE | LOCALIZAÇÃO | PROVÍNCIA | CAPACIDADE (mbd) |
|-------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|
| 1 | Qingdao | Shandong | 19 |
| 1 | Dalian | Liaoning | 19 |
| 1 | Zhenhai | Zhejiang | 33 |
| 1 | Zhoushan | Zhejiang | 33 |
| 2 | Shanshan | Xinjiang | 11 |
| 2 | Dushanzi | Xinjiang | 16,9 |
| 2 | Lanzhou | Gansu | 16,9 |
| 2 | Tianjin | Tianjin | 20,2 |
| 2 | Jinzhou | Liaoning | -- |
| 2 | Jintan | Jiangsu | 15,8 |
| 2 | Zhanjiang | Guangdong | 44,1 |
| 2 | Huizhou | Guangdong | 25,2 |
| 2 | Yingcheng | Hubei | 18,9 |
| 2 | Qingdao | Shandong | -- |
| 2 | Zhoushan | Zhejiang | -- |
| Capacidade da fase 2 | | | 169 |
| Total da capacidade REP | | | 273 |

Fonte: Business Monitor International, 2011, p. 58

A terceira e última fase, que poderá permitir à China uma capacidade de 500 milhões de barris até 2020 (EIA, 2012), está projectada para ser desenvolvida no Distrito de Chongqing Wanzhou, na Província de Hainan e na de Hebei Caoheidian. Além de as reservas estratégicas de petróleo bruto, a China planeia ter cerca de 300 milhões de barris de capacidade de armazenamento de petróleo comercial. Estas reservas são repartidas pela PetroChina, a Sinopec e a CNOOC (Cf. Tabela V).

Tabela V. Capacidade de Reserva de Petróleo Comercial

| EXISTENTES | CAPACIDADE (mbd) |
|----------------------------|------------------|
| Estatais | 125,9 |
| Privadas | 13,8 |
| Total | 139,8 |
| PLANEADAS OU EM CONSTRUÇÃO | |
| Estatais | 90,2 |
| Privadas | 50,4 |
| Total | 140,6 |
| Capacidade Total Potencial | 280,4 |

Fonte: Business Monitor International, 2011, p. 59

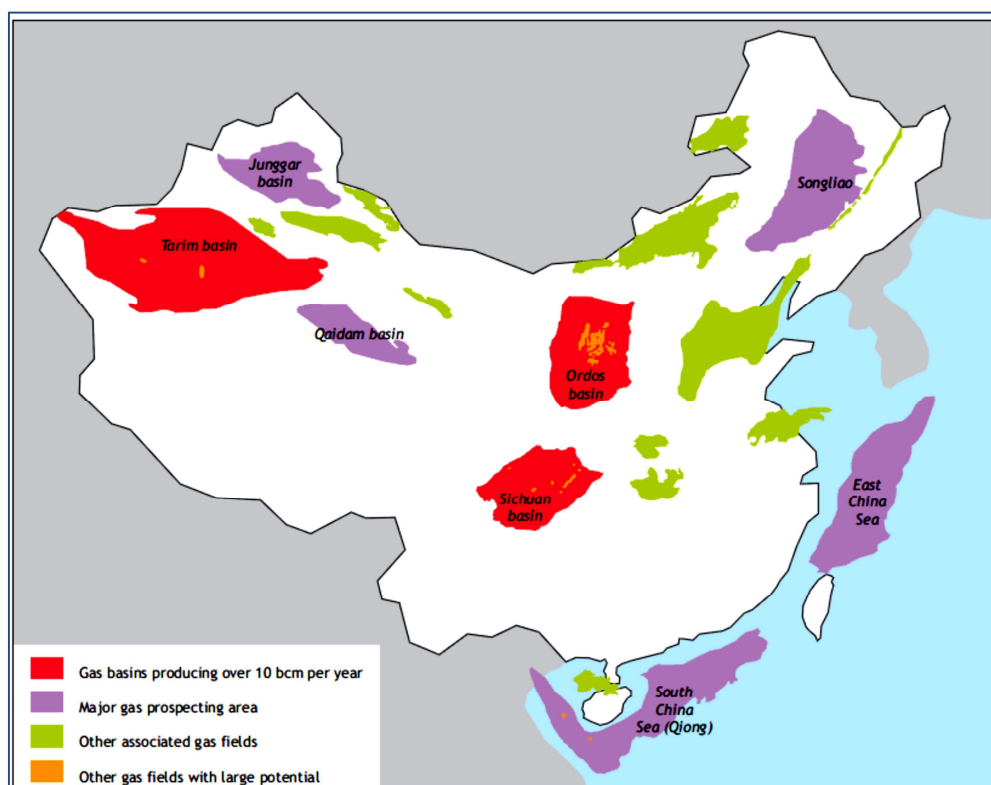
2.2.3. O Gás Natural

Em finais de 2010, a RPC dispunha cerca de 2.8 Tmc de reservas provadas de gás (BP, 2011b, p. 20). As maiores áreas de produção e que originam cerca de 65% da produção total, incluem a província de Sichuan (bacia de Sichuan) no sudoeste do território, a Região Autónoma Xinjiang Uigure e Qinghai (Bacias Tarim, Junggar e Qaidam) no nordeste, e a Província de Shanxi (Bacia de Ordos), no norte do território. A nível *offshore*, importa salientar o contributo do mar do sul da China, que já se encontra parcialmente em exploração, nomeadamente a Bacia de Bohai no Mar da China Oriental e o complexo *Panyu* no Mar da China Meridional (Cf. Mapa VI).

As maiores e mais recentes descobertas de gás natural foram feitas no sudoeste da China, salientando-se os campos Puguang e Yuanba encontrados pela Sinopec na província de Sichuan. O primeiro, o campo Puguang, descoberto em 2003, em Xuanhan na província de Sichuan, é o maior campo de gás ácido descoberto recentemente e o segundo maior

campo de gás da China⁸⁶, com reservas provadas recuperáveis estimadas em 251,075 bcm (Chinapage, s.d.). Em Março de 2010, a Sinopec iniciou a produção comercial do Puguang, atingindo, em 2011, uma produção média diária de gás de 23 milhões de metros cúbicos (Sinopec, 2011a). O segundo, o Yuanba é outro campo importante descoberto pela Sinopec em Sichuan em 2010. Trata-se do campo mais profundo de gás no estrato marinho encontrado na China, com os seus depósitos a atingirem uma profundidade de cerca 7 mil metros. O campo contém 159,250 milhões de metros cúbicos de reservas, uma área de 155,33 quilómetros quadrados, e a capacidade de produção anual prevista será de 3,4 biliões de metros cúbicos até 2015 (Platts, 2011).

Mapa VI. Recursos de Gás na China



Fonte: CNPC, 2010.

⁸⁶ O maior campo de gás é o Sulige, localizado na Região Autónoma da Mongólia Interior, com reservas provadas de 533,6 bcm.

A Província de Sichuan também contém campos na bacia Chuandongbei, com alto teor de enxofre. Em 2007, a CNPC assinou com a Chevron um contrato de 30 anos de partilha de produção do campo Chuandongbei, no sudoeste da China (The China Post, 2007)⁸⁷, naquele que é o maior projecto de gás da China com um parceiro estrangeiro, e que engloba a perfuração de poços e a construção de duas instalações de purificação de gás ácido, com uma capacidade de concepção total de 7,65 bcm por ano. A área de desenvolvimento Chuandongbei inclui os campos de gás Tieshanpo, Dukouhe-Qilibei e Luojiashai e possui reservas de gás provadas de 176 bcm (AllBusiness.com, 2011).

Xinjiang é a maior província chinesa produtora de gás, tendo a bacia de Tarim reservas provadas de gás calculadas em cerca de 20 Tcf. Contudo, até o momento, devido às suas características geológicas complexas e à sua distância relativamente aos principais centros de consumo na China, que tornam os custos de desenvolvimento relativamente altos, apenas 12% desta bacia foi explorada. O seu potencial *upstream* como fonte de abastecimento para os mercados no leste da China, está a ser ampliado com a construção do Gasoduto Oeste-Leste, que se estende por desde a Região Autónoma Xinjiang Uigure até Shanghai.

A exploração e produção (E&P) de gás natural nas zonas *offshore* chinesas está a ser alvo de atenção por companhias chinesas e ocidentais, designadamente no Mar da China Meridional e no sul do mar da china. Contudo e como vamos desenvolver no capítulo seguinte, as disputas entre a China e o Japão estão a limitar o desenvolvimento em grande escala dos campos existentes. O mar da China meridional possui o maior campo de gás no *offshore* chinês, o campo 13-1 Yacheng. Este campo descoberto em 1983, a 90 metros de profundidade, é operado pela CNOOC⁸⁸, produzindo cerca de 124 Bcf de gás natural (BP, 2011c). Actualmente, fornece gás natural através um gasoduto submarino de 780 km⁸⁹, à Castle Peak Company Limited em Hong Kong e através de um gasoduto de 60 km, à Fuel & Chemical Corporation da província de Hainan.

⁸⁷ Como o operador, a Chevron teve uma participação de 49% no projecto, com os 51% restantes a pertencem à CNPC (The China Post, 2007).

⁸⁸ O consórcio é formado pela BP (34,3%), a CNOOC (51%), e a Kuwait Foreign Petroleum Exploration Company (14,7%).

⁸⁹ Este gasoduto é o segundo mais longo gasoduto *offshore* do mundo

As disputas territoriais no Sul do Mar da China⁹⁰, nomeadamente pelas Ilhas Spratly e as Paracel também têm dificultado os esforços para a exploração conjunta das reservas avaliadas em 7 biliões barris de petróleo e 900 Tmc de gás, entre os vários países nesta região (Kaplan & Cronin, 2012, p. 9). À medida que a demanda crescente energia aumenta e que a exploração para as águas profundas se torna cada vez mais atractiva, as tensões entre os países da região, particularmente entre Vietname e China, também se ampliam. Paralelamente aos esforços das companhias chinesas, especial a CNOOC⁹¹, para explorar os hidrocarbonetos no mar do sul China, Pequim tem vindo a aumentar a sua capacidade militar na zona, tendo criado a base naval de Yulin (*Sanya Naval Base*), na ilha de Hainan.

Além dos recursos naturais de gás, Pequim tem estimulado igualmente a exploração dos recursos não convencionais de gás, especialmente o *shale Gas* e o *coal bed methane*. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), as reservas de gás natural a partir das formações de xisto na China são doze vezes superiores do que as suas reservas de gás convencionais. A RPC possui as maiores reservas mundiais de *shale gas*, com reservas tecnicamente recuperáveis de cerca de 36 triliões de metros cúbicos, seguidas pelas dos EUA, com cerca de 23 triliões de metros cúbicos (中国证券网 - China Securities, 2011). Estas reservas estão localizadas maioritariamente nas bacias marinhas de Sichuan e de Tarim, nas regiões sul e oeste e nas bacias do nordeste da China (Cf. Anexo XV). Consideradas muito tempo sem valor, actualmente, os depósitos de *shale gas* estão acessíveis por meio de uma tecnologia americana conhecida como “fracturação hidráulica com água e químicos e prospecção horizontal” (*fracking* em inglês)⁹². Para a China, trata-se de um recurso estratégico para a sua segurança energética pois poderão permitir, a

⁹⁰ Para além do valor em termos de hidrocarbonetos e recursos piscatórios, este mar funciona como garganta das rotas marítimas mundiais entre o Pacífico Ocidental e Oceano Índico, abrangendo os Estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Makassar (Kaplan & Cronin, 2012)

⁹¹ Em Junho de 2012, a CNOOC lançou um concurso para nove blocos *offshore* cuja área de exploração coincidiam com a zona económica exclusiva (ZEE) de 200 milhas do Vietname. Nesse mesmo ano, lançou mais um concurso que incluía 26 blocos, distribuídos pelo sul do mar da China (22), o mar da China meridional (3) e a Baía de Bohai (1).

⁹² O *fracking* envolve realizar perfurações profundas para baixo e depois horizontais no xisto, desencadear explosões e injectar uma mistura de água, areia e produtos químicos, sob alta pressão, para forçar o combustível para a superfície.

médio e a longo prazo, ampliar a contribuição deste gás não convencional no fornecimento de gás ao território.

O desenvolvimento do *shale gas* no território foi iniciado por duas organizações filiais do Ministério dos Recursos da Terra, o Centro de Pesquisas Estratégicas para os Recursos do Gás e do Petróleo e a Universidade de Geociências, no campo Chongqing, em 2004. No início de 2010, o Ministério dos Recursos da Terra estabeleceu a meta de produção 6,5 bcm de 10-15 campos *shale Gas* em 2015, ampliado para 80 bcm de 20-30 campos, em 2020, o que representará um *output* de 85% no total anual de produção de gás na China (中国证券网 - China Securities, 2011). A Administração Nacional de Energia (ANE) também começou a criar políticas para apoiar a exploração, desenvolvimento e utilização do *Shale Gas* e incorporou este recurso não convencional na Estratégia Nacional de Energia para 2030.

De acordo com o relatório da EIA *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment* (EIA, 2011, pp. XI-1), as bacias marinhas de Sichuan e de Tarim estão estimadas em 25 mil Tcf de “*unrisked gas*” e 5.100 Tcf de “*risked gas*”, estimativas comparáveis às das projecções de gás publicadas pela Petrochina. O relatório aponta também para que essas duas bacias contenham cerca de 1.275 Tcf de recursos recuperáveis. A bacia de Tarim, na região ocidental da Região Autónoma Uigure de Xinjiang é uma das maiores bacias sedimentares de petróleo mundiais, ao cobrir uma área total de 234,200 m². Também possui complexos de gás natural como os de Kuche-Tabei, Bachu-Taxinan e Tadong, onde foram encontrados 15 campos de gás com recursos recuperáveis de cerca de 21 Tcf, estando já a ser desenvolvidos os campos Kela-2, de Dina-2, de Yaha e de Hetianhe. Esta bacia, com uma capacidade produtiva de 2 Bcf por dia, é a maior fonte de gás natural para o gasoduto Oeste-Leste. Por sua vez, Sichuan é uma grande bacia de produção de gás natural com 1,5 Bcf/d capacidade produtiva. Foram encontrados 112 campos de gás natural estimados em 25 Tcf de recursos recuperáveis. Para além da bacia de Sichuan e Tarim, a China tem mais cinco bacias sedimentares de grande dimensão que contêm depósitos de gás xistoso, sobretudo em ambientes não marinhos, muitas vezes em antigos lagos ou depósitos fluviais, incluindo nas bacias de Ordos, Junggar, norte da China (Huabei), Turpan-Hami, e Songliao.

Pequim tem apoiado as iniciativas das companhias estatais chinesas e convidado as companhias estrangeiras a participar na exploração do *shale gas*. Para além do factor do custo de produção, superior ao do gás convencional, as companhias chinesas não têm uma grande experiência nesta área e necessitam de aprofundar os seus conhecimentos técnicos e geológicos para a sua extracção e exploração no território⁹³. As companhias estrangeiras dos EUA líderes da tecnologia e do desenvolvimento deste recurso não convencional de gás, assim como companhias europeias, como a Royal Dutch Shell Plc (Shell) e a British Petroleum (BP), estão, activamente, a tentar aceder à exploração deste recurso no território chinês. A Petrochina é a companhia chinesa que mais estimula a exploração de *shale gas* na China com projectos individuais de exploração e em parceria com companhias estrangeiras, como a ConocoPhillips, a Shell, a Chevron, e a EOG Resources (EOG), na bacia de Sichuan. O objectivo de produção da PetroChina de *shale gas* é de 100 MMcf/d em 2015⁹⁴.

A China National Petroleum Company (CNPC) também está envolvida na exploração do *shale gas* no território e pretende explorar as reservas chinesas com parceiros internacionais como a Shell e a Chevron, de forma a produzir 50 milhões de metros cúbicos até 2015 (Reuters, 2010a). A 25 de Março de 2010, a CNPC completou o primeiro teste horizontal de *shale gas*, e uns meses depois deste primeiro teste, formou uma *joint-venture* com a Royal Dutch Shell Plc, para melhorar a eficiência da perfuração na bacia de Sichuan. Em Dezembro de 2011, esta *guaban* energética chinesa, em parceria com a Shell, encontrou reservas de gás de xisto em pelo menos 20 locais na região ocidental da bacia de Sichuan, com capacidade de produzir mais de 10.000 metros cúbicos de gás por dia, e o equivalente a cerca de 10 toneladas de petróleo (OGJ, 2012).

A longo prazo, o *shale gas* poderá ser importante no abastecimento do mercado energético chinês, embora, pelo menos nos próximos anos, seja difícil que este recurso se torne numa fonte energética liderante na China, visto que se encontra numa fase inicial de

⁹³ Como iremos referir no próximo capítulo, as companhias de energia chinesas têm vindo a investir em reservas no exterior através de parcerias e *joint-ventures*, como parte do seu esforço para garantir o acesso aos recursos energéticos cruciais para a China, mas também como forma de obter *know-how* e tecnologia, nomeadamente para a exploração do *shale gas*.

⁹⁴ Em Setembro de 2010, esta companhia efectuou o primeiro teste vertical de gás xistoso (Yuanba-1) na parte nordeste da bacia, a uma profundidade 4,035-4,110 metros.

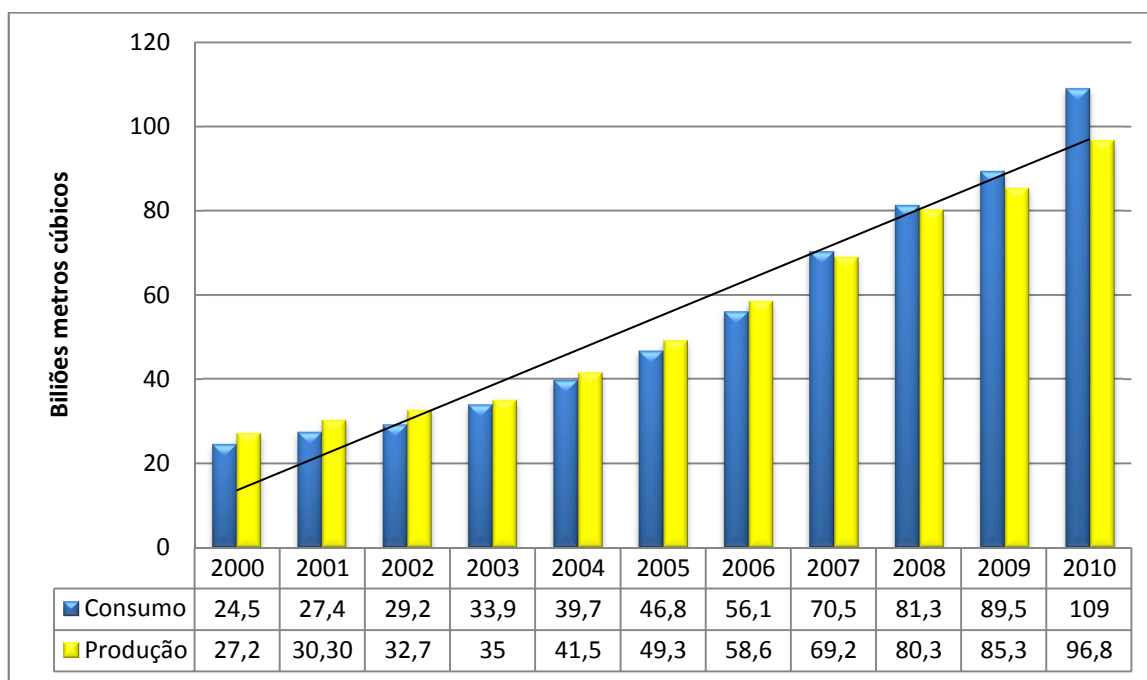
exploração. Yue Zhang (2011) salienta que a exploração do *shale gas* é favorável na China porque em comparação com a Europa, as restrições ambientais para a sua perfuração são menos limitadas e a maioria dos campos de gás estão localizados em zonas pouco povoadas, embora a sua exploração possa ser condicionada pela falta de água na China. Troner (2011, p. 54), por outro lado refere, como maior desafio para o desenvolvimento comercial do *shale gas* chinês, a complexa geologia do território, defendendo que para a sua exploração será necessário resolver alguns problemas adicionais, como a falta de transporte de infra-estruturas de gás, em particular para transportar o *output* para muitas áreas fora da bacia de Sichuan, e ainda os elevados custos económicos da exploração.

O *coal bed methane*, formado sob condições geológicas similares às do gás natural e do petróleo, não é geralmente liberado na atmosfera até a actividade de mineração do carvão. A China tem, depois da Rússia e dos EUA, as terceiras maiores reservas mundiais de *coal bed methane*, estimadas com cerca de 36.8 toneladas de metros cúbicos (Xinhua, 2013). Grande parte das reservas está localizada nas bacias Norte e Nordeste e na bacia Junggar em Xinjiang (Cf. Anexo XVI). Durante o 11.º Plano Quinquenal que terminou em 2010, a China desenvolveu 9,5 bcm *coal bed methane*, o equivalente a salvar 11,5 milhões de toneladas de carvão e reduziu em 142,5 milhões de toneladas nas emissões de dióxido de carbono. No plano 12.º Quinquenal, Pequim pretende extrair 65,8 bcm de *coal bed methane* e reduzir 990 milhões de toneladas de emissões de gases estufa (Xinhua, 2012a). Para cumprir essa meta, pretende aumentar a produção em 1 trilião de metros cúbicos o *coal bed methane* e construir bases de produção de metano na bacia de Qinshui, na província de Shanxi e na Bacia de Ordos, na Região Autónoma da Mongólia Interior. A China está empenhada na exploração recurso mas, devido ao seu elevado custo de produção, aos reduzidos subsídios, à fragmentação das reservas e à segregação de direitos de exploração entre a mineração de carvão e mineração do *coal bed methane*, a taxa de produção e de capacidade, situou-se apenas entre 1,5 e 4 biliões de metros cúbicos em 2010⁹⁵.

⁹⁵ A PetroChina deseja ser a empresa líder na produção do *coal bed methane* até 2015. Esta *guaban* criou uma empresa específica para liderar a produção do *coal bed methane* e, em 2010, formou uma *joint-venture* com Petronas da Malásia para explorar as reservas de gás não convencional no norte da China. Em 2010, a PetroChina iniciou uma grande campanha de exploração e desenvolvimento do *coal bed methane* na bacia Qinshui, na parte oriental da bacia de Ordos e no norte da China

Nos últimos dez anos, o consumo de gás na China tem vindo progressivamente a aumentar. Em 2007, e pela primeira vez em quase duas décadas, o país tornou-se num importador líquido de gás natural, com um incremento no consumo de cerca de 24% e um consumo interno a atingir os 70,5 Bcm. Em 2010, a China consumiu mais de 100 Bcm (BP, 2011b, p. 23) (Cf. Gráfico VII), um aumento que fez posicionar o país entre os quatro maiores consumidores mundiais de gás, depois dos EUA, da Rússia e do Irão. Este consumo de gás tem-se expandido regionalmente a quase todas as províncias, municípios e regiões autónomas, com excepção do Tibete. Os quatro municípios que estão sob administração directa do governo central, Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing, têm as mais altas taxas de penetração, seguidos por Xinjiang, Liaoning, Qinghai, Ningxia e Heilongjiang, com os seus abundantes recursos de gás natural. Algumas províncias costeiras e regiões do interior ainda têm baixas taxas de penetração, embora a taxa de penetração possa vir a aumentar com a projecção e a construção de novos gasodutos e com o início das operações de novos terminais de GNL.

Gráfico VII. Produção e Consumo de Gás Natural, 2000-2010



Fonte: BP, 2011, pp. 22-23

Segundo Xu Yongfa (2011, p. 1), 40% do consumo é proveniente das regiões desenvolvidas economicamente, nas quais se incluem o Delta do Rio Yangtze, a Baía de Bohai (*Bó Hǎi*) e as províncias costeiras do sudeste. Em termos de factores para este consumo, aponta-se a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento das infra-estruturas de gás nas cidades⁹⁶. Entre 2000 a 2009, o consumo de gás no sector residencial aumentou nove vezes e o consumo de gás na geração de energia aumentou 10 vezes no total de gás natural consumido, aumentando, respectivamente, de 18% para 43% e 4% para 12%. Em comparação, a percentagem de consumo de gás no sector industrial e no sector dos produtos químicos diminuiu, respectivamente, de 41% para 26% e de 37% para 20%, apesar do seu crescimento em termos absolutos. Calculado pelo valor calorífico ou térmico, a proporção de consumo de gás natural no sector residencial urbano superou pela primeira vez a de GLP em 2010, e tornou-se na maior fonte de energia gasosa (Yongfa, 2011, p. 2).

Para aproximar as áreas de produção com as áreas de maior procura de gás, Pequim está a investir na integração de redes locais de distribuição de gás e a promover a construção de projectos de transmissão de gás natural, realçando-se o projecto do gasoduto Oeste-Leste, que está a ser construído para suprir o consumo de gás natural para as regiões leste e sul do país (Cf. Anexo XVII). Este gasoduto poderá também melhorar a estrutura do consumo de energia da China via o aumento do uso de gás natural, contribuindo para economizar 76,8 milhões de toneladas de carvão, o que ajudará no corte de emissão, através da redução de 130 milhões de toneladas de emissão de dióxido de carbono e de 1,44 milhão toneladas de dióxido de enxofre (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011a).

O projecto de gasoduto Oeste-Leste está a ser desenvolvido pela PetroChina West-East Gas Pipeline Company, uma subsidiária da PetroChina, e é composto por quatro infra-estruturas que farão a ligação entre as principais bases de abastecimento de gás natural na zona oeste da China (em Tarim, em Qaidam, e nas Bacias de Ordos) com os mercados na parte oriental do território. A primeira infra-estrutura deste projecto, com 4000 km de comprimento, começou a ser construída em 2002, ficou operacional em 2005, e transporta

⁹⁶ O gás da cidade inclui principalmente as residências, o sector público, as pequenas empresas industriais com conexões através de gasodutos da cidade, bem como o gás natural comprimido para automóveis.

anualmente 12 bilhões de metros cúbicos de gás natural da Bacia de Tarim de Xinjiang para Xangai. A segunda infra-estrutura, tem um comprimento total de 8,704 km e passa por 15 províncias, a partir de região de Horgos até Xangai, estendendo-se até Cantão e a Hong Kong, o que faz deste gasoduto de gás natural o mais longo do mundo. Tal como na primeira infra-estrutura, está dividido em duas secções. A secção oriental vai de Guangzhou a Zhongwei e atinge, no sul, as cidades de Hong Kong e Xangai. A secção ocidental parte de Horgos, na província de Xinjiang, para Zhongwei, na Região Autónoma de Ningxia Hui. Terá uma capacidade de 30 bcm por ano e será interligado com dez grandes gasodutos, nomeadamente através da ligação com a primeira infra-estrutura do Gasoduto Oeste-Leste, do gasoduto Shaan-Jing e do gasoduto da Ásia Central (People's Daily Online, 2002). A terceira infra-estrutura do gasoduto Oeste-Leste, com 5 mil km, transportará 20 bcm de gás natural por ano e ligará o sudeste do território chinês com a região autónoma de Xinjiang e a província de Cantão. Será subdividida em duas secções: a ocidental (entre Xinjiang e Zhongwei) e a oriental (entre Zhongwei e Shaoguan), previstas para estarem concretizadas, respectivamente em 2012 e 2014 (Fayen Wong, 2012). Por último, a quarta secção irá conectar o gasoduto Myanmar-China, um gasoduto cuja construção iremos desenvolver no capítulo seguinte, com os campos de gás de Sichuan ou da Bacia de Tarim.

O desenvolvimento da produção do *coal bed methane* é restringido pela falta de infra-estruturas e de gasodutos, o que impulsiona a que a maior parte da produção deste recurso seja consumido localmente. Desta forma, para apoiar a sua produção e distribuição, Pequim pretende construir nos próximos cinco anos, para transportar o gás das zonas remotas das minas para o mercado central do território, 13 gasodutos com um comprimento total de 2,054 km e uma capacidade anual de transmissão de 12 bcm para o *coal bed methane* (Shanghai CBI Events Co., Ltd, 2011). Muitas dessas linhas irão ser construídas nas províncias de Shanxi, de Henan e de Shaanxi, onde foram lançadas as maiores campanhas para incentivar o aumento da produção deste recurso.

Nos últimos dez anos, a produção de gás tem vindo aumentar gradualmente, tendo entre 2000 e 2010, passado de 27,2 bcm para 96,8 bcm (Cf. Gráfico VII) (EIA, 2011b). Este aumento permitiu, no mesmo período, que China subisse no *ranking* dos maiores produtores mundiais de gás, de 16º lugar para o 5º lugar. No final de 2010, a RPC

desenvolveu uma série de campos de grande escala, nomeadamente na província de Sichuan, na Bacia de Ordos e na bacia de Tarim, e que resultaram em 4.73 triliões de metros cúbicos (TCM) de reservas provadas. De acordo com Leung (2011, p. 1331), o gás natural, quando comparado com o petróleo, é uma preocupação secundária para os líderes chineses devido a três factores. Em primeiro lugar, porque o papel do gás na economia chinesa, dado o lugar que ocupa no *mix* energético chinês⁹⁷, é ainda limitado. Em segundo lugar, Pequim assinou contractos de longo-prazo de forma a assegurar os fornecimentos necessários para o consumo doméstico de gás natural futuro. Com base nos dados de Leung (2011) projecta-se que Pequim necessite de importar 40 a 80 bcm por ano em 2020, tendo já sido garantido 30,6 bcm de GNL em contractos de longo prazo e 30 bcm de gás natural, provenientes do Turquemenistão, havendo ainda a possibilidade de assegurar outros contractos de fornecimento futuros. Em terceiro lugar, o gás natural pode ser substituído por outros combustíveis nos seus principais usos, especialmente electricidade, que pode ser gerada pelo carvão, energias renováveis ou mesmo petróleo.

De facto, a grande preocupação dos líderes chineses com a segurança energética continua a estar centrada no petróleo e não tanto no gás pois, apesar do aumento do consumo, o gás natural ainda representa uma pequena parcela no total de energia consumida na China. No entanto, as metas instituídas no 12º Plano Quinquenal para uso de fontes de energia limpas para mitigar os efeitos da rápida procura, estabelecem para o gás natural, o objectivo de alcançar uma quota de 8,3% no *mix* de energia primária em 2015 e 10% em 2020⁹⁸. Com este objectivo, a procura de gás na China é capaz de atingir os 200 bcm e 300 bcm em 2015 e 2020, respectivamente. Simultaneamente, a dependência da importação de gás irá aumentar de 16% em 2009 para 25% em 2015 e para 33% em 2020 (EIA, 2011b; Xinhua, 2010).

Pequim está a tentar assegurar fornecimentos de gás quer por gasoduto, quer em GNL. Desde 1990, que a RPC está em conversações com a Rússia, para importar gás de

⁹⁷ Representava 3% no total de energia primária da China, em 2008.

⁹⁸ O gás natural, enquanto combustível fóssil mais limpo, produz cerca de 40% e 30% menos de dióxido de carbono do que o carvão e o petróleo, respectivamente, podendo ser usado para reduzir a emissão de poluentes na atmosfera. Em Março de 2011, o governo chinês identificou uma meta de redução das emissões de dióxido de carbono em mais de 4% em 2011 e 18% até 2015, em comparação aos níveis de 2010. Além disso, também estabeleceu uma meta de redução das emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB em 40%-45% em 2020, em comparação aos níveis de 2005.

campos como o Kovyktinsoye em Irkutsk, da Sibéria Ocidental (através do projectado gasoduto Altai que iremos desenvolver no capítulo IV), o campo Sakha in Sibéria Oriental e do Sakhalina. Apesar de ainda não ter sido obtido um consenso quanto ao preço e ao volume das importações, em 2006, a CNPC e a Gazprom assinaram um Memorando de Entendimento no qual propõem a construção de dois gasodutos que poderiam transportar gás natural a partir da Rússia nas próximas décadas. O primeiro, um gasoduto ocidental, corresponderia à concretização do Projecto Altai, que transportaria do campo russo de gás Kovykta para a região de Xinjiang, no noroeste da China, cerca de 1 e 1.4 triliões de pés cúbicos de gás natural por ano, a partir de 2015. A segunda rota proposta, o gasoduto Oriental, ligaria a Rússia Oriental e a ilha Sakhalin no nordeste da China, terminando provavelmente a sua trajectória perto de Pequim.

Com o Turquemenistão, Pequim assinou, em 2006, um contracto de longo prazo de fornecimento de 30 bcm por ano, por um período de 30 anos. O gás de Asgabat tem sido fornecido a Pequim, através do gasoduto Ásia Central-China que, desde que ficou operacional em Dezembro de 2009, já forneceu cerca de 14 bcm de gás. Quando as ramificações Ha'nan e Uzbekneftegaz forem ligadas à infra-estrutura principal⁹⁹, a capacidade deste gasoduto aumentará, em 2015, para 55 bcm e será responsável por mais de 50% das importações totais de gás da China (British Embassy Beijing, 2011). Por último, e como iremos desenvolver no capítulo seguinte, está em construção o gasoduto entre Myanmar e a Província chinesa de Yunnan, conforme o acordado entre os governos dos dois países, em 2009, estando previsto para ficar operacional em 2013 e irá fornecer 10 bcm gás natural por ano à China.

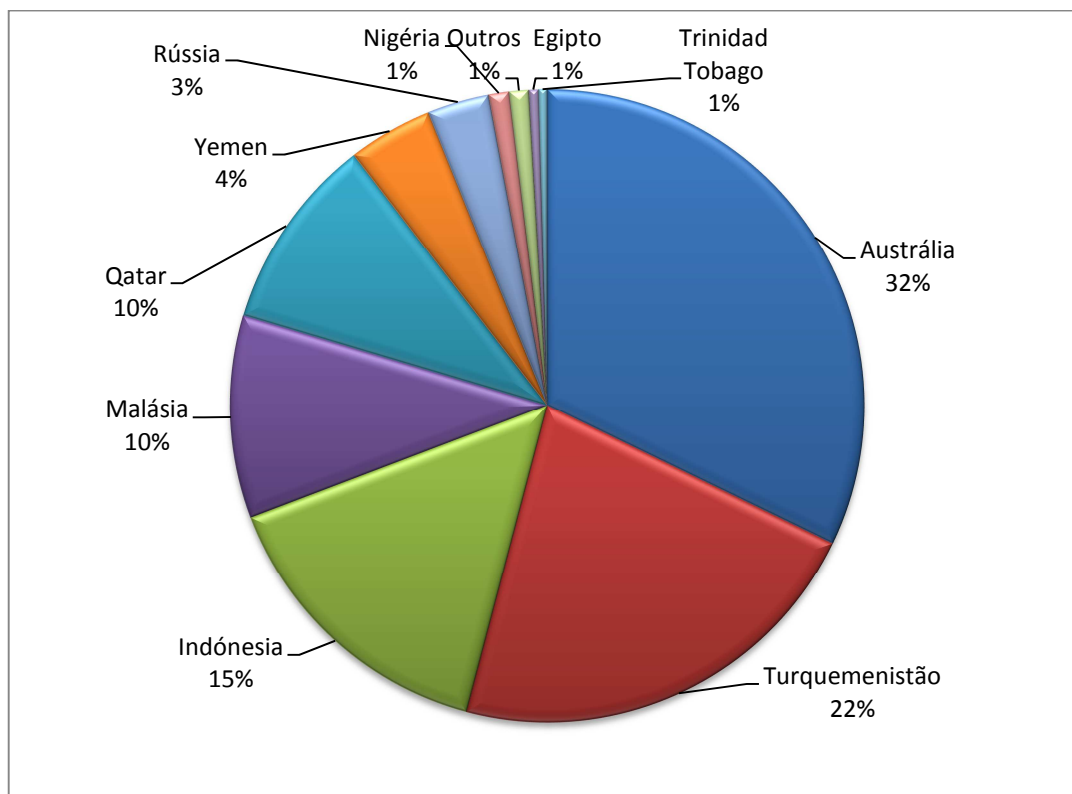
Em 2010, as importações de gás constituíam 16% do consumo total de gás na China, principalmente na forma de Gás Natural Liquefeito (GNL). Desde que Pequim importou o seu primeiro carregamento de GNL, quando o primeiro terminal para receber o este recurso energético na província de Guangdong ficou operacional no Verão de 2006, as importações têm aumentado rapidamente. Em 2010, Pequim importou cerca de 16,35 bcm de gás natural, dos quais 3,55 bcm foram transportados por gasodutos e 12,80 Bcm sob a forma de GNL. As principais fontes de aprovisionamento de gás natural provêm da

⁹⁹ Definidos para iniciar operações em 2012 e 2013, respectivamente.

Austrália (5,21 bcm), do Turquemenistão (3,55 bcm), da Indonésia (2,45 bcm), da Malásia (1,68 bcm), do Qatar (1,61 bcm) e da Rússia (0,51 bcm) (BP, 2011, p. 30) (Cf. Gráfico VIII).

Gráfico VIII. *Importações de Gás Natural por país, 2010*

(em %)



Fonte: BP, 2011, p. 30

As empresas nacionais de petróleo (sigla em inglês NOCs), como a CNPC, CNOOC e a Sinopec são as principais participantes do mercado de gás na China. A CNPC, o maior produtor e fornecedor de nacional de gás, detém 80% da produção nacional de gás e opera em mais de 90% dos gasodutos do país. Em 2010, esta companhia chinesa assegurou 13 milhões de toneladas por ano em contractos de longo prazo de importação de GNL. Por sua vez, nesse mesmo ano, a CNOOC conseguiu garantir um fornecimento de 20 milhões de toneladas por ano, planeando aumentar esse valor para 30 milhões de toneladas

por ano até 2020. Em Abril de 2011, a Sinopec assinou um acordo de 4,3 milhões de toneladas por ano de GNL com a Australia-Pacific LNG (APLNG), elevando o seu contrato de aprovisionamento de longo prazo de GNL do APLNG Project de Gladstone em Queensland, para 7,6 milhões de toneladas por ano (Australian Minister for Resources and Energy, Minister for Tourism, 2012). Neste sentido, terão sido garantidos contractos de longo prazo de GNL de perto de 40 milhões de toneladas anuais pelas companhias chinesas.

A CNOOC é a principal companhia no mercado de GNL na China, seguida pela PetroChina. As companhias chinesas devem garantir o abastecimento antes de adquirirem a aprovação do governo para a construção de um terminal de regaseificação e são confrontadas com a concorrência de outros compradores regionais, principalmente na Coreia e do Japão. Quando os novos terminais de GNL em construção estiverem operacionais e outros terminais receberem a aprovação do governo, espera-se que as importações de GNL venham a aumentar, embora o aumento dos preços internacionais de GNL *versus* os preços mais baixos do gaz de fontes domésticas e do Turquemenistão possam causar concorrência ao GNL (EIA, 2011b).

Na China, existem actualmente três terminais de GNL operacionais e quatro em construção (Cf. Anexos XVIII e XIX). Os existentes, Dapeng, o Fujian (*Xiuyu*) e o Xangai, pertencem à CNOOC. O Dapeng, o primeiro terminal a ser construído, fica localizado na província de Guangdong e recebe, desde Junho de 2006, 3,7 milhões de toneladas por ano de GNL da Austrália¹⁰⁰. O *Xiuyu*, localizado na província de Fujian, recebe, desde Maio de 2009, 2,6 milhões de toneladas por ano de GNL da Indonésia e fornece gás a cidades desta província, incluindo Fuzhou, Putian, Quanzhou, Xiamen e Zhangzhou. Por último, o terminal de Xangai localizado no *hub* financeiro de Xangai, recebeu a sua primeira carga a 11 de Outubro de 2009 (EIA, 2011b).

A CNOOC continua a ter vantagens no sector, em comparação com outras NOCs chinesas e está interessada em ampliar o seu mercado de GNL. Em 2010, o CRDN aprovou que esta *guaban* energética dobrasse a capacidade anual do terminal de Fujian para 5,2 milhões de toneladas, e também, a construção dos terminais Zhejiang/Ningbo e de Zhuhai,

¹⁰⁰ A CNOOC detém um contracto de 25 anos o terminal de liquefacção Australia North West Shelf.

previstos para estarem finalizados em 2013. O terminal de Zhuhai irá fornecer gás às cidades costeiras do Rio das Pérolas, nomeadamente, a Zhuhai, Zhongshan, Guangzhou, Foshan, Jiangmen, Hong Kong e Macau. Em construção estão também os terminais Dalian e Rudong pertencentes, respectivamente, à PetroChina e à CNPC. O primeiro, de Dalian, localizado na Província de Liaoning, irá receber GNL do Qatar e da Austrália¹⁰¹. Enquanto o segundo, o terminal GNL de Rudong¹⁰², aprovado oficialmente pelo CNRD em Março de 2007, fica localizado numa ilha na província de Jiangsu, e irá receber provavelmente gás do Qatar. Em 2010, o CRDN também aprovou a construção do terminal de GNL no porto de Qingdao, na província de Shandong, pela Sinopec. Este terminal marca o início da actividade da Sinopec e terá uma capacidade de 3 milhões de toneladas anuais. Estão também projectados os terminais de regaseificação Ansai e Tangshan, Beihai e Shenzhen (Cf. Anexo XX). Com base em planos de construção existentes de GNL, a Goldman Sachs (2011, p. 15) estima que o total da capacidade a longo prazo de movimentação de GNL possa alcançar os 99,6 milhões de toneladas.

Tal como para o petróleo, e para reduzir a capacidade de uma crise devido à escassez de gás, Pequim está a promover a construção de infra-estruturas de armazenamento de gás subterrâneas. Três instalações de gás já foram construídas, sendo a de Dagang localizada perto de Tianjin, a maior, com uma capacidade de 2 bcm, distribuída por seis unidades de armazenamento. No início de 2010, a CNPC anunciou a construção, entre 2011 e 2015, de mais 10 instalações de armazenamento de gás, com uma capacidade de armazenamento de 22,4 bcm. Estas instalações serão construídas nas principais zonas de produção de gás na China, incluindo em Xinjiang (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2010).

¹⁰¹ A partir de 27 de Dezembro de 2011.

¹⁰² A primeira fase deste projecto inclui um terminal de recepção com a capacidade de 3,5 de milhões de toneladas de GNL por ano, dois tanques de armazenamento de GNL, cada um com uma capacidade de 160 mil metros cúbicos, e ainda um Jetty GNL capaz de lidar com navios de capacidade até 267 mil metros cúbicos de GNL. Na segunda fase, a capacidade do terminal vai ser aumentada para poder receber 6,5 milhões de toneladas de GNL por ano.

2.2.4. A Energia Nuclear

A RPC é um dos poucos países do mundo, firmemente comprometido com a rápida expansão do uso da energia nuclear. Enquanto, internacionalmente decorre o debate polémico sobre manter ou não programas nucleares, 40% dos reactores em construção no mundo, ou seja 26 dos 63, estão localizados na China. Na linha oficial, e como foi defendido no livro branco *China's Energy Conditions and Policies* (State Council Information of the People's Republic of China, 2007, p. 42), em 2007, a “*energia nuclear é uma opção energética indispensável à China e uma alternativa essencial à energia fornecida pelo carvão no território*”.

A produção de energia nuclear é um objectivo do governo desde que foi fundada a RPC. O seu desenvolvimento foi apoiado, até à década de 60, pela ex-União Soviética. Em 1949, Pequim criou o Instituto Chinês de Energia Atómica (ICEA) e seis anos depois, foi assinado um acordo de cooperação para o desenvolvimento da energia nuclear na China com a ex-União Soviética. Nove anos depois, foi construído o primeiro reactor de pesquisa de água pesada. Com o fim da cooperação com a União Soviética, a RPC lançou um programa de desenvolvimento independente de energia nuclear para fins militares em 1960. Em 1972, foi fundado o Instituto 728, actualmente denominado Instituto de Design e Pesquisa de Engenharia Nuclear de Xangai, tendo sido também emitido o primeiro plano de energia nuclear. O 6.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social Nacional (1981-1985) incluía o projecto de construção da central nuclear Qinshan de 300.000 kW (reactor de água pressurizada), iniciado em Março de 1985. Em Dezembro de 1991, foi lançada uma operação de teste e, três anos depois, iniciada a operação comercial desta central nuclear, marcando o começo da indústria da energia nuclear chinesa.

O governo chinês acertou as políticas de desenvolvimento da energia nuclear com base nos respectivos programas nacionais. No 7.º Plano Quinquenal (1986-1990) o objectivo apresentado era a construção de centrais nucleares de forma faseada, enquanto no 8.º Plano Quinquenal (1991-1995) projectava-se a construção de centrais de médio e grande porte de forma organizada, na qual se incluía a central nuclear Qinshan II. Já no 9.º Plano Quinquenal (1996-2000) o alvo era alcançar um progresso notável na

industrialização de tecnologia avançada, como a energia nuclear, e desenvolver adequadamente a geração de energia nuclear, ao passo que, no 10.º Plano Quinquenal (2001-2006) procurava-se o desenvolvimento moderado de geração de energia nuclear. (National People's Congress of China, 2011)

Em Novembro de 2007, o governo chinês aprovou o “Plano de Médio e Longo Prazo de Desenvolvimento de Energia Nuclear (2005-2020)”, uma directriz importante de orientação para o desenvolvimento de energia nuclear na China, com um roteiro técnico estratégico para o desenvolvimento da autonomia e um cronograma de construção de energia nuclear. Este plano estabelecia que iriam ser construídas centrais nucleares em 13 locais prioritários, seleccionados a partir de províncias costeiras, como Guangdong, Zhejiang, Shandong, Jiangsu, Liaoning, Fujian e Guangxi, dando uma capacidade total instalada de energia nuclear de 40 milhões de quilowatts até 2020. No final de 2011, de acordo com os dados da Agência Internacional de Energia Atómica, a China possuía 16 reactores nucleares dispersados por 4 cidades, com uma capacidade total de mais de 87.400,000 quilowatts, e 26 reactores em construção.

Neste sector e licenciadas para possuir, operar e gerir centrais de energia nuclear destacam-se as companhias China National Nuclear Corporation (CNNC) e a China Guangdong Nuclear Power Corporation (CGNPC). Recentemente, também foi atribuída a aprovação à China Power Investment Corporation (CPI) para possuir centrais nucleares próprias. Para colocar em operação estes 16 reactores nucleares actuais, a China adoptou tecnologias de reactores da França, da Rússia, do Reino Unido e do Canadá. A 24 de Julho de 2007, a Westinghouse Electric Company e o seu consórcio Shaw Group, assinaram um contrato de transferência de tecnologia e compra de equipamento com a State Nuclear Power Technology Corporation Ltd (SNPTC), Sanmen Nuclear Power Company Ltd, Shandong Nuclear Power Company Ltd, e China National Technical Import & Export Corporation (CNTIC) (Westinghouse Electric Company, 2007, p. 1). Esse contracto previa a transferência de tecnologia AP 1000 para a China, marcando as primeiras encomendas de reactores de III Geração, que elevam o potencial de desenvolvimento da tecnologia nuclear na China nos próximos anos. O SNPTC foi criado especificamente para estabelecer a tecnologia AP1000 na China, incluindo a transferência de tecnologia.

Em Abril de 2009, começou a ser construída a primeira central de energia nuclear do mundo a usar reactor AP1000, tecnologia da companhia nuclear norte-americana da Westinghouse Electric, na ilha nuclear em Sanmen na província de Zhejiang. As duas unidades da central de Sanmen irão ser construídas por três fases, com o primeiro reactor a ficar operacional em 2013 e o segundo em 2014 (State Nuclear Power Technology Corp, 2009a). Esta central está incluída no projecto de construção de quatro centrais construídas em pares, duas nesta ilha e duas em Haiyang, na província de Shadong. A primeira fase de construção das duas unidades da central em Shadong foi iniciada em Setembro de 2009, com uma capacidade de 1,25 milhões de quilowatts, e serão postas em operação em Maio de 2014 e em Março de 2015 (State Nuclear Power Technology Corp, 2009b).

Após o acidente na central nuclear Fukushima Daiichi no Japão, Pequim anunciou, a 16 de Março de 2011, o congelamento de todas as aprovações de instalações nucleares, lançando o “*Plano longo nacional de seis meses de segurança das centrais nucleares*” até que fosse verificada a segurança dos reactores existentes no território. Apesar desse desastre e segundo as declarações de Zhang Lijun, Vice-Ministro da Protecção Ambiental, a estratégia chinesa de energia nuclear irá continuar (Bristow, 2011)¹⁰³. De acordo com a Associação nuclear mundial, a China pretende construir um total de 100 reactores nucleares nas próximas décadas (World Nuclear Association, 2012).

Em 2008, o total das reservas de urânio na China era de 68 mil toneladas, correspondendo a 1% das reservas mundiais (ENERGY.EU, 2010). Para além destas reservas, a China possui um número activo de minas, mas os seus depósitos são de relativa baixa qualidade. Pequim pretende construir reservas estratégicas comerciais de urânio, bem como continuar a desenvolver a produção nacional na Mongólia Interior e em Xinjiang. A curto prazo, estas reservas serão capazes de sustentar a procura interna. Todavia, à medida que o número de centrais nucleares é ampliado, será necessário também aumentar as importações de urânio do Cazaquistão, do Uzbequistão, da Namíbia, da Rússia e a da Austrália para alguns dos seus reactores.

¹⁰³ Em Maio 2012, o Conselho de Estado aprovou um plano de segurança para todas as instalações que permite a continuação e a construção de novos reactores nucleares.

2.2.5. As Energias Renováveis e Hidroeléctrica

Pese embora a exploração de energia renovável na China tenha sido iniciada no princípio dos anos 80, o apoio do governo só foi iniciado no 8.º Plano Quinquenal (1991-1995). À medida que o país superou a capacidade endógena de energia e a dependência externa se elevava, foram ampliados os esforços para aumentar a meta das energias renováveis no total da energia produzida e consumida no território, implementando-se sucessivas medidas para promover a energia renovável no território.

A 28 de Fevereiro de 2005, o Congresso Nacional chinês aprovou a Lei das Energias Renováveis¹⁰⁴, que legalizou o quadro regulador do desenvolvimento das energias renováveis na China, favorecendo economicamente e financeiramente a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação do uso de energias renováveis. O seu primeiro capítulo expressa especificamente que o desenvolvimento e o uso de energia renovável é uma área prioritária no desenvolvimento de energia na China. De acordo com a China Wind Power Center (CWPP Project Beijing, 2012), esta lei tinha por objectivo aumentar a participação das energias renováveis no *mix* de energia da China, promover a indústria doméstica de energia renovável, e apoiar o desenvolvimento económico regional. Simultaneamente, foram lançadas estratégias para o desenvolvimento a longo prazo das energias renováveis, com o propósito de aumentar a parcela das mesmas no *mix* energético chinês, tendo o governo chinês recorrido a capital estrangeiro para atingir essas metas¹⁰⁵.

Em Setembro de 2007, a CRDN lançou o Plano de Médio a Longo Prazo para a Energia Renovável, balizando explicitamente e oficialmente um conjunto de metas quantificadas para o desenvolvimento da energia renovável no território. Particularizando, foi estabelecido pelo governo chinês a meta para a energia renovável de 10% no total de energia primária consumida em 2010 e 15% em 2020, e metas de desenvolvimento específico para diferentes tipos de tecnologias de energia renovável, incluindo uma meta

¹⁰⁴ Promulgada em Fevereiro de 2005, entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2006 e foi alterada em Dezembro de 2009.

¹⁰⁵ A 16 de Junho de 2005, os directores executivos do Banco Mundial aprovaram um empréstimo de 87 milhões de dólares para financiar o Programa de Expansão das Energias Renováveis, que foi suplementado pelo apoio financeiro do *Global Environment Facility* (GEF), no montante de USD\$ 40,22 milhões.

de 5 GW de energia eólica até 2010, e de 30 GW até 2020. Estas metas têm vindo a ser ajustadas a fim de acomodar o enorme ritmo de desenvolvimento da energia renovável. O 11.º Plano Quinquenal para as Energias Renováveis, lançado em Março de 2008, veio esclarecer a estratégia nacional energética, a direcção da reforma e as áreas prioritárias para a poupança de energia e para a protecção do ambiente. Este plano estabelecia uma meta de médio a longo prazo para cada tecnologia de energia renovável, enfatizando, no entanto, a energia eólica, para a qual foi estabelecido o um objectivo a curto prazo de alcançar a capacidade eólica de 10 GW até 2010.

Com um papel cada vez mais importante e estratégico para o desenvolvimento energético do país, as energias renováveis são uma aposta para substituir os combustíveis fósseis por energia limpa e reduzir a emissão chinesa de efeitos de gases de estufa. Segundo o estudo *Medium-Term Renewable Energy Market Report 2012* (2012, p. 2), publicado pela Agência Internacional de Energia (AIE), quase 40% do crescimento mundial de electricidade com base em energia renovável (hidroelectricidade, eólica, solar, entre outras) até 2017, ocorrerá na China. Em 2009, a China suplantou os Estados Unidos como maior país investidor em energias renováveis e foi igualmente o maior produtor de energia hidroeléctrica. No ano seguinte, quando a sua participação de mercado atingiu 21,8% para instalações cumulativas e 46,1% para as novas instalações de energia eólica, ultrapassou os EUA, passando a ser o maior produtor mundial de energia eólica (Global Wind Energy Council, 2011). Em termos de energia hidroeléctrica, destaca-se a construção da Barragem das Três Gargantas (*Chángjiāng Sānxiá Dà Bà*) no rio Yantze, em 2006. Esta barragem é o maior projecto de energia hídrica do mundo. Até 2008, possuía 26 geradores de 700 MW, com uma capacidade total de 18.2 GW e, a partir de 2012 foi ampliada para 32 geradores com uma capacidade total de 22.5 GW (International Business Inquiries, 2012). Em termos de produção de energia eólica, destacam-se, com aerogeradores recém-instalados, as regiões ou as províncias chinesas da Mongólia Interior, Hebei, Shandong, Liaoning e Ningxia, e, em capacidade acumulativa, as quatro primeiras e Gansu. A China também está a investir em energia solar, com o objectivo de aumentar a capacidade de 2 GW em 2011 para 25 GW em 2020 (EIA, 2012).

2.3. A Insegurança Energética Chinesa: riscos e ameaças

A crescente dependência das importações de petróleo criou um sentimento de insegurança energética entre os líderes chineses. Os riscos e as ameaças associados a essa dependência, relacionados com uma eventual escassez da oferta ou com o aumento acentuado nos preços do petróleo e os seus efeitos na economia, na coesão social e na criação de emprego, são questões de grande preocupação para o governo (Salameh, 2010, p. 21). Stein Tønnesson e Åshild Kolås (2006, p. 19) referem que os líderes políticos chineses têm três grandes preocupações: a primeira, a possibilidade de rupturas bruscas na oferta de petróleo para o mercado global poder provocar uma grave escassez de energia e picos nos preços, afectando negativamente a economia chinesa; a segunda, a possibilidade da China ser afectada por interrupções no abastecimento energético oriundo de regiões exportadoras instáveis, como as do Golfo Pérsico e de África; e a terceira e última, o Japão e os EUA tentarem negar o fornecimento de petróleo à China devido a um possível confronto por Taiwan.

Alguns analistas chineses (Zhang Shuguang, 2005a; Xing Cao, 2007) desconfiam do mercado energético e tendem a ver os preços dos mercados de petróleo manipulados pelos grandes monopólios capitalistas. Defendem que a China é “vítima” dos países que manipulam o mercado de petróleo. A volatilidade dos preços pode ser induzida por inesperados choques externos, como os desastres naturais, a instabilidade política, ou os conflitos militares e pode provocar instabilidade económica e social. Desta forma, a estabilização dos preços da energia e a minimização de flutuações significativas de preços pode, potencialmente, evitar crises de energia e alguns distúrbios sociais. Se o preço se desvia do equilíbrio por um período prolongado, os governos e organizações intergovernamentais podem ter de intervir nos mercados de energia para corrigir estes desvios. Na perspectiva da China como “vítima” no mercado energético, e tendo em conta o aumento constante da dependência de energia do exterior, os preços do petróleo são percebidos como “inimigos” para a economia chinesa, visto aumentarem a saída das suas reservas externas e afectarem a balança de pagamentos (Zhang Hongmin; Ge Jia-li; H. Jihao; Gu Xiaozhe, 2002). Os líderes chineses preocupam-se com a possibilidade dos preços altos do petróleo poderem afectar o crescimento económico da China,

destabilizando internamente o país e o próprio governo. Numa análise do Ministério das Finanças da RPC (2011), sobre o aumento dos preços internacionais do petróleo de 2010, são identificados os factores que condicionaram este aumento, salientando-se que o mesmo poderá afectar directamente o desenvolvimento económico interno da China, principalmente: *i*) no aumento das expectativas de inflação (a China é um grande consumidor de petróleo, os aumentos dos preços internacionais do petróleo, o óleo para a energia, o custo da matéria-prima aumentam os custos operacionais, afectando os preços ao consumidor); *ii*) na diminuição do crescimento económico (o impacto dos preços internacionais do petróleo sobre a economia nacional é muito amplo, desde a produção até o consumo, desde o custo até ao preço, do comércio ao investimento, desta forma os preços mais altos do petróleo poderão afectar negativamente o país, reduzindo o crescimento económico) *iii*) aumentando a pressão sobre os consumidores, e tornando as empresas menos competitivas (os preços internacionais do petróleo e de produtos derivados de petróleo resultam numa ampla gama de custos adicionais, em diferentes graus, para as empresas de transporte, metalurgia, petroquímica, indústria ligeira, pescas, agricultura e outras indústrias relacionadas).

A possibilidade da China vir a ser afectada por interrupções do fluxo energético advém do facto das importações de petróleo estarem concentrados num número restrito de países, localizados em zonas instáveis e volúveis. Desde 1993, o Médio Oriente é a principal região fornecedora de petróleo, enquanto a África Ocidental tem vindo gradualmente a torna-se na segunda maior região. O clima de conflitualidade endémico destas regiões do globo levanta a possibilidade desta conflitualidade poder escalar para um nível que venha a comprometer a capacidade exportadora destes países, privando desta forma a China de recursos. Potencia esta fragilidade o facto do transporte oriundo destas áreas, ter de cruzar regiões marítimas onde a instabilidade grassa, tal como a pirataria. Acresce aos factores de índole geográfica, o facto dos navios utilizados no transporte não serem chineses. Ou seja, as importações de petróleo oriundas destas duas regiões estão sujeitas a eventuais constrangimentos na produção, mas, igualmente no transporte.

Até 2005, de acordo com Bo Kong, 93% das importações de petróleo da China eram transportadas por mar, das quais 90% por petroleiros internacionais, e 80% atravessavam o Estreito de Malaca (2005, p. 25). Ou seja, a China apenas recebia 7% das

suas importações via terrestre (as oriundas do Cazaquistão e da Rússia) e, do petróleo transportado por mar, apenas 20% não cruzava o Estreito de Malaca¹⁰⁶ e só 10% era transportado em petroleiros chineses (Cf. Tabela VI).

Tabela VI. Rotas de Transporte do Petróleo Chinês, até 2005

| País | Transporte Ferroviário |
|----------------------------|--|
| Rússia | Zabaikalsk-Manzhouli |
| Cazaquistão | Kazakhstan-Alashankou |
| Região | Mar |
| Médio Oriente | Golfo Pérsico, Estreito de Ormuz - Estreito de Malaca - Estreito de Taiwan - China |
| África Ocidental | Norte de África, Mediterrâneo - Estreito de Gibraltar- Cabo da Boa Esperança - Estreito de Malaca - Estreito de Taiwan - China |
| Sudeste Asiático | Estreito de Malaca - Estreito de Taiwan, China |
| América Latina (Venezuela) | Canal do Panamá – Oceano Pacífico |

Fonte: Adaptado de Kong, 2005, p. 16

Embora a RPC já possua outras linhas adicionais de fornecimento de petróleo, nomeadamente por via terrestre procedente do Cazaquistão, continua com uma elevada dependência do transporte marítimo das importações recorrendo a petroleiros estrangeiros. A agravar esta dependência está o facto do fornecimento energético para a China ser maioritariamente transportado por *chokepoints* geoestratégicos, como o Estreito de Ormuz e de Malaca.

O Estreito de Ormuz é uma passagem vital para o sector energético mundial (Cf. Anexo XXI)¹⁰⁷, no qual circulam diariamente pelo menos 17 milhões de barris de petróleo oriundos maioritariamente da Arábia Saudita, do Iraque, do Kuwait, dos Emirados Árabes Unidos, do Qatar e do Irão. Por outro lado, 85% desse petróleo é destinado aos mercados

¹⁰⁶ As importações oriundas da Venezuela, por exemplo, não são transportadas pelo Estreito de Malaca.

¹⁰⁷ De acordo com a EIA (2011c), o ponto mais estreito do Estreito de Ormuz tem 21 quilómetros de largura, mas a largura da faixa de navegação em qualquer direcção é apenas de dois quilómetros, separados por uma zona tampão de dois quilómetros. O Estreito possui profundidade e largura suficientes para ser navegado pelos maiores petroleiros do mundo, com cerca de dois terços do petróleo transportado por navios-tanque de mais de 150 mil toneladas.

asiáticos, sobretudo ao Japão, à China à Índia e à Coreia do Sul (EIA, 2011f). Na China, este estreito foi baptizado de “Estreito do Petróleo” (Erickson & Goldstein, 2009, p. 52), já que, 51% das importações chinesas de petróleo do Médio Oriente passam por esse *chokepoints*. O seu encerramento ou bloqueio¹⁰⁸ provocaria o uso de rotas alternativas, como a do Oleoduto Este-Oeste, a partir de Abqaiq até ao Mar Vermelho, ou através do oleoduto norte do Iraque-Turquia até o porto de Ceyhan, no Mediterrâneo, o que implicaria o aumento dos custos e do tempo de transporte, e afectaria o fornecimento regular de petróleo à China¹⁰⁹. O segundo, o Estreito de Malaca, fica situado entre a Indonésia, a Malásia e Singapura e liga o Oceano Índico ao Mar Leste da China e ao Oceano Pacífico (Cf. Anexo XXII). É a rota mais curta entre os fornecedores do Golfo Pérsico e os compradores asiáticos, nomeadamente para a China e para o Japão. Se este Estreito fosse bloqueado seria necessário redireccionar quase metade da frota mundial pelo arquipélago indonésio, através do Estreito de Lombok, situado entre as ilhas de Bali e Lombok, ou pelo Estreito de Sunda, localizado entre Java e Sumatra.

Tal como outros países asiáticos, a China preocupa-se com a segurança do transporte, sobretudo através do Estreito de Malaca, por onde circulam mais de 60 mil embarcações por ano (EIA, 2011c) e 80% das suas importações de petróleo. Essa preocupação foi evidenciada pelo Presidente Hu Jintao que, em Novembro de 2003, referiu-se ao Estreito de Malaca como o “Dilema de Malaca” (*Maliujia kunjing*), afirmando que certos grandes poderes poderiam empenhar-se em controlar o Estreito, interrompendo o fornecimento de petróleo à China, e apelando à adopção de estratégias para mitigar esta vulnerabilidade energética (Storey, 2006). Esta perspectiva também é partilhada por alguns analistas chineses (Wei Da, 2005; Zhang Zhong Xiang, 2011; Chen Shaofeng, 2010), segundo os quais, a incapacidade de defender esse Estreito poderá ser desastroso para a segurança nacional chinesa, pois quem controlar o Estreito de Malaca,

¹⁰⁸ No final de 2011, o Irão ameaçou bloquear o Estreito de Ormuz, caso fossem impostas mais sanções ao país por causa do seu programa nuclear. Esta não é a primeira vez que os iranianos ameaçam fechar esta rota no contexto do programa nuclear, já que Teerão tentou fechar parcialmente o estreito para retaliar contra o Iraque e seus apoiantes na guerra Irão-Iraque, em 1987-88.

¹⁰⁹ Os Emirados Árabes Unidos estão a construir o oleoduto de Abu Dhabi para transportar petróleo para os portos da costa leste do país, sem ter a necessidade de passar pelo Estreito de Ormuz. Este oleoduto projectado para entrar em funcionamento até Junho de 2012, com 370 km, desde Habshan em Abu Dhabi - o ponto de recolha para a produção *onshore* de petróleo bruto de Abu Dhabi - a um terminal de petróleo *offshore* nos Emirado de Fujairah, terá uma capacidade de cerca de 1,5 milhões de b/d (Hamdan, 2012)

também controla a segurança do abastecimento de petróleo à China. Com uma óptica contrária, vários autores chineses defendem a impossibilidade da ocorrência de um embargo no Estreito de Malaca. Xue Li por exemplo, considera que o “Dilema do Estreito Malaca” é uma ilusão, defendendo que é muito improvável a ocorrência de um congestionamento neste Estreito, que as ameaças não tradicionais contra navios mercantes chineses podem ser geridas e que o Estreito poderia ser totalmente contornado sem grande custo. Para além de que, tentar resolver o dilema através do envio de petróleo por terra, poderá aumentar a vulnerabilidade dos fornecimentos energéticos chineses (Xue Li, 2010 citado por Duchâtel, 2011, p. 8). Zhao Hongtu (2007, p. 37), um investigador do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas, argumenta que é muito improvável que os EUA imponham um bloqueio no Estreito de Malaca porque esta acção implicaria um aumento dos preços do petróleo, o que afectariam todos os países consumidores e inclusive os EUA.

Para alguns analistas chineses (Gao Zichuan, 2006; Wu Lei, 2003; Zhang Wenmu, 2006), os EUA são a força externa mais importante que poderá ter impacto para os interesses de segurança marítima da China que incluem Taiwan, o Mar da China Oriental (*Tung Hai*), o Mar da China Meridional (*Nan Hai*) e a segurança das linhas de comunicação marítima. Consideram que a dependência crescente da China no que concerne ao petróleo importado é uma vulnerabilidade que pode ser explorada por poderes externos, como os EUA. E apontam que perante um conflito sino-americano, os Estados Unidos e os seus aliados podem interromper o fluxo de petróleo para China. Para Xu Lei (2003), professor da Escola de Relações Internacionais da Universidade Kunming, em Yunnan, a China tem de lidar com outros países importadores de petróleo, quer seja pela concorrência (e confronto), quer seja pela cooperação. Dentro desses países, os que representam a maior ameaça às importações de petróleo da China, são os que mais podem tirar proveito de sua influência política e militar nas regiões produtoras de petróleo e de assegurar o controlo do mar, para embargar o fornecimento de petróleo para a China durante uma possível disputa. Apesar desta possibilidade de embargo, a única a vez em que tal ocorreu foi na década de 50, tendo sido imposto pelo Comité Coordenador para Controlar as Exportações Multilaterais, como resultado da participação chinesa na guerra da Coreia. E a única situação que encarada como uma possível situação de ameaça ao

transporte de petróleo chinês importado ocorreu com o navio Yinhe (*galaxy*), em 1993. Esta embarcação chinesa foi sujeita a inspecção pelos EUA no Golfo Pérsico, devido às suspeitas de transportar produtos químicos para o Irão. Todavia, este incidente conclui-se sem ter havido nenhuma interrupção de petróleo importado para a China.

Reforçando a ideia da vulnerabilidade nas importações energéticas chinesas, alguns autores (Zhang Wenmu, 2004; Hongyi Harry Lai, 2007; Xuchao Yan, 2006) referem que os EUA dominam estrategicamente o Golfo Pérsico e controlam as LCM por onde é transportado o petróleo importado para a China. Defendem que Pequim depende de fontes externas longínquas para se abastecer energeticamente e que as suas importações são transportadas por longas rotas marítimas cuja segurança está dependente do poder naval dos EUA e dos seus aliados¹¹⁰. De facto, os EUA estão há décadas estabelecidos na Ásia-Pacífico e detêm estruturas de força na região, como a 7.^a Esquadra, a maior frota americana que compreende 60 a 70 navios, 300 aeronaves e cerca de 40 mil elementos da marinha e do corpo de fuzileiros navais (U.S. Navy, 2012). Os EUA também enviam navios de guerra para águas próximas da China e realizam patrulhas nas linhas de comunicação chinesas (Chung & Rosengberg, 2008, p. 53). Possuem ainda parcerias de cooperação de segurança com diferentes países que incluem, para além da base de São Diego no Oceano Índico, o apoio em bases navais estrategicamente localizadas, por exemplo, em países banhados pelo Golfo Pérsico e pelo Mar Árabe. Salientando-se os Estados-membros do bloco comercial do Conselho de Cooperação do Golfo, Bahrain, Emiratos Árabes Unidos (EAU), Kuwait, Omã e Qatar, em países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), como Singapura, e na Ásia Oriental, como na Coreia do Sul e no Japão. De acordo com Jie Zhang, investigador da Academia das Ciências Sociais Chinesa e do Instituto de Estudos Internacionais, a China não tem capacidade de projecção militar para proteger as suas linhas de comunicação e, perante um confronto regional militar “os EUA e os seus aliados ao longo do Estreito tem a capacidade e provavelmente bloqueariam o Estreito como pressão contra a China” (2005, p. 18).

¹¹⁰ O relatório anual ao Congresso dos EUA, *Military Power of the People's Republic of China 2008* (2008, p. 13), apontou que a RPC não é capaz de usar o poder militar para garantir os seus investimentos estrangeiros em energia, nem de defender as rotas marítimas críticas contra a uma interrupção.

Os EUA não são a única preocupação nas linhas de abastecimento marítimo de energia da China. A rápida modernização da marinha indiana e a sua posição estratégica no Oceano Índico é também outro factor de apreensão. De acordo com Shi Chunlin (2010, p. 2), Pequim acredita que o seu vizinho emergente está a desenvolver uma estratégia para controlar o Oceano Índico (*yinduyang kongzhi zhanlue*) e a tentar conseguir superioridade militar para dominar as entradas e os pontos principais de passagem por este Oceano: o Estreito de Malaca, o de Ormuz e o de Bal-el-Mandeb, o Canal Suez, o Cabo de Boa Esperança e o arquipélago Agalega. Apesar da cooperação entre a marinha indiana e chinesa no combate à pirataria, e de manterem exercícios conjuntos na costa Kochi, os observadores chineses preocupam-se com a capacidade da marinha indiana, a terceira maior na Ásia¹¹¹, com a sua forte presença nas linhas de comunicação marítima vitais para a segurança marítima da energia importada para a China. Essa inquietação é ilustrada num artigo do jornal naval oficial chinês *Modern Navy* (Chaoping & Guihua, 2004, p. 4), sobre a base naval das ilhas Andamão, onde se defendia que a Índia estava a dizer ao mundo que o objectivo dessa base era combater o tráfico de armas e a pirataria, proteger os direitos e interesses navais e cooperar militarmente com a ASEAN, mas que *“escondido nesta acção está a verdadeira intenção para conter as actividades da China no Oceano Índico, mas também controlar o Estreito de Malaca, e gradualmente aumentar a sua esfera de influência no Sul da Mar da China e no Oceano Pacífico (...) usando esta desculpa infundada, as ilhas Andamão tornaram-se uma base avançada para a contenção da China pela Índia”*.

A RPC também receia a posição Japonesa e o aumento das capacidades das forças de autodefesa marítimas Japonesas, a poucas milhas da costa chinesa que, apesar do título “de defesa” são, actualmente, a segunda maior marinha da Ásia e uma das maiores do mundo. Acresce que o Japão é também um dos principais aliados dos EUA e colabora estreitamente em muitas questões estratégicas com a Índia, nomeadamente em questões de

¹¹¹ De acordo com Roberto Carvalho de Medeiros (2011, p. 1), a marinha Indiana encontra-se dividida em três Comandos de Áreas - a do Leste, a do Oeste e da Sudoeste. Possui também duas Esquadras distintas, uma com sede em Mumbai e outra em Chennai. A primeira, com sede em Mumbai *“possui a responsabilidade de actuar nas áreas marítimas a oeste da Índia e nas linhas marítimas de seu interesse estratégico de e para o Mar Árábico e Golfo Pérsico. A segunda, em Chennai, preocupa-se com a área marítima do Golfo de Bengala, nas linhas marítimas do seu interesse estratégico de e para a Indonésia, além de apoiar o Comando de Área sudoeste”*.

segurança. Em 2012, a Índia e o Japão acordaram ampliar o pacto de cooperação em segurança definido em 2008, reconhecendo a importância das linhas de comunicação marítima, passaram a realizar exercícios navais conjuntos. Por último, depois de décadas sob a protecção da segurança dos EUA, Tóquio tem vindo igualmente a ampliar as alianças militares com países asiáticos, apresentando-se cada vez mais como um desafio à estratégia marítima chinesa. Entre essas alianças militares é de realçar as com os países do sudoeste asiático como Singapura, Filipinas e Vietname¹¹², países com os quais a China disputa o acesso aos recursos energéticos do Sul do Mar da China.

Como qualquer outro importador energético, a China está sujeita a diferentes ameaças tradicionais, como a pirataria, e a riscos, como acidentes no transporte e condições ambientais adversas. A pirataria no Estreito de Malaca é uma ameaça constante, embora a partir de 2005, o número de ataques tenha vindo a reduzir. Enquanto em 2000, foram relatados 75 ataques de piratas, 7 anos depois houve apenas três bem-sucedidos e quatro tentativas (Raymond, 2009, p. 32). Esta diminuição deve-se principalmente a uma série de medidas adoptadas pelos países asiáticos, nomeadamente o patrulhamento combinado ou coordenado da área. Em Julho de 2005, a Malásia, Singapura, a Indonésia e a Tailândia estabeleceram um sistema de patrulha aérea para coordenar a vigilância das águas internacionais, permitindo-lhes vigiar eventuais actividades hostis. A China, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia e os países do Sudeste Asiático assinaram também o Acordo de Cooperação Regional para o Combate à Pirataria e Roubo Armado Contra Navios na Ásia, que levou a criação do Centro de Partilha de Informação, o *ReCAAP Information Sharing Centre* (ISC) em Singapura, onde actualmente, os países membros mantêm representantes permanentes.

Para além do Estreito de Malaca, as importações chinesas também estão sujeitas a outras ameaças no Oceano Índico e no Golfo de Áden. Em Março de 2003, um navio chinês foi afundado pelos Tigres Tamil Eelam do Sri Lanka, matando 17 pessoas. A 19 de Outubro de 2009 e, pela primeira vez desde a chegada dos navios chineses à área no ano

¹¹² O Japão assinou o primeiro Memorando de Defesa no Sudeste da Ásia, com Singapura em 2009. Em Outubro de 2012, após os conflitos com a China pelas disputadas ilhas Senkaku-Diaoyu, assinou um Memorando de Entendimento com o Ministro de Defesa do Vietname e, uns meses antes, tinha iniciado uma Parceria Estratégica de Cooperação em segurança com o Presidente Benigno Aquino III das Filipinas.

anterior, um navio chinês foi capturado por piratas somalis. O Xindehai¹¹³, com 25 tripulantes chineses, transportava carvão da África do Sul para a Índia, foi sequestrado por piratas somalis até Dezembro desse ano. Perante estas ameaças e riscos muitos analistas chineses advoguem a necessidade da China desenvolver as capacidades da marinha.

Já passaram mais de dois séculos desde a criação das teorias de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e de Julian Corbett (1854-1922), sobre o “poder estratégico do mar” e o “controlo do mar”. Enquanto alguns estrategistas assumem que as teorias do poder marítimo estão desactualizadas, a partir de 2000, desenvolveu-se na China a “febre de Mahan” (Xu Duo, 2012). Analistas chineses como Jiang Shiliang defendem que *“quem controla os mares, controla o mundo (...) o comando das comunicações sobre o mar é vital para o futuro e o destino da nação (...) é extremamente perigoso para uma grande potência como a China excessivamente dependentes das importações estrangeiras, sem protecção adequada”* (Shiliang, 2002 citado por Holmes & Yoshihara, 2006). Enquanto outros como Zhang Wenmu (2006; 2003) e Ni Lexiong (2010, p. 72) alegam que sem o poder do mar, os países grandes não têm futuro e como a China está a tornar-se num país cada vez mas aberto para o mundo deverá apoiar-se no poder do mar.

De acordo com Hartnett & Vellucci (2011, p. 81), esta perspectiva insere-se numa das três escolas de pensamento¹¹⁴ sobre o papel do poder do mar (*haiquan*), desenvolvidas na China a partir de 2000. Esta escola de pensamento, que engloba *think thanks* do Ministério da Segurança do Estado Chinês, membros das universidades e da Marinha do Exército Popular de Libertação (EPL), defende que o mar é de extrema importância para o futuro da China e considera que é necessário o desenvolvimento de uma forte frota armada chinesa. Zhang Wennu (2003, p. 11), por exemplo, ao escrever sobre o “poder do mar” (*haiquan*)¹¹⁵ defende que a protecção dos interesses globais da China requer a

¹¹³ Cargueiro de 76 mil toneladas que pertence à companhia de Transporte Marítimo de Qing Dao.

¹¹⁴ As outras escolas defendem que o poder do mar deverá ter tanta importância como o poder terrestre e que o poder marítimo é menos importante que o poder terrestre.

¹¹⁵ O conceito de “Poder do mar” (*haiquan*) tem sido alvo de intensos debates na China desde meados da década de 90. Se em geral há consenso na sua importância para a China, existe, no entanto, pouco consenso relativamente à sua definição, que vai desde o controlo administrativo regional do ambiente marítimo ao conceito militar de “comando do mar” (*zhihaiquan*) (Hartnett & Vellucci, 2011, p. 81). Niu Baocheng (2000, p. 32), definiu três concepções de “Poder do mar” (*haiquan*), argumentando que tal como a sociedade se desenvolve, o significado e as implicações da *Haiquan* também vão mudando. No passado, Niu Baocheng argumenta que a China mantinha uma visão relativa de “Poder do mar” (*haiquan*), que abrangia apenas a

modernização naval e a criação de uma “blue navy” (*lanshui*). Nesta teoria chinesa *mahanista*, a marinha do ELP necessita de construir três flotilhas de águas abertas que projectem força para além do litoral do mar Oriental e sul da China, uma para patrulhar as áreas circundantes da Coreia e do Japão, outra para o Pacífico Ocidental e uma terceira para proteger o Estreito de Malaca e o Oceano Índico.

Apesar de alguns analistas sublinharem que a modernização e a ampliação das capacidades navais chinesas não resultarem da dependência externa de energia¹¹⁶, alguns estudiosos chineses (Xinhua Liu; Yi Qin, 2003; Yijian Liu, 1999; Lang Dangyang & Liu Fenliang, 2007; Wei Da, 2005; Lifan Xu, 2005; Zhang Wenmu, 2006) defendem que, para além das preocupações tradicionais e de longa data sobre Taiwan, a soberania territorial no Sul e no Mar do Leste da China e da defesa da costa da China, surge também como factor importante a defesa dos interesses marítimos e económicos da China. Estes englobam a necessidade cada vez maior de defender o transporte de mercadorias pelas linhas de comunicação marítimas, inclusive os recursos energéticos e as actividades comerciais e investimentos do país no exterior. Essas tendências são também visíveis pelas diferentes perspectivas defendidas por Jiang Zemin e Hu Jintao para acções da EPL, particularmente, para a marinha chinesa.

protecção da costa e das águas costeiras da zona contígua e da zona económica exclusiva da China. Actualmente, a China detém uma definição mais ampla que contempla a capacidade de viajar através de águas internacionais e a capacidade de desenvolver recursos no mar. Este analista argumenta ainda, que a China se deve mover em direcção ao que ele chama de “direitos e interesses militares marítimos” (*Junshi Haiquan*) referindo-se à capacidade dos navios militares se moverem livremente através dos oceanos e de protegerem as linhas de comunicação marítimas (LCM) em caso de guerra, bem como a capacidade de evitarem que o inimigo tenha uma liberdade semelhante. Lu Rude (2007, p. 4), professor da Academia chinesa Dalian Vessel, adoptou um conceito mais ocidental de “poder do mar” que engloba a actual posse e potenciais forças de controlo e de desenvolvimento do mar e a sua protecção efectiva, e a realização dos interesses marítimos da nação em acordo com a lei. Outros autores apontam que a China precisa de ter uma nova definição de poder de mar que não se baseie no conceito ocidental de Mahan. Em vez disso, a definição chinesa de poder mar devia reflectir as circunstâncias atuais da China. Por exemplo, Ye Zicheng (2005, p. 5), professor da Universidade de Pequim, argumentou que o poder marítimo chinês implica a capacidade de pesquisar, desenvolver, utilizar e controlar os mares, bem como, a influência da China sobre estas áreas.

¹¹⁶ Para Yi-chong (2006, p. 280), por exemplo, existem dois pontos que devem ser tomados em consideração. O primeiro é que a China é tão vulnerável como qualquer outro país importador de petróleo da região, em particular, o Japão e a Coreia do Sul. O segundo ponto é que o aumento da capacidade naval da China tem sido mais motivada por factores políticos e diplomáticos do que pela dependência externa das importações. Esta opinião é corroborada por Pultz (2003) que defende a mudança do foco militar da defesa “continental” para uma defesa “periférica” do ambiente costeiro e das regiões marítimas da China, como resultante do ambiente de segurança estratégico incerto dentro da Ásia e não para defesa das importações marítimas de petróleo. Por último Nan Li (2011, p. 110) aponta outros factores, tais como a liderança naval e experiência pessoal, o endosso pela liderança civil, a mudança de percepção do ambiente externo de segurança e a disponibilidade de financiamento e de tecnologias e institucionalização da pesquisa naval.

As principais missões atribuídas por Jiang Zemin eram a defesa da soberania nacional, a integridade territorial (terras, ar e águas) e a dissuasão para que Taiwan não declarasse a independência formal. Defendia abordagens deleitáveis para a marinha chinesa com base no “novo conceito de segurança” (*xin anquan guandian*), endorsado em 1997¹¹⁷. Perante esta perspectiva, assinou acordos para a resolução de algumas disputas existentes com países vizinhos, nomeadamente a Declaração do Código de Conduta do Sul do Mar da China, em 2002, e o Tratado de Amizade e de Cooperação com os Estados-Membros da ASEAN, em 2003. Em contrapartida, o Primeiro-Ministro Hu Jintao, a 24 de Dezembro de 2004, apresentou um tipo de missões externas mais amplas e novas para servir como uma “importante fonte de força” para o PCC “consolidar a sua posição dominante”; “fornecer uma garantia de segurança sólida para sustentar o importante período de oportunidade estratégica para o desenvolvimento nacional”; “fornecer um forte apoio estratégico para a salvaguarda dos interesses nacionais”; “desempenhar um papel importante na manutenção da paz mundial e promover o desenvolvimento comum” (Liberation Army Daily, 2004). A terceira missão, de acordo com Erickson & Goldstein (2009, p. 49) e atendendo a um artigo publicado posteriormente no *Liberation Army Daily*, inclui a defesa do território nacional, marítimo e aéreo, mas também a salvaguarda do espaço electromagnético, oceanos e outros aspectos da segurança nacional. Dois anos depois, a 27 de Dezembro de 2006, durante o discurso no 10.º Congresso Nacional da Marinha do Exército Popular de Libertação (*Zhōngguó Rénmín Jiěfàngjūn Hǎijūn*), Hu Jintao advogou a China como “poder marítimo” e a necessidade de construção e de modernização da marinha chinesa de modo a ser capaz de servir o país e o povo de forma mais eficaz (Xinhua, 2006c)¹¹⁸. Essa diferença de perspectivas deve-se, entre outros, ao *mainstream* vigente na altura, marcado pela securitização (Buzan, 1998), na qual as

¹¹⁷ Este novo conceito foi desenvolvido no Fórum Regional da ASEAN (sigla em inglês ARF) em Março de 1997 e, posteriormente, promovido por Jiang Zemin com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (*heping gongchu wuxiang yuanze*).

¹¹⁸ O livro Branco de Defesa de 2006 defendia que “a Marinha chinesa visa a extensão gradual da profundidade estratégica para operações defensivas offshore, e melhorar as suas capacidades em operações marítimas integradas” (Information Office of the State Council, People’s Republic of China, 2006) e o Livro Branco de Defesa de 2008 que a “Marinha tem-se esforçado gradualmente para desenvolver as suas capacidades de condução de cooperação em águas distantes” (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2009).

preocupações de segurança são expandidas para dimensões de que tradicionalmente estavam arredadas.

Essa “continuidade e mudança de factores” são acompanhadas também pela evolução da estratégia naval¹¹⁹ (*haijun zhanlue*) chinesa, que segundo Nan Li (2011, p. 109), possui três fases. A primeira, vai desde a implementação da RPC em 1949 até 1980 e é denominada pela estratégia de “defesa perto da costa” (*Jin'an Fangyu*), a segunda, depois dos anos 80, e em que a estratégia naval defendida era a “defesa activa dos mares próximos ou *near seas*” (*hai jiji Fangyu*)¹²⁰; a terceira e última, a partir de meados dos anos 2000, consiste em “operações em alto-mar” (*yuanhai zuozhan*).

Enquanto a primeira refere-se à defesa da área até às 12 milhas náuticas desde a costa chinesa e ao território terrestre até cerca de 300 km, uma região onde estão localizadas as cidades, económica e politicamente mais importantes (Li, 2011, p. 111). A defesa activa dos “*near seas*” abrange uma área maior do que a das 200 milhas náuticas¹²¹ ao largo da costa da China. Particularizando, compreende a primeira cadeia das ilhas que se estende desde as ilhas Curilas através das ilhas do Japão, do arquipélago Ryukyu, de Taiwan, das Filipinas até à ilha de Bornéu (Cf. Anexo XXIII), engloba as bordas interiores (*neiyan*) dos três mares próximos desta cadeia de ilhas, o Amarelo, do Leste e do Sul da mar da China; por último, engloba as bordas exteriores (*waiyan*) adjacentes aos mares desta cadeia de ilhas e das do Pacífico norte. A terceira estratégia de concepção naval

¹¹⁹ Estratégia naval é a arte e a ciência que se ocupam da escolha, da preparação e do emprego da componente naval, do poder militar e nacional, para contribuir, pela coacção, para a realização de objectivos marítimos e militares (IESM, 2012).

¹²⁰ Este novo conceito de defesa activa dos “*near seas*” foi proposto pela primeira vez, em Julho de 1979, na conferência do Comité Permanente do EPL, por Deng Xiaoping. Foi posteriormente clarificado pelo General Liu Huaqing, chefe da marinha do EPL, entre 1982-1987, e vice-presidente da Comissão Militar Central entre 1988-1997, como a noção de “*defender activamente e operar nos mares próximos*” (*jiji Fangyu, Jinhai zuozhan*). De acordo com Bernard Cole (2002) atribui-se geralmente a este general directamente ou indirectamente a estratégia da marinha chinesa, notavelmente, por ter ligado a expansão das operações da Marinha da defesa costeira à defesa activa no mar (*offshore active defense*). Este último conceito foi expresso pela ampliação do processo de desenvolvimento da marinha em três fases, de acordo com duas áreas estratégias marítimas de defesa: a primeira e segunda cadeia de linhas. A terceira fase incluía a construção de uma força global, construída em volta de um porta-aviões ou implementada em torno de submarinos de mísseis balísticos capazes de lançar mísseis intercontinentais e mísseis cruzado de longo alcance.

¹²¹ A defesa activa dos “*near seas*” abrange a zona económica exclusiva da RPC. De acordo com os artigos 55.º e 57.º da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM, acrónimo em inglês UNCLOS), assinada em Montego Bay, a 10 de Dezembro de 1982, e entrou em vigor em 16 de Novembro de 1994, a zona económica exclusiva “*é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente...*” e que “*... não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial*” (Souza, 1999, p. 79).

engloba uma vasta área que se estende desde o noroeste do Pacífico ao Oceano Índico. De acordo com Nan Li (2011, p. 129), podem ser entendidas na definição de “mares distantes” todas as áreas marítimas fora do *near seas*, ou seja, os mares médios e longínquos (*zhongyuanhai*), as áreas marítimas adjacentes às bordas interiores e exteriores da segunda cadeia de ilhas e os espaços marítimos para além dessa cadeia. Defende que, para abranger esta vasta área de forma eficaz, devem ser desenvolvidas capacidades substanciais para projectar poder até e para além de 1000 milhas náuticas das águas territoriais¹²².

Em termos de objectivos, a primeira estratégia centrava-se na defesa dos estreitos e nos cursos de água de importância estratégica¹²³ ou aqueles que eventualmente poderiam ser explorados pelo inimigo¹²⁴, para invadir o território chinês por mar ou conquistar alvos terrestres estrategicamente importantes. A segunda, para além da questão de segurança referida com Taiwan, tinha um espectro de defesa mais alargado, que incluía a reintegração dos territórios marítimos disputados, abrangendo as ilhas Senkaku-Diayu Tai, a protecção dos recursos marítimos da China (ou seja a protecção zona económica exclusiva chinesa), com as potenciais reservas de hidrocarbonetos no mar de leste da China, a protecção em caso de guerra das maiores linhas e comunicação marítima e a defesa e detenção de qualquer agressão vindo pelo mar. Na última estratégia marítima, as capacidades de operação da marinha estendem-se da primeira para a segunda cadeia de ilhas, a partir do norte do Japão para o Norte das Ilhas Marianas, Guam, as Carolinas e até Pacífico. Esta estratégia tem um objectivo de defesa mais ambicioso do que a anterior, pois contém uma área que abrange as linhas de comunicação do mar da China Oriental e do Leste Asiático (Cole, 2002).

Os esforços de modernização naval chineses demonstram que a marinha chinesa está a ampliar as suas capacidades de defesa, primeiro na costa para depois defender

¹²² A China definiu a extensão das suas águas territoriais numa lei aprovada pelo Congresso do PCC, a 25 de Fevereiro de 1992. O artigo 2.º desta lei define que “as águas territoriais se referem às águas insulares contíguas ao seu território Terrestre, que inclui o continente e as territórios offshore, Taiwan, várias ilhas incluindo as Diayu Dao (Senkaku), as ilhas Penghu (Pescadores), as ilhas Dongsha (Pratas), as ilhas Sisha (Paracel) Ilhas Nansha (arquipélago das Spratly), e outras ilhas que pertencem a RPC” (Lehman, Lee & Xu All, 2011).

¹²³ Incluía, no norte do território, o Estreito de Bohai, a porta de entrada marítima para as cidades chinesas de Pequim e Tianjin; na costa leste, o Estreito de Taiwan cuja defesa estava relacionada com a questão de reunificação com Taiwan e a segurança das linhas de comunicação à volta da ilha e, por fim, o Estreito de Qiangzhou, central para a segurança das ilhas Hainan e da costa sul da China.

¹²⁴ Nesta fase abarcava as forças do Kuomintang e com a separação sino-soviética, a União Soviética.

activamente os mares próximos. O objectivo do EPL é o de conseguir que a marinha chinesa consiga ter capacidade de operações em mares longínquos, ou seja uma “Blue navy”, até 2050. Para isso, está num processo de reconstrução da sua marinha, tornando-a capaz de “*proteger os interesses marítimos*” (*baohu haiyang quanyi*)” e de tornar a China numa potência marítima, tal como Hu Jintao apontou, na abertura do 18.º Congresso PCC, no dia 9 de Novembro de 2012. Dando o primeiro passo para proteger as linhas de comunicação marítimas longe da sua tradicional esfera de influência, em Dezembro de 2008, Pequim enviou o primeiro grupo de navios chineses para se juntar à frota internacional na luta contra a pirataria no Golfo de Áden. Simultaneamente, ao cooperar nas operações para conter a pirataria, a China ganhou uma oportunidade para enviar as suas forças navais para os “*mares longínquos*”, sem que tal seja percebido como uma acção hostil pela comunidade internacional. Desta forma, ao cooperar com as outras forças navais presentes nesta operação poderá obter conhecimentos, nomeadamente no que se refere ao modo de operar uma flotilha nesses mesmos “*mares longínquos*”, o que facilitará eventuais futuras operações internacionais.

2.4. A Segurança Energética na China

Na China, como em outros países, o termo segurança energética é frequentemente usado mas pouco definido ou clarificado. Quando o país passou a ser importador de petróleo em 1993, a energia passou a ser um conceito utilizado no discurso chinês. Porém, foi só a partir de 2000, que a segurança energética começou a ser um tema comum no discurso público, emergindo os seus primeiros conceitos.

Leung (2011, p. 1332) faz uma analogia entre a primeira vez que o termo de segurança energética (*Negyuan Anquan*) apareceu na base de dados *China Economic News Library* da *China Infobank* e o aumento de artigos sobre o tema a partir de 2000. Segundo Leung, enquanto a primeira referência apareceu a 27 de Março de 1994, uns meses após a China ter passado a ser importador de petróleo, só depois de 2000, quando as importações de petróleo duplicaram, é que foi publicado o primeiro artigo com o título “*Segurança Energética*”, a 29 de Fevereiro de 2000. Da mesma forma, em termos estatísticos, o termo

segurança energética tem vindo aparecer num número maior de artigos na China: de apenas 41 no período 1994-1999, passou para 1150 de 2001-2005, e para 1435 de 2006-2010¹²⁵.

A partir de meados da década 90 do século XX, desenvolveu-se na China uma visão tradicional e realista da segurança energética (Downs, 2004, p. 23). A base desta visão foi criada pelo Primeiro-Ministro Li Peng, no início de 1993, ao definir que a China deveria “*assegurar fornecimentos longos e estáveis de petróleo*” (Chang, 2001, p. 233). A segurança energética chinesa tendia a ser centrada no Estado, focada no fornecimento energético e a insegurança provinha da dependência externa, especialmente do petróleo¹²⁶. A relevância dada ao fornecimento de petróleo, como podemos apurar anteriormente, é compreendida pela contínua e gradual dependência das importações deste recurso energético desde 1993. Apesar do petróleo deter uma participação minoritária no *mix* energético chinês, a RPC não possui, em larga escala, outros combustíveis substituidores para os transportes. Sem o fornecimento de petróleo adequado, a economia chinesa entraria num impasse, pois a escassez de combustível teria implicações para todo o sistema de transportes terrestres, marítimos e aéreos chineses. Neste sentido, a segurança energética chinesa é para muitos analistas chineses, como para Feng & Zhou (2004, p. 83), “*mais precisamente a segurança do petróleo*”. Ao mesmo tempo, as tensões entre a China e os EUA por causa de Taiwan em meados da década de 90, também contribuíram para o enfoque no petróleo, sobretudo pelo receio que os EUA pudessem explorar esta vulnerabilidade energética chinesa perante um possível conflito. Nesta óptica, o objectivo da segurança energética era o de “*assegurar fornecimentos adequados e estáveis de petróleo para a China a longo prazo*” (Chang, 2001, p. 233) e as recomendações aduzidas enfatizavam a diversificação das fontes de fornecimento e o desenvolvimento de novas infra-estruturas de transporte para diminuir o risco de possíveis embargos e de outros riscos e ameaças.

¹²⁵ O acesso a matérias-primas raras e a outros recursos necessários ao desenvolvimento económico como preocupação de segurança nacional, só foi identificado, pela primeira vez, no Livro Branco de Defesa Nacional da China, emitido a 29 de Dezembro de 2006

¹²⁶ Por exemplo, num estudo apoiado pelo governo chinês, Feng & Zhou (2004, p. 83) defendem que “*a segurança energética é mais precisamente a segurança do petróleo*”.

Alguns analistas da segurança energética chinesa (Constantin, 2005; Feng & Zhou, 2004; Yang, 2012) defendem que esta visão tradicional e realista foi fortemente influenciada pelo pensamento ocidental sobre segurança energética. Segundo estes autores, os analistas chineses e os decisores políticos têm observado a experiência ocidental de insegurança energética para aprenderem as diversas estratégias que podem abrandar a dependência externa de energia da China. Esta influência conduziu a que muito analistas chineses (Qin Yi; Xinhua Liu, 2002; Zhang Wenmu, 2003; Xinhua Liu; Yi Qin, 2003; Zha Daojiong, 2005; Qingyou Guan & He Fan, 2007) utilizassem conceitos de segurança energética desenvolvidos no ocidente e advogassem recomendações semelhantes às dos países ocidentais para a segurança energética chinesa. Um bom exemplo desta afirmação é a definição dada à segurança energética por Daniel Yergin, e que consiste em “*assegurar o fornecimento regular e adequado de energia, a preços razoáveis, de forma a que não comprometa os principais valores e objectivos nacionais*” (1988, p. 111) e que, durante anos, foi visível nas análises da segurança energética na China. A segurança energética chinesa era apresentada como a “*aquisição do fornecimento suficiente de energia para proteger os objectivos centrais da liderança chinesa a preços não muito elevados, nem tão baixos que pudessem reduzir esses mesmos objectivos*” (Downs, 2006, p. 13). As únicas variações resultavam no destaque que os analistas chineses concediam às três componentes: o fornecimento adequado, os preços razoáveis e a segurança do transporte das importações.

De acordo com Erica Downs (2006, pp. 13-14), na primeira componente, o fornecimento adequado, os analistas chineses consideravam que a China deveria aceder a energia suficiente para proteger e legitimar os objectivos centrais da liderança chinesa, que contemplavam o contínuo crescimento económico, impedir a independência de Taiwan, a sobrevivência do partido comunista e a contínua emergência da China como actor global. Na segunda componente, a segurança energética era mantida se os preços não fossem muito altos nem muito baixos, permitindo que não fossem colocados em perigo os objectivos centrais da liderança chinesa. Ou seja, os preços do petróleo não podiam ser muito altos de forma a manter a estabilidade social, tendo em conta que certos grupos da sociedade, como os agricultores, pescadores e taxistas dependem do petróleo. Nem podiam ser muito baixos, obrigando por exemplo, as refinarias a cortar o ritmo e a criar

interrupções na produção de petróleo e no mercado doméstico. Na última componente, o transporte seguro das importações de energia, assentava na importância da segurança marítima das importações. Essa importância, como asseveramos anteriormente, prende-se no facto da China ainda não possuir uma força naval capaz de proteger as LCM por onde são transportados os recursos energéticos e também depender da frota de internacional de petroleiros para o transporte dessas mesmas importações. Entre os vários riscos e ameaças que podem afectar estas importações, e uma questão central na análise feita por muitos analistas chineses está o “Dilema de Malaca” (*Maliujia Kunju*) e a possibilidade de alguns “grandes poderes” conseguirem embargar o fornecimento de petróleo à China.

Ao analisar a insegurança energética chinesa, mais precisamente a do petróleo, Bo Kong (2005, pp. 12-20) também alude para a visão prevalecente e tradicional de segurança energética na China, destacando que os líderes chineses se preocupam com a *disponibilidade*, a *confiança* e a *acessibilidade* do petróleo importado. Estas três componentes, de acordo com este especialista em segurança energética chinesa, estão interrelacionadas e constituem o “*triângulo da insegurança chinesa no petróleo*”.

A primeira componente, a *disponibilidade* refere-se à existência limitada de petróleo na China e à desigual distribuição das reservas de petróleo no estrangeiro, o que compele Pequim a depender apenas de um punhado de fornecedores estrangeiros. Sabendo que a dependência exterior de petróleo continuará a aumentar nas próximas décadas, a questão colocada é saber se existe suficiente petróleo para sustentar as necessidades futuras de consumo na China. Como salienta Downs (2006, p. 15), os medos que prevaleciam na década de 1990 sobre se Pequim tinha dinheiro suficiente para comprar todo o petróleo que precisava deu lugar a preocupações sobre se haverá petróleo suficiente disponível para a China comprar.

A componente da *confiança* nas importações de petróleo resulta do facto de a RPC estar dependente de importações de petróleo de países localizados em áreas instáveis e volúveis e do transporte dessas importações poder ser afectado por diversos riscos e ameaças. Embora a China mantenha boas relações com os principais exportadores mundiais de petróleo, os seus maiores fornecedores estão localizados no Médio Oriente e em África, em regiões sujeitas a conflitos e a guerras que levantam a questão sobre a estabilidade da oferta do petróleo. Outra preocupação para a confiança das importações

reside na rota de transporte e a forma como é transportado o petróleo: 93% das importações de petróleo da China são transportadas por mar, das quais 90% por petroleiros internacionais e 80% atravessavam o Estreito de Malaca (Kong, 2005, p. 25).

A última componente da insegurança do petróleo é a *acessibilidade* das importações deste recurso energético. Bo Kong (2005, pp. 19-20) refere que esta acessibilidade deriva da possibilidade da cotação do preço de petróleo num intervalo de tempo ser ou não compatível com o poder de compra da China e impor ou não um enorme custo para o seu desenvolvimento económico. Devido ao aumento gradual da necessidade de importações, as flutuações dos preços do petróleo são uma questão importante para o desenvolvimento económico de Pequim e para a estabilidade interna do país. Fazendo um paralelismo com a alta inflação sentida durante 1989, que induziu os alunos chineses a protestar na rua, ameaçando a estabilidade política, este autor defende que a acessibilidade do petróleo pode desafiar a segurança, na medida em que pode afectar o rápido crescimento que sustenta o país, vital para a estabilidade da China, em termos sociais, políticos e económicos (Kong, 2005, p. 21). Acresce que, tanto a disponibilidade e a confiança do fornecimento e dos transportes afectam a terceira componente, a *acessibilidade*, visto que qualquer factor que provoque incerteza ou disrupção de fornecimento, como guerras, conflitos civis, ataques terroristas, desastres naturais, poderá ter repercussões na acessibilidade do fornecimento do petróleo, no aumento dos preços, e que por sua vez, poderá ter impacto na economia e na segurança nacional chinesa.

Apesar da dependência externa de energia se manter prevalecente nos últimos anos, foram desenvolvidas perspectivas alternativas a esta análise tradicional da segurança energética na RPC (Downs, 2006; Kennedy, 2010; Yang, 2012). Tanto os líderes chineses, como os analistas de segurança energética começaram a expor outras abordagens para a segurança energética já não centradas unicamente na procura activa de recursos no exterior e no petróleo, mas na defesa do desenvolvimento dos recursos energéticos endógenos, na conservação energética e na protecção ambiental. Paralelamente, alguns analistas chineses passaram a apresentar uma visão mais crítica sobre as políticas mercantilistas chinesas para a segurança energética, defendendo que a China deveria preocupar-se menos com a dependência externa e mais com a reforma do sector energético doméstico.

Chen Xinhua (2003) foi o pioneiro desta visão ao apontar no início da década de 2000, que a segurança energética chinesa não incluía apenas o fornecimento de petróleo, e que os esforços de segurança energética chinesa deveriam dar importância aos factores internos. Xu Yi-Chong (2006, p. 266) chamou a atenção para os desafios e para as implicações que a China poderia enfrentar, salientando que a estabilidade económica e política poderá estar ameaçada por escassez de energia, se não forem tomadas medidas para melhorar a eficiência da indústria energética, que se traduzem na redução do consumo da energia e o aumento da conservação da mesma.

Nos últimos anos, alguns analistas chineses tendem a defender a necessidade de reconceptualização do conceito de segurança energética chinesa não com base nos conceitos ocidentais mas assente nas características chinesas. Gao Yang (2012) no congresso *5th Oceanic Conference on International Studies* que decorreu em Sydney, apresentou esta visão, defendendo que o conceito de segurança energética chinesa devia ter “características chinesas”, através da dimensão ambiental da segurança energética, e espelhar as vulnerabilidades actuais energéticas da China.

Xinlei Li (2012), na *Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change-Evidence for Sustainable Development*, que decorreu em Berlim, sustentou a necessidade de reconceptualização do conceito de segurança energética chinesa e a criação de um conceito com “características chinesas”. Este analista de segurança energética defende, na sua análise, que a reconceptualização da segurança energética na China tem uma trajectória única, tendo passado por três fases, em que a terceira, por sua vez, pode ser dividida em dois períodos. A primeira fase, que vai desde 1949 a 1993 e a caracterizava-se pela defesa da auto-suficiência energética com base nos recursos endógenos do país. Na segunda fase, entre 1993 a 2003, a auto-suficiência foi substituída pela procura externa suficiente, contínua e a um preço razoável de energia, sobretudo de petróleo. Corresponde à fase que engloba o lançamento pelo governo chinês da estratégia *going out*. Na terceira fase, entre 2003 e 2010, é aplicado um conceito de segurança energética compreensivo e abrangente, assente na procura externa e na aplicação de medidas internas. A nível externo com o foco na cooperação internacional e a nível interno, na tentativa de quebrar o padrão de consumo assente nas energias fósseis, na procura da diversificação energética (para aumentar a participação das energias renováveis

na estrutura energética) e na conservação energética (garantir a quantidade de fornecimento é apenas uma dimensão para garantir a segurança de energia, a outra dimensão é a de melhorar a qualidade de consumo de energia através da melhoria da exploração energética/da utilização da eficiência energética e reduzir a combustível poluição fóssil do meio ambiente). O segundo período da terceira fase começou em 2010, e é caracterizado pela transição da “diminuição do consumo energético” para a defesa da “redução da produção de carbono”, permitindo-lhe atingir a demanda internacional de redução das suas emissões de carbono e, também, manter a sua prioridade no desenvolvimento. Xinlei Li (2012, p. 9) defende que *“na perspectiva do desenvolvimento sustentável, os combustíveis fósseis são os principais factores das emissões globais de gases de efeito estufa. E que reduzir a dependência de combustíveis fósseis, não é apenas uma necessidade de segurança de abastecimento de energia, mas também um factor chave para a aceitação social e ambiental”*.

De facto, a redução das emissões de carbono é um objectivo actual da segurança energética chinesa. Na conferência de Copenhaga, em 2009, Pequim assumiu, pela primeira vez, o compromisso voluntário de redução de 40% a 45% das emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB, até 2020, com base nos níveis de 2005. Na 13.^a Reunião da 11.^a Comissão Permanente do Congresso Nacional do Povo (*Quánguó Rénmín Dàibǎo Dàhuì*), a CRDN emitiu um relatório oficial para envolver as emissões por unidade de PIB de dióxido de carbono como indicador obrigatório para o 12.^o Plano Quinquenal. Nesse mesmo 12.^o Plano Quinquenal, menciona que a China vai se esforçar para estabelecer um sistema de indústria competitiva de energia renovável para reduzir em 16% o consumo de energia e em 17% as emissões de carbono por unidade do PIB, o que significa uma média anual de cerca de 3,5%, durante o período 2011-2015. Até 2020, a China visa cortar sua produção de carbono em 40 a 45% em relação ao nível de 2005, uma meta que está a estimular um grande aumento na demanda de investimentos em eficiência energética e nas energias renováveis (Wan & David, 2013).

Para Zhao Daojiang (2006, p. 187), director do *Center for International Energy Security*, o maior desafio para a segurança energética de Pequim e mais importante do que assegurar o fornecimento externo, consiste em administrar a procura doméstica de forma eficiente. Este desafio é atribuído à grande dificuldade que a China enfrenta em encontrar

um mecanismo apropriado para governar a indústria energética, devido à constante reformulação do Ministério da Energia desde a Fundação da República Popular da China. Desde 1949 e até 2010, foram criadas e dissolvidas várias agências nacionais, não tendo sido criado nenhum organismo único adequado para administrar a indústria energética chinesa. As próprias mudanças contínuas institucionais sugerem que falta à China um mecanismo nacional forte para supervisionar o sector energético.

A generalidade dos sinólogos (Downs, 2000, 2004, 2006, 2008; Kong, 2005, Daojiang, 2006; Yi-chong, 2006; Chirstie *et al.*, 2009) que estudam a segurança energética chinesa consideram que a inexistência de um órgão governamental centralizador e abrangente é um dos principais problemas da administração e da coordenação do sector energético na RPC. A ausência deste órgão central é apresentada como um obstáculo institucional na resolução dos problemas da procura e do fornecimento de energia e problemas ambientais na China. Por não haver um órgão central, nomeadamente um Ministério da Energia, mas uma série de agências governamentais envolvidas na administração do sector energético, a intervenção estatal tem sido marcada por um percurso incoerente e desorganizado, revelando as dificuldades que a elite chinesa tem encontrado para a coordenação deste sector (Zhao Daojiang, 2006, p. 186).

Bo Kong (2006, p. 64) defende que, para além da insegurança provocada pelo aumento da dependência do petróleo, a insegurança institucional representa uma faceta da insegurança energética chinesa, e decorre da complexa estrutura montada após a criação da RPC, que seguiu o modelo da estrutura económica a antiga União Soviética e do próprio ambiente que caracterizava o país da altura. O resultado foi a criação de um conjunto de instituições verticais e horizontais. As primeiras, as verticais (*tiaotiao*) incluem a Comissão do Planeamento do Estado e a Comissão Económica e Comercial do Estado que integravam políticas energéticas com outras medidas económicas. Nesta categoria, também estavam Ministros com funções em áreas específicas da indústria energética, como o Ministro do Carvão, do Petróleo e da Indústria Nuclear, que possuíam por sua vez uma série de departamentos centrais e locais. As segundas, as horizontais (*Kuaikua*) incluíam outros Ministros, como o Ministro das Finanças e o Ministro dos Caminhos-de-Ferro, que também detinham a responsabilidade sobre algumas políticas centrais e locais no sector energético do país. A Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional era a única

instituição governamental cuja função se estendia a quase todo o sector energético, embora partilhasse o poder administrativo e decisivo em questões sobre a energia com outros organismos, como o Ministério dos Recursos da Terra, a Administração Estatal de Protecção Ambiental e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Embora Pequim tenha vindo a reformular e a criar instituições para o sector energético chinês, só em 2010 formou um órgão administrativo mais abrangente para controlar e administrar de forma global e centralizada este sector, e para a implementação e supervisão de estratégias energéticas inseridas no plano estratégico nacional. Desde a criação da RPC em 1949, a indústria energética chinesa experimentou uma série de reestruturações, que se traduziram em medidas conflituosas e mesmo opostas, que reflectiam a grande desregulamentação que existia no sector energético do país. Desde a década de 50, foram criados continuamente e, posteriormente abolidos ministérios com domínio no sector energético. A 23 de Abril de 1950, o governo chinês criou a Direcção Geral de Administração do Petróleo, dentro do Ministério da Indústria e dos Combustíveis, para supervisionar a produção e a construção na indústria de petróleo do país. Cinco anos depois, o Ministério dos Combustíveis foi abolido e foram criados três Ministérios, um para o Carvão, outro para a Electricidade e um especificamente para o Petróleo. A 22 de Junho de 1970, foi criado o Ministério de Indústria Química e Combustíveis, que passou a combinar as funções desses três Ministérios, mas foi também dissolvido cinco anos depois (Advameg, Inc., 2011). Em 1988, através da fusão de quatro Ministérios (o da Indústria do Carvão, o da Hidroelectricidade, o do Petróleo e o da Energia Nuclear) foi criado o Ministério da Energia, presidido por Hu Yicheng acompanhado de Shi Dazhen, Hu Fuguo e Lu Youmei como Vice-Ministros. Contudo, com a reestruturação do Conselho de Estado, em 1993, este Ministério veio também a ser abolido e no seu lugar foi criado o Ministério do Poder Industrial (CNPC, 2011d).

De Abril de 1993 a Março de 2003, o sector energético foi administrado de forma tripartida por diferentes ministérios centrais, pelas empresas estatais e pelas agências do governo local. A nível central, o poder regulatório sobre a energia estava difundido por um conjunto de órgãos, entre os quais, a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Terra e dos Recursos, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comité Económico do Estado, a Comissão do Comércio, a

Autoridade de Energia Atómica da China, a Comissão Reguladora da Electricidade e a Administração da Protecção Ambiental. A nível intermédio, encontravam-se as companhias estatais do mercado energético, como a China National Petroleum Corporation, a China Petrochemical Corporation, a China National Offshore Oil Corporation e a Sinochem Corporation. De nível ministerial, em termos de estatuto e com poderes na decisão nas políticas energéticas, estas companhias por serem monopólios do Estado, ministravam as suas subsidiárias verticalmente em todo o país. Por último, estava o poder local, constituído pelas agências governamentais locais, as filiais dessas agências governamentais centrais de energia e os departamentos locais de companhias estatais de energia. Como consequência deste sistema energético tripartido, todo o poder (regulamentar e de fiscalização) e a tomada de decisão, era compartilhado e dividido e, mais importante, não havia uma definição clara de funções entre as diferentes entidades envolvidas. O processo de tomada de decisão da política energética envolvia divergências entre os diferentes ministérios ou órgãos reguladores nacionais e locais, que reflectiam a dificuldade em coordenar e executar uma política energética nacional coerente e unificada.

Em Abril de 2003, o governo Chinês criou o Departamento da Energia, como uma autoridade central integrada, responsável pelo desenvolvimento de estratégias para a energia a longo prazo. Contudo, dois anos depois, este organismo foi substituído pelo Gabinete Estatal de Energia. Nesse mesmo ano, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao criou o Grupo Líder em Energia, composto por treze membros da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional. Este órgão actuava como um Comité de direcção do sector energético e fazia recomendações ao Conselho de Estado. A sua criação, segundo Downs, representou o descontentamento pelo aparato da administração das políticas energéticas (2006, p. 6).

Em Março de 2008, o Conselho de Estado reestruturou os seus planos na energia e aprovou a formação de duas novas instituições: a Comissão de Energia Nacional e a Administração Nacional de Energia. A primeira, veio substituir o Grupo Líder de Energia e funcionava como um gabinete regulador do sector da energia que consolidava as responsabilidades existentes em diferentes órgãos ministeriais supervisionando o sector e que reportava directamente ao Primeiro-Ministro. A segunda, a Administração Nacional de Energia, foi um organismo nacional supervisionado pela Comissão para a Reforma do

Desenvolvimento Nacional e dirigido pelo deputado Zhang Guobao Vice-Presidente desta comissão. No entanto, e de acordo com Zhiyue (2010, p. 9), por ser um órgão de baixo *ranking* burocrático, não foi capaz de coordenar a política energética chinesa, que envolvia uma série de poderosos Ministérios, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Comércio e algumas grandes corporações como a CNPC e a CNOOC.

Perante a inefectiva coordenação administrativa no sector energético pela Administração Nacional de Energia, no início de 2010, a liderança chinesa decidiu estabelecer um “superministério” com o posto de Primeiro-Ministro, centralizando o poder de formulação de políticas sobre energia e questões ambientais num só organismo. Desta forma, a 27 de Janeiro de 2010, Pequim anunciou a criação de uma nova instituição sob o Conselho de Estado, a Comissão Nacional para a Energia (CNE), presidida pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao, tendo por Vice-Presidente o Vice-Primeiro Ministro Li Keqiang, para além dos 21 membros líderes de ministérios e comissões, tais como os Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Segurança do Estado, das Finanças, da Protecção Ambiental, do Comércio, da Terra e Recursos e dos Recursos Hídricos. Assim como, altas patentes-militares, como o Vice-Chefe do Estado-Maior General do Exército Popular de Libertação Zhang Qincheng (Xinhua, 2010b).

A composição desta “super equipa” na Comissão Nacional de Energia patenteia a determinação da liderança chinesa em organizar o sector energético e coordenar os objectivos entre diferentes autoridades, assim como revela que a segurança energética é uma importante prioridade na segurança nacional. A criação deste “superministério” que visa a melhoria e o desenvolvimento do planeamento da estratégia no sector energético, reflecte as preocupações dos líderes chineses pela segurança energética e pela protecção ambiental chinesa (Cf. Anexo XXIV).

De acordo Cristian Constantin (2005, p. 9) a ruptura com a visão tradicional de segurança energética e a emergência de uma visão doméstica do desafio da segurança energética devem-se à própria mudança da liderança política, com a passagem da chamada terceira geração para a quarta geração de líderes. Com efeito, se considerarmos que estas gerações foram marcadas por contextos históricos internos e externos diferentes, poderemos entender não só os conceitos que adoptaram mas, também, a evolução das políticas energéticas na China.

A primeira geração de líderes (*di yi dai*) foi liderada por Mao Zedong, uma das figuras históricas mais emblemáticas da China. Mao foi um dos fundadores do Partido Comunista Chinês (*zhongguo Gongchandang*). Consolidou o seu domínio sobre o partido após a Longa Marcha, a Guerra Sino-Japonesa e a guerra civil, assumindo o cargo de Presidente do PCC, em 1945. Após o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, foi responsável por muitas iniciativas políticas, das quais é de realçar no sector energético, a defesa da auto-suficiência energética (*Zili Gengsheng*), defendida desde o início dos anos de 60 do século XX, após a separação sino-soviética. Como anteriormente aludimos, a separação sino-soviética privou a RPC do apoio dos especialistas soviéticos no desenvolvimento do sector energético chinês e dos aprovisionamentos de petróleo provenientes da União Soviética. As dificuldades sentidas pela falta de apoio e de fornecimentos, acompanhadas pelo embargo dos países ocidentais dirigido pelos Estados Unidos, vieram revelar aos líderes chineses as consequências negativas da política de desenvolvimento económico “*Aprender de um Lado*” (*pianxie*). Desta forma, a auto-suficiência energética foi o objectivo definido para o país e alcançado após a descoberta de grandes campos de petróleo, como o *Daqing* na província de Helongjiang, na década de 60 e o aumento da produção de carvão no território.

Zhou Enlai, no discurso perante o segundo Congresso Nacional da China, no final de 1963, referiu-se à auto-suficiência mencionando que “*na construção económica do nosso país, no passado, o petróleo necessário para aplicações práticas e de defesa era importado do estrangeiro, actualmente somos auto-suficientes, tanto no volume, como na variedade*” (Lim Tai Wei, 2009a, p. 188). No início da Revolução Cultural (*wenhua dageming*), a economia chinesa estava no limite do colapso. No entanto, a mudança no ambiente internacional ajudou a manter a auto-suficiência energética (Zhao & Breslin, 2010, p. 66). A reaproximação aos EUA permitiu o acesso ao mundo industrializado e à tecnologia ocidental. Para além disso, a primeira crise de petróleo, possibilitou a Pequim exportar o seu petróleo a preços elevados para o mercado exterior, sobretudo o asiático.

A segunda geração (*di er dai*) surgiu na terceira sessão do 11.º Comité Central do PCC e foi conduzida por Deng Xiaoping, de 1978 a 1992. Deng Xiaoping era o Secretário-Geral PCC. Ocupou cargos no governo entre 1950 e 1960, mas depois de ter sido afastado do poder, foi preso durante os anos da Revolução Cultural (1966-1976). Afastando-se do

culto à personalidade ditatorial que prevaleceu com Mao Zedong, Deng Xiaoping criou as bases para o sistema oligárquico que governa a China de hoje. Construiu e consolidou o seu poder político sobre o princípio da racionalidade económica, exemplificado pelas “quatro modernizações” articuladas por Zhou Enlai, em 1975, e que implicou o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da defesa, da ciência e da tecnologia. A reforma económica e a política de “*Portas Abertas*” (*Gaige kaifang*), lançados na década de 1980, conduziram ao desenvolvimento económico do país, tendo provocado uma acelerada urbanização e mudanças nos padrões do consumo de energia. Ainda assim, a liderança chinesa continuou a manter a doutrina da auto-suficiência. Perante a sexta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Deng Xiaoping salientou que “*auto-suficiência significa que o país deve depender na força e conhecimento do seu povo, controlar os seus recursos, esforçar-se para aumentar a produção e desenvolver a economia nacional de forma planeada*” (Lee, 1995, p. 188).

A terceira geração de líderes (*di san dai*) conduzida por Jiang Zemin, vai de 1993 a 2002. Sob sua influência, surge o “*Xangai Clique*” (*Xangai Bang*), formado por quadros de oficiais intimamente ligados à administração de Jiang Zemin no município de Xangai, que incluem o ex-Primeiro Ministro Zhu Rongji, o ex-Vice-Presidente da RPC Zeng Qinghong, o ex-Vice-Primeiro Ministro Huang Ju e o Presidente do Congresso Nacional do Povo Wu Bangguo. Esta geração vai ser marcada pelo fim da auto-suficiência energética em termos de petróleo e pela passagem de país de exportador a país importador. É com a mesma que nasce a visão da segurança energética tradicional e realista chinesa (Dotson, 2012, p. 22), assente na procura de aprovisionamento seguros e estáveis de petróleo e no apoio pelo governo à expansão internacional das *guaban* chinesas.

Desde meados da década de 90, que Jiang Zemin repetiu em várias ocasiões a necessidade de implementar uma estratégia de investimento no exterior. Em 24 de Dezembro de 1997, na reunião com representantes da Conferência Nacional de Investimentos Estrangeiros referiu-se ao *Going Out* como uma estratégia importante para o desenvolvimento da RPC, defendendo que para além de atrair empresas estrangeiras para investir (*yinjinlai*) e instalar fábricas no país, se deveria orientar e organizar as empresas chinesas para irem para o estrangeiro (*zouchuqu*), para investirem e estabelecerem fábricas, usarem os mercados e os recursos abundantes dos países de África, da América Latina, do

Médio Oriente e da Ásia Central. Em Janeiro de 2000, num discurso no Politburo, voltou a defender a implementação da estratégia *Going Out* com o objectivo de explorar activamente o mercado internacional e usar os recursos externos, para facilitar ou aumentar do desenvolvimento económico e do poder da RPC. O reforço da cooperação com os países e as companhias no estrangeiro, além de permitir compensar a escassez de recursos internos e os mercados da China, também poderia possibilitar a introdução de tecnologias actualizadas para o desenvolvimento das indústrias chinesas (Chen, 2008).

A quarta geração (*di si dai*) encabeçada por Hu Jintao (2002-2012) engloba uma geração que cresceu na década de 1960, durante os períodos conturbados da separação Sino-soviética e da Revolução Cultural. Alguns analistas (Fewsmith, 2002; Lanteigne, 2009; Dotson, 2012) sugerem que esta geração tem um grande respeito por manter a estabilidade internacional e, a nível interno, mantêm uma mente aberta, ao mesmo tempo que são solidários com as reformas de mercado e prudentes, em parte por causa da sua sofrida experiência nesse período. Quando assumiram o poder, a China já era uma das seis maiores economias do mundo mas, no plano doméstico, sofria de profundas desigualdades económicas e enfrentava grandes desafios que poderiam atenuar ou interromper o seu desenvolvimento económico. Um destes era o aumento do consumo de energia, sobretudo de petróleo, marcado pela passagem da China a segundo maior importador de petróleo, em 2003. Por outro lado, ao contrário da geração anterior, os preços do petróleo vinham a aumentar seguindo a mesma trajectória do aumento da insegurança da fornecimento de energia do seu principal fornecedor – o Médio Oriente. A dependência energética era para a quarta geração de líderes um importante desafio que podia afectar o crescimento económico, a estabilidade social e a segurança nacional. Desta forma, era necessário que a China conseguisse obter “*fornecimentos regulares e adequados de energia, a preços razoáveis, de forma que não comprometesse os principais valores e os objectivos nacionais*” (Yergin, 1988, p. 111).

Para ampliar as relações com todos os países que podiam contribuir para a segurança de fornecimento, de transporte ou cujos interesses energéticos poderiam colidir com os de Pequim, Hu Jintao além de continuar com as componentes-chave da política externa chinesa principiadas por Jiang Zemin, centradas no estabelecimento de um ambiente estável regional através da “diplomacia de vizinhança” (*zhoubian waijiao*) e o

desenvolvimento de relações com as grandes potências através da “Diplomacia dos Grandes Poderes” (*daguo waijiao*), desenvolveu uma terceira componente: a diplomacia energética (*nengyuan waijiao*)¹²⁷. Como iremos desenvolver no capítulo seguinte, esta diplomacia também permitirá apoiar a estratégia *Going Out* lançada por Jiang Zemin.

Perante os desafios internos da China, e adepto do desenvolvimento científico (*Kexue Fazhan Guan*), Hu Jintao lançou o lema de “sociedade harmoniosa” (*hexie shihui*), que veio a guiar as acções do governo no âmbito interno, e o lema “mundo harmonioso” (*hexie shijie*) no plano internacional. Aplicado à segurança energética, o mundo harmonioso significava que a China apelava à resolução das diferenças e dos conflitos através do diálogo e de coordenação, em vez de politizar as questões energéticas. Em 2006, ao discursar na Cimeira dos G8 em São Petersburgo, Hu Jintao propôs uma nova definição para a segurança energética, defendendo que “*para garantir a segurança energética global, precisamos de desenvolver e implementar um novo conceito de segurança energética que apela para uma cooperação mutuamente benéfica, formas diversificadas de desenvolvimento e de segurança comum da energia (...)*”. Defendeu também a cooperação *win-win* entre produtores e consumidores de energia, a fim de “*garantir a transparência, previsibilidade e a estabilidade do mercado global de energia, e obter fornecimentos de energia a longo prazo, de uma maneira confiável e amiga do ambiente, a um preço que ambos os produtores de petróleo e consumidores possam aceitar* (Ministry of Foreign Affairs of PRC, 2006). Este novo conceito de segurança energética, que integra a cooperação internacional no fornecimento de petróleo e do gás vai ser defendido no Livro Branco de Energia, em 2007, intitulado *China's Energy Conditions and Policies*, onde se afirmava a necessidade da comunidade internacional criar um “*novo conceito de segurança energética caracterizado pela cooperação mutuamente benéfica, desenvolvimento diversificado e garantia coordenada*” (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2007, p. 44). No livro Branco sobre a Política Energética chinesa, publicado em 2012, foi novamente defendido a promoção e expansão da “*cooperação mutuamente benéfica*” entre consumidores e produtores, para o

¹²⁷ A diplomacia de energia como uma terceira componente da diplomacia global da China é atribuída às autoridades de Pequim num relatório de Ta Kung Pao, em Julho de 2004.

“estabelecimento de uma nova ordem internacional de energia” (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2012).

Em Outubro de 2012, a quinta geração política (*di wu dai*) assumiu o governo da RPC, na sequência da realização do 18.º Congresso do PCC. Nascidos na década de 1950, estes líderes participaram na Revolução Cultural, como os “jovens instruídos” (*Zhishi Qingnian*) que foram “enviados para o campo” (*shangshan Xiaxiang*) para aprenderem sobre a vida simples e dura e o trabalho físico dos proletários. Muitos também passaram por tragédias pessoais que ocorreram nas suas famílias, como por exemplo, Xi Jinping, o novo Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China (*Zhōngguó Gòngchǎndǎng Zhōngyāng Wěiyuánhui*) e o mais importante membro do Comité Permanente do Politburo. Quando entrou para o PCC em 1974, o seu pai, Xi Zhongxun era ainda prisioneiro político. Não obstante, puderam continuar os seus estudos depois da Revolução Cultural e, ao contrário da maioria dos líderes da quarta geração que estudaram engenharia na década de 50 e 60, num esforço para imitar o desenvolvimento industrial Soviético, esta geração estudou economia e outras ciências sociais. Dotson (2012, p. 3) refere que são *“mais educados que os antecessores, ganharam experiência na administração do governo das províncias e, sem dúvida, têm visões mais tecnocratas e menos ideológicas”*. Perante esta alteração de geração de líderes consideramos que, será importante analisar em outros trabalhos ou projectos de investigação futuros quais as implicações desta mudança para a segurança energética Chinesa e de que forma esta geração irá moldar a política energética chinesa. Em particular será importante qual o caminho escolhido para a segurança energética da China, se existe uma continuação do escolhido pela geração anterior, quais os futuros desafios que podem ter influência na política energética chinesa.

Em suma, a perspectiva de segurança energética que se manteve prevalente na China era realista e tradicional, baseada nas vulnerabilidades da dependência externa chinesa, sobretudo a importação de petróleo. O problema residia no aumento da dependência das importações de energia e as ameaças à segurança energética da China assentavam na disrupção do fornecimento e a volatilidade do mercado. Em termos de recomendações, os académicos chineses e os decisores políticos tendiam a enfatizar a diversificação das fontes de abastecimento para reduzir o risco da China ser sujeita a um

embargo, defendiam a construção de projectos de gasodutos, investimentos no exterior e a utilização da diplomacia como aspectos chave para a política da segurança energética chinesa. Como iremos examinar no capítulo III, muitas das medidas externas de Pequim para a segurança energética reflectem, nas últimas décadas, esta visão tradicional e realista. No entanto, a partir da quarta geração de líderes foi apresentada uma outra perspectiva alternativa de segurança energética já centrada não unicamente no fornecimento energético e na dependência externa, especialmente do petróleo, mas também no desenvolvimento dos recursos energéticos internos, no controle e conservação da energia e na protecção ambiental. A emergência desta orientação doméstica para a segurança energética de Pequim não é difícil de entender quando se analisa os problemas ambientais domésticos. A insegurança ambiental, um dos aspectos da insegurança energética chinesa, é provocada pela dependência do carvão no *mix* energético chinês. A China consome tanto carvão que, no período entre 2006 e 2007, superou os Estados Unidos como maior emissor do mundo de dióxido de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis. A expansão massiva do sistema energético, apoiado na grande dependência do carvão, questiona o impacto que o desenvolvimento económico está a ter no meio ambiente e na população chinesa¹²⁸. Esta visão de segurança energética também tem implicações para a relação da China com o exterior, em particular para aumento da cooperação com os países consumidores de forma a partilharem a investigação e produção de energia mais limpas e menos poluentes. A necessidade de ser líder em energias renováveis tem, como iremos ver nos capítulos seguintes, implicações para as estratégias das companhias energéticas chinesas que tentam através de parcerias obter *know-how* e tecnologia de ponta neste sector, sobretudo em países desenvolvidos.

Esta visão doméstica de segurança energética também é visível na evolução das prioridades para segurança energética na China. Até ao final de 1990, Pequim não considerava a segurança energética como uma prioridade no seu plano estratégico nacional, porque tinha sido auto-suficiente em termos de energia desde 1963 até àquele período. No entanto, no século XXI, o planeamento de segurança de energia da China

¹²⁸ De acordo com estimativas chinesas, se a poluição não diminuir, afectará, em 2020, 490 milhões de pessoas, ou seja um terço da população chinesa, e levará à morte de cerca 550 mil pessoas, custando à economia cerca de 5 mil milhões de dólares (Xinhua, 2005, citado por Konh, 2005, p. 6).

mudou significativamente, passando a reflectir a sua vulnerabilidade nos preços dinâmicos e às imprevisíveis do mercado energético. Para aumentar a segurança energética do país, o governo chinês tem desenvolvido medidas múltiplas e prolongadas. Embora algumas dessas medidas fossem tomadas separadamente para resolver determinada “dimensão da insegurança energética” do país, em geral, a China têm implementado e desenvolvido estratégias nacionais de médio e longo prazo.

Na primeira reunião da Comissão Nacional de Energia, em Abril de 2010, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao estabeleceu as directrizes para o que denominou “Estratégia para uma nova energia”, em que as *“prioridades assentavam na conservação de energia, aumento da exploração de energia doméstica combinada com o uso de múltiplas fontes de energia, desenvolvimento e a atenção à protecção do ambiente”* (China5e.com, 23 de Abril de 2010). Esta prioridade já tinha sido apresentada no 11.º plano Quinquenal para 2006-2010, em que, pela primeira vez nos planos quinquenais, foi defendida a ideia de que o fornecimento de energia doméstica devia ser garantido pela promoção da conservação de energia através da eficiência económica, e da preservação ambiental. Para obter a eficiência económica, o sector de energia deveria transformar-se a através da mudança de uma economia planificada para uma economia orientada para o mercado e, assim, melhorar a eficiência energética, com uma redução de 20% da intensidade energética com base no nível de 2005, meta obrigatória estabelecida para todas as províncias e indústrias relacionadas com a energia. Além disso, embora não mencionado especificamente no 11.º plano quinquenal, a cooperação internacional no campo da energia a nível bilateral e multilateral é vista pelo governo da China como um canal alternativo para melhorar a eficiência energética. No 12.º Plano Quinquenal, aprovado Março de 2011 para vigorar até 2015, a conservação, o desenvolvimento dos recursos internos, a protecção ambiental, a promoção e inovação científica e tecnológica, a ampliação da cooperação internacional no sector energético, são também prioridades nos conteúdos básicos da política energética da China.

Wenran Jiang & Liu Zining (2011, p. 9) apontam quatro grandes iniciativas neste novo plano Quinquenal. A primeira, a reorganização da indústria energética, que passa a não depender só do montante das extracções *upstream* mas também das inovações tecnológicas. Em vez de ser centrada na procura, a China irá enfatizar ajustes a nível macro

entre a oferta e a procura. Em vez da prática anterior, que consistia em “explorar primeiro, pensar na limpeza depois”, a nova abordagem será coordenar a exploração da energia com a protecção do ambiente. A segunda diz respeito ao desenvolvimento e exploração da energia doméstica será orientado através da consolidação de “cinco regiões e uma faixa” - a província de Shanxi, a Bacia de Ordos, o ocidente da Mongólia Interior, Xinjiang e o sudoeste do território - para além de várias centrais nucleares a serem construídas, localizadas no centro e leste do país. As cinco regiões e uma faixa serão responsáveis pelo fornecimento de 80% do total na energia chinesa e da implantação de 90% da nova energia produzidas na China. A terceira consiste na expansão de infra-estruturas de transporte energético, nomeadamente para o transporte de carvão do norte para o sul, e de gasodutos e oleodutos no sistema nacional chinês. Será construída também a terceira fase das reservas estratégicas de petróleo. A quarta e última, traduz-se no ajustamento adicional no mix energético através do desenvolvimento de fontes de energia não fósseis. O maior objectivo é conseguir que a energia não fóssil atinga os 11,6% em 2015, e 15% no total de energia consumida em 2020, com o contributo da energia hidroeléctrica para metade da energia não fóssil.

CAPÍTULO III – Medidas Externas para a Segurança Energética

3.1. A Segurança Energética e a Diplomacia Energética

Desde a fundação em 1949, que a política externa e de segurança da República Popular da China tem sido guiada por três grandes prioridades: a primeira, a protecção da soberania e da integridade territorial, a segunda, a promoção do desenvolvimento económico e a terceira, a ampliação do seu estatuto internacional¹²⁹. Todavia, ao longo destes sessenta anos, o ênfase dado pelos líderes chineses a estas três prioridades estratégicas têm-se manifestado de forma diferente. Enquanto Mao Zedong enfatizava na política externa a soberania, a integridade territorial e o estatuto, a partir de Deng Xiaoping, os líderes chineses colocaram a prioridade no desenvolvimento económico nacional.

Para Evan Medeiros (2009, p. 15), o desenvolvimento económico como prioridade da política externa é um fenómeno da “*Era da Reforma*”, e refere-se aos esforços de mais de 30 anos para assegurar um ambiente externo estável e favorável, melhorar as condições de vida dos cidadãos chineses e para a construção de um “*poder nacional abrangente*” (*zōnghé guólì*)¹³⁰ para alcançar a revitalização da China como grande potência (*da guo*)¹³¹.

¹²⁹ O Livro Branco de Defesa da RPC de 2010 (Information Office of the State Council The People's Republic of China, 2011a) identifica como finalidades da Defesa Nacional chinesa, a salvaguarda da soberania nacional, a segurança e os interesses de desenvolvimento nacional. A Defesa Nacional da China tem por objectivo prevenir e resistir à agressão, defender a segurança do território, das águas territoriais e do espaço aéreo, salvaguardar os seus direitos e interesses marítimos, e manter interesses de segurança no espaço, espaço electromagnético e cibernético da China. E também, de opor-se e conter as forças separatistas de “independência de Taiwan”, reprimir as forças separatistas de “independência do Turquestão Oriental e do Tibete” e defender a soberania nacional e a integridade territorial. A Defesa Nacional é, simultaneamente, subordinada e ao serviço do desenvolvimento do país.

¹³⁰ Poder nacional abrangente (PNA) é um conceito importante do pensamento político chinês contemporâneo sobre o poder global do Estado-Nação, e tem como base a declaração de Deng Xiaoping “*para medir o poder nacional, deve-se ter em conta o poder abrangente e de todos lados*” (*People's Daily*, 26 Fevereiro 1990). O PNA refere-se às condições e as forças combinadas globais de um país em diversas áreas, tais como o território, a disponibilidade de recursos naturais, a capacidade militar, o poder económico, a ciência e a tecnologia, as condições sociais, o governo nacional, a política externa e o grau de influência internacional. De acordo com P. K. Ghosh (2009, p. 18), o PNA é “*uma medida avaliativa, feito de forma qualitativa e quantitativa, decorrente de todos estes factores. Enquanto a forma qualitativa recorre-se às discussões gerais sobre os pontos fortes e fracos de um país, a segunda, a quantitativa, é utilizada para calcular os*

No início da década de 1990, a protecção de um ambiente periférico externo favorável foi um dos principais objectivos da política externa chinesa, que se traduziu pelo reatamento e ampliação das relações com os países vizinhos asiáticos, de forma a quebrar o seu isolamento e a criar um ambiente externo amigável e favorável para a RPC. Através da “diplomacia de boa vizinhança” (*mulin waijiao*), Pequim procurou retomar ou estabelecer relações diplomáticas com os países vizinhos asiáticos (*zhoubian guojia*), particularmente os do sudoeste da Ásia, e também unir-se a algumas organizações regionais, como à *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e à Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Como resultado, as relações entre a China e os países asiáticos, particularmente com os membros da ASEAN, melhoraram significativamente. Em 1991, o Japão foi o primeiro país a levantar as sanções económicas contra a China imposta após o Incidente de Tiananmen, em 1989, e a retomar o diálogo político e económico com Pequim. Um ano depois, a República da Coreia, seguiu o caminho diplomático iniciado pelo Japão, e normalizou as relações com o governo chinês. Com a normalização das relações entre China e a Indonésia (1990), Singapura (1990), e Brunei Darussalam (1991), as relações com a ASEAN ampliaram-se. Em 1994, a China tornou-se um participante do Fórum Regional da ASEAN, e dois anos depois, Parceiro de Diálogo da ASEAN. Durante a realização da primeira Cimeira ASEAN+3 em 1997¹³², Jiang Zemin manifestou a determinação de Pequim ser um “*bom vizinho, parceiro e amigo das nações da ASEAN*”, uma manifestação que deu lugar à formulação oficial de uma política de cooperação regional e de amizade e parceria com os países vizinhos (Carriço, 2012, p. 42). A partir de 2000, esta diplomacia regional recebeu um novo enfâse, e passou a ser designada “Grande

valores numéricos de PNA, através da utilização de fórmulas e sistemas extensivos de índices e de equações.” Os analistas políticos chineses acreditam que, ao calcular numericamente o PNA pela combinação de vários índices que englobam factores militares (ou *hard power*) e económicos e culturais (ou *soft power*) cria-se um único número para medir o Poder do Estado-Nação. Numa escala de 100, os EUA encontram-se em primeiro, com 90 pontos, a China está em sexto com 60 pontos, depois do Reino Unido, a Rússia, a França e a Alemanha (Prakash, 2011, p. 6).

¹³¹ Shiping & Yunling (2005, pp. 48-49) defendem que, os líderes e a elite chinesa sempre acreditaram que a China pertencia ao clube dos “grandes poderes” (*da guo*) devido ao seu tamanho, população, história e mais recentemente, crescimento. E se nos últimos dois séculos, a China não foi um “grande poder”, o objectivo actual é transformar a China num grande poder. Este conceito “*da guo*” é um dos conceitos principais da actual “*Grande estratégia*” chinesa, cujo objectivo é proteger e criar um ambiente propício (económico, político e de segurança) para que a China possa concentrar-se sobre o seu desenvolvimento (económico, social e político).

¹³² ASEAN Plus Three Cooperation (ASEAN+3) engloba os membros da ASEAN e os seus parceiros da Ásia Oriental, RPC, Japão e República da Coreia e teve a primeira cimeira em Dezembro de 1997.

diplomacia Periférica” (*Ta zhoubian waijiao*). O seu objectivo é criar boas relações e parcerias com os países vizinhos” (*Yulin weihan, yilin weiban*). Os lemas defendidos são “amizades entre os vizinhos” (*mulin youhao*) e “ser bom para os nossos vizinhos, transformar os nossos vizinhos em parceiros” (*yu lin wei shan, yi lin wei ban*).

Em meados da década de 1990, à medida que a economia chinesa continuava a crescer e a China tornava-se mais autoconfiante, dentro do país, começou-se a defender a ideia de revitalização (*Fuxing*) ou de rejuvenescimento (*Zhenxing*) da nação, reclamando-se o estatuto perdido de grande poder (*da guo*). Nesse sentido, e com base no sucesso da Diplomacia de Boa Vizinhança, Pequim redireccionou a sua política externa para os grandes poderes mundiais, cuja relação tem sido articulada pelos líderes chineses com base em três princípios: a não aliança, a não confrontação e não direccionada a uma terceira parte (*bu jiemeng, bu duikang, bu zhendui di san fang*). Através da “Diplomacia dos Grandes Poderes” (*Daguo Waijiao*), procura manter um relacionamento funcional com todas as grandes potências e projectar internamente e externamente a imagem da China como grande potência (Shiping & Yunling, 2005, p. 49). Esta diplomacia centra-se, primeiramente, nas relações que a RPC detém com os Estados Unidos, seguido do Japão, da Índia, e da Rússia¹³³, e expressa-se pela visita dos líderes chineses às grandes capitais e pelo convite a homólogos estrangeiros para visitar o país, tendo resultado, por exemplo, na visita de Jiang Zemin aos EUA, entre 26 de Outubro e 2 de Novembro de 1996, e na visita do Presidente Bill Clinton à China, respectivamente, em 1997 e 1998 (Embassy of the People's Republic of China in the United States of America, 1996).

À medida que a economia chinesa continuava a crescer, a diplomacia deixou de ser exclusivamente para protecção da soberania chinesa, da segurança regional e da obtenção do estatuto internacional. As necessidades domésticas para o desenvolvimento económico, conduziram ao uso na política externa da “Diplomacia Económica” (*jingji waijiao*) para aumentar o comércio e o acesso a investimentos e a tecnologias. Os líderes chineses procuram ampliar as relações políticas bilaterais e multilaterais com os países possuidores

¹³³ Na maioria das principais análises chinesas de relações internacionais, os países referidos como “Grandes Poderes” são os Estados Unidos, a Rússia, o Japão e a União Europeia. Alguns analistas chineses tratam a Rússia como poder médio, embora seja referido muito mais frequentemente como um dos principais poderes (Medeiros, 2009, p. 96).

de recursos naturais necessários para o contínuo desenvolvimento económico da RPC, visando, especialmente, aceder a recursos energéticos.

A partir de meados da década de 1990, desde que o Primeiro-Ministro Li Peng considerou como objectivo da segurança energética assegurar “*fornecimentos de petróleo longos e estáveis*” (Li Peng, 1993 citado por Chang, 2001, p. 233), a RPC tem procurado aceder aos recursos energéticos que necessita, através da “Diplomacia Energética” (*Nenggyuan waijiao*). Esta nova diplomacia tornou-se um elemento chave da política externa chinesa, quando a segurança energética passou a ser percepcionada como um desafio à segurança nacional. Para alguns analistas chineses (Tang, 2006; Shang Chunying, 2005; Zhang Lijun, 2005), a dependência do petróleo estrangeiro fez da segurança energética uma questão fundamental para a sobrevivência do país e, portanto, relevante para agenda da estratégia nacional. Como refere Men Honghua (2005, p. 33) a “*estratégia energética chinesa tornou-se um factor importante que influencia a Ásia e o cenário geopolítico mundial. Meio século atrás, o Japão ascendente invadiu o Sudeste Asiático devido à insegurança energética. Desta forma, as questões energéticas foram uma importante causa da Guerra do Pacífico. [...], a segurança energética não é simplesmente uma questão de energia ou uma questão económica. Ela envolve a segurança nacional, os interesses estratégicos económicos e a diplomacia*”.

Os líderes chineses habituados à auto-suficiência energética até meados da década de 90, viram na necessidade de obter fontes seguras de energia um importante factor na formulação da sua política externa e de segurança. Através da Diplomacia Energética tentam garantir fornecimentos estáveis, seguros e contínuos, e assegurar a segurança energética do país ao máximo. Esta diplomacia influencia a “*Diplomacia para os Grandes Poderes*”, nomeadamente contribuindo para o reforço das Parcerias Estratégicas com os países fornecedores, como é o caso da Rússia, ou desafiando assertivamente os EUA, o país mais importante dentro dos “grandes poderes”, ao desenvolver relações com países fornecedores como o Sudão, o Irão e a Venezuela. E também influencia a “Diplomacia da Boa Vizinhança”, com o reforço da cooperação com países fornecedores e de trânsito da Ásia, nomeadamente com o Cazaquistão, Turquemenistão, Myanmar e o Afeganistão.

De acordo com Bo Kong, a RPC efectua três tipos de diplomacia energética, para três grupos distintos e com três diferentes objectivos (2009, pp. 120-121). O primeiro

grupo consiste nos países produtores de energia. O objectivo da diplomacia para este grupo é assegurar fornecimentos de energia acessíveis, estáveis e seguros, assim como, alargar as oportunidades de acesso a novos investimentos pelas *guaban* energéticas chinesas nesses países. O segundo grupo consiste nos países situados ao longo do corredor de transporte das importações chinesas, por onde atravessam as infra-estruturas energéticas terrestres e as LCM chinesas. A Diplomacia Energética para estes países tem um duplo objectivo: garantir a segurança do transporte terrestre e marítimo dos hidrocarbonetos e abrir e interligar rotas alternativas de transporte por esses mesmos e por terceiros até à China. O terceiro e último grupo, compreende os países cujos interesses e objectivos a nível da energia podem colidir com os interesses e objectivos de Pequim. A diplomacia para este grupo é designada para coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses quando perseguem os seus objectivos a nível da energia.

Embora a diplomacia para estes grupos tenha características distintas, os três tipos de diplomacia estão interconectados. De facto, alguns dos países produtores e com os quais a China conseguiu contractos de fornecimento de longo-prazo, tal como Myanmar, estão localizados nos corredores onde estão a ser construídas as rotas alternativas de transporte às importações marítimas de petróleo. A diplomacia energética para estes países desfruta, simultaneamente, de um duplo objectivo: garantir fornecimentos estáveis e longos de petróleo e ampliar a segurança do transporte das importações, particularmente com abertura de novas rotas de transporte. Como iremos posteriormente desenvolver, estas novas rotas estão a ser acompanhadas pela construção e melhoramento de vias de comunicação (portos, estradas e caminhos-ferro) que podem permitir transformar a antiga Rota da Seda¹³⁴ numa actual “rota da Energia”¹³⁵.

¹³⁴ A Rota da Seda é uma colecção de rotas comerciais que datam mais de 3.000 anos. As rotas ligavam a China, a Índia, a Pérsia, a Arábia, o Egipto e Roma. Os actuais países e regiões modernas localizados na rota da Seda são a Turquia, o Egipto, o Iraque, a Síria, o Mediterrâneo Oriental, a Península Arábica, o Irão, o sul da Rússia, o Afeganistão, a Ásia Central, o Paquistão, a Índia, a China, a Coreia e o Vietname. Durante a Idade Média, caravanas de comércio começam a partir da moderna cidade chinesa de Xi'an para Kashgar e tomavam uma de duas vias: ou o Cáspio através das planícies do Afeganistão ou a Anatólia através das montanhas do Karakorum e do Irão (Lin, 2011, p. 3).

¹³⁵ O renascimento da Rota da Seda não é um conceito novo e teve o seu início em 1959, quando a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (sigla em inglês, UNESCAP), uma organização da Nações Unidas com sede em Bangkok, iniciou um projecto de uma rede de caminhos-de-ferro Transasiática. Esta nova rota da seda, conhecida também como “Ponte Euroasiática” é baseada em três corredores principais de todo o continente euro-asiático, e serve como principais artérias para os trilhos, as

A diplomacia energética é formulada em interligação com a política energética chinesa e é um instrumento da política externa chinesa. Desde 2001, esta diplomacia é apoiada pela *Going Out* (*Zou chu qu*), uma estratégia que é caracterizada pelo apoio político e financeiro às companhias chinesas para adquirirem participações de exploração no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Em 2004, a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional e o Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Económica (MOFTEC), precursor do actual Ministério do Comércio da RPC (MOFCOM) publicaram o *Catalog on Countries and Industries for Overseas Investment*, uma lista *online* onde eram destacados os países com recursos a serem preferidos para aquisição ou investimentos das empresas chinesas. Esta lista que identificava os alvos específicos para os investimentos chineses elucidava que “Qualquer empresa que esteja em conformidade com catálogo de Orientação e possuir um certificado de aprovação de investimentos no exterior (...) terá prioridade para desfrutar de um tratamento preferencial no âmbito das políticas do Estado no que diz respeito ao financiamento, câmbio, impostos, direitos aduaneiros, importação e exportação, etc.” (Zweig, 2007, p. 8). O Guia de 2004 incluía recomendações para 67 países, dois quais 26 países eram da Ásia, 13 de África, 12 da Europa, 11 do continente Americano e 5 da Oceânia. Entre os sete sectores recomendados destaca-se a manufactura, a industrial electrónica e os recursos naturais. O MOFCOM e CRDN publicaram, posteriormente, versões deste Guia em 2005, 2007 e em 2011. Esta última versão de 2011, proporciona informações sobre 115 países, identificando os sectores onde os investimentos são incentivados, reservados e proibidos em cada um dos países avaliados, os objectivos de desenvolvimento do sector industrial, as principais áreas de desenvolvimento e os sectores industriais relacionados (MOFCOM, 2011).

As propostas das *guaban*, especialmente para exploração de campos de petróleo desses países, são apoiadas politicamente pelos líderes chineses que viajam para o exterior para se encontrarem com os seus homólogos, e financeiramente pelos Bancos como o China Development Bank (CDB), o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), o

estradas, os oleodutos e os gasodutos a serem construídos. O primeiro é a existente linha Transiberiana, que faz a ligação entre Vladivostok na Rússia Oriental a Moscovo e ligando a Europa Ocidental a Roterdão. O segundo vai do Porto de Lianyungang na China Oriental através do Cazaquistão até Roterdão. O terceiro liga o delta do Rio das Pérolas no Sudeste chinês através da Ásia sul até Roterdão (Lin, 2011, p. 2).

China International Trade and Investment Corporation (CITIC), o Sinosure e o Export-Import Bank da China (Eximbank da China). Esta estratégia integrada cria um clima político favorável ao investimento, potenciado por uma sustentabilidade financeira.

Acresce que, em 2004, o governo chinês emitiu a Política de Direcção do Investimento Externo (State Council of PRC, 2004), definindo a política básica sobre o investimento no exterior, nomeadamente, os sectores no estrangeiro a serem incentivados, permitidos ou proibidos. Esta política previa também o apoio político nos sectores que eram considerados a incentivar e definia os objectivos fundamentais do governo para estimular o investimento externo. Os sectores que eram incentivados a investir no estrangeiro eram aqueles em: *i*) que poderiam permitir obter recursos ou matérias-primas que estavam a faltar dentro do território chinês e que eram necessários para continuar o desenvolvimento económico da China; *ii*) que estimulassem a exportação de produtos, equipamentos ou tecnologia chinesa e também completassem a exportação de serviços e de trabalho, e *iii*) que podiam permitir aumentar a capacidade da pesquisa e desenvolvimento tecnológico da China, e em que se podia fazer uso da tecnologia internacional avançada, experiência de gestão avançada e de recursos humanos especializados. Esses sectores incluíam actividades na agricultura, na silvicultura, na pecuária, nas pescas, exploração de recursos naturais, manufactura e serviços. No sector de recursos naturais as actividades a serem incentivadas incluíam a prospecção e a exploração de petróleo e gás natural, xistos betuminosos, gás de xisto e petróleo pesado, além de actividades e serviços relacionados com a mineração e prospecção de vários metais e minerais e a mineração de carvão (State Council of PRC, 2004),

O comportamento da política externa chinesa é grandemente influenciado pela dependência de energia (Downs, 2000; Downs, 2004; Downs, 2006; Daojiong, 2006). Como o maior consumidor de energia a nível mundial, a China pode tentar assegurar a sua segurança energética através de estratégias que podem resultar em conflito de interesses ou através de estratégias que resultam em cooperação. As necessidades crescentes de energia conjugam-se com os objectivos gerais da sua política externa de promover um ambiente internacional estável necessário para manter o seu desenvolvimento económico. Desta forma, a RPC tem assumido uma atitude cooperativa com os países consumidores, que rivalizam consigo acesso aos recursos energéticos, através da expansão das relações de

cooperação bilaterais ou através da participação de organizações multilaterais. Pequim também utiliza a “*Diplomacia do Fórum*” (Zhang Baohui, 2010) e tenta envolver um grupo de países de regiões seleccionadas do mundo em organizações multilaterais existentes ou por si criados, para aceder a recursos energéticos dos países consumidores, tal como a Organização de Cooperação de Xangai (*hànghǎi Hézuò Zǔzhī*). Esta organização intergovernamental de segurança dedicada também à área económica foi criada a partir do “Shanghai Five” pela China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão¹³⁶. Em 14 de Junho de 2001, com a entrada do Uzbequistão e após a assinatura da *Declaração da Organização de Xangai*, passou a designar-se Organização de Cooperação de Xangai. Esta organização multilateral possibilita à China um canal através do qual pode promover a cooperação tanto com os países membros ricos em recursos energéticos da Ásia Central e com a Rússia, como membros observadores, de outras sub-regiões asiáticas, como a Índia, o Irão, a Mongólia, o Paquistão e o Afeganistão¹³⁷.

Para facilitar a “Diplomacia energética multilateral” a China também criou instituições regionais em outras áreas geográficas. Por exemplo, em 2000, criou o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), uma plataforma que conta com a participação de 45 países africanos e que é “*um mecanismo de diálogo e cooperação entre os países em desenvolvimento, enquadrando-se na categoria da cooperação Sul-sul*” (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012a). Para reforçar a cooperação e intercâmbio económico entre com os países de Língua Portuguesa, Pequim criou, em 2003, na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, uma organização multilateral que iremos desenvolver no capítulo seguinte. Da mesma forma, e segundo o mesmo princípio, em Setembro de 2004, durante a visita do Presidente Hu Jintao à sede da Liga Árabe no Cairo, foi criado o Fórum de Cooperação Sino-Árabe. Este fórum conta com a participação de 22 países e é uma plataforma para a promoção da cooperação de

¹³⁶ O Shanghai Five foi criado a 16 de Abril de 1996, com assinatura do “Tratado Aprofundar a Confiança Militar nas Regiões de Fronteira” pelo Cazaquistão, a RPC, a Rússia, o Quirguistão e o Tadjiquistão. Aos objectivos iniciais de delimitação de fronteiras e desmilitarização das fronteiras, juntou-se a luta contra os chamados “três males” (*san gu Shili*), o fundamentalismo, o extremismo e o separatismo.

¹³⁷ No início de Junho de 2012, o Afeganistão foi aceite como membro observador.

benefício mútuo na política, na economia e comércio, na cultura, na tecnologia e nos assuntos internacionais entre a China e as nações árabes.

3.2. A Diplomacia Energética e o *Going Out*

A Diplomacia Energética também funcionou como um importante impulso para a adopção da estratégia *Going Out*, muitas vezes referida como *Going Abroad* (*Zou chu qu*), como uma parte importante da estratégia nacional de segurança energética. Implementada a partir de 2002, com adopção desta estratégia o governo chinês pretende que as companhias de petróleo chinesas tentem garantir fontes de petróleo e de gás no exterior do país, através da compra de participações em mercados estrangeiros, em explorações, perfurações e/ou refinação e invistam na construção de refinarias, gasodutos e oleodutos fora do território chinês.

A CNPC foi a primeira *guaban* chinesa a iniciar a cooperação e investimentos na E&P com empresas de energia e governos estrangeiros, com um investimento de 6,5 milhões de dólares no projecto de desenvolvimento do petróleo no Canadá operado pela Alberta Oil Stands Technology and Research Authority (AOSTRA), em 1993 (Advameg, Inc., 2011). Este investimento no exterior foi seguido pelo contracto com o Sudão para exploração do Bloco 1/2/4 do campo de petróleo Muglad. Em Junho de 1997, a companhia comprou 60,3% de um campo de petróleo do Cazaquistão à companhia *Aktobe Oil Company*, e no mês seguinte, conseguiu ganhar um contracto para exploração dos campos de petróleo Caracoles e Intercampo, na Venezuela (CNPC, 2011d).

Até ao final do século XX, a CNPC era a única empresa chinesa a procurar aceder à exploração e produção e/ou refinação no exterior. Este facto é justificável pelos baixos preços do petróleo a nível internacional, particularmente, durante a crise financeira Asiática. Para além de ser mais barato para as companhias importarem petróleo directamente do mercado, o governo chinês não concedia grande apoio ou incentivo para que as suas empresas investissem no exterior. Como refere o Director da Energia Mundial no Instituto da Economia e Política Mundial da Academia Chinesa das Ciências Sociais, Xu Xiaojie (2007, p. 18) o governo “*não vislumbrava os investimentos do upstream*

estrangeiro como uma boa estratégia para atender à crescente demanda de energia da China”. Foi só em finais da década de 90, quando se tornou evidente que as reservas de petróleo na China não satisfaziam o rápido crescimento do consumo energético que começou a apoiar e a defender o acesso das companhias para que, como afirmou o Primeiro-Ministro Li Peng (1997) “*cooperar vigorosamente com governos estrangeiros e com as empresas de energia para a exploração e o desenvolvimento de petróleo e de recursos de gás no exterior*”. Estavam lançados os alicerces para a adopção da estratégia *Going Out* pelo governo, que na realidade traduziu-se na validação dos esforços de investimentos que as *guaban* já estavam a realizar no exterior mas que, a partir do momento, passaram a ser incentivados e apoiados pelo governo.

Como um crescente consumidor de energia, Pequim tem que elaborar uma estratégia nacional de energia e uma diplomacia energética para incentivar as companhias nacionais de petróleo a cooperar com países estrangeiros e com outras companhias de petróleo. Neste sentido, há uma base política por de trás de algumas grandes iniciativas concretizadas pelas companhias estatais chinesas. O governo central chinês tenta manter boas relações com os países de trânsito e com os países produtores, ao mesmo tempo que, cria uma série de mecanismos de diálogo bilateral ou multilateral de energia como esses países, a fim de criar um ambiente propício para os investimentos das suas companhias de petróleo. Pequim está igualmente envolvido numa série de mecanismos de cooperação energética multilateral com o Fórum Internacional de Energia, a Conferência Mundial da Energia, o mecanismo de Cooperação Energética ASEAN “10 +3”, o grupo de energia da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), além de ser membro observador do Tratado da Carta de Energia e manter relações com a International Energy Agency (IEA) e a OPEP (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2007, p. 38).

A ideia de criar empresas nacionais que pudessem competir internacionalmente ganhou forma depois de a RPC ter aderido à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e da ampliação da preocupação com o aumento da dependência externa de fornecimentos de petróleo. Listadas nos mercado bolsista de Hong Kong entre 2000 e 2001¹³⁸, as companhias energéticas chinesas “*elevam a bandeira como protectoras da*

¹³⁸ Actualmente também estão listadas nos mercados bolsistas de Xangai, de Nova Iorque e de Londres.

segurança energética Chinesa” (Leung, 2011) ao mesmo tempo que, procuravam investir no exterior para conseguirem obter lucro, *know-how* e tecnologia. As companhias chinesas procuraram investir no exterior, não só pela contínua demanda energética chinesa mas também, orientando as suas actividades de forma a obter lucro. Acresce que, ao participarem activamente nas explorações, produção e refinação com outras empresas estrangeiras no mercado global da energia, podem adquirir conhecimento técnicos e administrativos. Tal como expõe a Sinochem na sua apresentação sobre os seus negócios na área da energia: “*a Sinochem dá uma activa resposta e realiza estratégia Go Global da China, expandindo as suas operações em direcção a negócios com a finalidade de assegurar o fornecimento seguro de energia nacional e o fortalecimento da capacidade de desenvolvimento sustentável da empresa*” (Sinochem Group, 2011b).

Downs (2004, p. 25) sustenta que, as companhias de petróleo são fortes defensoras do investimento de petróleo no exterior, porque permite-lhes ajudar a reforçar a segurança energética nacional e a ganhar experiência internacional fundamental para a realização das suas ambições e para conseguirem competir com as principais empresas de petróleo mundiais. Se é certo que a maioria das empresas energéticas chinesas pertence ao governo¹³⁹, não são administradas por este¹⁴⁰, chegando mesmo algumas a possuírem um elevado nível de independência em relação ao governo, o que pode também estender-se em relativamente às subsidiárias e à própria companhia sede.

Ao estabelecerem parcerias estratégicas com outras companhias estatais de petróleo e companhias internacionais de petróleo, as companhias nacionais de petróleo chinesas podem ganhar conhecimentos técnicos necessários para o desenvolvimento da exploração e produção na China. Presentemente, não possuem conhecimentos técnicos na exploração em águas profundas, e trabalhar com outras companhias como a brasileira Petrobras ou com a francesa TOTAL¹⁴¹, permite-lhes obter *know-how* para explorar as reservas

¹³⁹ Além de terem também accionistas privados nacionais e estrangeiros que detêm participações minoritárias próprias para subsidiárias de capital aberto.

¹⁴⁰ Os executivos das empresas estatais chinesas, tais como a CNPC ou Baosteel são nomeados pelo Departamento de Organização do PCC. Muitos líderes das empresas estatais asseguram cargos ministeriais e vice-ministeriais, e alguns servem como membros suplentes do Comité Central do PCC (Jakobson & Knox, 2010, p. 25).

¹⁴¹ A CNOOC participa com a Total, desde 2009, na exploração nos campos de águas profundas de Akpo e Egina, na Nigéria

domésticas em águas profundas no sul do mar da China. As *guaban* também estão a tentar ganhar experiência em projectos de GNL no exterior. Ao adquirirem participações em projectos de liquefacção na Indonésia e na Austrália, ganham experiência em toda a cadeia de fornecimento de GNL e ficam melhor capacitadas para atender ao aumento da procura de gás na China. Apresentam-se também interessadas em investir nos recursos não convencionais tanto na China como no exterior, principalmente na extracção de metano das jazidas de carvão e do gás xistoso e nos projectos de areias petrolíferas.

Na sequência do acordo entre Rosneft e a CNPC, em Fevereiro de 2009, composto por um “empréstimo revertido em petróleo” que englobava a construção do oleoduto para a China, as duas companhias assinaram, em Outubro desse ano, um Memorando de Entendimento para a construção da refinaria em Tianjin, na China, prevista para entrar em operação a partir de 2012 (CNPC, 2011e). Em Outubro de 2002, a CNOOC usou a sua posição de líder na coordenação do GNL na China para alancar uma parceria com a Australia Northwest Shelf para o projecto de GNL na província de Cantão. A CNOOC comprometeu-se a comprar GNL Northwest Shelf a partir de 2006 e, em troca, adquiria 5,3% das licenças de produção, arrendamento e exploração (CNOOC, 2011d). Esse acordo incluía outras componentes como um fundo de parceria tecnológica de GNL entre a Austrália e a China. Estes contractos da CNPC e da CNOOC exemplificam a estratégia “mercados-por-recursos” ou de “recursos-por-mercado”, pela qual as *guaban* adquiram participações em operações de exploração e de produção (E&P) com outras companhias de países ricos em recursos de hidrocarbonetos. Ao adquirir participações na exploração e produção, as companhias chinesas tentam alavancar relacionamentos de cooperação e ganhar tratamento preferencial nesses países, ou simplesmente, expandir as suas oportunidades de compra de recursos energéticos.

Um estudo concretizado pela OECD/IEA (2011, p. 7) defende que, apesar das comunicações internas serem preceituadas para lançar as actividades das empresas no exteriores em prol da segurança nacional, as suas acções aparecem principalmente impulsionadas por incentivos comerciais e para aproveitar as oportunidades disponíveis no mercado global. Esse comportamento, independentemente da motivação comercial, é particularmente pronunciado nos investimentos e operações de *upstream*, enquanto os

condutores da política chinesa parecem desempenhar um papel maior em projectos de construção de infra-estruturas de transporte.

Para perceber as estratégias de investimento no exterior das NOCs chinesas, é necessário compreender a origem comum destas empresas. Tanto CNPC, como Sinopec e a CNOOC partilham uma origem comum: o antigo Ministério da Indústria do Petróleo e o antigo Ministério da Indústria Química. No início da década de 1980, durante os primeiros anos das reformas económicas da China, o governo chinês decidiu converter os activos produtivos desses e de outros Ministérios em empresas de propriedade públicas (EPP). Com esta medida, o governo pretendia submeter estas empresas à disciplina do mercado, promover a eficiência económica, introduzir a concorrência, desenvolver um mercado de capitais nacionais, aumentar as receitas fiscais e reduzir os gastos do governo (Lewis, 2007, citado por OECD/IEA 2011, p. 9).

A CNPC foi fundada, em 1988, para desenvolver as operações *upstream* dos activos *onshore* de petróleo e de gás, e representa, actualmente, no total da produção de petróleo e gás da China, respectivamente 57,7% e 78,3% (CNPC, 2011a). A Sinopec foi criada em Julho de 1989 com a responsabilidade de refinação de petróleo, *marketing* e capacidade de produção petroquímica (Sinopec Group, 2012). Em 2011, esta *guaban* energética já dominava o mercado *downstream* da China, era a maior empresa chinesa em termos de receita (273,422 milhões de dólares) e estava em quinto lugar no *ranking Fortune Global 500* (CNN, 2012)¹⁴². A CNOOC foi formada a 17 de Setembro de 1988, para a produção *offshore* de gás e petróleo, e continua a ser a maior *guaban* energética chinesa na exploração de petróleo *offshore*, dominando praticamente todo o sector de importação de gás liquefeito ou GNL do país, incluindo os grandes terminais de GNL instalados no litoral chinês (COOC, 2012)¹⁴³.

Estas três NOCs também foram geograficamente divididas, com a CNPC a controlar o norte, a Sinopec o Sul, e a CNOOC a produção *offshore* da China. Esses limites

¹⁴² Neste *ranking* também está presente a Sinopec, que subiu de 10.º lugar para 6.º entre 2010 e 2011, com um total de 240,192 milhões de dólares em receitas (CNN, 2012).

¹⁴³ Em 2005 a CNOOC tentou comprar a petrolífera americana Unocal com uma oferta entre USD\$ 16 a 18 biliões, mas a operação foi bloqueada pelo governo dos Estados Unidos, que alegou razões de “Segurança Nacional”. A Unocal era a maior accionista do consórcio Central Asia Gas Pipeline, Ltd. (CentGas) que tentou construir o gasoduto trans-Afegão (TAPI) em meados da década de 90.

foram progressivamente alterados, com as reformas de mercado a darem-lhes liberdade para trabalharem para além de suas funções iniciais e áreas geográficas. No entanto, a CNPC ainda é a empresa chinesa que domina a construção e operação dos oleodutos, a Sinopec a refinação e CNOOC é especializada na produção *offshore* (OECD/IEA, 2011, p.9). Actualmente, para além destas três grandes companhias existem outras mais pequenas empenhadas nos investimentos no petróleo e no gás, como a Sinochem Corporation, a China International Trust and Investment Corporation (CITTIC), a Zhenhua Oil Company, a Shaanxi Yanchang Petroleum Company e a Xinjiang Guanghui Industry.

A Sinochem é a quarta maior empresa chinesa e a maior neste grupo de pequenas companhias. Formada sob tutela do Ministro do Comércio em 1950, esta empresa estatal petroquímica e agroquímica detinha o monopólio sobre as importações de petróleo e as exportações da China, antes da CNPC e da Sinopec serem ramificadas para esta área. Desde 2001, a companhia tem estado envolvida no desenvolvimento, exploração e produção de gás e petróleo no estrangeiro. Desde 2003, a Sinochem adquiriu novas aquisições no exterior no sector energético, sobretudo na América Latina, em África e no Médio Oriente, num valor aproximado de USD\$ 1,8 biliões (Sinochem Group, 2011).

Entre as restantes pequenas empresas destaca-se a Zhenhua Oil Company, uma subsidiária da China North Industries Corporation (Norinco), fabricante de equipamentos para campos de petróleo, construção e armas civis e militares. A nível da produção e exploração de hidrocarbonetos, tem participações no campo de petróleo Ahdeb no Iraque, nos campos Baska e Bahawalpur do Paquistão, no campo Konys & Bektas no Cazaquistão, e em parceria com a CNPC, no campo Gbeibe na Síria (ZhenHuaOil, 2008).

Os objectivos das companhias energéticas chinesas englobam desde o aumento das reservas de gás e de petróleo, à expansão da produção e a diversificação das áreas de exploração. Estes objectivos e como foi anteriormente referido, são apoiados pelo governo chinês. Quando o Conselho de Estado da Comissão Nacional de Energia reuniu-se pela primeira vez em Abril 2010, declarou a “*segurança do abastecimento energético através da cooperação internacional*” (Xinhua News Agency, 2010), como uma das seis grandes

áreas de acção. Essa cooperação no exterior é realizada pelas companhias de petróleo nacionais e é apoiada política e financeiramente pelo governo¹⁴⁴.

O apoio financeiro¹⁴⁵ traduz-se no empréstimo com condições preferenciais de bancos estatais, como o Export-Import Bank da China (*Zhōngguó Jìnchūkǒu Yínháng*) e o China Development Bank (CDB) (*Guójiā Kāifā Yínháng*), às companhias chinesas que investem no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo, que muitas vezes resultam em “pacotes de oferta”. Estes têm formas diferentes consoante as políticas e o desenvolvimento económico do país receptor,

¹⁴⁴ De acordo com o livro Branco *China's Foreign Aid* (2011b), com objectivo de diversificar as fontes e meios de financiamento, em meados da década de 90, no curso da mudança da economia planificada para a economia de socialista mercado, a China desenvolveu uma série de mecanismos para reforçar a ajuda externa. A ajuda externa chinesa tinha sido iniciada com a assistência material à República Democrática da Coreia e ao Vietname em 1950. Em 1993, o governo chinês criou o Fundo de Ajuda Externa para *joint-ventures* e projectos de cooperação com partes dos empréstimos sem juros reembolsados à China pelos países em desenvolvimento. O fundo foi usado principalmente para apoiar pequenas e médias empresas chinesas para a construção de empreendimentos conjuntos ou de cooperação na produção dos países. Em 1995, Pequim, através do Export-Import Bank da China, começou a proporcionar empréstimos de médio e longo prazo, de juros baixos, a outros países em desenvolvimento, ampliando o financiamento de fontes na sua ajuda externa.

¹⁴⁵ Estes empréstimos concedidos pelo governo chinês constituem um mecanismo relativamente novo, testado pelo Primeiro-Ministro Li Peng, no início dos anos 90. São entendidos como o crédito a médio e longo prazo, concedido a baixas taxas de juros e tem natureza de assistência oficial (Corkin, 2012, p. 5). As autoridades chinesas distinguem principalmente três tipos de assistência financeira: os subsídios (ajuda grátis), os empréstimos sem juros e os empréstimos com condições preferenciais ou favoráveis (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011b). Enquanto os dois primeiros são atribuídos pelo próprio Estado, os empréstimos com condições especiais ou favoráveis são proporcionados pelo Export-Import Bank da China e pelo China Development Bank. Ambos estes bancos foram fundados em 1994, e estão sob jurisdição directa do Conselho de Estado. Segundo o livro Branco *China's Foreign Aid* (2011b) os subsídios são usados principalmente para ajudar os países beneficiários para construir hospitais, escolas e casas de baixo custo, e apoio a projectos de abastecimento de água, e outros projectos de médio e pequeno porte para o bem-estar social. Além disso, são concedidos para projectos nas áreas de cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos, cooperação técnica, de assistência em espécie e ajuda humanitária de emergência. Os empréstimos sem juros são usados principalmente para ajudar os países beneficiários para a construção de equipamentos públicos e projectos de lançamento para melhorar a vida das pessoas. A posse desses empréstimos é normalmente de 20 anos, incluindo 5 anos de uso, um período de graça de cinco anos e 10 anos de reembolso. Actualmente, empréstimos sem juros são fornecidos principalmente aos países em desenvolvimento com relativamente boas condições económicas. Por último, os empréstimos concessionais são usados principalmente para ajudar os países beneficiários para realizar projectos de geração produtiva, com benefícios económicos e sociais e projectos de infra-estrutura de grande e médio porte, ou para fornecer produtos mecânicos e eléctricos, serviços técnicos e outros materiais. Estes empréstimos concessionais são gerados pelo Export-Import Bank da China no mercado, e uma vez que, os juros do empréstimo são inferiores aos juros de referência do Banco Popular da China, a diferença é feita pelo Estado como subsídios financeiros. Actualmente, o juro anual taxa de empréstimos concessionais da China está entre 2% e 3%, e o período de reembolso é geralmente 15 a 20 anos (incluindo cinco a sete anos de carência).

sendo os mais desenvolvidos, os pacotes com os países africanos de “empréstimos-por-petróleo”, “infra-estruturas-por-petróleo” e “armas-por-petróleo”. As *guaban* chinesas têm investido na América Latina, em países como o Brasil, a Venezuela, o Equador e na Ásia Central, sobretudo no Turquemenistão e no Cazaquistão, obtendo contractos de fornecimento de longo prazo em troca de contractos de “empréstimos-por-petróleo” ou “empréstimos-por-gás”. Os bancos chineses apoiam financeiramente esses investimentos, e em muitos casos, como aconteceu com a Federação Russa e o Cazaquistão, o próprio governo está envolvido na finalização do contracto.

A “Diplomacia de Liderança” (*lingdao waijiao*) iniciada com os líderes da terceira geração, particularmente por Hu Jintao, é composta pelas visitas de líderes chineses¹⁴⁶ e outros funcionários do Estado ao estrangeiro, cujo número têm vindo progressivamente aumentar. De acordo com Medeiros (2009, p. 72) as visitas dos líderes chineses desde 1992, cresceram de 112 entre 1981 e 1991, para 423 entre 1992 e 2006. Observa-se sobretudo um aumento de visitas diplomáticas que têm por objectivo reforçar a influência e presença da RPC nos países produtores de África, do Médio Oriente, da Ásia Central e da América Latina. Um leque de países, em que o Estado Chinês e as companhias petrolíferas chineses têm interesse em aceder aos recursos energéticos. Hu Jintao, por exemplo, visitou quatro vezes África (em 2002, 2006, 2007 e 2009), duas vezes a América Latina (em 2004 e 2008) e desde 2002, visitou quase anualmente a Rússia. Em muitas destas visitas foram ampliadas as relações estratégicas com antigos e novos fornecedores e foram assinados acordos de cooperação de petróleo entre as companhias chinesas e as locais, tal como o acordo entre a CNPC e a Libya National Oil Company, durante a visita de Jiang Zemin à Líbia, em 2002 (CNPC, 2011d).

Pese embora todos os actores intervenientes nas estratégias externas de segurança energética – bancos, governo e empresas – trabalhem para estruturar e executar os “empréstimos-por-recursos”, a coordenação entre eles deve ser compreendida tendo em conta duas características importantes: em primeiro lugar, cada um dos participantes possui os seus próprios objectivos, incluindo obter lucro; em segundo lugar, a coordenação não é sinónimo de tomada de decisão *top-down*. Estes negócios transnacionais mesmo que,

¹⁴⁶ Engloba o Presidente, o Primeiro-Ministro e os Chefes do Congresso Nacional do Povo.

assumam os objectivos estratégicos do governo chinês, podem ser iniciados por actores diferentes. Daí que as linhas de crédito do CDB por hidrocarbonetos são melhor entendidos como o *“resultado de um fluxo de convergência de interesses e não como a execução de um plano do Estado”* (Downs, 2011, p. 43). Vejamos o exemplo dos “empréstimos-por-petróleo” ao Brasil. Em 2007, o CDB concedeu uma linha de financiamento de 750 milhões de dólares à Petrobras para apoiar a construção do gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene). Em contrapartida, para execução desta obra, a Petrobras contratou a Sinopec, que já tinha participado como empresa responsável pelo segundo ramal do gasoduto Gasene (Petrobras, 2007). Em Outubro de 2008, quando a crise económica mundial agravou-se e as acções e o valor de mercado da Petrobras caíram, ameaçando os projectos de desenvolvimento do pré-sal brasileiro, o CDB ofereceu uma linha de crédito à empresa brasileira, em troca de impulsionar as exportações de petróleo para a China. Este apoio financeiro foi discutido durante a viagem de vice-Presidente Xi Jinping a Brasília, em Fevereiro de 2009, e concretizado na visita do Presidente Lula da Silva a Pequim, em Maio desse ano. Durante esta segunda visita de Lula à China, após ter assumido a presidência do Brasil, a Petrobras encerrou um acordo de financiamento com o CDB de 10 biliões de dólares, que teve também implícito a exportações de petróleo da Petrobras para a Unipet Asia, uma subsidiária da Sinopec, de 150.000 barris b/d no primeiro ano, e 200 mil, nos nove anos subsequentes do contracto (Jornal Globo, 2009).

Desde Janeiro de 2009 até meados de 2011, o CDB garantiu linhas de crédito num valor aproximado de USD\$ 88,7 biliões às companhias de energia nacionais e a entidades governamentais de vários países, inclusive da Bolívia, de Angola, do Gana, do Cazaquistão, do Brasil, do Equador, da Federação Russa, do Turquemenistão e da Venezuela. Os empréstimos são garantidos por receitas auferidas com a venda de petróleo para as empresas nacionais de petróleo da China, salvo no caso do Turquemenistão, que é revertido em gás natural. Estes empréstimos distinguem-se: *i)* pelos seus longos prazos (até 30 anos, por exemplo com o Turquemenistão, em Junho de 2009); *ii)* pelo seu valor elevado (até 25 biliões, exemplo do empréstimo à Rússia em 17 de Fevereiro de 2009), *iii)* pelo período de tempo relativamente curto em que foram realizados (menos de dois anos), *iv)* e pela altura da sua disponibilidade (durante a crise financeira global, quando outras

instituições financeiras praticamente não estavam dispostas a emprestar grandes quantidades de capital para períodos tão longos de tempo) (Cf. Tabela VII).

Tabela VII. *Empréstimos do CDB para fornecimentos de Petróleo e de Gás a Longo Prazo 2009-2011*

| País/data | Mutuário | Valor (USD) | Beneficiário | Notas |
|---|--------------------|---|--|--|
| Angola/ 13 de Março de 2009 | Governo Angolano | 1 bilião para projectos na agricultura | N.E.* | Desde 2002, Pequim forneceu cerca de 5 biliões em “empréstimos-por-petróleo” |
| Bolívia/ Abril 2009 | Governo da Bolívia | 2 biliões para construção de infra-estruturas | Sinopec e a sua subsidiária comercial Unipec | Em troca de contractos de fornecimento |
| Brasil/ 19 Maio de 2009 | Petrobras | 10 biliões, <i>Libor</i> mais <i>spread</i> de 2,8% | Sinopec | Garante um contracto de 150 mil b/d petróleo em 2009; 200 mil b/d de 2010 a 2019 |
| Venezuela/ 5 de Dezembro de 2011 | PDVSA | 1,5 biliões | N.E. | Para a construção de uma refinaria de petróleo pesado, perto do Recife, Brasil |
| Equador/ Julho de 2009 | PetroEcuador | 1 bilião, taxa de juro anual fixa de 7,25% | CNPC/ Petrochina | 39 mil b/d para dois anos |
| Equador/ Junho de 2011 | Governo do Equador | 2 biliões; 8 anos com taxa de juro anual fixa de 6,9% | N.E. | Renovar contracto de Fornecimento de petróleo |
| Gana/ Junho de 2010 | GNPC | N.E. | Sinopec | GNPC e a Sinopec assinaram um Memorando de Entendimento em <i>upstream, midstream e downstream</i> |
| Cazaquistão/ Abril de 2009 | KMG | 10 biliões | CNPC | USD\$ 3,3 biliões para comprar a KMG à companhia da Indonésia Central Asia Petroleum |
| Rússia/ Fevereiro de 2009 | Rosneft | 15 biliões, para 20 anos, a uma taxa média de 5,69% | CNPC | 300 mil b/d para 20 anos (2011-2030, 15 Mt/ano |

| | | | | |
|---|---------------------------------------|---|---------------------|---|
| | | | | +/-4,1%). Irá vender 9 Mt à CNPC e 6 Mt à Transneft |
| | Transneft | 10 biliões | CNPC | Para a construção do oleoduto com ligação ao sistema da ESPO, em Skovorodino para o campo de petróleo Daqing. A Transneft construirá a parte russa e a CNPC a parte chinesa |
| Turquemenistão/ Junho de 2009 | Turmengaz | 4 biliões | CNPC | 30 bcm de gás natural para 30 anos |
| Turquemenistão/ 2011 | Turkmengaz | 4,1 biliões | N.E. | Fornecimento de 10 bcm de gás natural |
| Venezuela/ 21 Fevereiro 2009 | Bandes (PDVSA) | 4 biliões para um desenvolvimento e um fundo conjunto | CNPC/ Petrochina | 200 mil b/d de petróleo à CNPC, preço de mercado, 1-2/b desconto na oferta; facturação mensal |
| Venezuela/ 17 de Abril de 2010 | Bandes (PDVSA) e Governo da Venezuela | 20,6 biliões; para 10 anos, LIBOR+0.5-2,85% | CNPC | Petroleos de Venezuela e a CNPC formaram uma <i>joint-venture</i> para desenvolverem o bloco 4 de Junin Irá produzir 2,9 biliões de barris de petróleo pesado nos próximos 5 anos. Ligado também com projectos de infra-estruturas incluindo centrais eléctricas. |
| Venezuela/ 2011 | Bandes | 4 biliões | N.E. | Para aumentar a produção de petróleo que envolve a Venezuela e as companhias chinesas de 100.000 para 333.000 b/p |

* N.E - Não especificado

Fonte: Elaborada pela candidata através dos dados da OECD/IEA, 2011; Downs, 2011; CBD, 2011; e, Bloomberg, vários anos.

O início da crise financeira e económica global trouxe repercussões negativas para os países produtores de gás e de petróleo mas, para Pequim, proporcionou uma oportunidade (*Weiji*) perfeita para usar a sua crescente influência financeira e garantir o seu abastecimento energético. Zhang Jian (2011, p. 6) no artigo “China’s Energy Security: Prospects, Challenges and Opportunities” defende que, a partir desta crise a estratégia *Going Out* evolui para *Going out and Buy*, e é caracterizada pelo aumento substancial dos investimentos chineses nos recursos energéticos em termos globais. De facto, a contracção do consumo do petróleo mundial (Mouawad, 2009) repercutiu-se no colapso no preço do petróleo - de um máximo de 145 dólares americanos por barril em 2008 para uma média de 60 dólares por barril em 2009¹⁴⁷, colocando os países produtores em braços com dificuldades para sustentar os seus programas de investimento e para refinar as dívidas de curto prazo. Os bancos chineses, como o CDB, através de empréstimos a esses países produtores, apoiaram a extensão dos investimentos das *guaban* chinesas aos países produtores. De acordo com o *Financial Times Research* (Dyer & Anderlini, 2011) o China Development Bank e o Export-Import Bank da China assinaram empréstimos no valor de USD\$ 110 biliões com outros governos e companhias, entre 2009 e 2010.

O CDB que já tinha garantido “empréstimos-por-petróleo” à Rússia e à Venezuela, nos primeiros meses de 2009, estendeu a sua linha de crédito ao Brasil, à Rússia, à Venezuela e ao Turquemenistão, no valor de USD\$ 47 biliões. Em 2010, no primeiro semestre de 2011, adicionou USD\$ 31,7 biliões ao Equador, ao Turquemenistão e à Venezuela (CDB, 2011). Nesse ano, o CDB foi nomeado o “Banco do Ano de Cooperação Internacional” pelo *Financial News*, surgindo como um aliado estratégico das companhias chinesas, como a PetroChina, a Sinopec, a State Grid, a CITIC Pacific, a Tongling Nonferrous Metals Group, a Goldwind e a Xi'an Electric Engineering Co., Ltd ao custear expansão das suas actividades nacionais e internacionais, em projectos em 90 países e regiões (CDB, 2011). Em Setembro de 2010, a CNPC e a Sinopec formalizaram formalmente essa aliança estratégica, e por exemplo, o CDB concordou apoiar a expansão da CNPC no exterior, fornecendo-lhe um empréstimo de USD\$ 30 biliões, a baixo preço,

¹⁴⁷ O consumo da OCDE contraiu 4,4% em 2009, após uma queda de 3,3% em 2008, enquanto o consumo do petróleo dos EUA contraiu US 3.7% em 2009, após uma queda de 5.1% em 2008 (The Economist Group, 2010).

até 2014. De acordo com o Presidente da CNPC, Jiang Jieman este contracto de crédito “*é de grande importância para acelerar a expansão da estratégia no exterior da CNPC e garantir o abastecimento de energia do país*” (Nicholson, 2009).

Por sua vez, os empréstimos realizados a países abonados em recursos energéticos beneficiam os investimentos e os contractos de fornecimento de longo prazo de petróleo adquiridos pelas *guaban* chinesas nesses países. Esses empréstimos contribuem, simultaneamente, para a segurança de fornecimento e de transporte energético para a China, na medida em que apoiam financeiramente acções que resultam não só em contractos de fornecimento de longo prazo, mas também na construção e no melhoramento de infra-estruturas energéticas que irão permitir ampliar o fornecimento energético ao território. Um bom exemplo é o financiamento de USD\$ 10 biliões para apoiar a construção do oleoduto ligado ao sistema da ESPO, de Skovorodino para o campo de petróleo Daqing. Após mais de 15 anos de negociações entre a Rússia e a China, em 2011, a ramificação oleoduto da ESPO ficou operacional possibilitando o transporte de 300 mil de b/d (15 Mt/ano durante os próximos 20 anos) para China.

Nos últimos anos, as três companhias têm vindo a aprender bastante sobre como fazer negócios no exterior, e têm emergido como grandes *players* nas fusões e aquisições de petróleo *upstream* e de gás natural a nível mundial. Em 2009, as empresas chinesas investiram USD\$ 18,2 biliões em fusões e aquisições, representando 13% no total das aquisições do petróleo e de gás a nível mundial (USD\$ 144 biliões), e 61% nas aquisições por todas as empresas nacionais de petróleo (USD\$ 30 biliões). Em 2010, as empresas chinesas investiram cerca de USD\$ 29,39 biliões, com mais de metade desse investimento na América Latina, nomeadamente no Brasil (USD\$ 15,74 biliões) (*NPC Research Institute of Economics & Technology*, 2010, citado por OECD/IEA 2011, p. 7).

Em 2010, a Sinopec foi a companhia líder nos investimentos, ao adquirir 40% de uma subsidiária brasileira da empresa petrolífera espanhola Repsol e ao comprar por USD\$ 4,65 biliões a quota de 9,03% de participação com a petrolífera Syncrude nas areias petrolíferas do Canadá (Klump, 2010). A CNPC (como empresa cotada na Petrochina) adquiriu juntamente com a Shell 100% (50% cada) de uma participação na exploração do metano das jazidas de carvão da Austrália da companhia Arrow Energy (Cajing, 2010). Comprou também uma participação de 35% numa subsidiária da Shell, na Síria. Por sua

vez, a CNOOC comprou 50% da companhia petrolífera argentina Bridas. Por último, tanto a Sinochem, como a China Investment Corporation (CIC) também fizeram investimentos no exterior, realçando-se a compra pela Sinochem de 40% dos da Statoil no campo petrolífero Peregrino no Brasil (Statoil, 2010a) e o acordo da CIC com a Penn West para formar uma parceria para desenvolver a exploração das areias betuminosas, localizados na área do Rio da Paz, no norte de Alberta, no Canadá (China Oil Web, 2010). Entre 2011 e início de 2012, as companhias chinesas continuaram a apostar em investimentos em sectores chave internacionais que lhes possibilitam aceder a um leque cada vez mais diversificado de recursos energéticos, assim como, a *know-how* e às tecnologias necessárias para desenvolver os recursos energéticos chineses (Cf. Anexo XXV).

Xu Yi-Chong (2006, p. 278) defende que os investimentos na produção de petróleo no exterior são uma “estrada de dois sentidos”, no sentido em que Pequim está interessado em expandir a sua presença nos países produtores de petróleo, e ao mesmo tempo, os países produtores estão interessados em ampliar os compradores e investidores dos seus recursos energéticos. Quando o governo Chinês e Venezuelano assinaram acordos que possibilitavam às companhias chinesas explorarem petróleo e criarem refinarias na Venezuela, o Presidente Hugo Chávez disse que o país estava a procurar reduzir a sua dependência dos EUA e que gostava de dar maior acesso aos recursos naturais do país à China, salientando que “*os Estados Unidos estão a decair como potência e a China está a crescer. A China é o mercado do futuro*” (Reuters, 2007).

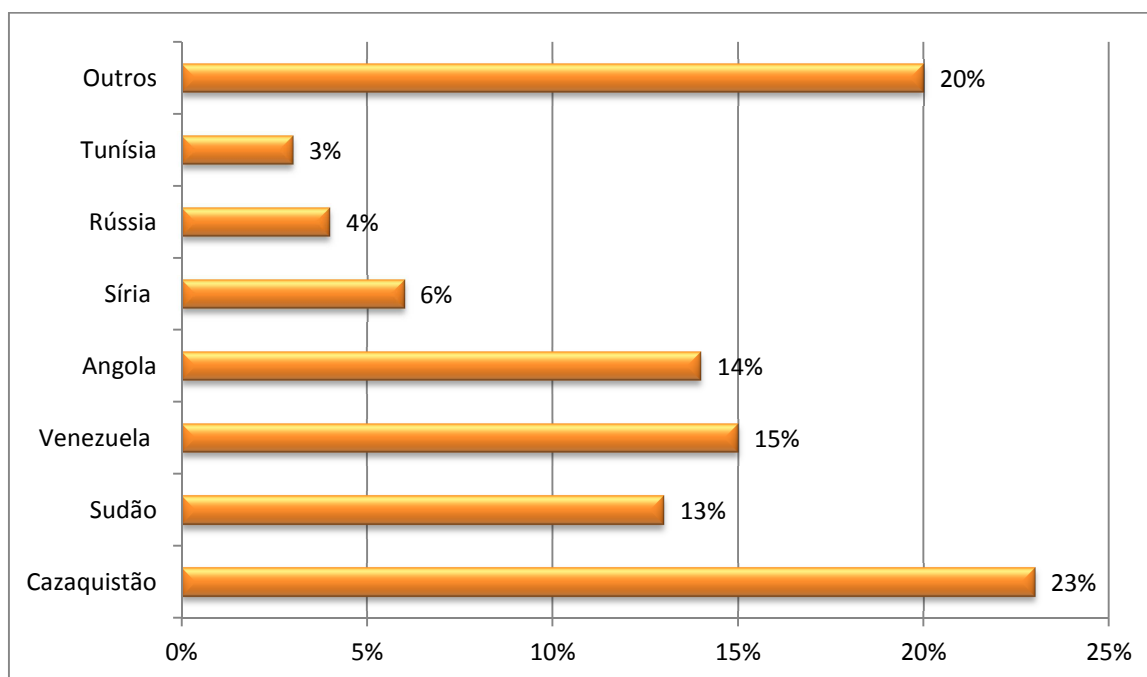
A prática elegida pelas companhias petrolíferas chinesas nos projectos de gás e petróleo estrangeiros é a da participação em projectos de partilha de investimentos e de *stocks* com companhias nacionais estrangeiras e nas companhias internacionais de petróleo (sigla em inglês IOCs), em troca anual de uma porção do gás ou do petróleo produzido nesses mesmos projectos, chamado de *equity oil* (*fen'e you*). Em 2011, as NOCs chinesas actuavam em trinta e um países e tinham partilha na produção em vinte desses países. As suas participações, na grande maioria, estão localizadas em quatro países: no Cazaquistão, no Sudão, na Venezuela e em Angola (Cf. Gráfico IX)¹⁴⁸. De acordo com dados da EIA

¹⁴⁸ Certamente que a produção do *equity oil* no Cazaquistão, Venezuela e Angola é substancial. Mas devido à confidencialidade das *guaban* é muito difícil determinar que parte da produção de *equity oil* desses países foi enviada para a China. A própria venda depende das próprias condições de investimento acordadas pelas

(2012f) a produção do *equity oil* aumentou na última década, passando de 140.000 b/d em 2000 para mais de 1,5 milhões de b/d em 2011, e a *Facts Global Energy* projecta que em 2020, essa produção poderá ser superior a 2 mil b/d (IEA, 2011, p. 7). A líder na produção de *equity oil* no exterior é a CNPC, ao participar em 30 países, inclusive na Rússia, na Venezuela, no Iraque e em Qatar, tendo conseguido aumentar a sua produção de 865.000 b/d em 2010 para 1 milhão de b/d em 2011. Para além da CNPC, tanto a Sinopec como a CNOOC tem produzido *equity oil* no exterior, tendo obtido respectivamente 400.000 b/d e cerca de 150.000 b/d em 2011 (EIA, 2012f).

Gráfico IX. *Estimativa do Equity oil chinês nos países exportadores de petróleo*

(1.º trimestre de 2010)



Outros: Nigéria, Indonésia, Peru, Equador, Colômbia, Iémen, Camarões, Gabão, Iraque, Azerbaijão, Uzbequistão

Fonte: IEA, 2011, p. 18

NOCs no momento em que entraram em parcerias com outras empresas nesses países, pois podem não dominar o mercado de venda em alguns campos. Por outro lado, mesmo que tenham o controlo, o petróleo enviado para a China pode variar de ano para ano, dependendo das condições de mercado: os preços internacionais e nacionais do petróleo.

A totalidade do petróleo produzido pelas NOCs chinesas no exterior não é enviado para a China, mas vendido em mercados locais e internacionais. Os factores para as empresas chinesas venderem a sua produção de *equity oil* variam. Em primeiro lugar, essa decisão pode ser baseada na distância geográfica e no custo do transporte. Ou seja, a distância entre o local de produção e o destino pode elevar o custo de transporte desse petróleo para a China, sendo economicamente mais rentável vendê-lo no mercado internacional. Um exemplo desta decisão é evidenciado pela *Facts Global Energy* (2010, citado por EIA, 2011, p. 18) que aponta que, em 2010, quase toda produção do *equity oil* no continente americano foi vendido no mercado local em vez de ser enviado para a China. Em segundo lugar, essa decisão pode estar ligada a própria característica do petróleo e à capacidade de refinação das refinarias chinesas. O petróleo pesado da Venezuela, por exemplo, não é compatível pela capacidade de refinação das refinarias chinesas¹⁴⁹. Em terceiro lugar, podem ser patenteadas as dificuldades de transporte ou inexistência de uma rota de ligação ao território chinês. Por exemplo, antes de 2009, o *equity oil* do campo Aktobe no Cazaquistão era vendido localmente, porque a sua produção ainda não estava a ser escoada pelo oleoduto Cazaquistão-China. Em quarto lugar, o factor de decisão pode ser rentabilidade ou o lucro perante os preços do petróleo vigentes no mercado. O *equity oil* produzido pela CNPC no Cazaquistão, por exemplo, não é totalmente enviado pelo novo oleoduto Cazaquistão-China. A decisão se é ou não é rentável vender o petróleo ou transporta-lo para a China parte de uma empresa subsidiária da CNPC, a CNPC International. É esta empresa que determina se vende a produção do campo Aktobe à China National United Oil Corporation (Chinaoil), uma *joint-venture* entre a CNPC e a Sinochem, ou a outras companhias. Por outro lado, a Chinaoil também decide se é mais rentável comprar petróleo localmente, num campo perto do oleoduto ou comprar a produção do campo Aktobe da CNPC International.

¹⁴⁹ Embora este *handicap* poderá vir a ser brevemente ultrapassado, pois a PetroChina e a venezuelana PDVSA pretendem processar o petróleo pesado e extra pesado venezuelano em refinarias construídas na China. Em 2011, formaram uma *joint-venture* para construir no sul da China, a refinaria Nanhai destinada a este tipo de petróleo. Este acordo confirma o Acordo de Cooperação assinado em Março de 2007 pelas duas empresas, no qual se comprometiam a trabalhar em conjunto para produzir 800 mil b/d de petróleo pesado e extra pesado, que seriam extraídos na Venezuela e processado em três refinarias a serem construídas na China. Para a realização deste acordo começou a ser construído a primeira refinaria a Jie Yang City, na província de Cantão, que está operacional em 2015, e em Agosto de 2011 foi acordado a construção da refinaria de Nanhai (PDVSA, 2011).

A aquisição do *equity oil* é uma opção atraente para o aprovisionamento de petróleo pela China, ao não se expor nas competições com as companhias internacionais de petróleo ocidentais, para ganhar os direitos de exploração (Jaffe & Lewis, 2001, p. 126). Além disso, esta opção também reduz embora sem eliminar o risco de preço de mercado, pois permite ao investidor prever quanto petróleo vai receber e a que custo, ao longo da duração do campo. A longo prazo, o preço é geralmente mais baixo do que no mercado internacional porque o comprador, como proprietário de capital geralmente produz e transporta o petróleo abaixo do preço de mercado. Por último, também garante um fornecimento seguro e estável, ao eliminar a necessidade de intermediários como outras companhias de petróleo. Porém, adquirir *equity oil* não aumenta necessariamente a segurança energética, já que não protege os consumidores chineses contra a volatilidade do preço do petróleo. Uma margem de capital de alguns (poucos) dólares por barril fará pouco para mitigar o impacto de uma grande subida de preços. Dai que alguns analistas chineses, como Zhou Dadi (2002), director do *China Energy Research Institute*, defendam que quanto maior for a percentagem de petróleo na posse das companhias chinesas, maior será a capacidade destas susterem os picos dos preços. Mesmo que os consumidores chineses tenham acesso a esse petróleo durante uma possível crise, o volume desse petróleo para a China irá depender da natureza da crise, da localização dos investimentos e, também se as empresas petrolíferas chinesas têm direito sobre o petróleo ou sobre as receitas (Downs, 2004, p. 36). Por outro lado, o petróleo produzido no exterior pelas companhias chinesas e que é dirigido para a China enfrenta os mesmos riscos e ameaças de transporte que o petróleo adquirido no mercado *spot*. Além de que, o custo do transporte de *equity oil* produzido em países longínquos pode não compensar economicamente ao país que o pode comprar tanto aos países vizinhos ou no Médio Oriente. Daí que, apesar do progresso em assegurar *equity oil* dos países distantes, grande parte desse petróleo é vendido no mercado internacional, representando apenas uma pequena parte do consumo de petróleo da China. Como refere Zhong Xiang Zhang (2012, p. 3) “*aparentemente as NOCs preferem deixar as condições de mercado decidir se o petróleo é enviado de volta para a China ou se é vendido para os mercados regionais ou internacionais a um melhor preço, como as outras companhias petrolíferas internacionais fazem*”. Um dos cenários em que o *equity oil* pode melhorar a segurança energética Chinesa seria num eventual embargo de petróleo à China, já que, Pequim poderia ter acesso a petróleo para além do dos países que não respeitassem

o embargo. Contudo, num mercado global parece ser quase impossível impedir transacções entre os inúmeros países produtores e a China (Leung, 2011, p. 1335).

A nível global, é importante sublinhar que os investimentos das companhias chinesas no estrangeiro têm contribuído para o investimento global *upstream* e para a oferta global de petróleo. As *guaban* chinesas têm colaborado em conjunto com as IOCs e com outras NOCs de outros países para aumentar a produção dos recursos energéticos de várias áreas geográficas, nomeadamente na Ásia Central, na América Latina e em África e na Rússia. Ao investirem na construção de gasodutos e oleodutos na América do Norte e na Ásia Central e Sudeste, têm também contribuído para o desenvolvimento económico de países e para o mercado global. A cooperação com outras NOCs e IOCs provou ser crucial para que as companhias chinesas entrarem em outros países e reduzir os riscos de investimentos, de que é exemplo o Iraque. Quando as NOCs chinesas, a partir de 2009, ganharam três contractos de licitação e o direito para desenvolverem os campos de petróleo Rumaila, Halfaya e Missan, no Iraque, estavam a aceder às segundas maiores reservas provadas de petróleo num país politicamente instável e de ambiente inseguro. No entanto, ao participarem na exploração com outras IOCs, nomeadamente a BP, a TOTAL, a Turkish Petroleum e a Petronas, estavam a dividir simultaneamente os lucros e os riscos de investimento. Apesar do sucesso as acções das companhias chinesas para assegurar a produção de petróleo e de gás no estrangeiro não tem sido fáceis. Em 2009, as companhias falharam na aquisição de participações na Líbia e em Angola, quando a Libya National Oil Corporation e a angolana Sonangol exerceram o seu direito e bloquearam as ofertas¹⁵⁰. Este bloqueio patenteia o desejo dos países produtores em diversificar os países investidores nos seus sectores energéticos, e no segundo caso, representa, igualmente, uma nova etapa nas relações China-Angola.

¹⁵⁰ A 8 de Setembro de 2009, a Líbia vetou uma oferta de licitação USD 462 milhões pela CNPC para a companhia líbia Energia Verenex (Upstream, 2009). Uns dias depois, a Sonangol bloqueou a venda da participação de 20% da companhia americana Marathon Oil do bloco 32 que estava previsto ser vendido à Sinopec e à China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). Marathon Oil tinha anunciado, em Julho de 2009, a venda da sua participação no bloco às empresas chinesas por 1,3 mil milhões de dólares, mas a Sonangol adquiriu essa posição pelo mesmo valor pedido às companhias chinesas, aumentando assim a sua participação no bloco para 40% (Macauhub, 2009c).

3.3. A Diplomacia Energética para os Países Produtores

Grande parte da política externa e de segurança da RPC é orientada pela preocupação com a sua segurança energética. Com os países produtores, Pequim cultiva relações bilaterais como forma de obter recursos energéticos que necessita, fornecendo-lhes apoio financeiro e assistência, assinando acordos de comércio livre e estabelecendo Parcerias Estratégicas (*zhanlue huoban guanxi*).

Evan Medeiros (2009, p. 82) refere que no léxico da política externa chinesa¹⁵¹, a parceria é estratégica por duas razões: primeiro, é abrangente, incluindo aspectos das relações bilaterais (exemplo, económico, culturais, políticos e de segurança) e em segundo lugar, ambos os países concordam em relações de compromisso de longo-prazo, em que os problemas bilaterais são resolvidos nesse contexto e que as tensões ocasionais não atrapalham a relação. A parceria estratégica é o nível mais alto da estrutura de parcerias construída pela diplomacia chinesa. De acordo com Su Hao (2009, pp. 39-40) o sistema chinês de parcerias pode ser dividido em quatro níveis: (i) parceria estratégica; (ii) parceria abrangente; (iii) parceria de cooperação e amigável e (iv) relações de cooperação amistosa, em ordem decrescente de importância. Estas parcerias possibilitam a Pequim prosseguir os seus objectivos em termos de segurança energética, já que são mecanismos que permitem a expansão das oportunidades económicas e comerciais, acesso preferencial a mercados e a recursos naturais¹⁵². Foi com Brasil que Pequim criou a primeira parceria estratégica, em 1993, seguida três anos depois por uma parceria com a Rússia. Mas, e como podemos observar pela Tabela VIII, ao longo dos anos tem acordado novas parcerias e reforçar as relações com alguns dos principais detentores e produtores de hidrocarbonetos mundiais. A criação de um diálogo estratégico pode representar mais um meio para obter novos acordos

151 As parcerias estratégicas para a China têm um significado diferente da conotação ocidental, já que o termo estratégico (*zhanlue*) não engloba só alianças militares, que envolvem cooperação de segurança e militar. Para Bergsten *et al.* (2008 citado por Gonçalves & Brito, 2010, p. 14), o estabelecimento de parcerias estratégicas obedece a dois objectivos: o primeiro é evidenciar a importância relativa dessas relações bilaterais e multilaterais para os interesses globais da China e o segundo é promover o Novo Conceito de Segurança (*xin anquan guandian*) defendido por Pequim, em que o conceito de parceria estratégica aparece como uma alternativa ao conceito de alianças.

152 Permitem também estabilizar e moldar o ambiente da segurança regional e reduzir os constrangimentos externos à China e expandir a sua reputação internacional como poder responsável.

energéticos e para ampliar a cooperação bilateral e multilateral com os países com recursos energéticos.

Tabela VIII. Parcerias Estratégicas com Países Produtores

| País | Data | Visita | Parceria |
|-------------------------------|-------------|---|---|
| Brasil | 1993 | Jiang Zemin ao Brasil | Parceria Estratégica |
| | 2012 | Wen Jiabao ao Brasil | Parceria Estratégica Global |
| Rússia | 1996 | Boris Yeltsin à China | Parceria Estratégica de Cooperação |
| | 2011 | Hu Jintao a Moscovo | Parceria Estratégica global e Cooperativa |
| Arábia Saudita | 1999 | Jiang Zemin à Arábia Saudita | Parceria Estratégica |
| Venezuela | 2001 | Hu Jintao à Venezuela | Parceria Estratégica abrangente |
| Argentina | 2004 | Hu Jintao à Argentina | Parceria Estratégica abrangente |
| Argélia | 2004 | Hu Jintao à Argélia | Parceria Estratégica |
| Cazaquistão | 2005 | Hu Jintao ao Cazaquistão | Parceria Estratégica abrangente |
| Nigéria | 2005 | Presidente Obasanjo à China | Parceria Estratégica |
| Canadá | 2005 | Hu Jintao ao Canadá | Parceria Estratégica |
| Indonésia | 2005 | Hu Jintao à Indonésia | Parceria Estratégica abrangente |
| Angola | 2010 | Vice-Presidente Xi Jinping a Angola | Parceria Estratégica |
| Bangladesh | 2010 | Primeiro-Ministro Sheikh Hasina à China | Parceria Estratégica de Cooperação abrangente |
| Myanmar | 2011 | Presidente Thein Sein à China | Parceria Estratégica de Cooperação abrangente |
| Emirados Árabes Unidos | 2012 | Wen Jiabao aos Emirados Árabes Unidos | Parceria Estratégica |
| Afganistão | 2010 | Presidente Karzai à China | Parceria Estratégica abrangente |
| | 2012 | Presidente Karzai à China | Parceria Estratégica de Cooperação |

Fonte: Elaborado pela candidata com base nos dados do Ministério de Negócios Estrangeiros da RPC; Xinhua, vários anos.

Em troca do acesso aos recursos energéticos, Pequim poderá oferecer benefícios económicos e políticos aos países produtores, nomeadamente, usar o seu crescente poder na arena internacional e o lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para defender os “interesses” dos países produtores. Simultaneamente poderá garantir-lhes contractos de compra dos seus recursos a longo prazo, investimentos, apoios financeiros e assistência técnica, em troca de fornecimentos energéticos de longo-prazo. Estas medidas têm resultado em países que necessitam tecnologia, créditos e investimentos, como por exemplo, países com recursos dos Países de Língua Portuguesa, tal como Angola, e em países sancionados pelo Conselho de Segurança, como é o caso do Sudão e do Irão.

A diplomacia energética não aumenta a segurança energética, pelo menos em termos de protecção da volatilidade dos preços e situações de crise nos países produtores, sendo necessário diversificar o mais possível as fontes de importação. Daí que, Pequim e os seus conglomerados energéticos estejam presentes em diferentíssimos países, em áreas estratégicas: no Médio Oriente, na Rússia e na Ásia Central, em África e na América Latina.

3.3.1. O Médio Oriente e a Segurança Energética Chinesa

A China, ao contrário de outras grandes poderes, é um actor recente no Médio Oriente¹⁵³. Durante a guerra fria, Pequim preferiu ficar longe da complexidade de uma área tão assediada pela instabilidade, e até a morte de Mao Zedong em 1976, não tinha sequer estabelecido relações diplomáticas com a maioria das capitais da região. Somente a partir dos finais dos anos 70, quando Pequim emergiu do seu isolamento, é que começou a

¹⁵³ O Médio Oriente é a área que na divisão das regiões e países na página do Ministério de Negócios Estrangeiros da RPC (2005b), engloba os países “Ásia Ocidental e Norte de África”, incluindo a Argélia, a Arábia Saudita, o Bahrein, o Egipto, os Emiratos Árabes Unidos, o Iémen, o Irão, o Iraque, Israel, a Jordânia, o Kuwait, o Líbano, a Líbia, Marrocos, a Mauritânia, Omã, a Palestina, Qatar, a Síria, o Sudão, a Tunísia e a Turquia.

estabelecer laços com quase todos os outros países ricos em petróleo¹⁵⁴. O seu envolvimento crescente no Médio Oriente é profusamente orientado por questões económicas-comerciais, principalmente conseguir aceder aos hidrocarbonetos e ao mercado energéticos dos países produtores. O petróleo do Médio Oriente e o comércio com os países desta área geográfica tem vindo a apoiar o contínuo desenvolvimento económico da RPC, na medida em que tanto os recursos energéticos como o mercado da região são importantes para a economia chinesa. Os recursos energéticos da região são a principal fonte de abastecimento energético da RPC, e o vasto e atractivo mercado é igualmente importante para o escoamento das exportações chinesas, especialmente de maquinaria, equipamentos, componentes de transportes, têxteis e vestuários, produtos agrícolas, e armamento. Pequim também tem procurado investir na região e atrair investimentos dos países da região para o seu território.

A política da RPC no Médio Oriente apresenta outras duas características fundamentais. Em primeiro lugar, Pequim procura cultivar relações amigáveis e de cooperação multidimensional com cada um dos países da região, mantendo-se neutral nos conflitos e nas disputas entre os países do Médio Oriente (Tomé, 2008, p. 92; Alterman & Garver, 2008, p. 19; Dorraj & Currier, 2011, p. 73). Em segundo lugar, não deseja que o seu papel cada vez mais relevante na região antagonize os EUA, evitando confrontação com Washington pelas questões do Médio Oriente. Como sustenta Luís Tomé *“por muito importante que sejam os seus interesses e certos parceiros no Médio Oriente, nenhum vale o risco de alinear a relação bilateral mais importante para a China, e logo os interesses prioritários: os EUA são absolutamente cruciais para um ambiente internacional favorável ao crescimento e desenvolvimento da China”* (2008, p. 110).

Os produtores de hidrocarbonetos do Médio Oriente apreciam a abordagem neutral chinesa e a forma pragmática de cooperar em áreas de interesse mútuo, sem no entanto abordar questões susceptíveis de discordância. Por sua vez, olham para a China como uma possível alternativa à hegemonia dos EUA, que até momento continua a ter sua posição incontestável na região. O regime Saudita cultiva relações com o segundo maior

¹⁵⁴ Estas relações giravam normalmente em torno do comércio de armamentos e tecnologia de duplo uso. A China descobriu no Médio Oriente, oportunidades comerciais fornecendo armas tanto ao Irão como o Iraque durante a guerra 1980-1988, ignorando os planos dos EUA de cortar o armamento a Teerão.

consumidor do petróleo para proteger-se contra uma maior deterioração em relações EUA-Arábia Saudita, enquanto o Presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad tem interesse em forjar uma parceria estratégica com a China como “*contrapeso no vis a vis face aos EUA*” (Tomé, 2008, p. 93)

Foi no Médio Oriente que Pequim encetou as primeiras iniciativas com os grandes produtores de hidrocarbonetos. Desde a década de 90, que a diplomacia do petróleo transformou a região na principal fonte de importações de petróleo para a China. Em 1990, a Ásia-Pacífico representava 60%, enquanto o Médio Oriente representava 39% no total das importa no total das importações petrolíferas chinesas. Sete anos depois, o Médio Oriente aumentou para 48%, enquanto a percentagem da Ásia-Pacífico no total das importações diminui para 26% (Cf. Tabela IX). Embora Pequim procure diversificar as fontes de aprovisionamento, a tendência aponta para que o Médio Oriente continue a ser a principal área de importações petrolíferas. Em 2011, 51% das importações de petróleo chinesas foram provenientes dos produtores da região, e estima-se que poderão atingir os 70%, em 2015 (Calabrese, 2005). A mudança das áreas prioritárias de importação foi acompanhada pela própria alteração no *ranking* das fontes de abastecimento de petróleo. A partir de 2003, Pequim deixou de assegurar a compra de petróleo de ramas leves e doces que as refinarias chinesas poderiam processar facilmente dos pequenos produtores do Médio Oriente, como Omã e Iémen, e passou a ter como maiores fornecedores a Arábia Saudita e o Irão.

Tabela IX. *Importação de petróleo por Origem (% no total), 1900-2011*

| Região | 1990 | 1997 | 2006 | 2008 | 2010 | 2011 |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Médio Oriente | 39% | 48% | 44% | 46% | 46% | 51% |
| Rússia-Ásia Central | N.E.* | N.E. | 11% | 10% | 10% | 10% |
| Bacia do Atlântico | N.E. | N.E. | 5% | 3% | 3% | 3% |
| Ásia-Pacífico | 60% | 26% | 4% | N.E. | 4% | 3% |

| | | | | | | |
|---------------|-------|--------|-----|-----|-----|-----|
| África | 0,00% | 16,70% | 32% | 23% | 30% | 24% |
| Outros | 0,00% | 9,% | 4% | 18% | 7% | 9% |

* N.E. – não especificado

Fonte: Construído pela candidata com dados de Zhou Peng, 2012 e da EIA, vários anos.

As relações a nível energético da China com o Médio Oriente podem ser divididas em dois períodos. Um primeiro, que vai desde os inícios da década de 90, quando Pequim passou a ser importador de petróleo, e que vai até ao início da década de 2000. E um segundo período, desde o 11 de Setembro 2001 até à actualidade. No primeiro, as necessidades de importação de petróleo da China eram ainda pequenas e o mercado internacional de petróleo tinha amplos fornecimentos a preços estáveis e baixos, não se apresentando como uma grande ameaça para a segurança energética chinesa. Os primeiros esforços encetados por Pequim para aceder ao mercado energético, neste período, centraram-se no Médio Oriente e rapidamente elevaram esta região a principal área de fornecimento de petróleo à China. No segundo período, a fonte de abastecimento de petróleo mais importante para a China, o Médio Oriente, começou a ser percebido como insegura, depois do 11 de Setembro e da Guerra do Iraque em 2003¹⁵⁵. Paralelamente, neste ano, Pequim ultrapassou o Tóquio elevando-se a segundo maior consumidor de petróleo a nível mundial. O aumento drástico na procura doméstica de energia, incluindo do petróleo, associado à insegurança do Médio Oriente, conduziu Pequim a procurar a partir do início deste segundo período, fontes de importação em outros continentes.

Para além de serem detentores de simbólicos recursos energéticos¹⁵⁶, os países produtores do Médio Oriente apresentam duas condições que justificam atracção de

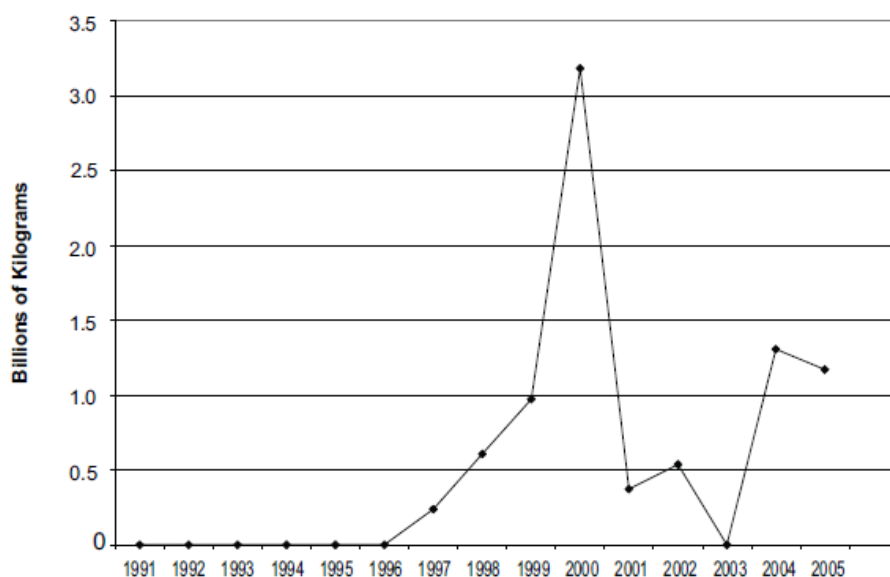
¹⁵⁵ Alguns analistas chineses preocupados com a dependência de petróleo do Médio Oriente, depois da guerra dos EUA no Iraque, colocaram a hipótese que este conflito teria sido fortemente motivado pelo desejo dos EUA em controlar os activos de petróleo do Iraque e para aumentar a sua influência sobre os mercados mundiais de petróleo. Por exemplo, Zhang e Huang Youwen Renwei defendem que a guerra dos EUA no Iraque foi uma estratégia com três objectivos: em primeiro lugar, para “*garantir o fornecimento de petróleo só pra os EUA*”; em segundo lugar, “*evitar que a combinação de forças extremistas do Islão com o uso de ‘petróleo como arma’ pudesse ser usado e que colocasse em risco a economia dos EUA*” e, em terceiro lugar “*controlar a oferta de petróleo do Iraque contribuindo para concretização da estratégia global dos EUA*” (Zhang e Huang Youwen Renwei, 2004, pp. 249-271, citado por Medeiros, 2009, p. 40).

¹⁵⁶ De acordo Relatório Anual da OPEP (2012, p. 22) com o Médio Oriente tinha 796,845 biliões de barris de reservas provadas de petróleo, com a Arábia Saudita com 265,405 biliões de barris, o Irão com 154,580

Pequim pela região. Em primeiro lugar, a grande maioria dos países produtores possui boas infra-estruturas de exploração, produção e distribuição de energia, permitindo alimentar a sede contínua de energia chinesa a qualquer momento. E em segundo lugar, a própria localização geográfica do Médio Oriente possibilita que o transporte marítimo de hidrocarbonetos até à China, pelo Estreito de Ormuz, Índico, Mar da China Meridional, seja menos dispendioso que outras áreas geográficas produtoras.

O conflito de alguns países da região com os EUA proporcionou importantes vantagens diplomáticas e económicas para Pequim, particularmente no Iraque com Saddam Hussein, permitindo que as companhias chinesas comesçassem a participar no *upstream* petrolífero desses países. As companhias chinesas conseguiram contractos longos de exploração em campos de petróleo e gás no Iraque, como se assistiu a um aumento das exportações de petróleo iraquiano para a China entre 1996 e 2001, e a partir de 2003, em períodos de conflito com os EUA (Cf. Gráfico X).

Gráfico X. *Guerra, Sanções, e a Exportação de Petróleo do Iraque para a China*



Fonte: Alterman e Garver, 2008, p.26

biliões de barris, o Iraque com 141,350 bilhões de barris, o Kuwait com 101,500 bilhões de barris, os Emirados Árabes Unidos com 97,800 bilhões de barris, Omã com 5,500 bilhões de barris, a Síria com 2,500 bilhões de barris e outros países com 2,828 bilhões de barris.

Por exemplo, em Junho de 1997, a CNPC conseguiu um contrato com o governo Iraquiano de 22 anos, para a exploração e desenvolvimento do campo al-Ahdad, estimado em USD\$ 1,3 biliões e com uma produção esperada de 90 mil b/d. Embora tivesse sido suspenso com invasão em Março de 2003, esse contrato, foi em certa medida, uma recompensa pela constante oposição chinesa em continuar as sanções económicas ao Iraque (Alterman & Garver, 2008, p. 31). Após a constituição do novo governo iraquiano, foram retomadas as negociações com CNPC, em Novembro de 2006. O ressurgimento das negociações sobre o contrato com a CNPC aparece ligado ao cancelamento parte ou total de uma dívida de USD\$ 8 biliões do Iraque à China. E em 2007, foi reconfirmado a exploração de campo al-Ahdad à CNPC, tendo sido o primeiro acordo que o novo governo realizou com companhias estrangeiras.

Desde Setembro 2001, uma dinâmica semelhante tem garantido uma aproximação da Arábia Saudita à RPC, proporcionado um aumento das exportações de petróleo saudita à China. Ao contrário do caso do Iraque, a Arábia Saudita é um tradicional aliado dos EUA no Médio Oriente. Com um quinto das reservas provadas mundiais de petróleo¹⁵⁷, é o maior produtor e exportador mundial de petróleo, um fornecedor importantíssimo para os EUA, para a Europa e para Ásia e o principal fornecedor de petróleo à RPC. Para a China, a importância deste fornecedor prende-se não só pelas suas vastas reservas energéticas e capacidade de produção petrolífera mas, também, pela sua estabilidade política e organização do seu sector de energia, considerado como um dos mais desenvolvidos em termos de infra-estruturas e de eficiência operacional do mundo. Como país produtor, a Arábia Saudita procura diversificar as fontes de importações dos seus recursos energéticos, para além dos seus tradicionais compradores, os EUA e a Europa. Este país do Médio Oriente produz uma série diferente de petróleos, desde o *heavy* ao *super light*, e Pequim apresenta-se como um mercado alternativo para o escoamento do seu abundante crude *medium*, mais pesado e mais poluente.

Antes dos laços diplomáticos formais terem sido estabelecidos, Pequim desenvolveu o comércio militar com Riad, tendo proporcionado um total de USD\$ 5 biliões em bens militares para a Arábia Saudita, incluindo 50 a 60 mísseis CSS-2 e quinze

¹⁵⁷ Detém aproximadamente 260 biliões barris de reservas provadas de petróleo (mais 2,5 biliões barris na Zona Neutral Saudi-Kuwait (EIA, 2011a; Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2012, p. 22)

lançadores em 1988 (Luft & Korin, 2004). Neste mesmo ano, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre a abertura de escritórios comerciais, e dois anos depois, a RPC e a Arábia Saudita estabeleceram relações diplomáticas (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2002b). A criação de laços formais, em Julho de 1990, foi acompanhada pelo aumento da cooperação no comércio e investimento, sobretudo no sector energético. Em 1998, foi assinado o acordo de Cooperação Económica e no Comércio¹⁵⁸ e no ano seguinte, durante a visita do Presidente Jiang Zemin à Arábia Saudita, foi assinado o Acordo Mútuo para a Cooperação no domínio do Petróleo, que abria o sector de refinação chinesa aos investimentos sauditas e dava oportunidades aos investidores chineses de participarem no desenvolvimento da exploração de petróleo no território saudita (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2002b). Depois deste acordo, as importações do petróleo chinesas aumentaram progressivamente, destacando-se que a partir de 2002, Riade tornou-se o principal fornecedor de Pequim. A importância da Arábia Saudita para a China foi destacada pelo Presidente Jiang Zemin com a declaração de “*Pareceria Estratégica de Petróleo*” entre ambos os países, durante a sua visita de 1999 ao país (Calabrese, 2005). Desde então a relação no sector energético sino-saudita tem vindo a aprofundar-se, particularmente depois do 11 de Setembro.

Devido ao envolvimento de sauditas no 11 de Setembro de 2001¹⁵⁹, as relações entre a Riade e Washington esfriaram e as importações de petróleo saudita para os EUA decaíram. Em oposição, o relacionamento sino-saudita ganhou uma nova dimensão, tendo sido acompanhado pelo aumento da participação da Arábia Saudita nas importações chinesas de petróleo de 6,6% em 1998 para 16,6% em 2003 (UN Comtrade, 2010). O interesse que ambos os países tiveram a partir deste período em reforçar a sua relação, é visível pela Diplomacia de Liderança¹⁶⁰ e pelo aumento de investimentos mútuos no sector da energia. Em 2004, a companhia estatal saudita, Saudi Aramco Oil Company (Aramco) juntamente com a ExxonMobil Corporation e a Fujian Petrochemical Company Limited¹⁶¹

¹⁵⁸ O reforço das relações comerciais após o estabelecimento das relações diplomáticas foi traduzido num aumento do comércio bilateral, que passou de 71 milhões em 1989 para 525 milhões em 1991, e para 1,027 biliões em 1994. Em 1996, a Arábia Saudita era já o principal parceiro comercial da China no Médio Oriente, representando 30% no total das exportações chinesas da região (Dorraj & Currier, 2011, p. 69).

¹⁵⁹ Quinze dos 19 suicidas eram nacionais da Arábia Saudita, assim como o próprio Bin Laden.

¹⁶⁰ Entre 2004 e 2005, o Ministro do petróleo Ali al-Naimi realizou pelo menos seis visitas à China

¹⁶¹ Companhia pertencente à Sinopec (50%) e ao governo de Fujian (50%).

assinaram um contrato de 3,5 mil milhões de dólares para a expansão¹⁶² e desenvolvimento conjunto da refinaria de Quanzhou, na província chinesa de Fujian, destinada a refinar e a processar petróleo com alto teor de enxofre (BusinessWire, 2004). Além deste acordo para a província de Fujian, a Aramco anunciou a 17 de Janeiro de 2005, um investimento de USD\$ 1,17 biliões na refinaria da Sinopec em Shandong, para aumentar a capacidade de refinação para 200 mil b/d, a partir de inícios de 2007. Nesse mesmo ano, a Sinopec ganhou a proposta do projecto de gás natural no bloco nordeste do campo de gás Rub al-khali, uma área aberta pela primeira vez em 25 anos às firmas estrangeiras¹⁶³ (Saudi Aramco, 2012).

Em Janeiro de 2006, o rei saudita Abdullah bin Abdul Aziz realizou a sua primeira viagem oficial à China, a primeira do recém-empossado rei e a primeira de um monarca saudita desde que foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países, dezasseis anos antes. Na cerimónia de recepção ao monarca, Hu Jintao salientou que a visita “*iria abrir um novo capítulo na relação entre a China e a Arábia Saudita*” (ChinaDaily, 2006b). A agência oficial de notícias chinesa Xinhua aludiu que Hu Jintao e o rei Abdullah tinham concordado em expandir a “*cooperação pragmática e promover os laços estratégicos de amizade e cooperação*” (Xinhua, 2006b)¹⁶⁴. Durante a sua estadia foi assinado o acordo de cooperação económica a nível do gás natural, petróleo e minérios. Um acordo que incluía uma cláusula de Riade na construção de uma refinaria na ilha chinesa de Hainão, com uma capacidade de 25 a 20 milhões de toneladas (Hongyi H. Lai, 2009, p. 32). Três meses depois, o Presidente chinês Hu Jintao retribuiu a visita ao reino saudita, tendo acordado com o seu “parceiro estratégico de Petróleo” cinco acordos para a expansão da cooperação mútua no sector energético, na educação, nas tecnologias, e no comércio e nos investimentos (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2006).

¹⁶² Expandir capacidade da refinaria de 80.000 b/d (4 milhões de toneladas por ano) para 240.000 b/d (12 milhões de toneladas por ano) (BusinessWire, 2004).

¹⁶³ Este investimento de 300 milhões de dólares está a ser explorado pela Aramco e a Sinopec (Saudi Aramco, 2012)

¹⁶⁴ Hu Jintao apresentou ao monarca saudita uma proposta para o fortalecimento das relações entre os dois países, composta pelo apoio mútuo nos esforços respectivos para salvaguardar a soberania nacional e a integridade territorial e aumentar a cooperação nos assuntos internacionais. Enquanto o Rei Abdullah pediu a Pequim que tivesse mais atenção e empenhamento nos assuntos do Médio Oriente

Após a visita de Hu Jintao à Arábia Saudita, a companhia estatal saudita Aramco assinou um Memorando de Entendimento com a Sinopec para impulsionar a colaboração na produção e processamento de petróleo, comprometendo-se a fornecer 1 milhão de b/d de petróleo, em 2010 (Rao, 2006). A Sinopec e a Aramco têm desenvolvido uma relação vigorosa e de longo prazo, com cooperação conjunta na refinação, comercialização de petróleo, e serviços de engenharia. Em 2011, ambas as empresas ampliaram a tradicional parceria em toda a cadeia de hidrocarbonetos na Arábia Saudita e na China, com a assinatura de um Memorando de Entendimento arrolado com o desenvolvimento da empresa Red Sea Refining (RSRC), uma empresa de refinação em Yanbu, na costa da Arábia Saudita. Para além dos investimentos conjuntos entre a Aramco e as companhias chinesas na China, salienta-se a criação de uma *joint-venture* de processamento em Tianjin, no norte da China, entre a companhia saudita Sabic e a Sinopec chinesa, que entrou em operação em 2010 para produzir 2,2 milhões de toneladas de derivados de etileno (Saudi Aramco, 2012).

Em 2009, Hu Jintao escolheu a Arábia Saudita como início do périplo de cinco visitas oficiais “*de amizade e cooperação*”, que incluíam Mali, Senegal, Tanzânia e Ilhas Maurícias. Durante a sua visita, ambos os países assinaram cinco acordos de cooperação incluindo na energia, transportes, saúde, e cultura. Dois anos depois, a 19 de Março de 2011, o Príncipe Bandar bin Sultan bin Abdulaziz enviado especial do Rei saudita Abdullah foi recebido pelo Presidente chinês, Hu Jintao. As agências chinesas reportaram as declarações de Hu Jintao sobre a vontade conjunta de “*impulsionar os laços estratégicos bilaterais e amigáveis*” e “*consolidar a confiança política, melhorar a coordenação e cooperação estratégica entre ambos os países*” (Xinhua, 2011c). Actualmente, Riade é o principal fornecedor de petróleo à China. O aumento do comércio de petróleo sino-saudita, que se assistiu desde meados da década de 2000, é um reflexo da relação de dependência mútua entre os dois países. Os chineses precisam de a Arábia Saudita, um produtor de petróleo estabelecido, com grandes reservas e com capacidade de produção e escoamento de petróleo, mesmo em períodos de turbulência como os que se sentiram no Médio Oriente e em Africa, em 2011. O governo saudita, perante o aumento do preço do petróleo Brent, acalmou os mercados com promessas de aumentar a produção para preencher qualquer queda da oferta. Por outro lado, perante uma situação de a longo prazo os países ocidentais

continuarem a diminuir o consumo de petróleo, o governo saudita necessita da garantir compradores com grande e continua sede de energia, como é o caso da China, para os seus recursos energéticos. Embora, tanto a China como a Arábia Saudita procurem evitar que a sua crescente cooperação, seja entendida como antagónica aos interesses dos EUA no Médio Oriente, não deixa de constituir um desafio para os EUA (Tomé, 2008, p. 121). Para Riade, os EUA são mais importantes do que a China, não só em termos de segurança energética, visto que são o seu principal comprador de hidrocarbonetos, mas também a nível estratégico, nomeadamente na contenção das manobras do seu vizinho e rival, a República Islâmica do Irão (Irão).

O Irão apesar de possuir as quartas maiores reservas provadas mundiais de petróleo¹⁶⁵, as segundas maiores reservas de gás¹⁶⁶, de ser o segundo maior produtor e terceiro maior exportador de petróleo bruto na OPEP¹⁶⁷, tem uma capacidade de refinação e de produção energética muito limitada. O subaproveitamento das suas reservas e o subdesenvolvimento do seu sector energético revelam os longos anos de isolamento e de sanções, adoptadas sucessivamente pelos Estados Unidos, Nações Unidas, União Europeia, e por países europeus e asiáticos. Estas sanções que resultam do desenvolvimento de um controverso programa nuclear pelo Irão, têm afastado investimentos das companhias internacionais de energia em projectos *upstream*, limitando a capacidade de exportação dos seus produtos refinados, e compelindo-o depender da importação de gasolina.

¹⁶⁵ Possui 137 biliões de barris de reservas provadas de petróleo correspondendo a 9,3% das reservas provadas mundiais e mais de 12% das reservas da OPEP. Mais de 50% das reservas estão confinados a seis campos supergigantes. Oitenta e cinco por cento das reservas *onshore* estão localizados no sudoeste da Bacia do Khuzistão, perto da fronteira iraquiana (EIA, 2012a). O Irão também possui reservas petróleo sob o Mar Cáspio, mas a exploração e o desenvolvimento dessas reservas têm sido parado devido a disputas territoriais com o Azerbaijão e Turquemenistão. O Irão também compartilha campos de petróleo *onshore* e *offshore* com os países vizinhos, incluindo com o Iraque, o Qatar, o Kuwait e a Arábia Saudita.

¹⁶⁶ Possui 1046 Tmc de reservas provadas de gás natural (EIA, 2012a), predominantemente localizadas *offshore*, embora tenha uma produção significativa em campos de petróleo *onshore*. Mais de dois terços das reservas de gás natural estão localizados em áreas não-associados, que só recentemente começaram a ser desenvolvidas. O campo de gás de Pars Sul representa mais de 47% das reservas totais de gás natural iranianas. Outros grandes campos de gás natural importantes são: o Pars Norte, o Kish, o Kangan-Nar, Golshan e Ferdowsi.

¹⁶⁷ O Irão é segundo maior produtor da OPEP depois da Arábia Saudita. Em 2010, produziu cerca de 4 milhões b/d, em que 3,7 milhões b/d eram petróleo bruto, representando 5% da produção global (EIA, 2012a).

A relação Irão-China¹⁶⁸ é caracterizada por uma interdependência energética, em que tanto o país produtor – o Irão, como o país consumidor – a China, desenvolvem a relação em termos energéticos, por interesses mútuos. O Irão vê a China como um comprador com grande e contínua sede energética, com capacidade e vontade de investimento no sector energético estrangeiro. Um cliente energético com necessidades energéticas de longo-prazo e com grande capacidade de investimento nos vastos recursos subaproveitados e capaz de desenvolver e aumentar o seu sector energético, nomeadamente a sua capacidade de exploração, produção e refinação. Pequim vê o Irão como um país com vastos recursos energéticos, que poderão ser ampliados com o seu apoio técnico e financeiro, e onde as suas companhias petrolíferas poderão desfrutar de um ambiente favorável, já que com a ausência das companhias dos EUA e da Europa, não enfrentam concorrência ocidental. Por outro lado, possui uma excelente posição geográfica para Pequim obter acesso ao petróleo do oeste. Localizado entre as duas regiões ricas em petróleo, o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio, com uma longa costa no Golfo Pérsico e junto Estreito de Ormuz, o Irão tem uma posição estratégica na “Rota da Seda da Energia” para a China, sobretudo pela sua posição “geo-bloqueante” no Estreito de Ormuz, por onde passa um quinto das importações chinesas.

Para além de poder ser uma ponte para os interesses chineses do Golfo Pérsico, poderá também contribuir para o fortalecimento dos laços energéticos e económicos da China com os países da Ásia Central. No início de 2012, o Ministro iraniano das Estradas e da Urbanização, Ali Nikzad, manifestou vontade que Teerão participasse numa linha ferroviária que deve ligar a China (Kashgar) ao Afeganistão (Herat), com ramificações à Ásia Central, nomeadamente ao Tadjiquistão, Turquemenistão e Quirguistão (Fars News Agency, 2012). A companhia iraniana Metra foi a companhia escolhida para um estudo de viabilidade para construção da ramificação dessa linha ferroviária até ao Tadjiquistão. Já anteriormente, em 2010, o vice-Presidente do Irão, Mohammad Reza Rahimi, tinha apresentado interesse na recriação da “Rota da Seda” através da construção de uma linha ferroviária que ligaria a China, o Turquemenistão, o Irão, o Azerbaijão, a Turquia e a Europa.

¹⁶⁸ O Irão e a RPC estabeleceram relações diplomáticas em 1971.

A orientação paragramática de Pequim tem permitido aproveitar as oportunidades energéticas do Irão, sendo actualmente o seu principal cliente de petróleo e parceiro comercial¹⁶⁹, enquanto Teerão é uma das suas principais fontes de aprovisionamento de energia. Em 2010, o Irão exportou cerca de 2,2 milhões de b/d de petróleo bruto, em que 426 mil b/d foram destinados à China (EIA, 2012a), o que representou 9% do total das importações chinesas, colocando o Irão como o terceiro maior fonte de importações de petróleo à China, depois da Arábia Saudita e de Angola.

Na década de 1980, Pequim ainda era um exportador de petróleo. A relação com o Teerão era uma forma de ampliar a sua influência numa região estrategicamente importante mas dominada pelos EUA, e também, uma oportunidade para exportar armamento, num período de estagnação de aquisições militares chinesas. O Irão, apesar da intenção proclamada de Khomeini para prosseguir uma política externa que não era “nem virada para o Ocidental nem o Oriente”, perante questões de índole prática, sobretudo devido ao isolamento e à guerra com o Iraque, aceitou uma cooperação limitada com Pequim. Mas será depois do fim da guerra Irão-Iraque, em 1988, que o intercâmbio bilateral político e económico entre Pequim e Teerão se desenvolverá. Internamente, em 1989, os dois países serão atravessados por acontecimentos que terão repercussões na sua política interna e externa. Na China, os acontecimentos na Praça Tiananmen e no Irão, a morte de Khomeini e a tomada do poder pelo Supremo Ayatollah Ali Khamenei e do Presidente Ali Akbar Hashemi Rafsanjani, levam a adopção por ambos os países de políticas mais pragmáticas. Desde esse período, que as visitas mútuas de altos dirigentes dos dois países acentuaram-se, salientando-se à China a visita do Presidente Iraniano Akbar Hashemi Rafsanjani em Novembro de 1992, do Vice-Presidente Hassan Habibi, em Agosto de 1994 e do Presidente Mohammad Khatami entre 22 a 26 de Junho de 2000 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2002a). Ao Irão, a visita Presidente Li Peng, em Julho de 1991, do Presidente Yang Shangkun em Outubro 1991 e do Presidente do Comité do Congresso Nacional Chinês, Qiao Shi, em Novembro de 1996. As ambições de desenvolvimento do Irão, no pós-guerra, combinado com a relutância de apoio dos países ocidentais, criaram um ambiente favorável para que Pequim exportasse

¹⁶⁹ A seguir à China, o Japão e a Índia, a Itália e a Coreia do Sul foram os maiores compradores de petróleo iraniano, em 2010.

para o mercado iraniano maquinaria, equipamentos, serviços de engenharia e armamento e, importasse minerais, mas sobretudo petróleo.

As necessidades energéticas de Pequim conduziram a ampliação da cooperação com Teerão, a partir de 2000. Em Janeiro de 2001, durante a visita do Vice-Presidente Hu Jintao ao Irão, foram assinados dois acordos no domínio petrolífero: um para transporte de petróleo dos países do Cáspio e outro para a cooperação entre as companhias petrolíferas de ambos os países. Em Março de 2002, Wu Yi, membro de Conselho de Estado da RPC visitou o Irão para se encontrar com o Presidente Seyed Muhammad Khatami, com o propósito de aumentar os laços comerciais e económicos (Maleki, 2007). Essa visita foi seguida pela do Presidente Jiang Zemin, entre 19 a 24 de Abril desse ano, que resultou na assinatura de seis acordos de cooperação cultural, científica e económica, incluindo o Acordo Quadro de Cooperação no petróleo e no gás, assinado pelos Ministros do petróleo iraniano Bejan Zhenganeh e chinês Zhen Peiyan, para ampliar os investimentos chineses nos campos de petróleo e de gás e na indústria petroquímica no país (Gulf News, 2002).

Desde que foram encontradas jazidas significativas no território iraniano, em 1995, as companhias chinesas têm procurado participar e aceder aos recursos energéticos do país. A primeira *guaban* energética a envolver-se no desenvolvimento do sector energético iraniano foi a CNPC, que em 1997, aliou-se à National Iranian Oil Company (NIOC) criando uma *joint-venture* para exploração dos blocos *offshore* de petróleo no Irão. Estimase que, entre 2004 e 2010, as empresas chinesas assinaram contractos no sector de hidrocarbonetos iraniano no valor superior a 120 biliões de dólares (Fars News Agency, 2010). Só em 2004 foram realizados três contractos para fornecimento de GNL iraniano e de petróleo, para participação das companhias petrolíferas chinesas no desenvolvimento de campos de petróleo e na construção de uma refinaria no Irão¹⁷⁰. O primeiro, entre a Zhuhai Zhenrong Corporation e a National Petrochemical Company do Irão (NPCCI), traduziu-se num contracto de USD\$ 20 biliões de longo prazo (25 anos) de fornecimento de mais de

¹⁷⁰ Esses contractos foram realizados após uma delegação chinesa dirigida por Chen Jinhua, Presidente da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional e Wang Tao, antigo Ministro do Petróleo e membros da China National Petroleum Corporation, da Sinopec, e da China National Offshore Oil Corporation terem participado num fórum de energia realizado em Teerão, em Junho de 2004, patrocinado pelo Fórum Boao para a Ásia para avaliar e conhecer as possibilidades de investimento no sector energético iraniano.

110 milhões de toneladas de GNL¹⁷¹. O segundo, também um contrato de longo prazo concretizado no final de Outubro de 2004, tinha por objectivo o desenvolvimento pela Sinopec do campo de petróleo Yadavaran, no sul do Irão e a exportação para China de 150 mil b/d de petróleo, a preços de mercado por um período de 25 anos (Cf. Tabela X.) Foi ainda firmado um outro acordo no final desse mesmo ano, entre os dois países para a construção de uma refinaria no Irão com capacidade para processar 36 mil b/d de gás condensado¹⁷².

Tabela X. *Projectos no Irão com participação das companhias chinesas*

| Empresa | Data | Projecto | Valor (USD) |
|--|-------------|---|--------------------|
| CNPC | 5/2002 | Campo de petróleo Masjid-e-Soleyman (com a Sheer Energ do Canadá) | 80 milhões |
| Sinopec | 10/2004 | Sinopec - NIOC, Campo de petróleo Yadavaran | 2 biliões |
| Sinopec | 7/2006 | Bloco de petróleo Garmsar | 20 milhões |
| China National Offshore Oil Co. | 12/2006 | Desenvolvimento do campo Pars do norte | 16 biliões |
| Sinopec (China); JGC (Japão) | 5/2006 | Expansão da Refinaria Arak na província iraniana de Markazi | 959 milhões |
| CNPC | 1/2009 | CNPC (70%) Desenvolvimento do campo de petróleo Azadegan sul com Inpex (10%), poderá produzir 260.000 b/d de petróleo | 1,76 biliões |
| Consórcio chinês | 3/2009 | Consórcio chinês e a companhia Iran LNG desenvolvimento da fase 12 do campo de gás Pars Sul | 3,2 biliões |
| Sinopec | 4/2009 | Sinopec - NIGEC discussão - Fase 13 e 14 do campo Pars sul | 2 biliões |
| Sinopec | 6/2009 | Sinopec operações <i>Upstream</i> no bloco Garmsar | 20 milhões |
| Sinopec | 8/2009 | Sinopec – NIOC- Desenvolvimento da Refinaria Abadan | 6,5 biliões |
| CNPC | 9/2009 | CNPC - NIOC desenvolvimento do Campo | 2,5 |

¹⁷¹ Com este acordo seria importado anualmente do Irão 2,5 milhões de GNL desde 2008 e 5 milhões de toneladas a partir de 2013

¹⁷² O projecto foi financiado pela empresa estatal, China International Investment Trust Company (CITIC) e concluído em 2008.

| | | Azadegan sul | biliões |
|-------------|---------|---|-------------|
| CNPC | 11/2009 | Sinopec, CNPC, Importação de petróleo bruto | ----- |
| CNPC | 12/2009 | CNPC - Actividades <i>Upstream</i> no Bloco 3 do campo Kuhdasht | 18 milhões |
| CNPC | 3/2010 | Desenvolvimento da fase 11 do projecto de gás Pars do sul | 4,7 biliões |

Fonte: Elaborado pela candidata através dos dados da Global Business in Iran Database, Upstream Online; Fars News Agency, vários anos.

Em Março de 2008, quando o Conselho de Segurança da Nações Unidas impunha novamente sanções ao Irão, Pequim assinou um acordo com o país no valor de USD\$ 3,39 biliões para produzir gás no campo Pars do Sul (Hiro, 2012). No início de Janeiro de 2009, a CNPC e a NPCI firmaram um contrato de USD\$ 1,76 biliões, por um período de 12 anos, para desenvolver o campo de petróleo Azadegan norte, que pode na fase 1 atingir uma capacidade de produção de 75 mil barris de petróleo (Xiao, 2009). Em Março desse ano, a companhia Iran LNG e um consórcio chinês assinaram um acordo no valor de 3,2 biliões, para desenvolvimento da fase 12 do campo iraniano de gás Sul Pars. Os trabalhos desta parceria foram iniciados em 2012, e o objectivo deste projecto é aumentar a produção anual de gás no Irão para 10,5 milhões (Associated Press, 2009)¹⁷³. Em Setembro de 2010, a Sinopec e a CNPC também assinaram contractos com no valor de USD\$ 4 biliões, para aumentar a produção em campos de petróleo iraniano (Blas et al., 2009).

O Irão é um dos principais exportadores de petróleo do mundo, todavia carece de capacidade de refinação e necessita de importar grandes quantidades de gasolina para satisfazer as suas necessidades internas¹⁷⁴. Esta situação de vulnerabilidade energética é uma forma do Ocidente dissuadir Teerão de desenvolver o seu polémico programa nuclear. A China aparece como um parceiro energético capaz de apoiar o Irão a ultrapassar este isolamento e com capacidade de investimento para construir e ampliar a capacidade de refinarias no território. Em Julho 2009, o Teerão pediu a Pequim para investir numa série de projectos económicos no valor de 42.800 milhões dólares, incluindo a construção de

¹⁷³ O campo de gás de Pars Sul é o maior reservatório mundial de gás e é compartilhado pelo Irão e pelo Qatar. A parcela iraniana, que é dividida em 24 fases, contém cerca de metade das reservas do Irão.

¹⁷⁴ Até finais de 2011, por não ter capacidade de refinação para atender à procura interna de combustível, o Irão era obrigado a importar cerca de 40% do que necessita em combustíveis.

sete novas refinarias de petróleo. Pequim concordou com os vários investimentos pedidos, oferecendo-se para construir dez plataformas *jack-up offshore* de perfuração, sete sondas de perfuração da terra e dois guindastes flutuantes, a um custo total USD\$ 2,2 bilhões (Mehr News Agency, 2009). Concordou igualmente em expandir a capacidade das refinarias de Abadan e as do Golfo Pérsico (Aizhu, 2009).

A relação China-Irão tem-se desenvolvido em torno da tensão sobre o programa nuclear iraniano. Pequim tem demonstrado o apoio ao desenvolvimento da tecnologia nuclear iraniana para fins pacíficos, e tem dado ao longo dos anos um “*escudo diplomático*” (Tomé, 2008, p. 124) ao Irão atrasando a aprovação de resoluções ou opondo-se a pressões ou sanções internacionais, manifestando a preferência pela resolução da questão nuclear através da Agência Internacional de Energia Atômica. A China, por um lado, absteve-se de votar no Conselho dos governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 2005 e votou a favor do envio da questão para o Conselho de Segurança em 2006. Por outro, votou a favor das Resoluções do CSNU 1696¹⁷⁵, 1737¹⁷⁶, 1747¹⁷⁷, 1803¹⁷⁸, 1835¹⁷⁹, 1887¹⁸⁰ e 1929¹⁸¹ do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra o programa iraniano de enriquecimento de urânio. Na resolução do dossiê nuclear do Irão opta por soluções pacíficas, reiterando que as sanções não são o método adequado para lidar com o programa de enriquecimento nuclear iraniano. Defende que a questão nuclear iraniana deve ser resolvida por meio do diálogo, em “*que partes interessadas devem intensificar os esforços diplomáticos para facilitar negociações e trabalhar juntos com uma atitude flexível e pragmática*” (Embassy of the People's Republic of China in the Islamic Republic of Iran, 2010). Defende maior flexibilidade e paciência em negociar a questão com Teerão, assim como, a plena cooperação do Irão em esclarecer seu programa nuclear, nomeadamente com a AEIA¹⁸².

¹⁷⁵ Resolução 1696 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 31 de Julho de 2006.

¹⁷⁶ Resolução 1737 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 23 de Dezembro de 2006.

¹⁷⁷ Resolução 1747 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 24 de Março de 2007

¹⁷⁸ Resolução 1803 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 3 de Março de 2008

¹⁷⁹ Resolução 1835 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 27 de Setembro de 2008.

¹⁸⁰ Resolução 1887 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 24 Setembro de 2009

¹⁸¹ Resolução 1929 foi adoptada pelo Conselho de Segurança, a 9 de Junho de 2010.

¹⁸² Em Julho de 2011, no Comunicado Conjunto assinado pelos dois países nas Comemorações do 40.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas, Pequim defendeu que respeita as sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas contra o Irão, opõe-se a algumas das punições mais severas

Esta dualidade na posição chinesa revela a RPC não quer antagonizar os EUA mas, ao mesmo tempo, mostra a atitude pragmática chinesa de defender os seus interesses, fundamentalmente energéticos. O Irão é um fornecedor de petróleo para a China extremamente importante e as sanções unilaterais impostas pelos EUA podem ser um obstáculo para as importações de petróleo da China. De acordo com declaração a do vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Zhai Jun, em 10 de Janeiro de 2012, a China opõe-se à aplicação de pressão e sanções, pois estas abordagens não vão resolver os problemas, salientando esperava que *“estas sanções unilaterais não afectem os interesses da China”* (Al-jazeera, 2012). Neste ambiente, embora a pressão seja direccionado mais para o Irão, aplica-se também indirectamente a países que cooperam com o país. A China, com a sua cooperação económica, política com o Irão, torna-se portanto, susceptível à censura ocidental.

Para além da cooperação mútua na energia, a China e o Irão partilham interesses no desenvolvimento da cooperação em outras diversas áreas, particularmente, no comércio e na defesa. Os dois países consideram a presença de forças externas e a instabilidade e a insegurança na região como grandes ameaças para o desenvolvimento económico e o comércio regional. Neste contexto, a Organização da Cooperação de Xangai, um organismo de cooperação regional com cinco países da Ásia Central e que junta a Rússia e a China, tornou-se um importante mecanismo para abordar os desafios enfrentados na relação bilateral Sino-Irão e na cooperação regional em geral. O Irão é desde 2005, um membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), tendo apresentado em Março de 2008, um pedido para ser membro permanente¹⁸³. O interesse do Irão neste Organização de segurança e de cooperação insere-se na política “Olhar para o Oriente” do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, cujo objectivo é reforçar as relações económicas, políticas e de segurança com os países não ocidentais, tais como a China, a Rússia e a Índia, três poderes regionais, dois membros e um candidato do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

tomadas pelos países ocidentais e que mantém relações de negócios e de comércio com o Irão. Defende também uma solução pacífica para a questão nuclear iraniana por meio do diálogo e da negociação (Embassy of the People's Republic of China in the Islamic Republic of Iran, 2011).

¹⁸³ O pedido do Irão não foi aceite porque está sob sanções impostas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma barreira para qualquer país que queira ser membro da Organização.

Feng Yujun, analista do China Institute of Contemporary International Relations (2006, pp. 14-15 citado por Zhang, 2010, p. 52), sugeriu que esta organização sugere um novo conceito geoestratégico: o “*Novo Eurosianismo*”, que corresponde à formação de um bloco geopolítico unificado, que inclui a China, a Rússia, os países da Ásia Central, a Índia, o Paquistão e o Irão, e que poderá a “estabilizar a Eurásia” e a afectar profundamente a balança de poder mundial. Em termos de cooperação energética, este bloco agrupa grandes países produtores e grandes países consumidores que possuem projectos de cooperação que poderão vir a criar um poderoso “Bloco Energético Euroasiático”.

O Irão como país produtor e perante as sanções internacionais, procura diversificar o leque de compradores de hidrocarbonetos, interessando-se particularmente pelos consumidores asiáticos. É neste contexto que podemos analisar o seu interesse na construção do gasoduto Irão-Paquistão-Índia (IPI)¹⁸⁴, um projecto competidor ao gasoduto Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI), que caso seja concretizado, poderá permitir ao Irão exportar gás para os países da Ásia Sul. Apesar da importância destes projectos para os países envolvidos em ambos os projectos, questões geopolíticas, comerciais e de segurança têm repetidamente impedido a concretização destes gasodutos. Todavia, caso sejam futuramente concretizados podem também vir a contar com envolvimento da China. Pequim já mostrou interesse em estender os gasodutos IP e o TAPI do porto de Gwadar, passando pelo norte do Paquistão ao longo de Karakoram, até província de Xinjiang. Tendo em conta as suas estratégias para combater a insegurança das importações energéticas por via marítima, estes gasodutos apresentam-se como alternativas de transporte para as importações do gás natural do Irão e da Ásia Central até à China. Por outro lado, e como iremos desenvolver posteriormente neste capítulo, estas infra-estruturas energéticas integram-se nos projectos para a reformulação da antiga rota da Seda por Pequim.

Em suma, o Irão é um importante fornecedor de hidrocarbonetos à China e um mercado lucrativo para os investimentos das *guaban* energéticas chinesas. Se o desenvolvimento do seu programa nuclear tem arredado da competição pelos seus recursos

¹⁸⁴ Com a retirada do interesse de participação da Índia em 2009, passou a ser conhecido como Irão-Paquistão (IP). É igualmente conhecido como o Gasoduto da Paz.

muitas das companhias ocidentais, estão presentes e interessadas as companhias asiáticas, em particular do Japão e da Índia. Este último gigante asiático está envolvido na região em projectos muito semelhantes a Pequim, nomeadamente no projecto de construção do Porto de Chabahar na província do Balochistão, um porto adjacente ao de Gwadar do Paquistão, financiado pela China.

3.3.2. Rússia e a Ásia Central e a Segurança Energética Chinesa

Na estratégia de diversificação de fontes e de rotas, tanto a Federação Russa como os países da Ásia Central têm grande relevância para Pequim, já que são países vizinhos que podem permitir a construção directa e por via terrestre de infra-estruturas energéticas para a China, sem necessitar em alguns casos de países de trânsito. Para além da sua posição geográfica estratégica, possuem reservas substanciais de petróleo e de gás natural que podem ser fundamentais na estratégia de diversificação de fontes de aprovisionamento pela proximidade e para a constante sede energética chinesa. A Federação Russa possui as maiores reservas de gás natural, as segundas maiores reservas de carvão e as sétimas maiores reservas de petróleo bruto do mundo¹⁸⁵. É o maior produtor de petróleo bruto dos países não OPEP e o segundo maior a nível mundial, a seguir à Arábia Saudita (EIA, 2012c)¹⁸⁶. Além dos seus vastos recursos energéticos, é um país vizinho da que a RPC partilha uma fronteira de mais de 4000 km com a RPC, o que possibilita a construção de infra-estruturas energéticas terrestres, sem ter de cruzar por países de trânsito. Partilha igualmente a contiguidade com a Ásia Central, uma região onde ambos os países

¹⁸⁵ De acordo com a OPEP a Federação Russa possui 77,403 biliões de reservas provadas de petróleo em 2011 (2012, p. 22), localizadas na sua maioria na Sibéria ocidental, entre os Montes Urais e Sibéria do Planalto Central da Sibéria, e também na região Volga-Urais, estendendo-se para o Mar Cáspio. A Sibéria Oriental mantém algumas reservas, mas pouco exploradas. As reservas de gás da Rússia representam um quarto das reservas mundiais e são as maiores do mundo (1,680 triliões Tcf). Por último, detém as segundas maiores reservas de carvão recuperáveis (173 biliões toneladas) (EIA, 2012d).

¹⁸⁶ Desde 2009 tem alcançado periodicamente a Arábia Saudita. No primeiro semestre de 2011 voltou a ultrapassar e foi o maior produtor mundial de petróleo bruto. A nível de produção de gás natural, tem disputado a liderança mundial com os EUA, tendo perdido o domínio que mantinha desde 2002, em 2009 para os EUA.

pretendem limitar a influência e presença dos EUA, manter estável e segura mas, onde desejam também aceder aos vastos recursos energéticos aí existentes.

Estes atributos espelham-se nos principais interesses que moldam a política da China em relação com a Rússia, nomeadamente na procura pela estabilidade ao longo da fronteira e com as províncias que fazem fronteira com Moscovo, e no apoio que o país vizinho poderá dar às crescentes necessidades energética da China. Ademais, Pequim também está interessado no contributo da Rússia para acelerar o desenvolvimento económico das províncias fronteiriças do norte da China¹⁸⁷, para apoiar a modernização e o progresso técnico-militar e o desenvolvimento do seu papel como uma potência regional no Nordeste e na Ásia Central (Jakobson et al., 2011, p. 2; Ferdinand, 2011, p. 31).

A relação entre os dois parceiros estratégicos¹⁸⁸, caracterizada por reuniões regulares, visitas de alto nível, intercâmbio militar e de consulta em contextos bilaterais e multilaterais, como as reuniões dos BRICS, do G-20 e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), têm-se desenrolado entre períodos de grande progresso, de expectativas e de decepções. Em termos de progresso, salienta-se a assinatura durante a visita do Presidente Jiang Zemin a Moscovo, em Julho de 2001, do Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação com o Presidente Vladimir Putin (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2007). Um tratado que foi sucedido em Junho do mesmo ano, pela criação de Organização de Cooperação de Xangai (OCX) no qual os dois países formam a espinha dorsal e onde partilham os objectivos de segurança e estabilidade da Ásia Central.

A cooperação bilateral energética pode ser inserida nas expectativas e de decepções na relação, visto que aparentemente poderia representar uma combinação perfeita, ao

¹⁸⁷ Nos finais da década de 90, a China lançou a campanha “*Go west*” cujo objectivo é o desenvolvimento da zona oriental chinesa através da transferência de investimentos da zona ocidental para zona oriental chinesa. Pequim considera que o comércio com a Rússia e mesmo com os países da Ásia Central pode apoiar e desenvolver as províncias do norte e do nordeste chinesas, de Heilongjiang, Jilin e Liaoning, e as regiões centrais-ocidentais como a Mongólia Interior, Gansu e Xinjiang. Por diferentes razões essas províncias têm tido um desenvolvimento mais lento do que as outras regiões do país, particularmente comparado ao desenvolvimento das regiões costeiras chinesas.

¹⁸⁸ A Parceria Estratégica Cooperativa foi estabelecida em Abril de 1996, durante a visita do presidente Boris Yeltsin à China. A 26 desse mesmo mês e ano foi criada a organização “Shanghai Five” (*Shànghǎi Hézuò Zǔzhī*) com a assinatura do Tratado de Aprofundamento Confiança Militar nas regiões de fronteira em Xangai pelos chefes de Estado do Cazaquistão, da República Popular da China, do Quirguistão, da Rússia e do Tadjiquistão.

envolver a Rússia, um dos maiores produtores mundiais de petróleo e de gás e que procura diversificar as exportações dos seus recursos para além do mercado europeu¹⁸⁹, e a RPC, um dos maiores consumidores de recursos energéticos e que procura diversificar as suas importações para além do Médio Oriente. Contudo, apesar do potencial que cada um dos países representa um para o outro em termos de parceria energética, esta cooperação é reduzida, marcada por expectativas e de decepções. Muitos analistas chineses, como Feng Yujun (2008, p. 65), do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, referem que existe uma lacuna entre a cooperação energética actual e o potencial que essa relação apresenta, estando longe de alcançar uma cooperação energética plena entre os dois países

Erica Downs (2010, p. 146) ressalta que os resultados inexpressivos da conturbada cooperação energética entre Moscovo e Pequim resultam da desconfiança mútua e falta de entendimento histórico entre ambos os países, e por ambos os países não terem estado interessados em aprofundar os laços bilaterais de energia, no mesmo período de tempo. De facto, na década de 1990, quando a indústria de petróleo necessitava de capital e a Rússia procurava ampliar a cooperação energética, a China aproveitando os preços baixos do petróleo internacional, não se mostrou apressada para assumir compromissos energéticos vinculativos com o seu vizinho fronteiriço. A Rússia estava mais interessada em vender gás natural e petróleo ao seu vizinho asiático que a China estava em comprá-lo, paralelamente, foi de Moscovo que partiu a primeira iniciativa de construção de um oleoduto entre os dois países, em 1994.

Depois do 11 de Setembro, quando o seu principal fornecedor – o Médio Oriente passou a ser visto uma região que apresentava insegurança para o fornecimento de energia, acompanhado pelo aumento o consumo incessante de petróleo na China e dos preços do petróleo, Pequim apresentou-se mais interessado em comprometer-se na integração energética com Moscovo e na finalização das negociações dos projectos de oleodutos e

¹⁸⁹ A Rússia quer exportar os seus recursos energéticos para os mercados da Ásia, não só da China, mas também os da Índia, Japão e Coreia. Em 2003 o Governo russo publicou uma estratégia energética ambiciosa para a período até 2020, em que a Ásia representaria 30% das exportações de petróleo da Rússia e 25% das exportações de gás natural até 2020. Em 2009, estes objectivos foram revistos, pretendendo expandir a quota de exportações de petróleo para a região Ásia-Pacífico, de 6% para 22-25% e de gás natural de 0% para 19-20%, até 2030 (Ministry of Energy of the Russian Federation, 2010, p. 23).

gasodutos, ao passo que a Rússia, tornou-se mais relutante em comprometer com o seu saciante vizinho consumidor. O aumento do preço do petróleo a nível mundial, foi acompanhado pelo incremento do controle de Moscovo dos recursos de gás e de petróleo do país. O “nacionalismo de recursos” foi uma forma de revitalizar a economia e ampliar a posição política e económica russa na arena internacional, favorecendo a atitude assertiva dos líderes russos nas relações energéticas com os países parceiros e vizinhos, como a RPC¹⁹⁰.

Quando Putin se tornou Primeiro-Ministro, em 1999, o preço *spot* do Brent europeu foi inferior a USD\$ 18 por barril. Em Julho de 2008, atingiu os USD\$ 147 por barril. Porém, com a crise financeira rapidamente entrou em declínio, descendo a 1 de Outubro abaixo de USD\$ 100, e para USD\$ 75 em meados desse mês, atingindo o valor inferior USD\$ 40, em Dezembro de 2008 (Bin, 2009, p. 4). O declínio acentuado dos preços desta *commodity* teve impacto nas receitas do Estado, já que orçamento russo está fortemente dependente das receitas do petróleo. Enquanto a Rússia desde a crise financeira de 1998, tinha tido um crescimento económico positivo todos os anos, em 2009, o PIB real caiu 7,8%. As receitas esperadas dos hidrocarbonetos caíram mais de metade entre Novembro de 2008 e Abril de 2009, e saldo do orçamento caiu de 3,7% cento do PIB para 7,4% (Barnes, 2011, p. 2). Por outro lado, as empresas de petróleo russas estavam com problemas financeiros graves devido à sua exposição maciça a empréstimos estrangeiros. De acordo Yu Bin (2009, p. 4) a Rosneft tinha a maior dívida externa, no valor de USD\$ 21,4 biliões no final de Junho de 2008 e teria de pagar uma dívida de USD\$ 13,4 biliões até o verão de 2009.

Esta mudança abrupta no preço do petróleo veio a revelar que a “crise pode ser uma oportunidade” (*Weiji*) a Pequim, ao temperar a abordagem da Rússia no uso de energia nas suas relações externas e ao facilitar a relação energética com a China. No 13.º Encontro Ministerial em Moscovo, a 28 de Outubro de 2008, em resultado de uma das cinco

¹⁹⁰ Na sua tese de doutoramento, em 1997, Vladimir Putin defendeu que os recursos energéticos eram importantes para a revitalização da economia russa e para a Rússia restaurar o seu grande estatuto internacional.

propostas¹⁹¹ apresentadas pelo Ministro Wen Jiabao ao seu homólogo Dmitry Medvedev, foi assinado um Memorando Entendimento na cooperação no sector do Petróleo. Em Fevereiro de 2009, como parte desse Memorando foi acordado que o China Development Bank emprestaria USD\$ 25 biliões às companhias estatais de energia russas, Rosneft (15 biliões) e Transneft (10 biliões). Em troca deste “pacote de apoio financeiro”, Pequim conseguiu não só um contrato de fornecimento de longo termo, de 15 milhões de toneladas de petróleo russo, por ano, durante vinte anos a partir de 2010, como também o acordo sobre a construção da ramificação da ESPO para a China (China Daily, 2009a).

Pelo valor que ambos países representam para as estratégias de diversificação da RPC de fontes de aprovisionamento e da Rússia de mercados de escoamento para as suas exportações, consideramos que continuará a existir o interesse de ambas as partes para ampliar a cooperação energética. Na estratégia de diversificar os mercados de exportação dos recursos energéticos, para além do mercado Europeu e do interesse especial em exportar para os países asiáticos, a China aparece como um cliente atractivo de longo termo para a Rússia, com projecções que o seu consumo de petróleo e de gás aumentará mais rapidamente do que o da Europa. No entanto, permanece ainda incerto se esta cooperação poderá se tornar mais efectiva a curto ou a longo prazo. É certo que a crise financeira internacional foi uma oportunidade para aproximar os dois países. De certa forma foi benéfica para ambas as partes, já que as companhias russas beneficiaram de um empréstimo a uma taxa favorável de 6%, que lhes permitiu apoiarem-se financeiramente perante a queda do preço do petróleo e ter capacidade para investir em outros projectos. Enquanto a RPC, para além de ter conseguido um contracto de fornecimento a longo prazo, conseguiu “*expor-se menos a crise financeira internacional ao converter as reservas de dólares americanas em activos energéticos*” (Li, 2008).

A cooperação energética modesta entre os dois Estados também reflecte o valor que cada um representa, respectivamente, no total das importações e exportações de hidrocarbonetos. Para Pequim, apesar de Moscovo ter aumentado entre 2000 e 2006, de 2% para 11%, desde 2007 até 2010, manteve-se nos 6% no total de importações chinesas

¹⁹¹ As outras propostas incluíam expandir a cooperação no comércio e na tecnologia, nas finanças e nos investimentos, aprofundar a cooperação local e regional e a cooperação nos assuntos económicos internacionais.

de petróleo, ocupando o 5.º lugar no *ranking* dos maiores fornecedores de petróleo, depois da Arábia Saudita, de Angola, do Irão e de Omã. Em 2011, a Rússia ultrapassou Omã e subiu para 4.º lugar, representando 8% no total de importações chinesas de petróleo. Ao analisarmos as importações de gás para a China, verificamos que a participação da Rússia é menor e em relação ao GNL, as importações provenientes deste país apenas representavam 2% no total das importações chinesas em 2011 (EIA, 2012f).

Sob os termos do acordo entre a Gazprom e a CNPC, efectuado durante a visita oficial do Presidente Dmitry Medvedev à RPC, em Setembro de 2010, a Rússia começaria a fornecer à China, 30 bcm de gás por ano dos campos no Sibéria Oriental a partir de 2015, por um período de 30 anos, através do gasoduto que atravessa as montanhas Altai, na China ocidental¹⁹² (Cf. Anexo XXVI). No entanto, apesar de já ter sido acordado as condições básicas para fornecimento de gás russo à China, as duas partes ainda não chegaram a um consenso em relação ao preço do gás a pagar por Pequim, atrasando a efectivação deste contrato. Existe uma grande diferença entre os preços. A Rússia oferece preços de mercado europeus de USD\$ 350 a USD\$ 400 por mil metros cúbicos, enquanto a China quer pagar entre USD\$ 200 a USD\$ 250 por mil metros cúbicos.

O principal mercado de escoamento dos hidrocarbonetos da Rússia é a Europa. A nível de exportações de petróleo, 80% foram destinadas ao mercado europeu, sobretudo para a Alemanha e para a Holanda, enquanto a Ásia apenas representava 12% no total dessas mesmas exportações, em 2009. Em relação às exportações de gás, o valor é superior. A Europa, em 2011, correspondia a 93% no total das exportações de gás natural, enquanto a Ásia apenas 7% em GNL¹⁹³. Dentro da Ásia, a China é um mercado de escoamento atractivo e de grande potencial, mas não é o único. Tanto o Japão como as Coreias também têm interesse na compra do gás da Sibéria Oriental, embora e tendo em

¹⁹² O gasoduto Altai ligaria a região de Nadym-Uressgoy com a China, e no interior do território seria distribuído pelo gasoduto Oeste-Leste. Existe também outro projecto de gasoduto de 4000km, que ligaria a região produtora russa Kovykta (perto da cidade Irkutsk) à China. O campo de gás de Kovykta, na Sibéria oriental, possui aproximadamente 1,9 Tcm de gás, e é o terceiro maior campo de gás não desenvolvido na Rússia.

¹⁹³ A Rússia exportou 218,09 bcm de gás natural e GNL, em 2011. A Europa recebeu 203,70 bcm gás natural e a Ásia recebeu 14,39 Bcm de GNL (BP, 2012).

conta as divergências históricas que existem entre o Japão e a Rússia¹⁹⁴, será mais provável a construção do gasoduto Rússia-Coreias. Em 2008, a Rússia e a Coreia do Sul assinaram um Memorando de Entendimento onde foi acordada a venda de 7,5 milhões de toneladas de gás natural à Coreia do Sul, por um período de 30 anos a partir de 2015. Entre as rotas possíveis para este fornecimento salienta-se o projecto Vostok, que já está a ser discutido desde 1991, e que passaria pelo território da Coreia do Norte¹⁹⁵. Para além deste projecto de Gasoduto, existe o interesse em interligar o caminho-de-ferro transiberiano (em inglês *Trans-Siberian Railway - TSR*) ao caminho-de-ferro Trans-Coreano (*Trans-Korean Railway - TKR*). Pequim também se mostrou interessado na ligação do TKR ao seu projecto de ligação dos caminhos-de-ferro China- Europa (em inglês *Trans-China Railway - TCR*). Se estes três projectos forem interligados concebem a nova “Rota de Seda de Ferro” ou “Caminhos-de-Ferro Euro-Asiáticos”.

A ascensão da “Parceria Estratégica” para uma “Cooperação Estratégica Global e Cooperativa” elevou o relacionamento entre os dois países¹⁹⁶ (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2011). Uma parceria que além da energia tem desde a década 90, na cooperação militar um pilar importante entre os dois países¹⁹⁷. A China tem vindo a beneficiar com a aquisição de avançados sistemas de armas e com a transferência de tecnologia militar russa. Entre 1991 e 2010, estima-se que 90% das armas convencionais importadas pela China foram fornecidas pela Rússia (SIPRI, 2011). Essa transferência, embora tenha vindo a diminuir desde 2007¹⁹⁸, é importante para a RPC

¹⁹⁴ Como iremos analisar posteriormente, o Japão e a China rivalizaram a rota oleoduto a partir da Rússia, mais precisamente de Angarsk. A China preteria Daqing e o Japão Nakhodka. Até ao momento, o Japão e a Rússia não assinaram o acordo de paz, depois da segunda guerra mundial, para além disso, e têm disputas territoriais sobre as ilhas Curilas, conhecidas pelo Japão como “Territórios do Norte”. Todo o arquipélago permanece sob administração da Rússia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, como resultado do Tratado de São Francisco, fazendo parte do Oblast de Sacalina.

¹⁹⁵ Em 2011, durante um encontro entre Medvedev e Kim Jong-il foi negociado a passagem do gasoduto pelo território da Coreia do Norte entre.

¹⁹⁶ Em meados de Junho de 2011, no 10º aniversário da assinatura do Tratado de Relações de Boa vizinhança, Amizade e de Cooperação entre a China e Rússia, o Presidente chinês, Hu Jintao realizou uma visita de três dias a Moscovo. Durante a sua visita, Pequim e Moscovo decidiram elevar a relação bilateral a partir da “Parceria Estratégica” para uma “Parceria Estratégica global e Cooperativa” (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011c).

¹⁹⁷ Essa cooperação tem-se desenvolvido nas esferas político-militar, de treino e técnico-militar.

¹⁹⁸ Uma parte dessa diminuição deve-se à própria produção chinesa de equipamento sob licença, mas também porque a Rússia teme que as exportações de equipamentos militares permita à China copiar a tecnologia militar russa. Em 2006, descobriu que Pequim estava a produzir o ShenyangJ-II, uma versão do avião russo SU-271 SK. Outros factores incluem a transferência de armas para a Índia, a qualidade das armas exportadas

perante o embargo de armas que os países ocidentais impuseram-lhe desde o incidente de Tiananmen e para desenvolvimento da sua tecnologia militar.

Jacobson *et al.* (2011, p. vii) apontam que a Rússia e a China são parceiros “*pragmáticos de Conveniência*” mas não parceiros baseados na profunda partilha de visões do mundo e interesses estratégicos. Moscovo e Pequim partilham interesses em várias posições, particularmente ambos defendem o princípio da não interferência nos assuntos internos de outros países. Em 2011 e 2012, ambos países adoptaram respostas similares ao movimento democrático no Egipto e à crise na Síria, enfatizando a necessidade de estabilidade mas defendendo, em ambos os casos que não deveria haver intervenção externa. A RPC e a Rússia partilham a resistência às políticas hegemónicas dos EUA e defendem a promoção unipolar da ordem mundial. Procuram igualmente a estabilidade nas suas esferas vizinhas de influência, em particular quando envolve o que consideram de campanhas ocidentais que podem conduzir a emergência de oposição nesses países e potenciar instabilidade junto ou dentro das suas fronteiras¹⁹⁹. Ambos países, por exemplo, foram críticos com as revoluções coloridas (*yanse geming*) na Geórgia (Revolução Rosa), Quirguistão (Revolução Tulipa) e Ucrânia (Revolução Laranja), entre 2003 e 2005. A grande preocupação para Pequim destas revoluções era o “efeito de demonstração” ou seja, que situações similares derivadas de acções de actores ocidentais pudessem ocorrer na China.

A partilha de posições entre ambos é, muitas vezes, coincidente nas votações do Conselho de Segurança da Nações Unidas. Como se pode examinar pelo Tabela XI, entre os membros permanentes do CSNU, a Rússia (e ex-URSS) com 65,99% apresenta maior

pela Rússia, os níveis tecnológicos da Rússia e a competição da China no mercado das armas (Jakobson *et al.*, 2011, p. vi).

¹⁹⁹ Tanto a Rússia e como a China tem procurado bilateral e multilateralmente reforçar os laços de segurança com os países da Região. Para da Organização de Cooperação de Xangai é de evidenciar a Organização do Tratado de Segurança Colectiva (*Collective Security Treaty Organization – CSTO*). Esta organização regional de carácter militar foi criada em 2002, pela Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão e a Rússia. O artigo 4.º da carta da fundação CSTO determina que qualquer agressão contra um membro será entendida como uma agressão contra todos os seus membros. Em Fevereiro de 2009, foi criado a Força Colectiva de Reacção Rápida da CSTO composta por 4 000 a 4 500 soldados, com Quartel-General em Bishkek, na capital do Quirguistão. Para além disso, os Estados membros da *CSTO* realizam exercícios conjuntos de simulação de ataques terroristas (Rubezh) e operações anti-narcóticos (Kanal).

semelhança de comportamento com a RPC. Pequim e Moscovo têm coordenado posições políticas e abordagens de apoio mútuo numa série de questões internacionais e assumem a mesma decisão em muitas resoluções deste Conselho. Esta semelhança comportamental tem subjacente a visão que ambos partilham do mundo multipolar e da nova ordem internacional. Apesar de seus interesses individuais com os EUA, a preocupação com este actor levou apresentação conjunta de sua visão vocal de um mundo multipolar, em 1997. Na Declaração Conjunta para um mundo multipolar e o estabelecimento de uma nova ordem Internacional, assinada a 23 de Abril desse ano, defendem uma nova ordem internacional baseada no respeito mútuo pela soberania e na integridade territorial, na não-agressão mútua, na não ingerência interna, na igualdade e no benefício mútuo, a na convivência pacífica e outros princípios universalmente reconhecidos do direito internacional (Nations Department of Economic and Social Affairs - DESA, 1997). Estes princípios reflectem o eixo Rússia-China no Conselho de Segurança, na congregação das suas posições sobre as resoluções que envolvem por exemplo a Síria, a Coreia ou Irão, embora na questão da Coreia do Norte, Pequim assuma a liderança com o apoio de Moscovo, enquanto no Irão e na Síria, é a Rússia que tem a liderança com o apoio da China. Como refere Minxin Pei (2012) *“os dois países parecem ter chegado a um entendimento estratégico: vão agir para desafiar o Ocidente em conjunto, de modo que nenhum possa ficar isolado. A China vai adiar para a Rússia as questões mais críticas para Moscovo (como a Síria), enquanto a Rússia fará o mesmo em questões que preocupam à China (como o Zimbábue ou a Myanmar)”*.

Tabela XI. Registo de voto dos membros permanentes do CSNU em comparação com a RPC, 1974-2008

| Países | Idêntico Sim/Não/abstenção | Divergente 1 sim/Não + 1 Abstenção | 1 sim + 1 Não |
|-------------|-------------------------------|--|---------------|
| França | 36,26% | 34,84% | 15,32% |
| Rússia | 65,99% | 17,64% | 6,53% |
| Reino Unido | 33,42% | 32,57% | 22,70% |
| EUA | 13,21% | 23,20% | 50,80% |

Total de número de votos – 3384 (números não somam 100, porque falta votos de pelo menos um dos Estados)

Fonte: Erik Voeten e Adis Merdzanovic, 2010 citado em Fernenaand, 2011, p. 23.

Ao mesmo tempo que exercem os seus direitos de veto e citam a não intervenção nos assuntos internos dos países, tendem igualmente a suportar os pedidos de sanções por violações de direitos humanos quando são efectuados por organizações regionais e sub-regionais, como a União Africana ou a Liga Árabe. Quando em Fevereiro de 2011, a Liga Árabe condenou as acções do líder líbio Um’ammer Gaddafi, e pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que impusesse sanções, tanto Pequim como Moscovo foram a favor dessas mesmas sanções contra a Líbia²⁰⁰. Todavia, simultaneamente, vetaram um *draft* (4 de Outubro de 2011) ou abstiveram-se (16 Fevereiro de 2011²⁰¹) nas resoluções do Conselho de Segurança sobre a Líbia aludindo o princípio de não interferência.

Por outro lado, quando os interesses nacionais de Moscovo e Pequim não são coincidentes ou entram em desacordo, a parceria estratégica de ambos é relegada para um segundo plano. A invasão da Geórgia, em Agosto de 2008, pela Rússia, e o subsequente reconhecimento da Abecásia e da Ossétia do Sul é um exemplo desta afirmação. Pequim, tendo em conta os princípios fundamentais da sua política externa, de respeito pela soberania nacional, de integridade territorial e da não intervenção nos assuntos internos dos outros países, considerou as acções da Rússia inaceitáveis e não reconheceu a independência Abecásia e da Ossétia do Sul. Aceitar a independência destas duas regiões poderia ser um precedente perigoso para os movimentos de independência latentes no Tibete e em Xinjiang. Desta forma, o não reconhecimento das duas regiões e a condenação do seu parceiro estratégico – a Rússia, tiveram também por base a defesa dos interesses nacionais chineses²⁰².

²⁰⁰ Resolução 1970/2011 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 26 de Fevereiro de 2011.

²⁰¹ Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia

²⁰² Os interesses nacionais chineses também reflectem o poder de veto usado pela China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A China desde substituiu Taiwan nas Nações Unidas em 1971, tem poupado o seu uso de veto no Conselho de Segurança, optando muitas vezes por abster-se nas votações que não apoia, e em geral, nas oito vezes que usou o poder de veto as questões eram de importância para interesses nacionais chineses. Por exemplo, em Agosto de 1972, em apoio ao Paquistão, usou o seu poder de veto no CSNU para bloquear o acesso do Bangladesh de conseguir ser admitido às Nações Unidas, depois de se tornar um país independente. Em Janeiro de 2007, juntamente com a Rússia, vetou uma lei que impunha sanções a Myanmar. Em Julho de 2008, novamente aliada com a Rússia, vetou uma resolução que punia o regime de Mugabe no Zimbabué. Em Outubro de 2011, da mesma forma que a Rússia, vetou uma resolução sobre a questão da Síria.

Na Ásia Central, Moscovo e a RPC são actores de um “Grande Novo Jogo”²⁰³ de onde também fazem parte, entre outros, os EUA e a União Europeia. Neste grande jogo de luta pela influência, mas sobretudo pelo acesso aos recursos energéticos da região, a rivalidade energética entre a RPC e a Rússia poderá ser ineludível. A Rússia aceita a presença da China na área que considera o seu *near abroad*²⁰⁴, mas receia que a sua expansão comercial e as suas interacções no sector energético na região possam permitir que se transforme no actor regional dominante. Por outro lado, a China aceita a presença da Rússia, mas opõe-se ao seu domínio na região. De forma similar, Pequim preocupa-se com os esforços de Moscovo para conter as suas acções, em particular receia que bloqueie o seu acesso aos recursos energéticos dos países da Ásia Central (Jakobson et al., 2011; Medeiros, 2009).

A China foi um dos primeiros países a estabelecer relações com os cinco países da Ásia Central. A 27 de Dezembro de 1991, o governo chinês reconheceu o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão. No início de 1992, uma delegação chinesa visitou a Ásia Central e assinou um comunicado estabelecendo relações governamentais com os respectivos governos. No entanto, até o início da década de 2000, as ligações bilaterais com estes países eram de baixa prioridade para Pequim. Após o 11 de Setembro, com a intervenção dos EUA no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003, e com o contínuo aumento das necessidades de importação de energia, esta sub-região asiática passou a ter um interesse especial. Em primeiro lugar, por questões de segurança e protecção da sua periferia. Pequim preocupa-se com a segurança desta região com quem partilha cerca de 3300 km de fronteira e com os riscos e ameaças que a contínua presença de grupos de militantes (como o Movimento Islâmico do Uzbequistão) e o crescimento de redes de crime e de tráfico de droga possam representar para o seu território.

²⁰³ O “Grande Jogo” é um conceito atribuído a um oficial da Companhia Britânica das Índias Orientais, Arthur Conolly (1807-1842), para caracterizar a rivalidade colonial e estratégica entre os Impérios Britânico e Russo pela supremacia da Ásia Central, rivalidade essa que levou à criação do Afeganistão como Estado-tampão. O “Novo grande Jogo” é um conceito actualmente utilizado para descrever a geopolítica na Eurásia, especificamente à competição por influência, poder, hegemonia e proveitos, sobretudo o acesso às reservas de gás e de petróleo na Ásia Central e do Cáspio, pelos EUA, pela Rússia, pela China e UE.

²⁰⁴ Na primeira década após o desmoronamento da URSS, a Ásia Central era considerada uma área de “influência residual russa”. Em 1993, na nova doutrina na política externa russa, passou a ser designada por “near abroad” (*blizhneye zarubezhiye*) uma zona privilegiada de interesse da Rússia, referida em 2001, por Vladimir Putin como área da “esfera de influência e vital” para Rússia.

Particularmente, com a possibilidade do terrorismo e do extremismo ultrapassar a fronteira e vir alimentar o movimento separatista Uigure em Xinjiang, uma província que Pequim está a promover para futuro *hub* energético. Em segundo lugar, a PRC tal como a Rússia, está preocupada com a presença militar dos EUA na Ásia Central, procurando conter a presença deste actor na região, através do estreitamento das relações bilaterais e multilaterais, nomeadamente através da Organização de Cooperação de Xangai. Em terceiro lugar, pelos atractivos e vastos naturais recursos que procura aceder, sobretudo o petróleo e o gás natural do Cazaquistão e do Turquemenistão, o ouro e o urânio do Uzbequistão, do Quirguistão e do Tadjiquistão, além dos abundantes recursos hídricos destes dois últimos países.

A complementaridade nas estratégias de diversificação do comércio energético é um factor de convergência na relação entre estes países e a RPC. Pequim é um importante consumidor com uma procura cada vez maior por energia, interessado em diversificar as fontes de aprovisionamento e garantir fornecimentos acessíveis e seguros, e sobretudo que sejam transportados por via terrestre. A Ásia Central representada pelo Cazaquistão, representa 4% no total das importações de petróleo para a China. Em termos de gás, a importância desta sub-região asiática, que é representada Turquemenistão é maior, representado 22% no total das importações chinesas, em 2010. Os países da Ásia Central, sobretudo o Cazaquistão e o Turquemenistão são importantes produtores de hidrocarbonetos, mas geograficamente bloqueados, e com vontade de diversificar as fontes de exportação dos seus recursos energéticos, para além do tradicional comprador – a Rússia. Pequim aparece como um país vizinho com “fome energética” e com capacidade de financiamento para investir nos seus sectores de energia. Por último, em termos económicos, também representam um vasto mercado para escoamento dos produtos manufacturados chineses.

Entre os países da região da Ásia Central, Cazaquistão²⁰⁵ é o maior fornecedor de petróleo à China. Desde que as relações diplomáticas entre os dois países foram

²⁰⁵ De acordo com a EIA, na próxima década, se forem desenvolvidos grandes campos de petróleo existentes no Cazaquistão, este país poderá ser futuramente um dos cinco maiores produtores mundiais de petróleo. Em Janeiro de 2010, as reservas provadas de petróleo do Cazaquistão eram 30 biliões de barris. Estas estão localizadas, principalmente, na parte ocidental do país, onde estão também localizados os seus cinco maiores campos de petróleo *onshore*: Tengiz, o Karachaganak, o Aktobe, o Mangistau e o Uzen. Estes campos

estabelecidas, a 3 de Janeiro de 1992, foram assinados vários acordos na área de energia. O primeiro, a “*Declaração Comum sobre a Base de Relações de Amizade entre a República do Cazaquistão e da República Popular da China*”, foi assinado em Pequim, a 18 de Outubro de 1993, e definiu o desenvolvimento das relações com base nos princípios de respeito mútuo, da soberania, integridade territorial e outros princípios gerais do direito internacional. O comércio e a economia foram duas das áreas definidas para ampliar a cooperação entre os dois países, sobretudo para os sectores da indústria e da energia (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011).

Em 1997, aquando da visita do Vice-Presidente chinês Li Lanqing ao Cazaquistão, foi celebrado entre os dois governos, um segundo acordo para a colaboração no sector de petróleo e gás. Neste documento, ambos os governos apoiaram a construção de um oleoduto que iria ligar a parte ocidental do Cazaquistão com a região Oeste da China. Pequim aprovou a CNPC, como a empresa responsável para análise da viabilidade económica do projecto e futura construção. Três anos mais tarde, a assinatura em Pequim da “*Declaração Mútua ente a República do Cazaquistão e a RPC para ampliar a colaboração no século XXI*” veio confirmar o dinamismo das relações entre os dois países, ao mesmo tempo, expressava a vontade de ampliar a coordenação estratégica em todos os sectores. Em termos de contributo para a colaboração no sector energético, este documento expressava que ambos os países iriam participar mutuamente neste sector e iriam ampliar acções para preparar a construção do oleoduto China-Cazaquistão, que iremos desenvolver posteriormente. Outro importante documento na regularização das relações dos dois países no sector energético foi o Programa de colaboração entre a República do Cazaquistão e a RPC para os anos 2003-2008, assinado pelo Presidente Nursultan Nazarbayev e Hu Jintao, em Astana, a 3 de Junho de 2003 (Watkins, 2003). Tal como nos acordos anteriores, ambos os países expressaram vontade em aumentar a colaboração nos sectores de petróleo e de gás e referiram a necessidade de construir o oleoduto transfronteiriço, que veio a ser concretizado, no ano seguinte, após a visita do Presidente do Cazaquistão Nazarbayev à China.

onshore representam cerca de metade das actuais reservas provadas do Cazaquistão, enquanto campos de petróleo *offshore* Kashagan e Kurmangazy, localizados no sector do Cazaquistão do Mar Cáspio, são estimados em pelo menos 14 biliões de barris (EIA, 2010b).

Para além da diplomacia energética chinesa e dos contactos entre os dois governos e as empresas estatais chinesas, especialmente a CNPC, contribuem também para reforçar a cooperação energética com a Ásia Central. A sua presença no sector energético da região data de 1997, quando comprou por USD\$ 325 milhões uma participação de 60,3% na companhia de petróleo AktobeMunaigaz e ganhou os direitos de exploração do campo de petróleo em Uzen, no Cazaquistão (Interfax-Kazakhstan, 2000). Em 2003, aumentou a sua participação na AktobeMunaigaz para 85,42%. Em 2007, a CNPC tornou-se a primeira empresa estrangeira a ter a permissão pelo Turquemenistão de exportação os seus vastos recursos de gás, depois da assinatura do acordo de partilha de produção entre a China e o Turquemenistão para o grupo de campos de gás Batyyarlyk, na parte lateral direita do rio Amur. Dois anos depois, a 16 de Abril de 2009, CNPC adquiriu o acesso preferencial a projectos ligados a energia no Cazaquistão, inseridos nos onze acordos económicos assinados durante a visita do Presidente Nursultan Nazarbayev a Pequim. Como parte do acordo, Pequim comprometeu-se a emprestar USD\$ 10 biliões a Astana em troca do aumento da participação o *upstream* do Cazaquistão (CNPC, 2011c).

A CNPC atribuiu 5 biliões à companhia estatal KazMunaiGaz (KMG), a terceira maior companhia petrolífera do Cazaquistão, em que USD\$ 1,7 biliões foram para financiar a construção do gasoduto Beineu-Bozoi-Samsonovka, no sul do Cazaquistão, e USD\$ 3,3 biliões para apoiar a compra pela KMG de uma participação de 50% da MangistauMunaiGaz (MMG), a quarta maior companhia produtora de petróleo do país à firma indonésia Central Asia Petroleum. A CNPC comprou os restantes 50% da MMG. Os outros USD\$ 5 biliões foram emprestados pelo Export-Import Bank da China ao Kazakhstan Development Bank, para o desenvolvimento de sectores não petrolíferos da economia do Cazaquistão. Em que USD\$ 3,5 biliões eram destinados a projectos, que segundo o contracto, teriam de usar produtos importados da China, restando apenas USD\$ 1,5 biliões livres de qualquer obrigação contratual (Konyrova, 2009).

Os efeitos da crise financeira global permitiram que a RPC expandisse a sua influência na Ásia Central através de empréstimos aos governos e às empresas destinados a estimular as suas economias e investimentos no sector energético. Além do empréstimo de USD\$ 10 biliões ao Cazaquistão, Pequim anunciou outro de USD\$ 10 biliões para apoiar os membros da Organização de Cooperação de Xangai dos efeitos negativos da crise na

economia dos seus países, em Junho de 2009 (Xinhua, 2009b). Nesse mesmo mês, a 24 Junho, durante a visita do vice Primeiro-Ministro Li Keqiang a Ashgabat, a corporação de gás do Turquemenistão Turkmengaz e o China Development Bank assinaram um acordo de assistência financeira de USD\$ 4 biliões ao Turquemenistão para o desenvolvimento do campo de gás Yolotan Sul. Para além deste acordo, os dois governos acertaram um acordo de fornecimento anual e de longa duração a Pequim de 40 biliões de metros cúbicos de gás natural, por 30 anos (Vershinin, 2009). Dois anos depois, em 2011, seguiu-se um segundo empréstimo de USD\$ 4,1 biliões a Ashgabat pelo CDB para desenvolver o maior campo de gás, Ioujno-Elotenshoie, e aumentar o potencial de exportação da companhia Turkmengaz, nomeadamente para a China²⁰⁶. No discurso durante a Conferência de Cooperação Financeira do *Euro-Asia Economic Forum 2011*, em Xi'na, a 23 Setembro de 2011, o Presidente do CDB Chen Yua referiu que o CDB já tinha investido 28 biliões de dólares na região euro-asiática²⁰⁷ que incluíam projectos de energia e infra-estruturas, nomeadamente dois da CNPC e outros projectos de gasodutos (China Development Bank, 2011).

3.3.3. *África e a Segurança Energética Chinesa*

Pequim tem interesse em África desde o estabelecimento da RPC em 1949. Entre 1950 a 1970, esse interesse era sobretudo de carácter ideológico e traduziu-se no apoio aos movimentos de libertação africanos e nas ajudas de “Estado-para-Estado”²⁰⁸. Durante os anos 80 e com processo de reformas económicas internas iniciadas por Deng Xiaoping, a justificação ideológica para o engajamento da China neste continente desvaneceu-se, e foi só na década seguinte, que África renasceu como uma das prioridades da política externa

²⁰⁶ Foi assinado um acordo entre a Turkmengaz, o CDB e a Petrochina que garantia que o reembolso do empréstimo seria em fornecimento de gás do Turquemenistão para a China (Russia & CIS Business and Financial Newswire, 2011).

²⁰⁷ De acordo com o CDB, essa região inclui a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Camboja e o Sri Lanka (China Development Bank, 2011).

²⁰⁸ A PRC apoiou financeiramente, com equipamento e treino vários movimentos de libertação, particularmente Angola, Congo, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Rodésia (actualmente Zimbabwe). Em termos de apoio de Estado-para-Estado, este incluiu a construção de estádios, hospitais, caminhos-de-ferro, estradas e envio de professores, engenheiros e professores. Exemplo saliente foi a construção do caminho-de-ferro entre a Tanzânia e a Zâmbia (projecto Tanzam, actual TAZARA).

chinesa. Nessa altura, Pequim tinha por objectivo reforçar as relações diplomáticas com os países africanos depois do protesto da Praça de Tiananmen²⁰⁹, e aceder aos recursos minerais e energéticos africanos. Presentemente, para além de possuírem recursos atractivos, os 53 países de África representam um mercado vasto para exportação dos produtos manufacturados chineses e um apoio diplomático à China nas Nações Unidas e outros fóruns multilaterais.

A relevância de África para RPC ficou asseverada com a criação do Fórum de Cooperação China-África em 2000²¹⁰, um mecanismo colectivo de consulta e de diálogo entre a China e os países africanos²¹¹. Seis anos depois, no ano que marcou o 50.º aniversário do início das relações diplomáticas entre a RPC e os países africanos, foi realizada a maior cimeira deste Fórum com a representação de 48 países africanos e de 24 organizações internacionais e regionais, em Pequim²¹². Nesse mesmo ano, foi também publicado o Livro Branco da Política Chinesa para África. Um documento que representou um marco importante nas relações Sino-Africanas e que pormenorizava a estratégia a longo prazo do Governo Chinês para África, estando subjacente apoio do governo aos investimentos das companhias chinesas em África e o acesso aos recursos naturais africanos (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2006). As importações chinesas de petróleo de África tem vindo progressivamente a aumentar²¹³, e sendo, actualmente, a segunda maior área de importação de petróleo, recebendo deste continente cerca de um terço das suas importações, particularmente de Angola, do Sudão, da Líbia e do Congo. Perante o contínuo aumento do consumo de energia da RPC e da sua

²⁰⁹ Ao contrário de muitos países ocidentais que criticaram e impuseram sanções à China, depois dos acontecimentos na praça de Tiananmen, em 1989, muitos países africanos mantiveram neutrais e, alguns como foi o caso de Angola, expressaram o apoio ao governo chinês.

²¹⁰ Em 1993, para desenvolver a cooperação e o diálogo com os países africanos, o Japão lançou a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD), um precursor institucional do FOCAC, no contexto de África.

²¹¹ O envolvimento multilateral da China em África pode ser traçado desde a Conferência de Bandung, onde os países africanos e asiáticos reforçaram o seu compromisso para com o princípio do não-alinhamento, a procura da cooperação cultural e económica entre África e a Ásia. A Conferência de Bandung foi seguida pela visita de Zhou Enlai a 10 países africanos, entre 1963 e 1964, com objectivo de oferecer apoio aos líderes africanos.

²¹² Até o momento foram realizadas cinco Reuniões Ministeriais da FOCAC: a primeira, em Pequim em Outubro 2000; a segunda em Adis Abeba, em Dezembro de 2003; a terceira, em Pequim, em 2006, a quarta, em Charm El-Cheikh, em 2009, e a quinta e última, em Pequim, em Julho de 2012.

²¹³ As importações de petróleo de África aumentaram de USD\$ 3,11 biliões em 2000 para USD\$ 7,393 em 2009. Em 2011, representavam 22% no total do petróleo consumido (2 milhões b/d) (EIA, 2012f).

necessidade em encontrar e garantir fontes contínuas de fornecimento, os recursos energéticos africanos são de extremo valor para a sua segurança energética.

A importância deste continente, para a China prende-se primeiramente com o aumento das reservas provadas do petróleo africano, que desse o final de 1990 e de 2010, mais do que duplicaram de valor, aumentando de 58,7 para 132,1 biliões de barris. Angola, por exemplo, é um dos países que contribui para esse aumento, com as novas descobertas no país a duplicarem o seu valor de 4 milhões em 2008 para os 9,5 biliões de barris actuais. Na África Subsariana, a Nigéria possui as maiores reservas com 37,2 biliões de barris. O Sudão, cuja produção só começou em 1993, está à frente de outros produtores tradicionais de petróleo, como o Gabão (3,7 biliões), a Guiné Equatorial (1,7 biliões) e a República do Congo (1,9 biliões), com 6,7 biliões de reservas provadas (BP, 2011b, p. 6). Em segundo lugar, essa importância consubstancia-se no crescimento da produção. Entre 2000 e 2010, o continente africano conseguiu o segundo maior aumento de produção petrolífera a nível mundial, a seguir ao da Ásia-Pacífico, com um *output* de produção de 7804 mil para 10.098 mil b/d (BP, 2011b, p. 8)²¹⁴. Nas projecções para 2035, a *US Energy Information Administration* adianta que os países da África Subsariana membros da OPEP, nomeadamente a Nigéria e a Angola, irão aumentar a sua produção petrolífera de 4,4 a 5,3 mil b/d (EIA 2011). Em terceiro e último lugar, as características do petróleo africano, nomeadamente a sua elevada qualidade nos domínios do conteúdo em enxofre e da gravidade pelo índice API²¹⁵, são factores importantes de atracção dos investimentos das companhias petrolíferas chinesas, já que, este o petróleo africano é mais adequado para as refinarias chinesas, que ainda não estão totalmente adequadas para o petróleo mais pesado oriundo do Médio Oriente e da Venezuela²¹⁶.

²¹⁴ Em 2010, África representava 12,2% da produção mundial de petróleo (EIA, 2011).

²¹⁵ Grau API ou API é uma “escala idealizada pelo American Petroleum Institute - API, juntamente com a National Bureau of Standards, utilizada para medir a densidade relativa de líquidos. A escala API varia inversamente com a densidade relativa, isto é, quanto maior a densidade relativa, menor o grau API: $^{\circ}\text{API} = (141,5/g) - 131,5$, onde “g” é a densidade relativa do petróleo a 15°C. O grau API é maior quando o petróleo é mais leve. Petróleos com grau API maior que 30 são considerados leves; entre 22° e 30° API, são médios. abaixo de 22° API, são pesados; com grau API igual ou inferior a 10°, são petróleos extrapesados. Quanto maior o grau API, maior o valor do petróleo no mercado” (TN Petróleo, 2012).

²¹⁶ O petróleo africano é valorizado por ser leve e de baixo teor de enxofre, ou seja doce. O petróleo de Angola, por exemplo, tem uma densidade variando entre 32 e 39,5° API, com 0,12 a 0,14% de enxofre enquanto o da Nigéria a variação é entre 21° e 45° API, com 0,05 a 0,3% de enxofre.

Desde 2000, os líderes chineses têm vindo a visitar anualmente o continente africano. Entre 2002 e 2011, o Presidente Hu Jintao esteve em mais de 18 países em cinco visitas realizadas a África²¹⁷. O sucesso desta “ofensiva de charme” (*meili gonshi*) no continente é demonstrado pelo incremento do comércio bilateral e pelo aumento da quantidade do petróleo africano no total das importações chinesas. Em 1998, África representava apenas 6,2% no total das importações de petróleo, e uma década depois alcançou os 30,1% (UN Comtrade, 2010), um valor que se tem mantido relativamente estável até ao presente momento²¹⁸. Entre os países africanos produtores, Angola e o Sudão são os principais fornecedores de petróleo a Pequim.

Em termos do comércio bilateral, em 2007, a China ultrapassou a França e a Grã-Bretanha, e elevou-se a segundo maior parceiro comercial de África. Dois anos depois, suplantou os EUA, e passa a ser o maior parceiro comercial. Como é aludido no relatório “Avaliação de compromissos FOCAC da China em relação a África, e pesquisa do caminho a seguir” produzido pelo Centro de Estudos Chineses, da Universidade de Stellenbosch (Centro de Estudos Chineses, 2010, p. 7) “*a complementaridade das economias chinesa e africana apoia-se sobre o rápido crescimento do comércio bilateral, com África a trocar matérias-primas pelos produtos fabricados na China*”. Shen Danyang, representante do Ministério do Comércio Chinês, refere que o volume do comércio sino-africano aumentou 30% de ano para ano, atingindo nos três primeiros trimestres de 2011, USD\$ 122,2 biliões, comparado com USD\$ 126,9 biliões em 2010 e com USD\$ 10,6 biliões em 2000 (Xinhua, 2011b). Entre os maiores parceiros comerciais da China em África destaca-se Angola, África do Sul, o Sudão, a Nigéria e o Egipto. Os investimentos chineses na região também tem vindo a aumentar, sobretudo através do China Import-Export Bank (Eximbank da China) O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) da China em África aumentou de USD\$ 400 milhões em 2000 para mais de USD\$ 14 biliões em 2011 (Ruigu, 2012, p. 12). Segundo Lucy Corky (2012, p. 3) até 2006, o Eximbank da China investiu mais de USD\$ 12,5 biliões em projectos de infra-estrutura de larga escala na África subsaariana, e mais de 80% desses empréstimos foram concedidos a países africanos ricos em recursos naturais, como Angola, a Nigéria, o Sudão e o Zimbábue. Esta

²¹⁷ Especificamente, o presidente Hu Jintao visitou África em 2002, 2006, 2007 e 2009.

²¹⁸ Em 2010, representava 30% no total das importações de petróleo para a China (EIA, 2011b).

opinião é corroborada pelo Vice-Presidente do Eximbank da China Zhu Xinqiang que eleva esse valor para USD\$ 23 biliões e acrescenta que, entre o estabelecimento do China Import-Export Bank em África em 1995 e 2010, foram concedidos empréstimos a mais de 45 países africanos, sobretudo no *“âmbito da cooperação intergovernamental com vista à dinamização de infra-estruturas básicas e transformando as vantagens dos países africanos em recursos naturais em arestas económicas e políticas (...) estabelecendo as bases para a confiança mútua e uma situação win-win”* (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2010).

O Eximbank, juntamente com o Ministro do Comércio da China são os principais responsáveis pela ajuda chinesa em África, que é dominada por créditos concessionais. Os empréstimos da China têm sido usados para projectos de infra-estruturas, sobretudo para o desenvolvimento de sistemas de transporte de hidroenergia. Um estudo efectuado por uma equipa de pesquisa da Escola Wagner da universidade de Nova Iorque (2008) compilou a lista da ajuda chinesa e dos projectos de investimentos em África entre 2002-2007. Do valor total da ajuda chinesa, USD\$ 33 biliões de dólares, 54% estava ligado a infra-estruturas e outros projectos de trabalho públicos, 28,5% à extracção ou produção de recursos naturais, e 2,5% a actividades humanitárias, assistência técnica e assistência militar, e os restantes 15% não foram especificados. Em muitos casos, especialmente quando o país que recebe essa ajuda não tem capacidade de pagar esses créditos, os empréstimos são revertidos em bens, nomeadamente em petróleo.

Na cimeira da FOCAC em 2006, foi anunciada a criação de cinco zonas económicas especiais (ZEE) em África, na Zâmbia, ilhas Maurícias, Etiópia, Egipto, Nigéria, para incentivar os investimentos das companhias chinesas no continente. Estas zonas económicas especiais são planeadas à semelhança das que foram desenvolvidas no território chinês durante a época de Deng Xiaoping, e a sua criação tem por objectivo atrair investimento chinês e integrar as actividades económicas abrangentes da China em todo o continente. Enquanto, algumas das ZEE projectadas serão *hubs* comerciais, outras mais pobres em recursos, serão importantes pela sua posição geográfica na costa africana ocidental para a implementação da estratégia “Colar das Pérolas” chinesa no Oceano Índico que iremos desenvolver na diplomacia energética para os países dos Corredores Marítimos. Por outro lado, está em jogo um objectivo mais vasto, e visível pelos

investimentos chineses em infra-estruturas: a ligação do continente de costa a costa por caminho-de-ferro. Como ressalta Loro Horta (2010, p. 9), Pequim está a tentar a concretizar um “*um sonho antigo das antigas potências colonizadoras*” de ligar “*Angola a contra costa*” e que foi adiado devido aos conflitos no continente, e está a financiar a recuperação e reconstrução de novas linhas de caminho-de-ferro que ligam a costa do Atlântico sul, na cidade portuária angolana de Benguela a dois portos em cidades costeiras no Oceano Índico: um na Tanzânia em Dar-es-Salam e outro em Moçambique, provavelmente em Nacala ou na Beira.

O “Consenso de Pequim” (*Beijing Gondshi*), apresenta-se para muitos países africanos, como uma alternativa ao “Consenso de Washington” preconizado pelos EUA, Banco Mundial, FMI e outros doadores ocidentais. Pequim mostra-se capaz de impor como um parceiro de desenvolvimento alternativo para muitos países africanos através de uma diplomacia de *soft power*²¹⁹ (*ruan shili*) que combina a não-interferência política e a utilização de incentivos económicos. Através da diplomacia energética, da cooperação, dos investimentos e do comércio, Pequim tenta promover o diálogo sul-sul e o seu *soft power* no continente Africano. No entanto, a sua presença neste continente, é observada muitas vezes com inquietação e apreensão pelas potências ocidentais que se preocupam com as perdas económicas que a influência do crescimento chinês lhes tem causado. Criticam Pequim por estreitar relações com os países produtores africanos e não impor outros condicionalismos, para além do reconhecimento de Taiwan como parte integrante do território chinês²²⁰. Criticam a RPC por não tentar utilizar os seus investimentos e o comércio como instrumentos atractivos para o progresso social e político dos países africanos²²¹, e acusam de cooperar como os regimes ditatoriais e corruptos africanos, como

²²⁰ A diplomacia do petróleo também tem sido um factor da política chinesa em África, convencendo os países africanos a “cortar” relações com Taiwan. De acordo do Marc Lanteigne, em 2006, o governo de Idriss Deby no Chade reconheceu Pequim e preteriu Taipé, após ter iniciados os investimentos da CNPC na parte norte do território.

²²¹ Ao contrário dos “projectos ocidentais” como a *Norwegian-based Extractive Industry Transparency Initiative*, que é designada para encorajar os governos dos países ricos em recursos energéticos mas em vias de desenvolvimento para serem mais responsáveis e transparentes.

o Sudão, o quarto país africano a reconhecer e a estabelecer relações diplomáticas com a RPC, a 4 de Fevereiro de 1959²²².

Pese embora a visita histórica do Primeiro-Ministro Zhou Enlai ao Sudão, a 27 de Janeiro de 1964, tenha marcado o início da cooperação²²³, os dois países mantiveram uma relação amigável mas limitada até ao início da década de 90. A grande viragem na relação ocorreu depois do corte no alinhamento com os EUA, da imposição das sanções económicas ao Sudão e da retirada das empresas ocidentais do território. Desde então, a relação de mútuo interesse, tem sido consolidada nos princípios de respeito mútuo, não interferência e de integridade territorial. O apoio diplomático do Sudão foi importante na política de “Uma só China” e na adesão da China às Nações Unidas, em 1971. Por sua vez, o apoio político de Pequim foi importante para o Sudão após romper relações com os EUA, e mais recentemente, no apoio em organizações internacionais, como o Conselho de Segurança em questões de grande controvérsia internacional, como a questão do Darfur. Foi igualmente importante o ajuda financeira e os investimentos de Pequim no desenvolvimento do sector petrolífero sudanês. Alguns analistas (Dijik, 2009; Shichor, 2005; Shichor, 2007) referem a necessidade de energia e o interesse em investir nos recursos energéticos do Sudão como a principal fundamentação para este apoio. De facto, apesar da pressão internacional, desde os meados da década de 90, Pequim tem-se mostrado interessado em aceder aos recursos energéticos do território²²⁴ e desenvolver a produção de petróleo de alta qualidade do Sudão.

A exploração de petróleo no Sudão foi iniciada na década 50, quando a companhia italiana Agip Oil conseguiu obter concessões de exploração *offshore* na região do Mar Vermelho, localizado no nordeste do país. Duas décadas depois, iniciou-se a produção de petróleo no Sudão, que foi dominado por empresas ocidentais como a Chevron e a Shell, até a década de 1990. A retirada dessas empresas após o conflito de Darfur proporcionou oportunidades para a entrada em cena das companhias chinesas no território, marcando

²²² O primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com a RPC foi o Egipto (1956), seguido da Argélia (1958), de Marrocos (1958).

²²³ Esta visita faz parte do périplo por África do primeiro-Ministro Zhou Enlai, entre 13 de Dezembro de 1963 até 4 de Fevereiro de 1964, e incluiu entre outros países africanos, a República Árabe Unida (actualmente o Egipto), a Argélia, Marrocos, a Tunísia, o Gana, o Mali, a Etiópia e a Somália.

²²⁴ De acordo com a EIA o Sudão detinha reservas provadas de petróleo de 5 biliões de barris localizados na região centro-sul do território.

simultaneamente uma nova fase de relacionamento entre os dois países, iniciada com a tomada de poder por Omar Hassan Ahnmad al-Bashir. Em 1995, durante uma visita a Pequim, o Presidente Omar al-Bashir convidou a China para desenvolver a indústria petrolífera do Sudão, iniciando-se o envolvimento das companhias chinesas no sector energético do país, nomeadamente na construção de infra-estruturas necessárias para extrair, explorar e exportar o petróleo sudanês. Em Novembro desse mesmo ano, a CNPC acordou com o governo de Sudão, em desenvolver o Bloco 6 na Bacia de Muglad, tendo, um ano depois, em Novembro de 1996, ganho o contracto para desenvolver o bloco 1/2/4 dessa bacia. Para desenvolver esse projecto foi formada, em Março de 1997, uma empresa de operação conjunta, o Greate Nile Petroleum Operating Corporation (GNPOC), entre a CNPC e outras companhias parceiras²²⁵.

A CNPC está envolvida no sector energético do Sudão através de uma subsidiária, a China Petroleum Engineering and Construction Corporation (CPECC). A CPECC participou entre outros projectos, na construção do oleoduto de 1,506 km com capacidade de processamento de 250.000 b/d e que fornece acesso ao Porto do Sudão no mar vermelho em 1999 ²²⁶. Na construção da refinaria de Cartum com uma capacidade de 15 mil toneladas, ²²⁷, através da Parceria entre o Ministério da Energia do Sudão e a CPECC, em 2000 (China Petroleum Engineering & Construction Corporation, s.d.) A CNPC comprou 41% da Petrodar, o segundo maior consórcio petrolífero no Sudão, que detém a concessão de exploração dos blocos 3 e 7, em Upper Nile, também no sul. Neste consórcio, para além desta *Guaban chinesa*, também está presente a Sinopec com 6% ²²⁸.

Perante o boicote dos doadores internacionais e a necessidade de investimentos, Pequim mostrou-se um parceiro fundamental para o regime político do Sudão, que estava regionalmente e internacionalmente isolado. Por outro lado, a ausência de companhias ocidentais e a necessidade de investimentos permitiu que as *guaban* chinesas ampliassem

²²⁵ Para além da CNPC que é a maior accionaria, este consórcio incluía a empresa Canadiense Talisman Energy Inc com 35%, a Carigali Overseas da Malásia com 30% e a companhia nacional do Sudão Sudapet (Sudan National Petroleum Corporation) com 5%. Em 2003, perante a pressão internacional a empresa do Canadiense Talisman Energy Inc vendeu a sua participação à companhia indiana ONGC Videsh.

²²⁶ A 30 de Agosto de 1999, partiu com destino a Singapura o primeiro carregamento de petróleo produzido no Bloco 1/2/4. Este evento marcou a passagem do Sudão de país importador para exportador.

²²⁷ Através da Parceria entre o Ministério da Energia do Sudão e a CPECC, em 2000 e 2006.

²²⁸ Para além da Petrolia Nasional Berhad (PETRONAS) da Malásia, que detém 40%, o governo do Sudão possui 8% e a Tri-Ocean Exploration & Production, uma companhia privadas as ilhas Caimão possui 5%.

as suas actividades em diversas actividades do Sudão. Como resultado do desenvolvimento do sector de petróleo e do investimento directo por parte do governo chinês, o comércio do Sudão com a China ampliou-se, com o petróleo a representar o principal elemento desse aumento. O engajamento da China no Sudão gerou muitas críticas internacionais. A China foi acusada de prover recursos, armas e apoio diplomático ao governo visto como corrupto e cúmplice nas violações dos direitos humanos em Darfur. Indiscutivelmente, Pequim está interessado na paz e na estabilidade do Sudão, de forma a criar um ambiente mais receptivo para as actividades das empresas chinesas e para os investimentos chineses no território. No entanto, a forma de resolução do conflito diferia e difere das soluções ocidentais, ao defender o princípio da não interferência e o diálogo entre as partes que estão directamente envolvidas. A partir de 2006, Pequim mudou a sua abordagem em relação ao conflito, mas sem prejudicando a sua política de “não-interferência” e de respeito pela soberania, procurando incentivar o Sudão aceitar a missão conjunta de manutenção de paz das Nações Unidas e a União Africana (UNIMAID) em Darfur em 2007 e contribuindo com 315 soldados da divisão de engenharia do exército chinês.

A mudança de posição de Pequim no Sudão também foi acompanhada pelas alterações resultantes do Acordo Geral de Paz (AGP)²²⁹ de Janeiro de 2005, e pela posterior separação do país em duas nações independentes em 2011, mas com a indústria petrolífera interdependente²³⁰. Se até assinatura deste acordo, a relação que mantinha eram predominantemente com Cartum, a partir dessa altura, a China aproximou-se ao governo do sul Sudanês, de forma a garantir a continuação dos contractos de exploração do petróleo.

²²⁹ Inclui os oito protocolos assinados desde Julho de 2002, rubricados pelo Vice-Presidente sudanês, Ali Osman Taha, e o líder da rebelião sulista do Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), John Garang.

²³⁰ Cerca de 75% da produção de petróleo é produzida no sul, enquanto os oleodutos, refinaria e as infra-estruturas para exportação estão no norte do território.

3.3.4. A América Latina e a Segurança Energética Chinesa

Uma das características no panorama económico da América Latina é o declínio do poder dos EUA e a ascensão de novos actores. A relação da Pequim com os países deste continente e tal com África, pode ser definida não como um início mas como um retorno, visto que os primeiros contactos datam de finais do século XVI, quando foi construída a chamada *Silk Road* no mar entre a costa Chinesa e região de Acapulco no México, através de Manila. Já nos finais do século XVII e o início do século XX, o governo da Dinastia Qing estabeleceu relações com o Peru, com o Brasil, com México, Cuba e com o Panamá, com vista a promover o comércio entre ambas as partes e a proteger os direitos dos trabalhadores chineses nos países na América Latina.

Depois da implementação da República Popular da China em 1949, Cuba foi o primeiro e o único país a manter relações com Pequim até Dezembro de 1970²³¹. Nesse mês, o Chile sob a liderança de Salvador Allende tornou-se o segundo país sul-americano a estabelecer relações com a China, ainda antes de Pequim ter substituído Taipé nas Nações Unidas. Dois factores vieram a contribuir para crescimento da posição da China na arena internacional e para o estabelecimento de relações diplomáticas com doze países da América Latina entre 1971-1980: o primeiro, foi a visita do Presidente Nixon à China e o subsequente retomar das relações entre os dois países e, o segundo, a entrada da China nas Nações Unidas (1971). Muito outros países da região restabeleceram relações com a RPC entre a década de 80 e 90, tendo sido a Costa Rica o último país a preterir as relações de Taiwan pela RPC, em 2007 (Cf. Anexo XXVII).

Presentemente, a China mantém relações diplomáticas com 22 países da América Latina. Pequim, aproveitando a vontade que alguns países da região expressam de se arredarem da influência dos EUA, tem vindo a reforçar as relações bilaterais e de cooperação com países da região, tal como com a Venezuela e a Bolívia (Xu Yi-Chong, 2006, p. 278). Em 2008, a importância dessa relação foi contemplada com a publicação do Livro Branco para a relação da China com os países da América Latina e das Caraíbas. Um

²³¹ A 2 de Setembro de 1960, Fidel Castro anunciou que Cuba tinha cortado as relações com Taiwan e tinha estabelecido relações com a RPC. E a 28 de Setembro, foi publicado o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

documento onde se pode encontrar os pressupostos da política chinesa para os países dessa região do mundo, designadamente: o ênfase na complementaridade de interesses políticos entre as duas regiões que compõem o mundo em desenvolvimento; a importância da América Latina como reservatório de matérias-primas e de recursos naturais; e a procura de apoio político, já que 12 dos 23 países que reconhecem diplomaticamente Taiwan encontram-se na região (Information Office of the State Council The People's Republic of China, 2008c)²³².

A China caracteriza a relação com a região como *win-win*, sul-sul²³³, enfatizando a sua natureza complementar (Information Office of the State Council The People's Republic of China, 2008c). Aparentemente parece uma situação benéfica para os dois lados. A América Latina, para além de ser um vasto mercado de escoamento dos produtos manufacturados chineses, é uma região que possui com recursos naturais abundantes e que podem apoiar a forte demanda de minerais, de produtos agrícolas e energéticos pela China²³⁴. Em termos de produtos alimentares, pese embora a China tenha vindo aumentar continuamente a sua produção nos últimos anos, e de ser o principal produtor de arroz, de algodão e de trigo, é também o principal consumidor de trigo, de soja, de arroz e de carne, e o segundo de milho. A necessidade cada vez maior de matérias-primas e alimentos se apresenta-se aos países da América Latina uma oportunidade para aumentar as suas exportações. A América Latina beneficia do ritmo notável de crescimento da China, já que os chineses compram da região uma grande quantidade de matérias-primas para suprir suas necessidades internas. O Chile, para além de Cuba, é o país que mantém a melhor relação com a RPC da região. Foi o primeiro país assinar um Acordo de Comércio Livre com a

²³² De acordo com Javier Vadell (2012, p. 60) são 12 os países que não reconhecem a RPC na América Latina, designadamente o Paraguai, o Panamá, a Nicarágua, El Salvador, as Honduras, a Guatemala, a República Dominicana, o Haiti, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e as Granadinas, Belize e Santa Lúcia.

²³³ China tem consistente e positivamente caracterizado expansão do seu comércio e de investimentos com regiões do mundo em desenvolvimento, em particular com a América Latina, África e Sudeste Asiático como uma parceria com benefícios mútuos (*win-win*). Enfatiza que os laços mutuamente benéficos com essas regiões são um resultado lógico das relações com a China. Nesse cenário de benefício mútuo, a China alega que essas interações deveriam ser interpretadas como um resultado natural das relações “Sul-Sul”.

²³⁴ A maior parte das exportações da América Latina para a China são de produtos primários, principalmente minerais (60%) tais como petróleo, gás, e cobre, e produtos agrícolas (30%) (CEPAL, 2012). Em troca a China exporta manufacturas de baixo valor. Em termos de composição das exportações chinesas para a América Latina, mais metade são electrónicos equipamentos e máquinas, seguido por têxteis, acessórios e brinquedos.

China, em 2005²³⁵ e desde essa data, as exportações chilenas para o gigante asiático cresceram 140% e as importações da China em 40%, tendo Pequim substituído os EUA como maior parceiro comercial do Chile, enquanto São Tiago é actualmente, depois do Brasil, o segundo maior exportador da América Latina para a China (CEPAL, 2012).

Durante a crise económica sentida a partir de 2008, a exportação chinesas da região amparou muitos países, tal como o Brasil, dos efeitos negativos da diminuição da procura dos seus principais produtos de exportação por parte dos países desenvolvidos. O Brasil possui o maior mercado na América Latina e é o maior país da região, tornando-se um parceiro interessante em termos económicos para a China, tendo em 2009 ultrapassado os Estados Unidos e elevando-se o maior parceiro comercial do Brasil. O relacionamento de Pequim com este país de Língua portuguesa vai muito além da cooperação comercial, visto que o Brasil oferece oportunidades lucrativas para os investimentos chineses para além do sector das *commodities*, como por exemplo na indústria da aviação. Empresas brasileiras como a Embraer e a Industry Corporation Aircraft chinesa estão envolvidos em *joint-ventures* destinadas a aumentar a sua participação no mercado mundial do sector da aviação.

Essa demanda de recursos energéticos e naturais tem sido a força motriz por de trás do crescimento recente dos laços comerciais entre a América Latina e a China. Este crescimento iniciado a partir de 2000, mas que tem sido rápido em escala e em velocidade conduziu Pequim a designar o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela como parceiros estratégicos na região. A América Latina emergiu como o terceiro grande parceiro comercial da China enquanto Pequim passou a ser o segundo maior parceiro comercial da região. Em 2010, a China alcançou a UE como o segundo mercado de origem das importações da América Latina, prevendo-se que o supere nas próximas décadas. O relatório *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global* (CEPAL, 2012, p. 28) defende que, se a actual taxa de crescimento da procura dos produtos da região, nos Estados Unidos, na União Europeia e no resto do mundo se manter ao mesmo ritmo, e se a procura chinesa crescer apenas metade da taxa observada ao longo da última década, Pequim irá

²³⁵ O acordo eliminou imediatamente as tarifas sobre 92% das exportações do Chile para a China e 50% dos produtos que a China enviava para o Chile.

ultrapassar a União Europeia como o segundo maior mercado para as exportações da América Latina, em 2016.

Desde Jiang Zemin que a América Latina aparece como uma das prioridades da política externa chinesa, visível pelas visitas oficiais de alto nível à região. Jiang Zemin, em 2001, visitou oficialmente seis países²³⁶ (o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Brasil, a Venezuela e Cuba), o Presidente Hu Jintao realizou três visitas de Estado em 2004, em 2005 e em 2008, o Vice-Presidente Xi Jinping visitou Cuba, Uruguai e o Chile em 2011, e em 2012, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao visitou o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile (Cf. Anexo XXVII). Nesta “diplomacia de liderança” (*lingdao waijiao*) destinada a demonstrar o “desenvolvimento pacífico da China” e com vista a aumentar a cooperação e a expandir as relações comerciais com região e os investimentos, também está implícito a procura de novas fontes de aprovisionamento energético. Alguns dos países da América Latina detêm reservas substanciais de petróleo e gás natural e representam áreas para a expansão das actividades de E&P das *guaban* chinesas.

De acordo com a OPEP, a América Latina, com 340,782 biliões de barris, possui as segundas maiores reservas de petróleo a nível mundial, depois do Médio Oriente, com a Venezuela com o maior valor (297,571 biliões de barris) seguidas pelas do Brasil (13,986 biliões de barris) (2012, p. 22). Em termos de produção, com 9,823.1 b/d, ocupa o terceiro lugar a nível mundial, depois do Médio Oriente (23,005.8 b/d) e da Europa Oriental e da Eurásia (12,653.3 b/d) (2012, p. 30). A diminuição da produção de petróleo no México devido ao esgotamento das reservas é contrariada pelas descobertas e pelo aumento da produção na Venezuela e no Brasil²³⁷. A Venezuela graças ao petróleo pesado da Faixa do Ori, enquanto no Brasil, às descobertas de petróleo nos campos Tupi, Carioca e Bem-te-vi e do campo de gás natural Júpiter numa vasta área do pré-sal brasileiro na costa brasileira. Estas descobertas poderão vir a permitir que o Brasil não só transforme-se num dos maiores produtores mundiais de petróleo, como também consiga ser auto-suficiente em gás natural.

²³⁶ Em 2002, o presidente Hu Jintao visitou o México para uma reunião da Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (sigla em inglês APEC).

²³⁷ A produção de petróleo do México diminuiu de 3,081.7 mil b/d em 2007 para 2,550.0 mil b/d em 2011. Enquanto a produção para o Brasil para o mesmo período, aumentou respectivamente de 1,748.0 mil b/d para 2,105.4 mil b/d (Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2012, p. 30).

O envolvimento da China nos hidrocarbonetos da América Latina faz-se de duas formas: através das operações das companhias chinesas, sozinhas quando permitidas ou em parceria com outras empresas e, através dos pacotes de “empréstimos”, que tal como em África, muitas vezes são revertidos em fornecimentos de petróleo. De acordo com um estudo do *Inter-American Dialogue* (2012, p. 6), desde 2005, os Bancos estatais chineses concederam aproximadamente USD\$ 75 biliões à América Latina²³⁸, com CDB com a maior contribuição (cerca de 82%), seguido do Eximbank da China (12%) e o Industrial and Commercial Bank of China Ltd. (ICBC) (6%). No total desses empréstimos, 91% foram para a Venezuela, para o Brasil, para a Argentina e para o Equador, e 2/3 foram “empréstimos por petróleo” (Cf. Tabela XII).

Tabela XII. “Empréstimos-por-petróleo” na América Latina

| Ano | País | Mutuário | Concessionário | Quantia (\$m) | Finalidade |
|------|-----------|----------------|----------------|---------------|--|
| 2008 | Venezuela | BANDES e PDVSA | CDB | 4.000 | Financiamento de Infra-estruturas e outros projectos |
| 2009 | Brasil | Petrobras | CDB | 10.000 | Tecnologia para pré-sal brasileiro |
| 2009 | Equador | Petroecuador | PetroChina | 1.000 | Adiantamento para petróleo do Petroecuador |
| 2009 | Venezuela | BANDES e PDVSA | CDB | 4.000 | Infra-estruturas, incluindo satélites |
| 2010 | Equador | Petroecuador | CDB | 1.000 | 80% Discricionário, 20% relacionado com o petróleo |
| 2010 | Venezuela | BANDES e PDVSA | CDB | 20.000 | Financiamento de Infra-estruturas |
| 2011 | Equador | Governo | CDB | 2.000 | 70% Discricionário, 30% Relacionado com o petróleo |
| 2011 | Venezuela | PDVSA | CDB | 1.500 | Infra-estruturas - refinaria |
| 2011 | Venezuela | PDVSA | ICBC | 4.000 | Habitações |

Fonte: Gallagher *et al.*, 2012, p. 15.

²³⁸ Esses empréstimos suplantaram os empréstimos do Banco Mundial, do Inter-American Development Bank e do Export-Import Bank dos EUA (2012, p. 5).

Pequim é uma fonte financiamento e de investimento para o desenvolvimento do sector energético da América Latina. Desde 2010, que é o terceiro maior investidor na região, com os seus investimentos concentrados no acesso ao mercado e aquisição de recursos. Segundo a Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (2012, p. 47), 90% dos investimentos da China foram na extracção de recursos naturais. Somente em 2010, a China investiu USD\$ 13,3 biliões em negócios de petróleo e gás com países como Equador, Argentina e Venezuela. Algumas empresas chinesas têm sido capazes de ganhar contractos na América Latina através da sua capacidade de garantir financiamento adicional dos bancos chineses. A América Latina necessita investir cerca de USD\$ 3.5 triliões em infra-estruturas-energéticas entre 2011 e 2035 e, aproximadamente, USD\$ 1.9 triliões no sector de petróleo (Tissot, 2012, p. 16), desta forma, os empréstimos chineses poderão ser essenciais para financiar estes investimentos. Embora o investimento chinês tenha vindo a proporcionar o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para a região, muitos governos latino-americanos gostariam de ver uma maior diversificação dos investimentos chineses em outros sectores, para além de mineração e agricultura, para garantir a longo prazo o desenvolvimento económico.

Na América Latina, a Venezuela emergiu como um dos quatro parceiros estratégicos da China. Através de visitas de alto nível da China e da Venezuela, incluindo as seis visitas do Presidente Hugo Chavez (1999, 2001, 2004, 2006, 2008, 2009), a relação tem vindo a desenvolver-se, à medida que os esforços do Presidente Hugo Chavez para desafiar o domínio dos EUA, abre espaço para que Pequim e as suas empresas reforcem a sua presença. Caracas vê em Pequim um aliado político que pode servir como um contrapeso a Washington. Porém, realce-se que, tal como na relação da China com o Irão, Pequim procura ter cuidado para não ser arrastado pelas proclamações antiamericanas do Presidente venezuelano, deforma a que o seu relacionamento com Caracas não prejudique a relação estrategicamente mais importante para a China, a dos EUA.

Apesar de terem estabelecido relações diplomáticas em 1974²³⁹, estas só foram intensificadas com o início da presidência de Hugo Chavez em 1988. Em Abril de 2001,

²³⁹ As relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República da Venezuela foram estabelecidas formalmente em 28 de Junho de 1974, com assinatura do Comunicado Conjunto do estabelecimento das Relações Diplomáticas pelo Vice-Ministro da Cooperação Económica e Comércio

durante a visita de Jiang Zemin à Venezuela, a relação sino-venezuelana foi elevada a “Parceria estratégica de Desenvolvimento Comum” representando um novo patamar numa relação que já produziu mais de 460 acordos bilaterais²⁴⁰, mais de 80 grandes projectos, e inclui também empréstimos chineses superiores a USD\$ 32 biliões em troca de fornecimentos de petróleo venezuelano (China Daily, 2012). O interesse que cada um destes países tem no estreitamento da relação é de certa forma complementar. Evans Hills (2010, p. 2) aponta que a relação com a China, nomeadamente com as garantias de empréstimos e os investimentos no sector energético, permite à Venezuela manter a estabilidade económica, social e política à medida que persegue uma estratégia na região de desafiar os EUA e as instituições económicas ocidentais. Caracas possui as segundas maiores reservas provadas de petróleo do mundo, avaliadas em 211 biliões de barris, no final de 2011 (EIA, 2012d). É membro fundador e quinto maior produtor integrado na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A Faixa do Orinoco, na Venezuela, é considerada como uma das maiores reservas do planeta. A Petroleos de Venezuela S.A. (PDVSA) iniciou em 2005 o projecto “Magna Reserva” que envolve a divisão da região de Orinoco em quatro maiores áreas, posteriormente divididas em 28 blocos. A extracção do petróleo de Orinoco é onerosa e requer refinarias especializadas para o processo, no entanto o valor das reservas envolvidas – 513 biliões de barris de petróleo extrapesado (EIA, 2012d), é de grande interesse para um insaciável consumidor como a China.

A cooperação na energia entre a China e da Venezuela foi iniciada em Novembro de 1985, durante a visita do Primeiro-Ministro chinês Zhao Zhiyang à Venezuela, a primeira visita feita pelo chefe do governo chinês. Durante a sua estadia entre a 9-12 de Novembro, assinou vários acordos com o seu homólogo venezuelano Lusinch, incluindo o Protocolo de Cooperação Científica e Tecnológica de Pesquisa e de Exploração de Petróleo (Yan Zhonghua, 2003). Em Novembro de 1996, durante a visita do Primeiro-Ministro Li Peng à Venezuela, os dois governos assinaram novos acordos para impulsionar a

Externo Chinês Cai Shufang e o Ministro de Negócios Estrangeiros da Venezuela Sharitt. A China estabeleceu a embaixada na Venezuela em Setembro de 1974 enquanto a embaixada da Venezuela na China foi inaugurado em Novembro do mesmo ano.

²⁴⁰ Como resultado desses acordos existem actualmente 69 projectos de *Joint-ventures* de vários níveis, entre os dois países

cooperação na exploração conjunta de petróleo, para compra e venda de óleo emulsionado e para estudos de viabilidade de desenvolvimento conjunto de óleo emulsionado. Três anos depois, entre 10 e 13 de Outubro de 1999, a convite do Presidente Jiang Zemin, o Presidente Hugo Chaves prestou a sua primeira visita oficial a Pequim, tendo sido aprovado entre os dois governos vários acordos, entre outros, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Comité Conjunto de Energia e um Memorando de crédito financeiro de USD\$ 30 milhões pelo Banco da China a Venezuela. Desde então, a cooperação da Pequim com Caracas têm garantido o aumento da participação das companhias chinesas no sector energético²⁴¹ e do das exportações de petróleo venezuelano para a China (Xinhua, 2007b).

Desde 2006, a Venezuela é o maior exportador de petróleo da América Latina para China. Em 2011, a China importou 230.000 b/d de petróleo da Venezuela, um aumento substancial para os mais 19.000 b/d, em 2005 (EIA, 2012f). Nesse ano, Hugo Chavez anunciou que as exportações de petróleo para a China poderiam chegar a 1 milhão de barris, e que Pequim poderia vir a substituir Washington como o seu maior parceiro comercial em 2012. Pese embora essa substituição ainda não tenha ocorrido, o certo é que a Venezuela tem-se tornado cada vez mais importante como fornecedor de petróleo à China, e salientando-se durante a interrupção de fornecimento do Sudão em 2012, Caracas foi um dos países que mais contribuiu para o petróleo em falta.

A crise económica veio reforçar a cooperação no sector energético. No final de Setembro de 2008, os dois governos assinaram uma série de acordos no sector da energia, nomeadamente acertaram a construção de uma refinaria na faixa de Orinoco e no aumento das exportações de petróleo venezuelano para a China. Em Março de 2009, o Vice-Presidente Xi Jinping e o Vice-Primeiro Ministro Hui Liangyu visitaram cinco países da América Latina, incluindo a Venezuela. Durante a sua visita, o Vice-Presidente Xi Jinping anunciou que, a China e a Venezuela iriam ampliar a cooperação na energia e nas finanças, referindo que *“a cooperação energética é uma prioridade que constitui uma importante parte da cooperação bilateral. Os dois lados devem fazer esforços para ampliar todos campos da cooperação* (China.org.cn., 2010). De facto, o apelo de reforço materializou-se

²⁴¹ A CNPC foi a primeira empresa chinesa a entrar no sector energético da Venezuela, quando ganhou a exploração para os campos de petróleo Caracoles e Itercampo, localizados no lago Maracaibo, em 1997

na assinatura de acordos nas áreas de energia, tecnologia e agricultura. O vice-Presidente chinês e o Presidente venezuelano, Hugo Chávez assinaram um acordo que duplicava o valor do fundo de financiamento conjunto para projectos na Venezuela, passando de USD\$ 6 bilhões para 12 bilhões. Parte substancial deste fundo destinava-se ao sector petrolífero, e procurava ampliar de cerca de 331 mil para 1 milhão, o número barris de petróleo fornecidos diariamente à China, em quatro anos. Foi também assinado Memorando entre *guaban* energéticas chinesas e venezuelanas para o estudo conjunto de cinco campos petrolíferos na Venezuela, que poderiam adicionar à produção actual 314 bilhões de barris de petróleo (Sperling, 2009). Posteriormente, em Abril de 2010, a China ofereceu mais USD\$ 20 bilhões a Caracas, assegurando em troca o fornecimento do petróleo venezuelano de 100 mil barris diários de petróleo durante um período de 10 para o país (Lachini, 2010). A CNPC e a companhia estatal venezuelana PDVSA criaram uma *joint-venture*, a Sinovensa, um investimento de USD\$ 16 bilhões destinado para incrementar a produção da Faixa Petrolífera do Orinoco para 400.000 b/d em 2016 (Romero, 2011)²⁴².

Em Novembro de 2011, durante uma visita a Caracas da comitiva do governo chinês liderada pelo Vice-Ministro da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional, Zhang Xiaoqiang foi assinado um acordo com o Presidente venezuelano Hugo Chávez, para um conjunto de novos empréstimos no valor de USD\$ 6 bilhões. Um primeiro crédito de USD\$ 2 bilhões destinava-se a aumentar a produção de petróleo da empresa Sinovensa e será pago num prazo de oito anos com taxa Libor de 5%. A este crédito soma-se outro do mesmo valor do CDB à PDVSA, dividido em duas linhas adicionais de crédito, uma de USD\$ 1,5 milhões para um projecto de construção da refinaria petróleo pesado Abreu e Lima, perto do Recife, com um custo de 14 mil milhões de dólares, irá dispor de uma capacidade de processamento de 230 mil barris diários (Macauhub, 2011). E outra de USD\$ 400 milhões destinados à compra equipamentos petrolíferos e brocas. De acordo com o Ministro da Energia venezuelano Rafael Ramirez, os novos empréstimos que em envolvem as empresas chinesas e venezuelanas irão ampliar a produção de petróleo de cerca de 100 mil barris para cerca de 330 mil barris diários (Washington Post, 2011).

²⁴² Nesta empresa mista PDVSA possui 60% das ações e a China National Petroleum Corporation detém os 40% restantes

3.4. A Diplomacia para os Países por onde atravessam os Corredores de Energia

3.4.1. Os Corredores Terrestres e a Segurança Energética Chinesa

A Diplomacia energética para os países por onde atravessam os corredores terrestres de energia tem por objectivo a diversificação e a segurança do transporte das importações de energia, através da criação de uma rede de novas infra-estruturas que consigam ser menos susceptível a interrupções externas e que permitam atenuar a dependência do transporte de energia pelas linhas de comunicação marítimas. Particularmente pelo Mar da China Meridional e pelo Estreito de Malaca, por onde é transportado entre 70 a 80% do petróleo importado de África e do Médio Oriente para a China. Esta diplomacia destina-se aos países vizinhos produtores de hidrocarbonetos, os mesmos países com que Pequim está a efectuar a estratégia de diversificação de fornecedores, especificamente à Federação Russa, ao Cazaquistão, ao Turquemenistão e a Myanmar.

Desta forma, a diplomacia energética chinesa para este grupo de países engloba um duplo objectivo: obter novas fontes de aprovisionamentos energéticos e a construção de novas rotas de transporte em países geograficamente localizados próximos da China. Neste duplo objectivo, para além dos líderes chineses, estão envolvidas as companhias petrolíferas e os bancos estatais chineses. Através da diplomacia bilateral e multilateral, Pequim promove o fortalecimento das relações com os países por onde passam ou poderão passar futuros corredores energéticos, elevando-os parceiros estratégicos. Por sua vez, as NOCs chinesas como a CNPC, em colaboração com as empresas dos países produtores e dos países de trânsito implementam e operam muitos dos projectos de infra-estruturas desses corredores que são financiados pelos bancos chineses. Até 2011, a RPC tinha dois oleodutos transnacionais operacionais, dois em construção e um corredor energético em fase especulativa (Cf. Tabela XIII e Mapa VII). Estes projectos, e como iremos desenvolver posteriormente nos corredores marítimos, estão associados à construção de portos e ao desenvolvimento de infra-estruturas de transportes, que inclui estradas, auto-estradas, pontes e viadutos, entre a China e os países de produtores e de trânsito.

Tabela XIII. *Oleodutos e Gasodutos transnacionais para a China*

| PROJECTO | COMPRIMENTO KM | DESTINO NA CHINA | CAPACIDADE PROJECTADA MT/A | DATA DA SUA CONCLUSÃO | CUSTOS USD\$ BILIÕES |
|-----------------------------------|-------------------|---|----------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Oleoduto Cazaquistão- China | 2,798 | Xinjiang | 20 | 2010 | 2,5 a 3 |
| Oleoduto Rússia- China | 2,764 | Taishet (Sibéria) - Skovorodino - Daqing (Xinjiang) | 15 por 20 anos | 2011 | 25 empréstimo à Rússia |
| Oleoduto Myanmar- China | 2,402 | Kunming | 22 para 30 anos | 2013 | 1,5 |
| Gasoduto Myanmar- China | 2,500 | Kunming | 10-13 bcm, para 30 anos | 2013 | 1 |

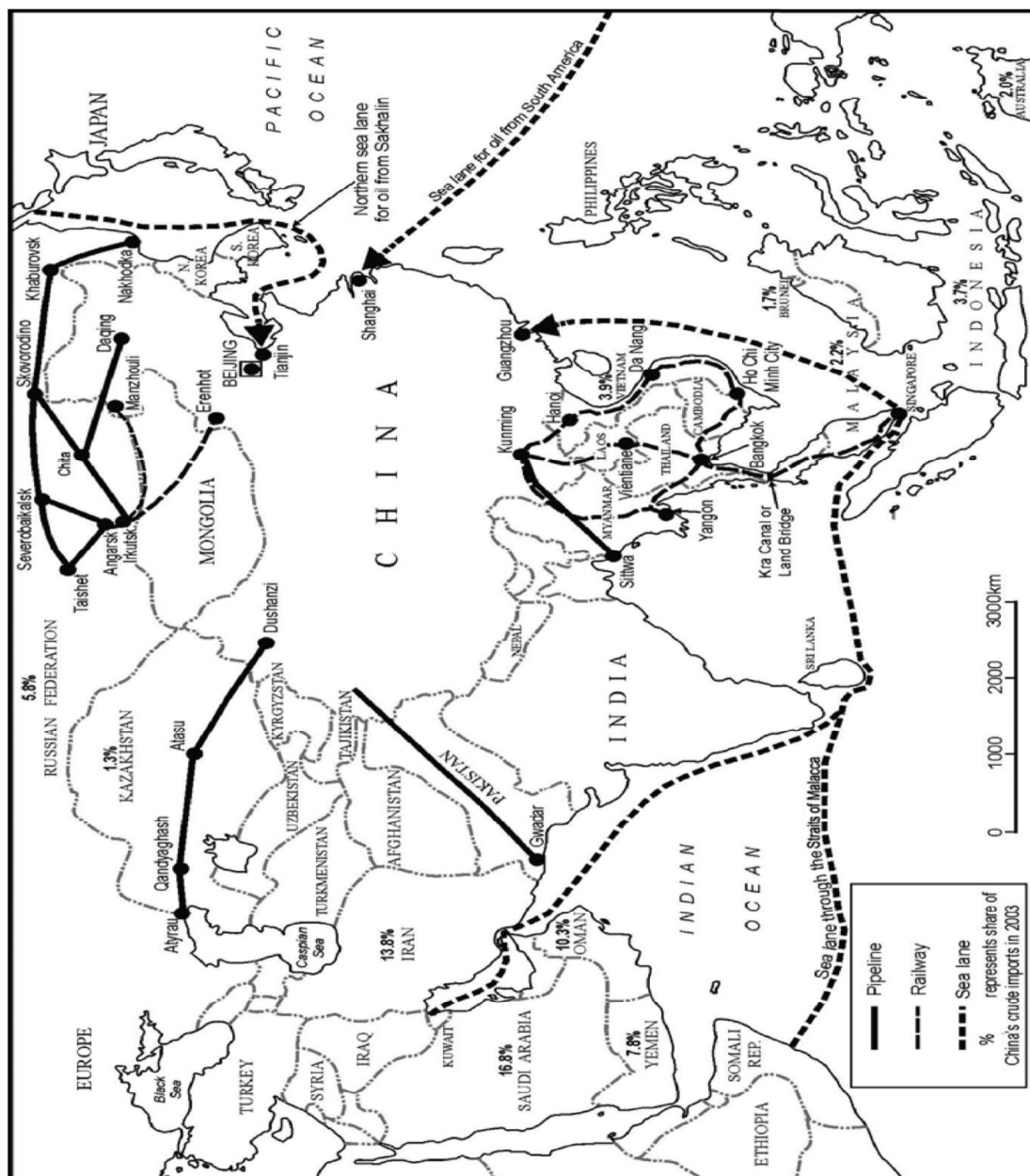
Fonte: Construção da candidata a partir de várias fontes.

O primeiro oleoduto operacional transporta petróleo de Cazaquistão para fronteira chinesa em Alashankou, na Região Autónoma Uigure de Xinjiang. A sua construção foi oficializada no Acordo de Cooperação no Petróleo e Gás entre o governo do Cazaquistão e da China, a 24 de Setembro de 1997 (KCP.kz, 2011), e veio permitir a Pequim importar petróleo do Cazaquistão, para além do que já era tradicionalmente importado e que chegava a Alashankou por via ferroviária. Em 1998, a China National Petroleum Corporation (CNPC) foi seleccionada para efectuar o estudo de viabilidade da construção desse oleoduto de 2,798 km, avaliado em 2,5 a 3 biliões de dólares (Oil and Gas Journal, 1999)²⁴³. Este estudo realizado, entre 1998 e 2000, pela CNPC e pela companhia nacional de petróleo do Cazaquistão, a Kaztransoil (KTO) veio a concluir que a construção do oleoduto só seria economicamente viável se transportasse pelo menos 20 milhões de toneladas de petróleo por ano (Watkins, 2003). Perante a questionável rentabilidade económica deste oleoduto e o envolvimento do Primeiro-Ministro Li Peng no processo de

²⁴³ A CNPC foi a empresa seleccionada em resultado do sucesso licitação de uma participação de 60% na companhia Aktobemunaigaz Oil Co do Cazaquistão (Watkins, 2003).

licitação, analistas chineses e ocidentais (Downs, 2004, p. 37; Yi-chong, 2006, p. 283) defendem que este projecto foi estimulado mais por motivos políticos que económicos, visto que Pequim oferecia a Almaty uma rota alternativa para exportação de petróleo, ignorando o tradicional comprador - a Rússia, e em troca a China teria a restrição das actividades dos separatistas uigures no Cazaquistão.

Mapa VII. *Oleodutos Existentes e Projectados*



Fonte: Hongyi Harry Lai, 2007, p. 524

A construção deste oleoduto foi realizada por três segmentos em duas fases (Cf. Mapa VIII). A primeira fase ficou operacional em 2003, incluiu a construção da primeira secção que começava em Atyrau, perto do mar Cáspio e terminava em Kenkiyak. A segunda fase, incluiu a construção da secção Atasu para Alashankou e a secção de Kenkiyak para Kumkol. A primeira secção, com um comprimento de 962 km, partia de Atasu no Cazaquistão e atravessava as regiões de Karaganda, do Cazaquistão oriental e Almaty, antes de terminar em Alashankou na China. A sua construção foi iniciada a 28 de Setembro de 2004 e findada a 15 de Dezembro de 2005, entrando em operação em Julho de 2006 (CNPC, 2011d). Apesar do interesse que ambos os países tinham na secção de Atasu-Alashankou, a sua construção só veio a ser formalizada durante a visita do Presidente do Cazaquistão Nazarbayev a Pequim, a 17 Maio de 2004, com a assinatura do Acordo Quadro para o Desenvolvimento da Cooperação no Campo do Petróleo e do Gás entre os dois governos e o Acordo dos Princípios para a Construção do Oleoduto Atasu-Alashankou (KCP.kz, 2011).

Mapa VIII. O Oleoduto Cazaquistão-China



Fonte: Central Intelligence Agency's *World Factbook*, 2008

Para além do impulso institucional, outros factores vieram a estimular a realização definitiva do projecto, nomeadamente; *i)* o aumento contínuo da procura de petróleo por parte da China desde 1993; *ii)* o incremento dos preços do petróleo no mercado internacional; *iii)* o fracasso da efectivação de um projecto idêntico com a Rússia; e *iv)* o interesse crescente dos EUA, da Turquia e da UE pelo acesso aos recursos energéticos do Cazaquistão. A construção na segunda fase da secção Kenkiyak-Kumkol no centro do Cazaquistão foi conduzida com base no acordo com o Acordo nos Princípios Básicos na Construção da segunda fase do oleoduto Cazaquistão-China entre a China National Petroleum Corporation e a companhia KazMunayGas, assinado a 20 de Dezembro de 2006 (KCP.kz, 2011). Esta secção de 761km, começou a ser construída em Dezembro de 2007, atravessa os territórios de Aktobe, Kyzylorda e região de Karaganda, no Cazaquistão²⁴⁴, e foi terminada em Dezembro de 2010. Na fase 2 da construção do oleoduto Cazaquistão-China, a CNPC financiou os 806 milhões dólares necessários para a ampliação do oleoduto de Atasu até a fronteira chinesa em Alashankou, bem como a extensão de Alashankou à refinaria em Dushanzi, em Xinjiang (Gorst, 2006).

Em Alashankou, o oleoduto Cazaquistão-China é conectado com o oleoduto Alashankou-Dushanzi, que faz a ligação entre este oleoduto e o distrito de Dushanzi, em Xinjiang²⁴⁵. Em Agosto de 2007, a CNPC abriu um oleoduto com uma capacidade de 400.000 b/d, a partir de Shanshan em Xinjiang para o centro de refinação em Lanzhou, na província de Gansu (CNPC, 2011d). Este oleoduto possibilita que o petróleo do Cazaquistão e os produtos refinados em Xinjiang possam ser transportados para Lanzhou, interligando-se à rede existente de oleodutos na China e permitindo aumentar a oferta de petróleo para as regiões do interior do território, que estão a ser foco de programas de desenvolvimento. O oleoduto Cazaquistão-China irá também ser integrado no projecto estratégico de construção de uma reserva perto de Ürümqi, que irá armazenar 51 milhões de barris de petróleo quando estiver finalizada.

²⁴⁴ A construção desta secção enfrentou vários desafios pois teve de ser instalada em áreas sismicamente activas e ser construída em condições climáticas desfavoráveis, tais como temperaturas extremas e intensa pluviosidade.

²⁴⁵ O oleoduto Alashankou-Dushanzi foi construído pela CNPC e ficou operacional em Dezembro de 2005. Possui uma capacidade 10 milhões de toneladas por ano e abastece essencialmente a refinaria Dushanzi

O oleoduto Cazaquistão-China é operado pela sociedade anónima JSC North-West Pipeline Company MunaiTas (JSC “NWPC” MunaiTas), uma *joint-venture* criada entre a KazMunaiGaz (KMG) que detém 51% e a CNPC que detém 49% (Munaitas.kz, 2011). Com uma capacidade inicial de 10 milhões de toneladas de petróleo por ano, poderá ser expandida até 20 milhões de toneladas por ano, quando for terminada a segunda fase da construção em 2013 (Silk Road Intelligencer, 2011). Actualmente é abastecido pelo petróleo produzido nos campos Aktobe e Kumkol e com futura a expansão da sua capacidade, a principal fonte de abastecimento será campo Kashagan.

O segundo oleoduto também operacional é uma ramificação de 1030 km do oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico (East Siberia Pacific Ocean – ESPO)²⁴⁶ que liga a cidade russa de Skovorodino a Daqing, na província chinesa de Heilongjiang (Cf. Mapa VII). Este oleoduto que vai desde a Sibéria às regiões do nordeste da China é um projecto proposto pelas companhias russas em 1994. Em 1996, as negociações sobre este oleoduto foram iniciadas um pouco depois da visita do Presidente Boris Yeltsin à China, em Abril desse ano, e com a assinatura de acordos de cooperação energética entre os dois países. O gasoduto foi concebido inicialmente para conectar campos siberianos Angarskoil com Daqing, todavia, nos cinco anos seguintes os dois países não conseguiram chegar a um acordo sobre a sua construção.

Como iremos posteriormente analisar, a trajectória da sua construção foi competida pela Pequim e por Tóquio. A partir de 1996, e durante os vários anos das negociações, Pequim tentou acordar com Moscovo a construção deste oleoduto. Em 2001, a China e a Rússia assinaram um acordo sobre a sua construção, com a participação conjunta entre a companhia de transporte de petróleo russa, a Yukos e a CNPC. Em 2003, as duas companhias assinaram um acordo para a construção de Angarsk-Daqing. Porém, a batalha política entre o Presidente Putin e o chefe da Yukos Mikhail Khodorkovsky conduziu à renúncia deste contracto embora sem abandono da concretização do projecto por Pequim. No ano seguinte, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao dirigiu uma delegação de alto-nível a Moscovo, que incluía o vice-Primeiro Ministro Wu Yi, o Ministro de negócios estrangeiros Li Zhaoxing e os Ministros das Comunicações, do Comércio, dos Caminhos-de-ferro, da

²⁴⁶ A ESPO terá 470 km e irá de Taishet para a baía Kazmino, perto de Nakhodka, no mar do Japão. É uma forma da federação Rússia diversificar os fornecedores para o oriente.

Ciência e da Tecnologia (Xinhua, 2004) com objectivo de persuadir a Rússia a reconsiderar a rota do oleoduto para Daqing. Durante esta visita, Wen Jiabao declarou o apoio à adesão da Rússia Organização Mundial do Comércio (OMC) e prometeu investir 12 biliões de dólares em infra-estruturas e em colaborar na energia nuclear com a Rússia. Em contrapartida, Moscovo comunicou os seus planos para aumentar as suas exportações para a China em 10 milhões toneladas em 2005 e 15 milhões de toneladas em 2006, e para aplicar USD\$ 478 milhões no melhoramento dos caminhos-de-ferro entre os dois países (Xinhua, 2004b).

No final de 2004, o governo russo anunciou que a construção da primeira ramificação do oleoduto ESPO seria para China. No entanto, o acordo só foi concretizado durante o 13.º Encontro Ministerial entre os Primeiros-Ministros Wen Jiabao e Dmitry Medvedev, em Moscovo, a 28 Outubro de 2008. Entre os 14 acordos assinados durante Encontro, estava o Memorando de Cooperação no sector energético entre a Rússia e a China, que incluía a cooperação entre a CNPC e a Transneft na construção e operação do oleoduto entre Skovorodino. Este Memorando insere-se num quadro mais alargado de cooperação acordado entre o vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan, e o seu homólogo russo, Igor Sechin em Pequim, em Fevereiro de 2009²⁴⁷. Como parte de um acordo de fornecimento de energia de longo termo, o CDB apoiava com um “pacote de empréstimos por petróleo” de USD\$ 25 biliões as companhias russas Rosneft e Transneft (China Daily, 2009a). Em troca as duas companhias construiriam a ramificação da ESPO para a China, e Pequim receberia 15 milhões de toneladas de petróleo (300.000 b/p), a partir de 2010, anualmente, durante 20 anos. Depois de vários meses de negociação entre a Rússia e a China para a definição da taxa de empréstimo, a garantia de reembolso e o mecanismo de preços para o envio de petróleo para a China²⁴⁸, foi finalmente acordado a construção da ramificação por duas secções. A secção russa de 65 km que liga Skovorodino a Mohe foi construída pela Transneft, tendo sido finalizada em Agosto de 2010. A secção chinesa de

²⁴⁷ Acordado em Pequim, entre o vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan, e o seu homólogo russo Igor Sechin

²⁴⁸ A Rússia preferia o preço do petróleo flutuante ou de mercado para o fornecimento e uma taxa fixa para os empréstimos da China. A China preferia uma condição oposta: um preço fixo para o petróleo da Rússia e uma taxa flutuante de crédito para a Rússia, de LIBOR +5%. A Rússia rompeu as negociações com Pequim, a 13 de Novembro e só regressou 10 dias depois. Em 10 de Dezembro os dois lados reuniram-se novamente em Moscovo, e a 15 de Dezembro, a Rosneft indicou que a China tinha concordado com os termos principais russos. No entanto, não foi alcançado nenhum acordo até quando as negociações foram retomadas em Fevereiro de 2009.

965 km, de Mohe para Daqing foi completada pela CNPC em Julho de 2010 e ficou operacional a 1 Janeiro de 2011 (Cf. Mapa IX).

Mapa IX. Oleoduto Sibéria Oriental-Oceano Pacífico-China



Fonte: Economic Research Institute for Northeast Asia (ERINA), 2010

A construção da ramificação deste oleoduto foi possível graças à combinação da diplomacia energética do governo chinês, das iniciativas da CNPC e do CDB com o governo da Federação Russa e as empresas Rosneft e Transneft, e reflecte os objectivos de segurança energética da China e da Rússia. O primeiro, como país consumidor pretendia com a construção do oleoduto com o país vizinho e um dos maiores produtores mundiais de hidrocarbonetos, a diversificação de rotas de transporte e das fontes de aprovisionamento. O segundo, como país produtor pretendia e pretende diversificar os mercados de exportação dos seus hidrocarbonetos e reduzir a dependência de exportação para o mercado europeu. A secção do oleoduto Skovorodino-Nakhodka poderá permitir à

Rússia exportar para o Japão e para os mercados da Ásia-Pacífico, o que sugere que apesar da proximidade geográfica da Sibéria Oriental ao mercado chinês, a China não é o único mercado atractivo para o petróleo russo na Ásia.

Ainda antes do oleoduto ter sido completado, o petróleo russo começou a ser exportado por caminhos-de-ferro para a China. A Rússia é um dos maiores fornecedores de petróleo à China, e quando a capacidade máxima da ESPO atingir os 60.000 b/d, a Rússia poderá aumentar as exportações para a China, o que poderá elevar o país no *ranking* das maiores fontes de aprovisionamento à China. Entre 2010 e 2011, a participação da Rússia no total do petróleo importado por Pequim aumentou de 6% para 8%, o que permitiu se reposicionasse a sua posição de 5.º para 4.º maior fornecedor de petróleo (Cf. Gráficos V e VI do capítulo II). Para a IEA (2011, p. 31) este oleoduto poderá permitir ampliar a participação da Rússia para 9%, permitindo que Pequim importe mais de 6,4 milhões b/d de petróleo.

As redes adicionais de transporte de petróleo e gás que estão a ser construídas foram acordadas entre a extinta Junta Militar de Myanmar e a RPC, a 27 de Março de 2009. O projecto da construção do oleoduto foi inicialmente apresentada pelo professor Yang Xiaohui e os seus colegas da Universidade de Yunnan, em 2004. Defendiam que a sua construção poderia permitir reduzir a dependência do estreito de Malaca e aumentar a segurança energética da China. Posteriormente, o governo da Província de Yunnan apoiou o projecto, tendo passado a objectivo nacional quando, em 2005, a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional nomeou-o como um dos quatro corredores-chave de importação de petróleo no *Refining Industry Development Overview*

Além de ser incluído nas medidas externas de segurança de fornecimento energético, o projecto insere-se nos objectivos de Pequim para a promoção do desenvolvimento económico do interior do seu território, nomeadamente para desenvolvimento da capacidade de refinação da região sudoeste chinesa. As províncias de Yunnan, do Tibete, de Guizhou, de Guangxi e o Município Chongqing têm, muitas vezes, dificuldades em receber fornecimentos estáveis de combustível a partir dos centros de refinação de Lanzhou e Guangzhou. Esta nova proposta de oleoduto inclui igualmente um projecto de construção de uma refinaria de 400.000 b/d perto Kunming, na província de Yunnan. O governo Município de Chongqing com o apoio da Sinopec propôs também

estender a linha para Chongqing e construir instalações de refinação no município. A capacidade inicial do oleoduto prevista é de 200.000 b/d, porém se for expandida para 300 ou 400.000 b/d, tanto Kunming como Chongqing poderão construir refinarias.

O oleoduto a partir da costa oeste de Myanmar até Kunming, na província chinesa de Yunnan, começou a ser construído por duas fases pela CNPC, em Outubro de 2009 (Cf. Mapa VII), e terá uma capacidade inicial de 12 milhões de toneladas de petróleo anualmente, ampliada depois da sua segunda fase de desenvolvimento, para 22 milhões de toneladas (Great Southern Press, 2011)²⁴⁹. A partir de 2013, os petroleiros vindos do Médio Oriente poderão atracar nos portos de Sittwe e Kyaukphyu de onde sua carga será transportada até Yunnan reduzindo-se uma distância de 1200km. O acordo com o governo de Myanmar inclui também a construção de um gasoduto que transportará gás proveniente do campo Shwe, na costa Arakan de Myanmar²⁵⁰. Com uma distância de 2.520 Km (incluindo 793 em Myanmar e 1.727 km na China) terá uma capacidade anual de 10 a 13 Bcm gás natural (Great Southern Press, 2011).

Por último está a ser ponderado a construção de um corredor energético de Gwadar no Paquistão até Kashi na província chinesa de Xinjiang (Cf. Mapa VII). O intento da construção deste corredor foi formalizado numa reunião bilateral entre os Ministros de Energia do Paquistão e da China países em Abril de 2006. Durante a visita do Primeiro-Ministro paquistanês Yousuf Raza Gilani à China, em Maio de 2011, foi debatido a possibilidade de construção deste corredor energético que implicaria que o petróleo de África e do Médio Oriente fosse descarregado no porto paquistanês de Gwadar, construído com financiamento chinês, em 2008 (Krishnan, 2011). Deste seria enviado para Kashi (Kashgar) na província Xinjiang, ao longo da estrada de Karakoram que liga o Paquistão com a China, por via rodoviária, ferroviária ou mais provavelmente por oleoduto transportando anualmente 12 milhões de toneladas de petróleo. Este projecto transformaria o Paquistão num corredor de transporte do petróleo proveniente do Golfo Pérsico para

²⁴⁹ O projecto está a ser desenvolvido por uma *joint-venture* entre a CNPC (50,9%) e a companhia estatal *Myanmar Oil & Gas Enterprise* (49,1%).

²⁵⁰ As reservas do campo de gás Shwe atraíram grande atenção na sequência da descoberta de depósitos no bloco A-1 (campo de Shwephyu) em Janeiro de 2004 e no bloco A-3 (campo de Mya) em Abril de 2005. Estima-se que o campo de Shwe detém uma reserva de gás de 4 a 6 triliões de pés cúbicos e os campos o Shwephyu e Mya uma reserva provada combinada de cerca 6a 10 Tcf.

abastecer faminto gigante asiático chinês, e transformá-lo-ia numa das peças do “Wéiqí energético chinês”.

Estes projectos nos dois países de trânsito Paquistão e Myanmar, apesar de serem alternativas de transporte para as importações de petróleo para a China, possuem associados riscos para a segurança energética chinesa²⁵¹. Myanmar, oficialmente República da União de Myanmar²⁵² desde 31 de Março de 2011, possui um governo civil formado principalmente por ex-militares da Junta Militar que estiveram à frente do país desde 1962, e tem revelado sinais de querer mudanças internas e externas para este país do sul da Ásia.

A nível interno, Naypyidaw tem vindo a libertar os presos políticos, incluindo Aung San Suu Kyi, a liberalizar os meios de comunicação e a promover alterações constitucionais para permitir o registo de partidos e líderes de oposição política. Em termos de segurança e de procura de estabilidade interna, está a tentar realizar acordos de cessar-fogo com os principais grupos rebeldes do país formados por guerrilhas de minorias étnicas Karen, Kachin, Karenni, Shan e Chin. Myanmar tem problemas de separatismo étnico, nomeadamente com o movimento separatista Shan pertencente ao um grupo étnico do nordeste do país, linguisticamente ligado com os tailandeses. Foi com este grupo que reivindica a autonomia do Estado Shan Sud, que o governo assinou o primeiro acordo de paz no início de Dezembro de 2011. No início de 2012, foi acordado na cidade Hpa-an, no Estado Karen outro acordo de cessar-fogo entre o governo e rebeldes da etnia Karen que há mais de seis décadas travam uma batalha na frente leste do país (Beech, 2012). Contudo e apesar de Myanmar ter garantido que a segurança do oleoduto de Gwadar até Xinjiang, ainda estão por ser efectivados outros acordos com os principais grupos rebeldes do território.

²⁵¹ As estações de bombagem críticas para a transferência do petróleo são vulneráveis ao assalto e à sabotagem podendo resultar na redução ou mesmo encerramento do fluxo de petróleo do oleoduto. Os oleodutos podem ser sabotados ou mesmo bombardeados visto que são fixos e longos, o que aumenta a dificuldade da sua segurança, a não ser que subterrâneos como partes do gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) na Ásia Central.

²⁵² Myanmar desde que se tornou independente do Reino Unido, a 4 de Janeiro de 1948, foram adoptados vários nomes oficiais para a sua designação. Primeiramente adoptou o nome oficial de União da Birmânia, uma designação que posteriormente voltou a acolher após um período como “República Socialista da União da Birmânia”, entre 4 de Janeiro de 1974 a 23 de Setembro de 1988. Em 18 de Junho de 1989, o regime militar birmanês adoptou o nome oficial do país de União de Myanmar. Finalmente, como medida implementada em 21 de Outubro de 2010 e em conformidade com a Constituição de 2009, o nome do país mudou para “República da União de Myanmar”.

A transformação democrática que está a desenrolar-se em Myanmar desde a transferência do poder da Junta Militar para um governo civil em 2011, está a ser acompanhada por uma mudança nas suas relações externas, sendo um dos marcos principais a visita da Secretária de Estado dos EUA Hillary Rodham Clinton ao país²⁵³. A sua visita de três dias, em Novembro de 2011, realizou-se três meses depois do encontro entre Thein Sein e Aung San Suu Kyi e duas semanas depois do Presidente Obama ter anunciado o *pivot* para a Ásia na política externa. A abertura de Myanmar e a aproximação depois de mais de 50 anos de distanciamento aos EUA²⁵⁴ é também acompanhada pelo fortalecimento de relações com dois países vizinhos energeticamente competidores com a China: a Índia e o Japão. O governo birmanês tem estreitado relações comerciais e militares com a Índia e desenvolvido relações bilaterais com o Japão, o que pode representar na política externa uma tentativa de evitar a excessiva dependência em relação à China. O oscilar de laços de Naypyidaw com a China e a reaproximação aos EUA e com outros actores regionais espelha também a preocupação de Myanmar em assumir a presidência da ASEAN em 2014²⁵⁵. Em 2005, Myanmar foi forçado a renunciar a presidência da ASEAN em 2006 devido a pressão ocidental e às oposições por parte de alguns Estados-Membros. Estas mudanças internas e externas e que estão a ser aprovadas internacionalmente são desejadas pelos líderes da ASEAN desde que aceitaram a adesão de Myanmar em 1997 à ASEAN, uma organização regional que esta igualmente num processo de mudança para ser implementada como Comunidade da ASEAN em 2015.

A nível externo, o alarme de mudança do governo em relação a Pequim começou em 30 de Setembro de 2011, quando o Presidente U Thein Sein suspendeu a construção da barragem hidroeléctrica Myitsone sobre o rio Irraaddy, no Estado Kachin. Um projecto no

²⁵³ Washington anunciou o restabelecimento das relações diplomáticas com Myanmar em Janeiro de 2012. Esta visita foi sucedida pela do Presidente Barack Obama, em Novembro de 2012.

²⁵⁴ Os EUA reagiram ao progresso político de Myanmar com “recompensas” que incluíram o levantamento das sanções financeiras (Maio de 2012) e das proibições de importação de Myanmar (Novembro 2012), e a nomeação do primeiro Embaixador para o país, Derek Mitchell, depois de ausência de 22 anos (Julho de 2012). Como reconhecimento das mudanças políticas impulsionados pelo executivo de Thein Sein, a UE e tal como os EUA decidiram suspender temporariamente (por um ano) as sanções a Myanmar, com excepção do embargo de armas (23 de Abril 2012); e a chefe da diplomacia da União Europeia Catherine Ashton visitou Myanmar com objectivo de abrir uma delegação da UE no país, para ajudar a gerenciar os programas de ajuda (28 de Abril 2012).

²⁵⁵ A 17 de Setembro de 2011, na 19.ª Cimeira da ASEAN em Bali, os Estados-Membros aceitaram que Myanmar assumisse a presidência da ASEAN em 2014 (Ba Kaung, 2011)

valor de USD\$ 3,6 biliões acordado pelo governo de Myanmar e a companhia chinesa China Power Investment (CPI) em 2009²⁵⁶ (Environment News Service, 2011). Apesar da controvérsia ambiental, económica e política que envolvia o projecto, continuava a ser construído e estava projectado ser finalizado em 2019. A suspensão da barragem de Myitsone esteve associada à opinião pública e à vontade do governo de respeitar a vontade do povo, e foi mais uma das desagradáveis surpresas anunciadas ao “*paukphaw*”²⁵⁷ ou seja ao país amigo - a China.

A Myanmar foi o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular da China após a sua fundação, em 1949. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em Junho de 1950²⁵⁸. Localizado no sudeste asiático²⁵⁹, é um país geopoliticamente importante para China, dado o seu acesso ao Oceano Índico e aos seus vastos recursos naturais que vão desde densas florestas e rios às vastas reservas de minerais, petróleo e de gás natural. Na procura por aceder aos seus recursos naturais e seguindo a sua política externa pragmática de não interferência nos assuntos internos dos outros Estados, Pequim forneceu ao seu vizinho do sul apoio político, armamento militar e apoio financeiro na forma de “empréstimos sem condições”. Perante as sanções políticas e financeiras de isolamento, Pequim manteve-se o principal patrono e protector do regime militar desde 1990. Quando o Presidente Hu Jintao reuniu-se com Than Shwe, em Jacarta, em Abril de 2005, reiterou a força do relacionamento referindo que “*desde os tempos antigos, as pessoas de dois países têm realizado intercâmbios próximos como irmãos. Construir uma vizinhança boa e a amizade entre China e Myanmar é uma parte importante da política externa da China com os países vizinhos*” (Ministry of the Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2005).

²⁵⁶ Em 21 de Junho de 2009, o Embaixador de Myanmar para a China U Thein Lwin e o Presidente da China Power Investment Corporation Lu Qizhou assinaram um Memorando de Entendimento entre o Departamento de Implementação da Hidroenergia e a CPI para o desenvolvimento, a operação e a transferência dos Projectos Hidroeléctricos nas bacias do rio Myitsone Maykha, Malikhaand e Ayeyawady.

²⁵⁷ *Paukphaw* é uma palavra de Myanmar que significa irmão ou íntimo. É utilizada por Myanmar unicamente para a China e reflecte a relação cordial e estreita entre os dois países.

²⁵⁸ A China e Myanmar assinaram o Tratado de Amizade e Não-agressão Mútua e promulgaram uma Declaração Conjunta, em 29 de Junho de 1954.

²⁵⁹ Faz fronteira a norte e nordeste com a China, a leste com Laos, a sudeste com a Tailândia, a noroeste com Bangladesh e pela Índia e limitado a sul pelo Mar de Andamão e pelo Canal do Coco e a oeste pelo Golfo de Bengala.

Durante a visita de Thein Sein à China em Maio de 2011, os dois governos anunciaram a que a relação bilateral tinha ascendido a “Parceria Estratégica de Cooperação Abrangente” (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2012b). Entre as quatro propostas²⁶⁰ para o desenvolvimento dos laços bilaterais apresentadas por Hu Jintao estava a ampliação da cooperação na energia, na energia eléctrica, no transporte, ou seja em áreas de grande interesse para a segurança energética chinesa e em que as *guaban* chinesas estão presentes já alguns anos. Em 2008, 69 corporações chinesas estavam envolvidas pelo menos em 90 projectos hidroeléctricos, de petróleo, de gás e de mineração no território (Meng Fanghua, 2013). De acordo com um relatório da EarthRights International (2008, p. 8) para além dos projectos Yeywa, Shweli e Hat Gyi, a companhia chinesa Sinohydro e as suas subsidiárias estão envolvidas nos projectos das barragens Kun, Kyauk, Mone, Nam Hkam Hka, Paunglaung, Tarpein I, Thaparseik, e Zawgyi I, e muitos desses projectos estão a ser financiados pelo CITIC e pelo EximBank da China.

Em 2007, a empresa chinesa China Power Investment Corporation investiu USD\$ 20 biliões na construção de barragens ao longo do curso superior do rio Irrawaddy ou Ayeyarwady. Nestes projectos e como na barragem Maysitson, a grande maioria da energia produzida fluía de volta para a China (Howe & Knight, 2012). Enquanto isso os moradores de grandes cidades como Mandalay e Yangon continuam a sofrer apagões frequentes e os kachin das aldeias rurais não tem acesso a electricidade. Desta forma, para muito dos birmaneses a China está “roubar” os seus recursos. Esta visão negativa de um país rico em recursos contra um país que tem fome dos mesmos reflecte-se também nos protestos contra a presença chinesa na exploração da mina de cobre Latpadaung²⁶¹, uma montanha perto da cidade central de Monywa, em 2012 (Xinhua, 2012b). O aumento do

²⁶⁰ A aumentar a cooperação económica, o comércio bilateral e a energia foi a terceira proposta do Presidente Hu Jintao. As outras propostas foram: o foco no futuro para melhorar as relações bilaterais (a China apresenta-se disposta a estabelecer e desenvolver a parceria estratégica global de cooperação com Myanmar, aumentar intercâmbios amistosos em todos os níveis e expandir a cooperação em todas as áreas); a cooperação para reforçar o apoio estratégico (a China respeita o sistema político independente escolhido pelo povo de Myanmar e está disposta a reforçar a cooperação com país bilateral e multilateralmente, nomeadamente, em mecanismos regionais como a ASEAN, ASEAN+3 e na Cooperação Sub-regional Greater Mekon); fazer esforços concertados para manter a estabilidade nas áreas fronteiriças (a China respeita a soberania de Myanmar e da integridade territorial e defende o reforço da cooperação da gestão das fronteiras) (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2012b).

²⁶¹ A exploração da mina foi adquirida pela companhia chinesa China North Industries Corporation (NORINCO) em 2010.

ressentimento contra a presença chinesa no país estendeu-se a vários outros investimentos chineses no país, ameaçando a viabilidade de projectos estratégicos, como a construção do oleoduto e do gasoduto para província de Yunnan. Este ressentimento aliado ao cancelamento da construção da barragem de Myitsone provocou uma redução dos investimentos económicos da China em Myanmar, que foram substituídos por intensas campanhas públicas no interior do país que visam melhorar a imagem de Pequim perante as comunidades locais. O Paquistão é um país com contínua instabilidade política e com a ameaça sempre presente do fundamentalismo islâmico. O projecto de corredor energético parte do porto Gwadar, um porto que desde que foi construído tem sofrido ataques por parte do Exército de Libertação do Balochistão nos oleodutos que transportam petróleo do Balochistão para Gwadar. Acresce que este corredor atravessaria a zona de Caxemira controlada pelo Paquistão mas reivindicada pela Índia e terminaria na província de Xinjiang, uma região que é igualmente foco de tensão étnica entre a população uigure e os chineses Han.

Os oleodutos com o Cazaquistão, com a Federação Russa, Myanmar e o corredor energético do Paquistão não aumentam a segurança energética chinesa, em termos quantitativos e em termos de segurança das importações de petróleo, porque o volume de petróleo adicional que será transportado por estas infra-estruturas não será suficiente para as necessidades internas de petróleo futuras. Perante as projecções do aumento da procura de energia no exterior, se a China necessitar de importar mais petróleo mesmo que consiga enviar parte do mesmo pelo Paquistão e por Myanmar, continuará a depender de transportar energia pelo Estreito de Malaca, estando desta forma sujeita aos mesmos riscos e ameaças existentes nesse *chokepoint*. Ademais, as linhas Myanmar-China e Paquistão-China não serão alternativas de fornecimento terrestres mas apenas “rotas de atalho” visto que o petróleo oriundo de Africa e do Médio terá de ser transportado por via marítima até aos pontos iniciais dos oleodutos (Erickson & Collins, 2010, p. 91). Neste sentido, permitirão apenas uma redução e não o total do volume da percentagem das importações que atravessam este estreito²⁶².

²⁶² A EIA (2011, p. 35) advoga que Pequim poderá até 2015, ser capaz de reduzir a sua dependência do Estreito de Malaca do nível actual de 80% para cerca de 54%, o que significa que quando os projectos tiverem finalizados as importações ainda são superiores a 3,5 milhões b/d.

A importância destas infra-estruturas de fornecimento terrestre pode ser entendida de duas formas. Em primeiro lugar, são alternativas de fornecimento ao transporte marítimo com a grande vantagem de serem desenvolvidos em países vizinhos e de não necessitarem de países de trânsito. Em segundo lugar, estes projectos fazem parte de um conjunto de “infra-estruturas” que Pequim está a desenvolver para criar o “Wéiqí energético chinês”. Através de investimentos em estradas, caminhos-de-ferro, pontes e oleodutos e gasodutos, está a criar uma rede interligada de transporte e de fornecimento energético, que pode ser completada ou interligada a outros projectos que, embora não sejam da sua iniciativa, podem vir ter a sua participação. Referimo-nos aos gasodutos Irão-Paquistão-Índia (IPI) e ao Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI), dois projectos que são de especial interesse para Pequim, pois poderiam permitir alternativas terrestres para a importar gás natural do Irão e do Turquemenistão. Desta forma, a China poderia criar uma rede de fornecimentos provenientes do Médio Oriente, da Ásia Sul e da Ásia Central que seriam uma alternativa e um complemento aos transportados por via marítima. A cooperação em termos de energia poderia vir a originar o que referimos anteriormente de “Bloco Energético Euroasiático”, já que, com excepção de Myanmar, todos estes países envolvidos nos projectos fazem parte da Organização de Cooperação de Xangai.

Através da sua diplomacia energética e dos seus vastos activos financeiros, Pequim tem ampliado a cooperação no sector energético com alguns dos países vizinhos, tendo conseguido obter contractos de fornecimento de longo prazo e a construção de oleodutos e gasodutos operados pelas companhias chinesas. Pequim procura cooperar, além dos projectos de infra-estruturas energéticas, no desenvolvimento e ampliação da malha ferroviária dos países da Ásia Central, financiando a construção de caminhos-de-ferro no Cazaquistão²⁶³ e no Quirguistão e em estradas e pontes no Uzbequistão e no

²⁶³ A única linha operacional que liga a China à Ásia Central é a que liga Urumqi em Xinjiang e o Akataw Pass com à linha do Cazaquistão. Pequim está a financiar uma segunda linha para o Cazaquistão que liga Horgos com Zhetygen (Kazakhstan Today, 2010). Esta nova linha permitirá a importação de 50 mil toneladas de GNL este ano e nos próximos três anos, 200 mil toneladas de GNL (Weitz, 2012). O Cazaquistão também está integrado na estrada de 8.700 km que está a ser construída e que ligará a Europa à Europa Ocidental. Projectada para ser concluída no final de 2013, permitirá ir da costa leste da China para a Europa em apenas 15 dias, três vezes mais rápido do que pelo mar.

Tadjiquistão²⁶⁴. Estes novos projectos de infra-estruturas irão estimular o tráfego este-oeste e irão criar alternativas de transporte de mercadorias e de energia entre a China e a Ásia Central, permitindo igualmente o desenvolvimento de Xinjiang, do Tibete e de outras províncias ocidentais que estão economicamente atrás das vibrantes cidades costeiras da China. Como referiu em 2010, Wang Mengsu, membro da Academia Chinesa de Engenharia e Professor da Universidade de Jiatong “*os caminhos-de-ferro de grande velocidade chineses servem dois objectivos. O primeiro, o desenvolvimento das regiões ocidentais. O segundo, a necessidade de recursos naturais pela China*” (Global Times, 2010). Estes objectivos poderão levar à transformação da antiga “Rota da Seda” numa “Rota da Seda” da energia, que permitirá ampliar o acesso e a interligação do transporte dos recursos energéticos de várias áreas geográficas para a China e o escoamento das mercadorias chinesas para essas mesmas áreas geográficas. Através dessa malha rodoviária e ferroviária e das novas infra-estruturas energéticas, Pequim pretende interligar as “peças” que está a conseguir adquirir para o seu “*wéiqí*” energético, estabelecendo ligações entre os países da Ásia Central e a China e interligando-as com outras existentes ou projectadas da Ásia Sul, do sudoeste Asiático, do Médio Oriente com o seu território. Por último, e como iremos desenvolver posteriormente na diplomacia para os países por onde passam os corredores terrestres e corredores marítimos, esta nova “rota da seda” transformará a Ásia Central de “*land-locked*” para uma “*land-linked*” com acesso ao mercado, aos portos marítimos do Oceano Índico e ao Golfo Pérsico” e o Afeganistão será importante como uma grande “*rotunda asiática*” de transporte de mercadorias entre todas estas áreas geográficas.

²⁶⁴ De acordo com Richard Weitz (2010, p.12) a China está em conversações com o Quirguistão e o Uzbequistão desde os finais da década de 90, para a construção de uma linha de caminho-ferro, incluindo no quadro da Organização de Cooperação de Xangai. Em 2006, os líderes de ambos países concordaram em conduzir uma avaliação técnica para uma possível linha ferroviária. Esta ligação iria permitir segundo uma rota mais curta para a Ásia central de 268 km, conectando-se com a linha ferroviária do Uzbequistão no Vale Fergana. A linha proposta começaria na cidade chinesa de Kasgar, entraria no Quirguistão no Passo de Torugart, seguido de uma rede para Kara-Suu perto de Osh e terminaria em Andijia no Uzbequistão.

3.4.2. O Afeganistão e a Segurança energética Chinesa

*“Quando os tigres lutam,
o panda deve observá-los no cimo da árvore e continuar a comer”²⁶⁵*

A PRC é um dos maiores e mais significativos vizinhos políticos do Afeganistão mas, até recentemente, tem mantido um *low profile* (*shànyú shǒu zhuó*) no país comparado com outros actores presentes no país, optando por uma “perspectiva estratégica” coerente mas cautelosa de “esperar para ver” (Le Mièr, 2010; Sharma, 2010). Afastando-se de qualquer participação directa nas questões de segurança e distanciando-se da actuação da International Security and Assistance Force (ISAF), mantém relações diplomáticas e económicas com o Afeganistão desde 2001, e apoia a reconstrução e os esforços do país para estabelecer a sua “soberania, independência e integridade territorial” (RFERL, 2010). A visita do Primeiro-Ministro Zhou Enlai ao Afeganistão marcou o início das relações diplomáticas entre os dois países, em 1957. No entanto, a região era uma zona periférica para a diplomacia chinesa, onde a RPC não tinha grande influência. De 1950 a 1980, o Afeganistão esteve sob influência soviética e sob ocupação soviética de 1979 a 1989. Em 1996, os Talibãs subiram ao poder sob um regime que Pequim não reconheceu. Seguindo-se a presença americana e da ISAF a partir de 2001, estando projectada para ser findada em 2014.

Desde que o governo do Afeganistão foi formado no final de 2001, a China e o Afeganistão tem mantido relações bilaterais com contactos oficiais de alto nível. O Presidente Karzai visitou a China pela primeira vez, em Janeiro de 2002. Quatro anos depois, a China fez a primeira visita de Estado ao país²⁶⁶, tendo sido assinado o Acordo de Cooperação e de Boa Vizinhança, um documento político que estabelece os princípios básicos e as principais orientações da relação. Em Junho de 2012, durante a primeira visita do Presidente Hamid Karzai depois de ter sido reeleito Presidente do Afeganistão foi a

²⁶⁵ Provérbio Chinês.

²⁶⁶ É de referir que estas visitas não foram realizadas pelos líderes mais elevados, que o Presidente e o Primeiro-ministro não visitaram o Afeganistão.

estabelecida entre os dois países a Parceria Estratégica de Cooperação, uma parceria que incluía a cooperação económica, o treino técnico e as tarifas preferenciais para as exportações afegãs. As áreas de cooperação a ser desenvolvidas incluíam a agricultura, as infra-estruturas, os projectos de irrigação, a hidroeléctrica e a mineração (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012c). Para além dos contactos bilaterais, os líderes de ambos os países utilizam as plataformas multilaterais para ampliar o diálogo, como a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional ou Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC), o Fórum Boao para a Ásia, e a Organização de Cooperação de Xangai, onde na Cimeira de Junho de 2012, o Afeganistão foi reconhecido como membro observador.

Apesar de Pequim participar activamente nos diálogos multilaterais da comunidade internacional sobre o Afeganistão, segue uma política independente que reflecte os seus interesses, preocupações e prioridades para o Afeganistão, para região e para o seu território. Em primeiro lugar, a acção de Pequim espelha a importância do Afeganistão para a estratégia chinesa de criação de rotas alternativas terrestres de importação de energia, visto que, em termos localização geográfica o território afegão liga-se com a Ásia Central, a Ásia Sul e o Médio Oriente. Esta localização estratégica poderia proporcionar a interligação das rotas transnacionais de gás natural e de electricidade dessas regiões para a China, nomeadamente aos projectos de gasodutos anteriormente referidos, oriundos do Irão e do Turquemenistão. O Afeganistão poderia transforma-se num corredor energético possibilitando aos países produtores diversificar as rotas de exportação e para a RPC, diversificar as rotas de importação. A 15 de Junho de 2012, durante a visita a Pequim do Presidente Karzai foi discutido com o Presidente da CNPC Jiang Zemin a possibilidade estudo de viabilidade para o gasoduto proposto Turquemenistão-China através Tadjiquistão e Afeganistão (Office of the President of Islamic Republic of Afghanistan, 2012) (Cf. Mapa X)

Mapa X. Gasodutos TAPI e IPI



Fonte: Heritage.org

Para além da posição geoestratégica e tal como os países da Ásia Central, o Afeganistão poderá contribuir para estratégia chinesa de “Diversificação pela proximidade”. O país possui reservas de petróleo estimadas em 1,596 milhões de barris, 444 mil milhões de metros cúbicos de gás natural e 562 milhões de barris de GNL, hidrocarbonetos localizados principalmente em duas áreas geológicas, a Bacia Amu Darya e a Bacia do Afeganistão e do Tajiquistão (U.S. Department of the Interior, 2006).

Em 2010, o governo do Afeganistão aprovou pela primeira vez, que uma companhia estrangeira, a CNPC, iniciasse actividades de prospecção do petróleo e de gás nas províncias do norte Sari-e Pul e Faryab. O contracto de exploração do petróleo de longo prazo (25 anos). aprovado pelo Conselho de Ministros Afegão a 26 de Dezembro e assinado a 28 de Dezembro de 2011, engloba a exploração e a construção da primeira refinaria no Afeganistão pela NOC chinesa. A CNPC pagará 15% em *royalties*, 20% em taxas corporativas e renda pela terra utilizada nas operações ao governo Afeganistão, que

irá também receber 50 a 70% das receitas do projecto (Xinhua, 2011d)²⁶⁷. A exploração dos três poços de petróleo dessas províncias, o Kashkari, o Bazarkhami e o Zamarudsy usufruirá também da participação da companhia afegã Watan Group e espera-se que produzam anualmente 1,5 milhões de barris a partir de 2012 (Shalizi, 2012). Este acordo irá beneficiar também a segurança energética do Afeganistão, ao permitir reduzir a importação externa de petróleo, nomeadamente da Rússia, do Turquemenistão, do Uzbequistão e dos Emirados Árabes Unidos.

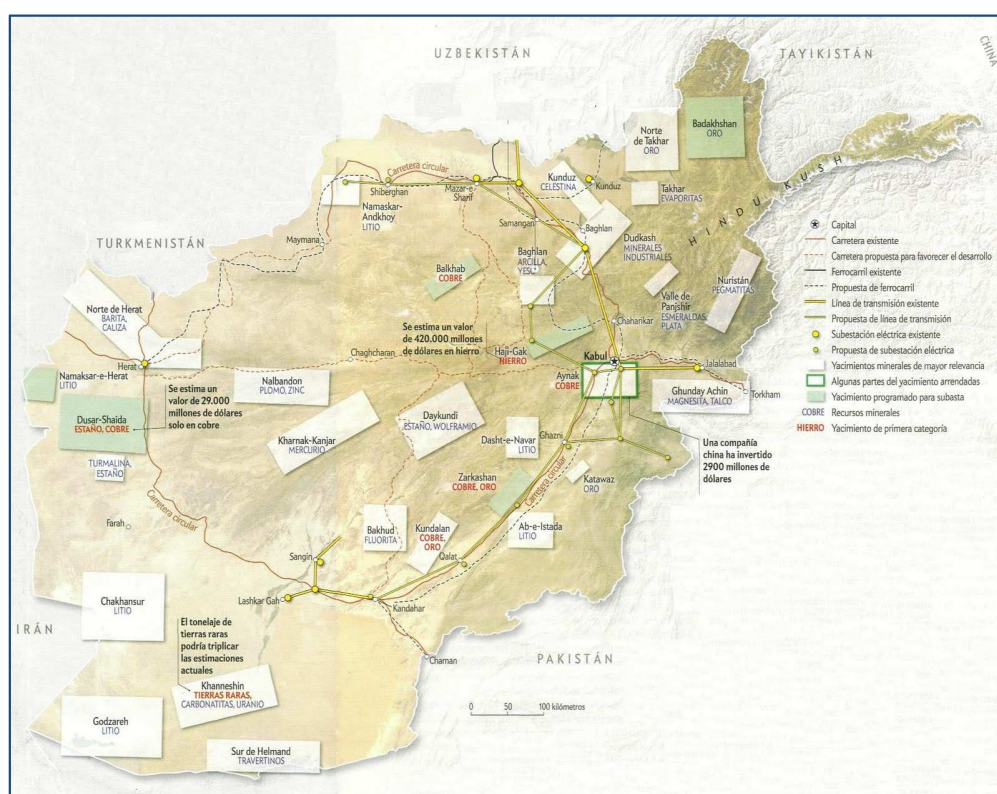
Pequim e as companhias estatais chinesas também têm interesse na riqueza mineral do Afeganistão. De acordo com relatório publicado pelo Departamento da Defesa dos EUA, em 2010, o Afeganistão possui cerca de um trilião de dólares de depósitos minerais inexplorados²⁶⁸, que incluem grandes veios de cobre, de ferro, de nióbio, de cobalto, de ouro, elementos de terras raras e outros metais importantes para a indústria, como o lítio (Risen, 2010). A possibilidade de depósitos na província de Ghazni de lítio serem tão elevados como na Bolívia, um país que possui das maiores reservas conhecidas de lítio mundiais, possibilitaria que o Afeganistão se transformasse na “Arábia Saudita do lítio”. Esses depósitos estão espalhados pelo país, incluindo nas regiões sul e leste do território, ao longo da fronteira do Paquistão, mas onde também decorrem alguns dos mais intensos combates das forças internacionais contra os Talibã (Cf. Mapa XI). Em 2007, a China fez o primeiro grande investimento nos recursos naturais do Afeganistão. A empresa estatal China Metallurgical Group (MCC), com uma proposta de USD\$ 3,5 bilhões ganhou a concessão para explorar o segundo maior depósito de cobre do mundo, a mina de cobre Anyrak que contém cerca de 240 milhões de toneladas métricas de cobre, localizada a 35 km de Kabul, na província de Logar (Cf. Mapa XI) (Ministry of Mines of Islamic Republic of Afghanistan, 2007). A produção está prevista ser iniciada em 2014 e espera-se que proporcione 400 milhões de dólares em *royalties* ao governo afegão. Este projecto que marcou também o maior investimento estrangeiro no território afegão, além da criação

²⁶⁷ Um investimento inicial para a CNPC de cerca 400 milhões de dólares que deverá gerar 7 bilhões de dólares em receitas para o país

²⁶⁸ De acordo com o Ministro das Minas do Afeganistão, Wahidullah Shahrani, o valor é muito superior e é avaliado em 3 triliões de dólares.

indirecta de outros empregos, prevê a criação de 10 mil postos de trabalho²⁶⁹. Poderá igualmente atrair outros investimentos chineses para a construção das infra-estruturas necessárias para a exploração do depósito, incluindo a construção de uma fundição de cobre e uma central de energia no local, uma mina de carvão, um sistema de água subterrânea para apoiar estas operações, uma rede de transporte para levar equipamentos e outros materiais para a área e para exportar os produtos extraídos para a China (Landay, 2009). O contrato entre a China Metallurgical Group e o governo afegão incluía a construção de uma central de 400 MW que electrificará Cabul, da primeira estrada através das montanhas Hindu Kush para província de Xinjiang e da primeira ligação de caminhos-de-ferro no Afeganistão que ligará o oeste chinês através do Tadjiquistão ao norte do Afeganistão e à fronteira sudeste do país com o Paquistão (People's Daily Online, 2012).

Mapa XI. Localização dos recursos naturais do Afeganistão



Fonte: Szaszdi, 2012

²⁶⁹ O contrato previa que durante sete anos, com excepção dos administradores, os trabalhadores teriam de ser afegãos.

Explorar as reservas inexploradas do Afeganistão requer transportes e redes de ligação. Para além desta ligação que foi acordada entre o governo chinês e a China Metallurgical Group no projecto da mina de cobre de Aynak, outras empresas chinesas estão a participar em 33 projectos de infra-estruturas no território, particularmente na construção de estradas e caminhos-de-ferro. Estas infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias em construção e projectadas promovem a construção da “Nova Rota da Sede”, onde o Afeganistão será a grande “*rotunda asiática*” (Lin, 2011) interligando o Médio Oriente, a Ásia Central, a Ásia Sul com uma “saída” para a China.

Para apoiar esse objectivo, Pequim pretende desenvolver as redes rodoviárias e ferroviárias no território interligando com as do Irão, do Tadjiquistão, do Turquemenistão e do Paquistão. Estão actualmente planeadas vários redes de caminhos-ferro incluindo: o caminho-ferro norte-sul a partir do Tadjiquistão, que passa pela mina de cobre Aynak do Afeganistão e segue para o Paquistão, a ser desenvolvido pela China Metallurgical Group; a linha de caminho-de-ferro que vai de Sher-Khan Bandar no Tadjiquistão via Mazar-i-Sharif para Herat, com um ramal de ligação à linha do Turquemenistão em Towraghondi; e uma ligação entre Mazar-i-Sharif via Cabul e Jalalabad para Torkham perto do Passo de Khyber, fazendo a ligação entre o Afeganistão e a China (Norling, 2011). Por sua vez, estes projectos ferroviários interligam-se aos planeados e em construção do Paquistão e do Irão. A 20 de Agosto de 2011, foi aberta a primeira linha ferroviária entre Hayratan na fronteira do Afeganistão do Uzbequistão para Mazar-i-Sharif. Esta nova linha férrea financiada pelo Asian Development Bank é a primeira etapa do projecto de vincular o Afeganistão às redes ferrovias dos países vizinhos e será complementada por uma linha desde o Irão. Desde país está a ser construída uma linha que vai desde a cidade iraniana de Khaf até cidade de Herat no Afeganistão, que posteriormente será ligada pelo norte do Afeganistão (1.620 km) até à China. Por sua vez, o Paquistão projecta expandir a ligação do seu território até Kandahar no sul do Afeganistão.

A saída progressiva das forças militares dos EUA do Afeganistão a partir de 2012, e a possibilidade de haver “um vácuo de segurança” é uma preocupação para os países vizinhos do Afeganistão, inclusive para a China. Embora seja questionável se exista segurança neste momento no território, sem dúvida que é de grande importância para Pequim a segurança do Afeganistão e da região. Prova disso está na identificação da

segurança como um dos pilares que fundamentam a declaração da Parceria Estratégica de Cooperação emitida durante a visita do presidente Karzai à China, em Junho de 2012 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012c). A preocupação de Pequim com as questões de segurança foi também evidenciada com a realização da primeira visita de alto nível da China ao Afeganistão, depois de 46 anos de interregno. Dois meses depois da visita de Karzai a Pequim, a 22 de Setembro de 2012, Zhou Yongkang, um dos nove membros do Comité Permanente do Politburo do Partido Comunista e o mais alto funcionário de segurança da China efectuou uma visita ao Afeganistão, que resultou na assinatura de acordos de cooperação económica e de segurança entre os dois países, nomeadamente para apoiar, equipar e treinar a polícia afegã (Reuters, 2012).

Um dos principais receios com a segurança do Afeganistão prende-se com a estabilidade da região muçulmana de Xinjiang. Pequim preocupa-se que o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental [ou Movimento Islâmico do Turquestão Este (ETIM)] com bases no Afeganistão e nas fronteiras do Paquistão ganhe liberdade de movimento e lance operações dentro da sua fronteira, depois da retirada das forças americanas. As preocupações sobre a militância islâmica na fronteira ocidental chinesa aumentaram desde que eclodiram a maior manifestação de actividade do Turquemenistão na província de Xinjiang, a 5 de Julho de 2009²⁷⁰. Em termos mais abrangentes, a insegurança poderá também ter efeito *spill over* pelas regiões que circundam o Afeganistão, sobretudo para Ásia Central, para o Paquistão e para Caxemira. A instabilidade e a insegurança nessas regiões e países fronteiriços ao território chinês criaria reflexos duplamente negativos para a China: a nível interno podia afectar a estabilidade necessária para o contínuo desenvolvimento económico e a nível externo afectar negativamente os investimentos que as companhias chinesas estão a realizar nessas zonas. Um exemplo dos reflexos negativos nos investimentos das companhias chinesas no exterior é o atraso da exploração da mina de cobre Aynak devido aos ataques dos insurgentes no Afeganistão. No entanto, esta insegurança provocada pelos ataques de insurgentes, banditismo e de outras ameaças físicas aos investimentos chineses no exterior está a criar igualmente outra oportunidade de

²⁷⁰ Morreram 197 pessoas, 1700 foram feridas, e mais de 1600 carros e lojas foram queimadas e destruídas.

negócio para outras companhias chinesas – a segurança privada. O número cada vez maior de incidentes que envolvem cidadãos chineses leva a que as próprias companhias chinesas contractem serviços de segurança nos países onde estão actuar. E com vista a ocupar o potencial de vácuo de segurança que pode resultar da retirada das tropas americanas do Iraque e do Afeganistão, a Shandong Huawei, uma companhia chinesa de segurança abriu em 2010, em Pequim, um “Centro de Serviços externos” para expandir a estratégia de “*Going out de segurança*” para esses países (Shandong Huawei Security Group, 2012).

Manter a segurança do Afeganistão é também importante pela possibilidade de este país tornar-se num *hub* de rotas comerciais através da Eurásia, com oleodutos, gasodutos, caminhos-de-ferro e estradas ligando a China aos países da Ásia Central, da Ásia Sul e do Médio Oriente. Se a nova “rota de seda” for reconstruída englobando auto-estradas, oleodutos e gasodutos e caminhos-de-ferro com a bitola chinesa²⁷¹ na Ásia Central e no Afeganistão, então Pequim construirá uma ligação chinesa por toda a Eurásia até a bacia do Mediterrâneo (Lin, 2011; Ku et al., 2011). O Afeganistão é uma das peças do *Wéiqi* energético chinês fundamental para simultaneamente com o Paquistão impedir o acesso da Índia aos recursos da Ásia Central. Neste jogo energético, Pequim tem como rival a Índia, uma economia emergente, cujo crescimento económico foi também acompanhado pelo gradual aumento do consumo de energia e a competição entre ambos também é evidente nos corredores marítimos de energia.

3.4.3. Os Corredores Marítimos e a Segurança Energética Chinesa

O Índico é o terceiro maior oceano a nível mundial, depois do Pacífico e do Atlântico. A importância estratégica deste oceano deriva principalmente do seu posicionamento geográfico em relação às rotas comerciais, sobretudo de energia, que conectam o Médio Oriente, África e a Ásia Oriental com a Europa e as Américas. Em termos de recursos energéticos, mais de 80% do comércio mundial de petróleo atravessa os

²⁷¹ A China usa a bitola de 1,435 mm, inferior à da Rússia de 1,525mm e existente na Ásia Central, mas igual a usada no Médio Oriente, no Norte de África e na Europa (excluindo Portugal, Espanha e Irlanda).

chokepoints do Oceano Índico, com cerca de 40% da produção mundial de petróleo a passar pelo Estreito de Ormuz, 35% pelo Estreito de Malaca e 8% pelo Estreito de Bab el-Mandab (EIA, 2011f).

Dentro das quatro linhas estratégicas marítimas²⁷² que os estrategas chineses incluem em direcção à China, a linha de comunicação marítima Ocidental que vai desde o Oceano Índico até ao Estreito de Malaca, e posteriormente até ao território chinês tem um valor e uma posição estratégica particular para a segurança energética chinesa. Por esta LCM que a China ainda não tem capacidade naval de defender, é transportado cerca de 80% das suas importações de petróleo proveniente de fontes de exportação longíssimas. Como referimos no segundo capítulo, os riscos e as ameaças que podem afectar a normal circulação dessas importações são variados, incluindo além dos riscos naturais, a pirataria no Estreito de Malaca e na costa da Somália e inúmeros conflitos na região²⁷³. Para alguns analistas chineses as ameaças tradicionais também são motivo de preocupação para a segurança marítima da China (Shi Chunlin, 2010; Guangwen, 2010). Apontam as posições proeminentes dos EUA e da Índia e as suas estratégias navais para controlar a área marítima neste oceano. Shi Chunlin (2010, p. 1) defende que a Índia está a tentar desenvolver uma estratégia para controlar o Oceano Índico (*yinduyang kongzhi zhanlue*), na entrada e nos pontos de saída deste oceano: no Estreitos de Malaca, de Ormuz e Bal-ek-Madeb, no canal Suez, no Cabo de Boa Esperança e no arquipélago Agalega, e que os EUA, tal como a Índia, quer controlar os pontos de acesso vitais (*yanhou*) desse Oceano²⁷⁴.

Historicamente a China sempre foi uma potência terrestre, mas devido à crescente dependência do acesso pela via marítima à energia e aos mercados, Pequim está a recuperar o poder naval de uma posição secundária na composição do poder militar, através da reequipação e modernização da marinha chinesa²⁷⁵. Para tentar garantir a

²⁷² As quatro linhas estratégicas marítimas são: a do oriente (através do Pacífico), a do sul (da Austrália às ilhas do Pacífico), a ocidental (do Médio Oriente e África Oriental através do Oceano Índico) e a do norte (através do mar Okhotsh e Estreito de Tsushima) (Erickson & Goldstein, 2009, p. 51).

²⁷³ Segundo o *Conflict Barometer* do Heidelberg Institute for International Conflict Research (2011) a região do Oceano Índico é cercada por conflitos, com conflitos violentos de alta intensidade no Sudão, na Somália, na Etiópia, no Iémen, no Paquistão, na Índia, em Myanmar e na Tailândia, em 2011.

²⁷⁴ Actualmente, a marinha indiana tem sete bases (Mumbai, Karwar, Kochi, Porto Blair, Visakhapatnam) e três “estações vigilância marítima” (Seychelles, Maurícias e Madagáscar) e ao longo da costa do Oceano Índico e os EUA mantêm uma presença naval na ilha Diego Garcia, localizada na parte sul desse oceano.

²⁷⁵ No século XV, durante a Dinastia Ming, o Almirante eunuco Zheng He dirigiu setes viagens exploratórias no sudeste Asiático, na Ásia Sul, no Médio Oriente e na África Oriental. Com uma frota que incluía os navios

segurança marítima das importações energéticas e de matérias-primas, Pequim está a desenvolver uma estratégia marítima caracterizada pelo controle e pela protecção dos pontos de estrangulamento das linhas de comunicação marítimas, através do fortalecimento das relações diplomáticas e do aumento da cooperação com os países litorais do Oceano Índico. No relatório *Energy Futures na Asia*, apresentado ao Departamento de Defesa dos EUA em 2005, Booz-Allen Hamilton utilizou pela primeira vez a expressão “Colar das Pérolas” para descrever a estratégia marítima da China no Oceano Índico. Booz-Allen ressaltou que Pequim estava a construir relações estratégicas ao longo das linhas de comunicação marítimas desde o “*Médio Oriente até ao Sul do Mar da China, numa forma que sugere posições defensivas e ofensivas para proteger os interesses energéticos chineses*” (Booz-Allen, 2005 citado por Blazevic, 2021, p. 63). Para Alexandre Carriço (2007) esta estratégia estende-se desde a ilha de Hainan, passa pelo arquipélago das Spratly, pelo Camboja, Tailândia, por Myanmar (ilhas Coco, ilha de Hainggyi, ilha Zadetkyi Kyun, portos de Sittwe, Kyaukpyu, Bassein, e Mergui), Sri Lanka e Bangladesh até à entrada do Golfo Pérsico (porto de Gwadar), onde a Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL) possa construir não apenas estações de radar e vigilância marítima, como efectuar visitas de cortesia e escalas técnicas entre missões de patrulhamento e segurança das LCM do Golfo Pérsico e da costa Oriental de África em direcção ao Estreito de Malaca.

Uma “Pérola” envolve a construção de novo porto ou o melhoramento de algum existente para servir tanto os interesses comerciais como militares chineses. Pequim tem investido na construção ou no melhoramento de portos alternativos localizados estrategicamente em países por onde passam as importações de energia e de matérias-primas chinesas. O porto de Gwadar no Paquistão, o Shitte em Myanmar, o Chittagong no Bangladesh, o Hambantota no Sri Lanka, o Laem Chabang na Tailândia e o Sihanoukville no Camboja são exemplos dessas pérolas que poderão vir a contribuir para uma projecção potencial do poder marítimo chinês no Oceano Índico (Cf. Mapa XII). Por outro lado, a construção destes portos é acompanhada pelo melhoramento das redes de transporte,

do tesouro, estas viagens foram realizadas quase 100 anos antes de Colombo e do Vasco da Gama terem explorado o Novo Mundo, e estabeleceram um sistema tributário centrado no Reino do Meio ao longo das rotas da seda marítima no Oceano Índico. Actualmente, Zheng He é utilizado como uma forma de legitimar as aspirações navais pacíficas pela China.

sobretudo de estradas e dos caminhos-de-ferro nestes países litorais. Estas redes, por sua vez, estão a ser interligadas às de países da Ásia Central, do Sudoeste asiático, do Médio Oriente e às do território Chinês.

Mapa XII. A Estratégia “Colar de Pérolas” e as Linhas de Transporte de Petróleo



Fonte: Chris Devonshire-Ellis, 2009.

Na costa do Paquistão foi construído com assistência técnica e financeira da China²⁷⁶ uma das pérolas deste colar: o Porto de Gwadar, conhecido como “Gibraltar Chinês” pelos analistas dos EUA. Gwadar é uma pérola-chave no “Colar das Pérolas” e uma das primeiras posições estratégicas chinesas no mar Arábico. Este porto de alto-mar, inaugurado em 2008, está estrategicamente localizado na foz do Golfo Pérsico, na província de Balochistão, a 72 km da perto da fronteira com o Irão e a 400 km do Estreito de Ormuz, e poderá permitir a expansão da influência chinesa no Oceano Índico, ao longo

²⁷⁶ De acordo com Alexandre Carriço (2007), China forneceu grande parte da assistência técnica e 80% dos fundos para a construção do Porto Gwadar, que dispõe de um porto de águas profundas, armazéns e instalações industriais.

das LCM que abastecem com energia e matérias-primas o mercado chinês. Gwadar poderá funcionar como uma “*placa giratória para acesso aos recursos naturais da Ásia Central*”, além que também poderá ser utilizado como hub energético e de serviços para os países dessa sub-região asiática» (Carriço, 2007).

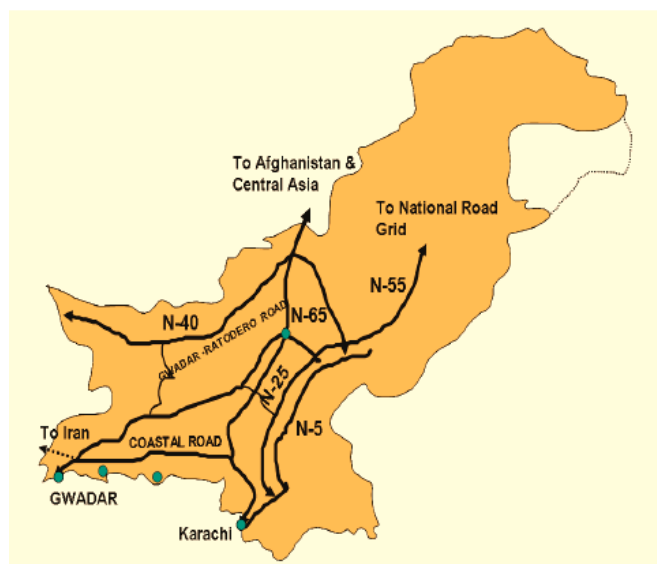
Hodiernamente, o Porto de Gwadar possui três terminais petrolíferos. A transferência de controlo deste porto da *Port of Singapore Authority* por uma empresa chinesa em Setembro de 2012 (News Desk, 2012), poderá permitir o recomeço dos projectos de refinaria e do complexo petroquímico de Gwadar, que foram arquivados em 2009, devido à insegurança desta província²⁷⁷. Os produtos de petróleo produzidos nesta refinaria, como uma capacidade de 19 milhões de toneladas de petróleo por ano, poderiam ser transportados por oleoduto para Kashghar no oeste da China. Tanto a refinaria como o oleoduto fazem parte do corredor terrestre de energia planejado entre a Paquistão e a província chinesa de Xinjiang. Para além deste oleoduto, Gwadar faz parte do projecto de gasoduto TAP(I), que caso seja concretizado permitirá o escoamento de gás de Kusha no Turquemenistão até Gwadar no Paquistão, podendo ser posteriormente transportado para a China. Carriço (2007) defende que “*este projecto será uma alternativa atraente – assim a situação de segurança no Afeganistão o permita – ao escoamento das reservas energéticas das Repúblicas da Ásia Central, visto que a distância de Kusha no Turquemenistão até Gwadar é de 1.200 quilómetros contra os 3.400 quilómetros que a distanciam do porto mais próximo (Odessa, no Mar Negro)*”.

Na estratégia chinesa de “segurança energética pela proximidade”, o Paquistão poderá transforma-se numa das peças do “*wéiqí* energético”, se a partir de Gwadar o país for interligado ao Afeganistão, à Ásia Central e ao território chinês. A construção do porto de águas profundas em Gwadar é apenas uma das componentes dos planos de desenvolvimento de infra-estruturas chinesas nesse país que abrangem ainda a melhoria das redes de transporte, estradas e caminhos-de-ferro que irão ser interligados existentes no Paquistão e com os países vizinhos (Cf. Mapa XIII). Algumas dessas ligações já foram

²⁷⁷ O Paquistão e a China tinham assinado um memorando de entendimento *Great United Petroleum Holding Company* (GUPC) e foram iniciados estudos de viabilidade e de preparação de trabalhos de terraplanagem para a futura cidade petroquímica em Dezembro de 2006. No valor de USD\$ 12 biliões projectados para uma capacidade total de 19 milhões de toneladas de petróleo por ano.

concretizadas, tal como a auto-estrada Makran de 653km²⁷⁸ construída entre 2002 e 2004, um investimento chinês de 200 milhões de dólares, que liga Gwadar a Carachi e que será prolongada até à fronteira do Paquistão com o Irão. Esta auto-estrada permitiu ligar vários portos intermédios ao longo da costa com os portos intermediários de Ormara e Pasni e reduzir o tempo de viagem de 48 para 7 horas. Se for estendida a linha ferroviária Ocidente-Oriente, desde a cidade fronteiriça chinesa Kashi até Peshawar no Paquistão, a China também conseguirá receber e enviar mercadorias de Gwadar através da estrada que liga Carachi a Peshawar.

Mapa XIII. *Infra-estruturas de transporte a partir de Gwadar*



Fonte: Ammad Hassin, 2005, p. 16.

Pequim também financiou ampliação da rede nacional de caminhos-de-ferro do Paquistão a partir de Gwadar para a China e para o Afeganistão, designadamente as linhas Havelian-Kashghar (China) e Quetta-Kandahar (Afeganistão) (Fazl-e-Haider, 2007). Em fase de planeamento está também a construção de uma auto-estrada a partir de Gwadar via Panjgur, Chaghi no Paquistão para Herat e Rabat no Afeganistão, daqui o seu trajecto

²⁷⁸ A designação oficial e técnica de Auto-estrada Costeira Makran é N10, o que é uma abreviatura da Estrada Nacional 10.

seguirá para a Ásia Central. Esta rede que está a ser criada e que ligará Gwadar a outros países da Ásia Sul, aos países da Ásia Central e a Xinjiang na China, poderá beneficiar a estratégia energética chinesa de “segurança por proximidade”, porque Pequim poderá a rede de caminhos-de-ferro poderá também ser usada para fornecer petróleo do Golfo Pérsico para Xinjiang, além de que poderá facilitar o acesso da China ao Irão e ao Afeganistão.

O Sri Lanka foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a RPC na década de 1950. Todavia, apesar das tentativas de reforçar a relação no prisma comercial²⁷⁹ só depois da guerra civil, especialmente quando Mahinda Rajapaksa assumiu a presidência em 2005, é que a relação vai se expandir. Depois de 26 anos de guerra civil no Sri Lanka (1983-2009), a China foi rápida em alargar reforçar as relações existentes e a contribuir financeiramente para a reconstrução do país²⁸⁰. A relação bilateral com a Sri Lanka foi reforçada com aceitação oficial da candidatura do Sri Lanka como parceiro de diálogo da Organização da Cooperação de Xangai, na Cimeira em Yekaterinburg em Maio de 2009. Após consentimento de Pequim, Sri Lanka anunciou planos para abrir uma ligação aérea directa entre o país e a província de Yunnan, no sul da China.

O reforço da relação com o Sri Lanka pode ser explicado primeiramente por razões económicas, visto que é um dos mercados de escoamento dos produtos manufacturados chineses, sendo a China actualmente o seu segundo maior exportador. Em segundo, está a importância estratégica da localização do Sri Lanka (Cf. Anexo XXVIII) para protecção das suas importações de petróleo e para ampliar a presença chinesa no Oceano Índico. Este país está situado numa ilha do Oceano Índico, na costa sul da Índia, muito perto do estreito de Malaca e da LCM ocidental, por onde cruzam as importações de petróleo vindas do Médio Oriente para a China. Esta importância é manifestada pelo interesse de desenvolver no território mais uma das “Pérolas”, o porto de Hambantota.

Pequim adquiriu a maioria dos projectos de reconstrução pós-guerra avaliados em mais de USD\$ 6,1 biliões (Express Indian, 2010) e tem patrocinado a construção de vários projectos importantes no Sri Lanka, tal como a construção do aeroporto internacional em

²⁷⁹ O primeiro acordo entre os dois países foi o Pacto na Borracha e no Arroz, assinado em 1952.

²⁸⁰ A assistência financeira chinesa em vários projectos do Sri Lanka passou de alguns milhões de dólares em 2005 para USD\$1,2 biliões em 2009 (Ramachandran, 2011).

Hambantota, da auto-estrada que liga a capital Colombo com o aeroporto (Colombo-Katunayake) e da central termoelétrica a carvão Norochcholai. Porém, a construção do Porto no distrito de Hambantota (também conhecido de Porto de Magampura) é o maior e o mais importante projecto de infra-estrutura a ser financiado pela China neste país insular asiático. Pequim está a financiar construção desse porto, tendo suportado através do EximBank da China, 85% da primeira fase de construção, cerca de USD\$ 550 milhões, e apoiado a segunda fase de construção com USD\$ 200 milhões (Ramachandran, 2011; Sri Lanka Port Authority, 2007). O projecto Hambantota é mais do que a construção do porto, pois engloba também a edificação de uma refinaria de GNL, de instalações de armazenamento de combustíveis, de três docas separadas que dão capacidade de transbordo do porto, docas secas para reparação naval e instalações e abastecimento e reabastecimento. Este projecto avaliado em USD\$ 1,5 biliões está a ser concretizado por um consórcio de empresas chinesas dirigidas pela China Harbor Engineering Company e a Sino Hydro Corporation (Sri Lanka Port Authority, 2007), e quando estiver finalizado irá transformar o país num importante *hub* de transbordo. Para a China, Hambantota será a mais importante instalação para abastecimento e reabastecimento das suas embarcações, uma vez que fica localizado a meio da LCM ocidental e também poderá conceder a capacidade dos chineses para virar para o sul e entrar no Oceano Índico. A sua construção acrescenta uma outra dimensão vital para a sua presença estratégica no Oceano Índico, interligando-se com os seus projectos no Paquistão, em Myanmar e no Bangladesh.

Desde que foram estabelecidas as relações diplomáticas entre a China e o Bangladesh em 1975²⁸¹, as relações têm vindo a ser progressivamente ampliadas com as sucessivas visitas realizadas pelos dois países. Testemunhando a importância desta relação, durante a visita ao país, o Presidente Hu Jintao declarou 2005 o ano da Amizade China-Bangladesh ²⁸². Cinco anos depois, durante a visita da Primeira-Ministra Sheikh Hasina à China, 17-21 de Março de 2010, os dois governos decidiram estabelecer uma Parceria Cooperação Compreensiva “a partir de uma perspectiva estratégica e em linha com o

²⁸¹ A China opôs-se à separação do Bangladesh do Paquistão em 1971 e só reconheceu a nova nação a 4 de Outubro de 1975.

²⁸² A visita do Presidente Hu Jintao ocorreu aquando da celebração do 35.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas. Durante a visita foram assinados nove acordos de cooperação, incluindo no uso pacífico da energia nuclear (Habib, 2005).

espírito de longo prazo amizade, igualdade e benefício mútuo”, marcando assim uma nova etapa na relação (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2010)²⁸³.

Pequim tem beneficiado da política “Look East” iniciada por Begum Khalida Zia e continuada pela posterior Primeira-Ministra Sheikh Hasina, para reforçar as relações diplomáticas e de cooperação com o Bangladesh. Uma das áreas que Pequim tem sido convidado a participar é na exploração dos recursos energéticos do país. Aqui, e ao contrário de Myanmar e do Sri Lanka, as companhias chinesas têm tido vantagens sobre as indianas, já que o governo de Bangladesh tem-se oposto as acções da Índia nos seus recursos energéticos e não lhes tem concedido contractos de exploração. Durante a visita de Sheikh Hasina à China, em 21 de Março de 2010, a China National Petroleum Corporation assinou um Memorando de Entendimento para a Cooperação no Sector de Petróleo e de Gás com as companhias Bangladesh Oil, Gas & Mineral Corporation e Bangladesh Petroleum Corporation (The China Post, 2010). Pequim também sido convidado a participar na construção de infra-estruturas. Durante a visita do Vice-Presidente chinês Xi Jinping a Dhaka, em Junho de 2010, os dois governos assinaram o Acordo de Cooperação Económica e Técnica entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Popular de Bangladesh para o desenvolvimento das infra-estruturas no Bangladesh, no valor de 5,8 milhões de dólares, e concordaram na construção da sétima ponte entre Bangladesh e a China²⁸⁴, em Kajirtek (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2010b). Pequim propôs também apoiar a modernização do porto de águas profundas de Chittagong, um porto por onde atravessa cerca de 92% das importações e exportações do Bangladesh. Este apoio já tinha sido discutido durante a visita da Primeira-Ministra Sheikh Hasina à China, em Março de 2010 e contempla um apoio financeiro de 7 a 8 biliões de dólares²⁸⁵.

²⁸³ Os dois governos assinaram o Acordo de Cooperação Económica e Técnica entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Popular de Bangladesh, o Acordo-Quadro entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Popular de Bangladesh com um empréstimo concessional fornecidos pela China ao Bangladesh, e a troca de cartas sobre a construção da 7.ª Ponte da Amizade Bangladesh-China Kajirtek (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2010b)

²⁸⁴ A China já construiu seis pontes no Bangladesh, a última foi a Ponte Mukhterpur sobre o rio Dhaleswari, inaugurada a 18 de Fevereiro de 2008, com 4.8 km e construída pela China Road and Bridge Corporation.

²⁸⁵ O Bangladesh também está interessado que Pequim apoie financeiramente a construção do novo porto de águas profundas em Sonadia, perto de Bazaar Cox (Priyo.news, 2010).

O Porto de Chittagong tem uma posição estratégica para a China, como relevante ponto de acesso para o comércio de bens e de energia chineses transportados pelo Oceano Índico. Como uma futura pérola no “Colar chinês”, poderá vir a ser bastante relevante, se os projectos que estão associados à sua construção, especialmente se a ligação ferroviária e o oleoduto entre este porto e Kunming através de Myanmar forem concretizados. Este projecto de infra-estruturas está projectado para ser construído por duas fases. Na primeira fase, o Bangladesh e Myanmar serão interligados por uma estrada de 2 km de Ramu para Gubdum (no Bangladesh) e uma estrada de 23 km entre Taungbro e Bolibazar (em Myanmar). A segunda fase contempla a construção de uma linha ferroviária de 110 km entre Bolibaar e Kyanktow, que será posteriormente ligada com a cidade de Kunming, na província da chinesa de Yunnan (Sakhuja, 2010, p. 8). Este projecto está a ser interligado ao projecto iniciado pela Malásia de construção de uma rede de caminhos-de-ferro Trans-asiática, de 5.500 km, que unirá Kunming aos países de ASEAN. Este projecto busca a melhoria da rede de transportes da região e ampliação da colaboração e do comércio entre a China e a área de comércio livre da ASEAN (Cf. Anexo XXIX) (UNESCAP, 2004)²⁸⁶. O professor do *China Institute of Contemporary Internations Relations* (CICIR), Zhang Xuegan sustenta que (2007, p. 19), esta rede está listada no *China's National Plan for Raiway Network Construction 2003-2020*, terá um período de construção que irá até 2017, e poderá vir a ser interligada com o nordeste chinês, a Ásia Central e Sul e, eventualmente, vir a conceber um sistema de caminhos-de-ferro Trans-asiático (Cf. Anexo XXX)²⁸⁷.

Para defender a segurança marítima das suas importações energéticas e aumentar a sua posição estratégica (*youli de zhanlue taishi*) no Oceano Índico, Pequim está reforçar os

²⁸⁶ Actualmente há três linhas projectadas na região do sudoeste asiático: a primeira, a Linha Leste que se estende de Singapura - Kuala Lumpur (Malásia) -Bangkok (Tailândia) -Phnom Penh (Camboja) -Ho Chi Minh (Vietname) - Hanói (Vietname) - Kunming (China); a segunda, a Linha Central que se estende de Singapura -Kuala Lumpur (Malásia) - Bangkok (Tailândia) - Vientiane (Laos) - Shangyong (China) - Xiangyun/Yuxi (China) - Kunming (China); e a terceira, a Linha do Oeste que se estende de Singapura - Kuala Lumpur (Malásia), Bangkok (Tailândia), Rangoon (Burma) - Ruili (China) - Kunming (China) (Zhang Xuegan, 2007, p. 34) .

²⁸⁷ Inclui quatro linhas: a primeira, a ligar-se com a Europa, a partir de China-ASEAN - Tajiquistão, Uzbequistão - Rússia-UE; a segunda, em articulação com a Índia, nomeadamente, ASEAN - Kunming (China) - Ruili (China) - Mandalay (Myanmar) - Imbhal (Índia) - Dacca (Bangladesh) -Calcutá (Índia), faz um atalho de 2.675 km e reduz pelo menos 5 mil km ou 15-30 dias através do Estreito de Malaca e do mar da China Meridional; a terceira, liga-se com a via ferroviária chinesa Qinghai-Tibete, nomeadamente ASEAN - Tibete (China) - Paquistão \ Nepal - Índia; quarta, ligando-se com a Mongólia, Rússia, Coreia do Norte e Coreia do Sul, no nordeste asiático (中国网 - China Network, 2006).

laços diplomáticos e de segurança com países localizados estrategicamente na costa ocidental africana, como as ilhas Maurícias e Seychelles. Estas duas ilhas abrangem as linhas marítimas entre a África e a China e são de grande importância na expansão da posição naval chinesa do Oceano Índico. Em Fevereiro de 2007, durante uma visita a oito países africanos²⁸⁸, o Presidente Hu Jintao realizou uma visita às Seychelles, a primeira de um chefe de Estado Chinês às ilhas desde o estabelecimento das relações em 1976²⁸⁹. Esta visita assinalou pela primeira vez o interesse estratégico da China pela região.

Referidas por Hu Jintao como “*Pérolas no Oceano Índico*” (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2007), estas ilhas poderão vir a constituir bases de reabastecimento das frotas navais chinesas de combate à pirataria no Golfo de Áden²⁹⁰. Apesar de Seychelles manter uma estreita cooperação militar e naval com a Índia e com os Estados Unidos, mostra-se aberta a propostas militares de Pequim. Desde 2010, os navios de guerra chineses tem vindo a fazer escalas frequentes na ilha, tendo sido também transferidos dois aviões chineses Y-2 para facilitar a vigilância marítima da zona económica exclusiva no Oceano Índico. Em Dezembro de 2011, depois da primeira visita às Seychelles por um Ministro da Defesa Chinês, General Liang Guanglie acompanhado por uma delegação de 40 militares, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Seychelles Jean-Paul Adam anunciou que o seu país tinha convidado a RPC para estabelecer uma presença militar no arquipélago para apoiar a luta contra a pirataria no Oceano Índico (Vines, 2012, p. 33). A criação dessa base logística em Seychelles para reabastecimento e reequipamento de navios no combate à pirataria pode vir a representar futuramente mais uma “Pérola” chinesa no Oceano Índico. De acordo com o analista do Institute for Defence Studies and Analyses (IDSA) Mandip Singh (2011) esta pérola poderia também ser uma base de apoio para proteger os interesses dos investimentos chineses em África e para evacuar a população chinesa expatriada no continente em caso de missões de ajuda humanitária e de socorro. Em termos estratégicos, as Seychelles oferecem uma localização

²⁸⁸ Esta tournée, iniciada a 30 de Janeiro de 2007, incluía a visita aos Camarões, Libéria, Sudão, Zâmbia, Namíbia, África do Sul, Moçambique e às Seychelles. Foi a primeira viagem do Presidente Hu Jintao a África após a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, em Novembro de 2006.

²⁸⁹ Durante a visita do Presidente Hu Jintao foram assinados cinco acordos de cooperação nas áreas de educação, promoção de investimento, cooperação tecnológica e economia

²⁹⁰ Desde que a China começou a participar no combate à pirataria no Golfo de Áden, em 2008, a frota naval chinesa tem instalações de reabastecimento em Djibouti, Omã e Iémen.

ideal para a criação de postos de escuta para monitorar à marinha dos EUA e da Índia e outras marinhas na região.

Similar ao périplo pelos oito países africanos em 2007, em Fevereiro de 2009, Hu Jintao realizou uma jornada de visitas de “*Amizade e Cooperação*” a cinco países africanos, tendo visitado a Arábia Saudita, o Mali, o Senegal, a Tanzânia e as Ilhas Maurícias (Mission of the People's Republic of China to the European Union, 2009). Desde que foram estabelecidas as relações diplomáticas com as Maurícias a 15 de Abril de 1972, a China tem apoiado económica e tecnologicamente o território. Até ao momento, apoiou na construção de vários projectos como o centro de actividades, residências, um estádio, pontes. Nesta visita de 2009, Hu Jintao garantiu USD\$ 260 milhões para expansão do aeroporto da ilha e foi assinado acordos que previam empréstimos no valor de USD\$ 5,9 milhões (China Daily, 2009b). O interesse da China por um dos mais pequenos países do mundo com 1,3 milhões de habitantes pode ser explicado pela posição estratégica no Oceano Índico e pela sua proximidade com a base naval que os EUA mantêm em Diego Garcia, nas Ilhas Chagos, desde 1970²⁹¹.

A construção de uma rede de Pérolas Chinesa no Oceano Índico provoca preocupação à Índia, que receia a possibilidade de um “encirclement” estratégico pelo seu vizinho chinês em seu redor. Como ficou alteado na nova doutrina naval indiana formalmente apresentada em Abril de 2004, a Índia está preocupada com “*as vantagens que grandes poderes procuram adquirir na região do Oceano Índico*”, um oceano “vital” para o desenvolvimento económico e segurança da Índia (Bedi, 2004). Tal como para a China, grande parte do comércio indiano e cerca de 89% do petróleo importado é transportado por via marítima, sendo também vital para economia indiana evitar disrupções nas linhas de comunicação marítimas. Esta doutrina, reformulada posteriormente em 2009, apontava para o controlo dos pontos de estrangulamento, das ilhas significativas e das rotas de comércio no Oceano Índico, no Mar Árábico e no Golfo de Bengala, uma área considerada de “*interesse legítimo*” da Índia (Ministry of Defence of India, 2009, p. 59).

²⁹¹ A Base militar Diego Garcia pertence ao Reino Unido, mas está actualmente arrendada à Marinha dos Estados Unidos.

Para contrabalançar as vantagens que esses “*grandes poderes*” estão a adquirir no Oceano Índico, mais precisamente da China, a Índia está a aumentar as relações de cooperação e segurança com países da costa africana, especialmente com Moçambique, Madagáscar, as Seychelles e a Mauritânia (Cf. Anexo XXXI). Para além disso, está a expandir a sua capacidade naval²⁹², a modernizar as suas bases militares nas ilhas Andaman e Nicobar, e a aumentar os laços militares com os EUA²⁹³ e com Austrália e com o Japão. Em Maio de 2007, a Índia, o Japão, os EUA e a Austrália lançaram uma “Iniciativa Quadrangular conjunta”, e a 4 de Setembro desse ano realizaram os primeiros exercícios militares conjuntos na Baía de Bengala. O ex-Primeiro-Ministro japonês Sinto Abe foi um dos dinamizadores desta iniciativa. Em Maio de 2007, Sinto Abe defendeu no Fórum Regional da ASEAN, em Manila a criação de um “*Arco de Liberdade Asiático*” desde o Oceano Índico ao Pacífico que possa fornecer protecção contra os poderes não democráticos (Chellaney, 2007).

Tal como Pequim, Nova Deli está a ampliar as relações diplomáticas e de cooperação com o Irão²⁹⁴ e com o Afeganistão. Para estes três países é importante a expansão do Porto de Chabahar²⁹⁵ na província do Balochistão do Irão, um porto adjacente ao de Gwadar do Paquistão, financiado pela China. A ideia de tornar Chabahar num *hub* comercial surgiu durante a visita a Deli do Presidente iraniano Mohammad Khatami em Janeiro de 2003. Durante a sua estadia Mohammad Khatami e o Primeiro-Ministro indiano assinaram a Declaração de Nova Deli, que propunha a criação de uma parceria estratégica. Comprometeram-se também a contribuir para fortalecer a cooperação no comércio, na energia e em outras questões económicas, na luta contra o terrorismo, e ampliar a colaboração “*estratégica em terceiro países*”, nomeadamente no desenvolvimento do Afeganistão, um país considerado por ambos os líderes vital para segurança da região (South Asia Terrorism Portal, 2003). Nesse ano, a Kabul, Teerão e Nova Deli assinaram um acordo para desenvolvimento de uma rede viária de 200 km que ligará o porto de

²⁹² Projecta-se que irá investir cerca de USD\$ 45 biliões em 103 novos navios de guerra nos próximos vinte anos, incluindo fragatas e submarinos nucleares (Vines, 2012, p. 33).

²⁹³ A Índia e os EUA fazem, desde 2006, patrulhamento conjunto no Oceano Índico, na luta contra o narcotráfico, terrorismo e contrabando de armamento.

²⁹⁴ A Índia estabeleceu relações diplomáticas com o Irão a 15 de Março de 1950.

²⁹⁵ A cidade de Chabahar está situada na Costa Makran da província do Balochistão no Irão e é oficialmente designada pelo governo iraniano como Zona Industrial e de Comércio Livre.

Chahbahar a Zaranj no Afeganistão e, posteriormente à Ásia central e à Rússia. Este acordo contemplava a construção pelo Irão da estrada de Chahbahar via Melak até à Zaranj, na fronteira afegã e, pela Índia da estrada de Zaranj a Delaram, na província Nimruz do Afeganistão²⁹⁶. No entanto, foi necessário quase uma década para serem iniciadas negociações tripartidas sobre o projecto. Em 2012, à margem da 16.^a Cimeira do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) em Teerão, a Índia, o Afeganistão e o Irão assinaram um acordo tripartido para a expansão do porto Chahbahar (Cf. Anexo XXXII), tendo sido proposto a criação de um grupo conjunto de trabalho para a promoção do comércio, de investimentos entre os três países através do porto de Chahbahar.

Até ao primeiro semestre de 2012, já tinha sido completada 70% da primeira fase de ampliação do porto de Chahbahar, projectado para ser expandido em cinco fases, até 2020 (Dash, 2012). Este projecto representa uma oportunidade para o Irão ultrapassar o isolamento económico imposto pelos EUA e é uma forma de beneficiar do ressurgimento da economia indiana. Ao Afeganistão possibilita o acesso ao Oceano Índico, sem de utilizar o porto Karachi do Paquistão, enquanto a Índia ganha um acesso indirecto ao Afeganistão e à Ásia Central, sem ter de passar pelo seu vizinho rival paquistanês²⁹⁷. A Índia, tal como a China, está interessada em aceder aos recursos do Afeganistão. Em 2011, ganhou os direitos de exploração dos depósitos de ferro em Hajigak²⁹⁸, uma região rica em minérios a oeste de Cabul. Para ampliar o seu acesso aos recursos do Afeganistão, a Índia, além da estrada Chahbahar-Delaram, está apoiar a construção de uma ligação ferroviária de 900km entre o porto Chahbahar e Hajigak no Afeganistão, prevista para estar finalizada em Março de 2013 (The Nation, 2011, p. 12).

Juntamente com o porto de Bandar Abbas, Chahbahar poderá também possibilitar à Índia alcançar a Ásia Central e a Rússia, ao ser inserido como um dos projectos do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (International North-South Transport Corridor - INSTC). O INSTC é um projecto multinacional que está a ser erguido pela Índia, o Irão e a Rússia, desde 2000, e conta ainda com dez países-membros da Ásia

²⁹⁶ A estrada Zaranj-Delaram liga-se as redes para as grandes cidades do Afeganistão como Cabul, Kandahar, Herat, Mazar-e-Sharif e Kunduz.

²⁹⁷ Em Março de 2010, Mumbai utilizou pela primeira vez este porto do Irão para transportar 100,000 toneladas métricas de trigo para o Afeganistão, como parte da ajuda humanitária ao país (Bedi, 2012)

²⁹⁸ Estimadas em cerca de 2 biliões de toneladas métricas de ferro (Najafizada, 2011)

Central e do Médio Oriente²⁹⁹. Este projecto que faz parte do “Novo Grande Jogo”, está projectada a criação de uma rede de transportes para a movimentação de mercadorias da Ásia sul para a Europa, através da Ásia Central, do Cáucaso e da Rússia. A rota envolve principalmente o transporte de mercadorias da Índia, através da via marítima para o Irão. Do Irão, as mercadorias poderão seguir por navio através do Mar Cáspio ou por via ferroviária ou viária para a Rússia, e de lá, os produtos são transportados por via ferroviária ou viária para o Norte da Europa (Mahapatra, 2012) (Cf. Anexo XXXIII). A Índia tem sido um dos países mais dinamizadores deste projecto, sobretudo na organização de contactos entre os vários países envolvidos de forma a estabelecer medidas conjuntas que possibilitem a sua edificação. O interesse de Nova Deli pela abertura de uma rota alternativa através do Irão à utilizada actualmente pelo Canal Suez, pode ser explicado pela redução de tempo de transporte das suas mercadorias para a Ásia Central e para a Rússia, de cerca de 45-60 dias para cerca de 25-30 dias.

3.5. A Diplomacia Energética para Países cujos interesses Energéticos podem colidir com os de Pequim

Este grupo compreende grandes consumidores energéticos, nomeadamente países asiáticos vizinhos da RPC, como o Japão e a Índia, cujos interesses e objectivos a nível da energia podem colidir com os interesses e objectivos de Pequim e de países terceiros. Tal como a China, a Índia e o Japão são grandes consumidores de energia, ocupando respectivamente o quarto e quinto lugar a nível mundial. Esta supremacia em termos de consumo, também é patente na importação de recursos energéticos como o petróleo, o gás e o carvão. O que faz destes dois vizinhos, também dois dos principais países importadores de energia a nível mundial. A diplomacia chinesa para este grupo é designada para coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses nos objectivos das suas políticas energéticas. Como grandes consumidores de energia apresentam semelhanças nas

²⁹⁹ O projecto inclui para além da Rússia, o Irão e a Índia, países como o Azerbaijão, a Arménia, a Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, a Turquia, a Ucrânia, a Bielorrússia, a Bulgária e Omã. Muitos dos países envolvidos são membros efectivos ou observadores da OCX e da Organização do Tratado de Segurança Colectiva (OSTC).

estratégias externas de energia, designadamente procuram diversificar fontes de aprovisionamento para além do Médio Oriente, o que impele a que, por vezes, concorram pelo acesso aos mesmos recursos e às mesmas fontes de aprovisionamento.

O relatório BP Energy Outlook 2030 (BP, 2011a, p. 20) aponta a China e a Índia como a futura maior e terceira maior economias do mundo e os maiores consumidores de energia mundial em 2030. Na impossibilidade de dissociar o seu crescimento económico de uma maior procura de energia, estas duas economias emergentes serão responsáveis por mais de metade do aumento do consumo energético no mundo em 2030. Nesse contexto, a segurança energética surge como questão central para estes dois gigantes asiáticos, que enfrentam os mesmos desafios face à crescente dependência externa de energia.

3.5.1. A China e a Índia

A 31 Dezembro de 2011, na mensagem de ano novo para a Nação, o Presidente Manmohan Singh afirmou que entre os cinco desafios³⁰⁰ que a Índia enfrentava a segurança energética era o terceiro maior, salientando que mesmo com o “*melhor esforço nacional a dependência de energia indiana importada está a aumentar*” (Press Information Bureau of Government of India, 2011). De facto, embora o consumo de energia *per capita* permaneça inferior aos dos países desenvolvidos, entre 1990 e 2011, o consumo de energia primária na Índia mais do que duplicou. Esse aumento tem sido impulsionado sobretudo pela procura do sector industrial, que em 2009, representou mais de 40% da demanda total de energia primária. O sector de energia é a área de maior crescimento da demanda de energia, com um aumento de 23% para 38% no consumo total de energia, entre 1990 e 2009 (EIA, 2013c).

³⁰⁰ Os desafios que a Índia enfrenta e que foram designados para estarem no topo da agenda política indiana para 2012 foram a Segurança do modo de vida (engloba a educação, a alimentação, a saúde e o emprego), a Segurança económica, a Segurança Energética, a Segurança Ecológica e a Segurança Nacional (Press Information Bureau of Government of India, 2011).

A maior fonte de energia na Índia, tal como na China, é o carvão (41%), seguido do petróleo (23%) e da biomassa³⁰¹ (23%). O gás natural e a energia nuclear e outras renováveis, embora mais do que na China, representam apenas respectivamente 8% e 5% no mix energético indiano. Apesar de possuir as segundas maiores reservas de petróleo na Ásia-Pacífico a seguir à China³⁰², a produção de petróleo indiana não está acompanhar o ritmo de crescimento do consumo, compelindo Nova Deli a tornar-se cada vez mais dependente de importações³⁰³. Em 2011, mais de 70% do seu petróleo consumido foi importado, colocando este país asiático no quarto lugar no *ranking* dos maiores importadores de petróleo mundiais³⁰⁴, com as suas importações concentradas em duas regiões: o Médio Oriente (cerca de 64%) e África (17%)³⁰⁵,

Perante este cenário energético, o Presidente Manmohan Singh defendeu que a Índia necessitava “*de assegurar o acesso a fontes de energia importadas e a novas tecnologias energéticas relacionadas. (...) e de ter uma política pró-activa estrangeira, protegendo o acesso a tais recursos e à tecnologia estrangeira*” (Press Information Bureau of Government of India, 2011). A Índia, tal como a China, alia a suas necessidades energéticas à sua política externa, buscando diversificar as fontes de importação e incentivando desde a década de 90, as suas companhias petrolíferas a participarem na produção e exploração do *equity oil* no exterior. A ONGC Videsh Limited (OVL)³⁰⁶, por exemplo, a segunda maior companhia indiana em termos de produção e de reservas de petróleo e de gás, é uma das mais activas companhias indianas no exterior. Criada pela Oil

³⁰¹ Engloba por exemplo, a queima de lenha e os resíduos.

³⁰² Segundo a EIA (2013b) no final de 2012, a Índia tinha 5.5 biliões barris de reservas provadas de petróleo. Cerca de 53% dessas reservas são dos recursos *onshore*, enquanto 47% de recursos *offshore*. As maiorias das reservas estão localizadas na parte ocidental do território, particularmente no *offshore* ocidental, em Gujarati, e em Rajasthan. A bacia Assam-Arakan localizada na parte nordeste do território também é uma região produtora de petróleo, contendo mais de 10% das reservas da Índia.

³⁰³ A produção doméstica de petróleo está estagnada e cresce a um ritmo de 1% ao ano desde a década de 1990. Em 2010, produziu cerca de 950.000 b/p de fósseis líquidos, em que 750.000 eram petróleo bruto. Consumiu 3.2 milhões de b/p e importou 2,2 milhões b/d de petróleo (EIA, 2011e)

³⁰⁴ As importações de petróleo na Índia aumentaram de 40% na década 90 para 70% em 2011. Neste *ranking* em primeiro lugar estão os Estados Unidos, seguidos pela China e pela Rússia.

³⁰⁵ Em 2012, eram a Arábia Saudita (19%), o Iraque (13%), o Kuwait (10%), os Emirados Árabes Unidos (9%), o Irão (6%), outros países do Médio Oriente (6%), o hemisfério ocidental (18%), outros países 4%. A maioria do petróleo de África é proveniente da Nigéria. É de salientar que dentro dos fornecedores do Médio Oriente, a maior quebra de importações foi do Irão, que em 2010 representava 11% no total das suas importações de petróleo (EIA, 2011e).

³⁰⁶ Em 1989, a Oil and Natural Gas Corporation Ltd. (ONGC) rebaptizou Hydrocarbons India Pvt. Ltd, criando a sua subsidiária Vedish.

and Natural Gas Corporation Ltd. (ONGC)³⁰⁷, esta companhia é responsável pela aquisição e desenvolvimento de activos no exterior, especialmente os activos *upstream* de petróleo. Em Setembro de 2011, participava em 30 projectos E&P em 15 países, designadamente na Rússia (Sakhalin-I e Imperial), na Síria (Projecto Al-Furat), no Vietname (Bloco 06.1), na Colômbia (Projecto Energético Mansarover), no Sudão (Projecto Petrolífero Grande Nilo e Bloco 5A), na Venezuela (Projecto San Cristobal e bloco Carabobo-1), no Brasil (Bloco-10); em Myanmar (Blocos A1 e A3), no Irão (bloco Farsi), no Cazaquistão (bloco Satpayev), em Cuba (Blocos N-25, 26, 27, 28, 29 & N-36) e na Colômbia (Blocos RC-8, RC-, RC-10) (ONGC Videsh Limited, 2012)³⁰⁸.

Em termos gerais, podemos expor que as companhias indianas têm vindo aceder a participações de exploração de petróleo em alguns dos países onde poucas empresas ocidentais aventuraram-se, tal como o Irão, o Iraque, a Síria, o Sudão e a Líbia, mas onde podem ter como principais concorrentes, nomeadamente nos processos de licitação, as empresas estatais chinesas (Cf. Anexo XXXIV)³⁰⁹. A ONGC Videsh Limited (OVL), por exemplo, participa em países onde estão presentes igualmente as *guaban* chinesas: no Vietname, no Iraque, na Líbia, na Síria, no Sudão, no Sudão do Sul, no Irão, em Cuba, no Brasil, na Venezuela, na Rússia, em Myanmar, na Colômbia, na Nigéria e no Cazaquistão (ONGC Videsh, 2012). Apesar do seu sucesso na compra de participações em blocos de petróleo e gás no estrangeiro, nomeadamente em projectos onde os chineses também tinham grande interesse, como por exemplo, no projecto Sakhalin-1 (*offshore*) na Rússia e no projecto Grande Nilo, no Sudão, as companhias indianas também têm vindo perder em licitações ou a adquirir participações marginais. Neste jogo de acesso a recursos e a projectos E&P, a Índia tem-se mostrado muitas vezes incapaz de competir com o seu vizinho asiático, embora o governo indiano, tal como o chinês, procure vincular a política

³⁰⁷ A principal e líder em exploração e produção (E&P) é a Oil and Natural Gas Corporation Ltd. (ONGC), com uma contribuição de 72% para a produção total de petróleo bruto e 48% de gás natural da Índia (ONGC - Oil and Natural Gas Corporation LTD., 2013)

³⁰⁸ Desses 15 países, participa em 10 como empresa operadora, nomeadamente na Rússia (Sakhalin I e Imperial), na Síria (Projecto Al-Furat), no Vietname (Bloco 06.1), na Colômbia (Mansarover Energy Colombia Limited), no Sudão (GNPOC), no Sudão Sul (GPOC e SPOC/ bloco 5A), na Venezuela (San Cristobal) e no Brasil (BC-10).

³⁰⁹ Pese embora um dos objectivos da *New Exploration Licensing Policy* (NELP) lançada pelo governo indiano, em 1997, ter sido de incentivar as companhias estatais nacionais a investir na exploração e desenvolvimento dos recursos energéticos indianos, estas companhias têm vindo cada vez mais a ampliar as áreas de investimento para além do território indiano.

energética com esforços diplomáticos, sem oferecer incentivos financeiros aos países produtores³¹⁰ (Sharma *et al.*, 2011, p. 1.65). Em Outubro de 2004, a China venceu a companhia estatal indiana Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) na compra de um campo de petróleo da Shell em Angola. Em Setembro do ano seguinte, um consórcio dominado pelas empresas chinesas CNPC e China Petrochemical Corporation (Sinopec Corp) venceram a concorrente indiana ONGC e adquiriram por USD\$ 1,42 bilhões, a EnCana, no Equador (Wang, 2005). Ainda em 2005, a China venceu novamente a Índia, ao adquirir a PetroKazakhstan, uma empresa de petróleo sediada no Canadá, mas que controla 12% da produção do Cazaquistão, de onde extrai 150 mil de barris diários. Em Janeiro do ano seguinte, a CNOOC venceu a ONGC³¹¹ na compra por USD\$ 2,27 bilhões de participação em 45% do campo de petróleo e gás de Akpo na Nigéria (CEBC, 2006).

A concorrência entre os dois países é maior se adicionarmos o facto que na Ásia, tanto a China como a Índia³¹² tentam aceder através da mesma estratégia de “*segurança energética pela proximidade*” aos recursos energéticos dos seus vizinhos asiáticos, nomeadamente de Myanmar e Sri Lanka. A localização do primeiro país, no sul da Ásia, na junção entre países da Ásia Sul, do Sudeste Asiático e da Ásia Oriental, é para ambos de grande importância nesta estratégia. A China partilha com Myanmar uma fronteira de 2.200 km, enquanto a Índia uma fronteira de 1.640 km, a Baía de Bengala e as áreas circundantes das ilhas Coco e do Mar de Andamão. Para o gigante asiático chinês, e como foi *supra* analisado, Myanmar é importante para conter a expansão para leste do seu potencial concorrente - a Índia, para o desenvolvimento das regiões ocidentais chinesas, como a Província de Yunnan e pela sua posição geoestratégica. Em termos de transporte, é única passagem a partir dessa província para aceder ao Oceano Índico e ao mar de Andamão, além de ser uma das “pontes energéticas” na estratégia de diversificação de

³¹⁰ Por exemplo, paralelo ao acesso aos recursos energéticos, a China tem apoiado Myanmar com empréstimos preferenciais e cancelamento de débitos, desde 1998.

³¹¹ A ONGC ofereceu pela licitação USD\$ 2 bilhões e retirou-se posteriormente alegando os riscos na exploração (Aiyar, 2006)

³¹² O governo indiano de energia, procura obter recursos energéticos a partir de três direcções - oeste, leste e norte, através da construção de oleodutos e gasodutos a partir da Ásia Ocidental, da Ásia Central e de Myanmar. Neste “plano T” de acesso a hidrocarbonetos a Índia tenta aceder ao gás: a oeste, do Irão, que chegaria ao seu território através de um gasoduto (IPI) do Paquistão para a Índia; a leste, de Myanmar, através gasoduto a partir de Myanmar via Bangladesh para a Índia; e a norte é do Turquemenistão, que ser transportado por gasoduto através de Afeganistão e Paquistão até à Índia ou uma linha alternativa a partir da Ásia Central através de Xinjiang da China para a Índia.

rotas energéticas alternativas terrestres³¹³. Para o emergente gigante asiático indiano, Naypyidaw aparece como porta de entrada da Índia para os países do sudeste asiático e para desenvolver economicamente e controlar a insurgência na região do nordeste indiano³¹⁴, sendo desta forma central para a política indiana “Look East”³¹⁵. Para além destes objectivos, a Índia tem interesse em contrabalançar a influência chinesa em Myanmar e preservar o equilíbrio de poder na Ásia, estando particularmente preocupada com a perspectivas da Marinha chinesa ganhar uma posição estratégica na Baía de Bengala. Sem Estados-tampão, o envolvimento da China em Myanmar pode significar para a Índia ser rodeada por Pequim e pela sua área de influência, ou como refere Robert Kaplan (2010, p. 25) ser “*uma cunha de limitação geográfica na zona de influência da China na Ásia*” (Cf. Anexo XXXV) Neste sentido, para fraccionar a estratégia de *encirclement* chinesa, Nova Deli necessita urgentemente de melhorar as relações estratégicas como Myanmar.

Apesar de Myanmar ser um antigo produtor de energia, só recentemente é que as companhias chinesas como a SINOPEC, a CNPC e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), e indianas como a ONGC Videsh Limited (OVL) adquiriram a possibilidade de aceder aos projectos de exploração dos recursos energéticos do país³¹⁶, particularmente ao gás natural. Em 2001, a China entrou na exploração dos recursos de Myanmar e actualmente, tanto a CNPC como a Sinopec estão presentes na exploração de blocos *onshore* e *offshore* na costa oriental do país³¹⁷ (Cf. Anexo XXXVI). Na competição energética entre Pequim e Nova Deli em Myanmar, esteve em causa o acesso ao fornecimento de gás natural de três campos - o Shwe, o ShwePhyu, e o Mya. Estes campos,

³¹³ Além de desempenhar um papel central em termos de segurança das fronteiras em questões importantes para os dois países, como tráfico de droga e contrabando de armas.

³¹⁴ Em termos históricos, a Índia e Myanmar faziam parte do Império Britânico. Em 1937, a Birmânia tornou-se uma unidade independente dentro do Império. Muitas das tribos na região do Nordeste da Índia são etnicamente unidas às tribos do lado da fronteira de Myanmar. Actualmente, pelo menos cinco grandes grupos militantes do nordeste da Índia estão a lutar pela autonomia, e tem campos de treino nas selvas de Sagaing no norte de Myanmar.

³¹⁵ Esta política foi iniciada em 1991 para revitalizar antigas ligações da Índia civilizacionais e económicos com o resto da Ásia, particularmente com a ASEAN, a China, o Japão e a Coreia.

³¹⁶ A participação na exploração e produção de gás e petróleo por companhias estrangeiras no território de Myanmar foi proibida até à tomada do poder pelo Conselho de Estado para a Paz e Desenvolvimento em Setembro de 1988.

³¹⁷ CNPC adquiriu três blocos *onshore* (L, M, e IOR-4) e três blocos *offshore* (AD-1, AD-6, e AD-8); CNOOC adquiriu quatro blocos *offshore* (M-2, M-3, M-4, e M-10) e um bloco *onshore* (C-2). Por sua vez a Sinopec adquiriu um bloco *onshore* (D).

referidos colectivamente como campo Shwe, estão localizados na costa Arakan de Myanmar e estão a ser explorados por um consórcio liderado por um grupo de empresas coreanas e indianas³¹⁸. As reservas do campo de gás Shwe atraíram grande atenção na sequência da descoberta de depósitos no bloco A-1 (campo de Shwephyu) em Janeiro de 2004 e do bloco A-3 (campo de Mya), em Abril de 2005. Estima-se que o campo de Shwe detenha reservas de gás natural de 4 a 6 triliões de pés cúbicos e os campos o Shwephyu e Mya reserva provadas combinada de 5.7 a 10 Tcf (Tuli, 2009, p. 2).

Para a compra do gás de Shwe, a antiga junta militar de Myanmar recebeu várias propostas. Inicialmente, a Índia era o comprador preferencial sobre os blocos A1 e A3 de campos de Shwe, que estavam projectados para ser integrados no projecto de gasoduto Myanmar-Bangladesh-Índia. Porém, no início de 2006, a filial da CNPC, a Petrochina, assinou um Memorando de Entendimento com governo de Myanmar que incluía a compra de 6.5 triliões de pés cúbicos de gás, durante um período de 30 anos, a partir de 2009, a ser transportado pelo gasoduto Myanmar-Yunnan (Project Finance International, 2006). Esta decisão de Naypyidaw em vender o gás a Pequim foi uma surpresa para Nova Deli que tinha esperança de conseguir aceder a esse gás e em cooperação com o Bangladesh, importa-lo para o seu território. Em meados de Maio de 2007, perante o desacordo com o Bangladesh e a crescente influência chinesa junto da administração militar de Myanmar, a ONGC Limited abandona o projecto de gasoduto Índia-Myanmar (Oneindia News, 2007).

A participação das companhias chinesas com países próximos ou vizinhos, também acarretam desvantagens para a Índia. O Sri Lanka por exemplo, atribuiu um bloco de exploração recursos petrolíferos na Bacia Mannar à China, em 2006 (Tamil Guardian, 2006)³¹⁹. Este contrato implicou o surgimento de uma presença chinesa a poucos quilómetros de distância do extremo sul da Índia, perto o suficiente para contribuir para o desconforto estratégico na Índia. Significou igualmente o fim do monopólio pelas empresas petrolíferas indianas neste país, colocando-as em competição com as empresas

³¹⁸ É formado pelas empresas: Daewoo International da Coreia (51%), ONGC Videsh Ltd. Da Índia (17%), MOGE de Myanmar (15%), GAIL da Índia (9%) e KOGS da Coreia (8%).

³¹⁹ A Bacia Annar tem oito blocos. O Sri Lanka concedeu dois desses blocos para a Índia e um para a China em 2007.

petrolíferas chinesas. Na perspectiva indiana, algumas medidas tomadas pelo governo chinês no exterior colocam problemas para a segurança energética da Índia. Nomeadamente, os empreendimentos energéticos de Pequim com países vizinhos que estão em redor do seu território podem diminuir a disponibilidade de recursos de energia para a Índia. Tal como para a China, os recursos energéticos dos países vizinhos, permitem aumentar significativamente a sua segurança energética, evitando riscos associado ao transporte de aprovisionamentos de longas distâncias.

Apesar desta aparente concorrência entre estes dois grandes consumidores, ambos os países tem também estimulado a cooperação no sector energético. Uma cooperação que tem sido lentamente ampliada e que teve como mais recente encadeamento a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a CNPC e a ONGC, a 19 de Julho de 2012³²⁰, que visou reforçar a exploração e produção já existente de operações em Myanmar, no Sudão e na Síria, e para outros projectos idênticos no futuro. Este Memorando, segundo Rosalind Reischer (2012) poderá representar um passo para a criação futura de uma rede asiática de energia e para uma maior integração do mercado energético da Ásia, necessária para a estabilização das discórdias enraizadas pelas estratégias externas de segurança energética dos países asiáticos, nomeadamente da China e a da Índia.

A cooperação energética entre os dois gigantes asiáticos tem sido alicerçada através da “Diplomacia de líderes” de ambos os países. Em 2005, o ano que assinalava o 55.º aniversário do estabelecimento das relações³²¹, iniciou-se o diálogo no sector energético entre a China e a Índia. Esse diálogo foi criado por iniciativa do Ministro do Petróleo e Gás Natural, Mani Shankar Aiyar, e em colaboração com o Vice-Presidente Comissão para a

³²⁰ Memorando foi assinado pelo Presidente e Administrador da ONGC, Sudhir Vasudeva, e o Presidente da CNPC Jiang Jiemin (ONGC - Oil and Natural Gas Corporation Ltd, 2012).

³²¹ A Índia foi o primeiro país não comunista a estabelecer uma embaixada em RPC. Em 1 de Abril de 1950, a Índia e a China estabeleceram relações diplomáticas. Em 1954, os dois países defenderam em conjunto os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (em indiano, Panchsheel). O primeiro-Ministro Zhou Enlai visitou a Índia em Junho de 1954 e o Primeiro-Ministro Nehru visitou a China em Outubro desse ano. Em Janeiro de 1957 e em Abril de 1960, Zhou Enlai novamente visitou a Índia. No início da década de 60, o conflito Índia-China levou a um retrocesso nas relações bilaterais, com o cancelamento das relações bilaterais até Agosto de 1976. A visita do Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi à China, em 1988, marca uma fase de melhoramento das relações. Em 1993, durante a visita do Primeiro-Ministro Narasimha Rao foi assinado o Acordo de Manutenção de Paz e Tranquilidade ao longo da Linha de Controlo Actual (LAC) das áreas de fronteira entre a Índia e a China. Em 2003, durante a visita do Primeiro-Ministro Vajpayee, foi assinada a Declaração sobre os Princípios para Relações e Cooperação Global (Embassy of India in Beijing, 2012).

Reforma e Desenvolvimento Nacional, Zhang Xiaoqing, em Janeiro de 2005. Três meses depois, a visita do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao à Índia veio reforçar a cooperação no sector energético entre os dois países. No final da sua visita de quatro dias, as duas partes emitiram uma Declaração Conjunta estabelecendo a criação de uma Parceria Estratégica para Paz e Prosperidade, com objectivo contribuir para a promoção das relações diplomáticas e económicas, nomeadamente na cooperação na área de energia, segurança e conservação, incluindo, o incentivo para que os dois países participassem na pesquisa e exploração de petróleo e gás natural em países terceiros (Embassy of India in Beijing, 2012). Essa cooperação veio a ser concretizada durante a visita do Ministro do Petróleo Mani Shankar Aiyer à China, com assinatura do Memorando de Entendimento para aumentar a Cooperação no campo do petróleo e do gás natural, em Janeiro de 2006 (China Daily, 2006a). O Memorando abria caminho para a cooperação na exploração, produção, refinação e armazenamento, pesquisas e desenvolvimento e conservação de energia. Previa a criação de um comité bilateral para monitorizar o diálogo e troca de informações na compra de activos, e em toda a cadeia de produção de hidrocarbonetos, tendo como regiões interesse de cooperação no exterior por ambos, como a região do Cáspio, a Ásia Central, África e a América Latina. As cinco maiores companhias de ambos os países também assinaram entre si, cinco memorandos de entendimento. A CNPC assinou um Memorando de Entendimento com a ONGC Videsh Ltd para troca de informação e a Gas Authority of India Limited assinou dois acordos para cooperação nos territórios dos dois países e em outras partes do mundo com a China Petrochemical Corporation e a CNOOC

Após a assinatura do Memorando de Cooperação de 2006, o Ministro do Petróleo e do Gás indiano de Mani Shankar Aiyar, afirmou que a Índia olhava para a China “*não como um competidor estratégico mas como um parceiro estratégico*”, referindo que os dois países tinham chegado “*ao consenso de que a rivalidade desenfreada só aumentará os lucros dos vendedores de activos, seja qual for o país a vencer o concurso*” (China Daily, 2006a). Na verdade, a concorrência das companhias chinesas e indianas permitia aos países produtores aplicar um jogo de licitação e elevar os preços pelos activos de energéticos. Através da cooperação, tanto a China e Índia, poderiam ganhar activos sem correr o risco de aumento de preços. Por outro lado, a cooperação em licitação conjunta em países terceiros, possibilitada com a assinatura deste memorando, poderia permitir vantagens e

diminuir os riscos políticos de entrada em mercados sensíveis, já que outros países competidores teriam de pensar nos interesses que têm nas relações com a China e com a Índia, antes de tomarem alguma iniciativa para bloquearem as aquisições das companhias destes dois países asiáticos.

Embora as companhias de ambos países já participassem em projectos no exterior, como por exemplo a ONGC com a CNPC no Sudão e com a Sinopec na Síria e no Irão³²², depois da assinatura do memorando de 2006, começaram a cooperar na aquisição conjunta de participações exploração de petróleo em países terceiros. Em Fevereiro de 2006 e após as negociações iniciadas em Dezembro de 2005, Fulin Investments S.A.R.L e a ONGC Nile Ganga B. V, respectivamente subsidiárias da China National Petroleum Company International e da ONGC Videsh Limited, uniram-se para adquirir quatro contractos de partilha de exploração da Petro-Canada na Síria, cobrindo 36 campos de hidrocarbonetos da Síria³²³. Esta aquisição conjunta que resultou na criação de uma *joint-venture* entre as duas empresas, a Himalaya Energy Syria, marcou o início da cooperação conjunta em activos de petróleo abrindo de acordo com a ONGC “*um conjunto totalmente novo de oportunidades para ambas as empresas para colaborar na cadeia de petróleo e gás*” (ONGC Videsh Limited, 2005). Essas oportunidades têm vindo a estender-se a outros países (Cf. Tabela XIV) e a serem alargadas a outras áreas, nomeadamente ao *midstream* (englobando a construção e operação conjunta de gasodutos e oleodutos) ao *upstream* (exploração e produção em GNL) e *downstream* (processo de refinação ou de processamento de petróleo bruto e de gás natural até à comercialização e distribuição de produtos petrolíferos)³²⁴.

³²² Em 2003, tinham participado no projecto Great Nile Petroleum no Sudão, através de um consórcio entre a CNPC (40%), a Petronas (30%), a ONGC (25%) e a Sudapet (5%). Em Dezembro de 2004, a ONGC e a Sinopec fizeram uma compra conjunta de uma participação de 37% a uma companhia do Canadá, para exploração de um poço de petróleo sírio. Em 2005, o campo de petróleo Yahavaran, no sul do Irão, tornou-se um projecto conjunto Sino-indiano-Irão, com os três países a deterem respectivamente, 20%, 50 e 30% de participações

³²³ O Ash Sham PSC (33,33%); o Dier EZ Zor(old) PSC (37,5%); o Dier EZ Annex IV PSC (37,5%) e um Acordo de Utilização de Gás (36%)

³²⁴ Essas três áreas de cooperação foram estabelecidas no Memorando de Entendimento entre a Oil and Natural Gas Corporation Ltd (ONGC) e CNPC, assinado na Índia, a 18 de Junho de 2012 (2B1st Consulting, 2012).

Tabela XIV. Cooperação da China e da Índia na Segurança Energética

| Ano | Projecto | País | Participação Chinesa | Participação Indiana |
|--------------------------|--|----------|---|---|
| Fevereiro de 2006 | Criação de uma de <i>Joint-venture</i> , a companhia Himalaya Energy Syria, para exploração conjunta de 36 campos de hidrocarbonetos | Síria | Fulin Investments S.A.R.L, uma subsidiária da China National Petroleum Company International (50%) | ONGC Nile Ganga B. V., uma subsidiária ONGC Videsh Limited (50%) |
| Setembro de 2006 | Compra de 50% dos activos de petróleo da <i>Omninex de Columbia Limited</i> . Formaram a <i>joint-venture</i> Mansarovar Energy Colombia Limited (MECL) ³²⁵ | Colômbia | Sinopec (25%) | Oil and Natural Gas Corporation - ONGC (OVL) (25%) |
| Setembro 2008 | Direitos de exploração do gás do bloco 155, no Peru | Peru | Participação conjunta da CNPC com a Reliance Exploration and Production DMCC e a Pluspetrol (Argentina) | Participação conjunta da Reliance Exploration and Production DMCC (REP DMCC) ³²⁶ com CNPC e a Pluspetrol |
| Janeiro 2010 | Projecto de construção gasoduto <i>Onshore, joint venture</i> South-East Asia Gas Pipeline Company Limited (SEAGP) | Myanmar | CNPC (50.9%) | ONGC Videsh Limited (8.35%) e Gail 4,17% |
| Fevereiro 2011 | PetroChina e a ONGC formaram uma <i>Joint-venture</i> para exploração do petróleo e gás na Índia | Índia | PetroChina | India Oil and Natural Gas Corp (ONGC) |

Fonte: Elaborado pela candidata através da informação da ONGC Videsh Limited; da Petrochina; da SZ Energy, vários anos.

³²⁵ Os restantes 50% pertencem à empresa estatal colombiana, Ecopetrol.

³²⁶ A REP DMCC é uma subsidiária da Reliance Industries Limited (RIL), a maior companhia privada de investimento da Índia. É a companhia operadora do bloco *offshore* – K de Timor-Leste.

3.5.2. A China e o Japão

“Dois tigres não podem viver na mesma montanha” (yishan burong ehrhu)

O Japão e a China, dois antigos impérios na Ásia Oriental que sustiveram ao longo da sua história períodos de cooperação e de tensão, possuem algumas memórias históricas mal diluídas que ainda se espelham na sua relação actual. Hodiernamente, estes dois vizinhos que são economicamente interdependentes³²⁷ não conseguem aceitar a mudança de *status quo* regional que ambos desejam: o regresso do Japão como “um Estado Normal”³²⁸ e a reemergência da China como o poder regional proeminente. Além da relevância em termos económicos, o Japão é importante igualmente importante em termos políticos, em particular devido à relação que mantém com aliado dos EUA. No entanto a relação é dominada por receios mútuos, questionando-se o Nordeste Asiático não seja suficientemente grande para os dois grandes poderes (Bush, 2009, p. 2; Carriço, 2012, p. 102), e tal como afirma um ditado chinês *“dois tigres não podem viver sobre a mesma montanha” (Yishan burong ehrhu)*.

Para ambos a segurança energética é de interesse vital nacional, já que interrupções de fornecimento de recursos energéticos poderão ter impacto negativo sobre as suas economias, podendo por sua vez ter implicações na estabilidade social e política. Em termos energéticos possuem desafios energéticos semelhantes, especialmente quanto à crescente dependência externa de energia em comparação aos recursos limitados domésticos e aos riscos e ameaças associados a essa dependência, nomeadamente ambos encontram-se constrangidos a fornecimentos de países instáveis e volúveis do Golfo Pérsico e do seu transporte marítimo por *chokepoints*, como o Estreito de Malaca.

³²⁷ O Japão tem sido um importante actor na economia chinesa desde o início das reformas económicas da década de 70. Até 2003, foi o principal parceiro comercial da China durante trinta anos, apenas substituído pelo alargamento da UE, em 2004. Em 2011, o volume de comércio sino-japonês foi superior a 340 biliões, representando 20,6% do volume comercial externo do Japão, enquanto as exportações do Japão para a China representaram 19,7% no total das exportações. Embora o comércio da China com o Japão representasse apenas 9,4% do total do seu comércio externo em 2011, o Japão continuou a ser uma das maiores fontes de investimento estrangeiro directo (IDE) na China, superior a USD\$ 85 biliões (Jifeng, 2012).

³²⁸ Para Alexandre Carriço (2012, p. 101) o *“peso da história belicista de Tóquio é um instrumento que é manipulado por Pequim para conter o desiderato de o Japão poder vir a ser “um Estado normal”, no sentido em que as suas forças armadas só deveriam ser empregues exclusivamente em missões de autodefesa territorial, sem poderem ser projectadas regional ou globalmente”*.

O Japão é um país pobre em recursos naturais, possuindo limitadas reservas de petróleo e de gás concentradas nas áreas costeiras do território, no *offshore* do Leste do Mar da China³²⁹. É o terceiro maior importador e consumidor de petróleo, depois dos Estados Unidos e da China, o maior importador mundial de GNL e segundo maior importador de carvão. A EIA (2012b) projecta que, embora o consumo de petróleo siga a tendência actual de diminuição no consumo nos próximos anos, o Japão irá continuar a depender das importações para atender às necessidades de consumo³³⁰. Acresce que, devido ao incidente nuclear de Fukushima de Março de 2011, e do possível abandono da dependência da energia nuclear até 2040³³¹, a EIA (2012b) projecta igualmente um aumento de produção de energia por meio de gás e de fontes renováveis. Deste modo, e tal como acontecesse com Índia, o Japão e a China necessitam de importar grande parte da energia que consomem, competindo pelo acesso aos mesmos mercados de fornecimento³³². Se reduzirmos essa competição ao acesso a recursos energéticos limítrofes e vizinhos, poderemos destacar dois exemplos controversos e que tem impulsionado a competição destes dois consumidores asiáticos: a construção do oleoduto oriundo da Sibéria e as disputas sobre a exploração dos campos de gás no Mar da China Meridional, conhecido na China como *Donghai*³³³.

³²⁹ Em Janeiro de 2012, o Japão possuía 44 milhões de barris de petróleo e 738 Bcf de reservas de gás natural. (*Oil and Gas Journal*, 2012 citado pela EIA, 2012).

³³⁰ O Japão importa 99,6% do petróleo que consome, em que 87% destas importações são provenientes de fornecedores do Médio Oriente. A crise petrolífera da década de 70 impeliu o Japão a tentar diversificar as fontes de energia para além do petróleo, aumentando a eficiência e conservação energética, assegurando fornecimentos no estrangeiro e construindo reservas estratégicas de petróleo. Desta forma o Japão conseguiu reduzir gradualmente o consumo de petróleo do total de energia consumida de 77% em 1973 para 49% em 2005. Em 2011, o petróleo representava 42% do *mix* energético 2011 (Ministry of Economy, Trade and Industry of Japan, 2009, p. 111).

³³¹ Esta medida foi anunciada durante o mandato do Primeiro-Ministro Yoshihiko Noda, membro do Partido Democrático do Japão. Com retorno ao poder do político conservador, Shinto Abe líder do Partido Liberal Democrata (PLD), a 26 de Dezembro de 2012, poderá haver o reactivar paulatino dos reactores nucleares do país, caso sejam considerados seguros pela agência reguladora nuclear nacional Japonesa. Shinto Abe defende que, por motivos económicos, o Japão não pode abrir mão da energia atómica, daí que a possibilidade de abandono de encerramento da energia nuclear não seja efectivamente concretizada,

³³² O Ministério da Economia Comércio e Indústria do Japão formulou uma nova estratégia energética Nacional, em Maio 2006, que aumenta a intervenção do governo, a fim de ampliar a segurança energética. A nova estratégia visa aumentar a proporção de petróleo importado produzido por empresas japonesas de 15% a 40% até 2030, através da realização de diplomacia de recursos activa com os países produtores de petróleo, fortalecimento de garantias de risco e apoios financeiros pelo governo para a exploração e produção energética realizada por empresas japonesas (Koy, 2008, p. 2).

³³³ Mar da China Meridional é um mar semifechado que faz fronteira a norte com o Mar Amarelo, a sul com o Mar sul da China e Taiwan, e a Oriente, com as ilhas japonesas Ryukyu e Kyushu.

Na controvérsia sobre a construção do oleoduto oriundo da Sibéria, para além da China e do Japão, está abrangido um terceiro actor, a Rússia, que usou esta competição para aumentar a licitação e extrair o máximo de financiamento de ambos os países, e teve um papel decisivo para determinar quem seria o vencedor. Em jogo estava o trajecto da rota de um oleoduto russo com petróleo proveniente da Sibéria, que tanto Pequim como o Tóquio cortejaram para o seu território desde finais da década de 90, pois poderiam obter um fornecimento maior de petróleo de um fornecedor de um país vizinho, apoiando a estratégia de segurança energética de segurança pela proximidade. Pequim propunha que o percurso deste oleoduto fosse a partir da cidade russa Angarsk até Daqing, no nordeste chinês, enquanto o Tóquio deslocava a rota de Angarsk para Nakhodka, um porto russo no pacífico. A primeira opção era uma rota mais curta de cerca de 2247 km, entre a Rússia e a China. A segunda, cerca de 3800 km, para além de fornecer petróleo da Sibéria ao Japão, poderia possibilitar também à Rússia fornecer a outros mercados e diversificar as suas opções de exportação para além da Europa. Em Março de 2003, a Rússia propôs uma terceira rota mais longa e mais cara entre Taishet e Nakhodka (Anexo XXXVII)³³⁴.

Em Setembro de 2001, Moscovo e Pequim assinaram um acordo para analisar a viabilidade do projecto, e no ano seguinte, a China e a companhia russa Yukos concordaram em construir o oleoduto. Todavia, este plano que parecia seguir o rumo a Daqing, foi extinto com a prisão do Presidente da Yukos Mikhail Khodorkovsky. Em 2003, o Japão cortejou a trajectória deste oleoduto para o porto de Nakhodka, perto do Japão, com a oferta de um empréstimo USD\$ 5 biliões para o projecto, que posteriormente, foi ampliado através Japan Bank for International Cooperation (JBIC) para USD\$ 9 biliões, com 7 biliões para o desenvolvimento de campos de petróleo na Sibéria e mais 2 biliões em projectos sociais na Rússia (Buszynski, 2006, p. 294).

A diplomacia do dólar Japonesa foi respondida pela intensificação da acção diplomática junto de Moscovo por Pequim. Em 2003, durante primeira visita de Estado realizada por Hu Jintao após a sua eleição como Presidente, a Moscovo, ambas os governos apoiaram a rota do oleoduto para a China no comunicado conjunto. Esta visita, foi procedida pela do ex-Primeiro-Ministro Japonês Koizumi a Moscovo, na qual foi

³³⁴ Com um comprimento de 4130 km, cerca de 250 km mais longa que a de Angarsk-Nakhodka, e com um custo entre 11 a 16,5 biliões de dólares, quase três vezes mais do que rota proposta originalmente pelo Japão.

assinado um Plano de Acção de Seis Pontos que incluía o diálogo político e a cooperação económica, incluindo a cooperação no sector energético, principalmente a participação das companhias japonesas na exploração dos campos Sakhalin e no estudo da viabilidade do projecto de oleoduto entre a Sibéria e o Japão (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2003).

No final de 2004, surgiu um outro sinal de mudança a favor da China, com a decisão do governo russo, mais precisamente com a ordem executiva da altura primeiro-Ministro Mikhail Fradkov, da construção da primeira ramificação do oleoduto ESPO para a China. No entanto, o acordo só foi alcançado quatro anos depois, a 28 Outubro de 2008, durante o 13.º Encontro Ministerial em Moscovo, entre o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao e o seu homólogo russo Dmitry Medvedev. Catorze anos após o Presidente Boris Yeltsin ter criado a ideia, Pequim foi a vencedora na disputa pela trajectória do oleoduto oriundo da Sibéria, ao ser escolhido que a primeira trajectória da ramificação da ESPO, seria entre Skovorodino e Daqing. Essa vitória foi alcançada e como anteriormente aludimos, no meio da crise da indústria energética russa e com o agravamento da situação económica da Rússia durante a crise financeira internacional e após o pacote de “empréstimo-petróleo” do CDB de USD\$ 25 biliões à Rosneft e à Transneft, em 2009.

Embora tenha sido a RPC a preterida nesta competição, actualmente tanto Pequim como o Tóquio recebem petróleo da Sibéria Oriental a partir desse oleoduto. Até ser completado a segunda ramificação ESPO, projectado para 2014 ou 2015, atingindo a capacidade máxima do sistema de 60.000 b/d, que permitirá à Rússia exportar directamente para costa do Pacífico e para o Japão e Coreia, o petróleo é descarregados para vagões ferroviários na cidade de Skovorodino e enviados para o porto de Kozmino, onde é carregado em navios e enviado para toda a bacia do Oceano Pacífico (Reuters, 2010c).

Para além da competição, as preocupações pela insegurança energética também têm impulsionado, embora muitas vezes sem grande resultado, a cooperação da China e do Japão no sector energético. Em termos históricos pode-se traça-la à década de 70, quando a Pequim exportava petróleo para os países vizinhos, nomeadamente para o Japão. Por diversas vezes, entre 1985 e 2001, as companhias petrolíferas chinesas e as do Japão, como a SINOPEC, a CNOOC, a Teikoku Oil e a Japan National Oil Corporation (JNOC), promoveram negociações para desenvolverem de forma conjunta os recursos no mar da China Meridional (Yarita, 2004, p. 24). No entanto, embora acordassem no

desenvolvimento de operações conjuntas, as diferentes perspectivas sobre a demarcação da área que deveria ser explorada impediram a sua concretização efectiva³³⁵.

Entre 2003 e 2005, a tentativas de cooperação foi sucedida pelas de discórdia, iniciado após a CNOOC e a Sinopec terem assinado contractos com a Royal Dutch Shell e Union Oil Company of California (Unocal) para explorarem e desenvolverem os campos de gás na Calha Xihu, em Agosto de 2003, e com a posterior edificação de instalações de produção em Chunxiao, um campo de gás natural que para Tóquio estender-se-ia para sua zona económica exclusiva. Os líderes japoneses protestaram publicamente contra as acções da China, pediram que cessasse as suas actividades e partilhasse os seus dados sísmicos, em Junho de 2004. Defendendo-se com a delimitação das actividades de exploração de gás na sua ZEE, o Ministro de Negócios Estrangeiros Li Zhaoxing propôs o desenvolvimento conjunto na área disputada, que foi recusada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês Yoriko Kawaguchi. Em vez disso, concedeu à Teikoku Oil Co o direito de explorar no lado japonês da linha mediana do Mar do Leste chinês. Este escalar de tensão foi ampliado com a demonstração de força da China e com a projecção em Novembro de 2004, de um submarino chinês nas águas japonesas ao largo das ilhas Okinawa, seguido pela intervenção de um navio de pesquisa chinês em águas japonesas perto das ilhas Okinotori (Bajpae, 2005)³³⁶. No ano seguinte, a dois dias antes das eleições gerais no Japão, deslocou pela primeira vez para área, uma frota de cinco navios de guerra perto do campo de gás Chunxiao. No limiar destes conflitos um jornal japonês denominou o Leste do Mar da China o “*Mar do Conflito*” (Shimbun, 2005).

Actualmente, esta cooperação é caracterizada pelo acordo no estabelecimento de acções de interesse mútuo, como o desenvolvimento de formas de energia renováveis e

³³⁵ Segundo Susumu Yarita (2004, pp. 26-27) no conceito chinês de Desenvolvimento Conjunto a China e Japão deviam, cada uma, ter uma fracção de 50% na área total que cobre ambos os lados da linha média. Nem a lei chinesa nem a japonesa é aplicável nesta área. Ambos os governos devem concordar nas regras que regem e que devem ser aplicadas nas operações combinadas. Enquanto no conceito japonês, a área de articulação deve ser uma área que inclui áreas de ambos os lados da linha mediana. Na parte ocidental, a China mantinha uma participação de 51% e o Japão 49%, enquanto na parte oriental, a China mantinha uma participação de 49% e no Japão de 51%. A lei chinesa é aplicável no lado ocidental e a japonesa na parte oriental.

³³⁶ De acordo com Chietigj Bajpae (2005) o navio destinava-se a fazer topografia do fundo do mar para fins de perfuração de petróleo e gás. E terá sido 34.º exercício de pesquisa marítima por navios chineses dentro ZEE do Japão em 2004, acima de oito em 2003, não tendo a China feito nenhuma notificação prévia em 21 dos 34 casos.

exploração conjunta de projectos energéticos. A cooperação energética entre Pequim e Tóquio foi impulsionada após a saída do Primeiro-Ministro Japonês Junichiro Koizumi e com a subida ao poder de Shinto Abe, em 2006. Durante a visita de Shinto Abe a Pequim, entre 8 e 9 de Outubro desse ano, os dois governos acordaram iniciar uma relação de mútuo benefício baseado em interesses estratégicos comuns, em que a energia era uma das áreas de cooperação a serem reforçadas³³⁷. Em Maio de 2006, foi iniciado o Fórum anual Japão-China na Conservação Compreensiva da Energia e do Ambiente que envolve os Ministros e as líderes de negócios de ambos os países. Este fórum procura desenvolver a cooperação recíproca nas áreas de conservação de energia e no meio ambiente entre os dois países, através do aumento de negócios e da difusão da tecnologia japonesa avançada no enorme mercado da China (Ministry of Economy, Trade and Industry of Japan, 2011). Na 7.ª edição do Fórum e marcando o 40.º aniversário da normalização das relações China-Japão, foram assinados 47 acordos de conservação energética e ambiental. De acordo com o Ministro da Indústria, Comércio e Economia do Japão, Yukio Edano, esses esforços de cooperação serão *“o pilar da expansão económica dos dois países. Espera-se ver uma boa reacção em cadeia como as tecnologias japonesas a ajudar a melhorar as medidas chinesas para economizar energia e criar novas oportunidades de negócios”* (Kyodo, 2012).

A 12 de Abril de 2007, o Presidente da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional da China, Ma Kai e o Ministro da Energia japonês Akira Amari acordaram promover a cooperação na segurança energética, designadamente no desenvolvimento de novas fontes de energia renováveis e na promoção do uso eficiente de energia (MOFA, 2006). Este renovar de cooperação foi seguida pelo acordo na exploração conjunta dos recursos energéticos no mar da China Meridional. Na Cimeira de Maio de 2008, Hu Jintao e Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda concordaram na exploração de gás natural nos campos existentes nesse mar. Depois de doze rondas de negociações, entre 2004 e 18 de Junho de 2008, o Japão e a China tinham chegado a um acordo considerado mutualmente benéfico, que estipulava a divisão de lucros e de riscos no desenvolvimento conjunto dos campos de gás Chunxiao/Shirakaba e Longjing/Asurao, e aparentemente

³³⁷ As outras áreas eram a protecção ambiental, finanças, informação e comunicação tecnológica e a protecção da propriedade intelectual.

marcava uma etapa na relação entre os dois poderes regionais tradicionalmente hostis (Jornal Tribuna Online, 2008). Todavia, em Janeiro do ano seguinte, uma divergência entre os dois governos veio adiar o desenvolvimento dessa acção conjunta e da resolução da disputa sobre a exploração dos campos de gás. Em Julho de 2010, a nova rodada de negociações para a implementação do acordo de 2008 foi cancelada após o incidente do barco de pesca chinês perto das Ilhas Senkaku/Diaoyu, a 7 Setembro de 2010, que envolveu a colisão de uma embarcação de pesca chinesa com uma patrulha de navios da guarda costeira Japonesa. Perante a decisão de Tóquio de deter o capitão chinês Zhan Qixiong, e tal como a Rússia utilizou a gás como “arma política” contra a Ucrânia, Pequim impôs a embargo à exportação de alguns metais das terras raras para o Japão (Hsiao, 2010, p. 2).

Na fonte de discórdia e impedindo a exploração e desenvolvimento conjunto de hidrocarbonetos no Leste do Mar da China estão duas disputas territoriais interligadas: a demarcação da fronteira ZEE e a reivindicação de propriedade das ilhas Senkaku/Diaoyu Tai. O Japão limita a sua ZEE pela zona definida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)³³⁸, de 200 milhas ou cerca de 370 km em torno do seu território, entre o sul das ilhas Kyushyu e das ilhas Ryukyu. Utiliza as ilhas Senkaku/Diaoyu como ponto base para a reivindicações da sua ZEE e plataforma continental³³⁹, contudo a China afirma que as ilhas são demasiado pequenas e desabitadas, para que tenham efeitos jurídicos sobre a delimitação da ZEE no Mar da China Oriental³⁴⁰. Pequim define o limite da sua ZEE usando o princípio da extensão natural de sua plataforma continental determinado pela CNUDM³⁴¹. Tanto a China como o Japão reivindicam os direitos das 200

³³⁸ Com base na delimitação da zona económica exclusiva definida nos artigos 55.º e 57º da CNUDM.

³³⁹ O Japão declarou uma ZEE ao redor das Ilhas Senkaku em Junho de 1996, com efeitos a partir 20 de Julho de 1996. Pequim nunca tomou uma posição oficial se as *Diaoyu* são rochedos ou ilhas.

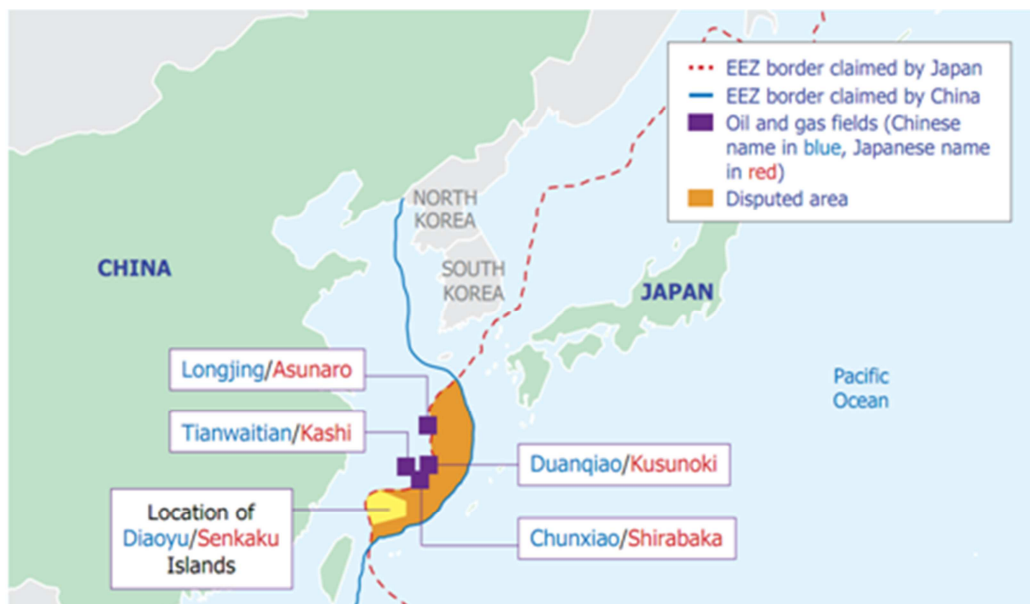
³⁴⁰ Segundo Reinhard Drifte (2008, p. 29), as ilhas Senkaku-Diaoyu, com aproximadamente sete quilómetros quadrados, compreendem cinco ilhotas desabitadas e três rochas estéreis localizadas a cerca de 120 milhas náuticas a sudoeste de Okinawa. Para Hiromichi Moteki, as ilhas Senkaku (Moteki, 2010) consistem num grupo de pequenas ilhas, que ficam espalhadas no oceano a cerca de 420 km de Fuzhou, província de Fujian, na China, a 190 km de Keelung, em Taiwan, e a 170 km de Ishigaki Island, Okinawa, Japão.

³⁴¹ O artigo 76 da CNUDM define a “*plataforma continental de um Estado costeiro compreendendo o leito e o subsolo das áreas submarinas que estendem-se além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais mede-se a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância*” (Souza, 1999, p. 80).

milhas náuticas da sua ZEE, porém a largura do Mar da China Oriental é de apenas 360 milhas náuticas. Como solução para este impasse entre os dois países, Tóquio propôs uma linha mediana traçada entre ambos os países, mas Pequim rejeitou esta proposta. Dado que a fronteira entre a ZEE entre os dois países ainda não foi demarcada, ambos os lados alegam propriedade, direitos de soberania e de jurisdição, dos recursos perto das águas contestadas.

A diferença de interpretações da delimitação das suas zonas económicas exclusivas é importante para a compreender a competição pelos recursos energéticos. A China está a desenvolver campos de gás a oeste do que o Japão reivindica como a linha mediana separando ZEE dos dois países. Isso faz com que o governo japonês se opunha à exploração desses recursos numa área onde a ZEE reclamada por ambos países sobrepõe-se e acreditando que a China poderá estar a explorar reservas de gás localizadas no lado japonês. A China por sua vez, defende que o Japão não pode protestar nas suas actividades de exploração dos campos de gás porque estão na parte chinesa pertencente à sua ZEE, como é o caso do campo de gás Chunxiao/Shirabaka, localizado a 4 km a oeste da linha mediana defendida pelo Japão (Cf. Mapa XIV).

Mapa XIV. *Delimitação da ZEE, zona disputada e campos de gás da China e do Japão*



Fonte: EIA, 2012

A disputa pela sua propriedade é histórica, pode ser traçada ao século XIX, quando as ilhas Diayu estavam sob administração de Taiwan, como parte da Dinastia Qing³⁴². Depois da guerra sino-japonesa em 1894-95, a China cedeu a Formosa e a Ilha dos Pescadores ao Japão pelo tratado de Shimonoseki. No entanto, quando o tratado foi assinado em Abril de 1895 não especificava se essas ilhas eram incluídas com pertencentes à Formosa. O Japão reclama que as ilhas foram incorporadas no seu território como *terra nullius* (terra vaga) em Janeiro de 1895, e tinham sido descobertas dez anos antes. Taiwan foi entregue à China depois da segunda guerra mundial, como estipulado pela Declaração de Cairo de 1 de Dezembro de 1943. Baseado na lógica que as ilhas Diayu eram parte dos Pescadores, os chineses viram o retorno da Formosa e Pescadores como incluindo Diayu. Porém, as ilhas estiveram sob controlo dos EUA, entre 1945 e 1972, como parte da ocupação de Okinawa, e quando foi celebrado o Tratado de Reversão de Okinawa em 1969, entre os EUA e o Japão, as ilhas Senkaku/Diayu foram incluídas como parte de Okinawa para serem entregues ao Japão em 1972. Desde então, o Japão insiste que as ilhas Senkaku são parte do seu território (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2012).

A exacerbar este diferendo está a desconfiança e a animosidade histórica entre os dois países, marcada pela agressão militar do Japão à China nas décadas de 1930 e 40, agravada pelas visitas entre 2001 e 2006 ao santuário Yasukuni pelo ex-Primeiro Ministro japonês Koizumi e pela publicação de um manual de História do Japão, que para RPC apresentava factos históricos sobre os actos japoneses na II Guerra Mundial deformados. Em Setembro de 2012, e provocando uma onda de protestos nacionalistas³⁴³ e ao encerramento de lojas e fábricas nipónicas na China³⁴⁴, o governo japonês anunciou oficialmente um acordo para comprar três das cinco ilhas que estavam em poder de um

³⁴² Para o governo Chinês existem fontes históricas que descrevem a descoberta e as características geográficas das ilhas que datam ao ano de 1403. Durante séculos, foram administradas como parte de Taiwan e foram usadas pelos pescadores chineses como base operacional. Em 1874, quando o Japão pela força tomou as ilhas Liu Chiu da China, as Diayu tai continuaram sobre administração de Taiwan, como parte da China.

³⁴³ O pico da violência que caracterizou por multidões concentraram-se em frente às representações diplomáticas japonesas por toda a China, agitando bandeiras nacionais, saques a armazéns e destruição de montras de lojas japonesas, foi atingido no aniversário da ocupação no nordeste da China pelo Japão em 1931, a 19 de Setembro 2012.

³⁴⁴ Em Setembro de 2012, a Aeon encerrou 30 dos 35 estabelecimentos que possui no Sul da China e a Fast Retailing fechou 42 das suas lojas da marca “Uniqlo”. A Nissan Motor anunciou a suspensão da produção em duas fábricas chinesas na China, enquanto a Panasonic, a Sony, a Canon, a Mazda, a Mitsubishi e Kobe Steel anunciaram a suspensão da produção em várias das suas unidades chinesas (Duarte, 2012).

proprietário particular japonês, a família nipónica Kurihara³⁴⁵. Em resposta, e expondo a importância geoestratégica que estas ilhas têm para a China, o Pequim lançou a 25 de Setembro de 2012, o Livro Branco “*Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China*”, defendendo que estas ilhas são parte integrante do território (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2005).

A sua posição geográfica torna-as especial tanto para o Japão como para a China, pois podem ser usadas como propriedade no âmbito da CNUDM para reforçar reivindicações sobre o mar circundante e os recursos existentes, além de que, e como refere Zhongqi Pan, Professor da Universidade chinesa de Fudan (2007, p. 71) a sua soberania concederia ao seu proprietário uma vantagem na segurança militar com uma fronteira prolongada e alargada, colocando em desvantagem a posição do outro lado. Em termos económicos, permitiria ambos a soberania sobre os 40 mil km² da área circundante à plataforma continental ou à zona económica exclusiva, atribuindo-lhes a propriedade sobre os recursos naturais nas mediações das mesmas.

A contenda pela soberania das ilhas foi inflamada após o levantamento geofísico pelo Comité para Coordenação Conjunta para Prospeção de Recursos Minerais Asiáticos em Áreas *Offshore*, sob o auspício da Comissão Económica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente, em 1968, e posterior publicação do relatório que indicava a existência de possíveis grandes depósitos de hidrocarbonetos, em 1969. Perante esse possível potencial energético, o Japão e Taiwan entraram em negociações para explorarem os recursos energéticos do Mar da China Oriental, enquanto a China reivindicou a soberania das ilhas, em Maio de 1970³⁴⁶ e iniciou a investigação geológica na área quatro anos depois. Para o Japão, o facto de a China não ter reivindicado as ilhas entre 1895 e 1970, prova a sua soberania sobre as ilhas, defendendo que estas foram incorporadas em 1895 antes do tratado de Shimonoseki e aponta administração contínua das mesmas como parte do grupo de ilhas Nansei Shoto, não tendo nada a ver com Taiwan e com o Tratado de Paz de São Francisco.

³⁴⁵ O governo de Japão propôs a compra depois do governador de Tóquio, Shintaro Ishihara ter lançado uma subscrição pública *online* para comprar as ilhas para o município da capital japonesa.

³⁴⁶ O Ministério das Negócio Estrangeiros chinês só publicou um comunicado oficial reivindicando as ilhas a 30 de Dezembro de 1971 (Urano *et al.* 2001, pp. 35-36, citado por Drifte, 2008, p. 20)

De acordo com AEI (2012), o Mar da China Oriental terá reservas provadas e prováveis entre 60 e 100 milhões de barris de petróleo e entre 1 e 2 Tcf de reservas provadas e prováveis de gás natural. As fontes chinesas apontam para que os recursos não descobertos de petróleo superiores a 70 a 160 bilhões de barris de petróleo, e cerca de 250 Tcf em recursos de gás não descobertos³⁴⁷. O gás é o maior recurso provável existente no Mar da China Oriental, apontando-se a região da calha Xihu, como o grande repositório de gás, com os campos Chunxiao, Tianwaitian, Canxue, Duanqiao e Pinghue³⁴⁸.

A importância das reservas da área da calha Xihu para China reside na sua localização geográfica. Com aproximadamente 500 km de comprimento, fica paralela à costa chinesa e a cerca de 400 km a leste das cidades de Xangai e Ningbo, ou seja permite fornecimento seguro e próximo às cidades costeiras chinesas. O campo Pinghu, por exemplo, foi o primeiro campo de gás a ser descoberto em 1983 e a ser explorado no Mar da China Oriental, e já fornece gás a Xangai através de um gasoduto e do terminal *onshore* Ningbo (Yu, 2003). Tanto o gasoduto de 360 km, inaugurado em Abril de 1999, como o terminal foram co-financiados pelo Japão através do Banco Desenvolvimento Asiático e pelo Banco de Cooperação Internacional Japonês. De acordo EIA (2012), o gás do Mar da China Meridional forneceu cerca de 12% das necessidades de gás natural da província de Zhejiang, no primeiro semestre de 2012, embora o gás natural continua a ser uma pequena parte no total *mix* energético da região. Para além deste campo, as *guaban* chinesas também tem vindo a produzir petróleo e gás de outros dois campos, o Chunxiao, o maior campo de gás neste grupo (chamado de “Shirabaka” pelo Japão), e Tianwaitian (chamado de “Kashi” ou “Kashiide” pelo Japão)³⁴⁹ e começaram a construir plataformas de petróleo e gás em vários outros, incluindo Longjing (chamado de “Asunaro” pelo Japão), Canxue ou Lengquan (chamado de “Kikyuu” pelo Japão), Duanqiao (chamado de “Kusunoki” pelo Japão) (Cf. Mapa XIV).

³⁴⁷ A CNOOC apontava que as reservas provadas de petróleo no mar da China meridional eram de 18 milhões de barris em 2011.

³⁴⁸ Tanto a China como o Japão tem concentrado os seus esforços de exploração de hidrocarbonetos nesta zona, e muitos dos campos estão a ser explorados através de *joint-ventures* entre a CNOOC e a Sinopec com o apoio de companhias estrangeiras e outros parceiros como o governo de Xangai (AIE, 2012),

³⁴⁹ Em 2006, a China começou a produzir no Tianwaitian / Kashi, afirmando-o como parte de sua Zona Económica Exclusiva. De acordo com fontes da indústria, nos últimos anos, este campo produziu entre 10 e 18 milhões de pés cúbicos. Os dados de produção do campo de Chunxiao/ Shirabaka, não foram divulgados pela China citando preocupações sobre a disputa regional.

Nesta disputa pelos recursos energéticos existentes no Mar da China Meridional e pelas ilhas Senkaku-Diayu Tai, tanto o Japão como a China medem a contribuição dos recursos energéticos para a segurança energética nacional, os benefícios económicos e as vantagens estratégicas das mesmas. Além disso, a forma como ambos os países avaliam estes factores é condicionada pela situação da relação bilateral, bem como por actores secundários, particularmente a opinião pública chinesa e japonesa. Desta forma, todos estes factores podem ser impulsionadores para a cooperação entre a China e o Japão, ou podem endurecer a posição de estes dois países e conduzir a relações mais competitivas e por vezes conflituosas entre ambos.

O relacionamento destes dois países “rivais interdependentes”³⁵⁰ é marcada pelo dilema de segurança, em que ambos possuem razões para cooperar mas cuja relação marcada pelo constante receio mútuo, o que conduz a acções para aumentar a sua segurança (Bush, 2009). Por diversas vezes, ambos os governos colocaram as suas marinhas nas zonas disputadas, mas até o momento ambas as partes preferem “acordar em desacordar”, preferindo responsabilizar a outra parte pela falta de acordo, adiando a sua resolução mas evitando um conflito directo que iria afectar a relação, destabilizar a região e ter impacto negativo para a economia chinesa e Japonesa³⁵¹. Como refere Alexandre Carriço (2012, p. 138) “*se a disputa é importante para os seus interesses mas não pode ser resolvida de forma pacífica e com vantagem para a China, opta por adiar indefinidamente a sua resolução até ficar em eventual posição de vantagem negocial*”³⁵².

Tanto a China e o Japão preocupam-se com o efeito dominó que a resolução desta disputa acarreta, pois ambos têm disputas com países vizinhos pela soberania de outras ilhas, como é exemplo dos Territórios do Norte (as ilhas de Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai)/ ilhas Kurilas reivindicados pelo Japão à Rússia desde o final da Segunda

³⁵⁰ O Japão e a China desenvolveram uma intensa relação económica mas politicamente fria, daí que seja caracterizada pelo slogan “*hot economics and cold politics*” (Carriço, 2012, p. 102).

³⁵¹ Zhang Jifeng (2012), pesquisador da economia Japonesa da Academia Chinesa das Ciências Sociais, defende que a queda das exportações do Japão para a China teria um efeito nocivo sobre a economia. Estima que a suspensão das exportações japonesas para Pequim por um mês provocaria a redução do valor da produção industrial para 2,2 triliões de ienes e uma queda do PIB real de quase 0,2%.

³⁵² Para Taylor Fravel ao contrário das disputas territoriais nos territórios terrestres, as ilhas são mais baratas de reclamar para os requerentes na disputa, exigindo poucas tropas para manter uma reivindicação, e, portanto, os Estados são mais propensos a adoptar uma “estratégia de atrasar” para maximizar o potencial benefícios económicos e estratégicos (Fravel, 2005 citado por Pan, 2007, p. 88).

Guerra Mundial e as Ilhas Spratly pela China e as Filipinas, Malásia, Taiwan e o Vietname. O Sul do Mar da China (*wen nan bao bei*) é outra área de conflito e de cooperação, inclui uma das zonas mais críticas de transporte de petróleo para China, e é actualmente, um corredor vital de transporte de GNL para o Japão e a Coreia do Sul. Para além da importância estratégica do tráfego marítimo que as atravessa, o potencial de recursos naturais e minerais aí existentes, apontam para mais duas razões pela sua disputa: a importância económica dos seus bancos de pesca e a importância estratégica e económica das jazidas de hidrocarbonetos que eventualmente ali existirão, e que poderão fazer do Sul do Mar da China um “segundo Golfo Pérsico” (Erickson & Goldstein, 2009, p. 53).

CAPÍTULO IV - A RPC e os Países de Língua Portuguesa

4.1. China e os Países de Língua Portuguesa

Os Países de Língua Portuguesa (PLP) e a China possuem uma longa e histórica relação que transpôs diversas e distintas fases, muitas vezes principiada anteriormente à chegada dos portugueses, tal como com Timor-Leste cujos primeiros contactos remontam ao século XIII, data em que os navegadores chineses aportaram a ilha em busca do sândalo timorense. Com os países africanos as relações remontam ao século X, embora o engajamento chinês na maioria dos países africanos de língua portuguesa tenha começado num período mais tardio, durante os movimentos independentistas em África. Neste sentido e em termos gerais, com excepção de Portugal, podemos dividir as relações da China com os PLP em três fases: *i*) uma primeira fase que remonta aos primeiros contactos e que abrange a período em que os Países de Língua Portuguesa estavam integrados no território português; *ii*) uma segunda fase, com as relações assinaladas pelo apoio de Pequim aos movimentos independentistas e o posterior estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e os PLP; *iii*) e uma terceira fase que pode ser subdividida em outras fases, mas que em geral é caracterizada pelo fortalecimento das relações diplomáticas, de cooperação económica-comercial com os PLP, a partir do lançamento da estratégia chinesa *Going Out* (Cf. Tabela XV).

Tabela XV. *Estabelecimento das Relações RPC-PLP*

| País | Data | Parceria (Data) |
|---------------------|---|---|
| Brasil | 15 de Agosto de 1974 | Parceiro Estratégico (1993) Parceria Estratégica Global (2012) |
| Angola | 12 de Janeiro de 1983 | Parceiro Estratégico (2010) |
| Portugal | 8 de Fevereiro de 1979 | Parceiro Estratégico (2005) |
| Moçambique | 25 de Junho de 1975 | ----- |
| Guiné-Bissau | 15 de Março de 1974 a 26 de Maio de 1990 | ----- |

| | | |
|----------------------------|--|-------|
| | 23 de Abril de 1998 (restabelecimento das relações) | |
| Timor-Leste | 20 de Maio de 2002 | ----- |
| Cabo Verde | 15 de Abril de 1976 | ----- |
| São Tomé e Príncipe | 12 de Julho de 1975 até 6 de Maio de 1997 | ----- |

Os oito países de língua Portuguesa são diferentes em termos de dimensão geográfica, demográfica, económica e política. No seu conjunto, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Brasil, Timor-Leste e Portugal representam cerca de 10.742.000 km² de terras, ou seja 7,2% da terra do planeta, distribuídos por quatro continentes: África, Europa, América e Ásia (CPLP, 2010). O Brasil situado no hemisfério sul, é o maior país entre os PLP e na América do Sul e o quinto maior do mundo em termos de superfície depois da Rússia, do Canada, dos EUA e da China. Ao passo que, São Tomé e Príncipe é o país mais pequeno em termos de área entre os países africanos e os países lusófonos. A nível demográfico, o Brasil com 199 milhões de habitantes, é a quinta nação mais populosa do mundo e a maior entre os PLP, sucedido por Moçambique (24 milhões), Angola (19,7 milhões), Portugal (10,8 milhões), Guiné Bissau (1,6 milhões) Timor-Leste (1,2 milhões) e São Tomé e Príncipe (0,187 milhões) (Cf. Tabela XVI).

Tabela XVI. *Caracterização dos Países de Língua Portuguesa*

| País | Dimensão (Km²)* | População (Milhões)* | IDH | PIB (USD\$ Biliões)** |
|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------------------------|
| Brasil | 8.547.000 | 199 | 84.º (0,718) | 2.362,000 |
| Angola | 1.246.700 | 19,7 | 148.º (0,486) | 126,200 |
| Portugal | 91.096 | 10,8 | 41.º (0,809) | 245,000 |
| Moçambique | 799.380 | 24 | 184.º (0,322) | 26,220 |

| | | | | |
|----------------------------|------------|--------|------------------------------|-----------|
| Guiné-Bissau | 36.125 | 1,6 | 176 ^a (0,353) | 1,902 |
| Timor-Leste | 14.609 | 1,2 | 147. ^o (0,495) | 10,630 |
| Cabo Verde | 4.033 | 0,523 | 133. ^o (0,568) | 2,188 |
| São Tomé e Príncipe | 1.001 | 0,187 | 144. ^o (0,509) | 0,403 |
| Total | 10.741.154 | 257,01 | ---- | 2.774,543 |

*Estimativa de 2011 /** Estimativa de 2012, CIA

Fonte: Elaborado pela candidata a partido dos dados da CIA, PNUD e EIU, 2012.

Os PLP encontram-se em patamares de desenvolvimento diferentes, destacando-se o Brasil como a primeira economia da América Latina e dos PLP, a segunda do continente americano e, depois de ter ultrapassado a economia britânica em 2011, a sexta maior economia em termos de PIB no *ranking* das maiores economias mundiais. Nos últimos anos, o Brasil tornou-se uma das grandes potências em crescimento económico graças às condições extremamente favoráveis a nível internacional até 2008/2009 e às suas reformas para estabilizar a economia, através da promoção de investimento e da indústria do petróleo, expandindo a sua presença nos mercados globais³⁵³. Em oposição ao Brasil encontra-se Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, com economias essencialmente dependentes da pesca e da agricultura e inseridos no grupo dos países mais pobres do mundo. Possuem um desenvolvimento humano baixo, ocupando de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, respectivamente, a 176^a e a 144.^a posição em 187 países. Pese embora estas diferenças, os PLP desfrutam de um legado histórico e uma herança cultural comum: a língua portuguesa.

José Paulo Esperança (2012) sustenta que “*uma língua é um património tanto mais valioso quanto mais parceiros, mais utilizadores, ela tiver*”. Neste sentido, a Língua Portuguesa é um património valioso pelo número dos seus utilizadores e instituições em que é empregada, ao ser utilizada por mais de 250 milhões de pessoas, a 3.^a língua europeia

³⁵³ Em 2011, o Brasil ocupava a 22.^a posição do *ranking* dos países exportadores.

mais falada, o 5.º idioma mundial, o 5.º idioma mais utilizado na Internet, uma das línguas oficiais da União Europeia, da Organização dos Estados Americanos, da União de Nações Sul-Americanas do Mercosul, da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para a China é um património valioso em termos económicos, já que é a língua utilizada por um mercado de 257 milhões de pessoas, localizado em quatro continentes diferentes, cujos países são membros de diferentes organizações regionais de cooperação económica, o que amplia as potencialidades de investimentos chineses no exterior (Cf. Tabela XVII). Como advogou o Ministro do Comércio Chinês Chen Deming, na cerimónia que anunciava o Plano de Acção do Fórum de Macau para 2010-2013, “Portugal é um país da União Europeia e a cooperação com Portugal é uma forma de entrar na Europa. O Brasil é o maior país da América do Sul. Cada país tem as suas vantagens” (Chen Deming, 2010 citado por Lopes, 2011).

Tabela XVII. *Organizações Regionais de que os PLP são Membros*

| País | Organização |
|----------------------------|--|
| Brasil | Mercado Comum do Sul (Mercosul); União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e membro associado da Comunidade Andina de Nações (CAN) |
| Angola | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); União Africana (UA) |
| Portugal | UE |
| Moçambique | SADC, UA |
| Guiné-Bissau | UA; Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) |
| Timor-Leste | Candidato a membro da ASEAN Observador especial do Fórum das Ilhas do Pacífico |
| Cabo Verde | UA; CEDEAO |
| São Tomé e Príncipe | UA |

Fonte: AICEP, vários anos.

O valor económico deste mercado e as “vantagens” dos PLP pode explicar, primeiramente, o interesse de Pequim em estreitar relações económicas-comerciais e políticas com o grupo de países de língua portuguesa, tal como com Portugal, um parceiro

estratégico³⁵⁴ com 10,8 milhões de habitantes, um Estado-Membro da União Europeia, uma organização com 27 países europeus e com uma população de 500 milhões de habitantes. Possui ligações históricas com os países lusófonos, podendo ser uma plataforma ente a China e os PLP e entre a China e a organização europeia³⁵⁵, nomeadamente, facilitando o acesso às empresas chinesas de tecnologias avançadas ou permitindo “*fazer produções em conjunto com os fabricantes portugueses, sobretudo servindo-se do seu estatuto de membro da UE para contornar barreiras comerciais impostas pela organização*” (Peng, 2006, p. 710). O Brasil tem o maior mercado na América Latina, está integrado na UNASUL e na Mercosul e é um dos maiores blocos económicos mundiais com uma população estimada em 199 milhões de pessoas, com o qual Pequim estabeleceu uma aliança estratégica global, em 2012. Para a China, é um parceiro estratégico importante em termos económicos e, em oposição com outros países dos PLP e da América Latina, oferece oportunidades de investimento lucrativas para além dos sectores das *commodities* às *guaban* chinesas. Empresas chinesas como a Huawei Technologies Co. Ltd (Huawei), ZTE Corporation (ZTE), AOC do Grupo TPV - Top Victory Electronics, Hao Bao Motor, a Overseas, SVA Group, encontram-se estabelecidas no Brasil já desde meados da década de 90 e muitas utilizam a zona franca de Manaus para obter isenções fiscais³⁵⁶. Através de *joint-ventures* procuram aceder a *know-how*, às tecnologias brasileiras e ampliar a sua participação no mercado mundial. A Aviation Industry Corporation of China (AVIC), por exemplo, criou, em 2002, com a empresa brasileira Embraer S.A. (BOVESPA: EMBR3, NYSE: ERJ.) a *joint-venture* Harbin Embraer Aircraft Industry Co., Ltd. (HEAI), com o objectivo de aumentar a sua participação no mercado mundial do sector de aviação³⁵⁷.

³⁵⁴ Portugal e a República Popular da China estabeleceram relações diplomáticas a 8 de Fevereiro de 1979. A Parceria Estratégica foi assinada pelos Primeiros-Ministros José Sócrates e Wen Jiabao, em Dezembro de 2005

³⁵⁵ Durante a visita a Portugal, o Presidente Hu Jintao valorizou o apoio de Portugal nas questões importantes para a China, destacando o esforço deste país lusófono na promoção das relações entre a China e a União Europeia (Lusa, 2010b).

³⁵⁶ Entre as isenções fiscais salienta-se a do imposto de importação que permite as empresas actuarem como montadoras usando a tecnologia internacional, a do imposto de exportação e a isenção parcial dada pelo governo estadual no imposto de circulação de mercadorias e serviços.

³⁵⁷ Durante a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil para a Conferência Rio+20, em 2012, a Embraer S.A. e a AVIC assinaram um acordo para a fabricação na China dos jactos executivos Legacy

Cabo Verde³⁵⁸ e Guiné Bissau pertencem à CEDEAO, que corresponde a um mercado continental de 5 milhões de km² e de 200 milhões de habitantes com uma economia baseada essencialmente em matérias-primas extractivas e agrícolas. Embora não seja um parceiro estratégico da China, Cabo Verde possui uma localização estratégica importante para Pequim. Situado na costa da África Ocidental no Oceano Atlântico, está em estreita ligação com a Europa, com o continente Americano e com a África Ocidental e no centro das importantes rotas comerciais que ligam esses três continentes. O seu potencial de ponte entre os continentes poderá possibilitar, por um lado, que se transforme num *hub* comercial e de transporte inter-atlântico para os navios chineses que transpõem as suas águas e, por outro, facilitar a penetração de Pequim no continente europeu através de África, beneficiando das condições de acesso preferencial aos mercados da UE a Cabo Verde (Regime Sistema de Preferências Generalizadas Melhorado - SPG+)³⁵⁹.

A importância cada vez maior de alguns dos países que fazem parte deste mercado de língua portuguesa é manifestada pelo aumento do comércio bilateral e ascensão da China a principal ou um dos principais parceiros comerciais dos países lusófonos. O comércio bilateral entre a China e o Brasil tem vindo crescer nos últimos anos,

600/650 usando infra-estrutura, recursos financeiros e mão-de-obra da *joint venture* HEAI, para atender à demanda dos mercados chinês e mundial (Embraer, 2012).

³⁵⁸ A RPC e Cabo Verde estabeleceram relações logo após a independência da antiga colónia portuguesa, a 15 de Abril de 1976. Deste então as relações têm progredido tenuemente, com as visitas de alto nível a ambos os países a contribuírem para o aumento a cooperação bilateral. Da parte da China salienta-se as seguintes visitas: do Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional Liao Hansheng, em Outubro de 1985; do Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen, em Janeiro de 1997; de Simayi Aimaiti, membro do Conselho de Estado, em Maio-Junho de 1999; do Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional Xu Jialu, em Junho de 2002; do Ministro de Negócios Estrangeiros Li Zhaoxing, em Janeiro de 2006 e, do Ministro do Comércio a visita em Julho de 2007. De Cabo Verde destaca-se as visitas, de Abílio Duarte, da Assembleia Nacional de Cabo Verde e posteriormente como Ministro dos Assuntos Externos, respectivamente, em Junho de 1977 e Agosto de 1984; do Presidente Aristides Maria Pereira, em Maio de 1982; do Ministro de Negócios Estrangeiros Silvino da Luz, em Maio de 1985; do Primeiro-Ministro Pedro Pires, em Maio de 1986 e Setembro de 1990; do Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro, em Maio-Junho de 1995; do Primeiro-Ministro Carlos Alberto em Outubro de 1997; do Ministro de Negócios Estrangeiros Rei Figueiredo Soares, em Outubro de 2000 e do Ministro Manuel Inocêncio Sousa, em Julho de 2001 (China Vitae, 2012).

³⁵⁹ As relações de Cabo Verde com a UE processam-se no âmbito do Acordo Cotonou que entrou em vigor a 1 de Abril de 2003 e substitui as Convenções de Lomé que, durante décadas, enquadraram as relações de cooperação entre os Estados-membros da UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). A UE aplica a Cabo Verde o Sistema de Preferência Generalizado (SPG), um sistema que concede tarifas aduaneiras preferenciais aos países elegíveis a este regime. O Sistema Preferências Generalizadas Melhorado (SPG+) está acessível a qualquer país ACP em desenvolvimento, considerado economicamente vulnerável e que tenha ratificado, pelo menos, 27 convenções internacionais exigidas pelo Regulamento da UE. Cabo Verde conseguiu negociar, em 2011, com a UE o SGP+, que lhe garante acesso preferencial a todos os produtos exportados para o mercado da UE, nomeadamente, sem quotas e tarifas.

aumentando 453% de 2003 a 2009, passando de USD\$ 6,6 bilhões para USD\$ 36,9 bilhões. Em 2009, com o volume total do comércio bilateral atingir os USD\$ 36,9 bilhões, a China ultrapassou os EUA e elevou-se a principal parceiro comercial do Brasil. Em 2011, o comércio bilateral aumentou para USD\$ 77,1 bilhões, fortalecendo assim a posição da China como o maior destino de exportação dos produtos brasileiros e a segunda maior origem de importação do Brasil, depois dos Estados Unidos (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011b). Com Angola, o dinamismo comercial também é evidenciado com o crescimento do comércio sino-angolano em 58 vezes entre 2003 e 2008, aumentando de 2,3 bilhões para 25,3 bilhões de dólares. Em virtude desse crescimento, Angola é, desde 2008, o maior parceiro comercial da China no continente africano e o segundo entre os PLP, depois do Brasil. Em 2010, com o volume de comércio bilateral atingir USD\$ 25,66 bilhões, a China suplantou os EUA e elevou-se maior parceiro comercial de Angola. Nesse ano, Pequim também foi o maior destino das exportações angolanas (USD\$ 2,78 bilhões) e o segundo maior país de origem das suas importações (USD\$ 24,88 bilhões).

Esse mercado lusófono representa para Pequim, também, um conjunto de oito países para onde pode exportar os seus produtos manufacturados e, em contrapartida, pode aceder, importar e investir nos vastos recursos naturais, minerais, piscatórios e agrícolas aí existentes (Cf. Tabela XVIII). A China, para além de ser uma das maiores economias do mundo é, também, um dos principais consumidores mundiais de vários produtos primários, agrícolas, minerais e energéticos. Em 2011, foi o principal consumidor de trigo, soja, arroz e carne e o segundo maior consumidor de milho. Em 1990, a sua proporção no consumo mundial de zinco, alumínio e cobre era de cerca 10% e, em 2011, já era superior a 40% (CEPAL, 2012). As necessidades domésticas para continuar o seu desenvolvimento económico estão a fomentar a procura de novos mercados para investimento e novas fontes de aprovisionamento, nomeadamente de recursos energéticos.

Os PLP representam um conjunto diversificado de fontes de recursos energéticos, naturais e de matérias raras que interessa a Pequim aceder. O Brasil possui as sextas maiores reservas mundiais de urânio e é um país rico em minério de ferro, em bauxita (minério de alumínio) e manganês e, em menor escala, em ouro, níquel, fosfatos, platina, estanho e nióbio. É o quinto maior produtor a nível mundial de minério de ferro, um

recurso, que tal como a soja e o petróleo, é um dos principais produtos brasileiros importados pela China.

Tabela XVIII. *Principais Recursos dos Países Lusófonos (2011)*

| País | Principais Recursos | Petróleo (Biliões de Barris) | Gás (Tcf) |
|---------------------|---|---|----------------------|
| Brasil | Bauxite, ouro, minério de ferro, manganês, os elementos de terras raras, urânio, energia hídrica, madeira, níquel, fosfatos, platina, estanho | 14 | 14,7 |
| Angola | Diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite, urânio | 9,5 | 10,95 |
| Portugal | Peixe, florestas (cortiça), minério de ferro, cobre, zinco, estanho, tungsténio, prata, ouro, urânio, mármore, argila, gesso, sal, terra arável e energia hídrica | Em prospecção | ---- |
| Moçambique | Carvão, titânio, energia hídrica, tântalo, grafite | ---- | 4,5 |
| Guiné-Bissau | Peixe, madeira, fosfatos, bauxite, argila, granito, calcário | Em prospecção | ---- |
| Timor-Leste* | Ouro, mármore, manganês | 0,554 | 7,1 |
| Cabo Verde | Sal, basalto, calcário, caulim, peixe, argila, gesso | | |
| São Tomé e Príncipe | Peixe, cacau, energia hídrica | 10 mil milhões de barris | ---- |

* Valores de 2009 apresentados pelo Revenue Watch Institute.

Fonte: Elaborado pela candidata através de dados recolhidos na EIA, CIA e Revenue Watch Institute, 2011-2012

Ao contrário da grande maioria dos países da África Subsariana, Angola dispõe de inúmeros recursos naturais (AICEP Portugal Global, 2012a, p. 8) e muitos deles numa situação de sub-aproveitamento³⁶⁰. Ao potencial em termos de hidrocarbonetos acresce o

³⁶⁰ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2011, citado por AICEP Portugal Global, 2012a, p. 8), Angola é o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, com apenas 3% da terra arável cultivada. Possui também uma extensa costa, com uma capacidade sustentável do país é de 450 mil toneladas anuais,

de diamantes sendo, actualmente, o quinto maior produtor de diamantes a nível mundial. As principais reservas estão localizadas no nordeste do território e, desde que foram descobertas em 1912, foram até à segunda guerra mundial, a base da principal exportação angolana, tendo sido substituídas pelo café e, posteriormente, pelo petróleo. O subsolo deste país africano é também rico em outros minerais como o minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite e urânio, localizados sobretudo nas províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando-Kubango, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul, Huambo, Huila, Lundas, Malange, Moxico, Namibe e Zaire (Angola.AO, 2012). Mas é o petróleo de alta qualidade que tem dinamizado as importações chinesas no território e que, permite que, desde 2006, Angola dispute com a Arábia Saudita a primazia como maior fonte de aprovisionamento energético da China.

Os recursos energéticos dos PLP podem também explicar o interesse de Pequim em aprofundar as relações com estes países (Horta & Storey, 2006; Matias, 2009). Três dos oito países lusófonos detêm reservas de petróleo (Brasil, Angola, Timor-Leste), três têm registo de petróleo embora sem ainda ter sido confirmado a viabilidade da sua exploração (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal), quatro possuem reservas de gás (Brasil, Angola, Timor-Leste e Moçambique) e um, vastas reservas de carvão (Moçambique) (Cf. Tabela XVIII). Angola e o Brasil são actuais fornecedores de petróleo a Pequim, mas pelas recentes descobertas de jazidas no pré-sal dos seus territórios ostentam capacidade para ampliar as suas participações no total das importações chinesas de petróleo. Alguns dos PLP, tal como Moçambique e Timor-Leste, são atractivos para a segurança energética chinesa pelas suas reservas de gás e proximidade geográfica, logrando vir a ser alternativas de aprovisionamento energético futuras para a China.

A presença chinesa em Moçambique data do período colonial do território, quando trabalhadores emigrantes chineses trabalhavam, primeiramente, nas plantações e depois no comércio. Durante a guerra de independência, entre 1961 e 1975, Pequim forneceu apoio militar e diplomático à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), um movimento de libertação sob a liderança de Eduardo Mondlane e no mesmo mês que se tornou

mas só cerca de metade deste valor é efectivamente pescado A nível do sector dos diamantes e apesar de ser o quinto maior produtor mundial, este representa apenas 1,1% do seu PIP.

independente estabeleceu relações diplomáticas com Pequim, a 25 de Junho de 1975³⁶¹. Contudo, e como em Angola, o país foi atravessado por uma longa guerra civil de 16 anos (1977-1992), que condicionou o limitado desenvolvimento da relação nos anos 1990. No final dessa década, o aumento das visitas de alto nível veio representar o interesse de ambas nações em aprofundar os laços diplomáticos e comerciais, salientando-se a visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan, em Janeiro de 2000 e, sete anos depois, marcando a primeira visita de chefe de Estado chinês ao território moçambicano, a visita do Presidente Hu Jintao.

A RPC, tal como em Angola, tem vindo a apoiar o desenvolvimento das infra-estruturas em Moçambique³⁶², um país com uma costa de 2.500 Km² e numerosos recursos pesqueiros³⁶³ e com vastos recursos naturais, entre os quais se destaca o potencial hidroeléctrico, as reservas de carvão e de gás natural e de minerais (titânio, grafite, ouro, cobre, minério de ferro, pegmatite, diatomite, bentonite, tantalite, pedras preciosas e semi-preciosas, bauxite, granito, fosfatos, berílio e mica). De acordo com Alexandre Carriço (2008, p.73) o investimento chinês em Moçambique começa a ser especialmente evidente ao nível da gestão e exploração de recursos naturais. Pequim beneficia da incapacidade do país lusófono em lhe pagar atempadamente os empréstimos contraídos *“cujas cláusulas de compensação contemplam a possibilidade de o país poder amortizar a dívida em matérias-primas e recursos naturais ou através de concessões de exploração das mesmas”* (Carriço, 2008, p.73).

³⁶¹ Moçambique é independente desde Junho de 1975. Depois do estabelecimento das relações diplomáticas, a relação entre as visitas bilaterais de alto nível entre os dois países, salienta-se da parte da China a visita de Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen em Agosto de 1989, a realizada pelo Primeiro-Ministro Li Peng em Maio de 1997, a visita de Ministro de Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan em Janeiro de 2000 e a do Presidente Hu Jintao em Janeiro de 2007. Da parte de Moçambique ressalta-se a visita do Presidente da República Armando Emílio Guebuza, em Novembro de 2006 e Agosto de 2008 (para abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim), o Ministro da Indústria e Comércio António Fernando, em Abril de 2008, o Ministro da Defesa Filipe Nyussi, em Maio de 2009. (China Daily, 2007; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011b)

³⁶² Entre os vários projectos destaca-se a modernização e reabilitação do Aeroporto Internacional de Maputo, o projecto de expansão da rede telefónica fixa por todos os distritos do país, a construção de três edifícios da Procuradoria-Geral da República, a construção de quatro escolas em Maputo, Gaza, Nampula e Niassa, a construção de um Centro de Tecnologias Agrárias em Boane, província de Maputo e a construção de um Centro de Prevenção e Tratamento da Malária em Maputo (Chichava, 2012, p. 37)

³⁶³ O governo de Moçambique permitiu a concessão de licenças a frotas estrangeiras como por exemplo a chinesa, a japonesa e a espanhola. Até 2011, manteve um acordo com a UE permitindo que as frotas europeias operassem nas águas moçambicanas, com a utilização desse direito, quase só exclusiva, para a pesca do atum.

Pequim é, desde 2008, a seguir a África do Sul, o segundo maior investidor em Moçambique³⁶⁴. Até ao momento, um dos maiores investimentos foi concretizado pela empresa Whuhan Iron and Steel com USD\$ 800 milhões (People's Daily Online, 2010), nas reservas de carvão no território, um sector de grande interesse para Pequim, já que é um país importador deste recurso fóssil, desde 2009. Moçambique é o sexto maior produtor de carvão a nível mundial³⁶⁵, tendo produzido, em 2011, 42 mil toneladas de carvão, das quais 36 mil foram consumidos localmente e as restantes exportadas (EIA, 2013b). A maioria dos recursos de carvão estão localizados na província de Tete, embora também exista nas províncias de Manica e Niassa³⁶⁶. Como resultado da recente actividade de exploração foram igualmente confirmados depósitos de carvão nos distritos de Cahora Bassa, Changara, nas áreas de Mago e dentro da província de Tete.

Para além do potencial em carvão, Moçambique é dos únicos países que produz gás natural na África Ocidental³⁶⁷. Em 2011, produziu 135 Bcf de gás natural a partir dos campos de gás *onshore* Pande e o Temane (EIA, 2013b)³⁶⁸, localizados na província de Inhambane e Temane e que estão a ser explorados por uma parceria entre a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. (ENH) de Moçambique e a companhia da África do Sul Sasol Gas Ltd³⁶⁹. As recentes descobertas de vastas bacias sedimentar de gás natural no território moçambicano, consideradas as maiores nos últimos anos a nível mundial, vieram ampliar o seu potencial energético actual de 4,5 triliões pés cúbicos de reservas provadas de gás natural (EIA, 2013b), posicionando Moçambique com uma importante futura fonte de aprovisionamento no abastecimento energético mundial.

Quantidades substanciais de gás natural têm sido descobertas, desde 2010, pela companhia americana Anadarko Petroleum Corporation e pela ENI, no *offshore* da bacia

³⁶⁴ A China investiu, a partir de 2010, cerca de USD 607 milhões, tendo-se comprometido nesse mesmo ano a investir USD\$ 13 biliões em projectos industriais, de turismo, de mineração e de energia até 2015.

³⁶⁵ Moçambique é o sexto maior produtor depois da Austrália, da Indonésia, da China, da África do Sul e dos Estados Unidos.

³⁶⁶ Os recursos de carvão existem dentro de três bacias: Moatize; baixo Zambeze, e Mucanha Vusi.

³⁶⁷ Moçambique e a Tanzânia são os dois únicos países produtores de gás na África Oriental.

³⁶⁸ Nas suas três bacias sedimentares *onshore* de gás natural possui também o campo Buzi e Inhassoro.

³⁶⁹ Em 1998, a SASOL depois de adquirir 100% do interesse participativo da ARCO, no campo de Temane e da Enron, no Campo de Pande, formou um consórcio com a ENH para explorar o gás natural de Pande e de Temane com a Sasol, a possuir uma participação de 70% e ENH de 30%.

Rovuma situada junto à fronteira com a Tanzânia³⁷⁰, que poderão permitir que Moçambique se aproxime ao grupo dos principais produtores mundiais de gás. A Anadarko e as companhias parceiras no consórcio³⁷¹ na área 1 da Bacia do Rovuma³⁷², desde 2006, perfuraram mais de uma dezena de poços em águas profundas (nove no complexo Prosperidade, seis no complexo Golfinho / Atum) descobrindo reservas de gás natural recuperáveis estimadas entre 35 a 65 Tcf (Cf. Anexo XXXVIII). Seis dos poços descobertos nos complexos Prosperidade e Golfinho / Atum (Windjammer, Barquentine, Lagosta, Camarão, Golfinho e Atum) situam-se entre as maiores descobertas de toda a África, em 2010, 2011 e 2012 (Anadarko, 2013). O consórcio pretende, perante a dimensão e a qualidade do gás natural descoberto, avançar num projecto de desenvolvimento de GNL comercial, previsto inicialmente para ser composto por quatro trens de liquefacção (cada com 5 milhões de toneladas, por ano), no distrito de Palma, no Norte da Província de Cabo Delgado e a entrar em produção em 2018.

Pela sua localização estratégica na África Oriental e proximidade geográfica ao território chinês, Moçambique tem capacidade para vir a ser inserido na estratégia chinesa de “segurança energética pela proximidade” e se for incluído na rota de fornecedores de gás natural ou de GNL, poderá contribuir para a concretização da meta chinesa instituída no 12º Plano Quinquenal de aumento da quota do gás natural no *mix* energético de 8,3%, em 2015, e 10%, em 2020. Ademais, Moçambique patenteia-se como uma área atractiva para investimentos das *guaban* energéticas chinesas embora a actividade de exploração do *offshore* neste PLP seja limitada a duas experiências. A primeira, a vitória da Daqing

³⁷⁰ A bacia do Rovuma cobre uma área marítima e continental entre os distritos de Palma, no extremo mais a norte da província de Cabo Delgado, e Memba, já na província de Nampula, a sul de Cabo Delgado.

³⁷¹ A Anadarko é a operadora com uma participação 36,5% na área 1 *offshore* da bacia Rovuma. Os seus parceiros incluem Mitsui E & P Moçambique Área 1, Limited (20%), BPRL Ventures Moçambique BV (10%), Videocon Moçambique Rovuma 1 Limited (10%) e PTT Exploração e Produção PLC (8,5%). Os 15% da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. são concretizados na fase de exploração (Anadarko, 2013).

³⁷² Nas Áreas 3 e 6 da bacia sedimentar Rovuma estão a ser desenvolvidos trabalhos e estudos geológicos e sísmicos de exploração de gás natural e petróleo pela Petronas da Malásia, havendo grandes probabilidades de existência de gás porque os estudos sísmicos deram bons resultados. A companhia norueguesa Statoil (90%), e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (10%) estão a operar nas Áreas 2 e 5 que abrangem mais de 8.000 km², compreendendo os distritos de Macomia, Quissanga e Ibo e pequenas secções de Metuge e do município de Pemba. A Statoil fez pesquisas sísmicas entre 2007 e 2012 e irá realizar o primeiro furo de pesquisa de hidrocarbonetos nestas áreas a partir de 2013. A empresa australiana Rio Tinto também anunciou a descoberta de gás natural nas reservas de carvão que explora em Moatize, na província de Tete, estando previstas operações de prospecção para o apuramento do volume de reservas e respectivo valor económico.

Oilfield Drilling Engineering Company³⁷³, uma subsidiária da PetroChina, em 2010, no concurso para a realização de perfurações petrolíferas no valor de USD\$ 15 milhões num grande campo de gás natural operado pela empresa norueguesa Statoil Hydro ASA (Macauhub, 2010c). A segunda, a compra pela CNPC, em Março de 2013, de uma participação 28,6% da ENI East Africa, por USD\$ 4,210 milhões³⁷⁴. Esta compra concedeu-lhe a possibilidade de deter uma participação indirecta de 20% na Área 4 da bacia do Rovuma³⁷⁵, uma área cujos recursos de gás natural são estimados em 75 Tcf e os recursos em reservatórios exclusivamente localizados ascendem a 27 Tcf³⁷⁶ (Galp, 2013).

Pese embora não tenha havido até ao momento confirmação da viabilidade da sua exploração, existem registos de petróleo em Guiné-Bissau desde os finais da década de 1960, quando a Esso perfurou seis poços no território ainda sob governo português³⁷⁷. Em 1974, a Guiné-Bissau adquiriu a independência, no entanto a exploração destes recursos foi afectada pela instabilidade interna provocada pelas lutas civis e disputa fronteiriça com o Senegal, que apenas foi resolvida em 1993. O acordo de 1995 entre os dois países estabeleceu uma área de exploração conjunta, tendo sido criada a *Agence de Gestion et de Cooperation* (AGC) para supervisionar e promover a exploração de petróleo numa zona triangular entre os estuários Casamance e Cacheu³⁷⁸ (Cf. Anexo XXXIX). O acordo determinou também que as receitas de hidrocarbonetos deviam ser divididas 85:15 em favor do Senegal. Essa zona de exploração conjunta inclui diversas áreas de desenvolvimento, tal como o campo *offshore* Dome Flore descoberto em 1960 pela Total e estimado em 1,1 biliões de barris de petróleo pesado (Janes, 2012). As licenças de

³⁷³ A Daqing Oilfield Drilling Engineering Company está também envolvida em projectos petrolíferos da CNPC no Iraque.

³⁷⁴ As duas empresas também assinaram um Acordo de Pesquisa Conjunta para a cooperação no desenvolvimento do bloco de *shale gas* Rongchang de 2000 km², na bacia de Sichuan, na China. Se o bloco mostrar-se técnica e comercialmente viável, as duas partes irão negociar e celebrar um acordo de partilha de produção durante o período de estudo e desenvolvimento do bloco (CNPC, 2013).

³⁷⁵ O consórcio é liderado por esta subsidiária do grupo ENI que passou a deter uma participação 50% no bloco e tem como parceiros a Galp Energia (10%), a ENH (10%) e a Korea Gas Corporation (Kogas) (10%) (Macauhub, 2013a).

³⁷⁶ O prazo de exploração desta área encontra-se dividido em três períodos e o seu final está previsto para Fevereiro de 2015.

³⁷⁷ Loro Horta (2007) sustenta que existiam inúmeros relatos de reservas de petróleo ao longo da costa de Guiné-Bissau e nos anos de 1960 e 1970 várias empresas petrolíferas francesas e americanas tentaram adquirir concessões de petróleo do governo Português.

³⁷⁸ Sob a égide do Tribunal Internacional de Justiça, Guiné-Bissau e o Senegal negociaram as suas fronteiras marítimas, tendo sido estabelecidos os acordos de 1993 e de 1995 para formar uma zona de desenvolvimento conjunto (ZDC) ao longo de todo o comprimento da sua fronteira marítima.

exploração na Guiné-Bissau estão situadas em águas profundas da bacia Casamança-Bissau e têm tido a participação de companhias como a Eni, a britânica Premier Oil, a sueca Svenska, a Mármore of Malasya, a Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola e a Petrolífera PetroGuin da Guiné-Bissau. A proximidade dos poços aí existentes com os poços gigantes Dome Flore e o Dome Gea ampliam a possibilidade de existência de reservas de petróleo na sub-bacia Casamança-Bissau, nomeadamente, nos blocos Sinapa (bloco 2) e Esperança (bloco A4 e A5). No início de 2011, a companhia Svenska anunciou a descoberta de petróleo nesses dois campos, alegando a possibilidade de possuírem reservas de petróleo estimadas em 240 milhões de barris e projectando para o poço Sardinha, uma capacidade prospectiva de 219 milhões de barris de petróleo (Costa, 2012).

O interesse da China pela Guiné-Bissau não reside apenas nos seus recursos naturais, especialmente nas suas eventuais reservas de petróleo, mas também na promoção do isolamento diplomático de Taiwan nos PLP. Tal como São Tomé e Príncipe, este PLP tem oscilado a sua posição sobre “Uma só China”. Depois de 15 anos de relações diplomáticas com a RPC³⁷⁹, a 26 de Maio de 1990, a Guiné-Bissau mudou o reconhecimento diplomático para Taipé influenciando o corte das relações diplomáticas de Pequim com esse país lusófono, a 31 de Maio desse ano³⁸⁰. As relações foram restabelecidas oito anos depois³⁸¹ e, desde aí, Pequim tem vindo a lançar um grande esforço de apoio ao país para evitar o retorno de Guiné-Bissau a Taipé, apoiando-o com ajuda económica e financeira e cooperando para o desenvolvimento do sector agrícola, da saúde, educação e das infra-estruturas-públicas. Nomeadamente a construção da sede da Assembleia Nacional Popular e do Estádio Nacional e a reabilitação do Hospital Regional de Canchungo.

³⁷⁹ Os governos da RPC e da Guiné Bissau assinaram o comunicado Conjunto do Estabelecimento das Relações Diplomáticas a 15 de Março de 1974.

³⁸⁰ Pequim só mantém relações diplomáticas com países reconheçam o princípio da “China única”, além de que é uma das contrapartidas que o Governo de Pequim exige em troca da sua ajuda/investimento

³⁸¹ Os governos dos dois países assinaram, a 23 de Abril de 1998, o Comunicado Conjunto sobre a restauração das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau e o Memorando de Entendimento para a Restauração de Relações Diplomáticas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau. O comunicado para a restauração das relações diplomáticas apontou que, o governo da República Popular da China apoiava “*os esforços da República da Guiné-Bissau para a manutenção da soberania nacional e do desenvolvimento de economia*”. Por sua vez, o governo da República da Guiné-Bissau reconheceu que “*o governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China e que Taiwan é uma parte do território inseparável da China*” (Chinese Foreign Ministry, 2006).

Presentemente, São Tomé e Príncipe é o único PLP que conserva relações com Taiwan. Embora a relação tenha progredido desde o estabelecimento dos laços diplomáticos entre os países, a 12 de Julho de 1975³⁸², o governo de São Tomé abdicou do princípio de “uma só China” pela ajuda financeira e, em 1997, estabeleceu relações diplomáticas com as autoridades de Taiwan. São Tomé e Príncipe está incluindo na disputa do reconhecimento diplomático entre os países da América Latina e de África pela China e Taiwan. A RPC, através de uma abordagem flexível, procura aliciar este país lusófono a abandonar o seu apoio às autoridades de Taiwan, conservando as relações comerciais e convidando-o a participar como membro observador nos Fóruns de Macau e Sino-Africano e nos jogos olímpicos lusófonos.

Com uma renda assente principalmente na produção de cacau e das receitas do turismo, São Tomé e Príncipe possui a terceira menor economia do mundo, estando fortemente dependente da ajuda externa de credores bilaterais como Portugal, Angola, Itália, Nigéria e China³⁸³. A esperança deste arquipélago, à semelhança dos outros países da região, reside na possibilidade de tirar partido dos seus recursos naturais, em particular do petróleo. São Tomé e Príncipe está situado relativamente próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria, no Golfo da Guiné, uma das regiões mais prolíficas do mundo em termos de hidrocarbonetos. Ao longo dos últimos trinta e cinco anos, têm sido realizados esforços de exploração intensiva nessa região, em particular, em torno da Bacia do Delta do Níger, possibilitando uma sucessão de grandes descobertas, nomeadamente as descobertas de Bonga, Agbami e Akpo na Nigéria e as Zafiro e Alba na Guiné Equatorial. Além das explorações de petróleo na ZEE³⁸⁴, São Tomé e Príncipe partilha com a Nigéria uma Zona Exploração Conjunta que fica situada a cerca de 180 km a sul da Nigéria, no Golfo da Guiné. Em 2001, ambos os países assinaram um tratado

³⁸² As visitas bilaterais de ambos países contribuíram para o desenvolvimento da relação, destacando-se a visita do Presidente de São Tomé e Príncipe Pinto da Costa à China, em 1975 e em 1983 e, a do Presidente Miguel dos Anjos Trovoadá, em Junho de 1993. Ao país lusófono, ressalta-se a visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Gong Dafei, em 1981 e a visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen, em 1997.

³⁸³ Cerca de 80% do orçamento nacional é financiado pelos países vizinhos e pelos doadores ocidentais (Seibert, 2013). Em Dezembro de 2011, a dívida externa de São Tomé e Príncipe era estimada em UDS\$ 200,9 milhões dólares (81% do PIB), na qual USD\$ 17,3 milhões eram referentes à China (Fundo Monetário Internacional, 2012, p. 1).

³⁸⁴ A ZEE foi criada em 2004 e é administrada pela Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP).

formal³⁸⁵ para o desenvolvimento conjunto de petróleo e outros recursos na área de sobreposição das respectivas alegações de fronteira marítima, pertencendo a ambos a partilha dos custos e receitas associados, estipulada em 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe. Três anos depois foram iniciadas as licenças de exploração, tendo sido explorados, até 2011, seis blocos por companhias como a Total, a Anadarko e a Addax. De acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional publicado em 2012 (2012, p. 4), a produção e a exportação de petróleo na ZDC está projectada para começar em 2015, estimando-se uma produção diária de 8.200 b/d, atingindo o pico em 2017-18, com 29.700 b/d³⁸⁶. É calculado uma média de USD\$ 460 milhões de receitas de exportação anuais, dos quais USD\$ 325 milhões serão divididos entre os países parceiros da ZDC, com 40% (USD\$ 130 milhões) reservados a São Tomé e Príncipe. O grosso das receitas correntes será transferido para uma subconta do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), o Fundo Permanente de S. Tomé e Príncipe, cujos recursos serão investidos por forma a gerar um fluxo permanente de rendimento para a CNP.

Apesar da ausência de relações diplomáticas entre São Tomé e Príncipe e a RPC, as *guaban* chinesas têm realizado investimentos no sector petrolífero deste PLP. A Sinopec desfruta de uma representação na capital São Tomé que lhe permite acompanhar de perto o processo de licitação de blocos da zona económica exclusiva e da ZDC. Em 2004, iniciou a sua presença nas actividades em São Tomé com a exploração dos blocos petrolíferos da ZDC São Tomé-Nigéria, designadamente no Bloco 2 (Bomu-1)³⁸⁷. Posteriormente, com a compra da empresa suíço-canadiana Addax por USD\$ 7,5 biliões de dólares, em 2009, passou a participar no bloco 1 operado pela norte-americana Chevron, a operar em dois dos quatro blocos da ZDC (2 e 4) e no bloco 3 operado pela Anadarko. No entanto, em 2010, quando foram divulgados resultados inconclusivos sobre a existência de petróleo

³⁸⁵ O tratado estabeleceu a Zona de Desenvolvimento Conjunto e um órgão administrativo, a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (JDA), para supervisionar a implementação do tratado e áreas licença subjacentes. As principais disposições do Tratado são que a ZDC é operada de forma independente (governado por um corpo binacional) e 60% das receitas são alocadas para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe. O tratado tem uma duração de 45 anos com revisão após 30 anos.

³⁸⁶ Está previsto uma produção média de cerca de 13 mil barris por dia ao longo da vida de 20 anos do projecto de exploração na ZDC.

³⁸⁷ Sinopec é líder do consórcio que inclui também a ERHC Energy Nigeria JDZ Block 2 Ltd., Addax Energy Nigeria Ltd., ONGC Narmada Ltd., Equator Exploration JDZ Block 2 Ltd., A & Hatman Ltd., Momo Deepwater JDZ Ltd., and Foby Engineering Co. Ltd (Oil and Gas Journal, 2009).

comercialmente viável nos blocos 2, 3 e 4, tanto a Sinopec como a Addax abandonaram a sua participação de exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe, e neste momento, só está a Addax no bloco 1³⁸⁸ da zona ZDC, localizado a 300 km da Nigéria³⁸⁹.

Os PLP, além de se apresentarem como uma plataforma para a promoção da “Política de uma só China” e possuírem vastos e atractivos recursos e de serem um mercado para o escoamento das manufacturas chinesas, representam também para as *guaban* chinesas oportunidades para novos investimentos e obter *know-how*. Aproveitando o ambiente de crise financeira, Pequim utilizou as suas vastas reservas cambiais externas para ampliar os investimentos no sector energético e de recursos mundiais, estimulando a evolução da estratégia *Going out* para a *Going out and Buy* (Zhang Jian, 2011, p. 6). As *guaban* chinesas beneficiaram do ambiente de crise para ampliar as suas reservas de produção petrolífera e consolidar o seu portfólio global de activos em mercados potenciais. A compra da Addax pela Sinopec em 2009, uma empresa com activos de exploração, entre outros países³⁹⁰, em São Tomé e Príncipe, pode ser apresentada como um dos exemplos das oportunidades exploradas pelas *Guaban* chinesas neste ambiente de crise financeira. Esta aquisição veio a permitir que a Sinopec ampliasse os seus activos no *upstream* e aceder a conhecimentos na extracção petrolífera em águas ultra-profundas que poderão vir a ser úteis em projectos no sul do Mar da China.

Em Portugal, os investimentos das companhias estatais chinesas não estão a ser no sector do petróleo, mas no da energia eléctrica e energia renovável. Beneficiando da situação de instabilidade económica do país as *guaban chinesas*, desde a visita de Estado do Presidente Hu Jintao a Portugal em Dezembro de 2010, apoiadas por linhas de crédito dos bancos estatais chineses, estão a aumentar a sua participação nestes dois sectores. Durante a estadia de Hu Jintao, a 7 de Dezembro de 2010, a China Power International Holding Ltd (CPI) e a Energias de Portugal, S.A. (EDP) assinaram um acordo de

³⁸⁸ A Addax (2012a) tem uma participação de 42,37% no bloco 1 da ZDC, uma área de aproximadamente 700 km², com profundidades que variam de cerca de 1.600 metros na parte norte do Bloco e mais de 1900 metros no sector sudoeste. Foram realizadas perfurações exploratórias em dois blocos em 2012.

³⁸⁹ No início de 2013, a Sinoangol, outra empresa subsidiária do Sinopec, manifestou interesse na prospecção e exploração do Bloco 2 da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe.

³⁹⁰ A Addax (2012b) possui licenças em concessões *onshore* e *offshore* na Nigéria, nos Camarões, na região do Curdistão do Iraque, salientando-se a licença no campo *onshore* Taq Taq e na plataforma continental do Reino Unido.

cooperação nas novas energias e na cooperação entre empresas que, englobava a cooperação empresarial relativa à Companhia de Electricidade de Macau (CEM) (Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2010)³⁹¹. Com este acordo ambos os grupos económicos pretendiam ampliar e aproveitar as oportunidades de negócio no domínio energético, tanto nos mercados asiáticos como nos mercados em que a EDP actuava, nomeadamente, em projectos na Ásia para a EDP e para a CPI na Europa, em África e no Brasil.

A *guaban* chinesa CPI manifestou interesse na potencial entrada no capital da EDP (EDP, 2010), porém vai ser a China Three Gorges Corporation (CTG) que, em Dezembro de 2011, vai aproveitar a privatização de empresas estatais portuguesas para adquirir 21,35% do capital da EDP por 2,7 biliões euros. A compra da EDP pela CTG foi avaliada no relatório da consultadoria da Price Waterhouse Coopers (Pwc) *Powers Deals 2012* (2012, p. 12) como o nono maior projecto de aquisição do sector de energia a nível mundial em 2011, e de acordo com o Departamento Económico e Comercial da Embaixada da China em Portugal (Fórum de Macau, 2012c) foi também o maior projecto de investimento da China na Europa. Cerca de três meses depois, no início de Fevereiro de 2012, a empresa estatal State Grid Corporation of China (SGCC) em conjunto com a companhia petrolífera Oman Oil³⁹², adquiriram uma participação de 40% da companhia Redes Energéticas Nacionais (REN) detida pela Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) por 592 milhões de euros (USD\$ 778 milhões)³⁹³ (China SZ, 2012a)³⁹⁴. A State Grid Corp, a distribuidora de energia principal da China, pagou 387 milhões de euros por uma participação de 25% da REN, enquanto a Oman Oil Company, que é propriedade do governo de Omã, 205 milhões euros por uma participação de 15%. No final de 2012, a

³⁹¹ O aprofundamento de relações empresariais entre as duas empresas surgiu no momento em que a RAEM e a CEM formalizaram a renovação do contrato de concessão para o transporte, distribuição e comercialização de electricidade no território de Macau, por um período de 15 anos

³⁹² A Oman Oil pretende apoiar os projectos da REN de exploração de gás natural e desenvolvimento dos seus negócios nos países do Golfo Árabe.

³⁹³ Acordo de aquisição de capital assinado pelo Presidente da SGCC Liu Zhenya com a Parpública e o Acordo com a REN foi realizado em Lisboa, a 22 de Fevereiro de 2012 (SGCC, 2012).

³⁹⁴ A reprivatização da REN foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 106-B/2011 de 3 de Novembro e teve como objectivos principais promover o reforço do desenvolvimento da empresa e cumprir os compromissos assumidos por Portugal no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica, celebrado entre o Governo Português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Com esta operação o Estado Português passou a deter de 49,9% apenas 9,9% do capital social da REN através da Parpública (REN, 2013, p. 6)

China Three Gorges International, empresa controlada integralmente pela China Three Gorges International (Hong Kong) Company Limited (CTGI HK), comprou 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal e 25% dos suprimentos realizados a esta sociedade, por 359 milhões de euros. Esta operação permitiu à CTGI HK alargar o seu *know-how* que estava concentrado na energia hídrica para a energia eólica, ao incluir o acesso aos 615 megawatts de parques eólicos em operação em Portugal, com uma vida média de seis anos, assim como 29 megawatts em desenvolvimento (EDP, 2012).

Tanto o acordo com a China Three Gorges Corporation como com a State Grid tiveram implícitos apoios financeiros do China Development Bank às empresas portuguesas. À EDP e à EDP Finance BV correspondeu uma linha de crédito no valor de 2.000 milhões de euros, dividida em duas *tranches* de 1.000 milhões de euros: a primeira, com uma maturidade de cinco anos e uma margem de 4,80% acima da Euribor a seis meses foi entregue em 2013 e a segunda será entregue à empresa portuguesa no princípio de 2014 (EDP, 2013). O segundo acordo luso-chinês, entre a State Grid e a Ren, incluiu um financiamento do CDB de 1.000 milhões de euros composto por duas *tranches* com taxas de juro favoráveis à REN³⁹⁵. A primeira *tranche* de 400 milhões de euros, com um prazo de oito anos, está previsto ser utilizado no refinanciamento da dívida financeira da REN, enquanto a segunda, também no valor de 400 milhões de euros mas com prazo de 12 anos, é destinada a financiar projectos de infra-estruturas de electricidade e de gás natural. Os restantes 200 milhões de euros serão destinados para novos projectos da REN (REN, 2013, p. 55).

Estas aquisições no sector energético em Portugal patentearam como a “crise pode ser uma oportunidade” (*Weiji*) para ampliar a cooperação energética entre empresas e os processos de internacionalização das actividades das empresas chinesas³⁹⁶. Para a Three

³⁹⁵ Esse financiamento contribuiu para a mitigação do risco de refinanciamento da empresa, assim como para uma menor associação ao *rating* da República Portuguesa. Na sequência desta operação a Moody's decidiu manter o *rating* da REN (“Ba1”) (REN, 2013, p. 273)

³⁹⁶ No início de 2013, as empresas chinesas ampliaram as “oportunidades” com investimentos no energia solar e no sector da água e saneamentos. Em Março, o grupo francês Veolia Water vendeu o seu negócio de água em Portugal, Veolia Water Portugal, à chinesa Beijing Enterprises Water Group, líder de sistemas de tratamento de água na China, por 95 milhões de euros. A Beijing Enterprises Water Group passou a ser responsável pelo abastecimento de água em quatro concelhos (Mafra, Ourém, Paredes e Valongo) e pelo saneamento de águas residuais em três concelhos algarvios. No mês seguinte, a Hanergy Solar Group anunciou em comunicado ao mercado de capitais de Hong Kong um acordo de princípio para aquisição de

Gorges significou a possibilidade de participar nos nove novos projectos de investimentos que a EDP pretende realizar na Ásia, enquanto para State Grid Corp, a entrada no mercado energético português, permitiu-lhe cooperar na expansão dos negócios da REN nos países de língua portuguesa, especialmente no Brasil, Angola e Moçambique. A China Three Gorges Corp e a State Grid pretendem explorar terceiros mercados e, segundo a informação disponibilizada pelo Departamento Económico e Comercial da Embaixada da China em Portugal (2012), além de absorverem os projectos do Brasil e da China com a participação de REN, a State Grid e a REN irão abrir uma *joint-venture* em Angola e em Moçambique³⁹⁷.

Para além do mercado asiático e dos PLP, a State Grid Corporation iniciou também, indirectamente, a sua entrada na edificação do projecto do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), acordado entre o governo Português e Espanhol³⁹⁸. A MIBEL será um mercado regional de energia eléctrica na Península Ibérica que irá ser interligado às redes transeuropeias e magrebina de transporte e distribuição de electricidade. A acção da REN na construção deste mercado faz-se pela sua participação de 35% no capital social da OMIP, SGPS, S.A. e, de 10% do capital social da Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A., sociedade de direito espanhol contraparte da OMIP SGPS, S.A. (REN, 2013, p. 7). A REN possui também uma parceria estratégica com a Red Eléctrica Corporación, S.A (REE), uma sociedade com participação accionista de 5,0% na REN e que está a participar na construção deste mercado ibérico de electricidade. Neste sentido, ao adquirir uma participação maioritária na REN, a State Grid, que controla 88% das redes eléctricas na China, desfrutara da possibilidade de participar na construção de uma rede eléctrica Ibérica e no projecto europeu de interligação das redes eléctricas. Tal significa que, esta empresa estatal chinesa pode vir a participar no objectivo da UE de

parques de energia solar capacidade total de 2,2 megawatts, em Portugal, embora não revelando identidade do vendedor (Macauhub, 2013b).

³⁹⁷ O Presidente-Executivo da EDP António Mexia, após a conferência de imprensa de balanço do primeiro ano da parceria estratégica com a China Three Gorges, confirmou que as duas empresas estavam a estudar investimentos em mais de 15 projectos em todas as partes do mundo, desde África, Ásia, América Latina, América do Norte e na Austrália (Económico, 2012).

³⁹⁸ De acordo com Félix Ribeiro (2012), a State Grid poderá ampliar a sua acção e aceder como accionista da Red Eléctrica Corporación, S.A (REE) o que lhe pode permitir a possibilidade de propor uma fusão entre as duas empresas eléctricas, no âmbito de um reforço do MIBEL.

construção de um Mercado Interno Europeu de electricidade e também na sua interligação com o mercado de electricidade do Magrebe.

Os investimentos na REN e na EDP renováveis (EDPR) possibilitaram às *guaban* energéticas chinesas, também, aceder a *know-how* e a projectos desenvolvidos no sector das energias renováveis em Portugal e no estrangeiro. A REN participa, actualmente, através de uma subsidiária, a Energia das Ondas, S.A (Enondas), no projecto de produção de energia das ondas numa zona piloto (ZP) que engloba uma área de cerca de 320km², a norte de S. Pedro de Moel³⁹⁹. O objectivo desde projecto é aproveitar a costa atlântica para o desenvolvimento de energias marinhas, com especial ênfase na energia das ondas. Por sua vez, a EDP Renováveis (2012) é o terceiro maior operador de energias renováveis na Península Ibérica⁴⁰⁰ e o terceiro maior *player* mundial em energia eólica, com presença em onze países, designadamente no Brasil⁴⁰¹, Reino Unido⁴⁰², Espanha, Polónia, França, Itália, Roménia, EUA⁴⁰³ e Canada. A parceria entre a EDPR e a China Three Gorges, a maior empresa de energia limpa da China, com um forte enfoque em projectos de energias renováveis, prevê investimentos directos por parte da CTG em participações minoritárias em alguns parques eólicos da EDPR e o desenvolvimento conjunto de determinados projectos renováveis por ambas as empresas.

Excluindo Portugal que se insere no estreitamento das relações da China com a Europa, a relação ente a RPC e os PLP pode ser compreendida como uma extensão da estratégia desenvolvida por Pequim de reaproximação aos países africanos, aos da América Latina e aos do Sudoeste Asiático, já que sete dos PLP estão geograficamente localizados nesses continentes. A reaproximação chinesa aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) está a ser realizada bilateralmente desde que foram estabelecidas as

³⁹⁹ Em 2010, a ENONDAS recebeu do Estado Português uma concessão para a produção de energia das ondas numa zona piloto. Essa concessão tem um prazo de 45 anos e inclui a autorização para a implantação das infra-estruturas e ligação à rede eléctrica pública (REN, 2013, p. 6)

⁴⁰⁰ Desde 1996 que abriu o primeiro parque de 10 MW no Norte do país, a EDPR tem vindo a desenvolver parques eólicos em território nacional, tendo em 2011, mais de 30 parques eólicos espalhados pelo país, com uma capacidade total instalada de 939 MW, incluindo o consórcio Eólicas de Portugal.

⁴⁰¹ No Brasil, a EDPR tem em funcionamento 3 parques eólicos, com uma capacidade total de 84 MW.

⁴⁰² Em 2010, a EDPR entrou no mercado da energia eólica do Reino Unido, estando a desenvolver parques eólicos *offshore* em dois locais da Escócia, num total de 2,4 GW.

⁴⁰³ Em 2007, a EDPR entrou no mercado dos EUA e é actualmente o terceiro maior operador do país, com 3.422 MW em funcionamento. Desde Dezembro de 2011, que está a construir um parque eólico de 215 MW no Estado de Nova Iorque.

relações diplomáticas formais e é complementada desde inícios de 2000, pelo reforço das relações multilaterais através do FOCAC ⁴⁰⁴ e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa. Esta relação com os países africanos, incluindo os de expressão oficial portuguesa, é uma das metas chinesas mais importantes de fortificação da cooperação sul-sul e tem permitido aos PALOP obterem créditos em condições sustentáveis para os seus programas de desenvolvimento económico de médio e longo prazo, a medidas de reforço dos recursos humanos e ao direito de isenção de impostos alfandegários a parte dos produtos que são exportados para a China, através do FOCAC ⁴⁰⁵. No ano seguinte à realização da Cimeira de Sino-Africana em Pequim, enquadrando-se na implementação das decisões aprovadas na mesma, o Presidente Hu Jintao anunciou, durante a visita a Moçambique, o perdão da dívida moçambicana avaliada em USD\$ 20 milhões⁴⁰⁶, contraída desde 1980 a 2005, o reforço dos empréstimos ao país de USD\$ 154,8 milhões para desenvolvimento de infra-estruturas e a elevação da categoria de produtos isentos de impostos de 190 para 442, para aumentar o acesso ao mercado chinês dos produtos moçambicanos (Governo de Moçambique, 2007).

Como elemento da “Diplomacia multilateral” Pequim criou instituições regionais integrando um conjunto de países com quem têm interesses comuns, entre outros, em ampliar as relações económica-comerciais e aceder aos recursos naturais. Com os países Africanos criou o Fórum de Cooperação Sino-Africano, em 2000, e com os países da região árabe o Fórum de Cooperação Sino-Árabe, em 2004. Para os Países de Língua Portuguesa criou, numa iniciativa conjunta com o governo da Região Autónoma de

⁴⁰⁴ Os países membros do Fórum de Cooperação China-África são a China, a Argélia, Angola, o Benim, Botsuana, Burundi, os Camarões, Cabo Verde, a República Centro Africano, o Chade, Comores, o Congo, a República Democrática do Congo, a Costa do Marfim, o Egipto, a Eritreia, a Etiópia, Gabão, o Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné - Bissau, o Quénia, Lesoto, a Libéria, a Líbia, Madagáscar, Maláui, o Mali, Marrocos, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Uganda, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Tunísia, África do Sul, Djibuti, Zâmbia e o Zimbábue

⁴⁰⁵ Moçambique, por exemplo, tem conseguido obter empréstimos, apoio técnico, projectos de contracto e subsídios para obras públicas.

⁴⁰⁶ Este empréstimo foi reforçado pela concessão do Eximbank da China a Moçambique de USD\$ 40 milhões, para a construção de infra-estruturas públicas (Governo de Moçambique, 2007).

Administração Especial de Macau (RAEM), o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa⁴⁰⁷, em Outubro de 2003.

4.2. O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa

Macau foi a ponte de ligação entre Portugal, Timor-Leste e a China e é, actualmente, a plataforma escolhida para ampliar as relações de cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos. Para Ip Kuai Peng (2006, p.708) este conceito de plataforma é importante para PRC por três razões. Em primeiro lugar, pelo seu significado político, visto que esta plataforma poderá contribuir para a prosperidade e para a estabilidade de Macau, o que constituirá uma personificação do sucesso da política de “Um País, dois sistemas”. Em segundo lugar, por factores político-económicos. Esta plataforma que está a promover as relações entre o interior da China e os países de língua Portuguesa, desde 2003, integra-se na estratégia diplomática chinesa de desenvolvimento das relações de Cooperação Sul-Sul e do Diálogo Sul-Norte, apoiando simultaneamente a política de “Reunificação pacífica e um país, dois sistemas” na questão de Taiwan. Em terceiro lugar, para além da cooperação económica e comercial, o reforço das relações com os países lusófonos poderá fornecer tecnologia, matérias-primas e energia necessária para um desenvolvimento sustentado da economia chinesa. Por último, o estreitar de relações entre a China e os países lusófonos poderá criar um “*contrabalanço*” entre a UE e os EUA nos assuntos internacionais e apoiar o regresso da China como um “grande poder” (*da Guo*).

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa, também conhecido por Fórum de Macau, é um mecanismo complementar à cooperação bilateral que está sob tutela do Ministério do Comércio da China e é executado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com a

⁴⁰⁷ De acordo com Loro Horta (Horta, 2012) em 1999, último governador de Macau, o General Rocha Vieira propôs a criação do Fórum de Macau para promover a relação entre Portugal e Macau, e também entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

participação conjunta de sete Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Pese embora São Tomé e Príncipe assista às Conferências Ministeriais como membro observador, não faz parte do Fórum pois mantém relações diplomáticas com Taipé. Apresentado oficialmente (Fórum de Macau, 2009) como um “*mecanismo da cooperação de iniciativa oficial sem carácter político*”, este fórum tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a RPC e os PLP, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação entre esses países e promover o desenvolvimento das relações entre RPC, Macau e os PLP. Macau para além do local para a realização das Conferências Ministeriais é a sede do Secretariado Permanente, um mecanismo de acompanhamento das actividades do Fórum de Macau, nomeadamente para garantir o apoio logístico e financeiro necessário, e a ligação indispensável para a concretização das iniciativas e dos projectos a implementar. Este órgão foi formado na sequência do Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial resultante da primeira Conferência Ministerial, realizada a 13 de Outubro de 2003 e concretizado durante a realização da primeira Reunião Ordinária, com a provação do “Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente”, em Abril do ano seguinte. Em termos de organização encontra-se estruturado em três gabinetes. O primeiro é o Gabinete de Administração constituído por funcionários do Ministério do Comércio da China e coordenado pelo Secretário-Geral Adjunto da RPC, e cuja função principal é estabelecer a ligação entre os países participantes e os trabalhos correntes. O segundo é o Gabinete de Apoio composto por funcionários da RAEM e coordenado pelo Secretário-Geral adjunto da RAEM, com funções de apoio financeiro, logístico e administrativo ao Secretariado Permanente. O último é o Gabinete de Ligação formado pelos Delegados em representação de cada um dos PLP participantes. Este gabinete é coordenado pelo Secretário-Geral adjunto dos PLP e tem por responsabilidade o estabelecimento dos contactos que estejam relacionados com os trabalhos e os assuntos no âmbito do Fórum.

Com uma reunião ministerial em cada três anos em Macau⁴⁰⁸, o Fórum de Macau estabelece as metas e os objectivos para reforçar relações entre a RPC e os PLP de acordo os Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial acordados por

⁴⁰⁸ Com excepção da 3.ª Conferência Ministerial que só foi realizada em Novembro de 2010.

unanimidade nas Conferência Ministeriais. Até ao momento, foram realizadas três Conferências Ministeriais: a primeira entre 13-14 de Outubro de 2003, a segunda entre 24 e 25 de Setembro de 2006 e a terceira entre 13-14 de Novembro de 2010. Na primeira Conferência, os Ministros presentes aprovaram o Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial para o triénio 2003-2006, que previa a criação de um mecanismo de acompanhamento do Fórum, através da constituição de um Secretariado Permanente em Macau e a cooperação em diversas áreas, especialmente a Cooperação Inter-Governamental, no comércio, no investimento, na cooperação empresarial, na agricultura e pescas, na engenharia e na construção de infra-estruturas e no desenvolvimento de Recursos Humanos. Neste plano é de salientar a cooperação estabelecida no ponto sete, na área da exploração e uso de recursos naturais, que estabelece a intensificação da cooperação nessa área segundo o princípio da reciprocidade e da complementaridade de vantagens, objectivo de favorecer uma gestão sustentável e um aproveitamento racional dos mesmos (Fórum de Macau, 2003).

Na segunda Conferência Ministerial foi aprovado um o Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial para o triénio 2007-2009, que é assinalado pelo reforço das áreas de cooperação previstas no Plano de 2003 como a cooperação na área de recursos humanos, na organização das actividades para a promoção do comércio e do investimento, na área intergovernamental e empresarial, no domínio agrícola e das pescas, no domínio da construção de infra-estruturas e da ajuda ao desenvolvimento. E a criação de novas acções de cooperação entre RPC e os PLP, que abrangem o turismo, os transportes⁴⁰⁹, a cooperação na área da saúde pública (particularmente na prevenção e cura da malária, da SIDA/HIV, tuberculose e outras doenças contagiosas), no âmbito da rádio e da televisão, cultura e Ciência e Tecnologia (Fórum de Macau, 2006). A terceira Conferência Ministerial prevista para 2009, mas que só veio a ser concretizada no ano seguinte, contou com a presença do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, do chefe do Governo de Portugal, José Sócrates, de Moçambique, Aires Bonifácio Alí e da Guiné Bissau, Carlos Gomes Júnior e do Presidente de Timor-Leste José Ramos Horta, o que

⁴⁰⁹ O objectivo pretendido nesta área era desenvolver estudos de viabilidade para o estabelecimento de ligações aéreas e marítimas directas que estimulem o aumento dos fluxos turísticos e comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, visando a criação de uma rede logística entre eles.

representou o reconhecimento político do papel do Fórum como plataforma de Cooperação entre a RPC e os PLP⁴¹⁰. Para além do reforço das acções já completadas nos planos anteriores, o Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial 2010-2013 aprovado nesta 3.^a Conferência Ministerial do Fórum realçou, pela primeira vez, o “potencial energético” dos países membros deste Fórum, a defesa ambiental e a utilização das energias renováveis, biocombustíveis e outras fontes de energia limpas. Reforçou a necessidade de cooperação no domínio dos recursos naturais, através da construção de infra-estruturas, transferências de tecnologia, intercâmbio e formação de recursos humanos e elaboração de programas de desenvolvimento energético. A nível da utilização sustentável dos recursos naturais e da protecção ambiental, incentivou a realização de estudos de viabilidade de criação de parques de energias renováveis, biocombustíveis e outros (Fórum de Macau, 2010a).

Na sessão de abertura da 3.^a Conferência Ministerial o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciou algumas novas medidas para reforçar a cooperação entre as partes, realçando-se a criação de um Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, de mil milhões de dólares e com um valor inicial de investimento de capital de USD\$ 200 milhões. O capital inicial deste fundo será compartilhado pelo China Development Bank e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau, ambos na qualidade dos investidores-pilar do Fundo e destina-se exclusivamente aos pedidos de investimentos e financiamento apresentados pelos Países de Língua Portuguesa e por empresas da China, incluindo da RAEM. Está a ser gerido por uma subsidiária integral do CDB, o China Development Bank Capital (CDB Capital)⁴¹¹ e foi dividido em duas partes com finalidades diferentes. A

⁴¹⁰ A 4.^a Conferência Ministerial do Fórum de Macau realizou-se em 2013, ano que se comemorou os 10 anos do estabelecimento do Fórum.

⁴¹¹ O CDB Capital tem quatro vertentes como actividades principais, nomeadamente a gestão de fundos de investimento, desenvolvimento urbano, investimento industrial e investimento externo. É uma instituição especializada em investimentos, gerindo sete fundos de cooperação multilateral ou bilateral, particularizando o Fundo de Desenvolvimento China-África, China-Belgium Investment Fund, ASEAN-China SME Fund de 1.^a e 2.^a fase, Sino-Italy Mandarin Capital Fund, Sino-Swiss Partnership Fund e Infinity Israel-China Fund. Esses sete fundos são operados em 38 países, nomeadamente em Moçambique, Malawi, Egipto, Etiópia, Israel, Estados Unidos, Tailândia, Indonésia, Vietname, Malásia, Itália, Bélgica e França. Até finais de 2011, o CDB Capital financiou um total de 154 projectos nas áreas de infra-estruturas, agricultura, energia, indústria manufactureira, ciência e tecnologia, medicina, meio ambiente, química, alimentos, etc. (AIP-CCI, 2010, p. 11).

primeira, engloba 200 milhões para investimento de capital e, a segunda, 800 milhões para empréstimos que serão investidos “*nos campos de interesse comum da China e dos PLP*”, designadamente construção de infra-estruturas, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais “*bem como nas empresas e projectos com boa previsão de benefício económico e facturação estável utilizando o investimento e serviços de valor agregado do Fundo*” (AIP-CCI, 2010, p. 13).

Entre as medidas anunciadas constava a concessão a Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste de equipamentos médicos e de aparelhos no valor de USD\$ 1,575 biliões; a criação de uma linha de crédito de USD\$ 252 milhões destinada a Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste; a concessão aos mesmos países de materiais, equipamentos, pessoal técnico e outro tipo de apoio para o desenvolvimento de um projecto de cooperação agrícola; a concessão de 1.000 bolsas de estudo, com duração de um ano, aos estudantes destes países que pretendam ingressar nas instituições de ensino da RPC e a criação de um centro de Formação, cujo objectivo é a formação, entre 2011 e 2013, de 1.500 funcionários e técnicos dos países de língua portuguesa, sendo 1000 no interior da China e 500 na RAEM, nas áreas de agricultura, educação, saúde, ciência e tecnologia e administração alfandegária (Fórum de Macau, 2010a).

Estas duas últimas medidas ilustram como o Fórum de Macau é uma plataforma multidisciplinar de cooperação que, para além da cooperação económica e comercial, inclui também as áreas da educação, tecnologia, formação de recursos humanos e ambiente. Regularmente são realizados seminários e palestras para a divulgação da realidade chinesa nos países de língua portuguesa que, associados à criação de rede dos Institutos Confúcio nos Países Participantes do Fórum de Macau, complementam a estratégia de *soft power* chinesa nos PLP. Até 2010, foram realizados mais de 200 cursos e seminários, na área da formação de recursos humanos, com a formação de 2100 funcionários e técnicos de países lusófonos, sublinhando-se que, só nos últimos três anos, foram formadas 1400 pessoas (Revista Macau, 2010). O Centro de Formação do Fórum de Macau, desde que foi criado a 29 de Março de 2010 até Abril de 2012, realizou formações de curta duração com a participação de mais de 300 autoridades dos PLP, destacando-se as formações nas áreas da Modernização dos Serviços Públicos, Empreendedorismo e

Desenvolvimento de Negócios, Controle de Qualidade e Certificação de Produtos Alimentares, Turismo, o curso sobre topografia destinado a técnicos timorenses, Direito Comercial e o Estágio sobre Gestão Aeroportuária (Gama, 2012, p. 9)

Desde 2005 são realizados, anualmente, os Encontros de Empresários para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Até 2012, realizaram-se oito Encontros numa coordenação conjunta entre as Instituições de Promoção de Investimento da China (em inglês, Investment Promotion Agency of Ministry of Commerce - CIPA) e de Macau (Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau - IPIM) e o país anfitrião onde se realizam rotativamente os encontros. O 8º e último Encontro teve lugar na Ilha de Sal, em Cabo Verde, em Junho de 2012, e está previsto o 9.º Encontro em Timor Leste, em 2013. Em Portugal, foi realizado a 22 de Junho de 2006, um Encontro organizado pelo ICEP Portugal⁴¹² e o IPIM, com uma participação de 400 representantes de agências governamentais e empresários da China. Como sustenta o Delegado Representante de Angola junto do Secretariado Permanente do Fórum de Macau, Joaquim Pereira da Gama, estes encontros promovem os contactos bilaterais entre os empresários participantes que resultam na assinatura de alguns acordos e de Memorandos de Entendimento, o contacto para realização de transacções comerciais e a constituição de parcerias. As Agências de Investimentos também expõem as novas Oportunidades de Negócios e de Investimentos, realizando-se uma Bolsa de Negócios (Gama, 2012, p.8). Entre 2003 e 2008, foram assinados acordos de comércio e investimento no valor de cerca de USD\$ 5 biliões (Instituto Internacional de Macau, 2009a, p. 19). A grande maioria dos acordos dizem respeito a contractos de importação e exportação, mas tem havido também lugar para acordos de parceria e cooperação, nomeadamente, no sector financeiro. Para além das oportunidades de negócios através das iniciativas do Fórum de Macau, as empresas dos países de língua Portuguesa também podem utilizar Macau para entrarem no território chinês devido aos acordos de cooperação entre o território e a RPC. O Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (Acordo CEPA), por exemplo, determina

⁴¹² Esta entidade deu lugar à Agência para o Investimento, Comércio e Exportações de Portugal (AICEP).

que um produto transformado em Macau entra a taxa zero na China e concede facilidade de acesso à China continental, a cerca de quarenta serviços prestados por Macau.

Em resultado do reforço das relações económica-comerciais bilaterais e multilaterais entre a China e os PLP, assistiu-se a um aumento do volume das trocas comerciais desde a criação do Fórum de Macau até 2008, com acréscimos nunca inferiores a 30%, alcançando só em 2004 um aumento de 65% para USD\$ 18,77 biliões (Lusa, 2010a). De acordo com as estatísticas dos Serviços da Alfândega da China divulgados pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau, em 2008, o volume das trocas comerciais obtido foi de USD\$ 77,02 biliões, um acréscimo de 66,1% face ao período transacto (Fórum Macau, 2010b). Em 2009, as trocas comerciais caíram 19%, atingindo um total de USD\$ 62,46 biliões, todavia, em 2010, retomou-se a tendência de crescimento, com as trocas comerciais a aumentarem para USD\$ 91,423 biliões. Entre Janeiro a Dezembro 2011, superando e antecipando a meta prevista no Plano de Acção de 2010-2013 de atingir um volume das trocas comerciais de USD\$ 100 biliões até 2013, o valor alcançado foi de USD\$ 117, 234 biliões, um acréscimo de 28%, face ao mesmo período de 2010. O valor das importações chinesas dos PLP foi de USD\$ 78,962 biliões, um aumento de 28% face ao mesmo período de 2010, enquanto as exportações chinesas para os países Lusófonos somaram USD\$ 38,272, um aumento de 29%, face ao mesmo período de 2010 (Fórum de Macau, 2012a).

4.3. A Relação entre a China e Angola

“Obtenham vantagem e esperem pelo momento certo: esta é a dinâmica.”

Sun Tzu, *A Arte da Guerra*

4.3.1. Desenvolvimento das Relações Bilaterais

A República de Angola é um país da costa ocidental da África cujo território principal é limitado a norte e a leste pela República Democrática do Congo, a leste pela

Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira a norte com a República do Congo. Angola⁴¹³ é o sexto país africano de maior dimensão, com uma superfície de 1.246.700 km, uma costa de 1.650 km banhada pelo oceano Atlântico e uma fronteira terrestre de 4.837 km. O país está dividido em 18 províncias, em que as principais cidades são Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lubango, Malange, Cabinda e Soyo. Foi uma colónia portuguesa entre finais do século XV e 11 de Novembro de 1975, data da sua independência.

Nos vinte e sete anos de guerra civil, os grupos nacionalistas que tinham combatido pela independência lutaram pelo controle de Angola e, em particular, pela capital Luanda. Cada um deles foi, na altura, apoiado por potências estrangeiras, como os EUA, a União Soviética, Cuba e a RPC, dando ao conflito uma dimensão internacional. O envolvimento da China em Angola remonta aos primeiros anos da luta anticolonial a partir dos anos 60, através do apoio aos três principais movimentos independentistas: Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Pequim apoiou, inicialmente, o MPLA, mas por considerá-lo pró-soviético passou apoiar, em 1963, o FNLA. Um ano depois mudou o seu apoio para a UNITA, por não ter sido permitido aos delegados chineses entrarem na República do Congo, o país base da FNLA. Ao contrário do MPLA e da FNLA, a UNITA construiu bases internas e proclamou como doutrina o maoísmo. No entanto, no início da década de 70, Pequim abandona a UNITA, aproxima-se do MPLA e depois do FNLA. Após a independência de Angola em 1975 e no início da guerra civil, apoiou secretamente e mutuamente a FNLA e a UNITA⁴¹⁴, de forma a evitar a vitória do MPLA, movimento apoiado pela União Soviética, não reconhecendo nesta primeira fase de relações, a declaração de independência de Angola. No entanto, cinco anos depois, o MPLA e o PCC estabeleceram relações políticas seguidas, posteriormente,

⁴¹³ O seu nome deriva da palavra *Bantu N'gola*, título dos governantes da região no século XVI, período que começou a colonização da região pelos portugueses. Tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975, por meio de uma luta armada pelos movimentos independentistas contra a dominação portuguesa de quase 500 anos.

⁴¹⁴ Após a independência em 1975, o governo liderado por Agostinho Neto, o primeiro Presidente de Angola e líder do MPLA, lutou pela supremacia contra os outros dois movimentos: UNITA e FNLA.

pelo estabelecimento das relações diplomáticas formais entre a PRC e República de Angola, a 12 de Janeiro de 1983⁴¹⁵.

Até 2002, devido à situação volátil de Angola, o relacionamento entre os dois países foi dominado pela cooperação militar e pela compra de armas à China⁴¹⁶. Durante esse período e marcando uma segunda fase das relações sino-angolanas, Pequim manteve um *low profile* (*taoguang yanghui*), mantendo um papel modesto, fornecendo uma pequena assistência a Angola que, segundo Paul Hare (2007), era traduzida no apoio para a criação de uma cooperativa de pesca, uma fábrica de materiais eléctricos e um projecto de residências de baixo valor. Com o final da guerra civil e com a pautada aproximação dos dois países, o sector económico passou a dominar a relação sino-angolana. Por sua vez, a relação bilateral vai se desenvolver e transitar para uma terceira fase, materializando-se no que Ennes Ferreira (2008, p. 299) denominou de “*casamento conveniência perfeito*”.

O discurso pronunciado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, por altura da visita do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao a Angola, em 2006, evidenciou a postura pragmática e a cooperação multiforme que a RPC mantém com Angola, referindo que a RPC está a permitir reconstruir o país que estava “*numa situação quase igual aquela em que se encontrava a China em 1949. (...) com quase tudo por reconstruir e muita coisa nova por construir*” (Angop, 2006). Esta necessidade da reconstrução física do país, sentida no final de vinte e sete anos de guerra civil, coincidiu com o início da estratégia *Goint Out* chinesa articulada pelo presidente Jiang Zemin, que incentivava as empresas chinesas a “sair” de China e a estabelecer operações nos recursos energéticos internacionais. A RPC surgiu em 2002, como um parceiro ideal para o governo angolano, com importantes reservas financeiras, empresas estatais activamente apoiadas pelo governo e uma necessidade imperiosa de matérias-primas, entre as quais petróleo. Angola estava com dificuldades em obter financiamentos das instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, e Pequim apareceu com um “pacote de empréstimos” irrecusável. O financiamento chinês embora caucionado pelo petróleo, apresentava vantagens sobre as

⁴¹⁵ Data da ratificação do comunicado conjunto do estabelecimento das relações entre o governo da República Popular da China e o governo de Angola.

⁴¹⁶ Segundo Alex Vines *et al.* (2009, p. 59) depois das eleições de 1992 e ainda durante o período de guerra civil, as tropas da UNITA receberam equipamento militar chinês.

condições do FMI, ao ser um apoio de longo prazo com taxas consideradas atractivas e não associar condições políticas – gestão transparente, reformas ou segurança ambiental – às garantias do empréstimo. Para além disso, permitiu a Angola novas oportunidades de negócios, comércio, tecnologia e conhecimento. À China possibilitou o acesso aos recursos energéticos angolanos. Conforme refere o Presidente José Eduardo dos Santos “*da China não é tanto a assistência que procuramos, mas, sobretudo, uma cooperação exemplar, com benefícios mútuos, já que aquela necessita de recursos naturais e Angola deseja o desenvolvimento*” (Angop, 2006).

O reforço da relação sino-angolana traduziu-se no reforço das visitas bilaterais de altos dignitários estatais, especialmente a partir do final da guerra civil em 2002 (Cf. Tabela XIX). De Angola, ressalta-se a primeira visita oficial do mais alto magistrado da nação angolana à China, o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em 1998; a visita do antigo Primeiro-Ministro Piedade dos Santos com uma delegação angolana para assistir à Cimeira do Fórum China-África em Pequim, em Novembro de 2006. O Presidente angolano José Eduardo dos Santos participou na abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim, em Agosto 2008 e, quatro meses depois, realizou uma terceira visita à China, tendo assinado o Acordo Quadro de Cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China, a 17 de Dezembro de 2008. Por último, a visita da Ministra do Ambiente Maria de Fátima Monteiro Jardim, em Junho de 2010 e a do vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos para presidir ao Dia de Angola na Expo Shanghai 2010, a 24 Setembro de 2010.

Da China, salienta-se a visita a Angola, em 2005, de altos dignitários como o vice-Primeiro-Ministro Zeng Peiyan, que se fez acompanhar pelo vice-Presidente da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento e Director do Departamento Nacional de Energia Zhang Guobao. Durante a sua visita foi assinado, a 25 de Fevereiro de 2005, o Acordo de Cooperação na Energia, Recursos Minerais e Infra-estruturas. Em Junho de 2006, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao visitou Luanda, tendo assinado vários acordos de cooperação com o governo angolano nas áreas de economia, tecnologia, saúde, agricultura e justiça. Três anos depois, nos primeiros meses de 2009, com objectivo de reforçar as relações comerciais entre os dois países o Ministro do Comércio Chen Deming (Janeiro) e o Vice-Ministro do Comércio Jiang Zengwei (Março) visitaram Angola. Em 2010, Luanda

recebeu a visita do vice-presidente da China Xi Jinping, que foi sucedida pela do vice-Primeiro-Ministro da China, Wang Qisha, em Março de 2011. Por último, entre 22 e 23 Maio de 2011, o Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da RPC Wu Bangguo visitou Angola, tendo sido assinados seis acordos de cooperação, em áreas como o ensino, as telecomunicações, o comércio e a economia (Macauhub, 2011e).

Tabela XIX. *Visitas bilaterais Angola-China, 1988-2011*

| De Angola para China | | Da China para Angola | |
|----------------------|--|----------------------|---|
| Data | Nome | Data | Nome |
| Outubro de 1988 | Presidente Eduardo dos Santos | Maio de 1983 | Vice-Ministro dos Assuntos Externos Gong Dafei |
| Novembro 1993 | Presidente da Assembleia Nacional Fernando José de França Dias Van Dunem | Agosto de 1989 | Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen |
| Março de 1994 | Ministro das Relações Exteriores Venâncio de Moura | Agosto de 1995 | Vice Primeiro-Ministro Zhu Rongji |
| Setembro de 1998 | Secretário-Geral do MPLA Lopo de Nascimento | Abril de 1996 | Ministro dos Assuntos Externos Li Zhaoxing |
| Outubro de 1998 | Presidente Eduardo dos Santos | Setembro de 1996 | Ministro Assistente dos Assuntos Externos Ji Peiding |
| Maio de 2000 | Ministro da Defesa Kundy Payama | Janeiro de 2001 | Ministro dos Assuntos Externos Tang Jiaxuan |
| Maio de 2000 | Secretário-Geral do MPLA João Lourenço | Outubro de 2001 | Membro do Comité Central do Partido Comunista Chinês Li Tieying |
| Maio de 2004 | Ministro dos Negócios Estrangeiros João Bernardo de Miranda | Março de 2004 | Vice-Primeiro-Ministro Zeng Peiyan |
| Novembro de 2006 | Primeiro-Ministro Eduardo dos Santos | Fevereiro de 2005 | Vice-Primeiro-Ministro Zeng Peiyan |

| | | | |
|------------------|---|------------------|--|
| Agosto de 2008 | Presidente Eduardo dos Santos | Novembro de 2005 | Vice Ministro da Informação Industrial Jiang Yaoping |
| Dezembro de 2008 | Presidente Eduardo dos Santos | Junho de 2006 | Primeiro-Ministro Wen Jiabao |
| Junho de 2010 | Ministra do Ambiente Fátima Jardim | Janeiro de 2009 | Ministro do Comércio Chen Deming |
| Julho de 2010 | Ministro da Defesa Cândido Van Dunen | Novembro de 2010 | Vice-presidente Xi Jinping |
| Setembro de 2010 | Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos | Março de 2011 | Vice-Primeiro-Ministro Wang Qisha |
| Outubro de 2011 | Ministro de Estado Carlos Maria Feijó | Maio de 2011 | Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da RPC Wu Bangguo |

Fonte: Elaborado pela candidata através de dados recolhidos no Macauhub; ChinaDaily, Angop e Fórum de Macau, vários anos.

Durante a visita oficial do Vice-Presidente Xi Jinping a Angola, a 20 de Novembro 2010, a relação bilateral foi elevada a um patamar superior com o estabelecimento da Parceria Estratégica entre os dois países. Como foi referenciado no capítulo anterior, a Parceria Estratégica é uma mais elevadas estruturas de parcerias construída pela diplomacia chinesa. A criação de um diálogo estratégico com os países ricos em recursos energéticos, como Angola, pode ser um meio para Pequim ampliar a cooperação bilateral, nomeadamente no sector energético. O Vice-presidente Xi Jinping⁴¹⁷ expressou o desejo de aumentar a “*confiança política, expandir a cooperação e reforçar a coordenação na arena internacional*” com este país lusófono, tendo sido assinados, na altura, sete acordos intergovernamentais que reforçaram a cooperação nas áreas de economia, tecnologia, agricultura, finanças, energia e mineração (Jinchuan, 2010).

Na Declaração Conjunta, ambos os países concordaram em estabelecer a Comissão Bilateral dirigida pelos vice-presidentes da China e de Angola, que tinha sido acordada no

⁴¹⁷ Foi eleito secretário-geral do Comité Central do PCC 18.º congresso do PCC, em Outubro 2012 e, em Março de 2013, eleito Presidente da República.

Acordo Quadro de Cooperação entre a República de Angola e a RPC, em Dezembro de 2008. Esta comissão tem por objectivo reforçar a orientação e coordenação em todos os domínios entre os dois países, em particular procura planear acções para serem implementadas e coordenadas através de um mecanismo operacional conjunto para *“encorajar e apoiar as empresas e instituições financeiras dos dois países, e aumentar o comércio e investimento bilaterais, dando ênfase à cooperação mutuamente vantajosas nos domínios da agricultura, indústria, infra-estruturas, urbanismo, prospecção e exploração de recursos energéticos e minerais, conservação hidráulica, telecomunicações, ambiente e cultura”* (Embaixada da República Popular da China em Angola, 2010). Foi proposto, também, a criação de um programa plurianual em todos estes domínios, de forma a reforçar a cooperação bilateral e a cooperação entre os dois governos dentro dos mecanismos multilaterais do Fórum de Cooperação China-África e do Fórum Macau.

Além de visitas de altos dignatários estatais, Angola tem recebido delegações de instituições bancárias e empresários chineses que, muitas vezes, acompanham as visitas de Estado, tal como a visita do presidente do Eximbank da China, Li Ruogu, em Setembro de 2007, e do presidente do CDB, Chen Yuan, em Março de 2009. Estas visitas resultaram na assinatura de vários acordos económicos e financeiros e contribuíram para o reforço das relações entre os dois países e da presença chinesa em Angola. Pequim possui uma embaixada em Luanda desde 1984⁴¹⁸ e Angola mantém uma embaixada em Pequim desde 1993⁴¹⁹. Em Abril de 2007, Angola abriu um consulado em Hong Kong, após intensos investimentos dessa Região Administrativa Especial no seu território. Em Novembro desse mesmo ano, foi aberto um consulado angolano em Macau e, um ano depois, em Xangai.

⁴¹⁸ Embaixadores Chineses em Angola Zhao Zhenkui (Setembro 1984 a Maio de 1988); Hu Lipeng (Maio de 1988 a Abril de 1992); Zhang Baosheng (Junho 1992 a Julho de 1994); Xiao Sijin (Março de 1995 a Fevereiro de 1999); Jiang Yuande (Fevereiro de 1999 a Agosto de 2002); Zhang Beisan (Setembro de 2002 a Abril de 2005); Zhang Bolun (Maio de 2008 a Julho de 2011) e Gao Kexiang (Julho de 2011 até ao momento)

⁴¹⁹ Embaixadores Angolanos na China: Bernardo de Sousa (1993-2002), João Manuel Bernardo (2002-2011) e João Garcia Bires (de 2011 até ao momento).

4.3.2. Os Recursos Energéticos de Angola

De acordo com *Oil and Gas Journal (OGJ)* (EIA, 2011b), as reservas provadas de petróleo de Angola, em Janeiro de 2011, eram de 9,5 biliões barris⁴²⁰, um valor que coloca o país na terceira posição no continente africano, depois da Líbia (46,4 biliões de barris) e da Nigéria (37,2 biliões de barris) (EIA, 2011b), na segunda posição na África Subsariana e em 18.º lugar a nível mundial. Ao contrário destes dois países da África do Norte que possuem reservas apreciáveis em terra, a esmagadora maioria das reservas petrolíferas de Angola estão localizadas em blocos *offshore*, em águas profundas e/ou ultra profundas⁴²¹. Angola é um dos quatro primeiros países do mundo em termos de maiores reservas de petróleo em águas profundas e ultra-profundas, logo depois do Brasil, a Nigéria e os Estados Unidos. Os estudos prospectivos indicam também que o potencial petrolífero não descoberto em Angola está nas águas profundas, especialmente no pré-sal⁴²² que poderá vir a ampliar ou manter as reservas angolanas de petróleo⁴²³. Angola possui também reservas provadas *onshore* perto da cidade de Soyo e na província de Cabinda.

Em 2007, Angola aderiu formalmente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), assumindo a presidência da organização a 1 de Janeiro de 2009. Nesse ano, o rácio reservas/produção, à média de 1,8 milhões de b/d, era de 20 anos, projectando-se que, em 2012, consiga obter 2 milhões b/d (CEIC-UCAN, 2010, p. 37) e 2,5 a 3 milhões b/d de petróleo, em 2015 (EIA, 2011b). Este PLP é o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana, o terceiro de África e o sétimo entre os membros da OPEP. Desde 2005, conseguiu ter um aumento de produção de petróleo, o que lhe possibilitou

⁴²⁰ Para a BP e para a Sonangol as reservas provadas de petróleo são, respectivamente, de 13,5 e 12,6 biliões de barris.

⁴²¹ Os activos angolanos *offshore* são divididos em 41 blocos e estão separados em três bandas: Banda A (blocos em águas rasas 0-13), Banda B (blocos em águas profundas 14-30) e Banda C (blocos de águas ultra-profundas 31-40) (Anexo XL).

⁴²² Jazidas de petróleo que se encontram não apenas em alto mar (*offshore*) como também por baixo de uma camada de sal totalizando profundidades de vários quilómetros desde a superfície do oceano (Banco de Portugal, 2012, p. 20).

⁴²³ Para António Costa Silva (2013), alguns dos campos mais maduros de petróleo em Angola já entraram ou vão entrar em declínio. Desta forma, a pesquisa do pré-sal angolano é importante para repor e ampliar as reservas do país.

ultrapassar a Argélia, em 2006, a Líbia, em 2007, e a Nigéria, em 2009⁴²⁴. Em 2010, a produção de petróleo angolano foi de 1,85 milhões b/d (EIA, 2011b), contudo, caiu para 1,65 milhões b/d, nos dez primeiros meses de 2011 e para 1,4 milhões b/d em Junho de 2011 (Watkins, 2012), devido a problemas técnicos nos campos Saxi-Batuque no bloco 15 (operado pela ExxonMobil) e Grande Plutónio do bloco 18 (operado pela BP). Com a recuperação desses dois campos, a produção aumentou, no final de 2011, para 1,75 milhões b/d. De acordo com o Ministro do Petróleo angolano, José Botelho de Vasconcelos, com o início da actividade de projectos como o Satélites Kizomba (operado pela BP e o CLOV da Total), a produção de petróleo poderá regressar aos níveis de 2008 e atingir os 2 milhões b/d em 2014 (Vasconcelos, 2012, citado por Watkins, 2012, p. 13).

Em Dezembro de 2012, foi estreada a produção do Projecto Plutão, Saturno, Vénus e Marte (PSVM) no Bloco 31 do *offshore* angolano operado pela BP. Na fase inicial, a produção será proveniente de três poços do campo Plutão, calculando-se atingir um nível de produção de 70.000 barris de petróleo por dia. Com a entrada em produção dos campos restantes Saturno e Vénus, em 2013, e Marte em 2014, a produção poderá atingir um valor máximo de 150 mil barris de petróleo por dia. A superação das dificuldades técnicas em poços petrolíferos angolanos e a produção do PVSM deverá impulsionar a produção angolana para próximo dos 1,9 milhões de barris diários em 2013 e para 2,23 milhões de barris em 2017 (Oredein, 2013).

Em 2011, Angola foi a terceira maior economia de África. O relatório preparado pelo Banco de Desenvolvimento Africano (2012, p. 8) descreve o país como uma economia próspera, com um dos índices de crescimento mais rápidos do mundo e uma taxa de crescimento média do PIB real de 11,6%, ao longo da última década⁴²⁵. Muito do crescimento económico de Angola pode ser atribuído ao desenvolvimento do seu sector petrolífero que representa 95% das exportações, 50% do seu PIB e 98% das receitas do governo (African Development Bank Group, 2012; EIA, 2013a). O colapso dos preços internacionais do petróleo provocaram, na segunda metade de 2008, um período de

⁴²⁴ Angola ultrapassou a Nigéria devido à violência militar no Delta do Níger que provocou a interrupções nos projectos *onshore* e *offshore* de baixa profundidade. Em 2009, a Nigéria produziu 1,73 milhões de barris diários de petróleo.

⁴²⁵ Com a excepção de 2009, em a taxa de crescimento real do PIB passou para apenas 2,4%.

instabilidade económica no país, com a descida das receitas fiscais, a redução das reservas em moeda estrangeira e a desvalorização do Kwanza⁴²⁶. Perante este quadro de dependência em relação ao sector petrolífero, um dos principais objectivos da política económica do governo Angolano é de aumentar a percentagem do sector não petrolífero no seu PIB, para reduzir a exposição da economia angolana às oscilações do preço do petróleo. Para promover o crescimento, a prosperidade e o desenvolvimento económico e social de Angola, o presidente a José Eduardo dos Santos anunciou, a 20 de Novembro de 2008, a criação de uma comissão especial que iria construir as bases de um novo fundo de riqueza soberana (Fundo Petrolífero de Angola, 2012). Quatro anos depois, o executivo angolano estabeleceu oficialmente o Fundo Soberano Angolano (FSDEA), com uma dotação inicial de cinco mil milhões de dólares, a ser aplicada em projectos com potencial de crescimento em Angola e no estrangeiro, em particular na África a sul do Saara.

Data de 1910, a primeira licença de concessão atribuída à firma Canha & Formigal para a prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos em Angola⁴²⁷. Embora a história do petróleo de Angola remonte a esse período, foi necessário mais quarenta anos até à primeira descoberta comercial de petróleo - o “Jazigo de Benfica”. A perfuração deste poço *onshore* na bacia de Cuanza, próximo da capital Luanda⁴²⁸, foi iniciada pela empresa Petrofina, em 1956. No início da década de 60 do século XX, foi descoberto o campo Tobias, na região de Cabo Ledo, que pelas suas dimensões veio permitir que a Angola se tornasse auto-suficiente em termos de petróleo bruto e retirar qualquer tipo de dúvidas sobre a existência de “ouro negro” no subsolo do país. Actualmente, a exploração de petróleo *onshore* está distribuída ao longo das bacias de Congo, Kwanza, Benguela, Namibe e pelas bacias interiores de Kassanje, Okavango e Owango. A bacia do Baixo

⁴²⁶ A taxa de crescimento real do PIB passou de 13.8% em 2008 para apenas 2.4% em 2009 (Jover et al., 2012, p. 8).

⁴²⁷ A firma Canha & Formigal, operadora pela companhia Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA), explorava 114 mil Km² no *Offshore* do Congo e na Bacia do Kwanza localizadas entre as actuais cidades do Soyo, a Norte, e do Sumbe, a Sul. Em 1961, o Dande foi o primeiro poço a ser perfurado nesta concessão. A partir de 1920, uma empresa associada da Sinclair Oil dedicou-se à mesma actividade na Quissama, todavia, só partir do fim da 2.ª Guerra Mundial, com um aumento da procura à escala global, é que as actividades de exploração se intensificaram em Angola.

⁴²⁸ A descoberta do campo de Benfica foi um feito da Missão de Pesquisas de Petróleo, uma subsidiária do Grupo Belga Petrofina ou Purfina. A produção foi iniciada no ano seguinte, tendo-se tornado auto-suficiente em ramos para a Refinaria de Luanda após a descoberta do campo de TOBIAS, em 1961, na região de Cabo Ledo a sul do Rio Kwanza.

Congo, também denominada área do Soyo, é a única em que está em fase de produção, com a sua área dividida em dois blocos: o Cabinda Norte e o Cabinda Sul.

No período de Angola como Província Ultramarina Portuguesa, mais concretamente em 1968, foi iniciada a exportação de petróleo da produção do mar de Cabinda operado pela Cabgo que, na altura, era uma filial da companhia americana GULF Oil. Cinco anos depois, o petróleo tornou-se o principal produto de exportação de Angola, com uma produção, em 1974, de 172.000 b/d (Sonangol, 2011a). Quatro anos depois, já como país independente, a empresa estatal angolana – Sonangol Sociedade Gestora de Participações Sociais Limitada (Sonangol SGPS) (Sonangol)⁴²⁹ estreou-se no mercado internacional, primeiramente, usando como intermediária a empresa Marc Rich e, a partir de 1983, começou a vender directamente aos seus clientes com abertura do seu escritório de Londres.

De forma poder acompanhar a variação da mudança geográfica dos principais compradores das suas ramas, a empresa angolana abriu, uma filial em Houston, em finais de 1997, e outra em Singapura, em Abril de 2005. Essa mudança gradual dos compradores das ramas de petróleo angolano do ocidente para a Ásia, é dominada pela China e reflecte, por um lado, o interesse dos consumidores asiáticos em diversificar as fontes de aprovisionamento e em aceder aos recursos energéticos angolanos, e por outro, o interesse de Angola em diversificar as fontes de exportação e de investimento no seu sector energético. De acordo com a EIA (EIA, 2013a), em 2011, cerca de 58% das exportações de petróleo eram encaminhadas para o mercado asiático, sobretudo para o chinês (representa 38% no total das exportações), seguido da Índia (11%) e Taiwan (9%). Num segundo plano, representando 23%, estão as exportações para América do Norte (EUA 14% e Canadá 9%), seguidas da Europa (14%) e outras áreas (6%). Pela análise das exportações de mercadorias de Angola apresentadas na Tabela XX, podemos verificar a mudança gradual dos compradores das ramas de petróleo angolano, com a Ásia a ocupar o lugar da América do Norte. Os Estados Unidos foram, até 2007, e como em todos os países da costa ocidental africana produtores de ramas leves e/ou doces, o principal mercado das exportações angolanas. No entanto, este domínio tem vindo a ser disputado pelos países

⁴²⁹ A Sonangol foi criada, em 1976, a partir da nacionalização da Angol. O decreto-lei n.º 52/76 estabeleceu a Sonangol U.E.E para gerir a exploração dos recursos de hidrocarbonetos em Angola.

asiáticos, sobretudo pela China. Como refere o Relatório Energia em Angola 2010 (CEIC-UCAN, 2010, p. 49) “apesar de no final dos anos 90 já se vislumbrar a futura importância do mercado asiático, ela só se concretizou nos últimos anos. Em 2003, por exemplo, dum total de 254.000 b/d de ramas de Cabinda cerca de 50% foi vendida para a Ásia e essa percentagem foi aumentando até 2006, ano em que atingiu 68%, a maioria para a China (49%) seguida de Taiwan com 14,5%. Os Estados Unidos que foram, durante 30 anos os principais utilizadores das ramas Cabinda, em 2005, já tinham descido para 72.000 b/d e no ano seguinte para 53.000 b/d”.

Tabela XX. Exportações por Destino de Petróleo Bruto Angolano (%)

| Destino | 2005 | 2006 | 2007 | 2008* | 2009* | 2010* |
|----------------------|------|------|------|-------|-------|-------|
| África do Sul | 1,5 | 1,8 | 3,9 | 4,1 | 3,2 | 3,1 |
| Canadá | 6,0 | 5,5 | 5,9 | 5,2 | 5,4 | 5,8 |
| China | 24,8 | 30,1 | 26,4 | 29,7 | 38,5 | 42,8 |
| EUA | 27,2 | 31,4 | 24,0 | 23,3 | 19,0 | 15,9 |
| França | 7,9 | 3,5 | 5,2 | 7,6 | 3,7 | 3,2 |
| Índia | 2,3 | 2,0 | 5,5 | 4,3 | 9,4 | 10,1 |
| Portugal | 0,1 | 0,0 | 1,0 | 0,8 | 0,5 | 1,8 |
| Taiwan | 4,0 | 5,2 | 4,2 | 2,5 | 2,9 | 4,8 |
| Outros | 26,1 | 20,5 | 24,0 | 25,1 | 13,5 | 9,8 |

*Estimativas

Fonte: Banco de Portugal, 2012, p. 31

No início da década de 90, com a adjudicação do Bloco 16, iniciou-se em Angola a exploração de petróleo em águas profundas e juntamente com a exploração dos blocos 14⁴³⁰, 15⁴³¹ e 17⁴³², representa o ponto de viragem do país como país produtor. Angola

⁴³⁰ Começou a produzir em 1999. Além da Chevron que é o principal operador com 31%, a Sonangol detém neste bloco uma participação de 20%, a Eni outros 20%, a Total 10,01%, a Inpex 9,99% e Petrogal 9%.

⁴³¹ Este bloco, localizado cerca de 370 km a Noroeste de Luanda, tem os seus reservatórios de 500 a 2 mil metros abaixo do leito oceânico, em profundidades que rondam entre os 700 e os 1500 metros. A primeira descoberta ocorreu em 1998 e a produção neste bloco começou no campo Xikomba, em 2003. É operado pela ExxonMobil-filial Esso Exploration Angola Limited (Esso Angola) que detém uma participação de 40%. As outras companhias que participam são a British Petroleum (26,67%), a Eni (20%) e a Statoil (13,33%).

⁴³² Fica situado a 135 km da costa Angolana, a uma profundidade que varia entre 1200 e 1500 metros. Com 15 descobertas comerciais, constam deste bloco quatro áreas principais: a Girassol (que inclui os campos Rosa e Jasmim), a Dália e as áreas Pazflor e CLOV (que representa Cravo, Lírio, Orquídea e Violeta). A

deixou de “*ser um simples produtor médio de petróleo para se tornar num dos pontos principais para busca de novas reservas. (...) Os índices de sucesso não param de crescer. Uma tendência que se prevê que continuará para os próximos anos, à medida que mais poços em águas profundas são descobertos e entram em produção*” (Sonangol, 2011b). O sucesso desses blocos e o avanço da tecnologia para perfuração em alto-mar, vieram possibilitar, posteriormente, as concessões em “águas ultra-profundas”, cujo potencial petrolífero poderá vir a ser ampliado se o governo Angolano conseguir estender o seu limite actual de 200 milhas da Zona Económica Exclusiva para 350 milhas nas Nações Unidas⁴³³.

O sector petrolífero tem sido animado pela possibilidade de Angola possuir hidrocarbonetos nas suas formações do pré-sal. De acordo com Peter Howard Wertheim (2012), os geólogos da Petrobras acreditam que, a geologia do pré-sal da África Ocidental tem muitas correspondências com a da costa do Brasil pois, há cerca de 165 milhões de anos atrás, África e a América do Sul pertenciam ao subcontinente Gondwana. E mesmo depois da sua divisão, as estruturas geológicas do pré-sal permaneceram, em geral, inalteradas. Desta forma e perante as semelhanças entre a geologia do pré-sal brasileiro e angolano, Angola poderá ter um potencial similar ou superior ao Brasil⁴³⁴, sobretudo nas bacias do Kwanza e do Baixo Congo (Cf. Imagem 1), o que poderá permitir repor ou aumentar as suas reservas de petróleo e ampliar o seu potencial como país produtor e fornecedor. Como refere a consultadoria Economist Intelligence Unit “*a longo prazo, se as reservas de pré-sal provarem serem comparáveis às do Brasil, a produção de petróleo de Angola provavelmente ultrapassará a da Nigéria numa base sustentada, elevando a posição do país para a de maior exportador de petróleo africano*” (EIU, 2012 citado por Macahub, 2012). As descobertas no pré-sal angolano já começaram a ser anunciadas⁴³⁵ e,

produção começou em 2011, é operado pela Total com a participação da ExxonMobil (através Esso, 20%), da Statoil (23,33%) e da BP (16,67%).

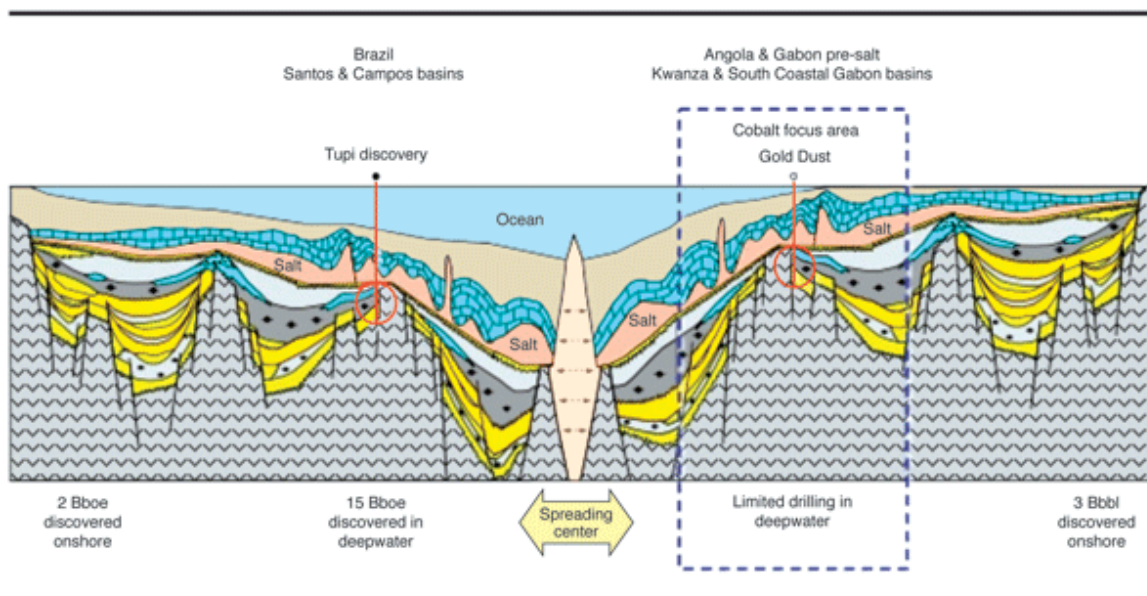
⁴³³ Em 2009, Angola apresentou às Nações Unidas uma informação preliminar, tendo-se comprometido apresentar o relatório em 2013. O Brasil e Portugal têm dado apoio técnico para a obtenção de dados referentes ao mapeamento do fundo marinho.

⁴³⁴ Existem algumas diferenças entre o Brasil e Angola, como por exemplo, a região do pré-sal angolano, ao contrário no Brasil, encontra-se no mar e em terra. O pré-sal no *onshore* angolano está a cerca de 4.000 metros abaixo do solo, enquanto o pré-sal *offshore* é ainda mais profundo.

⁴³⁵ Cobalt International Energy foi das primeiras a declarar, em Fevereiro de 2012, a descoberta de petróleo no poço de exploração Azul-1 localizado em águas profundas do bloco 23 da bacia do Cuanza, que poderá vir ter uma capacidade de produção de petróleo próxima de 20.000 b/d.

poderão vir a serem ampliadas pelos novos 11 contractos de partilha de produção no pré-sal, no mar da bacia do Cuanza, acordados entre a Sonangol com várias companhias internacionais de petróleo⁴³⁶, em Dezembro de 2011.

Imagem 1. *Bacias do pré-sal do Brasil e de Angola*



Fonte: Peter Howard Wertheim, 2012.

Em Janeiro de 2011, Angola tinha 10,95 Tcf de reservas de gás natural, um aumento significativo em relação às reservas estimadas de 2 Tcf de gás de 2007 (EIA, 2011b) e são as quintas maiores reservas de África e as segundas maiores na África Subsariana, depois da Nigéria. Nas últimas duas décadas, a produção de gás natural tem vindo a aumentar, crescendo de 98 Bcf para 379 Bcf em 2011, em que, desse total produzido 91 Bcf foram queimados e reinjectados (EIA, 2011b). Estão a ser desenvolvidos esforços para melhorar a capacidade de produção do gás natural do país, pois a grande maioria é produzido com o petróleo ou queimado ou reinjectado nos reservatórios de petróleo para manter a pressão e ajudar na recuperação do petróleo.

⁴³⁶ Os blocos 19 e 24 ficaram para a BP (50% em cada), o 22 para a Repsol (30%), os 25 e 40 para a Total (35%), o 35 para a ENI (30%), os 36 e 37 para a ConocoPhillips (30%) e 38 e 39 para a Statoil (40%).

O Angola LNG é um dos mais importantes projectos no sector do gás natural angolano e o maior investimento, num único projecto, já alguma vez executado em Angola, representa também uma forma de rentabilizar o gás associado à produção de petróleo e de reduzir as emissões de gás com efeito estufa. Neste projecto está a ser criado uma das mais modernas fábricas de processamento de LNG do mundo na cidade de Soyo, na província do Zaire, pela Angola LNG, o maior produtor de Gás Natural Liquefeito (LNG) a operar em Angola. O projecto está a ser desenvolvido pela Sonangol (22,8%) e pela Chevron (36,4%), tendo como associados a TOTAL, BP e a ENI (cada com uma participação de 13,6%), desde 2012. De acordo com informações disponibilizadas pelo Angola LNG (2011), será abastecido através das reservas de gás estimadas em mais de 10 triliões de pés cúbicos disponíveis nos blocos 0, 1, 2, 14, 15, 17 e 18, que estão localizados na zona marítima angolana. Conseguirá vir a produzir um bilião de pés cúbicos de gás limpo por dia que será, posteriormente, distribuído para o mercado doméstico e pelos países consumidores da Europa e da Ásia, colocando-se a possibilidade de o primeiro carregamento ficar pelo Atlântico e ser vendido ao Brasil.

4.3.3. A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos de Angola

A demanda energética é um factor condicionante da aproximação da China aos países produtores ou com recursos energéticos, nomeadamente aos PLP, na qual Pequim procura obter fornecimentos de petróleo e investir na indústria extractiva. Em Angola, e como em todos os países com recursos minerais e energéticos, esses investimentos são realizados pelas *guaban* chinesas, apoiados politicamente pelo governo e financeiramente pelos bancos chineses CBD e Eximbank. Como aludimos no capítulo III, estes investimentos que aparentemente assumem os objectivos estratégicos do governo chinês na segurança energética, podem ser iniciados pelas companhias após ou durante as visitas de Estado ou antes ou depois da aprovação de créditos aos países produtores. Consequentemente, a participação chinesa nos recursos energéticos resulta de uma “triangulação” de interesses e não de uma simples execução de um objectivo do governo.

A atracção das *guaban* energéticas chinesas pelo mercado energético angolano pode ser explicado, primeiramente, pela elevada qualidade do petróleo angolano⁴³⁷, com uma densidade de elevada a média (variando entre 32 e 39,5° API) e um baixo conteúdo de enxofre (0,12 a 0,14%), ideal para as refinarias chinesas. E em segundo lugar, pela elevada taxa de sucesso de exploração dos poços de petróleo, em que, de acordo com o Presidente da Sonangol Manuel Vicente, na II Conferência e Exposição Regional da África Ocidental sobre Exploração e Produção em Águas Profundas em Luanda, em 2007, “dos 155 poços perfurados, para exploração e avaliação, obteve-se uma taxa de sucesso de mais de 80 por cento” (Lusa, 2007). A sua penetração no sector petrolífero angolano ocorreu dois meses depois da concessão da linha de crédito de USD\$ 2 biliões pelo Eximbank da China ao governo Angolano, em Março de 2004, e coincidiu com a liberalização da primeira metade desse empréstimo. A Sinopec comprou por USD\$ 725 milhões uma participação de 50% do bloco 18 operado pela BP, localizado a 160 km a nordeste de Luanda. Este primeiro investimento de uma *guaban* chinesa no sector energético angolano, envolto por uma controvérsia em relação à obtenção desse contracto, ilustra também uma das vitórias na competição entre as petrolíferas chinesas e indianas. A Shell, após ter abdicado dos seus interesses petrolíferos em Angola, negociou um acordo com a indiana ONGC Videsh Ltd para assumir a sua participação de 50% no Bloco 18, em Outubro de 2003 (Semanario Angolense, 2004). Simultaneamente, altos executivos da Sonangol, tal como o Presidente da Sonangol Manuel Domingos Vicente, reuniram-se várias vezes entre 2003 e 2004, com representantes da Sinopec, em Angola e na China. O Presidente dos Santos também recusou nesse período o convite do governo indiano para visitar Nova Deli e em receber o Ministro do Petróleo indiano, Mani Shankar Aiyar, em Luanda. Estes indícios de uma maior aproximação à China em detrimento da Índia foram confirmados com o resultado anunciado pela Sonangol que, ao exercer o seu direito de preferência, concedeu a participação accionaria da Shell à Sinopec⁴³⁸. O início da parceria entre a Sonangol e o

⁴³⁷ Angola possui nove tipos de crude cotados internacionalmente, de acordo com as características padrão são: crude Intermédio (Cabinda Blend; Dália; Girassol; Hungo e Kissanje Blend); crude pesado (Kuito) e crude leve (Nemba; Palanca blend e Xicomba). O *Cabinda Blend* é o padrão comparativo para o petróleo bruto Angolano, sendo a referência nos mercados internacionais

⁴³⁸ A Sonangol atribui direitos de exploração de petróleo e de gás natural no território e na faixa continental Angolana. Os espaços para exploração estão geralmente delimitados em áreas de superfície de 5 mil km² denominadas de Blocos, os quais são disponibilizados para concessões por um período entre 5 a 20 anos. Como empresa concessionária, a Sonangol realiza o processo de decisão na escolha de atribuição de

grupo Sinopec resultou na criação, em Setembro de 2004, da *joint-venture* Sonangol Sinopec International Limited (SSI), com a empresa angolana a deter uma participação de 45% e a Sinopec de 55%. A SSI sediada em Hong Kong passou a operar, a 30 de Setembro de 2010, como uma subsidiária da Sinopec Corporation Hongkong International Limited (Bloomberg Businessweek, 2010)⁴³⁹.

O reforço da influência e da presença chinesa em Angola foi apoiado pela “Diplomacia de Liderança” (*lingdao waijiao*) chinesa, que permitiu também criar um ambiente favorável para os investimentos das petrolíferas chinesas. Um ano após a Sinopec ter acedido ao *equity oil* angolano, o vice Primeiro-Ministro Zeng Peiyan visitou Luanda, acompanhado pelo vice-Ministro da Comissão para a Reforma e Desenvolvimento e pelo chefe do Gabinete Nacional de Energia Zhang Guobao, entre 25 e 27 de Fevereiro de 2005. Durante a sua visita foram assinados nove acordos de cooperação, dos quais cinco destinaram-se a reforçar a cooperação entre os dois governos e quatro a cooperação entre as empresas dois países no sector da energia (Jornal de Angola, 2005). Na primeira categoria, foram rubricados dois acordos entre a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional e o Ministério do Petróleo e o Ministério da Geologia e Minas Angolano, três acordos de cooperação em energia, recursos minérios e infra-estruturas e um Memorando de Entendimento para criar uma Comissão de Energia, Recursos Minérios e Infra-estruturas. Dentro dos quatro acordos empresariais, sobressai o acordo entre a Sonangol e a Sinopec para fornecimento de 40.000 b/d de petróleo por um período de sete anos e o Memorando de Entendimento entre as duas empresas para o estudo conjunto do Bloco 3/80.

A Sinopec assinou também um Memorando de Entendimento com a Sonangol Refineries (Sonangref), que visava definir a metodologia de trabalho e as regras para cooperarem juntas no projecto do governo angolano de construção da refinaria do Lobito

concessões a um grupo de empresas concorrentes, cujos factores decisivos são: as incertezas em relação aos preços futuros de petróleo, as reservas e volumes recuperáveis, os impactos ambientais, a legislação tributária, o nível actual de conhecimento geológico das bacias, o acesso aos blocos exploratórios e as condições operacionais vigentes (Sonangol, 2012).

⁴³⁹ Em Março de 2010, a SSI mudou de proprietário tendo sido adquirida por uma subsidiária da China Petrochemical Corporation, que também é o accionista de controlo da Sinopec Corp, com uma participação de 75,84%.

(Sonaref) (Angop, 2005)⁴⁴⁰. Angola possuía apenas uma refinaria construída na década de cinquenta, nos arredores de Luanda, cuja capacidade estava limitada a 65.000 b/d, o que era manifestamente insuficiente para cobrir a crescente procura de combustíveis. A construção desta nova refinaria no Lobito, perto da cidade de Bengala, permitiria resolver o problema do abastecimento de combustíveis ao mercado angolano, que estava a ser solucionado pela Sonangol com o recurso à importação. Neste projecto avaliado em 3,7 biliões de dólares, a Sonangol passou a deter uma participação maioritária de 70% e a Sinopec 30%. Foi projectado para ser construído por diversas fases, a partir dos finais de 2007, concretizado em 2011, possibilitando uma capacidade diária de processamento de 65 mil barris (ANGONOTÍCIAS, 2006). A Sonangol EP, uma filial de Sonangol Group, a 16 de Março de 2006, assinou o acordo com a Sinopec para desenvolver a Sonaref. Porém, a possibilidade da participação da empresa chinesa no *downstream* angolano terminou, em Março de 2007, quando as negociações entre as duas companhias envolvidas no projecto foram encerradas perante o desacordo na escolha do mercado. A Sinopec estava interessada em fornecer para o mercado chinês enquanto a Sonangol mostrava-se mais inclinada para o mercado regional e ocidental. Acresce que, numa informação colocada na página da Sonangol, o objectivo da Sonaref era controlar 50% do mercado regional e exportar o excesso para mercados internacionais, nomeadamente EUA e a Europa (Sonangol, 2009). No final de 2008, a Sonangol anunciou que tinha contratado a empresa norte-americana Kellogg Brown & Root (KBR) para elaborar a planta da refinaria do Lobito e que esta seria construída pela Sonangol.

Após a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao a Angola, entre 20 e 21 de Junho de 2006, a Sonangol anunciou que entre as empresas vencedoras das licenças de exploração de sete concessões de água profunda propostas em Novembro do ano anterior, estava a SSI. Esta *joint-venture* conseguiu adquirir nos blocos *offshore* apresentados, 20% do bloco 15(06), 27,5% do bloco 17(06) e 40% do bloco 18(06) (AFP, 2006), que no seu total possuem 3,2 biliões de barris reservas provadas de petróleo e podem permitir quando estiverem operacionais o aumento da produção da Sinopec para 100.000 b/d (Lusa, 2006).

⁴⁴⁰ A empresa francesa Total e a sul africana PetroSa estavam também interessadas no projecto, mas acabou por ser Sinopec o parceiro escolhido de financiamento.

A Sinopec começou a sua participação nos recursos energéticos angolanos, em 2004, e por meio da SSI conseguiu adquirir parcerias equitativas de exploração em mais três blocos petrolíferos angolanos situados em águas profundas: o 15(06), o 17(06) e o 18(06) (Cf. Tabela XXI). No entanto, o bloco 18 continua a ser a maior participação desta *guaban* chinesa no sector energético de Angola (27,5%). Este bloco de petróleo é um dos maiores na costa angola, com reservas estimadas de cerca de 750 milhões de barris (China Sonangol, 2012). O projecto petrolífero Grande Plutónio no Bloco 18 é composto, actualmente, por cinco grandes e distintos campos (o Gálio, o Crómio, o Paládio, o Cobalto e a Platina) descobertos entre 1999 e 2001, em águas profundas abaixo dos 1450 metros no largo da costa de Angola (Anexo XLI). Entrou em actividade de produção com a entrada em operação do navio de produção e armazenamento de petróleo Grande Plutónio, a 1 de Outubro de 2007⁴⁴¹ e produz uma média de 100.000 b/d de petróleo de baixo teor de enxofre (0,36% wt.), de gravidade média (3.2° API), podendo ser ampliada produção para mais de 200.000 b/d (Sonangol, 2011b).

Tabela XXI. *Participação da Sonangol Sinopec International no Petróleo Angolano*

| Bloco | Ano adquirido | % | Parceiros (%) | Estimativa da taxa de partilha pela Sinopec |
|---------|---------------|-------|--|---|
| 18 | 2004 | 50% | BP (OP*) (50%) | 27,5% |
| 15 (06) | 2006 | 25% | ENI (OP) 35% SONANGOL P&P 15% TOTAL 15% FALCON OIL 5% STATOIL 5% | 11% |
| 17/06 | 2006 | 27,5% | TOTAL (OP) 30% SONANGOL P&P 20% SOMOIL 10% FALCON OIL 5% ACREP 17 S.A. 5% PARTEX 2,5% | 15,3% |

⁴⁴¹ A exploração do petróleo no bloco 18 está a ser suportada pelo navio de produção FPSO Grande Plutónio, uma estrutura metálica comparável a três campos de futebol. O FPSO está ligado aos poços por grande sistema submarino. Irá conter 43 poços: 20 produtores, 20 injectores de água e três injectores de gás

| | | | | |
|-------|------|-----|---|-----|
| 18/06 | 2006 | 40% | PETROBRAS (OP) 30% SONANGOL P&P 20% FALCON OIL 5% GEMINAS 5% | 22% |
|-------|------|-----|---|-----|

* OP - operado

Fonte: Sonangol, Angola Concessões, 2012; EIA, 2012; Alves, 2010.

Nos restantes três blocos onde a Sinopec participa as maiores descobertas, ocorreram, entre 2009 e 2012, estando todos ainda na fase de pré-desenvolvimento. A primeira descoberta ocorreu no final de 2009, no bloco em águas profundas do *offshore* angolano 18(06) operado pela Petrobras, com petróleo de alta qualidade a ser encontrado no poço Manganês-01, localizado a 200 km de Luanda (Petrobras, 2009a). No início de Novembro de 2010, a Petrobras anunciou uma nova descoberta de petróleo de alta qualidade (com densidade de 34° API) no litoral de Angola, a 470 metros de profundidade, a 100 km da costa, no poço Cabaça Sudeste-2 que faz parte do Bloco 15/06. As avaliações iniciais indicavam uma capacidade aproximada de 7 mil b/d. Em Julho desse ano, já tinha sido anunciado a descoberta de petróleo no mesmo bloco, no poço Cabaça Sudeste-1, localizado a uma profundidade de 470 metros e a 100 km da costa. (Folha de São Paulo, 2010). O bloco 15/06, com um potencial de exploração de petróleo de 3,5 bilhões de barris diários e uma produção de 600.00 barris, contabiliza cinco poços de petróleo, Cabaça Norte, Sangos, Ngoma-1, Nozanza e Cinguvu-1 (Angola Notícias, 2010), tem a primeira receita esperada em 2013. Por último, o bloco 17/06 é um bloco operado pela Total em águas profundas no *offshore* angolano. A primeira descoberta realizada neste bloco foi no Gardénia-1, o primeiro poço a ser perfurado a uma profundidade de 977 metros e que, numa primeira fase de teste, produziu 4.000 barris de petróleo diário. Em 2011, foi descoberto o poço petrolífero Canna-1, localizado na parte nordeste do Bloco 17/06, com uma capacidade de produção de mais de 5.000 b/d petróleo. (Fernandes, 2011).

Para além da Sinopec, a China tem obtido parcerias equitativas na E&P do petróleo angolano, sobretudo em actividade de exploração em águas profundas e ultra profundas, através da China Sonangol International Holding (CSIH). Esta companhia formada em 2004, é uma *joint-venture* entre a Sonangol e uma companhia de Hong Kong, a New Bright International Development. A CSIH iniciou a actividade de produção e de

exploração no *offshore* angolano quando adquiriu uma participação de 25% em cada no blocos 3(05) e 3(05)A, em 2005. O primeiro bloco compreende sete campos de petróleo com 14 plataformas e um terminal enquanto o segundo terá as primeiras receitas de petróleo das áreas Caco & Gazela e Punja, respectivamente, em 2014 e 2015 (China Sonangol, 2012). Após ter adquirido uma participação de 5% no bloco 31, um bloco de petróleo em águas ultra-profundas com a primeira produção de cerca de 150.000 b/d, esperada para o final de 2013, em Maio de 2010, a China Sonangol adquiriu 20% de participação no bloco 32 operado pela Total, com reservas estimado em 1,4 biliões barris equivalentes de petróleo e com a primeira receita de 200.000 b/d, esperada para 2016 (EIA, 2013a). Em finais de 2011, no concurso internacional para explorar petróleo em blocos do pré-sal angolano, a China Sonangol obteve 3 participações nos 11 blocos em concurso⁴⁴² - o bloco em águas profundas 19/11 e os blocos em águas ultra-profundas 38/11 e 36/11. No total estes blocos deverão implicar um investimento da China Sonangol de perto de USD\$ 1,32 biliões (Macauhub, 2011c).

A China Sonangol tem vindo a diversificar não só os seus negócios, como também a posição geográfica do seu raio de acção. Desde 2011, desfruta também de presença na produção de petróleo *onshore* em Angola, através da sua participação de 11% no Bloco Cabinda Norte, que compreende os municípios de Cacongo e Bucu Zau e cuja exploração era para ser iniciada em 2012 e a primeira receita esperada para 2015 (Cf. Tabela XXII). O Cabinda Norte é um dos blocos promissores do *onshore* angolano mas com condições de operação problemáticos e num ambiente inseguro. Nesta região continua activa a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que há 38 anos luta pela independência de Cabinda com o governo angolano. Por fim, a CSHH participa através da *joint-venture* que possui com a Sinopec, nos blocos pertencentes e a serem explorados pela SSI, nomeadamente o bloco 18, o 15(06), o 17(06) e o 18(06).

⁴⁴² Na primeira concorrência para licitação de participação em blocos *offshore* no pré-sal angolano foram seleccionadas oito empresas para operarem. Todas as empresas terão como sócias nas áreas a Sonangol Pesquisa e Produção, que terá uma participação entre 30% a 50%. Os blocos em concurso ficaram com a ser operados da seguinte forma: o 19 (BP (OP) com 50%), o 20 (Cobalt (OP) com 40%), 22 (Repsol (OP) com 30%), 24 (BP (OP) com 50%), 25 (TOTAL (OP) com 50%), 35 (ENI (OP) com 30%), 36 (ConocoPhillips (OP) com 50%), 37 (ConocoPhillips(OP) com 30%), 38 (Statoil (OP) com 50%) e 40 (TOTAL(OP) com 50%) (EIA, 2013a).

Tabela XXII. *Participação da China Sonangol International Holding no Petróleo Angolano*

| Bloco | Características | Ano adquirido | % | Parceiros (%) |
|----------------------|---|---------------|-----|--|
| 3(05) | Bloco de produção petróleo <i>offshore</i> | 2005 | 25% | SONANGOL P&P (OP) 25% AJOCO 20% ENI 12% SOMOIL 10% NAFTGAS 4% INA-NAFTA 4% |
| 3(05)A | Bloco de exploração de petróleo <i>offshore</i> | 2005 | 25% | SONANGOL P&P (OP) 25% AJOCO 20% ENI 12% SOMOIL 10% NAFTGAS 4% INA-NAFTA 4% |
| 19/11 | Bloco petrolífero de águas profundas | 2011 | 10% | BP (OP) 50% SONANGOL P&P 40% |
| 31 | Bloco petrolífero de águas ultra-profundas | Setembro 2010 | 5% | SONANGOL P&P (OP) 20% SONANGOL 25% BP (OP) 26,67% STATOIL 13,33% MARATHON 10% |
| 32 | Bloco petrolífero de águas ultra-profundas | Maio de 2010 | 20% | TOTAL (OP) 30% SONANGOL P&P 20% ESSO 15% MARATHON 10% GALP 5% |
| 36/11 | Bloco petrolífero de águas ultra-profundas | 2011 | 20% | CONOCOPHILLIPS (OP) 30% SONANGOL P&P 50% |
| 38/11 | Bloco petrolífero de águas ultra-profundas | 2011 | 15% | STATOIL (OP) 55% SONANGOL P&P 30% |
| Cabinda Norte | Bloco de exploração no <i>onshore</i> angolano | 2011 | 11% | SONANGOL P&P (OP) 20% TEIKOKU 17% SOCO 17% ACREP S.A. 15% ENI 10% PETROPARS 10% |

Fonte: China Sonangol, 2012.

4.3.4 Comércio Bilateral entre a China e Angola e o Petróleo

Um ano após o estabelecimento das relações diplomáticas entre a Angola e a RPC, foi assinado o primeiro Acordo Comercial entre os dois países e três anos mais tarde foi criada a Comissão Mista Económica e Comercial de Angola e China. No entanto, o primeiro encontro desta Comissão só ocorreu em Dezembro de 1999, seguido por um segundo, em Maio de 2001. Da mesma forma, o comércio bilateral só começou a crescer de forma expressiva nos finais da década de 90, após as visitas do Vice-Ministro Chinês da Economia, Comércio e Cooperação, Yang Wesheng a Angola e a do Presidente angolano José Eduardo dos Santos à China, respectivamente, em 1997 e 1998. Assistindo-se a um aumento progressivo do comércio bilateral, que nos anos 90, flutuou entre os USD\$ 700 milhões e os 150 milhões, ultrapassando em 2000, os USD\$ 1,8 biliões (Vines & Campos, 2007).

Para além da “diplomacia de liderança”, a concessão de linhas de crédito desde 2002, para o desenvolvimento de infra-estruturas angolanas pelos bancos chineses também contribuíram para o acelerar do comércio bilateral, com muitos desses créditos a serem revertidos na principal mercadoria exportada para a China: o petróleo. Em 2005, o comércio bilateral foi de USD\$ 6,9 biliões, e um ano depois, quando Wen Jiabao fez um périplo por África e inclusive por Angola, o valor quase que duplicou, totalizando USD\$ 11,8 biliões. Este aumento contribuiu para que Angola destronasse, nesse ano, a África do Sul e ascendesse ao estatuto de maior parceiro comercial da China em África. Durante a crise 2008-2009, as trocas comerciais e os financiamentos chineses permitiram que Angola não entrasse em recessão económica⁴⁴³ uma vez que o aumento das importações chinesas contribuiu para que a queda do ritmo de crescimento económico em Angola não tivesse sido pior. Com efeito, em 2008, não só a relação comercial sino-angolana não foi afectada pela crise internacional, como Angola passou a ser o maior parceiro comercial da China em África e o segundo entre os países lusófonos, com trocas

⁴⁴³ A crise petrolífera internacional caracterizada pelos baixos preços e reduzida procura, teve impacto negativo para a económica e finanças de Angola, sobretudo para a sua capacidade de importação e para os investimentos públicos em obras de reconstrução das infra-estruturas.

comerciais avaliadas em USD\$ 25,3 biliões, com um aumento de 73,7% em relação ao total do comércio de 2007 (Cf. Tabela XXIII).

Tabela XXIII. Comércio Bilateral 2003-2011

| Ano | Exportações Chinesas (USD\$ Biliões) | Importações Chinesas (USD\$ Biliões) | Saldo Comercial (USD\$ Biliões) | Total (USD\$ Biliões) |
|-------------|--|--|---|---------------------------------|
| 2003 | 0,146 | 2,206 | - 4,57 | 2,35 |
| 2004 | 0,194 | 4,717 | - 4,52 | 4,91 |
| 2005 | 0,373 | 6,582 | - 6,21 | 6,95 |
| 2006 | 0,894 | 10,933 | - 10,04 | 11,8 |
| 2007 | 1,231 | 12,899 | - 11,66 | 14,13 |
| 2008 | 2,93 | 22,382 | - 19,45 | 25,3 |
| 2009 | 2,386 | 14,676 | - 12,29 | 17,02 |
| 2010 | 2,0 | 22,81 | - 20,81 | 24,81 |
| 2011 | 2,780 | 24,890 | - 22,11 | 27,67 |

Fonte: China Customs Statistics Yearbook 2006-2011; Macauhub, 2011.

Em 2009, as trocas comerciais entre Angola e a China diminuíram para USD\$ 17 biliões, face à diminuição das importações chinesas, que registaram uma descida em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de USD\$ 22,3 biliões para USD\$ 14,6 biliões. Porém, no ano seguinte, assistiu-se a uma recuperação dos fluxos comerciais, com o comércio bilateral, incentivado pelo aumento das importações chinesas para USD\$ 22,8 biliões, a totalizar 24,8 biliões de dólares. Em 2011, com um acréscimo de 11,5% face ao ano anterior, o volume do comércio bilateral passou para USD\$ 27,67 biliões, com as exportações chinesas para Angola a aumentarem 38,8% e a atingirem USD\$ 2,780 biliões, enquanto as importações chinesas aumentaram 9,1%, totalizando USD\$ 24,890 biliões (Cf. Tabela XXIII). Refira-se ainda que, nesse ano, Pequim foi o maior destino das exportações angolanas, correspondendo a 36,67% do total das exportações angolanas, seguido dos Estados Unidos (16,00%), da Índia (10,30%) e do Canadá (8,81%) (República de Angola, 2012, p. 11). E Angola foi o segundo maior parceiro da China em África, depois da África

do Sul⁴⁴⁴ e o segundo entre os PLP, depois do Brasil, cujas trocas comerciais totalizaram USD\$ 77,1 bilhões.

Segundo o Gabinete do Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada da RPC em Angola (2012), as principais mercadorias chinesas exportadas para Angola foram os produtos mecânicos, eléctricos, de ferro e de aço, as máquinas e peças de automóveis. Ao passo que as exportações angolanas para a China, apesar de terem vindo a aumentar nos últimos anos, continuam assentes no aumento das exportações de petróleo bruto que representa 95,1% no total dessas exportações⁴⁴⁵. Durante a visita a Luanda, no início de 2011, o vice-Ministro chinês do Comércio, Zhong Shan (Xinhua, 2011a) anunciou que o governo chinês pretendia apoiar o aumento de outros produtos no mercado chinês e iria reduzir e eliminar as tarifas alfandegárias às exportações angolanas, nomeadamente aos diamantes, aos produtos agrícolas e pescado, a partir de 1 de Janeiro de 2011 (Macauhub, 2011a)⁴⁴⁶.

Nos últimos anos, as importações angolanas da China também têm vindo a aumentar, destacando-se o período de 2007 e 2008, em que passou de quarto para o segundo maior fonte de importações de Angola. No primeiro trimestre de 2010, com um crescimento de 45,7%, ultrapassou temporariamente Portugal, posicionando-se como principal parceiro de importações de Angola (Macauhub, 2010). No ano seguinte, Portugal voltou a dominar o *ranking* com 16,62%, enquanto Pequim retomou o seu lugar habitual de segundo maior parceiro das importações de Angola, representando 8,84% no total das importações, seguido pela Holanda com 8,74% e os EUA com 8,41% (República de Angola, 2012, p. 11).

O aumento de importações angolanas da China está conectado ao petróleo. Como podemos observar pelo gráfico XI, cerca de 45% das importações provenientes da China assentam em materiais de construção e de equipamentos utilizados na reconstrução de Angola, tais como o aço, o ferro em barra e o cimento. A reconstrução angolana pós-guerra

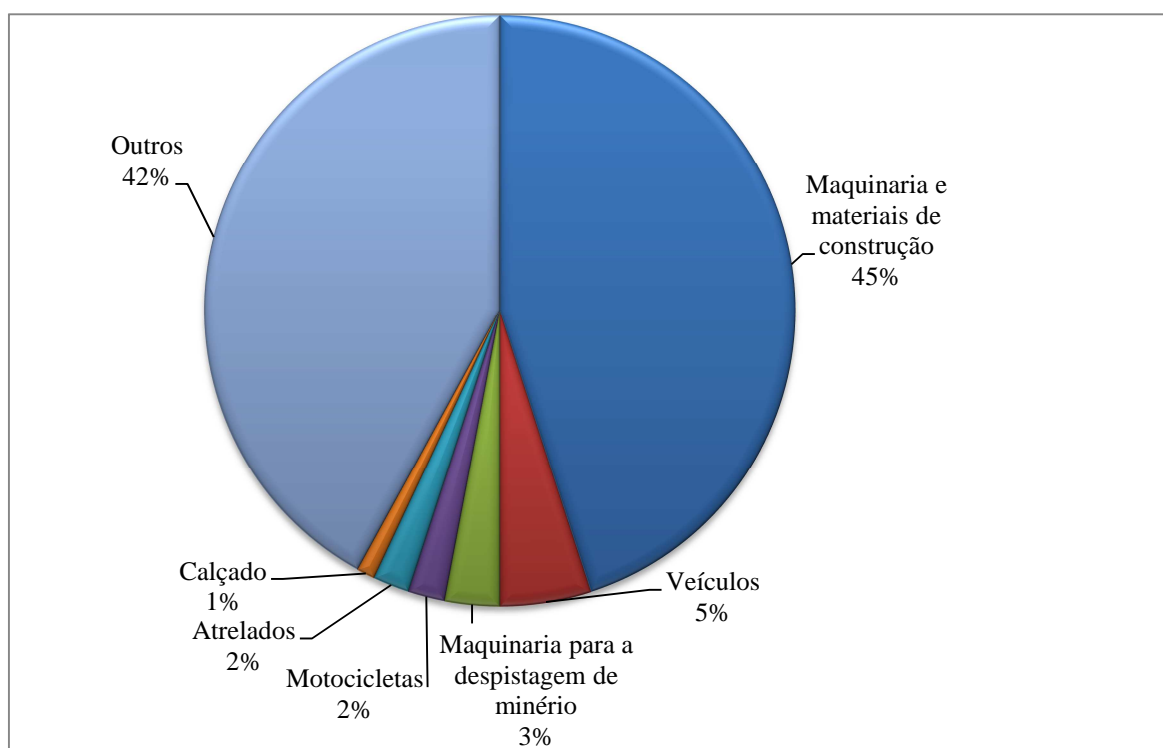
⁴⁴⁴ De acordo com as estatísticas da alfândega chinesa, as trocas comerciais entre a África do Sul e a China somaram USD\$ 29,5 bilhões (Fórum de Macau, 2012e).

⁴⁴⁵ Os diamantes em bruto vêm em segundo lugar representando 1,8% no total das exportações.

⁴⁴⁶ Durante a visita a Angola, do Ministro Comercial da China, Li Jinzao, em 2012, foi acordado com o Secretário das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, o reforço desta medida, com a aprovação da isenção de tarifas aduaneiras de 95% dos produtos angolanos que entrem no mercado chinês, a partir de 2013 (Fórum de Macau, 2012d).

inclui numerosos projectos de infra-estruturas de larga escala e tem sido apoiada pelas linhas de crédito chinesas desde 2002. Em troca, não só Pequim tem adquirido contractos de aprovisionamento de petróleo a longo prazo e as suas companhias energéticas têm acedido a blocos petrolíferos angolanos, como também, 70% dos trabalhos de reconstrução em Angola são concedidos a algumas das maiores empresas chinesas. Empresas como a Sinohydro Corp e a China Road Bridge Cooperation, envolvidas nesses trabalhos de reconstrução, utilizam também materiais de construção e equipamentos de origem chinesa

Gráfico XI. *Composição das Importações Angolanas da China, 2008*



Fonte: Atlas de Comércio Mundial, 2009

A balança comercial Sino-Angolana tem sido favorável a Angola, uma vez que a China tem vindo a importar grandes quantidade de petróleo do país e mesmo com o crescimento das importações angolanas, o volume exportado de petróleo suplanta largamente os produtos adquiridos por Angola da China. Em 2004, Angola era ainda o terceiro maior fornecedor de petróleo à China, depois da Arábia Saudita e o Irão, contudo

no ano seguinte, ultrapassou o Irão, posicionando-se como segundo maior fornecedor. Após a concessão da primeira linha de crédito pelo Eximbank da China em 2004, Angola tem, temporariamente, substituído a Arábia Saudita como principal fornecedor de petróleo. A primeira ocasião ocorreu nos primeiros nove meses de 2006, com a exportação para a China de 94 milhões de barris de petróleo, ou seja 18,2% do total das importações petrolíferas chinesas nesse período (Jornal de Negócios, 2006). No ano seguinte, a venda de petróleo angolano à China atingiu os 11.166 milhões de dólares, suplantando a dos Estados Unidos, que foi de 10.164 milhões de dólares (Cf. Gráfico XII e Tabela XXIV) (Ministério do Petróleo Angolano, 2008, p. 15). Desta forma, em 2007, a China ultrapassou os EUA, passando a ser o principal destino das exportações de petróleo angolano. Na primeira metade de 2008, Angola superou, pela segunda vez, a Arábia Saudita, abarcando 18% do total das importações de petróleo da China. Em 2009, Angola regressou ao seu segundo lugar entre os maiores fornecedores à China, logo a seguir à Arábia Saudita, assegurando cerca de 15% das importações chinesas de petróleo. E finalmente, entre Janeiro e Março de 2010, voltou, pela terceira vez, à posição de principal fonte de aprovisionamento de petróleo à China, com 8,48 milhões de toneladas contra 8,18 milhões de toneladas de petróleo da Arábia Saudita (mais 38% do que em igual período de 2007), 5,8 milhões de toneladas do Irão, 3,3 milhões de toneladas de Omã e 3,1 milhões de toneladas da Rússia (Oil & Gas Eurasia, 2010).

Tabela XXIV. Principais Destinos das Exportações de Petróleo Angolano, 2006-2010

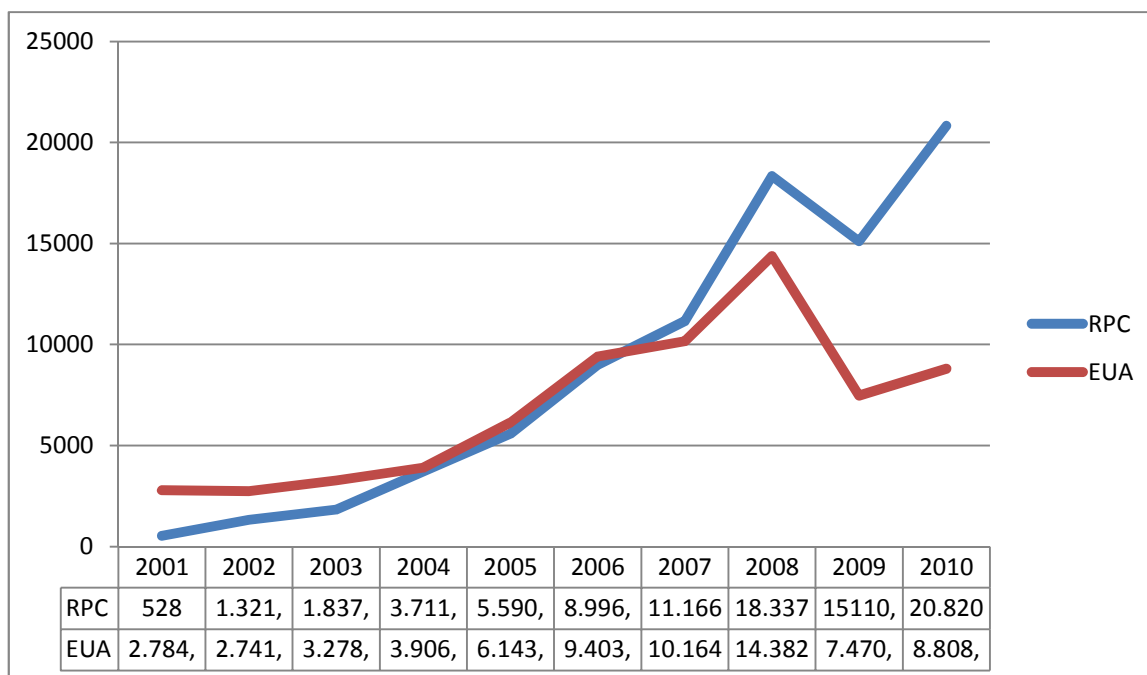
(Milhões de USD\$)

| N.º | País de destino | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----|-----------------|---------|----------|----------|----------|----------|
| 1 | China | 8.996,8 | 11.166,0 | 18.337,0 | 15.110,3 | 20.820,0 |
| 2 | EUA | 9.403,0 | 10.164,0 | 14.382,3 | 7.470,6 | 8.808,8 |
| 3 | Índia | 602,6 | 2.340,9 | 2.660,2 | 3.680,0 | 4.912,1 |
| 4 | Canadá | 1.644,7 | 2.479,6 | 3.180,5 | 2.129,3 | 2.829,4 |
| 5 | Taiwan | 1.558,1 | 1.760,6 | 1.558,2 | 1.154,5 | 2.316,3 |
| 6 | França | 1.033,9 | 2.196,4 | 3.108,5 | 2.977,1 | 1.804,9 |
| 7 | África do Sul | 543,1 | 1.639,3 | 2.503,4 | 1.241,1 | 1.521,5 |
| 8 | Espanha | 286,5 | 673,1 | 1.607,0 | 681,4 | 887,6 |
| 9 | Portugal | 0 | 424,5 | 464,5 | 207,5 | 865,9 |
| 10 | Brasil | 344,2 | 793,9 | 1.879,0 | 118,2 | 378,6 |

Fonte: MINPET-BNA/DES

Gráfico XII. Exportações de Petróleo Angolano para a RPC e EUA

(USD 10.000)



Fonte: MINPET-BNA/DEE

Angola conseguiu ser o maior fornecedor de petróleo da China numa altura em que as empresas chinesas procuravam consolidar as suas participações no *offshore* angolano. O reforço da posição angolana nas importações chinesas de petróleo prende-se com o aumento da quantidade transaccionada entre os dois países e a valorização do petróleo angolano, composto por uma rama doce e leve. As refinarias chinesas foram configuradas para petróleo nacional que tende ser mais baixo no teor do enxofre, o que faz do petróleo de alta qualidade angolano, embora mais caro do que do Médio Oriente seja muito mais atractivo. Nos próximos anos, as perspectivas para o desenvolvimento do comércio bilateral são prometedoras e poderão permitir que Angola se consolide como o principal fornecedor desta *commodity* ao gigante asiático. O aumento de 20 anos para 50 anos do período de vida das reservas de petróleo de Angola, decorrente do início da exploração da camada de pré-sal, associado ao aumento projectado para a produção de petróleo angolano para valores iguais aos obtidos, em 2007, resultante da resolução de problemas técnicos de

exploração de alguns poços, poderão vir a ser importantes para o projectado aumento das importações chinesas, resultantes do seu aumento do consumo de petróleo.

Contudo, do ponto vista da segurança, Angola também apresenta riscos e ameaças que podem afectar a segurança de fornecimento de petróleo à China. Além de ser um país geograficamente longínquo, com um tempo de transporte de petróleo um pouco superior ao oriundo do Médio Oriente, que tal como o proveniente do Médio Oriente é transportado pelo Estreito de Malaca, estando sujeito aos mesmos riscos e ameaças, como por exemplo a pirataria.

Na 18.^a reunião do subcomité de Defesa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Angop, 2010), da qual faz parte Angola, os Ministros da Defesa e Segurança da SADC reconheceram como ameaça à segurança na região o recrudescimento da pirataria marítima. Em África, a pirataria marítima que estava circunscrita à região do Corno de África, sobretudo a partir da Somália, está a estender-se à costa do Quênia, da Tanzânia, das Ilhas Seicheles e de Madagáscar. Na África Ocidental, a pirataria, apesar de não ter ainda chegado ao mesmo nível existente na outra costa africana, está também a aumentar, além de que está a ameaçar associar-se a outros focos de insegurança regional como os cartéis da droga e o comércio ilegal de armas. Esse aumento visível no Golfo da Guiné⁴⁴⁷, zona de com grandes países produtores de petróleo como Angola, a Nigéria, a Guiné Equatorial, o Gabão e o Gana, ameaça importantes vias marítimas internacionais e o transporte de petróleo. De acordo com Milena Sterio, *Professora Associada na Cleveland-Marshall College of Law* (Sterio, 2013), o *modus operandi* da pirataria no golfo da Guiné assemelha-se ao do Golfo de Aden, recorrendo a este crime com pequenas embarcações pelas mesmas razões (pobreza, falta de educação e de oportunidades de emprego). No entanto, enquanto os piratas somalis parecem preferir exigir resgates às companhias de navegação em troca da carga e da tripulação, os piratas africanos da África Ocidental parecem mais interessados na carga, sobretudo petróleo para vender no mercado negro, e são mais propensos a exercer violência. Actualmente há avisos de possíveis concretizados ataques de pirataria e à mão armada a navios que viajam perto dos portos do Gana, Benin, Togo, Nigéria, Camarões e Congo. Angola, embora não esteja representada nesse quadro

⁴⁴⁷ Entre 2003 e 2011, a pirataria no Golfo da Guiné foi responsável por quase 30% dos ataques (427 de 1434) sofridos em águas africanas (Chatham House, 2012, p. iii).

de insegurança marítima, também tem (suspeitas) de ataques na sua na zona económica exclusiva⁴⁴⁸.

As ameaças não se restringem ao espaço marítimo e podem afectar os trabalhadores e as empresas chinesas em Angola, mais concretamente em Cabinda⁴⁴⁹. Esta província possui uma situação similar à do Delta do Níger na Nigéria. Cerca de um terço da produção petrolífera angolana é proveniente de poços *offshore* desse enclave, mas apenas 10% dos impostos gerados pelo petróleo de Cabinda ficam na região. As sucessivas tentativas ao longo de 35 anos para terminar o conflito com os “separatistas” não têm dado resultado⁴⁵⁰. Simultaneamente, em algumas áreas de Cabinda as tensões políticas têm vindo aumentar, com a FLEC-FLAC a exigir uma parte maior das receitas do petróleo para a população da província. Em termos de segurança, os factos mostram que a situação de Cabinda é uma ameaça aos trabalhadores e às empresas chinesas. Em 20 de Novembro de 2009, um técnico chinês que fazia prospecção de petróleo para a Sonangol foi sequestrado pela FLEC (Club-k Angola, 2009). Depois do ataque contra a selecção nacional do Togo, a FLEC reivindicou uma emboscada a uma viatura de trabalhadores da BGP Inc, uma companhia chinesa de prospecção filial da China National Petroleum Corp. A BGP retirou os trabalhadores de Cabinda e suspendeu temporariamente prospecção de petróleo no norte da província. Já em Maio de 2010, o grupo separatista reivindicou um ataque contra uma coluna de veículos em que viajavam vários cidadãos chineses (Chatham House, 2011). A ameaça em Cabinda levanta a questão sobre a confiança do fornecimento estável e contínuo do petróleo angolano, pelo menos do proveniente deste enclave.

⁴⁴⁸ Numa conferência da Chatham House, que reuniu peritos internacionais do sector de segurança marítima a bordo do HMS Dauntless, em Luanda a 29 de Junho de 2012, foi defendido a necessidade urgente de “*criar um plano operacional para acabar com a (suspeita de) pirataria na zona económica exclusiva de Angola*” (Chatham House, 2012, p. 12).

⁴⁴⁹ O enclave de Cabinda é palco, desde 1975, de uma luta armada independentista liderada pela FLEC que alega que o território ainda é um protectorado português nos termos do Tratado de Simulambuco, assinado a 1 de Fevereiro de 1885 e que serviu para Portugal defender na Conferência de Berlim, que estava a decorrer na altura, os seus direitos sobre Cabinda, território que era reclamado pela França, Reino Unido e Bélgica.

⁴⁵⁰ Em 2006, foi assinado um acordo de paz entre o governo de Angola e a FLEC sob a liderança de Bento Bembe, embora uma facção da FLEC tenha-se recusado a assinar o contrato.

4.3.5. A Cooperação Chinesa e o “Angola Mode”

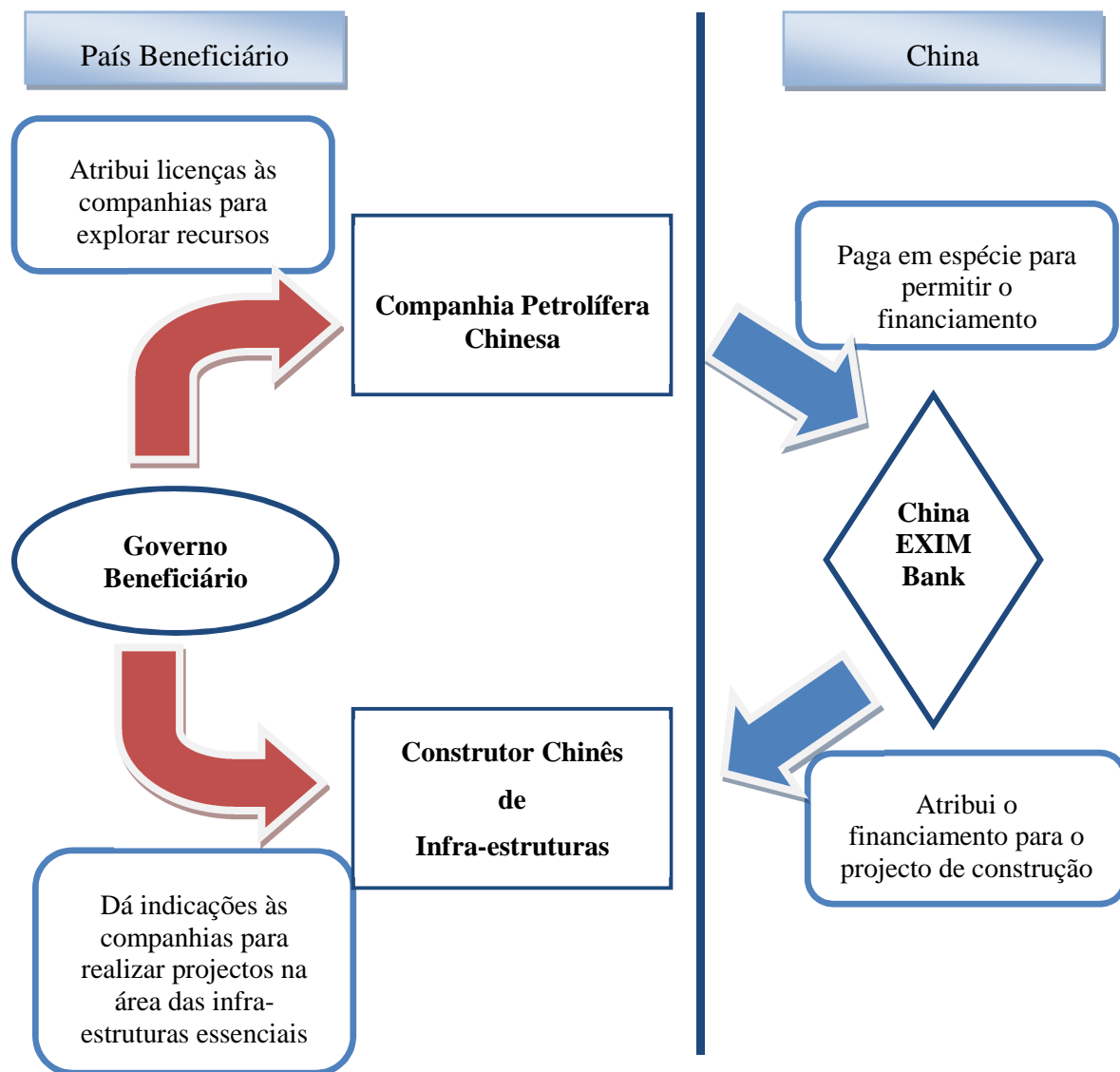
A cooperação oficial chinesa em Angola é dominada por empréstimos dos bancos chineses como o Eximbank da China e o China Constuctive Bank (CCB), destinados a projectos-chave de investimentos no âmbito do Programa de Reconstrução Nacional do Governo Angolano, em infra-estruturas, telecomunicações e agricultura. Este tipo de empréstimos para o desenvolvimento de infra-estruturas possibilitam a Pequim aceder aos recursos energéticos angolanos e foram denominados pelo Banco Mundial de “Angola Mode” (Foster *et al.*, 2008, p. 1). O Angola Mode insere-se nos métodos da política da China em África de “recursos-por-infra-estruturas” e reflecte a natureza pragmática da assistência chinesa, designada para beneficiar tanto o país credor como o devedor. O Angola Mode foi descrito pelo jornal chinês *People’s Daily* como “*a forma como as empresas chinesas trazem capital, tecnologia e equipamentos necessários para a reconstrução do país após anos de guerra civil. Em troca, Angola paga às empresas chinesas com recursos*” (Xinhua, 2006a).

Ao contrário da tradicional Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), o financiamento chinês para os projectos de investimento não é canalizado através de uma agência de desenvolvimento, mas através do Eximbank da China. O dinheiro não é dirigido directamente para o governo, em vez disso é assinado com o governo um acordo-quadro que abrange o investimento em infra-estruturas identificadas como prioritárias. No caso de Angola, o Acordo-Quadro de Cooperação foi assinado em Pequim, a 26 de Novembro de 2003, pelo Ministro das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio Externo e da Cooperação Económica da China. Esse acordo constitui a base legal para todo o processo de contratação de crédito entre os dois Estados, tendo ficado determinado que a linha de crédito pode-se estender a USD\$ 10 biliões, até ao final do período de reconstrução de Angola.

Numa primeira fase, os projectos são apresentados ao Comité Conjunto constituído pelo Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio chinês. Posteriormente, o país beneficiário concede esse projecto a uma empresa de construção (uma das três ou quatro empresas propostas pelo governo chinês). O Eximbank da China,

por sua vez, vai conceder o financiamento à empresa seleccionada. Concorrentemente, o governo angolano concede licenças de exploração dos recursos energéticos a uma companhia de petróleo chinesa e os rendimentos da produção do petróleo servirão como reembolso do empréstimo (Cf. Gráfico XIII).

Gráfico XIII. *Esquema do “Angola Mode”*



Fonte: Adaptado de Foster *et al*, 2008, p. 3.

Em 2002, o Eximbank da China e o CBD concederam o primeiro empréstimo de 150 milhões de dólares a empresas chinesas para projectos de infra-estruturas que, entre outros, incluíam a primeira fase da reabilitação dos caminhos-de-ferro e da rede eléctrica

de quatro cidades (Vines & Campos, 2007, p. 6)⁴⁵¹. No entanto, o primeiro grande exemplo do *Angola Mode* surgiu, em Março de 2004, com a linha de crédito de USD\$ 2 biliões, desembolsada por duas fases de USD\$ 1 bilião em cada, assinada entre o presidente do Eximbank, Yang Zilin, e o Ministro das Finanças angolano, José Pedro de Moraes. As linhas de crédito foram fornecidas a uma taxa de juros de 1,5% *libor* e reembolsáveis em 12 anos, sendo os primeiros 3 anos de “período de carência”.

Esta linha de crédito destinada a financiar diversos projectos na área da reabilitação e reconstrução de infra-estruturas em Angola, no âmbito do Programa de Investimentos Públicas, permitiu o acesso ao petróleo angolano, uma vez que garantiu o fornecimento de petróleo à China de 10.000 b/d durante os dois primeiros anos e de 15.000 b/d nos anos subsequentes até a amortização total. Segundo Vines *et al.*, o aprovisionamento de petróleo nas condições negociadas pela China foi-lhe muito favorável tendo em conta quão dispendiosos são os empréstimos apoiados no petróleo. Além de que Pequim conseguiu interligar ao acordo à participação das suas empresas em 70% dos trabalhos de reconstrução das infra-estruturas, ficando as empresas privadas angolanas com os restantes 30% (Vines *et al.*, 2005).

A primeira *tranche*, libertada em Setembro de 2004, envolveu a celebração de 31 contractos com sete empresas chinesas para 17 projectos de reconstrução de infra-estruturas em sectores como a energia, água, saúde, educação, telecomunicações e obras públicas ao longo de todo o território. Um dos maiores projectos desta fase foi a reabilitação da estrada nacional de 371 Km que liga Luanda à província do Bengo (norte), avaliado em USD\$ 211 milhões, e que ficou sob a responsabilidade da China Roads and Bridges Corporation (CRBC)⁴⁵² (Panapress, 2005). Na agricultura foi destinado 149 milhões dólares para a aquisição de maquinaria agrícola e reabilitação dos sistemas de irrigação em várias povoações de Luena, Caxito, Gandjelas e Waco-Kungo. No sector da saúde, o empréstimo destinou-se à reabilitação dos hospitais distritais e municipais e

⁴⁵¹ Os projectos financiados incluíam a primeira fase de reabilitação de 44km dos caminhos-de-ferro de Luanda (USD\$ 90 milhões), primeira fase da reabilitação e expansão do sistema eléctrico de Luanda (USD\$ 15 milhões); reabilitação do sistema eléctrico de Lubango (USD\$ 15 milhões) e reabilitação do sistema eléctrico de Namibe e Tombowa (USD\$ 25 milhões) (Vines & Campos, 2007, p. 6).

⁴⁵² A sua importância reside no facto de a via ligar três províncias, nomeadamente Luanda, Bengo e Uíje norte e constituir um corredor fundamental para o relançamento da actividade agrícola da zona que atravessa.

centros de saúde, enquanto na educação foi empenhado para a reconstrução de escolas secundárias e politécnicos. De acordo com o Ministério das Finanças Angolano (2008), dos 50 projectos contractados, 44 foram concluídos (1 do sector dos transportes, 6 da Agricultura, 8 da Energia e Águas, 20 da Educação e 9 da saúde) e os restantes 6 estão em fase de desembolso. A segunda *tranche*, libertada em Maio de 2007, destinou-se à implementação de 18 contractos envolvendo 57 projectos, alguns dos que estavam inseridos na primeira linha de crédito e que ainda não tinham sido terminados. Embora a educação fosse escolhida como a área prioritária, esta fase incluiu também projectos na área das pescas e das telecomunicações. No domínio das pescas, o contrato assinado com uma empresa chinesa, China National Machinery Equipment Import Export Corporation, no valor de 267 milhões de dólares, destinou-se à aquisição de 36 grandes arrastões de pesca e 3.000 embarcações para a pesca industrial e artesanal com o objectivo de criar 20.000 postos de trabalho directos e 100.000 indirectos (Angola Press News Agency, 2006).

Na sequência do empréstimo ao governo angolano, em Março de 2004, o Presidente do Eximbank, Yang Zilin, realizou uma visita de quatro dias ao país lusófono, em Setembro desse mesmo ano, tendo sido acordado acordos individuais de crédito num montante global de 80 milhões de dólares (Lusa, 2004), destinados a financiar projectos aprovados pelo governo angolano, e assinado quatro contractos comerciais entre empresas chinesas e angolanas no domínio da construção de vias rodoviárias. Posteriormente, o Ministério das Finanças angolano acordou com o Eximbank da China mais dois empréstimos destinados à reconstrução de infra-estruturas em Angola. O primeiro, a 19 de Julho de 2007, no valor de 500 milhões, foi utilizado, de acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério das Finanças (2008), para financiar acções complementares aos projectos enquadrados primeira linha de crédito, sobretudo para minimizar alguns efeitos relacionados com a deficiente preparação dos mesmos. O segundo, em 28 de Setembro de 2007, no valor de 2 biliões de dólares, foi destinado a projectos de reabilitação e expansão das redes eléctricas de Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe, fortalecimento do sistema de abastecimento e melhoria de água à cidade de Luanda, compra de 1.500 viaturas e à construção de infra-estruturas integradas em Cabinda, no Zaire e em Malange.

Em Março de 2009 foi anunciado um novo financiamento mas desta vez do China Development Bank no valor de USD\$ 1 bilião, ampliado até USD\$ 1,5 até 2010, amortizável num período de nove anos e com uma taxa de juro de 1,25% ao ano, para apoiar o desenvolvimento do sector agrícola angolano. Um ano depois uma nova linha de crédito pelo Eximbank foi assinada em Pequim, possibilitando ao governo angolano um valor adicional de USD\$ 6 biliões para o desenvolvimento de infra-estruturas. Tal como os créditos anteriores, estava ligado a um contracto de fornecimento de petróleo.

Em Julho de 2012, o governo angolano acordou com o Eximbank da China novo contracto de empréstimo no valor de 500 milhões de dólares (Angola Hub, 2012), destinado a um conjunto variado de projectos de reconstrução, nomeadamente à construção de hospitais e a projectos de abastecimento de água potável e de electricidade em oito províncias angolanas. Para executar estes projectos foram escolhidos três grupos chineses: a Sinohydro Corp, que ficou com a maior parte das adjudicações, a China National Machinery Industry Corp e a China Road and Bridge Construction, que obteve apenas uma obra⁴⁵³. Desde o fim da Guerra civil em Angola, Pequim, através dos bancos estatais China Development Bank, Eximbank da China e também pelo Commercial and Industrial Bank of China (ICBC), já concedeu cerca de USD\$ 15 biliões a Angola. A maior parte desses empréstimos foram destinados a projectos de infra-estruturas e com excepção da linha de crédito 1,5 biliões do CDB em 2009, foram revertidos em fornecimentos de petróleo à China (Cf. Tabela XXV).

Tabela XXV. “*Empréstimos-por-petróleo*” chineses em Angola

| Ano | Valor (USD\$) | Banco | Objectivo de Financiamento | Fornecimento de Petróleo |
|------|---------------|----------|----------------------------|--------------------------|
| 2004 | 2 Biliões | Eximbank | Infra-estrutura | Sim |
| 2007 | 2 Biliões | Eximbank | Infra-estrutura | Não |
| | 500 Milhões | Eximbank | Infra-estrutura | Sim |

⁴⁵³ A Sinohydro Corp obteve o contracto (no valor de 53 milhões de dólares) para instalar instalação e ampliação das redes de média e baixa tensões na cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango e o contacto de menor valor (16,5 milhões de dólares) para a construção e apetrechamento do Hospital Municipal de Saurimo, na província da Lunda Sul.

| | | | | |
|------|-------------|---|--------------------------------|-----|
| 2009 | 1,5 Biliões | CDB | Infra-estrutura Agricultura | Não |
| 2010 | 6 Biliões | Eximbank | Infra-estrutura | sim |
| | 2,5 Biliões | China Industrial and Commercial Bank | Desconhecido | Sim |
| 2012 | 500 Milhões | Eximbank | Infra-estrutura | Sim |

Fonte: Adaptado de Aarsæther, 2011, p. 49.

A partir de 2005, para além das linhas de financiamento oficiais, começou a funcionar outra linha de crédito chinesa em Angola, através do *China International Fund* (CIF), uma *joint-venture* entre a Sonangol e investidores privados de Hong Kong (conhecidos como o grupo de 88 Queensway), com sede em Singapura. Ao contrário de outros investimentos chineses, a assistência do CIF é supervisionada pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) de Angola, um organismo dependente directamente da Presidência da República, criado por José Eduardo dos Santos para fazer face ao gigantesco esforço de reconstrução, em 2005⁴⁵⁴.

Até 2007, o CIF concedeu USD\$ 2,9 biliões para financiar a reconstrução pós-guerra em Angola e estava, entre outros projectos, envolvido na reabilitação das três linhas ferroviárias nacionais e do novo aeroporto de Luanda. De acordo com Alex Vines (2009, pp. 52-53), o CIF parece ter sido bem-sucedido em posicionar-se entre o governo chinês e angolano (e entre a Sonangol e a Sinopec) e controlar o acesso aos recursos angolanos. Foi capaz de chegar a esta posição reunindo no início uma equipa de quatro empresários bem relacionados que mantinham estreitas ligações com algumas agências governamentais chinesas, e graças aos seus conhecimentos, celebraram vários contractos. No entanto, não existem provas directas de que o governo chinês controla ou detém a empresa, para o governo chinês trata-se de uma empresa privada.

⁴⁵⁴ O Presidente angolano escolheu, para gerir o GRN, o seu braço direito, Helder Vieira Dias, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da presidência.

4.4. A Relação entre a China e o Brasil

“Não haverá nenhum século da América Latina, sem o desenvolvimento do Brasil”

Deng Xiaoping, 1988

4.4.1. Desenvolvimento das Relações Bilaterais

A República Federativa do Brasil é, em termos de extensão territorial, o maior país da América do Sul, o quinto maior a nível mundial e o maior no mundo lusófono (8.547.400 km²) (CIA, 2012). O Brasil era, em 2011, a primeira economia da América Latina e a sexta maior economia do mundo, após ter ultrapassado a economia britânica. Ocupa também um lugar importante no comércio mundial, posicionando-se na 22.^a posição do *ranking* dos países exportadores (com uma quota 1,4%) e na 21.^a entre os importadores (com uma quota de 1,3%) (AICEP Portugal Global, 2012b, p. 8)⁴⁵⁵. Tal como a China, pertence ao bloco conhecido pelo acrónimo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). É membro da União Latina, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

As relações entre a China e este país lusófono remontam ao passado colonial do Brasil, no período da monarquia portuguesa. Neste período, navios provenientes da Índia e da China traziam mercadorias para o território do actual Brasil. Todavia, a relação formal entre o Brasil e “Império do Meio” só foi estabelecida no século XIX, durante a última dinastia chinesa Qing (1644-1911). Depois da missão brasileira à China, constituída pelos Embaixadores Eduardo Calado, o Almirante Artur Silveira da Mota e o secretário Henrique Carlos Ribeiro, em 1881-82, com intento discutir a imigração de *coolies* para o Brasil⁴⁵⁶, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a

⁴⁵⁵ A economia do Brasil assenta em sectores económicos, fortes e bem desenvolvidos, como o mineiro, o agrícola, o industrial e o de serviços.

⁴⁵⁶ Esta missão brasileira ao território chinês tinha por intuito angariar mão-de-obra chinesa para colmatar um declive da mão-de-obra escrava, que se seguiu com o fim do tráfico internacional de escravos em 1850 e com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós.

China⁴⁵⁷, em 5 de Novembro de 1895 e três anos depois foi aberto um consulado brasileiro em Xangai (Coutinho, 2012, p. 28).

Após da Revolução de 1911, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a República da China (1912-1949) e a estabelecer relações diplomáticas com o país. Em 1943, o Presidente brasileiro Oswaldo Aranha e o Embaixador chinês Shao Hwatan assinaram um novo Tratado de Amizade Sino-Brasileiro, no Rio de Janeiro. Com a vitória de Mao Zedong e a formação da República Popular da China, em Outubro de 1949, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a China continental⁴⁵⁸ e, depois de três anos de indefinição diplomática brasileira quanto ao governo de Mao Zedong e a existência de duas Chinas, reconhece o governo nacionalista de Taiwan como representante do povo Chinês, encerra o seu consulado em Xangai e abre uma embaixada em Taipé.

No início dos anos 1960 e decorrente da nova orientação na política externa brasileira assumida como Política Externa Independente⁴⁵⁹, o Presidente Jânio da Silva Quadros (Janeiro de 1961 a Agosto de 1961) encetou um processo de reaproximação à RPC que foi concebido pela visita do Vice-Presidente João Goulart a Pequim, em Agosto de 1961. Conforme refere Simas (2011, p. 3), esta visita desenrolou-se na sequência do convite da RPC para que o governo brasileiro enviasse uma missão incumbida de estudar as possibilidades de intercâmbio comercial entre os dois países. O reforço das relações comerciais com a RPC inseria-se na estratégia brasileira de diversificação dos parceiros comerciais e na expansão do seu comércio internacional, como forma de se desenvolver economicamente e aumentar o seu prestígio internacional. Enquanto para a China, incluía-se na luta contra as potências da época, os Estados Unidos e a URSS, e na procura de apoio

⁴⁵⁷ De acordo com Oliveira (2004, p. 11) este tratado assinado seguia o modelo dos firmados pela China com as potências ocidentais, *denominados de tratados desiguais, procurando assegurar privilégios através dos princípios da nação mais favorecida e da extraterritorialidade*.

⁴⁵⁸ A guerra da Coreia e o posterior apoio da RPC tiveram repercussões na posição brasileira perante a China. Embora o governo brasileiro tenha resistido às pressões norte-americanas para o envio de tropas para o teatro de operações, as relações sino-brasileiras sofreram as consequências da política ocidental de contenção ao comunismo, tendo o Brasil cortado relações com a RPC.

⁴⁵⁹ De acordo com Oliveira (2004, p. 27) a Política Externa Independente foi criada por San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro e adoptada por Jânio da Silva, introduziu grandes mudanças na política internacional do Brasil. Implementada desde o início de 1960, corresponde à proposta de estabelecimento de uma política externa autónoma e voltada para a real promoção dos interesses brasileiros. Caracteriza-se, por um lado, por uma tentativa de universalização, ou seja multiplicação de parecerias económica e políticas e, de outro, por uma maior aproximação dos países em desenvolvimento visando uma acção coordenada e conjunta na defesa de interesses comuns.

para o seu reconhecimento internacional entre os países da Ásia, da África e da América Latina.

Durante a visita, o Vice-Presidente João Goulart propôs a criação de uma representação comercial permanente em cada um dos dois países e anunciou que o governo brasileiro votaria de modo favorável à inclusão no debate sobre a admissão da RPC na 16.^a Assembleia-geral das Nações Unidas. Dois anos depois foi autorizada a abertura no Brasil de um escritório comercial da República Popular da China. Porém, com o afastamento de João Goulart após o golpe militar de 1964 e a subida ao poder do General Humberto de Alencar Castelo Branco, a 15 de Abril de 1964, o governo brasileiro juntou-se às potências ocidentais, alinou-se com os Estados Unidos e interrompeu o processo de aproximação com a RPC⁴⁶⁰.

Ramos Becard (2011, p. 32) advoga que, no início da década de 1970, um conjunto de factores veio permitir a reaproximação da China e do Brasil, especialmente, a adopção pelos dois países de atitudes mais pragmáticas e menos ideológicas na condução das suas políticas externas. Pequim, interessado em libertar-se do seu isolamento no Sistema Internacional, adquirir apoio e reconhecimento e ampliar a sua legitimidade internacional, passou a ostentar atitudes menos ideológicas e mais pragmáticas. Reduziu o apoio, considerado inaceitável pelo regime militar brasileiro, aos movimentos revolucionários na América Latina e procurou desenvolver uma diplomacia bilateral, prometendo respeitar o princípio também adoptado pela diplomacia brasileira, da não intervenção em assuntos internos. O Brasil na condução de sua política externa passou a relegar a ideologia para um segundo plano e a assumir acções mais pragmáticas visando, sobretudo, aumentar as possibilidades de diversificar parceiros e aceder a novos mercados. Todavia, apesar dos esforços de aproximação durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), os aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo persistiram na definição dos interesses nacionais brasileiros, adiando a reaproximação das relações.

⁴⁶⁰ Foi também encerrado o escritório comercial chinês e ordenado a prisão de nove chineses – entre eles, funcionários encarregados de instalar o escritório comercial chinês e jornalistas da Agência Nova China, acusados de crime contra a segurança nacional e do exercício de actividades subversivas

O reingresso da China na ONU em 1971⁴⁶¹ e a aproximação dos Estados Unidos, marcada pela visita do Presidente Nixon à RPC no ano seguinte, vieram a contribuir para a legitimação de Pequim no contexto internacional e para o reconhecimento pelo Brasil do governo de Pequim em detrimento de Taipé. Esta conjuntura, reforçada por interesses individuais da RPC e do Brasil⁴⁶², conduziu a um processo de normalização das relações diplomáticas entre os dois países, iniciada com a visita de uma missão chinesa ao Brasil encabeçada pelo vice-Ministro do Comércio Exterior, Chen Jie, e pelo vice-Director Geral do Departamento das Américas e Oceânia, Chen Dehe, a 7 Agosto de 1974. Oito dias depois, a 15 de Agosto de 1974, foi assinado o Comunicado Conjunto que consolidou o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, com ambos os Estados a declararem como alicerces da amizade, a necessidade de respeito mútuo, a soberania e não ingerência nos assuntos internos (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2007). O governo brasileiro de Ernesto Geisel (1974-1979) reconheceu a RPC como a único e legítimo representante do povo chinês, aquiesceu Taipé como parte inalienável do território chinês e concordou em fundamentar a relação entre os dois países nos Cinco princípios de Coexistência Pacífica (*heping gongchu wuxiang yuanze*)⁴⁶³.

Com a abertura da economia brasileira e com uma maior inserção comercial chinesa a nível internacional, presenciou-se à aproximação comercial entre os dois países (Oliveira, 2004, p. 17), marcada pela assinatura Tratado Comercial em 1978 e pelo envio de duas missões comerciais brasileiras à China (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2007). A primeira missão, chefiada pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e realizada em Junho de 1978, teve como desígnio explorar o mercado chinês, ampliar os contactos com as empresas chinesas e trocar minério de ferro brasileiro por carvão, petróleo e farmacêuticos chineses (Becard, 2008, p. 74). A segunda, liderada

⁴⁶¹ Na 26.ª Assembleia-geral das Nações Unidas, em 25 de Outubro de 1971, por meio da resolução 2758, a República Popular da China foi reconhecida como única e legítima representante do povo chinês, substituindo a representatividade da República da China naquele organismo.

⁴⁶² Ambos os países procuravam um lugar no sistema internacional e ampliarem os contactos políticos e comerciais. A China aparece como um possível aliado para o Brasil depois de ter sido integrada no Conselho de Segurança e com poder de veto, enquanto, a China procurava romper o isolamento e aproximar-se ao ocidente.

⁴⁶³ Aluísio Napoleão de Freitas Rego assumiu, a 1 de Abril de 1975, a função de Embaixador em Pequim, e o Embaixador chinês Zhang Dequn assumiu, a 2 de Maio desse mesmo ano, a função de embaixador em Brasília.

pelo Ministro Shigeaki Ueki e realizada de 5 a 10 de Novembro de 1978, centrou-se nas questões energéticas, principalmente na ampliação das exportações de petróleo chinês para o Brasil. Como resultado dos esforços conjuntos, o comércio bilateral aumentou de USD\$ 19,44 milhões, em 1974, para USD\$ 202 milhões, em 1979, e paralelamente, alterou-se o padrão dos produtos importados da China pelo Brasil. Entre 1974 a 1977, os elementos químicos e produtos farmacêuticos representavam 67% dos produtos importados pelo Brasil e, a partir de 1978, o petróleo chinês passou a dominar as importações brasileiras representando mais de 95% dos produtos importados da China. Durante o segundo choque petrolífero, iniciado com a paralisação da produção iraniana consequente da Revolução Islâmica liderada pelo Aiatola Khomeini, o Brasil reforçou a compra do petróleo da China, aumentando as suas importações de 51.170 toneladas, em 1978, para 692.946 toneladas, em 1979 (Simas, 2011, p. 3; Becard, 2011, p. 33; Becard, 2008, p. 78).

O reforço da relação bilateral traduziu-se no aumento das visitas bilaterais de altos dignitários estatais e funcionários de alto escalão dos dois governos, em particular, a partir dos inícios da década de 90 (Cf. Tabela XXVI). Do Brasil, destaca-se a primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro à RPC depois do restabelecimento de relações, o Presidente General Figueiredo, em 1984. Esta visita foi sucedida pela do Presidente José Sarney, quatro anos mais tarde. Durante a sua estadia foram assinados vários acordos de cooperação entre os dois países, em sectores como a agricultura, telecomunicações, exploração mineira e energia hidroeléctrica, designadamente os Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Eléctrica, de Cooperação de Usos Pacíficos da Energia Nuclear e de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC, 2011). Este último acordo possibilitou desenvolverem um dos projectos de cooperação de maior sucessor entre os dois países. Esta cooperação no sector técnico-científico espacial, iniciada em 1988⁴⁶⁴, é a parceria mais antiga entre os dois parceiros estratégicos e traduz-se no desenvolvimento de um programa de cooperação espacial, conhecido por Projecto Cbers (China-Brazil Earth Resources Satellite, na sigla em inglês). O Cbers é um satélite de

⁴⁶⁴ No acordo que foi assinado em 1988 e que deu vida ao projecto, estava previsto a construção inicial de dois satélites, com as despesas divididas entre 30% para o Brasil e 70% para a China. No Brasil o projecto ficou a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e, na China, na Academia Chinesa de Tecnologia Espacial.

sensoriamento remoto que proporciona imagens da superfície da Terra para serem utilizadas em diversas formas de monitorização, como por exemplo dos recursos hidrológicos e oceânicos, das áreas agrícolas, ocupação do solo, controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal e do crescimento urbano (INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2011). Até ao momento já foram lançados o Cbers 1 (1999)⁴⁶⁵, o Cbers 2 (2003) e o Cbers 2B (2007)⁴⁶⁶, estando previsto o lançamento do quarto satélite sino-brasileiro, o Cbers 3, em Novembro de 2012, e do quinto, o Cbers 4, para 2014.

Da China, salienta-se a visita do Primeiro-Ministro Zhu Rongji, em Maio de 1993, durante a qual foi utilizado, pela primeira vez, o conceito de “Parceria Estratégica” para designar a relação sinérgica entre “*o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental e o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental*” (Zhu Rongji, 1993 citado por Fujita, 2003, p. 64). Em Novembro desse ano, durante a visita ao Brasil do Presidente Jiang Zemin⁴⁶⁷, a relação foi elevada ao estatuto de “Parceria Estratégica” (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 2010), sublinhando-se que o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a pertencer ao grupo de países identificados pela RPC como parceiros estratégicos. O reconhecimento mútuo do carácter estratégico conferiu novo impulso à relação sino-brasileira, especialmente durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Hu Jintao (2003-2013).

O Presidente brasileiro Inácio Lula da Silva visitou pela primeira vez a China, a 22 de Maio de 2004, ostentando na véspera da sua partida o valor do relacionamento entre os

⁴⁶⁵ Perante o sucesso do primeiro lançamento em 1999, a China e o Brasil assinaram, em 2000, um novo acordo para o desenvolvimento da 2.^a geração de satélites. Foi previsto a construção de mais dois satélites, o CBERS-3 e o CBERS-4, no qual a participação do Brasil passaria para 50%.

⁴⁶⁶ Em 2002, foi assinado um acordo para a continuação do programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, com a construção de dois novos satélites - os CBERS-3 e 4. Este acordo estipulava também uma nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China - 50% para cada país. Todavia, foi considerado que o lançamento do CBERS-3 só seria viável quando o CBERS-2 já tivesse deixado de funcionar, desta forma, em 2004, o Brasil e a China, decidiram construir o CBERS-2B e lançá-lo em 2007.

⁴⁶⁷ Jiang Zemin identificou quatro princípios para orientar e ampliar a cooperação bilateral e dar sentido ao carácter estratégico da parceria: primeiro, aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade mútua; segundo, estender a comunicação interpessoal e desenvolver a cooperação em diversos campos; terceiro, efectuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e sobre assuntos da agenda internacional para fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e para contribuir ao estabelecimento de uma nova ordem política mundial; quarto, estender os contactos directos e o diálogo entre os dirigentes para efectivar o mecanismo de consulta e a cooperação, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 2010)

dois parceiros estratégicos ao declarar que “o Brasil e a China iriam mudar o mapa geoeconómico mundial” (Silva, 2004 citado por Vicentini, 2008)⁴⁶⁸. Durante a visita de Lula da Silva, os dois países criaram, a 24 de Maio, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o principal mecanismo permanente de mais alto nível que orienta e coordena o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países⁴⁶⁹. Com uma reunião realizada dois anos depois, a 24 de Março de 2006, em Xangai, e uma segunda, a 13 de Fevereiro de 2012, que contou com a presença do Vice-Primeiro Ministro Wang Qishan. Foram também assinados vários acordos, destacando-se o Acordo de Cooperação Estratégica para o Desenvolvimento da Indústria de Petróleo e Gás Natural entre a Petrobras e a Sinopec, efectivado com a participação da petrolífera chinesa no Projecto de Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste (GASENE).

No final desse ano, a convite do presidente brasileiro, o Presidente chinês Hu Jintao acompanhado por uma comitiva de 150 empresários visitou o país sul-americano⁴⁷⁰ para promover o desenvolvimento da relação bilateral e aprofundar a cooperação em todas as áreas entre os dois países. Esta visita é marcada pela concessão do Estatuto de Economia de Mercado à China, um reconhecimento para o qual o Brasil pretendia receber em troca o apoio chinês à candidatura brasileira a Membro Permanente do Conselho de Segurança da Nações Unidas⁴⁷¹. Na área de energia, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento

⁴⁶⁸ Durante a visita do Presidente Hu Jintao a Brasília, em Novembro de 2004, o Presidente Lula da Silva voltou a evidenciar a relação, defendendo que os dois países estavam a “construir uma nova geografia comercial, política e cultural” (Silva, 2004 citado por Vicentini, 2008).

⁴⁶⁹ Criado com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2004). A Comissão de Alto Nível é co-presidida, pelo lado chinês, por um Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado da China e, pelo lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República. As reuniões da Comissão de Alto Nível realizam-se, em alternância, no Brasil e na China. Integram na estrutura onze subcomissões, responsáveis pelos campos político; económico-comercial; económico-financeiro; de inspecção e quarentena; de agricultura; de energia e mineração; de ciência, tecnologia e inovação; espacial; de indústria e tecnologia da informação; cultural, e educacional.

⁴⁷⁰ Hu Jintao visitou também a Argentina, o Chile e Cuba e participou na 12.ª reunião informal de liderança da APEC, em Santiago do Chile, entre 20 e 21 de Novembro de 2004.

⁴⁷¹ Em 12 de Novembro de 2004, o Ministro brasileiro Celso Amorim o Ministro do Comércio da China, Bo Xilai assinaram o “Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação de Investimento entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil”, em nome de seus respectivos governos no Brasil. No memorando, o Governo do Brasil reconheceu oficialmente o estatuto economia de mercado à China (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2004).

Económico e Social (BNDES), assinaram com a Sinopec e o Eximbank da China, o “Acordo de Parceria do Projecto de Gasoduto Gasene”.

Um mês depois da visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Yang Jiechi ao Brasil⁴⁷², em Fevereiro de 2009, o Vice-Presidente chinês, Xi Jinping visitou o seu parceiro estratégico lusófono⁴⁷³. Nesta visita foram assinados vários acordos com o desígnio de reforçar a relação nas áreas de energia e mineração, destacando-se o Protocolo de Cooperação em Energia e Mineração nas áreas de mineração e processamento de minerais, energia eléctrica, combustíveis renováveis, gás natural e petróleo. Este acordo expõe o interesse chinês pelo mercado brasileiro em matéria de biocombustíveis e reforça a cooperação e troca de experiências na produção e no uso de etanol combustível, para a criação conjunta de um mercado internacional para o etanol. Além do etanol, previa também o reforço da cooperação no processamento conjunto de minerais como ferro, alumínio, cobre e carvão, na refinação de petróleo pesado e no incentivo ao desenvolvimento de petróleo, gás natural e outros recursos naturais em países terceiros (Agência Brasil, 2009). Em termos de acordos entre empresas, distingue-se o contrato de compra e venda de petróleo entre a Petrobras e a petrolífera estatal chinesa Sinopec para exportação de 60 a 100 mil b/d de petróleo. E também o Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a CNPC para compra e venda petróleo, com a finalização de negócio da empresa brasileira com a CNPC, para a comercialização de 40 a 60 mil b/d. Foram também acordadas linhas de financiamento do CDB a dois bancos brasileiros, ao Itaú-BBA para projectos no Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) para cooperação para uma linha de financiamento (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009)⁴⁷⁴.

Por ocasião do aniversário dos 35 anos de relações bilaterais, o Presidente Lula da Silva a convite do Presidente Hu Jintao realizou a sua segunda visita de Estado à RPC,

⁴⁷² O Ministro de Negócios Estrangeiros Yang Jiechi visitou o Brasil, a convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, de 18 a 20 de Janeiro de 2009.

⁴⁷³ Uma visita que foi inserida no seu périplo por países da América Latina, durante a crise financeira em 2009, e que incluiu, também, a visita ao México, a Jamaica, à Colômbia, à Venezuela. Antes de regressar e depois da visita ao Brasil visitou também no continente europeu, Malta.

⁴⁷⁴ Foi também assinado um Memorando de Entendimento entre a Energia Sustentável do Brasil e Donfang Energia para fornecimento de 18 turbinas para a central eléctrica de Jirau, no Complexo Hidreléctrico do Rio Madeira e o Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a Huawei do Brasil e a Fundação Universidade de Brasília (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009).

entre 18 e 20 de Maio de 2009. A sua agenda marcada pela procura de aumento dos investimentos chineses em projectos no Brasil, sobretudo nas áreas de mineração e de infra-estruturas, incluiu a finalização do acordo entre o CDB e a Petrobras para financiamento de até USD\$ 10 biliões para exploração de petróleo no Brasil. Este acordo tinha sido previsto no Memorando de Entendimento assinado pelo CDB e a empresa Brasileira, durante a visita do Vice-Presidente Xi Jinping ao Brasil, em Fevereiro desse ano.

Em Abril de 2010, durante a segunda visita oficial do Presidente Hu Jintao ao Brasil, inserida no quadro da II reunião dos BRIC, e após mais de um ano de negociações, os dois parceiros estratégicos assinaram o Plano de Acção Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014. Este plano, conhecido igualmente por Plano de Acção Conjunta 2010-2014, procura fortalecer a “Parceria Estratégica” estabelecida entre o Brasil e a China em 1993, em áreas relevantes de cooperação económica e comercial, em particular nas áreas de infra-estrutura, energia, mineração, agricultura, bioenergia, indústria e sector de alta tecnologia (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010).

A fim de promover a implementação do Plano de Acção Conjunta, os dois países decidiram organizar o Plano Decenal de Cooperação de 2012 a 2021, directamente ligado à cooperação nos sectores nas áreas de ciência, tecnologia, inovação, cooperação espacial, energia, mineração, infra-estruturas, transporte, indústria, finanças, económico-comercial, cultural, educacional e intercâmbio entre sociedades civis, que veio a ser assinado pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, em Junho de 2012. Durante a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, os dois governos decidiram também, dezanove anos depois do estabelecimento da Parceria Estratégica, elevar a relação sino-brasileira para “Parceria Estratégica Global”. O aprofundamento da Parceria Estratégica sino-brasileira adoptada em 1993 reflecte “*a aspiração e o interesse de longo prazo em promover o desenvolvimento da relação*” (Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2012) pelos dois parceiros estratégicos, colocando a relação num patamar semelhante ao que a China partilha com os EUA, e ampliando a cooperação sino-brasileira para questões relevantes de política e economia a nível global, a serem discutidas pelos respectivos dirigentes políticos, pelo menos, uma vez por ano.

Tabela XXVI. *Visitas bilaterais China-Brasil, 1960-2012*

| Do Brasil à China | | Da China ao Brasil | |
|--------------------------------|---|--------------------------------|---|
| Data | Nome | Data | Nome |
| Agosto de 1961 | Vice-Presidente João Goulart | --- | ---- |
| 1978 | Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki | Agosto de 1974 | Vice-Ministro do Comércio Externo Chen Jie |
| Maio de 1984 | Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo | Outubro 1985 | Primeiro-Ministro Zhao Zyang |
| Julho de 1988 | Presidente José Sarney | Maio de 1990 | Presidente Yang Shangkun |
| | | Junho de 1992 | Primeiro-Ministro Li Peng |
| Dezembro 1995 | Presidente Fernando Henrique Cardoso | Março de 1993 | Ministro de Negócios Estrangeiros Qian Qichen |
| | | Maio de 1993 | Primeiro-Ministro Chinês Zhu Rongji |
| | | Novembro de 1993 | Presidente Jiang Zemin |
| Maio de 1996 | Chefe do Estado-Maior do Exército Délio de Assis Monteiro | Abril de 1997 | Vice-Presidente do Comité Central Militar da RPC Zhang Wannian |
| Junho de 1996 | Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Benedito Onofre Bezerra Leonel | Outubro de 1998 | Chefe do Estado-Maior do Exército Popular da Libertação da China Fu Quanyou |
| Dezembro de 1999 | Vice-Presidente Marco Maciel | Setembro de 2000 | Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan |
| Abril de 2001 | Ministro de Estado da Defesa Geraldo Quintão | Abril de 2001 | Presidente Jiang Zemin |
| 22-27 de Maio de 2004 | Presidente Lula da Silva | 11 -15 Novembro 2004 | Presidente Hu Jintao |
| | | | Ministro do Comércio Bo Xi Lai |
| Agosto de 2008 | Presidente Lula da Silva | 9 e 11 de Abril de 2007 | Vice-Ministro de Relações Exteriores para Américas |
| 18 a 20 de Maio de 2009 | Presidente Lula da Silva | Janeiro de 2009 | Ministro dos Negócios |

| | | | |
|---------------------------------|---|------------------------------|------------------------------------|
| | | | Estrangeiros Yang Jiechi |
| | | Fevereiro de 2009 | Vice-Presidente Xi Jinping |
| Fevereiro de 2011 | Ministro das Relações Exteriores António Patriota | 14 a 17 de Abril 2010 | Presidente Hu Jintao |
| 12 e 13 de Abril de 2011 | Presidenta Dilma Rousseff | 14 a 17 Maio 2011 | Ministro do Comércio Chen Deming |
| Junho de 2012 | Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia | Junho de 2012 | Primeiro-Ministro Wen Jiabao |
| 3 e 4 de Março de 2012 | Ministro António de Aguiar Patriota | Fevereiro de 2012 | Vice-Primeiro Ministro Wang Qishan |

Fonte: Elaborado pela candidata através de dados recolhidos no Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Ministério de Negócios Estrangeiros da RPC, vários anos.

4.4.2 Os Recursos Energéticos do Brasil

“O pré-sal é um passaporte para o futuro.”

Lula da Silva, 7 de Setembro de 2008

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP)⁴⁷⁵, no final de 2011, o Brasil possuía 15.050 bilhões de barris de reservas provadas de petróleo com um R/P de 18,5 anos⁴⁷⁶, as décimas quartas maiores do mundo e as segundas maiores na América do Sul, depois da Venezuela⁴⁷⁷. A maioria destas reservas está concentrada no *offshore* brasileiro (93,9%), principalmente no Estado de Rio de Janeiro (85,9%) com as restantes distribuídas por Espírito Santo (8,9%), São Paulo (2,5%)

⁴⁷⁵ ANP foi implantada pelo Decreto n.º 2.455/1998, é um órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia que responde pela política brasileira para o sector energético.

⁴⁷⁶ ANP (2012, p. 79) refere que, a relação reserva/produção (R/P) de petróleo passou de 18,5 anos em 2002 para 19,6 anos em 2012, tendo crescido a uma taxa média de 0,7% ao ano.

⁴⁷⁷ Para a EIA e para OPEP eram 14 bilhões e 13,986 bilhões de barris, respectivamente (Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2012, p. 22; EIA, 2012b).

e outras áreas⁴⁷⁸ (7,9%) (ANP, 2012, p. 73). Tal como nas reservas, 91,4% da produção de petróleo do Brasil é *offshore* e consiste principalmente de séries pesadas localizadas em águas muito profundas, com o Estado do Rio de Janeiro responsável por 81% dessa produção e 74% da produção total. O maior crescimento de produção foi registado em São Paulo que, entre 2010 e 2011, aumentou a produção *offshore* em 164,9%, passando 5.278 milhões para 13.984 milhões de barris de petróleo. O segundo maior aumento ocorreu no Estado de Espírito Santo, de 47,1% e com uma produção que passou de 75.232 milhões para 110.689 milhões de barris. A nível *onshore* a produção é dominada pelo Estado de Rio Grande do Norte, com um incremento de 4,1% em relação a 2010, aumentando de 17.868 milhões para 18.595 milhões de barris (ANP, 2012, p. 81).

Segundo ANP (2012, p. 57) até finais de 2011, 736 áreas estavam sob concessão, com 324 blocos na fase de exploração, 80 campos em desenvolvimento da produção e 332 campos na etapa de produção. Dos 324 blocos exploratórios sob concessão e em actividade, 92 estavam a ser explorados apenas pela Petrobras, 138 pelos demais concessionários e 94 explorados por parcerias entre a Petrobras e outras companhias. Nos 80 campos em desenvolvimento, a Petrobras possuía a concessão de 43 e participava de 19 parcerias com as companhias El Paso, Manati, Rio das Contas, Brasoil Cavalo-marinho, Brasoil Manati, Norse Energy, Chevron Brasil, ONGC Campos, Devon, Total E&P Brasil, Shell, Petrogal Brasil, Starfish e Repsol. Em relação aos 332 campos em fase de produção, a Petrobras não participava em 42, e estava em parceria com outras concessionárias em 21 campos. Dos 20 maiores campos produtores de petróleo, 3 são operados por empresas estrangeiras: o Peregrino pela Statoil (11º), o Frade pela Chevron (12º), e o Ostra pela Shell (13º). Os 269 demais campos produtores eram concessões à Petrobras sem parcerias.

Depois México e da Venezuela, o Brasil é o principal produtor de petróleo na América Latina, seguido pela Colômbia, a Argentina e o Equador, e o 13.º a nível mundial. Em 2011, conseguiu um aumento de produção de 2,6% em relação ao anterior, aumentando de 2.137 milhões b/d para 2.193 milhões b/d (ANP, 2012, p. 29)⁴⁷⁹. Nos

⁴⁷⁸ Os outros englobam o Rio Grande do Norte (2,5%), a Bahia (2,2%), Sergipe (1,8%), Amazonas (0,7%), Ceará (0,4%) e outros (0,3%, que inclui Alagoas, Paraná e Santa Catarina) (ANP, 2012, p. 73).

⁴⁷⁹ Para OPEP (2012, p. 30), o Brasil produziu 2,105.4 milhões b/d, um aumento de 2,5% em comparação ao ano de 2010, quando obteve 2,054.7 milhões b/d (2012, p. 30).

últimos anos, a produção de petróleo no Brasil tem vindo a aumentar (Cf. Tabela XXVII), tendo sido declarada a auto-suficiência sustentável na produção de petróleo, em 2006, quando o Brasil conseguiu obter uma produção média diária de 1.8 milhões b/d e passou a exportar mais petróleo e do que a importar derivados⁴⁸⁰ (Petrobras, 2012). No entanto, o Brasil nunca foi auto-suficiente em derivados, tendo a demanda dos derivados crescido 4,9%, contra um crescimento de 3,4% na produção de petróleo, entre 2007 e 2012. O país irá continuar a importar derivados até que entrem em operação as novas refinarias, previstas no Plano de Negócios e Gestão 2012-16 da Petrobras. A este propósito, a Petrobras ressalta que, a partir de 2014, a produção de petróleo brasileiro pode atingir a auto-suficiência volumétrica, ou seja, com volumes iguais de petróleo produzido e os derivados consumidos. A produção da companhia terá um crescimento contínuo, atingindo os 2,5 milhões de b/d, em 2016, e 4,2 milhões de b/d, em 2020. Nessa altura, a produção de petróleo ultrapassará a produção de derivados, o que permitirá ao Brasil ser, também, auto-suficiente em derivados. Em 2020, a Petrobras planeia obter 4,2 milhões b/d de petróleo contra uma capacidade de refinação de 3,6 milhões de b/d e um consumo de 3,4 milhões b/d (Petrobras, 2013b).

Tabela XXVII. Produção de Petróleo em países da América Latina

(milhões/barris por dia)

| País | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| México | 3.593 | 3.795 | 3.830 | 3.766 | 3.689 | 3.479 | 3.165 | 2.978 | 2.958 | 2.938 |
| Venezuela | 2.895 | 2.554 | 2.817 | 3.003 | 2.940 | 2.960 | 2.985 | 2.914 | 2.775 | 2.720 |
| Brasil | 1.499 | 1.555 | 1.542 | 1.716 | 1.809 | 1.833 | 1.899 | 2.029 | 2.137 | 2.193 |
| Colômbia | 601 | 564 | 551 | 554 | 559 | 561 | 616 | 685 | 801 | 930 |
| Argentina | 818 | 806 | 754 | 725 | 716 | 699 | 682 | 676 | 652 | 607 |
| Equador | 401 | 427 | 535 | 541 | 545 | 520 | 514 | 495 | 495 | 509 |
| Peru | 98 | 92 | 94 | 111 | 116 | 114 | 120 | 145 | 157 | 153 |
| Trinidad e Tobago | 155 | 164 | 152 | 171 | 174 | 154 | 149 | 151 | 145 | 136 |
| Outros | 152 | 153 | 144 | 142 | 139 | 141 | 139 | 133 | 131 | 134 |

Fonte: ANAP, 2012, p. 29.

⁴⁸⁰ Tornou-se auto-suficiente com a entrada em operação do navio-plataforma P-50 no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos.

Em 2011, o Brasil exportou 220,6 milhões de barris de petróleo, com o principal destino das exportações ocupado pela Ásia-Pacífico, que representou 30,5% desse volume exportado (67,3 milhões de barris), sendo que 22,6% foram destinadas à China⁴⁸¹. O segundo maior destino foi a América do Norte que recebeu 66,1 milhões de barris de petróleo, representando 29,9% do volume total exportado, com 26,9% dirigidos aos Estados Unidos. O terceiro maior destino coube à América Central e do Sul que arrecadaram 58 milhões de barris (26,3%), com destaque para Santa Lúcia (13,5%) e para o Chile (9,6%). Por último, está a Europa com 29,3 milhões de barris, representando 13,3% no total do petróleo exportado. Apesar das importações estarem a diminuir⁴⁸² este país lusófono continua a importar de petróleo tendo, em 2011, importado 121,1 milhões de barris. África é a principal área de aprovisionamento (63,9%, sobretudo a Nigéria), seguida pelo Médio Oriente (28,2%, sobretudo da Arábia Saudita e do Iraque), América do Norte (1,7%, Estados Unidos), América Central e do Sul (1,3%, Peru) e a Europa (0,4%, da Holanda). Nesse ano, a Ásia-Pacífico (4,5%) foi dominada pelas exportações da Austrália (3,8%) (ANP, 2012, p. 122 e 125).

A possibilidade da existência de petróleo no Brasil já é viabilizada desde o período do Império Brasil (1822-1889), no entanto a sua descoberta em Lobato, na Bahia, só ocorreu já no do século XX, em 1939⁴⁸³. Seguido dois anos depois com a descoberta do primeiro poço de exploração comercial, em Cadeias, no Recôncavo Baiano. Tradicionalmente este país lusófono sempre foi um país importador e a descoberta de reservas de petróleo na Bahia, durante a presidência de Getúlio Vargas, resultou na

⁴⁸¹ A Petrobras usa os tanques de estocagem na refinaria Nansei Sekiyu na ilha de Okinawa, no Japão, como centro de distribuição para os países do nordeste asiático, incluindo para outras refinarias japonesas e para a Coreia do Sul e China.

⁴⁸² Entre 2000 e 2011, a taxa média da diminuição de importação foi de 1,5%, com exceção de 2004 e 2007, em que houve um aumento do volume importado de petróleo.

⁴⁸³ Em 1858, o Marquês de Olinda (1793-1870), Pedro de Araújo Lima cedeu a José Barros de Pimentel o direito de extração de mineral betuminoso para fabricação de querosene de iluminação nas margens do rio Marau, na Bahia. Embora tenha havido ao longo de setenta anos várias perfurações de petróleo em vários Estados brasileiros, essa situação só seria alterada em 1930, pelo engenheiro agrônomo Manuel Inácio de Basto. Instigado pela descoberta durante uma caçada nos arredores de Lobato que os moradores usavam uma lama preta como combustível nas lamparinas nas suas casas, realizou testes que asseveravam a existência de petróleo nessa povoação.

campanha do Petróleo com o *slogan* “O petróleo é nosso”⁴⁸⁴ e, posteriormente, na criação da empresa estatal de petróleo, Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), a 3 de Outubro em 1953.

No início da década seguinte, a Petrobras começou a procurar petróleo na plataforma continental⁴⁸⁵, na faixa entre Espírito Santo ao Maranhão tendo, em 1968, a primeira descoberta de petróleo no mar, em Sergipe, no campo de Guaricema⁴⁸⁶, comprovando a existência de petróleo na plataforma continental. A esta descoberta seguiram-se outras prospecções que procederam à descoberta da Bacia de Santos⁴⁸⁷, a maior província petrolífera do Brasil, em 1974 (Petrobras, 2012). As duas décadas seguintes foram marcadas por novas descobertas em campos *onshore* e *offshore*⁴⁸⁸, incentivando para que se Brasil tornasse num dos únicos países a dominar a tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas (abaixo dos 300 m) e ultra-profundas (abaixo de 1500 metros).

As maiores descobertas de petróleo no Brasil foram feitas pela Petrobras na camada pré-sal, localizada entre o Estado de Santa Catarina e de Espírito Santo. Em Novembro de 2007, o consórcio composto pela Petrobras, a britânica BG Group e a portuguesa Petrogal⁴⁸⁹ em conjunto com o governo Lula anunciou a descoberta da reserva de 6,5

⁴⁸⁴ Esta campanha foi patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, posteriormente denominado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Foi uma campanha nacionalista que defendia o controlo nacional do petróleo e surgiu em reacção à possibilidade da participação de empresas estrangeiras nas actividades de exploração mineral, inclusive do petróleo, após a promulgação da Constituição de 1946. Desde 2008, existe uma campanha denominada “O Pré-sal é do Povo Brasileiro” também de cariz nacionalista que tem por objectivo garantir o “controlo estatal e social das reservas brasileiras de petróleo e gás natural”, em particular os recursos oriundos do Pré-Sal.

⁴⁸⁵ De acordo com a Petrobras (2012) a plataforma continental é a “*porção dos fundos marinhos pouco profunda, até 200m, localizada nas margens de um continente ou plataforma continental é a orla dos continentes banhada pelos mares, onde a água é pouco profunda*”.

⁴⁸⁶ Com esta descoberta iniciou-se a tradição de baptizar as descobertas em alto-mar com nomes de animais aquáticos.

⁴⁸⁷ Esta bacia é responsável por 80% da produção de petróleo brasileiro. Fica situada na costa norte do Estado de Rio de Janeiro, estendendo-se até ao sul do Espírito Santo e possui aproximadamente 100 mil km². A exploração comercial começou com o campo de Enchova, em 1977, com uma produção de 10 mil b/d numa plataforma flutuante (Petrobras, 2012).

⁴⁸⁸ A descoberta em Novembro de 1984, pela Petrobras do campo gigante Albacora, na Bacia de Santos, marcou o início da empresa estatal em exploração em águas profundas nunca antes exploradas. No ano seguinte, nessa mesma Bacia, foi descoberto o campo de Marlim. A nível *offshore* foi descoberto petróleo na Amazônia, na Bacia do rio Solimões em 1986 (campo Urucu).

⁴⁸⁹ A operador do campo é a Petrobras com uma participação de 65%, em parceria com BG Group, que possui 25%, e a Petrogal/Galp, com 10%.

biliões BPE (barril petróleo equivalente) abaixo de uma camada de rocha salina, conhecidas como pré-sal, no campo de Tupi, na Bacia de Santos⁴⁹⁰. Posteriormente, foram encontrados outros campos adicionais na Bacia de Santos, em Iracema⁴⁹¹, Carioca, Lara, Libra, Franco, Guara, Sapinhoá⁴⁹², e também nas bacias de Campos⁴⁹³ e de Espírito Santo. O Tupi, actualmente chamado de Lula⁴⁹⁴, foi declarado comerciável à ANP dois anos depois e, em 2011, já era o 8º maior campo produtor de petróleo e gás natural do Brasil, tendo representando 3,1% da produção total brasileira (167 mil b/d) no final de 2011 (ANP, 2012; EIA, 2012).

O pré-sal, localizado na zona Económica Exclusiva do Brasil, numa área de 180 km a partir do litoral, a uma profundidade entre 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar, estende-se desde o norte do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina (Cf. Mapa XV). O pré-sal brasileiro é vastíssimo e as estimativas variam entre os analistas. De acordo o governo brasileiro, as reservas para o pré-sal brasileiro são calculadas entre 70 a 100 biliões BPE (Portal Brasil do Governo Brasileiro, 2010). A ANAP estima que só a área da Bacia de Santos possa conter reservas de 50 biliões de barris de petróleo e, um estudo realizado por um antigo geólogo da Petrobras aponta que a área possa deter até 123 biliões de barris de petróleo (Globo, 2013). Pese embora somente uma fracção dessas estimativas é actualmente considerada “comprovada”⁴⁹⁵ é peremptório em afirmar que, o Brasil pode se transformar num dos maiores produtores de petróleo do mundo. Poderá vir a

⁴⁹⁰ A bacia de Santos é a maior bacia sedimentar no *offshore* brasileiro. Tem uma área de 253 km, e fica compreendida entre Cabo Frio até Florianópolis. Um pouco mais da metade da área explorada nesta bacia está em águas profundas (acima dos 300 m) e ultra-profundas (acima de 1500 metros). As áreas do pré-sal identificadas na bacia são o Tupi, Júpiter, Iara, Carioca, Bem-te-Vi, Guará, caramba e Azulão (Petrobras, 2013a).

⁴⁹¹ O campo Iracema, designado actualmente de Cernambi, tem reservas estimadas de 1.5 biliões BPE, e foi designado pela Petrobras como comerciável em Dezembro de 2010 (EIA, 2012b)

⁴⁹² O campo Guara foi declarado pela Petrobras como comerciável em Janeiro de 2011, tem reservas estimadas de 1,1 milhões BPE com densidade em torno de 30° API e começou em produção em 2011. O Campo Sapinhoá foi declarado comerciável em 2011 e projecta-se que entrará em produção em 2012 (Petrobras, 2011).

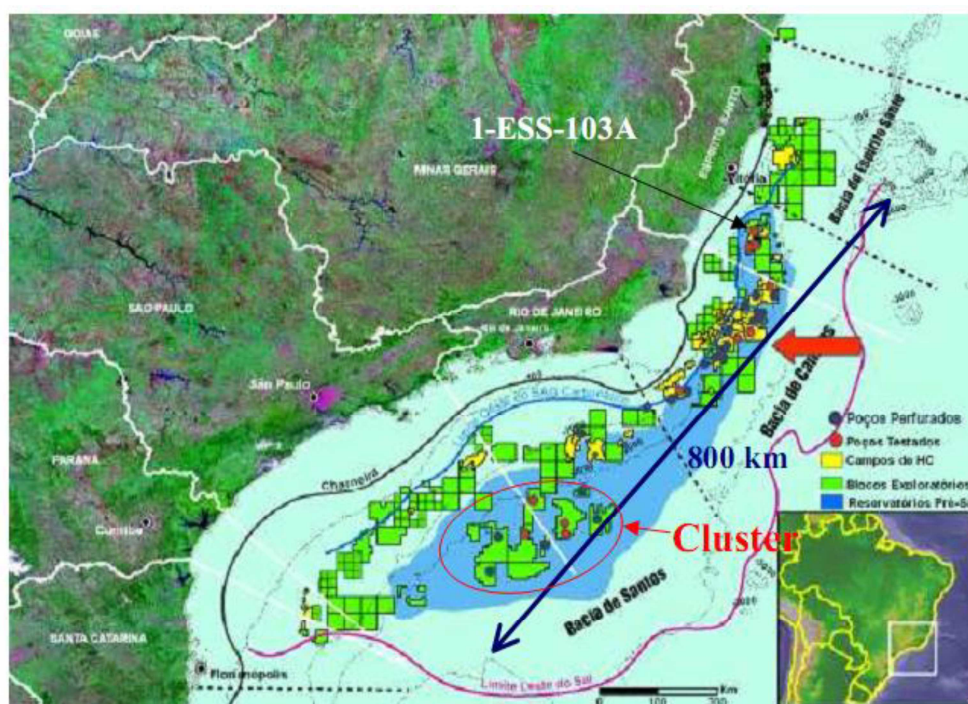
⁴⁹³ A bacia de campos é a principal área sedimentar explorada na costa brasileira, tem aproximadamente 100 mil km², e fica localizada entre a cidade de Vitória-ES até ao Arrail do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro (Petrobras, 2013a).

⁴⁹⁴ O Tupi foi o maior campo de petróleo encontrado no Hemisfério Ocidental em 30 anos e significou o advento do Brasil como uma potência global de petróleo. Durante a extracção inaugural deste campo, o presidente Lula da Silva apontou as descobertas de petróleo no país como “a segunda independência do Brasil”. Em Dezembro de 2010, o nome do campo foi alterado de Tupi para Lula.

⁴⁹⁵ As limitações tecnológicas e logísticas consideram grande parte desses recursos irrecuperáveis e não lucrativas com base nos preços actuais do petróleo.

desempenhar um papel importante no mercado energético da América Latina, especialmente porque a produção dos dois maiores exportadores de petróleo desse continente, o México e a Venezuela, está prevista para diminuir. O campo do seu subsal contém um petróleo diferente do que era anteriormente produzido, mais leve e com menor teor de enxofre, mais fácil de ser processado e que pode obter preços mais elevados nos mercados globais.

Mapa XV. *Localização das Jazidas Petrolíferas do Pré-sal*



Fonte: Costa & Souza-Santos, 2009, p. 131

No entanto, explorar o petróleo na camada pré-sal exige grandes desafios que englobam grandes investimentos financeiros e em tecnologia⁴⁹⁶, tal como equipamentos de exploração que suportem elevadas pressões, oleodutos que suportem altas temperaturas, novas plataformas de produção, embarcações de apoio e sondas de perfuração. A elevada distância entre a costa e os poços de perfuração dessa camada é outro desafio que acarreta

⁴⁹⁶ As descobertas do pré-sal levaram a Petrobras a encomendar a construção de dezenas de navios de apoio a plataformas de petróleo.

a necessidade de transporte de pessoas, materiais e equipamentos, muitas vezes, como no caso do campo Tupi, entre distâncias de 300 km. A própria distância para chegar até onde estão os reservatórios, coloca outros obstáculos que necessitam de ser transpostos. Como ressalta o executivo de Exploração do Pré-Sal da Petrobras, José Formigli (2009) “*é preciso ultrapassar uma lâmina d’água de mais de 2.000m, uma camada de 1.000m de sedimentos e outra de 2.000m de sal, depois disso, recuperar o petróleo e o gás que está em reservatórios implica maior tempo de penetração por parte das brocas do que o gasto para penetrar os arenitos da Bacia de Campos e, no caso de Tupi, a uma distância de 5.000 a 7.000m em relação à superfície do mar*”. Por último, existe também o desafio ambiental visto que, em alguns reservatórios, o alto teor de dióxido de carbono extraído juntamente com o petróleo é superior a 20%. Para que o CO₂ não se escape para o meio ambiente, qualquer exploração tem de ser pensada para não vir a contribuir para aumento do efeito estufa e o aquecimento global.

Para as “*áreas do pré-sal e em áreas estratégicas*” foi criado pelo Governo Brasileiro um novo regime de partilha da produção, mantendo-se os contratos de concessão anteriores em vigor para outras áreas⁴⁹⁷. Com este novo regime, a Petrobras será a operadora exclusiva dos campos e terá de deter uma participação mínima de 30% nos novos projectos. As empresas que oferecerem à Petrobras a maior percentagem da produção de petróleo vencerão as licitações para participar da exploração. Em 2010, o governo também criou uma nova empresa estatal de petróleo⁴⁹⁸, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), também conhecida como Petrosal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A PPSA que tem, entre outras missões, a de fazer parte (com 50%) dos consórcios formados para executar os contratos de partilha e representar a União nos comités operacionais dos consórcios, com metade de seus membros (artigo 4.º).

O Brasil possui também reservas de gás natural que têm vindo aumentar e que, em 2011, eram de 459,4 bcm com R/P de 19,1 anos⁴⁹⁹, correspondendo a 50,7% das reservas

⁴⁹⁷ A Lei n.º 12.351, de 22 de Dezembro de 2010, veio alterar os dispositivos da Lei n.º 9.478, de 6 de Agosto de 1997, sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas e criou o Fundo Social.

⁴⁹⁸ Lei n.º 12.304, de 2 de Agosto de 2010.

⁴⁹⁹ De acordo com a ANP (2012, p. 85) a relação reservas/produção (R/P) de gás natural subiu de 15,8 anos em 2002 para 19,1 anos em 2011.

totais brasileiras (906,531 bcm). Em termos mundiais, este país lusófono encontrar-se na 31^a posição no *ranking* das maiores reservas provadas de gás natural⁵⁰⁰. Tal como no petróleo, a grande maioria dessas reservas provadas, cerca de 84,6%, encontrava-se em reservatórios *offshore*, das quais 54,4% estão concentradas no Estado de Rio de Janeiro (249.984 bcm) seguido pelo de São Paulo, com 12,8% das reservas provadas (58,9 bcm) (ANP, 2012, p. 75). A produção de gás natural no Brasil tem seguido a mesma linha crescente que o petróleo, com um crescimento médio ao ano de 5%, entre 2000 e 2011. Em 2011, o Brasil obteve 24,1 bcm⁵⁰¹, posicionando-se também no 31.º lugar no *ranking* dos maiores produtores de gás natural a nível mundial. Em termos da localização salienta-se que, o sumo dessa produção é proveniente dos reservatórios marítimos (74,5%) e que, em 2011, foi de 17,9 milhões metros cúbicos (m³). A produção *onshore* ficou pelos 6,147 milhões m³, embora com um aumento de 2,1% em relação a 2010 (6.024 milhões m³). Tal como nas reservas, com 9,386 bcm o Estado de Rio de Janeiro aparece como o maior produtor de gás natural, embora com uma queda de 7,4% em relação a 2010 (10.132 bcm). O segundo maior Estado produtor foi Espírito Santo, que foi responsável por 4,3 bcm⁵⁰² (ANP, 2012, pp. 85-87).

A maioria das reservas do país de gás natural é controlada pela Petrobras, que para além de controlar a rede de transmissão brasileira de gás⁵⁰³ também é responsável pela maioria da produção doméstica e da importação do gás da Bolívia⁵⁰⁴. Em 2011, e embora com uma diminuição de 17% em relação a 2010, o Brasil importou 10,5 biliões m³, em que 9,8 biliões m³ (93,5%) foram provenientes da Bolívia⁵⁰⁵. O Brasil apesar de ter exportado

⁵⁰⁰ As reservas totais de gás do Brasil também têm vindo aumentar, com um aumento em 2011 de 9,92% em comparação a 2010 (824,723 biliões m³) (ANP, 2012, p. 75).

⁵⁰¹ Do total de gás natural produzido em 2011, 73,3% eram de gás associado ao petróleo (17,7 biliões m³), com o Estado de Rio de Janeiro com a maior produção (9,2 biliões m³). Os Estados de Espírito Santo e da Bahia foram os Estados que mais produziram gás não associado, respectivamente, 2,4 e 2 biliões m³ (ANP, 2012, p. 87).

⁵⁰² A produção de gás natural do Estado de Rio de Janeiro correspondeu a 39% do total produzido no Brasil e 52,4% do total *offshore*. Enquanto a produção de gás natural do Estado de Espírito Santo correspondeu a 18% da produção nacional, com um aumento de 62,9% na produção *offshore*, passando entre 2010 e 2011, respectivamente de 2,602 para 4,240 biliões m³ (ANP, 2012, p. 85).

⁵⁰³ Participa em 18 das 27 das empresas de distribuição de energia. Embora se projecte que a nova lei do gás natural de 2009, que possui um quadro regulamentar separado para o gás natural, irá facilitar o investimento privado no sector (EIA, 2012b).

⁵⁰⁴ Até 2008, o Brasil também recebia gás natural da Argentina.

⁵⁰⁵ O Brasil importa gás da Bolívia através do gasoduto Gasbol, que liga Santa Cruz em Bolívia a Porto Alegre, no Brasil, via São Paulo.

50,2 milhões m³ de GNL⁵⁰⁶, importou GNL de um conjunto diversificado de países, principalmente de Trinidad e Tobago (880 milhões m³), Qatar (635 milhões m³) e do Peru (154 milhões m³)⁵⁰⁷ (ANP, 2012, pp. 136-137).

A seguir aos Estados Unidos, o Brasil é o maior produtor de etanol do mundo. Em 2011, produziu 22,9 milhões m³ de etanol anidro e hidratado, um valor inferior ao produzido no ano anterior (28.203 milhões m³). Essa diminuição (-18,83%) resultou da combinação entre o aumento da produção do açúcar que tornou este recurso a um preço mais atractivo nos mercados internacionais em comparação ao etanol e diminuição da produção da cana-de-açúcar devido a problemas climáticos. O maior mercado de importação é os EUA⁵⁰⁸, enquanto a América do Norte foi o principal destino das exportações brasileiras, sobretudo para os EUA⁵⁰⁹.

4.4.3. A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos do Brasil

De acordo com o presidente da Sinopec no Brasil, Jingjun Ding, a China encara o Brasil como uma zona estratégica que dispõe de um mercado estável (Macauhub, 2011a). De facto, o Brasil apresenta-se como um mercado estável e atractivo para os investimentos das *guaban* chinesas nos recursos naturais brasileiros e também uma porta de acesso ao mercado regional – o Mercosul. Em termos energéticos, o Brasil apresenta-se à China como um importante parceiro estratégico com recursos energéticos importantes para a sua contínua demanda energética. Nos últimos cinco anos, cerca de um terço das descobertas em águas profundas a nível mundial foram materializadas no mar do brasileiro. Segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo “*estudos recentes mostram que a projecção para os próximos dez anos é de que os barris novos que entrarão na oferta mundial de petróleo virão, principalmente, das águas profundas. E, fora da OPEP, os*

⁵⁰⁶ Dentro desse total de GNL exportado 85,3% foi para a Argentina e o restante para o Kuwait.

⁵⁰⁷ Para além desses países, o Brasil importou GNL da Bélgica, dos Estados Unidos, da Guiné Equatorial e dos Emirados Árabes Unidos.

⁵⁰⁸ Em 2011, as importações de etanol para o Brasil foram de 1,14 milhão de m³, em que 96,7% foi oriundo dos Estados Unidos.

⁵⁰⁹ O Brasil exportou 1,96 milhão m³ de etanol, em que 668 mil m³ do total (34%) foi para a América do Norte, com os Estados Unidos a importarem 663,9 mil m³ (33,8%).

principais contribuintes da adição de novos barris fora das reservas já existentes, são os campos no Brasil” (Oil & Gas Journal Latinoamericana, 211, p. 41). Estas novas descobertas poderão vir a representar que o Brasil seja futuramente uma das principais fontes de produção de petróleo a nível mundial, com uma capacidade de produção de 2,1 milhões de barris de petróleo por dia, em 2020⁵¹⁰. Por outro lado, para o Brasil, Pequim é um parceiro estratégico faminto de petróleo mas com a capacidade de investimento necessário para o desenvolvimento dos recursos energéticos brasileiro, particularmente como fonte investimentos e de apoio tecnológico para a extracção do petróleo das águas com grande profundidade⁵¹¹.

A energia é um elemento que já faz parte da relação China-Brasil desde o restabelecimento das relações em 1974. Desde então várias missões bilaterais procuraram ampliar e aprofundar as relações comerciais entre os dois países, nomeadamente no sector energético. Um ano após ter sido assinado o Acordo Comercial, a 22 de Maio de 1979, o Vice-Ministro do Conselho de Estado Chinês, Kang Shien acompanhado pelo Ministro da Indústria Petrolífera, Song Zhenming e o Vice-Ministro da Indústria Eléctrica Li Rui visitaram o Brasil, tendo sido assinado o Acordo de Transporte Marítimo (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1979). Com estes acordos, o Brasil e a China procuravam ampliar o fluxo comercial entre ambos. Nesse ano, foram enviadas simultaneamente missões comerciais do governo brasileiro a Pequim (destaca-se a missão liderada pelo Ministro das Minas e Energia e pelo Chefe de Promoção Comercial do Itamaraty) como das companhias brasileiras (destaca-se a missão da Petrobras, da Interbrás e da Companhia Vale do Rio Doce -CVRD). A Petrobras para fazer face ao aumento da procura de petróleo no Brasil, desde o início da década de 80 do século XX, tinha vindo a instalar-se em diferentes países, investido em projectos *dowstream* e *upstream* e procurando aceder a novos contractos de aprovisionamento⁵¹².

⁵¹⁰ Projectão apresentada no Relatório Plano de Negócios e Gestão 2013-2017 da Petrobras, com a possibilidade de conseguir uma produção no pré-sal de 1 milhão de barris diários (Petrobras, 2013c).

⁵¹¹ De acordo com investigador do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Álvaro Teixeira, para desenvolver as reservas *offshore* brasileiras para ao período 2011-2015, estava previsto ser necessário investir USD\$ 258 biliões, em que 83% oriundo da Petrobras (China SZ Energy, 2012b). No Relatório Plano de Negócios e Gestão 2013-2017 da Petrobras é previsto um investimento de 236 biliões de dólares até 2017.

⁵¹² Moura (2003, p. 193 citado por Costa & Huáscar, 2009, p. 19) refere que a Petrobras fixou-se em África, na Argélia e em Angola; na América do Norte, procurou aceder às reservas do Golfo do México; na América

Na China, no final dos anos setenta, a Petrobras através da Petrobras Internacional S.A (BRASPETRO) participou no esforço exploratório do *offshore* chinês aquando a sua abertura ao investimento estrangeiro⁵¹³. Em termos de fornecimento, assinou um contracto com a Sinochem para a compra de mais de um milhão de toneladas de petróleo chinês, em 1980. Segundo Danielly Becard (2008, p. 78), este acordo constituiu uma surpresa para o representante da Petrobras nas negociações, Armando Guedes Coelho, já que naquele momento algumas das suas refinarias chinesas estavam a operar com pouca capacidade, a China estava a procurar importar petróleo e tinha até declinado a venda de petróleo a outros países. Pese embora este contracto de fornecimento representar o interesse de Pequim em ampliar a relação comercial com o Brasil, sobretudo no sector energético, e apesar dos esforços de ambos os países⁵¹⁴, não se verificaram grandes alterações na cooperação energética até ao início da década de 2000.

No entanto, a partir desse período, o reforço da cooperação energética que se vai assistir entre ambos os países resultou da necessidade de Brasília procurar atrair investimentos directos e indirectos, nomeadamente chineses, de expandir os seus negócios, inclusive por meio de investimentos directos na China e utilizar a parceria como forma de diminuir a dependência perante parceiros tradicionais. De Pequim, derivou da sua necessidade de diversificar os mercados de escoamento das suas matérias-primas, de encontrar outras fontes de aprovisionamento para além do instável e volúvel Médio Oriente, e pelo incentivo diplomático e financeiro do governo às *guaban* energéticas chinesas para explorarem as matérias-primas e os recursos energéticos nos países produtores ou potenciais produtores de energia, nomeadamente no Brasil.

Com este parceiro estratégico, e um ano após a China ter ultrapassado o Japão como maior consumidor de petróleo, assistiu-se a um reforço da cooperação no sector

do Sul, na Colômbia, em 1989, e assinou um contracto de exploração e produção *offshore* na Argentina. Na Europa Ocidental, procurou aceder às reservas do mar da Noruega.

⁵¹³ De acordo com o Director da Exploração e Produção da BRASPETRO João Figueira (2003, p.145) a Braspetro, para além de participar em campanhas exploratórias na plataforma continental do Mar do Sul da China mar sul da China, no período de 1983 a 1988, manteve também actividades no *onshore* chinês, nomeadamente num projecto de estudo que tinha por objectivo avaliar o potencial petrolífero da província de Xinjiang.

⁵¹⁴ Em 1985, durante a sua visita ao Brasil, uma delegação chefiada pelo Vice-Ministro de Geologia e Recursos Minerais da China e composta por técnicos da China Offshore Platform Engineering Corporation (COPECO) assinou um acordo entre a China e o Brasil sobre cooperação técnica no desenvolvimento de petróleo *offshore*, com duração de 4 anos.

energético, traduzido no aumento gradual do número de acordos assinados pelos dois governos e respectivas empresas petrolíferas. A 23 de Maio de 2004, durante a visita do Presidente Lula da Silva à China, a Petrobras abriu um escritório em Pequim com objectivo de apoiar as vendas de petróleo da empresa para o gigante asiático, especialmente do petróleo pesado extraído da Bacia de Campos, e operacionalizar os acordos com as *guaban* chinesas que poderiam permitir acesso a novos mercados para empresa, em especial na própria Ásia (BBC Brasil, 2004). Três dias depois, a companhia petrolífera brasileira assinou um acordo de cooperação estratégica com a Sinopec para implementação do gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste (GASENE). Um acordo que estabelecia as duas empresas como responsáveis pela engenharia, o suprimento e a construção (EPC) do GASENE, um dos mais importantes projectos integrados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro. No ano seguinte, a Petrobras assinou um Memorando de Entendimento com a CNPC com objectivo de desenvolverem negócios conjuntos no sector energético, envolvendo a refinação, a construção de oleodutos e a exploração e produção de recursos petrolíferos *onshore* e *offshore* no Brasil e na China ou em outras regiões do mundo (Petrobras, 2011).

A 6 de Setembro desse ano, durante a visita da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff a Pequim, foi assinado com o Ministério do Comércio da China o Memorando de Entendimento para o desenvolvimento da cooperação bilateral nos sectores de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, electricidade e mineração. O Memorando que deu continuidade aos acordos assinados em Maio, durante a visita do Presidente Lula da Silva à China, previa a formação de um Grupo Misto de trabalho no âmbito da Comissão Mista Sino-Brasileira, coordenado pelos dois Ministérios (Grupo Estado, 2004). Durante a sua visita, a 9 de Setembro, Dilma Rousseff assinou um Memorando de Entendimento com o Ministério do Comércio da China, que foi precedido pelo Memorando entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e a Petrobras com o EximBank da China.

Posteriormente, durante a visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em Novembro desse ano, foi assinado o Acordo de Parceria do Projecto de Gasoduto Gasene entre a Petrobras, o BNDES, a Sinopec e o EximBank da China. Esse acordo definia como a instituição financeira o banco estatal chinesa que iria prover os recursos financeiros para a

realização do projecto, enquanto o BNDES ficaria o tomador desses recursos e financiador directo do projecto (Petrobras, 2006). Em Fevereiro de 2005, foi estabelecida no Brasil uma subsidiária da Sinopec, a Sinopec International Petroleum Serviço do Brasil LTDA (Sinopec Brasil) para executar operações da empresa no país de acordo com as leis locais.

O Gasoduto Gasene com uma capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia, é abastecido com o gás proveniente da Bacia de Santos, da Bacia de Campos, do Estado do Espírito Santo e da Bolívia, e permite triplicar a quantidade de gás que chega ao Nordeste brasileiro. Com uma extensão de 1.277 km, é o maior gasoduto já construído no Brasil desde a inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil (3.150 km, 2.593 deles em terras brasileiras). Atravessa três Estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, 72 cidades e está dividido em três secções (sul para norte): o primeiro Cabiúnas-Vitória (303 km), o segundo Vitória-Cacimbas (127 km) e o terceiro Cacimbas-Catu (995 km). O projecto Gasene foi dividido em 2 projectos, o Trecho Sul (GASCAV) e o Trecho Norte (GASCAC) (Anexo XLII).

Em Março de 2006, a Petrobras assinou um contracto de USD\$ 240 milhões com a Sinopec⁵¹⁵, onde ficava garantido à *guaban* chinesa a sua participação no primeiro trecho cerca de 300 km de extensão, concluído em 2007 (Sinopec do Brasil Ltda, 2008b). A 1 de Fevereiro desse ano, perante a falta de confirmação do governo chinês e do financiamento do EximBank da China⁵¹⁶, a Petrobras cancelou o contracto da Sinopec na qualidade de EPC no Trecho Norte. Depois de ter sido lançado um novo concurso e de já terem sido escolhidas algumas companhias brasileiras, o governo chinês autorizou o plano de financiamento ao China Development Bank. Retomadas as negociações, em Dezembro de 2007, o CDB atribuiu uma linha de financiamento de USD\$ 750 milhões à Petrobras, através do BNDES, para apoiar a construção desse trecho do Gasene. Em contrapartida a este financiamento, a Petrobras contractou a Sinopec para sua execução (Petrobras, 2007)⁵¹⁷.

⁵¹⁵ Em contrato na modalidade EPC (sigla em inglês para *engineering, procurement and construction*) com a transportadora Gasene S/A, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) proprietária dos activos do Projecto Gasene.

⁵¹⁶ Expirava o prazo de 6 meses de confirmação do financiamento do governo chinês.

⁵¹⁷ De acordo com informação disponibilizada pela Sinopec Brasil (2011), o gasoduto foi dividido em seis trechos, onde a petrolífera chinesa Sinopec actuou como EPCista (Gestão da Engenharia, Produção e Suprimentos), além de ser responsável pela execução do Trecho 1 B (Jocec), que vai de São Mateus a Prado

Durante a inauguração da obra concluída em Março de 2010, o Presidente Lula afirmou que a escolha da chinesa Sinopec como parceira da Petrobras na construção do gasoduto era “*importante para o país estreitar os laços com a China através de sociedades estratégicas*”. Acrescentando que já havia inclusive estudos e um trabalho avançado com um banco japonês para financiar a obra, mas que, em 2004, através de uma votação entre os Ministros “*a China ganhou do Japão por 4 a 2*” (France Presse, 2010)

Para além do Gasene, a Sinopec está envolvida em outros projectos de gasodutos no Brasil, realçando-se o SAMARCO e a Cidade Rio Petrobras. O primeiro tem a Petrobras como contratante e a Sinopec como EPC, terá 30km e transportará 44 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, entre o gasoduto GASCAV e o terminal *offshore* de gaseificação em Salvador /BA. Este projecto está previsto ser terminado em Dezembro de 2013, e tal como o Gasene irá contribuir para o fornecimento de gás ao nordeste brasileiro. E o segundo, como nome indica, é um gasoduto planeado para aumentar o fornecimento de gás ao Rio de Janeiro, cuja construção estava prevista ser finalizada em Junho de 2012.

Em Outubro de 2008, para impulsionar as exportações de petróleo para a China, o China Development Bank propôs uma linha de crédito à companhia petrolífera estatal brasileira Petrobras, que com o agravamento da crise económica mundial e com a quebra das suas acções no mercado via os seus planos exploração e desenvolvimento das descobertas de petróleo na camada pré-sal ameaçados. Este objectivo ganhou o apoio de Pequim e foi discutido durante a viagem do Vice-Presidente Xi Jinping a Brasília, em Fevereiro de 2009, tendo sido assinado um Memorando de Entendimento para financiamentos do CDB de USD\$ 10 biliões para a exploração de petróleo no Brasil. O acordo só foi concretizado três meses depois, a 19 de Maio, durante a visita do Presidente Lula da Silva a Pequim. Segundo o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli de Azevedo, a taxa de juro seria abaixo dos 6,5%, e o dinheiro seria usado para financiar o plano de investimento da Petrobras para o período de 2009-2013 de USD\$ 174,4 biliões, que incluía aquisição de bens e serviços da China para o desenvolvimento da primeira fase da região do pré-sal brasileiro (Latin American Herald Tribune, 2009).

(164 Km). Para os outros trechos, contou com o apoio de empresas subcontratadas: Galvão Engenharia (1 A), Conduto (2 A e 3 B), Bueno Engenharia (2 B) e Consórcio Mendes Júnior e Azevedo & Travassos (3 A).

Em resultado do financiamento do CDB à Petrobras de Maio de 2009, foi acordado um contrato de fornecimento de petróleo à China por um período de dez anos. Através da Unipac Asia⁵¹⁸, uma subsidiária da Sinopec, seria exportado 150.000 b/d de petróleo no primeiro ano e 200 mil barris por dia nos nove anos subsequentes (Petrobras, 2009b). Desde a assinatura desse financiamento até 2011, a Sinopec importou um acumulado de 18.816 milhões de toneladas de petróleo bruto da Petrobras, no valor de USD\$ 10.703 bilhões (Sinopec, 2011b, p. 22). Para além deste acordo de financiamento, a Sinopec e a Petrobras assinaram a 19 de Maio, um Memorando de Entendimento para a cooperação em diversas áreas, nomeadamente na exploração, na refinação e no fornecimento de bens e serviços relacionados, realçando-se o início das conversações para a participação da Sinopec na exploração do petróleo da camada de pré-sal brasileiro.

No ano seguinte, aquando da visita do Presidente Hu Jintao no Brasil, para participar na II Cimeira dos BRIC em Brasília, foi assinado o Acordo de Cooperação Estratégica entre a Petrobras, a Sinopec e o China Development Bank com o objectivo de avaliar oportunidades em áreas de cooperação que podiam gerar benefícios mútuos para ambas empresas⁵¹⁹ e incluía a futura cooperação do banco estatal chinês CDB em outros possíveis financiamentos bilaterais à Petrobras. O Acordo assinado a 15 de Abril de 2010, pelo Presidente da Sinopec, Fu Chengyu e o Presidente do CDB, Chen Yuan, e o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, previa também a cooperação das empresas nas áreas de E&P de petróleo, na refinação, no transporte e comercialização, na Petroquímica e fertilizantes e do fornecimento de bens e serviços em geral. Na área de E&P, a Sinopec e a Petrobras mostraram intenções para futuras parcerias, incluindo a participação da Sinopec como investidora nos blocos PAMA-3 e PAMA-8 da Petrobras⁵²⁰. Na área de Refinação, Transporte e Comercialização pretendia-se avaliar oportunidades de parceria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, além da possibilidade de novos contratos de fornecimento de petróleo para a SINOPEC (Petrobras, 2010).

⁵¹⁸ Unipac Asia Company Limited foi fundada em 1995 e está sediada em Wanchai, de Hong Kong, ocupa-se da distribuição de petróleo e de produtos petrolíferos (Businessweek, 2013).

⁵¹⁹ O Acordo é um desdobramento do Memorando de Entendimento assinado entre a Petrobras e a Sinopec em 19 de Maio de 2009.

⁵²⁰ Previsto no Contrato entre a Petrobras e a Sinopec sobre a transferência de direitos dos lotes BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8 (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2010).

A 16 de Abril de 2010, foi assinado o Acordo de transferência da parcela de 20% da Petrobras dos dois blocos *offshore* de exploração PAMA3 e PAMA8⁵²¹ localizados em águas profundas da bacia do Pará-Maranhão (BM-PAMA) para a Sinopec (Cf. Tabela XXVIII). A 4 de Junho de 2011, as duas empresas assinaram o Acordo de operação conjunta dos blocos numa bacia de nova fronteira, com pouco conhecimento geológico e portanto com maiores riscos exploratórios, e numa zona onde não havia ainda produção de petróleo. Em Setembro desse ano foi completado o trabalho perfuração do primeiro poço de exploração baptizado de Harpia no Bloco PAMA 3⁵²², que exibiu positivamente a existência de hidrocarbonetos. Actualmente o PAMA 3 já está na fase de avaliação da exploração.

A participação da Sinopec nos blocos PAMA-3 e PAMA-8 significou a estreia da petrolífera chinesa no segmento de exploração e produção de petróleo no Brasil. Essa participação veio a ser ampliada no final do ano seguinte, com a compra por esta *guaban* chinesa por USD\$ 7,1 biliões, de 40% da companhia espanhola Repsol. A Repsol é uma das maiores operadoras independentes de *upstream* no Brasil. Em 2009, foi a terceira maior produtora de petróleo neste país lusófono e era a maior proprietária estrangeira de blocos exploratórios com presença nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

Esta aquisição da Sinopec permitiu-lhe a participação indirecta nos Campos Carioca e Guará e foi a maior operação desta *guaban* energética no Brasil e a segunda maior feita pela companhia petrolífera a nível mundial⁵²³. A aliança entre as empresas espanhola e chinesa foi ampliada com a criação de uma *joint-venture* no Brasil, a Repsol Sinopec Brasil, em Dezembro de 2010, com 60% do capital social da companhia mantido pela Repsol e 40% pela Sinopec⁵²⁴ (Repsol, 2012b). A Repsol Sinopec Brasil está focada no *offshore* e possui direitos de exploração em três das principais bacias marítimas

⁵²¹ A área da BM-PAMA-3 é de 1.667 km² e a fase de exploração é de oito anos, incluindo os levantamentos sísmicos 2D e a perfuração obrigatória de dois poços. Já área de BM-PAMA-8, de aproximadamente 2.308 km², foi subdividida em três blocos: PAMA-M-135, PAMA-M-192 e PAMA-M-194 e estes correspondem a três modelos exploratórios cujos objectivos passavam por descobrir novas províncias petrolíferas e garantir a sustentabilidade da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo. A fase de exploração também era de oito anos (Sinopec do Brasil Ltda, 2008b).

⁵²² A perfuração do primeiro poço Harpia, foi iniciado em Agosto de 2008

⁵²³ A maior operação já realizada pela Sinopec foi a compra da Addax Petroleum por 7,2 biliões de dólares, em 2009.

⁵²⁴ A Repsol Brasil é uma das maiores companhias energéticas privadas da América Latina, com um valor de 17.777 milhões de dólares (Repsol, 2012b).

brasileiras: Santos, Campos e Espírito Santo⁵²⁵, sobre 16 blocos, nos quais seis é a empresa operadora, 14 estão em fase de exploração, um em produção desde 2006⁵²⁶ (Albacora Leste) e um em desenvolvimento (BM-S-7: Piracucá). Possui também dois projectos-piloto planificados (BM-S-9; Guará) (Cf. Mapa XVI).

Mapa XVI. *Activos de Exploração e Produção da Repsol Sinopec Brasil*



Fonte: Repsol, 2011

Em 2011, a Repsol Sinopec participou em quatro descobertas de petróleo de boa qualidade e uma de gás em águas brasileiras ultra profundas. A primeira, em Janeiro desse ano, na Bacia de Santos, no bloco BM-S-9 do poço Carioca Nordeste, um bloco onde a empresa já fez das mais importantes descobertas do mundo como os poços Guará, Iguacú e Oriente Abaré⁵²⁷. O consórcio que comandou a descoberta é formado pela Repsol Sinopec (25%), a Petrobras (operadora e com uma participação de 45%) e a BG Group (30%). O segundo, em Julho, na Bacia de Campos, no poço exploratório 1-REPF-11A-RJS,

⁵²⁵ De acordo com a Repsol Sinopec o pré-sal Brasileiro a zona das Bacias de Santos é um de seus 10 projetos chaves inseridos no seu Plano Estratégico 2008-2012.

⁵²⁶ Esse bloco fica localizado na Bacia de Campos, a área é operada pela Petrobras, que detém 90% de participação, enquanto a Repsol Sinopec possui os outros 10%.

⁵²⁷ O novo poço está na área de Carioca a 2.151 metros de profundidade. Os testes iniciais indicaram a existência de um reservatório de 200 metros de espessura, contendo petróleo de 26° API (Repsol Sinopec Brasil, 2011a).

informalmente conhecido como Gávea⁵²⁸, onde a Repsol Sinopec Brasil é a operadora da exploração com uma participação de 35%, em parceria com a Statoil (35%) e Petrobras (30%)⁵²⁹. A terceira, anunciada no início de Novembro, foi realizada no poço Malombe de gás no *offshore* brasileiro pós-sal. Nesta descoberta o consórcio é formado entre a Repsol Brasil com uma participação de 11,9% e a Petrobras que é a operadora e detém os restantes 88,1% (Repsol Sinopec Brasil, 2011b). A quarta descoberta, no dia 14 desse mesmo mês, foi feita no campo de petróleo de alta qualidade 4-SPS-81A (4-BRSA-973A-SPS) também, conhecido como Abaré,⁵³⁰ na área Carioca na bacia de Santos, pelo consórcio composto pela Repsol Sinopec Brasil (25%), a Petrobras (é a operadora, 45%) e o BG Group (30%).

Hodiernamente, a Repsol Brasil é a maior empresa privada de direitos de mineração no Brasil. A área de pré-sal deste país lusófono é considerada pela empresa como um dos seus 10 principais projectos previstos em seu plano para o horizonte 2014. Em Fevereiro de 2012, a empresa realizou outra descoberta de petróleo na Bacia de Campos, no poço Pão de Açúcar (BM-C-33), tendo sido encontrado acumulações de hidrocarbonetos com uma altura total de 500 metros, uma das maiores conhecidas até ao momento no Brasil (Repsol Sinopec Brasil, 2012), tendo sido uma das maiores dez descobertas de exploração de petróleo e gás em 2011.

Para além da Sinopec também está presente no sector energético brasileiro, a quarta maior empresa petrolífera da China, a estatal Sinochem Corporation. Em 2010, a Sinochem comprou por USD\$ 3,07 milhões uma participação de 40% da companhia norueguesa Statoil no campo Peregrino, no litoral do Estado do Rio de Janeiro⁵³¹ (Statoil, 2010b). Este campo *offshore* de petróleo de aproximadamente 100 metros de profundidade, está localizado a 85 quilómetros da costa na Bacia de Campos, nas licenças BM-C-7 e BM-C-47 e contém reservas recuperáveis no valor de 300 a 600 milhões de barris de petróleo

⁵²⁸ A Repsol Sinopec é a operadora do consórcio, com 35% de participação. A Statoil possui 35% e a Petrobras outros 30%.

⁵²⁹ O poço está localizado a 190 km da costa do Rio de Janeiro.

⁵³⁰ Este poço está localizado a 35 km ao sul do Poço Carioca e a 293 km da costa de São Paulo. Os testes iniciais detectaram petróleo de boa qualidade, de 28 ° API num reservatório 4.830 metros de profundidade. O poço Carioca descoberta em 2008 pelo mesmo consórcio que no poço Abaré tem um potencial de produção de mais de 28 mil b/p. Actualmente, o poço produz um fluxo restrito de 23.400 b/p, conforme exigido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (Repsol Sinopec Brasil, 2011c).

⁵³¹ Os outros 60% são detidos pela Statoil.

pesado (Statoil, 2012)⁵³². Estão planeados um total de 37 poços, estando já três em operação e um quarto a ser furado. Foi colocado em operação a 8 de Abril 2011 e tem conseguido obter uma produção de 32.000 b/d. Estima-se que no primeiro trimestre de 2012, atinga 100.000 b/d de produção, um volume equivalente a 5% da produção brasileira de 2 milhões b/d e que no seu pico de produção atinja os 119.000 b/d em 2016 (Sinochem Group, 2011).

Em 14 de Abril de 2011, a Sinochem Group comprou 100% da Statoil Petróleo Brasil Limitada, formando a Sinochem Petróleo Brasil Limitada (Sinochem Brasil) que detém 40% no Bloco BM-C-7, onde está situado o poço Peregrino e 40% no BM-C-47 na bacia de Campos (Cf. Tabela XXVIII). Em Janeiro do ano seguinte, a Sinochem Brasil acordou com a empresa francesa Perenco na compra de uma participação de 10% em cinco blocos petrolíferos em águas profundas da Bacia do Espírito Santo (ES-M-416; ES-M-418; ES-M-472; ES-M-529 e ES-M-531)⁵³³. A Perenco tinha conseguido na 9.^a Rodada Brasileira de Licenciamentos, em Março de 2008, o acordo de concessão⁵³⁴ de exploração desses cinco blocos, cada uma com uma área de 725 km² e com uma gama ampla de tipos de hidrocarbonetos. Em troca dessa participação de 10%, a Sinochem irá financiar desenvolvimento dos poços exploratórios, reduzindo a participação da Perenco de 50% para 40%, mas permitindo que a empresa continue como operadora⁵³⁵ (Macauhub, 2012). A restante participação (50%) nos blocos pertence à OGX Petróleo e Gás, uma subsidiária do grupo brasileiro EBX.

Em Abril de 2011, durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff à China, foram assinados 22 acordos de cooperação que incluíam o desenvolvimento conjunto de tecnologia agrícola e biocombustíveis e pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologia, electricidade e petróleo. No sector energético, a Petrobras comprometeu-se a trabalhar com

⁵³² A primeira fase do desenvolvimento do Peregrino incluiu duas plataformas de perfuração e cabeça de poço, e uma grande unidade de produção, de armazenamento e de descarregamento flutuante (FPSO). Essa unidade flutuante é o navio-plataforma Maersk Peregrino construído na China como navio-tanque.

⁵³³ A 3 de Outubro de 2012, a ANP aprovou a compra da participação de 10% dos cinco blocos pela Sinochem

⁵³⁴ Todas as concessões têm uma duração inicial de quatro anos, e tem um compromisso mínimo que consiste na aquisição e processamento de dados sísmicos, seguido pela perfuração de um total de dois poços.

⁵³⁵ A operação também permitiu que a Perenco continuasse com o seu programa de exploração no Brasil, depois da empresa ter sido forçada a cancelar os planos anteriores para uma oferta pública inicial de acções na Bolsa de São Paulo.

as empresas chinesas Sinochem e Sinopec em tecnologia de prospecção em águas profundas. O Acordo de Cooperação Tecnológica para troca de conhecimento nas áreas de geofísica, geologia e engenharia de reservatórios de petróleo com a Sinopec previa a troca de conhecimento nas áreas de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios de petróleo. Já o Memorando de Entendimentos para Cooperação Estratégica com a Sinochem incluía uma cooperação estratégica para identificar e viabilizar oportunidades de negócios nas áreas de produção, exploração e comercialização de petróleo, além da recuperação de campos maduros (Petrobras, 2011).

A 11 de Novembro desse ano, a Sinopec e a Galp assinaram um acordo de transferência de uma participação de 30% de áreas de petróleo e gás no Brasil. A transacção entre as duas empresas foi completada a 28 de Março de 2012, garantindo a presença à *guaban* chinesa nas bacias de Potiguar, Pernambuco, Espírito Santo, Campos, Santos e Sergipe-Alagoas (Anexo XLIII)⁵³⁶. O acordo no valor de USD\$ 4,8 biliões tratou-se do segundo maior investimento da companhia petrolífera asiática no país e ampliou a sua presença no pré-sal brasileiro. A Petrogal Brasil passou a ser detida em 20% pela Galp e 30% pela Sinopec (Rio Negócios - Agência de Promoção de Investimentos do Rio de Janeiro, 2011). Neste acordo, o grupo Sinopec chinês concedeu também um empréstimo à Petrogal Brasil de cerca de USD\$ 390 milhões que foi utilizado para reembolsar uma parcela de 30% dos empréstimos concedidos pela Galp Energia à Petrogal Brasil, que se situam em 1,3 mil milhões de dólares.

A Petrogal Brasil (Cf. Tabela XXVIII) tem participação em 33 blocos *onshore* e *offshore* em 7 bacias no Brasil. Dos 324 blocos exploratórios brasileiros sob concessão e em actividade, está presente a nível *offshore* em blocos nas bacias de Amazonas⁵³⁷ e Serpipe⁵³⁸ e *onshore*, nas bacias Campos⁵³⁹, Espírito Santo⁵⁴⁰, Pernambuco-Paraíba⁵⁴¹,

⁵³⁶ A Galp está desde 1999 no Brasil e está actualmente presente em 21 projectos em setes bacias, inclusivamente detêm uma participação minoritária na bacia de Santos, onde está o campo de Lula (ex-Tupi), o maior já descoberto pela Petrobras.

⁵³⁷ Nos blocos AM-T-62 [Petrobras (60%)/Petrogal Brasil (40%)], AM-T-84 [Petrobras (60%)/Petrogal Brasil (40%)] e AM-T-85 [Petrobras (60%)/Petrogal Brasil (40%)].

⁵³⁸ Nos blocos SEAL-T-412 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)] e SEAL-T-429 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)].

⁵³⁹ No Bloco BM-C-44 [Petrobras (47,5%)/ Petrogal Brasil (37,5%)/ Ecopetrol Óleo e Gás (15%)]

⁵⁴⁰ No bloco BM-ES-31 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)]

Potiguar⁵⁴² e Santos⁵⁴³. Nos 80 campos em desenvolvimento da fase de produção, a empresa está a desenvolver três na bacia de Potiguar (Chopim, Sanhaçu e Urutau)⁵⁴⁴ e um em Sergipe (Dó-Ré-Mi)⁵⁴⁵. Por último, nos 332 campos *onshore* em fase de produção, a Petrogal Brasil participa em dois na bacia de Potiguar (Andorinha e Andorinha Sul)⁵⁴⁶.

Tabela XXVIII. Participação das Empresas Chinesas no Sector Energético Brasileiro

| Empresa /Ano | Poço/Campo | Características | % | Parceiros (%) |
|---|---|---|----------|----------------------|
| Sinopec 2010 | Blocos PAMA-3 e PAMA-8 na Bacia do Pará-Maranhão - Fase de exploração | - Contracto de exploração e produção | 20% | Petrobras (80%) |
| Sinopec 2011 - Formação da Repsol Sinopec Brasil | Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, sobre 16 blocos: - 14 estão em fase de exploração, 1 produção (Albacora Leste) 1 em desenvolvimento (BM-S-7: Piracucá). Possui 2 projectos-piloto planificados (BM-S-9; Guará) | - Compra por USD\$ 7,1 bilião, de 40% da companhia espanhola Repsol | 40% | Repsol (60%) |
| Sinopec | Bacias de Potiguar, Pernambuco-Paraíba, | - Acordo no valor de USD\$ 4,8 | 30% | Galp (70%) |

⁵⁴¹ Nos Blocos PEPB-M-783 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], PEPB-M-837 Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], PEPB-M-839 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)].

⁵⁴² Nos blocos POT-M-663 [Petrobras (60%)/Petrogal Brasil (20%)/IBV Brasil Petróleo (20%)], POT-M-760 [Petrobras (60%)/Petrogal Brasil (20%)/IBV Brasil Petróleo (20%)], POT-M-665 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], POT-M-853 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], POT-M-855 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], POT-T-563 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)], POT-T-608 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)], POT-T-699 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)] e POT-T-743 [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)].

⁵⁴³ Nos blocos BM-S-8 [Petrobras (66%)/Petrogal Brasil (14%)/Queiroz Galvão (10%)/Barra Energia (10%)], BM-S-21 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)], BM-S-24 [Petrobras (80%)/Petrogal Brasil (20%)],

⁵⁴⁴ Nos campos Chopim [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)], Sanhaçu [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)] e o Urutau [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)].

⁵⁴⁵ No campo Dó-Ré-Mi [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)].

⁵⁴⁶ Nos campos Andorinha e Andorinha Sul [Petrogal Brasil (50%)/Petrobras (50%)].

| | | | | |
|--|--|---|-----|-------------------|
| 2011 Formação da Petrogal Brasil, em 2012 | Espírito Santo, Campos, Santos e Sergipe, Amazonas Campos na fase de exploração (21) em desenvolvimento (3) e em produção (2) | biliões de aquisição de 30% activos da Galp no Brasil | | |
| Sinochem 2010 | Campo Peregrino , na Bacia de Santos: - Com reservas recuperáveis no valor de 300 a 600 milhões de barris de petróleo; - Em operação desde 8 de Abril 2011, obteve uma produção de 32.000 b/d. - Estima-se que em 2012, atinga 100 mil b/d | - Compra por USD\$ 3,07 milhões uma participação 40% da companhia norueguesa Statoil - Fase de desenvolvimento | 40% | Statoil (60%, OP) |
| Sinochem Petróleo Brasil Limitada 2011 | Bloco BM-C-7, onde está situado o poço Peregrino e 40% no BM-C-47 | - Sinochem comprou 100% da Statoil Petróleo Brasil Limitada, formando a Sinochem Brasil | 40% | |
| Sinochem Brasil 2012 | Cinco blocos petrolíferos no mar da Bacia do Espírito Santo | - Acordou com a anglo-francesa Perenco na compra de uma participação de 10% | 10% | Perenco (30%) |

Fonte: Elaborada pela candidata através dos dados recolhidos da Sinochem; Sinopec; Sinopec Brasil, ONIP e Statoil, vários anos

Desde a visita de Hu Jintao ao Brasil em 2009, tem-se verificado uma elevação substancial dos investimentos chineses no Brasil, sob a forma de aquisições de participações, em sectores ligados à sua estratégia de segurança de fornecimento de

matérias-primas, tais como petróleo, gás e mineração. Segundo a Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (RENAI, 2012), entre 2003 e 2011, os investimentos chineses anunciados, no modo *greenfield* ou Fusões & Aquisições (F&A)⁵⁴⁷, abarcaram 86 projectos no valor de USD\$ 37,1 biliões. Nesses investimentos, as duas principais áreas identificadas de maior interesse para a entrada das *guaban* chinesas foram os metais (56,5%) que inclui as actividades de extracção e de metalurgia e o sector de petróleo, gás e carvão (28%). Em terceiro lugar, aparecia a energia eléctrica (5,1%), seguido pelos sectores automóveis (4%) e da logística de transportes (1,9%) (Cf. Tabela XXIX).

Tabela XXIX. Anúncios de Investimentos chineses por sector económico – 2003-2011

| Sector | Projectos | Valor (USD\$) | Participação (%) |
|---|-----------|----------------|------------------|
| Metais | 12 | 20.949.976.471 | 56,53 |
| Petróleo, Gás e Carvão | 3 | 10.383.200.000 | 28,02 |
| Energia Eléctrica | 2 | 1.904.571.429 | 5,14 |
| Automóvel | 8 | 1.490.803.000 | 4,02 |
| Transportes | 1 | 710.000.000 | 1,92 |
| Duas rodas | 19 | 504.822.561 | 1,36 |
| Electrónicos | 19 | 332.665.634 | 0,90 |
| Alimentação | 2 | 302.600.000 | 0,82 |
| Máquinas Industriais, Equipamentos e Ferramentas | 4 | 239.142.857 | 0,65 |
| Papel, Impressão e Embalagens | 2 | 65.700.000 | 0,18 |
| Produtos Químicos | 2 | 61.428.000 | 0,17 |
| Serviços Financeiros | 4 | 37.600.000 | 0,10 |
| Plástico | 1 | 31.900.000 | 0,09 |
| Telecomunicações | 5 | 31.000.000 | 0,08 |
| Bens de Consumo | 1 | 11.000.000 | 0,03 |
| Serviços Prestados às Empresas | 1 | 3.400.000 | 0,01 |
| Total | 86 | 37.059.809.951 | 100,00 |

Fonte: Renai/MDIC, 2012, p. 2

⁵⁴⁷ *Greenfield* é a construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controlo total da construção e operação dos activos, enquanto as Fusões ou Aquisições significa a compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro (CEBC, 2011, p. 23).

Se analisarmos especificamente os investimentos chineses anunciados no Brasil em 2010, iremos observar que estes evidenciam a estratégia chinesa de garantir auto-fornecimento de matérias-primas e a inclusão do Brasil na base internacional de fornecimento de recursos naturais para a China. Particularizando, nesse ano, os investimentos no modo *greenfield* ou F&A totalizaram USD\$ 17,17 biliões, em que USD\$ 4,08 biliões foram do tipo *greenfield* e USD\$ 13,09 biliões em operações de aquisição. Desse valor total, USD\$ 14,34 biliões foram reservados a investimentos ligados a *commodities*, principalmente ao petróleo, gás e metais⁵⁴⁸. Entre essas *commodities*, o petróleo, com um investimento de USD\$ 10,17 biliões foi a *commodity* que recebeu o maior volume de investimentos chineses. A quase totalidade desse valor refere-se à compra por empresas chinesas de activos para exploração do petróleo brasileiro: USD\$ 7,1 biliões foram referentes à compra pela Sinopec⁵⁴⁹ de 40% da subsidiária brasileira da espanhola Repsol e USD\$ 3,1 biliões à compra pela Sinochem de 40% do campo de Peregrino, pertencente à norueguesa Statoil. Das outras operações de destaque no sector energético, em 2010, está a compra pela companhia estatal chinesa *State Grid* de sete concessionárias de transmissão de energia até então controladas por capital espanhol, por USD\$ 1,7 biliões.

Associado à estratégia chinesa de o garantir auto-fornecimento de matérias-primas está a localização dos principais destinos de investimentos das empresas chinesas que, em 2010, concentraram-se nos Estado de Rio de Janeiro e de Minas Gerais, ou seja, em zonas com actividades de extracção de petróleo e minério de ferro. Por último, importa ainda referir uma outra característica dos investimentos de 2010 e que pode sugerir que o interesse de Pequim nestes investimentos não é temporário, é o grosso dos mesmos (93%) ter sido concretizado por Empresas Estatais Centrais (Central State-Owned Enterprises - SOE). O restante valor investido está relacionado com as empresas classificadas como estatais centrais (SOE) ou empresas privadas, que ocuparam respectivamente, 6% e 1% dos investimentos em 2010 (CEBC, 2011, p. 22).

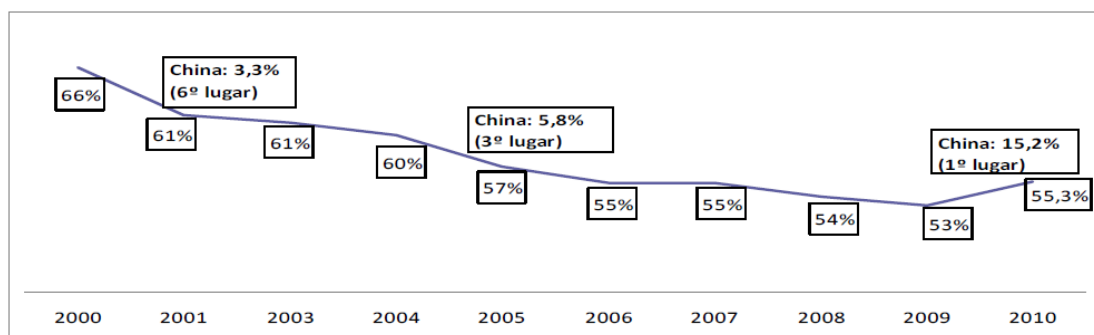
⁵⁴⁸ O montante restante destinou-se aos sectores de infra-estrutura, como transmissão de energia eléctrica, e de produtos manufacturados, como automóveis e máquinas e equipamentos.

⁵⁴⁹ Em 2011, a Sinopec liderava o *ranking* na lista das empresas mais poderosas em fusões e aquisições no Brasil, com aquisições no valor de USD\$ 4,8 biliões, em que destaca a compra de 30% dos activos da Galp do Brasil.

4.4.4.O Comércio Bilateral entre a China e o Brasil e o Petróleo

A ascensão da China à OMC, em Novembro de 2001, foi um dos mais importantes elementos para a mudança da inserção chinesa no comércio internacional (Acioly et al., 2011, p. 14). Na relação com o Brasil marcou a descolagem gradual do comércio bilateral que irá culminar com a ascensão de ambos os países a principais parceiros comerciais. Em 2000, a China não estava incluída nos 10 principais destinos das exportações brasileiras, aparecendo no 12.º lugar⁵⁵⁰. No entanto e como podemos observar pelo Gráfico XIV, entre 2001 e 2005, com um aumento de 3,3% para 5,8% no total das exportações brasileiras conseguiu subir nesse *ranking* passando de sexto para terceiro maior destino. A partir de 2005, a participação de Pequim ampliou-se paulatinamente e, em 2008, representando 8,3% no total das exportações brasileiras, ultrapassou a Argentina, posicionando-se como o segundo maior destino das exportações do Brasil. Um ano depois, com as exportações brasileiras para o mercado chinês a atingirem os USD\$ 21 bilhões e representando 15,2% no total dessas exportações, a China conseguiu destronar os EUA e elevar-se a maior destino dessas exportações brasileiras.

Gráfico XIV. *Participação dos 10 principais países de destino das exportações brasileiras (em percentagem)*



Fonte: Acioly et al., 2011, p. 24.

⁵⁵⁰ Em 2000, os 10 principais destinos das exportações brasileiras e que respondiam por 66% no total das exportações brasileiras eram os Estados Unidos, a Argentina, a Holanda, a Alemanha, o Japão, a Itália, a França, a Bélgica, o México e o Reino Unido.

Esse ritmo de ascensão também se espelha no fluxo do comércio bilateral (Cf. Tabela XXX). Entre 2000 e 2003, o comércio entre os dois países cresceu de USD\$ 2,1 para USD\$ 6,3 bilhões. Em 2005, dobrou para USD\$ 12,2 bilhões, e em 2007, quase que redobrava novamente, atingindo os USD\$ 23,3 bilhões. Em 2009, no ano que marcava o 35.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas, com um fluxo de comércio de USD\$ 36,1 bilhões, Pequim ultrapassou os EUA e posicionou-se como o maior parceiro comercial de Brasília, o principal destino das exportações brasileiras e a maior fonte de importação do Brasil. Dois anos depois, com o comércio bilateral a cifrar os USD\$ 77,1 bilhões, um aumento de 36,8% em comparação a 2010, a China foi o principal parceiro comercial do Brasil, pelo terceiro ano consecutivo.

Ao analisarmos a intensificação das trocas comerciais constatamos que a RPC consegue, numa década, elevar-se a maior parceiro comercial do Brasil, retirando a primazia aos EUA. Uma posição que resultou do aumento das importações chinesas do Brasil que, entre 2000-2011, cresceram de USD\$ 1,085 para USD\$ 44,314 bilhões graças aos esforços do governo brasileiro em diversificar os parceiros tradicionais do comércio externo e na aposta no estreitamento das relações económica-comerciais com os países do sul. Desde o primeiro mandato de Lula da Silva que o governo brasileiro privilegiou a aproximação aos países em desenvolvimento, incluindo as denominadas economias emergentes como a Índia, a Rússia e a China, pois representavam mercados emergentes com alta capacidade de absorção de produtos brasileiros e com grandes capacidades de oferecer investimentos que o Brasil necessita. O grande destaque vai para a China⁵⁵¹ que tem exercido um papel primordial no comércio exterior brasileiro, adquirindo, em 2009, o estatuto de maior parceiro do Brasil. Torna-se importante destacar que nesse ano, o comércio bilateral sino-brasileiro sofreu um menor impacto com a crise económica mundial, do que o comércio brasil-mundo, com um aumento das exportações brasileiras

⁵⁵¹ O aprofundamento das relações comerciais com a China insere-se também nas várias iniciativas implementadas durante os dois mandatos do governo de Lula para reforçar as relações com a Ásia. O intercâmbio comercial passou de USD\$ 20,5 bilhões, em 2003, para USD\$ 76 bilhões, em 2009. Em 2011, as vendas brasileiras para a Ásia aumentaram cerca de 25%, colocando esta região na primeira posição de mercado comprador de produtos brasileiros, superando a UE e a América Latina e as Caraíbas, representando um incremento de 1,5% no peso total das Exportações quando comparado o valor acumulado de Janeiro a Julho de 2011 com 2012 (AICEP Portugal Global, 2012b, p. 9)

para o seu parceiro estratégico asiático e uma retracção das exportações brasileiras para o mundo.

Tabela XXX. Comércio bilateral China-Brasil, 2000-2012

| Ano | Exportações Chinesas (USD\$ Biliões) | Importações Chinesas (USD\$ Biliões) | Saldo Comercial (USD\$ Biliões) | Total (USD\$ Biliões) |
|-------------|--|--|---|---------------------------------|
| 2000 | 1,222 | 1,085 | 0,136 | 2,3 |
| 2001 | 1,328 | 1,902 | - 0,573 | 3,2 |
| 2002 | 1,553 | 2,520 | - 0,966 | 4,0 |
| 2003 | 2,147 | 4,533 | - 2,385 | 6,6 |
| 2004 | 3,710 | 5,441 | -1,730 | 9,1 |
| 2005 | 5,354 | 6,834 | -1,480 | 12,1 |
| 2006 | 7,990 | 8,402 | - 0,411 | 16,3 |
| 2007 | 12,621 | 10,748 | 1,872 | 23,3 |
| 2008 | 20,044 | 16,522 | 3,521 | 36,5 |
| 2009 | 15,911 | 21,003 | - 5,092 | 36,9 |
| 2010 | 25,595 | 30,785 | - 5,190 | 56,3 |
| 2011 | 32,790 | 44,314 | - 11,524 | 77,1 |

Fonte: MDIC-SECEX, 2012.

No período em análise, é possível observar que durante seis anos consecutivos, entre 2001 e 2006, o saldo comercial relativo da China com o Brasil foi marcado por défice. O único período que obteve um saldo comercial positivo foi entre 2007 e 2008, quando as exportações chinesas superaram as importações do Brasil. Contudo, a partir de 2009, voltou à tendência negativa dos primeiros seis anos da década de 2000. Actualmente, o Brasil é o principal parceiro comercial da China no espaço de língua portuguesa, seguido por Angola e por Portugal. Nos últimos anos e de acordo com as estatísticas dos Serviços Aduaneiros Chineses (2013), o Brasil também cresceu no *ranking* dos maiores parceiros comerciais da China, sobretudo como fonte de origem das importações chinesas. De 19.º lugar em 2006, subiu 15.º em 2009, e depois de ultrapassar a Federação Russa, o Reino Unido, a Holanda e a Tailândia, posicionou-se no 11.º lugar em 2010. Nos anos seguintes,

seguir o mesmo ritmo de ascensão, ingressando para o grupo dos 10 maiores parceiros comerciais da China em 2011 e subindo de 10.º para 8.º em 2012⁵⁵².

Nas décadas de 1980-90, o Brasil exportava para a China principalmente produtos manufacturados e importava essencialmente matérias-primas agrícolas, minerais e metais e seus derivados. Todavia, nas décadas seguintes, assistiu-se a uma mudança da pauta comercial resultante da necessidade cada vez maior de bens de consumo, do processo de urbanização e da industrialização da economia Chinesa. Nos últimos anos, o Brasil tornou-se exportador de *commodities* para a China e um importador de equipamentos industrializados. Como se pode observar pela Tabela XXXI, em 2011, os produtos manufacturados chineses representaram quase a totalidade das importações brasileiras (97%), seguidos pelos produtos básicos (2,7%) e semi-manufacturados (0,3%). Dentro das manufacturas importadas destaca-se as máquinas eléctricas e mecânicas (representaram 52% do total)⁵⁵³, os produtos químicos orgânicos (5%), as obras de ferro ou aço (3%), os automóveis (3%) e os plásticos (3%). Em 2005, Pequim estava em 15.º lugar entre os países que exportavam máquinas e equipamentos para o Brasil. Em 2007, subiu para o 4.º lugar e no ano seguinte, para 3.º lugar, depois dos Estados Unidos e da Alemanha. Nos três primeiros meses de 2012, para além de ser o maior vendedor de máquinas e equipamentos para a indústria brasileira, ultrapassou os EUA e tornou-se o principal fornecedor de manufacturas ao Brasil (Oswald, 2012).

Tabela XXXI. *Brasil-China: exportações e importações, por factor agregado*

USD\$, 2011

| Descrição | Exportações Brasileiras | | Importações Brasileiras | |
|----------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| | Valor | Participação % | Valor | Participação % |
| Básicos | 37,7 | 85,0% | 0,9 | 2,7% |
| Semi-manufacturados | 4,6 | 10,4% | 0,1 | 0,3% |

⁵⁵² Em 2012, os 10 principais parceiros comerciais da China eram os Estados Unidos, o Japão, a República da Coreia, a Alemanha, a Austrália, a Malásia, a Federação Russa e o Brasil.

⁵⁵³ Essas máquinas englobam, essencialmente, as partes de aparelhos de TV, os terminais portáteis, os telemóveis, os circuitos impressos, os computadores e suas partes, os aparelhos de ar-condicionado, os discos ópticos, as motocompressores.

| | | | | |
|------------------------------|------|--------|------|--------|
| Manufacturados | 2,0 | 4,6% | 31,8 | 97,0% |
| Transacções especiais | 0,0 | 0,1% | 0,0 | 0,0% |
| Total | 44,3 | 100,0% | 32,8 | 100,0% |

Fonte: Divisão de Inteligência Comercial do governo do Brasil, com base em dados do MDIC, 2012.

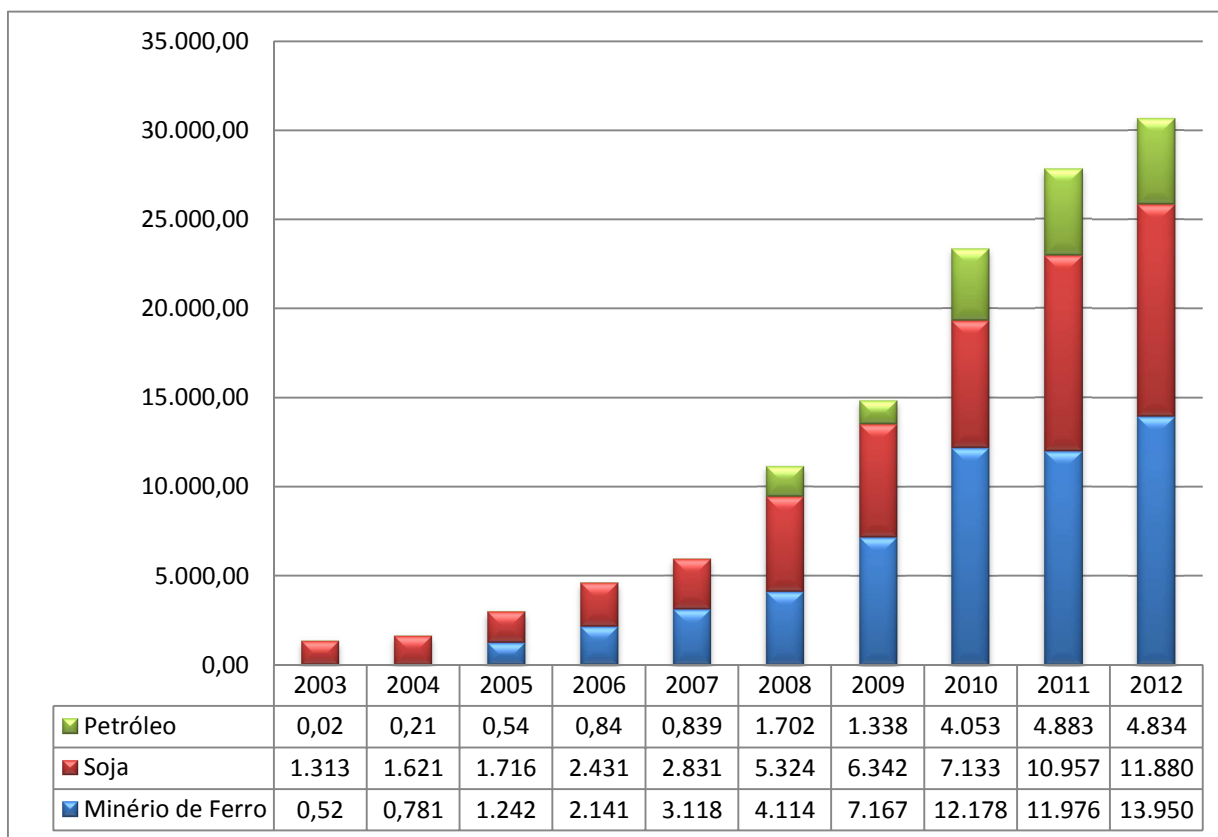
O perfil de exportação do Brasil para a China é composto na sua maioria por produtos básicos que representam 85% das vendas e que são compostos por matérias-primas vegetais e minerais, seguidos pelos semi-manufacturados (10,4%) e manufacturados (4,6%), em 2011. No caso das exportações brasileiras para a China, desde 2003, há o predomínio de duas *commodities*, o minério de ferro⁵⁵⁴ e os grãos de soja⁵⁵⁵, aos quais se vai unir, a partir de 2006, o petróleo bruto (Cf. Tabela XXXII). Só em 2011 e de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC-SECEX, 2012) esses três produtos somados representaram mais de 76% do volume total das exportações brasileiras para a China.

⁵⁵⁴ Em 2006, a Companhia brasileira Vale do Rio Doce (CVRD) tornou-se o principal fornecedor de minério de ferro para a China, com 77,8 milhões de toneladas de minério de ferro vendido, 37,8% a mais do que em 2005, representando 23,2% do total das importações chinesas comprado em 2006 (Macauhub, 2007a). Actualmente, a Vale continua a ser a maior fornecedora de minério de ferro para a China, país onde coloca 45% da sua produção (Macauhub, 2011j)

⁵⁵⁵ Em 2011, o Brasil superou os Estados Unidos como maior exportador de soja para a China, exportando 19,8 milhões de toneladas durante os primeiros 11 meses do ano, o que representa um aumento de 6,8% em comparação a igual período de 2010. No mesmo período, os Estados Unidos exportaram para o mercado chinês 18,75 milhões de toneladas, 0,24% acima do verificado em 2010.

Tabela XXXII. *Evolução dos Principais Produtos Exportados para a China, 2003-2012*

USD\$ Milhões



Fonte: MDIC-SECEX, 2012

O petróleo é um recurso energético que faz parte da relação desde as décadas de 80 e 90, quando a China era uma das fontes de aprovisionamento do Brasil. A partir de 2000, vemos assistir a uma viragem dos papéis, com o Brasil gradualmente a conquistar uma posição como fornecedor de petróleo à China. Como podemos observar pela tabela XXXIII, a partir de 2004, e coincidindo com o início da colaboração da Sinopec com a Petrobras no desenvolvimento de infra-estruturas de transporte energético no Brasil, o volume de petróleo exportado para a China começou gradualmente a aumentar. Em 2006, quando o Brasil atingiu a auto-suficiência energética, o petróleo que representava apenas 0,49% no total das exportações brasileiras em 2003 aumentou para 9,95% em 2006, passando a ser o terceiro maior produto brasileiro exportado, para o seu parceiro estratégico asiático.

Tabela XXXIII. *Exportação de Petróleo Brasileiro para a China, 2000-2012*

| Ano | USD\$ Milhões | Toneladas (Mil) | Porcentagem no total das exportações Brasileiras para a China | Lugar ocupado nos produtos exportados para a China |
|-------------|----------------------|------------------------|--|---|
| 2000 | 36,1 | 227.867 | 3,33% | -- |
| 2001 | 39,8 | 227.691 | 2,25% | 8.º |
| 2002 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2003 | 22,2 | 123.997 | 0,49% | 22.º |
| 2004 | 210,1 | 939.624 | 3,86% | 6.º |
| 2005 | 541,6 | 1.859.420 | 7,93% | 4.º |
| 2006 | 835,8 | 2.333.408 | 9,95% | 3.º |
| 2007 | 839,8 | 2.185.109 | 7,81% | 3.º |
| 2008 | 1.702,4 | 2.900.324 | 10,38% | 3.º |
| 2009 | 1.338,2 | 3.843.263 | 6,63% | 3.º |
| 2010 | 4.053,4 | 8.294.694 | 13,17% | 3.º |
| 2011 | 4.883,7 | 7.115.471 | 11,02% | 3.º |
| 2012 | 4.834,7 | 6.511.207 | 11,73% | 3.º |

Fonte: MDIC/SECEX, 2012

Paralelamente e à medida que foram sendo anunciadas novas e grandes descobertas de poços de petróleo no pré-sal brasileiro, Pequim ampliou o volume de petróleo importado do Brasil, subindo no *ranking* do principais destino de exportação do Brasil. Em 2008, tornou-se o segundo destino das exportações brasileiras de petróleo, depois dos EUA, representando respectivamente 24,1% e 65,2% no total de petróleo brasileiro exportado (574.000 b/d). Em 2009, e exemplificando como a “crise” económica pode ser uma “oportunidade”, perante a quebra nos preços do petróleo aumentou as importações de petróleo do Brasil. No ano seguinte, Pequim conseguiu elevar-se o principal destino das exportações de petróleo brasileiras, retirando a supremacia que Washington detinha desde 2000. Em 2011, manteve essa posição dominante representando 22,6% dos 220,6 milhões de barris de petróleo exportados pelo Brasil (ANP, 2012, p. 122). É de destacar que o aumento das vendas de petróleo do Brasil para a China, a partir de 2010, está relacionado com o contrato de fornecimento de petróleo vinculado ao empréstimo de USD\$ 10 bilhões concedido pelo CDB à Petrobras, em Maio de 2009. Uma vez que esse contrato definiu

que o volume concedido pela Petrobras à subsidiária da Sinopec, a Unipec Asia, era de 150 mil b/d para o primeiro ano e 200 mil b/d para os 9 anos restantes.

Actualmente, o Brasil é a segunda maior fonte de aprovisionamento para a China entre os PLP, depois de Angola e a segunda entre os países da América Latina, depois da Venezuela. Embora ainda represente uma pequena fracção (3%), entre os maiores fornecedores de petróleo à China, se a Petrobras continuar a melhorar e desenvolver a capacidade estatal de refinação e extracção, este número poderá aumentar. A Petrobras ficou mais de 20 anos sem construir uma refinaria. Além de estar apostar no aumento da capacidade das refinarias já existentes, está investir na capacidade de refinação do petróleo pesado, com a construção da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco⁵⁵⁶, no complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí, na região metropolitana do Rio.

4.4.5. A Cooperação Chinesa no Brasil

Durante a visita da Presidente Dilma Rousseff a Pequim, a 12 de Abril de 2011, os dois parceiros estratégicos assinaram o Comunicado Conjunto China-Brasil, no qual avaliaram a cooperação no sector energético, tendo o Presidente chinês Xi Jinping afirmado que esta é uma das áreas que tem alcançado grandes avanços (Zhao Yan, 2013). A cooperação neste sector que usufruiu de um grande impulso a partir de 2004, une o maior consumidor mundial de energia e um país com um enorme e diversificado potencial energético, tanto de recursos fósseis, como carvão e petróleo, como nas energias renováveis, sobretudo na hidroeléctrica e nos biocombustíveis. Ao contrário da China, o Brasil tem uma dependência externa energética de 5%, conquistou auto-suficiência em petróleo em 2006 e tem conseguido manter reservas para sustentar a produção brasileira,

⁵⁵⁶ A Petrobras e a estatal petrolífera da Venezuela, PDVSA acordaram, em Setembro de 2009, a construção da refinaria Abreu e Lima que irá dispor de uma capacidade de processamento de 230 mil barris por dia. A refinaria está avaliada em USD\$ 14 bilhões e a ser construída Petrobras (60%) e pela PDVSA (40%), estando prevista para entrar em funcionamento em 2014. O apoio da China a esta refinaria fez-se através do CDB que, em 5 de Dezembro 2011, concedeu uma linha de crédito de USD\$ 1,5 bilhões para financiar a participação de 40% da PDVSA (Reuters, 2011).

além de dispor de uma enorme capacidade no sector das energias renováveis, conseguindo que mais de 47% da sua matriz energética seja assente neste sector. Pelo sucesso da exploração *offshore* e produção em águas profundas, este país lusófono tem conseguido ampliar as suas reservas de petróleo, apresentando-se como um futuro importante *player* no abastecimento energético mundial. A cooperação com a China neste sector que abrange a prospecção e exploração de petróleo e gás, tem vindo a ser gradualmente reforçada pelos acordos firmados durante as visitas bilaterais de alto nível e pelas empresas dos dois países.

Na inauguração do escritório da Petrobras, em Pequim, a 23 de Maio de 2004, o Presidente Lula da Silva advogou que o início de cooperação entre Petrobras e a Sinopec sinalizava “*a abertura de uma nova vertente de cooperação extraordinariamente promissora do Brasil com a China*” (BBC Brasil, 2004). Uma cooperação que foi ampliada a outras empresas chinesas, tal como a Sinochem Corporation, aquando a visita da Presidente Dilma a Pequim, em 2011. Durante a sua visita, a Petrobras e a Sinopec reforçaram a cooperação tecnológica para troca de conhecimento nas áreas de geofísica, geologia e engenharia de reservatórios de petróleo e delinearam a procura de novas oportunidades de negócios em várias áreas e ampliar as relações comerciais existentes. Com a Sinochem, a Petrobras acordou uma cooperação estratégica com o objectivo de identificar e viabilizar oportunidades de negócios nas áreas de produção e exploração, comercialização e recuperação de campos maduros de petróleo (Petrobras, 2011).

No capítulo II intitulado “Cooperação em Energia, Mineração, Infra-estrutura e Transporte” do Plano de Acção Conjunta 2010-2014, assinado durante a visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em Abril de 2010, ambos os países reconheceram a importância da cooperação em energia, mineração, infra-estrutura e transporte para o desenvolvimento social e económico dos dois países e concordaram em reforçar a cooperação nestas áreas, através de investimentos mútuos. Entre as principais iniciativas e projectos apresentados neste Plano, evidencia-se as propostas para: *i*) Cooperar no estabelecimento de sistemas coordenados de produção e processamento de petróleo e gás com conteúdo local, *onshore* e *offshore*, e para o transporte de gás natural, a fim de abastecer os mercados doméstico e internacional, com agregação de valor; *ii*) Promover o desenvolvimento sustentável da indústria de petróleo e gás, por meio de apoio a

qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e a agregação de conteúdo local; *iii)* Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia produtiva de petróleo e gás, bem como, nas indústrias de energia eólica e solar, por meio da promoção de *joint-ventures* entre empresas dos dois países, em bases competitivas e sustentáveis (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010).

A China e o Brasil têm expandido a parceria para além do petróleo, em áreas que também são de grande interesse para Pequim, tal como na exploração do carvão mineral no sul do Brasil, numa região onde está concentrado quase 80% do carvão mineral brasileiro. A cooperação neste sector começou a ser alicerçada durante a visita do Presidente Lula da Silva à China, em Maio de 2004, e resultou na assinatura do Memorando de Entendimento a 6 de Setembro desse ano, que entre outros objectivos, definia a cooperação no desenvolvimento de projectos nos campos de produção, transportes e comercialização de energia e na construção de infra-estrutura para o sector do carvão. Posteriormente, esta cooperação foi fortalecida pelo acordo estabelecido entre a empresa brasileira Companhia de Geração Térmica de Energia Eléctrica (CGTEE) e o Citic International Contracting Inc., uma empresa pertencente ao conglomerado estatal chinês Citic Group. Este acordo que incluía o apoio material e tecnológico chinês para a construção da fase C da central Presidente Médici, em Candiota (Candiota III), na região do Rio Grande do Sul, estabelecia também que 90% da obra seria financiada pelo China Development Bank (cerca de USD\$ 256 milhões) e que a CGTEE entraria com os 10% restantes (cerca de USD\$ 29 milhões) (Eletrobrás CGTEE, 2005). A empresa chinesa ficou como responsável pela transferência da tecnologia e assistência técnica que originalmente era ocidental mas que Pequim já consegue controlar há duas décadas. Os equipamentos utilizados foram provenientes da China e devido ao seu tamanho considerável foram enviados em partes para Brasil. A Candiota III é a mais moderna central brasileira gerida a carvão, foi equipada com dessulfurizadores, um sistema de tratamento das cinzas e do enxofre libertados na queima do carvão que dá mais eficiência na geração e torna o processo menos poluente. É o maior projecto do PAC na região e utiliza o carvão pulverizado para produção de energia eléctrica, com uma capacidade de 350 MW.

Para Pequim conquistar uma matriz energética mais limpa, com a energia renovável ocupar 15% dessa matriz até 2020, e ser simultaneamente o maior mercado do sector das

energias renováveis, necessita de inovações tecnológicas que possibilitem aumentar a capacidade de energia solar e eólica na China. Deste modo e com esse intuito, está a desenvolver a cooperação com o Brasil no desenvolvimento das energias renováveis, uma cooperação que representa a coadjuvação de esforços entre o país mais poluidor e um dos países com uma matriz energética das mais limpas do mundo, e entre os dois maiores países a nível mundial a apostarem no desenvolvimento das energias renováveis. Em Janeiro de 2009, o Centro de Pesquisa de Engenharia da América Latina e a Universidade de Tsinghua, a principal universidade chinesa na área de engenharia, criaram o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, em Pequim. Esta parceria tecnológica e académica foi estabelecida para fazer estudos energéticos e ambientais e desenvolve projectos em áreas de interesse estratégico para ambos os países, tal como os biocombustíveis, a captura e armazenamento de carbono e tecnologias em águas profundas.

Os biocombustíveis que englobam o biodiesel e o etanol, são importantes para reduzir a dependência chinesa das fontes fósseis de energia e apoiar a redução das emissões de gases de efeito estufa para mitigar o aquecimento global. Pequim vislumbra com muito interesse o importante potencial do Brasil como produtor de etanol. O país lusófono, depois dos EUA, é o maior produtor e exportador mundial de etanol e a primeira economia a ter conseguido atingir um uso sustentável dos biocombustíveis. Do ponto de vista tecnológico, é um dos mais avançados na produção e no uso do etanol como combustível que se diferencia dos EUA ao utilizar a cana-de-açúcar e não o milho no insumo agrícola.

A China também produz etanol através de milho e de trigo, mas devido à proibição de construir novas refinarias de etanol a partir de grãos, estão a ser realizados investimentos na província de Guangxi e na Mongólia Interior para testar a viabilidade de usar a mandioca e sorgo sacarino para produção desse combustível. As empresas chinesas têm apostado no Brasil para investirem na produção de etanol dedicado ao mercado chinês. A companhia chinesa BBKA Bioquímica, da província de Anhui, assinou com o Grupo brasileiro Farias, do Estado de Pernambuco, em Junho de 2007, um acordo para a construção de duas fábricas de etanol no Maranhão, no nordeste Brasileiro, cuja produção era totalmente voltada para a China. Com um investimento de USD\$ 200 milhões, cada

fábrica tem uma capacidade de processamento de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um valor que as coloca entre as 10 maiores fábricas do Brasil (BBC Brasil, 2007). Tal como com o petróleo, a Petrobras está apostar no mercado asiático e europeu para a venda da sua produção de etanol. Esse interesse é partilhado pelas empresas chinesas, como a PetroChina que acordou, em Dezembro de 2011, com a Petrobras realizar um estudo de seis meses para avaliar a possibilidade da exportação do etanol do Brasil para China, nomeadamente para apoiar o cumprimento da meta chinesa de aumentar a utilização de etanol na gasolina.

O etanol brasileiro pode representar uma alternativa para a crescente procura por combustíveis para a China que, desde 2009, é o maior produtor de automóveis e o maior mercado de automóveis do mundo⁵⁵⁷. Na China, desde 2001, é promovido em algumas províncias, como Heilongjiang, Jilin, Liaoning, Henan, Anhui, Guangxi, Hebei, Shandong e Jiangsu, a uso do combustível E10, um combustível que é uma mistura de 10% de etanol e 90% de gasolina. Em adição circulam automóveis brasileiros de combustível duplo. Por regulamentação do Governo Federal a gasolina comercializada no Brasil é misturada com 25% de etanol, e desde Julho de 2009, circulam veículos de combustível duplo denominados popularmente de “carros flex”, que podem utilizar 100% de etanol ou qualquer outra combinação de etanol e gasolina⁵⁵⁸.

O Brasil é apontado no relatório *REN21 Renewables 2011 Global Status* como o quinto país que mais investe na energia renovável e pela Associação Brasileira de Energia Eólica como um dos mercados mais promissores do mundo para a energia eólica. O aproveitamento da energia eólica no Brasil foi impulsionado a partir de 2004, com a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Eléctrica (Proinfa). A energia eólica, uma opção complementar à energia hidroeléctrica,

⁵⁵⁷ A China ultrapassou os EUA, em 2009, com uma produção superior a 18 milhões, é o maior produtor mundial de automóveis. Em 2011, as vendas de automóveis na China registrando um aumento anual de 4,33% e atingiram 19,31 milhões de unidades.

⁵⁵⁸ Na produção da denominada gasolina C, a única gasolina que pode ser comercializada no território brasileiro para abastecimento de veículos, é usado o etanol anidro. As distribuidoras de combustíveis adquirem o etanol anidro das destilarias e a gasolina A (“pura”) das refinarias, fazendo uma mistura desses dois numa proporção que pode variar entre 20 e 25% de anidro. O Etanol hidratado, usado directamente no abastecimento de veículos, é adquirido para os veículos a etanol ou para os veículos com motor Flex-Fuel nos postos de abastecimento. Se o consumidor possuir um veículo com motor Flex pode utilizar exclusivamente o etanol hidratado (UNICA, 2007, pp. 13-14)

predominante no sistema brasileiro, está projectada para ocupar uma participação de 9% na matriz energética em 2021.

Este sector tem atraído a atenção das *guaban* chinesas, tal como a Sinovel Wind Group, a GoldWind e a China Guodian United Power Technology (Guodian). A Guodian, a terceira maior empresa de produção de energia eólica da China⁵⁵⁹, procura parceiros internacionais para adquirir *know-how* e ampliar os seus investimentos. Um dos mercados que tem vindo apostar, a partir de meados de 2011, é o da América Latina, tendo anunciado em Setembro desse ano, o interesse em investir USD\$ 100 milhões na construção de uma fábrica de turbinas eólicas no Brasil, a primeira fábrica fora da China neste sector (Macauhub, 2011g).

A China Three Gorges Corporation é outra das empresas estatais chinesas a ampliar a sua presença nas energias renováveis no Brasil. Em Setembro de 2011, assinou um Memorando de Cooperação com a empresa brasileira Furnas do grupo Eletrobras, para desenvolvimento de projectos e oportunidades de negócio em energias renováveis nos dois países e no resto do mundo⁵⁶⁰. Um dos maiores projectos conjuntos foi o acordado em 2012, para construção parque eólico *offshore* de 200 megawatts na costa chinesa (Globo, 2012).

Em Dezembro 2011, esta *guaban* chinesa adquiriu 21,35% da EDP, que no Brasil controla a EDP Energias do Brasil com 51%, e detém investimentos na geração, comercialização e distribuição de energia eléctrica nos Estados de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar da aquisição, a Three Gorges Corporation não adquiriu a parte da empresa brasileira. O investimento no país lusófono da América Latina será realizado através da EDP em Portugal. A aquisição no capital da EDP Renováveis através sua subsidiária China Three Gorges International deu-lhe a possibilidade de aceder a novas oportunidades na área das energias renováveis no Brasil. Foi neste mercado lusófono que a EDP Renováveis mais cresceu em termos relativos, mais do que em Espanha (11%), Portugal (4%), resto da Europa (30%) e Estados

⁵⁵⁹ A *China Guodian Corporation* é a décima do mundo, emprega cerca de 4 mil funcionários e é responsável pelo desenvolvimento, investimento, construção e gestão de centrais na China e em Myanmar.

⁵⁶⁰ Nos termos do acordo, a prospecção de novas oportunidades no Brasil será sempre coordenada pela estatal chinesa, enquanto a Furnas actuará como sócia minoritária.

Unidos da América (6%) (Portugaldigital, 2013). Em finais de 2012, a EDP Renováveis assegurou a compra da energia que será produzida em quatro parques eólicos com capacidade de 120 MW, no Rio Grande do Norte.

4.5. A Relação entre a China e Timor-Leste

*Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento*⁵⁶¹

Governo de Timor-Leste, 2012

4.5.1. Desenvolvimento das Relações Bilaterais

Depois de três séculos de governo português e de 24 anos de domínio indonésio (1975-1999), *Timor Loro Sae*, com a ajuda da Administração Transitória das Nações Unidas, conseguiu ser o primeiro país a surgir no século XXI. Com uma posição estratégica de junção entre a Ásia e o Pacífico, Timor ocupa uma área de 14.609km² na parte oriental da ilha de Timor, englobando também como parte do território, o Enclave de Oecusse-Ambeno (na costa norte da parte ocidental da ilha) e as ilhas Ataúro (a norte de Díli) e Jaco (na ponta leste do território). O país é cercado pelo mar por três lados: a sul, o mar de Timor, a norte, os Estreitos de Wetar e Ombai, a leste, o mar Maluku⁵⁶². O território está dividido em 13 distritos administrativos cujos limites são praticamente coincidentes com os 13 concelhos existentes durante a administração portuguesa. Cada distrito possui uma cidade capital e estão subdivididos em subdistritos e sucos⁵⁶³. Este país lusófono do sudeste asiático possui grandes desafios a nível da pobreza, embora seja o único PLP em ascensão no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, sublevando de uma posição

⁵⁶¹ Frase adoptada pelo Governo de Timor-Leste e que aparece em documentos oficiais, tal como na capa do documento referentes à Rectificação do Orçamento Geral de Estado para 2012.

⁵⁶² Timor faz fronteira terrestre, a oeste, com a província Nusa Tenggara Timur da Indonésia.

⁵⁶³ No total são 67 subdistritos subdivididos em 498 sucos.

de desenvolvimento humano baixo para a de desenvolvimento humano médio, entre 2011 e 2012⁵⁶⁴.

Desde a crise de 2006, Timor-Leste tem vindo a beneficiar de um forte crescimento económico, com taxas de crescimento reais situadas entre as mais elevadas a nível mundial, com uma média superior a 12% ao ano até 2010. No entanto, e tal como Angola, a economia desse país lusófono está muito dependente do sector petrolífero, com quase 80% do PIB oriundo deste sector, em 2011 (Governo de Timor-Leste, 2012, p. 17 e 20). Para gerir de forma eficaz os seus recursos petrolíferos, Timor-Leste criou, em 2005, a Lei do Fundo Petrolífero⁵⁶⁵, que originou por sua vez a criação do Fundo Petrolífero. O fundo é gerido em conjunto pelo Banco Central de Timor-Leste e o Ministério das Finanças, responsáveis, respectivamente, pela gestão operacional e pela gestão global. No final de 2011, o valor do Fundo Petrolífero era de USD\$ 9.310 milhões de dólares, com um total líquido das receitas petrolíferas de USD\$ 3.240 milhões, com retornos líquidos de investimentos no valor de 221 milhões (um retorno nominal de 2,8 por cento). O Governo transferiu um total de 1.055 milhões de dólares do Fundo Petrolífero para a Conta do Tesouro, o que ultrapassou o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) em 321 milhões (Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2012, p. 2).

O gás natural e o petróleo são os recursos minerais mais importantes de Timor-Leste que, possui também reservas de ouro, manganésio, manganês e mármore, embora se considere que somente as reservas de mármore possam fundamentar uma exploração comercial (AICEP Portugal Global, 2010, p. 13). Pese embora os recursos energéticos aliados à sua posição geográfica lhe confirmem uma potencialidade na região e na arena internacional, colocam também Timor vulnerável às influências externas de outros Estados, particularmente da Austrália, da Indonésia⁵⁶⁶, dos EUA e da RPC. A RPC, com

⁵⁶⁴ Em 2011, Timor tinha um índice de 0,495, ocupava a 147ª posição (em 187 países) no nível do IDH a nível mundial e em 2012, já tinha um índice de 0,576 ocupava a 134.ª (em 187 países) (UNDP, 2013).

⁵⁶⁵ Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido ao abrigo das provisões da Lei do Fundo Petrolífero, Lei n.º 9/2005, promulgada a 3 de Agosto de 2005, e subsequentemente alterado pelo Parlamento Nacional a 23 de Agosto de 2011. De acordo com o relatório do Fundo Petrolífero de 2011 (Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2012), “a Lei alterada dá ao Governo mais flexibilidade no desenvolvimento da política de investimento, emprega princípios de diversificação e melhora os mecanismos de boa governação e de reporte”

⁵⁶⁶ No relatório Force 2020 do Ministério da Defesa de Timor-Leste (2006, p. 7), a sua posição geográfica é considerada de interesse imediato para estes dois poderes regionais e vizinhos que, pela sua influência

uma presença histórica no território, tem vindo desde 2002, paulatinamente, a ampliar a sua influência junto dos líderes timorenses através de apoios financeiros e da cooperação, apoiando a reconstrução e o desenvolvimento de Timor. Esta relação bilateral insere-se na aproximação chinesa aos PLP para restringir a acção de Taipé no espaço internacional, diversificar as fontes de aprovisionamento energéticas e de recursos naturais, procurar novos mercados de escoamento dos seus bens manufacturados e, por último, na sua expansão de influência no sudeste asiático. Timor está situado na área de influência geopolítica e económica da ASEAN, o que acrescenta mais um factor atractivo deste país a Pequim. O governo timorense apresentou um pedido formal à ASEAN, a 4 de Março de 2011, no entanto, dentro da organização, especialmente por parte de Singapura, tem havido resistência em torna-lo país membro⁵⁶⁷. Uma das prioridades actuais das relações externas deste país lusófono é conseguir a adesão à organização regional que possui um PIB de aproximadamente de 2 biliões dólares e está a efectivar esforços no sentido de instituir a Comunidade Económica da ASEAN, até 2015. A ASEAN é um dos “*importantes espaços estratégicos - políticos e económicos, regionais e culturais*”⁵⁶⁸, onde Timor quer aprofundar a sua presença. Este PLP é membro do Fórum Regional da ASEAN, um organismo informal e multilateral com 27 membros que promove o diálogo e a segurança na região da Ásia e do Pacífico e que lhe “*permite garantias de segurança com os seus vizinhos imediatos e cooperação em matéria de segurança comum*” (Ministério da Defesa de Timor-Leste, 2006, p. 4)⁵⁶⁹.

estratégica, são apresentados como potenciadores de grande vulnerabilidade para Timor. Apontando a experiência na segunda guerra mundial, quando Timor foi ocupada pelas tropas aliadas holandesas e australianas, o relatório refere também que as pretensões estratégicas da Indonésia e da Austrália continuam latentes e que são relevantes para o futuro desenvolvimento do país.

⁵⁶⁷ Para Singapura, Timor-Leste ainda não ter um corpo diplomático suficientemente grande e bem treinado para atender a todas as funções da ASEAN, não podendo desta forma, ser capaz de participar de forma significativa na organização. Ver Douglas Kammen (2013), “Timor-Leste and ASEAN”. Apresentação na Conferência *Timor-Leste National Political Consensus: One Vision and Commitment Towards ASEAN Membership*, organizada por Instituto de Estudos Estratégicos e de Internacionais de Díli, Comoro, Díli, 23 Abril 2013.

⁵⁶⁸ O Programa do IV Governo Constitucional de 2007-2012 (2007) referia que Timor iria “*orientar a sua política externa na consolidação da sua actual rede diplomática e consular, alargando-a em função do interesse do Estado de Timor-Leste em aprofundar a sua presença em importantes espaços estratégicos - políticos e económicos, regionais e culturais - como a ASEAN, a CPLP e a União Europeia*”.

⁵⁶⁹ O relatório *FORCE 2020* do Ministério da Defesa de Timor-Leste (2006, p. 4) advoga que Timor-Leste deve “*juntar-se*” à ASEAN e tentar “*ganhar as credenciais e oportunidades políticas e económicas*” que a sua adesão a esta organização regional que pode permitir.

Representando a inserção deste país lusófono em outras organizações regionais e o apoio de outros actores asiáticos a Díli, em Maio de 2013, Timor-Leste foi eleito por unanimidade para presidir à Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas (UNESCAP)⁵⁷⁰. Esta proposta apresentada pela Índia e apoiada por Japão, coloca o país a presidir uma organização composta por 62 Estados-membros e com uma população que engloba quase dois terços da população mundial. A UNESCAP é a maior e mais abrangente das cinco Comissões Regionais das Nações Unidas, compreendendo uma área que se estende desde a Turquia, a Oeste, até Kiribati, no Pacífico, a Leste, desde a Federação Russa, a Norte até à Nova Zelândia, no Sul (Governo de Timor-Leste, 2013b).

Desde meados da década de 90, Pequim tem vindo a consolidar a sua influência e a ampliar as relações bilaterais e multilaterais com os países do Sudeste Asiático. Com uma intensa “ofensiva de charme” (*meili gonshi*) (Kurlantzick, 2007), usa positivamente a diplomacia económica (*jingji waijiao*) para reduzir as percepções de ameaça entre os países vizinhos e contrabalançar a influência dos grandes poderes na região⁵⁷¹. A presença deste actor regional não é totalmente abraçada pelos EUA e pela Austrália, uma vez que Pequim disputa a liderança da região com os EUA e de algumas sub-regiões com a Austrália. Nesta luta pela liderança está em jogo uma área com grandes economias, um futuro mercado integrado regional da ASEAN com 500 milhões de pessoas e uma região por onde passam as rotas estratégicas de transporte energético que ligam o Médio Oriente, África e o resto do mundo. O Sudeste Asiático é uma região de grande importância para a segurança energética chinesa, pois engloba todas as passagens vitais e viáveis de transporte de energia oriundas dos seus principais fornecedores e também novas oportunidades de aprovisionamento e de transporte, principalmente de gás natural. Embora os recursos da região sejam inferiores aos comparados com os existentes em outras áreas geográficas, o sudeste asiático é a segunda maior região em termos de produção e de exportação de GNL do mundo. Alguns países da região, como a Indonésia já são fornecedores à China, mas outros países, como a Malásia e Myanmar podem vir a contribuir para o aumento

⁵⁷⁰ Foi eleito na 60.ª Sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico (ESCAP), tendo sido uma proposta da Índia apoiada pelo Japão.

⁵⁷¹ Mendes assevera que (2009, p. 3) através de ofertas de comércio livre e de parcerias estratégicas, a política chinesa está a construir uma nova esfera de co-prosperidade no sudeste asiático e mesmo no sul do Pacífico, consolidando a sua influência e estendendo as suas relações.

projectado da percentagem do gás no *mix* energético chinês. Pequim tem vindo a procurar ampliar as relações comerciais com os países produtores do sudeste asiático e a aceder aos seus recursos. A diplomacia energética (*Nenggyuan Waijiao*) para os países desta região visa, simultaneamente, um duplo objectivo: garantir aprovisionamentos estáveis e longos de energia e ampliar a segurança do transporte das importações, particularmente possibilitar a abertura de novas rotas de transporte, destacando-se a construção do caminho-de-ferro Trans-asiático entre os países da ASEAN e a China (Cf. Anexo XXIX).

A posição estratégica de Timor-Leste, localizado nos Estreitos Ombai e Wetar, um ponto de passagem do Pacífico para o Índico, tem atraído a atenção de grandes poderes, como os EUA e a RPC. A passagem por estes estreitos é utilizada maioritariamente para o transporte local, incluindo entre a Austrália e o mar de Java. Para os EUA é uma rota em águas profundas para os seus submarinos entre a base de Guam e a base no Oceano Índico e, apesar de ser uma rota muito mais longa do que a pelo Estreito Lombok Makassar, é bastante utilizada pela marinha americana devido ao tráfego reduzido existente nesses Estreitos (Lee Jae-hyung, 2003, pp. 116-117). A China também mostrou interesse pela localização estratégica desses estreitos, e no final de 2007, tentou junto das autoridades timorenses, a instalação de um radar para monitorizar a navegação no estratégico Estreito de Wetar⁵⁷². Apesar de o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão ter exposto publicamente a possibilidade de cooperação militar “*com os irmãos chineses*”⁵⁷³, depois de ter sido consultado a Austrália e a Indonésia, a proposta não foi aceite porque o “*radar iria ser preenchido apenas por técnicos chineses*” (Seabra, 2011; 中国经济网 - China Economic Net, 2011). A reacção a esta proposta exibiu as posições divergentes da liderança timorense quanto à China, com a posição favorável do Primeiro-Ministro à intervenção da China em matéria de defesa confrontada com a do Presidente José Ramos Horta, do Vice-Ministro José Luiz Guterres e a do Secretário da Defesa Júlio Pinto, que discordaram com a instalação do radar e apoiavam a manutenção das alianças com os “parceiros democráticos”, a Austrália, o Japão e os EUA (OPLOP, 2011, p. 10).

⁵⁷² Esta ilha é considerada pelo Ministério da Defesa de Timor-Leste (2006, p. 8) importante para a “*defesa das águas territoriais e uma oportunidade para os grandes poderes na região colocar as suas armas estratégicas*”.

⁵⁷³ Xanana Gusmão afirmou que Díli estava “*firmemente empenhada em aumentar a cooperação bilateral na área militar com países amigos que oferecem apoio desinteressado*” e que “*os irmãos chineses são claramente parte deste grupo*”, em Setembro de 2010 (Xanana, 2010 citado por Seabra, 2011)

Muito antes da chegada dos portugueses ao território timorense, mercadores chineses aportaram a ilha em busca de sândalo. Apesar de não ser possível datar o início da colonização chinesa permanente em Timor, as relações comerciais entre a ilha e a China estão atestadas por fontes chinesas, desde o século XIII (Gun, 1999, p. 56). Textos chineses do século XIII e XIV apresentam descrições do território, localizando-o geograficamente e descrevendo os seus recursos, a população local e a sua organização social⁵⁷⁴. O sândalo foi um dos recursos mais procurados pelos mercadores chineses e permitiu estabelecer as primeiras ligações entre Timor e a China. Os contactos entre comerciantes chineses e os habitantes resultaram em alguma influência cultural e material, de que é exemplo a influência do calendário chinês no calendário indígena e a introdução do pónei ou Kuda em Timor.

Durante o período de colonização portuguesa no território, a ligação entre a China e Timor permaneceu apoiada pelo centro administrativo em Macau para os territórios do Sudeste asiático. Entre 1844⁵⁷⁵ e 1894, Timor passou a ser um distrito de Macau⁵⁷⁶, e em 1896, tornou-se autónomo. Até meados do século XIX, Macau também desempenhou o papel de intermediário e cooperante no comércio da China com Timor. Desde o início do século XVIII, existem referências a pequenas colónias chinesas que se foram desenvolvendo na ilha, primeiramente em Kupang e Lifau e posteriormente em Díli. Com ligações a Macau e ao comércio do sândalo, estas pequenas colónias vão conduzir ao aparecimento das primeiras comunidades permanentes de chineses na ilha. Em Kupang existia, por volta de 1775, um bairro chinês que dominava o comércio de produtos alimentares. Com o tempo, cerca de 300 famílias chinesas, oriundas maioritariamente de Macau, passaram a controlar em Kupang, Atapupo e Díli, as importações e exportações, particularmente o comércio do sândalo destinado à China e a cera usada na indústria javanesa do batik e na manufatura das velas pelos chineses.

⁵⁷⁴ Textos pertencentes a navegadores chineses da Dinastia Ming apresentam descrições da ilha coberta de madeira aromática, tendo pelo menos 12 locais desembarque possíveis para que os mercadores chineses atacassem à procura do sândalo.

⁵⁷⁵ Até 1844, Timor e Macau faziam parte do Império Português da Índia, sob a jurisdição do Vice-rei da Índia.

⁵⁷⁶ Com excepção do período 1865-1878 em que se constituiu um distrito autónomo.

Nas primeiras décadas do século XIX, uma comunidade de chineses livres começou a emigrar para Timor dedicavam-se à actividade comercial e a outros ofícios para os quais não havia timorenses aptos (Gun, 1999, p. 138). Nos finais desse século e inícios do século XX, graças ao incentivo da governação portuguesa, a emigração chinesa aumentou no território⁵⁷⁷. Como se pode observar pela tabela XXXIV desde finais da década 20 até à década de 60, o número de chineses residentes em Timor aumentou continuamente, passando de 1678 para 5000, e totalizando 6210 pessoas, em 1970. Em Díli, residiam na zona comercial da capital e mantinham a coesão social através de um sistema de ensino de educação paralelo e com escolas chinesas⁵⁷⁸. Apesar das estreitas relações comerciais e familiares com Macau, o dialecto mais falado era o Khek ou Hakka e não o cantonês. Muitos acabaram por se adaptar aos costumes timorenses e falavam tétum, e salvo pequenas excepções⁵⁷⁹ dedicavam-se maioritariamente ao comércio e à produção do café (Jolliffe, 1978, p. 42).

Tabela XXXIV. *População Chinesa em Timor entre 1927-1970*

| Anos | Chineses | Portugueses | Nativos | Total |
|-------------|----------|-------------|---------|---------|
| 1927 | 1678 | 389 | --- | 415.504 |
| 1936 | 2687 | 359 | --- | 463.996 |
| 1950 | 3128 | 568 | --- | 442.378 |
| 1960 | 5000 | --- | --- | 517.079 |
| 1965 | 5646 | --- | --- | 555.723 |
| 1970 | 6120 | 1463 | 599.891 | 609.477 |

Fonte: Dili Kwartanda adaptado por Jolliffe, 1978, p. 42

⁵⁷⁷ Durante o governo de Celestino da Silva (1894-1908) e em particular a partir de 1906, foi incentivada a emigração chinesa para a ilha como forma de incrementar a economia local, sobretudo o comércio.

⁵⁷⁸ Clube Chum Fuk Tong Su foi a primeira escola chinesa formalmente estabelecida em Díli, em 1912 e proporcionava instrução não apenas em língua chinesa, mas também cursos de inglês Zoologia e botânica.

⁵⁷⁹ Alguns chineses estavam ligados há produção agrícola.

Após a instalação em Díli de um consulado de Taiwan⁵⁸⁰, a comunidade chinesa passou a recrutar professores em Taiwan e criou-se o hábito de assinalar os feriados oficiais da República da China (Gun, 1999, p. 269). A generalidade dos chineses possuía passaporte de Taiwan, mesmo aqueles cujos antepassados já moravam na ilha há muito tempo. Devido ao seu estatuto económico privilegiado resultado do domínio da actividade comercial da ilha, a comunidade chinesa era vista com desconfiança e muitas vezes com hostilidade pelos timorenses. A alteração política em Portugal decorrente da Revolução de 25 de Abril, e à apreensão quanto ao futuro de Timor e da sua condição na ilha, incitou ao êxodo desta comunidade para a Austrália, Nova Zelândia, Macau, Hong Kong e Singapura. Bill Nicol (2002, p. 61) sustenta que, cerca de 600 chineses abandonaram a ilha em Abril de 1975, e que o Consulado de Taiwan em Díli estava a emitir entre 50 a 100 passaportes por semana, nesse período. No entanto, muitos dos chineses foram forçados a permanecer no território e acabaram por sofrer com as transformações políticas posteriores à invasão de Timor pela Indonésia.

A RPC foi o único membro permanente do Conselho de Segurança a reconhecer a declaração unilateral de independência da República Democrática de Timor-Leste, proclamada pela Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), a 28 de Novembro de 1975. Embora não houvesse nenhuma ligação entre Pequim e a FRETILIN, a oposição indonésia à autonomia de Timor-Leste e a subsequente absorção de Timor pela operação Komodo, nove dias após a declaração, radicou em simulados pretextos de Jacarta, tal como a possibilidade de Timor se tornar uma base subversiva estrangeira com um governo comunista (Dunn, 2003, pp. 92-93; Storey, 2007)⁵⁸¹. Após a invasão da Indonésia, a 7 de Dezembro desse ano, Pequim apoiou as duas resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança da Nações Unidas e condenou as acções indonésias no território timorense. Durante as deliberações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Dezembro de 1975, o representante chinês no Conselho de Segurança, Huang Hua, criticou a Indonésia e acusou o governo de Jacarta de ter cometido um acto de

⁵⁸⁰ Ver Moisés Silva Fernandes (2006). “A evolução das relações Luso-Formosinas: Proximidade Político Ideológica e Relações Diplomáticas Conflituosas, 1949-1975”, in Ana Maria Amaro, *Estudos Sobre a China VIII*, vol. 2, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 767-826.

⁵⁸¹ Mendes (2009, p. 6) refere que, Jacarta promoveu a ideia que a Fretilin estava a receber armas e treino de Pequim.

“agressão descarada contra a República Democrática de Timor-Leste”, denunciando as *“acções da Indonésia como uma grosseira violação dos objectivos e princípios da Carta”* (Ramos-Horta, 1994, p. 191).

Entre 1975 e 1978, a RPC auxiliou diplomática e financeiramente, o governo timorense exilado em Moçambique e a FRETILIN (Mendes, 2009, p. 6; Horta, 2009, p. 3; Storey, 2007). Alguns dirigentes timorenses visitaram a China, neste período, nomeadamente os líderes da resistência timorense, Rogério Lobato e Ramos Horta (Ramos-Horta, 1978, p. 156). A convite do governo chinês, uma delegação da FRETILIN liderada por Rogério Lobato visitou a China, entre 29 de Dezembro de 1975 e 2 de Janeiro de 1976. A importância dada a esta visita é apontada pelo comité de recepção em Pequim, constituído pelo vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Han Nien-Lung, o Director do Departamento das Questões Asiáticas, Chen Jui-Sheng, e o Director do Departamento dos Negócios Estrangeiros do Ministério da Defesa Nacional, Yin Tso-chen⁵⁸². Na recepção oferecida à comitiva, a 30 de Dezembro de 1975, o Ministro de Negócios Estrangeiros Chinês, Chiao Kuan-Hua, felicitou a independência de Timor e condenou a invasão da indonésia, referindo que *“tal como os timorenses estão a celebrar a sua independência, o governo indonésio fabricou falsos pretextos, opôs-se à sua luta pela independência e lançou uma invasão em larga escala a Timor-Leste”*⁵⁸³. Durante a sua estadia, Rogério Lobato procurou obter assistência militar, tendo-se encontrado com o general Ch'en Hislien, comandante do Exército Popular de Libertação e visitado uma unidade do EPL. Pequim tentou fornecer equipamento suficiente para armar uma Divisão de Infantaria Ligeira com 8.000 homens, incluindo metralhadoras médias anti-aéreas, artilharia ligeira, morteiros, armas anti-carro, porém, a marinha indonésia, com ajuda da australiana, conseguiu impedir a entrega desta ajuda militar (Horta, 2009, p. 3; Storey, 2007).

A substituição do radicalismo de Mao Zedong por uma nova abordagem mais pragmática que caracterizou a política interna e externa de Deng Xiaoping, impeliu a uma redefinição do apoio chinês a Timor, conduzindo, apesar de terem sido mantidos alguns

⁵⁸² Recorte de Imprensa Chinesa de 30 de Dezembro de 1975, pertencente ao do Consulado-geral de Portugal em Hong-Kong, in PAA 1458, Arquivo Histórico do Ministério de Negócios Estrangeiros, Lisboa.

⁵⁸³ Recorte de Imprensa chinesa de 30 de Dezembro de 1975, pertencente ao do consulado-geral de Portugal em Hong-Kong, in PAA 1458, Arquivo Histórico do Ministério de Negócios Estrangeiros, Lisboa.

contactos com elementos da resistência exilados, a uma diminuição do interesse de Pequim pela causa timorense e à aceitação da integração da ilha pela Indonésia. A reaproximação da RPC à Indonésia, a partir da década de 80, irá culminar no restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, na década seguinte.

Em Junho de 1998, após um período de 23 anos de controlo restritivo sobre a população timorense, o governo indonésio propôs uma autonomia limitada para Timor-Leste. O referendo conduzido pela *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET), a 30 de Agosto de 1999, expressou o desejo dos timorenses pela independência (78,5%) em detrimento de uma autonomia limitada. Contudo, o resultado da votação foi seguido pelo desencadeamento de violentos actos das milícias pro-integracionistas por todo o território. Após a divulgação do resultado do referendo a 4 de Setembro de 1999, durante duas semanas, as forças militares e paramilitares desalojaram, expulsaram e deportaram a maioria da população de Timor Leste, com destruições e pilhagens por todo o país. Na discussão que antecedeu à missão multinacional de comando unificado a *International Force East Timor* (INTERFET), no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o representante chinês insistiu que, o envio de forças de manutenção de paz para Timor, deveria ser feito a pedido do Governo Indonésio e apoiado pelo Conselho de Segurança. Dos cinco membros deste Conselho, a China, tal como a Rússia mostrou-se relutante em autorizar o mandato da INTERFET⁵⁸⁴ e só votou a favor após a aceitação da missão pelo Presidente indonésio B. J. Habibie.

Quando a segurança foi restaurada em Timor foi estabelecida uma operação de apoio à paz, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET) em Outubro de 1999⁵⁸⁵. Se na anterior missão o governo Chinês tinha-se mostrado relutante na aceitação, para esta nova missão, não só votou a favor da Resolução 1272 que estabelecia a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), como prometeu enviar forças para apoio à paz. O envio de 15 polícias civis para esta missão, em Janeiro de 2000, assinalou a primeira participação de Pequim com polícias em missões de manutenção de paz e o início da cooperação para o desenvolvimento e estabilização de

⁵⁸⁴ Aprovada pela Resolução n.º 1264 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 15 de Setembro de 1999.

⁵⁸⁵ Aprovada pela Resolução n.º 1279 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Timor-Leste. A contribuição chinesa, inicialmente reduzida, ampliou-se posteriormente com as Missões das Nações Unidas subsequentes à UNTAET. O número de polícias civis chineses nesta missão e na posterior missão *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET)⁵⁸⁶ aumentou para 55 e 76, respectivamente. Um dos polícias tornou-se comissário da polícia das Nações Unidas na UNTAET, uma das posições mais elevadas assumidas nas forças chinesas de manutenção da paz das Nações Unidas.

Considerado em 2005, como um exemplo paradigmático do sucesso de uma missão das Nações Unidas na construção dos Estados, Timor-Leste foi atravessado por uma “*crise multidimensional nas causas e nos efeitos*” (Ferro & Hermenegildo, 2010), a partir de 2006. Dois anos depois foi novamente palco de perturbações sociopolíticas, destacando-se os atentados ao Presidente e Primeiro-Ministro de Timor-Leste, em Fevereiro de 2008. O escalar da insegurança no território provocou a continuação da presença das forças internacionais no país. A RPC continuou a cooperar nas posteriores missões de paz, a *United Nations Office in Timor-Leste* (UNOTIL)⁵⁸⁷ e a *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT)⁵⁸⁸, sendo a missão de Timor a mais longa onde a China participou até hoje. Em Março de 2007, a China enviou 10 oficiais para UNMIT, especialistas em informações, tecnologia, segurança pública, gestão administrativa, investigação criminal e segurança fronteiriça. Até ao final da sua participação nesta missão, em Novembro de 2012, manteve uma média mensal entre 20 a 36 elementos policiais (UNPOL) e 2 observadores militares, substituídos a partir de Novembro de 2009, por dois especialistas de missão (United Nations, 2013).

Ainda antes do estabelecimento das relações, algumas acções de Pequim e de figuras relevantes da Resistência Timorense patenteavam o desejo mútuo de aproximação,

⁵⁸⁶ Aprovada pela Resolução n.º 1410 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 17 de Maio de 2002, por um período de 12 meses, a começar a 20 de Maio.

⁵⁸⁷ Aprovada pela Resolução n.º 1599 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 28 de Abril de 2005. Para apoiar o desenvolvimento das capacidades das instituições do Estado Timorense, incluindo a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), para fortalecer a governabilidade democrática e ajudar a continuar a construir a paz no país.

⁵⁸⁸ Aprovada pela Resolução n.º 1704 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 25 de Agosto de 2006. Após os atentados de Fevereiro de 2008, as Nações Unidas reforçou o mandato em vigor da UNMIT com uma nova resolução n.º 1802, de 5 de Fevereiro de 2008. A responsabilidade pelo policiamento de Timor-Leste foi transferida para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), em Março de 2011. Após o período eleitoral, iniciou-se a retirada gradual da missão e, em Dezembro de 2012, os últimos contingentes da UNMIT deixaram o território.

tal como a visita do Presidente do Comité da Resistência Nacional do Timor-Leste, Xanana Gusmão à China, em Janeiro de 2000. Em Agosto do ano seguinte, o Presidente da Associação Chinesa de Amizade com os Países Estrangeiros, Qi Huaiyuan, participou em Timor Leste nas comemorações do primeiro aniversário do referendo, e no mês seguinte, a RPC abriu um escritório de representação ao nível de embaixadores em Díli, para fortalecer o diálogo entre a China e o Conselho Consultivo Nacional Timorense, um fórum consultivo conjunto com representantes do povo timorense e da UNTAET. Esta aproximação culminou com o estabelecimento das relações diplomáticas com o país recém-criado, no mesmo dia que Timor-Leste declarou sua independência, a 20 de Maio de 2002.

As visitas de alto nível, sobretudo dos líderes timorenses, e o intercâmbio entre os dois países têm contribuído para que as relações sino-timorenses tenham tido um pautado desenvolvimento desde que foram estabelecidas as relações diplomáticas. Marcando o início da relação entre os dois países é de realçar a visita a Timor do Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Tang Jiaxuan, em Maio de 2002, durante a qual foi assinado o Comunicado Conjunto do Estabelecimento das Relações entre a República Popular da China e a República de Timor-Leste, em Díli (Xinhuanet, 2002a). Esta visita a Timor foi sucedida pelas do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Lu Xinhua, em 2006, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wu Dawei, em Janeiro de 2008, do Vice-Ministro do Departamento Internacional do Comité Central do PCC Cai Wu, em 2009 e do Vice-Ministro do Comércio, Jiang Yao Ping, em Junho de 2011.

Como se pode observar pela Tabela XXXV, as visitas dos líderes timorenses à China têm sido muito mais frequentes e em maior número, espelhando a determinação em ampliar as relações com o gigante asiático e de receber o apoio chinês para a reconstrução do país. A seguir à independência, o Primeiro-Ministro Mari Alkatiri, realizou a sua primeira visita de Estado de seis dias, em Setembro de 2003, tendo regressado para uma segunda visita, em Maio do ano seguinte. Nesse ano, o ex-líder do Comité de Resistência Nacional de Timor-Leste, Ramos Horta, retornou à China, após uma visita quatro anos antes, na qualidade de Ministro dos Assuntos Externos e de Cooperação de Timor-Leste, para participar na inauguração da embaixada de Timor-Leste na capital chinesa, entre 13 a 15 de Dezembro de 2004. Xanana Gusmão, que também tinha estado presente na visita da

delegação timorense em 2000, efectuou duas deslocações à China em 2005. A primeira, a 15 de Novembro 2005, para participar no *Global Business Leaders Forum de 2005*, e a segunda, entre 29 Maio e 3 de Junho, para uma visita de Estado ao país.

Tabela XXXV. *Visitas Bilaterais China-Timor, 2003-2012*

| De Timor para China | | | Da China para Timor | |
|---------------------------|--|--|----------------------------|---|
| Data | Nome | | Data | Nome |
| Setembro de 2003 | Primeiro-Ministro Mari Alkatiri | | Maio de 2002 | Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan |
| Maio de 2004 | Primeiro-Ministro Mari Alkatiri | | 2006 | Vice-Ministro das Relações Exteriores Lu Xinhua |
| 13-15 de Dezembro de 2004 | Ministro dos Assuntos Externos e de Cooperação Ramos Horta | | | |
| 15 de Novembro de 2005 | Presidente de Xanana Gusmão | | | |
| 2008 | Fevereiro | Ministro das Infra-estruturas Pedro Lay | 29 a 31 de Janeiro de 2008 | Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Dawei |
| | Maio | Ministro da Agricultura e Pescas e Secretário-Geral do Partido Democrático Mariano Asanami Sabino | | |
| | Julho | Vice-Presidente da Fretilin e Deputado do Parlamento Nacional, Arsénio Paixão Bano | | |
| | Agosto | Presidente Ramos Horta; Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Zacarias Albano da Costa | | |
| 2009 | Julho | Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Zacarias Albano da Costa; Ministro da Saúde, Nelson Eduardo Soares | 2009 | Vice-Ministro do Departamento Internacional do Comité Central do PCC Cai Wu |

| | | | | |
|-------------|-----------------|--|-----------------|--|
| | | Martins | | |
| | Setembro | Ministro da Agricultura e Pescas Mariano Assanami Sabino | | |
| | Outubro | Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão; Ministro para os Secretário Estado dos Recursos Naturais Alfredo Pires; Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zacarias da Costa; Ministra das Finanças Emília Pires; Ministro das Infra-estruturas Pedro Lamy | | |
| 2010 | Abril | Vice-Primeiro-Ministro António Guterres | Junho de 2011 | Vice-Ministro do Comércio Jiang Yao Ping |
| | | | Outubro de 2011 | Delegação do Ministério da Defesa liderada pelo Major-General das Forças de Defesa Chinesas, Quian Lihua |
| 2012 | | Primeiro-Ministro Xanana Gusmão | Maio 2012 | Presidente da Comissão Nacional da Política Consultiva da China, Wang Zhizhen |

Fonte: Elaborado pela candidata através de dados recolhidos no ChinaDaily, Xinhua, Fórum de Macau e Macauehub, vários anos

Os anos 2008 e 2009 foram distinguidos pelas múltiplas visitas de altos dignatários timorenses à RPC, que ilustraram a vontade do governo timorense em ampliar os laços comerciais e de adquirir apoio a Pequim para o desenvolvimento das infra-estruturas e dos recursos naturais. Em Fevereiro, Maio, Julho e Agosto de 2008, realizaram visitas oficiais à China, respectivamente, o Ministro das Infra-estruturas de Timor-Leste, Pedro Lay, o Ministro da Agricultura e Pescas e Secretário-Geral do Partido Democrático de Timor-Leste, Mariano Asanami Sabino, o Vice-Presidente da Fretilin e Deputado do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Arsénio Paixão Bano, o Presidente Ramos Horta e por último, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Zacarias Albano da Costa. As visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Zacarias Albano da

Costa e do Ministro da Saúde, Nelson Eduardo Soares Martins em Junho de 2009, foram seguidas, dois meses depois, pela do Ministro da Agricultura e Pescas de Timor-Leste, Mariano Assanami Sabino, e três meses depois, por uma delegação governamental liderada pelo Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão.

Esta delegação que incluía o Ministro dos Recursos Naturais de Timor-Leste, Alfredo Pires, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zacarias da Costa, a Ministra das Finanças, Emília Pires, o Ministro das Infra-estruturas Pedro Lamy e o Secretário de Estado dos Recursos Naturais, Alfredo Pires, participou a convite da Comissão Organizadora da Feira e do Governo Popular de Sichuan, na 10.^a “Feira Internacional da Economia e Comércio do Oeste da China”, realizada em Chengdu (Gabinete do Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, 2009)⁵⁸⁹. Entre os encontros bilaterais e conversações oficiais com altos dignitários chineses e à margem de “Feira do Oeste”, destaca-se o encontro de Xanana Gusmão com o Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, no qual o Presidente timorense manifestou apreço pela ajuda de Pequim, afirmando que as infra-estruturas financiadas pela China e a equipa médica chinesa “*tornaram-se um ícone da amizade entre os dois países*” e o homólogo chinês afirmou que iria continuar apoiar e a encorajar as suas empresas a investir em Timor (Lusa, 2009).

Ainda incluído nesta visita, e inserido na cooperação militar entre os dois governos, o Primeiro-Ministro e o Brigadeiro General Taur Matan Ruak, visitaram o Estaleiro Politécnico na cidade de Dalian, onde os 36 militares timorenses da Componente Naval que iriam operar os dois navios patrulha da Classe Shanghai III, adquiridos à RPC, em 2008, se encontravam a frequentar uma formação teórica e prática. Em Abril de 2010, o Vice-Primeiro-Ministro António Guterres participou do Fórum Boao para a Ásia, tendo-se reunido com o Vice-Presidente Xi Jinping. Dois anos depois, o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão participou como convidado, na cerimónia de abertura e de encerramento da Exposição Mundial 2010 em Shanghai. Esta foi a primeira exposição universal que Timor-

⁵⁸⁹ De acordo com o Comunicado de Imprensa do Departamento de Comunicação de Timor-Leste (Gabinete do Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, 2009), esta feira também conhecida como “Feira do Oeste”, foi realizada entre 16 e 18 de Outubro de 2009, com o tema principal “Aproveitamento de Oportunidades, Resposta a Desafios, Abertura e Cooperação, Situações em que todos Ganham e Desenvolvimento”, para o desenvolvimento do Oeste da China e para o aumento do intercâmbio internacional e da cooperação económica e comercial entre os países asiáticos.

Leste participou enquanto país soberano e independente, com cerca de 4,5 milhões de pessoas a visitarem o pavilhão timorense dedicado ao tema “Esteja connosco, esteja com a natureza”.

Em Maio de 2012, durante as comemorações do 10.º aniversário do Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em Dili, o Presidente da Comissão Nacional da Política Consultiva da China, Wang Zhizhen advogou que as relações China-Timor-Leste têm realizado grandes progressos e têm servido como um bom exemplo de igualdade e cooperação amigável entre os países grandes e pequenos. Por sua vez, o Presidente do Parlamento Nacional Fernando Lasama de Araujo afirmou que o governo de Timor-Leste e as pessoas vão sempre lembrar-se do apoio precioso e ajuda desinteressada da China pela libertação nacional e construção de Timor Leste (DiploNews, 2012).

4.5.2 Os Recursos Energéticos de Timor-Leste

Segundo Tim Charton (2008), desde a primeira década do século XX, foram feitas incipientes tentativas de exploração dos recursos petrolíferos de Timor-Leste, através do aproveitamento artesanal de exsudações naturais e da perfuração de quatro poços, o Aliambata (1910) e o Pualaca, Ranoco e Mata-Hai (1914), cuja profundidade final foi muito rasa, variando entre 140 e 170 metros. Já na segunda década deste século, foram perfurados outros poços, tal como o Aliambata (1926-28), com uma profundidade de 224 metros. Depois de um estudo de reconhecimento, entre 1947-1948, encomendado à Escher & Grunau pela Companhia de petróleo Shell, entrou-se numa nova fase de exploração do petróleo de Timor. Em 1957, foi perfurado o poço Aliambata -1, a uma profundidade quase 1,270 metros (Crostella & Poweel, 1976 citado por Charton, 2005, p. 19).

Estimulados pela presença de gás e petróleo em áreas de superfície, posteriormente foram perfurados mais 20 poços pela Timor Oil na área de Aliambata, perto do Suai e de Betano. Embora não tenham sido encontrados em nenhum poço acumulações de hidrocarbonetos foram descobertos muitos indícios significativos de gás e petróleo. Em 1974, foi realizado um levantamento 2D até 1.500 km abrangendo as áreas terrestres perto

da costa de Timor-Leste. No ano seguinte, foram perfurados dois poços *offshore*. O Mola-1, no Suai, a uma profundidade de 3.077 metros, e o Savu-1, na zona norte da ilha Savu, tendo sido provado em ambos a existência de gás em quantidades não comerciais (Governo de Timor-Leste, 2006). Com a ocupação do território pela Indonésia em 1976, as explorações só voltaram a ser iniciadas na década de 90, quando as companhias indonésias Amoseas e Pertamina, acordaram um contracto de partilha de produção na região ocidental de Timor e numa área *offshore* na parte sul da ilha. A primeira descoberta comercial de petróleo ocorreu pela perfuração do poço Elang em 1994. Desde ano e até 1998, viveu-se um dos períodos mais dinâmicos na actividade exploratória, com 12 descobertas de petróleo e/ou gás e condensado concretizadas em apenas quatro anos.

Não se sabe ao certo o tamanho exacto das reservas de Timor-Leste porque os relatórios geológicos foram destruídos em 1999 e a área ainda está sub-explorada (Lundahl & Sjöholm, 2008, p. 71). De acordo com *Revenue Watch Institute* (2011), Timor detinha, em 2009, reservas no valor de 7,1 Tcf de gás natural e 0,554 biliões de barris de petróleo (Cf. Tabela. XVIII). Em 2002, foi realizado um mapeamento mais pormenorizar dos recursos naturais de Timor-Leste que sugeriu que o país era rico em recursos minerais e hidrocarbonetos (UN ESCAP, 2003). Em 2004, foi contratado um empreendimento conjunto da Noruega e China, a BGP-GGS, para realizar um levantamento sísmico tipo *spec* que indicou a probabilidade de existência de quantidades elevadas de petróleo e gás. O Despacho 3/2006 (Governo de Timor-Leste, 2006), que aprova o lançamento do concurso público para a adjudicação de áreas de contractos petrolíferos a companhias ou consórcios para actividades de pesquisa, evidencia que “*existem fortes evidências de um sistema petrolífero activo na zona marítima. Um grande número de erupções de óleo muito leve, 35-40 graus API, assim como erupções activas de gás em Timor-Leste, representando hidrocarbonetos de fonte profunda e/ou petróleo deslocado da zona marítima entre a ilha de Timor e o Fosso de Timor.*”

Menos de dois anos depois de se tornar independente, Timor-Leste fez a sua estreia como produtor de hidrocarbonetos, com a sua primeira produção de gás natural a partir do

campo Bayu-Undan⁵⁹⁰, em Fevereiro de 2004, posteriormente exportada sob a forma de GNL, a partir de uma planta de liquefacção instalada em Darwin, em Fevereiro de 2006. Este campo está localizado numa área gerida em conjunto com a Austrália, designada de Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) no Mar de Timor (Cf. Mapa XVII), possui reservas estimadas em 500 milhões de barris de petróleo e 8,8 Tcf de gás natural⁵⁹¹, e é esperado que continue a produção por mais 25 a 30 anos (Autoridade Nacional do Petróleo, 2012b).

Próximo do Bayu-Undan e dentro da ACDP encontram-se outros poços tal como o Phoenix, estimado em cerca de 3,4 Tcf de gás natural, o Elang Kakatua, cujo petróleo foi descoberto em 1994, a produção iniciada em Julho de 1998⁵⁹², e desde 2000, produz 200.000 b/p (Autoridade Nacional do Petróleo, 2012a) e o Kitan, com reservas estimadas em 34,5 milhões de barris de petróleo leve. O desenvolvimento do Kitan, localizado a aproximadamente a 170 quilómetros de Timor-Leste e a 500 quilómetros da Austrália, foi iniciado pelo consórcio operado pela ENI (com 40% da autorização JPDA 06-105), a companhia japonesa Inpex (35%) e a Talisman Resources Pty (25%). Na segunda metade de 2011, foi iniciada a produção deste poço de águas profundas através das instalações de uma *Floating Production Storage e Offloading* (FPSO) e com o pico de produção calculado em cerca de 40 mil b/d (ENI, 2011).

Com o poço de gás condensado Bayu-Undan já em produção as atenções viraram-se para o desenvolvimento de um campo 2,5 vezes maior, o Great Sunsire. Este campo de gás gigantesco, descoberto em 1974, tem um potencial três vezes superior ao Bayu-Undan para 30 anos, com reservas estimadas em 5,34 Tcf de gás e cerca de 225,9 milhões barris de condensado (Woodside, 2011). Possui capacidade para apoiar o gás natural liquefeito, metanol, geração de energia e outras indústrias de gás, incluindo processamento de

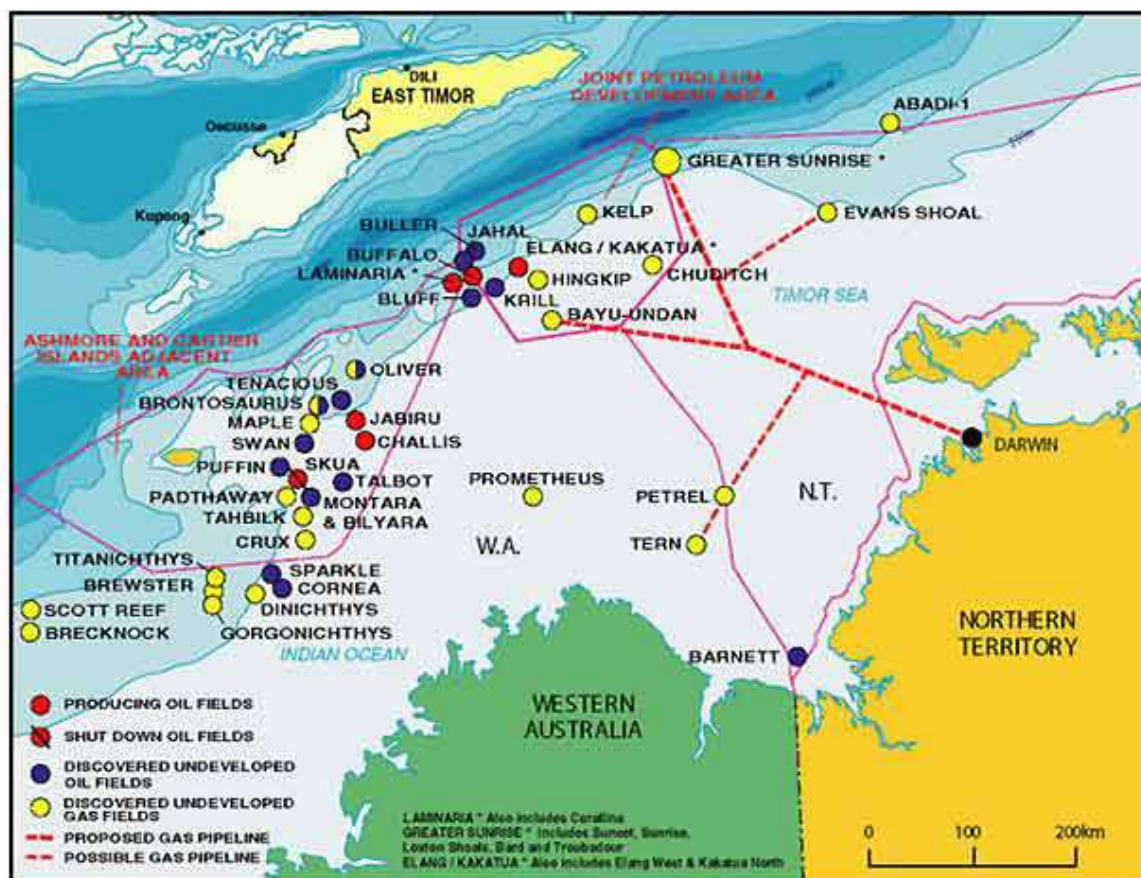
⁵⁹⁰ O Bayu-Undan foi descoberto pela perfuração do poço Bayu-1 em Janeiro de 1995 e o Undan-1 também em Julho do mesmo ano.

⁵⁹¹ O governo australiano apresenta valores para o Bayun-Undan de 624 milhões de barris de petróleo e 3,4 Tcf de gás natural, com os níveis de produção projectados para diminuírem, gradualmente, antes de se esgotarem em 2015 (Australia Northern Territory, 2011, p. 2)

⁵⁹² Na zona partilhada JPDA 03-12.

minerais. O seu desenvolvimento e exploração é partilhado pela Woodside (operadora e com 33,44%), a Conoco Phillips (30%), a Shell (25,56%) e a Osaka Gas (10%)⁵⁹³.

Mapa XVII. Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero no Mar de Timor



Fonte: Australia Northern Territory, 2011, p. 2

Atualmente, uma das maiores controvérsias entre a Austrália e Timor é que tem atrasado a produção do Great Sunrise é a forma como o gás deste poço deve ser recuperado e processado. Esta controvérsia resulta da disputa sobre as fronteiras marítimas entre a Austrália e Timor-Leste e das diferentes interpretações sobre a localização da futura estação de GNL que irá processar o gás natural produzido no campo. O Great Sunrise está

⁵⁹³ O gás Great Sunrise tem que ser acedido utilizando plataformas *offshore* de perfuração, com facilidades de atendimento tais como tubos submarinos, “árvores de natal” e tanques.

localizado a 150 km do Sudeste de Timor e 450 km a noroeste de Darwin, parcialmente localizado dentro da zona de exploração conjunta (20,1% dentro da ACDP) e na área marítima disputada entre os dois países (79,9%).

De acordo com Almeida Serra (2006, p. 5), a disputa das fronteiras radica no facto de os dois países basearem as suas reclamações fronteiriças em versões da Lei internacional do Mar, com uma mais antiga que outra⁵⁹⁴. A Austrália, na definição da área marítima que pode reclamar para a sua zona económica exclusiva, utiliza a versão mais antiga, que dá maior importância à plataforma continental de cada país (até aos 200 metros de profundidade). Enquanto Timor subscreve a versão mais recente que determina que cada país tem direito a delimitar como zona económica exclusiva 188 milhas náuticas a partir do limite exterior do seu mar territorial (12 milhas da costa) independentemente da profundidade da plataforma. Quando não existe 400 milhas a separar os dois países a fronteira deve ser definida pela linha equidistante de ambos⁵⁹⁵. No Mar de Timor, a fronteira deveria ser então definida pela linha equidistante, uma vez que a distância entre Austrália e a ilha de Timor é inferior a 400 milhas náuticas. A aceitação por parte da Austrália desta divisão implicaria que os recursos da zona de exploração conjunta passariam a ser na sua totalidade exclusivos do país lusófono. No entanto, os dois países vizinhos continuam em discordância quanto à divisão de fronteiras, o que implicou que tivessem de chegar a um acordo sem incidências fronteiriças. Este acordo resultou de sequência de várias negociações após a independência de Timor-Leste, em 2002. A primeira, resultou no Tratado do Mar de Timor entre a Austrália e Timor ratificado pelo

⁵⁹⁴ Para Lundahl & Sjöholm (2008, p.69), a controvérsia sobre a fronteira marítima entre Timor-Leste e Austrália remonta aos tempos coloniais. Estes dois países concordaram, em 1972, num limite com base no princípio da plataforma continental em vez da distância entre os países. Com Portugal, a Austrália utilizou o argumento que a calha Timor era uma fronteira natural, uma vez que separava a plataforma continental da Austrália e outras partes da Indonésia. Contudo, Portugal recusou-se a aceitar o argumento australiano, defendendo que a fronteira natural seria o meio caminho entre a Austrália e Timor. O que levou a Austrália a continuar argumentar que a solução seria desenhar uma linha recta entre as duas extremidades da fronteira negociada com a Indonésia. Depois da ocupação da Indonésia, foram retomadas as negociações, no entanto, desta vez a Indonésia não aceitou o argumento australiano da plataforma continental. Perante a falta de consenso entre ambos os países, foi decidido que a área em disputa seria uma Zona de Cooperação para desenvolvimento conjunto. Em 1989, foi assinado o Tratado do Timor Gap entre a Austrália e a Indonésia, criando a Zona de Cooperação do Timor Gap.

⁵⁹⁵ O Artigo 83.º *Delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente*, da Convenção das Nações Unidas sobre Direito Marítimo, estipula que a delimitação da plataforma continental entre Estados com costas opostas ou adjacentes deverá ser efectuada através de acordo com base no direito internacional, por forma a obter uma solução equitativa (Comunidade Económica Europeia, 1998).

Parlamento Nacional em 17 de Dezembro de 2002 e que entrou em vigor em Abril de 2003. O artigo 4.º intitulado *Co-Partilha de Produção de Petrolífera* deste tratado estabelecia que recursos provenientes da actividade petrolífera realizada na ACDP passassem a ser repartidos 90% para Timor-Leste e 10% para a Austrália (República Democrática de Timor-Leste, 2002, p. 5)⁵⁹⁶. O segundo, o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor foi acordado, dois anos depois, pelos Ministros de Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta e Alexander Downer e ratificado no parlamento timorense a 27 de Fevereiro de 2007. Neste acordo os dois países decidiram adiar a definição de fronteiras por 50 anos⁵⁹⁷ e a partilha das receitas do Great Sunrise passou a ser 50% para ambas as partes. Note-se que no acordo de 2002, a Austrália receberia 82% e Timor-Leste os restantes 18% das receitas da exploração do petróleo desse poço (Woodside, 2010). Antes de concluirmos importa referir que, no que respeita à riqueza petrolífera do Mar de Timor, Timor Loro Sae tem direito a: i) 90% das receitas fiscais, de *royalties* e equivalentes do poço de Bayu Undan⁵⁹⁸; ii) 50% das receitas do poço Greater Sunrise; iii) totalidade das receitas fiscais e de *royalties* da sua zona económica não sujeita a discórdia internacional.

Sobre a localização da planta do Great Sunrise, a primeira divergência fazia-se entre os participantes da *joint-venture* Sunfire que distinguiam duas opções: a opção da Shell, que defendia a instalação de uma Plataforma Flutuante de Gás Natural Liquefeito (PFGNL) (Cf. Anexo XLIV) e a da Woodside com a Conoco-Phillips que defendia a expansão de uma planta de GNL em Darwin, na Austrália. Em Abril de 2010, o consórcio decidiu pela opção da Shell da plataforma flutuante, um projecto cuja instalação está estimada em USD\$ 20 biliões e que pode produzir 8,4 milhões de toneladas por ano (Mtpa) de GNL, 1,6 Mtpa de gás liquefeito de petróleo e mais de 100 mil barris de condensado por dia (Shell, 2010).

⁵⁹⁶ As operações petrolíferas que se desenvolvem na parte sob disputa territorial entre a Austrália e Timor-Leste, no Mar do Timor são reguladas pela Autoridade Nomeada do Mar do Timor (ANMT).

⁵⁹⁷ Este acordo deveu-se à recusa da Austrália em rever as fronteiras marítimas, que para vários autores (Serra, 2006, p. 6; Lundahl & Sjöholm, 2008, p. 70), traduzia o receio que isso pudesse ser utilizado como argumento pela Indonésia para pedir a revisão das suas fronteiras marítimas.

⁵⁹⁸ De acordo com a Lei N.º 3 /2003 de 1 de Julho, sobre Tributação dos Contratantes de Bayu-Undan, aprovada pelo Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste.

Timor-Leste, por sua vez, tem vindo a defender a construção da planta com tubulação de gás natural para litoral sul do seu território (Governo de Timor-Leste, 2010). O comunicado de oficial do Governo de Timor-Leste sobre o resultado de um estudo encomendado pelo Governo Timorense (Governo de Timor-Leste, 2013), de 18 de Abril de 2013, apontava que a opção Plataforma Flutuante de GNL era um “*risco caro*” para Timor-Leste. Este estudo cujo objectivo era fazer uma Avaliação Comparativa de Alto Nível sobre os benefícios de uma base fixa de GNL em Timor-Leste *versus* uma Plataforma Flutuante foi pedido para que o Governo de Timor pudesse obter uma terceira opinião em relação aos dois estudos anteriores, destacando-se que um destes estudos tinha sido submetido pela própria empresa petrolífera australiana Woodside. Os investigadores deste relatório concluem que tendo em conta as estimativas iniciais dos custos de capital e dos custos de operação, a opção de Timor-Leste era significativamente mais viável do ponto de vista económico, mas tendo em conta que a tecnologia de PFGNL encontra-se ainda em fase inicial de desenvolvimento, não era possível validar a precisão das estimativas preliminares de custos anunciadas pela Woodside.

Perante os desafios legais impostos sobre a delimitação das fronteiras marítimas e a influência de um grande poder regional que disputa com o país lusófono os recursos existentes no Mar de Timor, Timor-Leste necessita, para assumir a autonomia sobre os seus recursos, de criar organismos/instituições que suportem e apoiem o país como produtor e exportador de recursos energéticos. Com este desígnio foi criada, em Dezembro de 2011, a companhia timorense Timor Gás & Petróleo, E.P. (TIMOR GAP, E.P.) que irá executar todas as actividades empresariais a exercer *onshore* e *offshore*, dentro ou fora do território timorense, relativas à pesquisa e produção no *upstream*, incluindo a prestação de serviços. A TIMOR GAP dará também a “*prossecução de actividades empresariais no downstream, incluindo o armazenamento, refinação, processamento, distribuição e venda de petróleo e seus derivados, bem como, de gás natural e de quaisquer outros hidrocarbonetos, e ainda o processamento industrial de derivados de petróleo e o desenvolvimento de outras actividades na indústria petroquímica*” (República Democrática Timor-Leste, 2011).

Dentro dos projectos previstos pelo Governo de Timor-Leste para o seu sector de petrolífero e para apoiar a indústria de petróleo timorense está o *Tasi Mane* (Mar

masculino)⁵⁹⁹, um projecto que visa o desenvolvimento de uma infra-estrutura integrada na zona costeira de Suai para Beaco, nas próximas duas décadas. O plano inclui a construção de três *clusters* (Cf. Imagem 2): a Base de Abastecimento no Suai, a Refinaria de Betano e a Indústria Petroquímica e a Fábrica de GNL em Beaco, através do gasoduto que as autoridades timorenses pretendem ver construído a partir do Greater Sunrise, em Viqueque/Beasu (Governo de Timor-Leste, 2013).

Imagem 2. *Projecto Tasi Mane*



Fonte: La'o Hamutuk, 2012

De acordo com a informação disponibilizada pela companhia TIMOR GAP (Timor Gap, 2012), o projecto prevê a transformação de Suai num centro de prestação de serviços, logística, fabricações e recursos humanos para a indústria do petróleo (Cf. Anexo XLV). A base de fornecimento exigirá o estabelecimento de um porto marítimo em Kamanasa, um complexo habitacional, uma oficina de metais pesados, a construção naval e instalações de reparação e a reabilitação do aeroporto do Suai. O governo de Timor-Leste pretende construir e operar a logística Base de Abastecimento Marinha de classe mundial em Suai para suportar todas as actividades de petróleo e gás *offshore* na Zona Exclusiva de Timor-Leste e na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto. A base de abastecimento irá

⁵⁹⁹ O nome tétum para o Mar de Timor entre a costa sul de Timor-Leste e a Austrália.

fornecer um trampolim para o crescimento da indústria geral em torno da área de Suai, que formarão a base futura para as Pequenas e Médias Empresas (PME) em Timor-Leste.

Em Betano será construído um novo centro composto por um parque industrial com uma refinaria e um complexo petroquímico que será conhecido como a Cidade de Petróleo. O estabelecimento de uma refinaria e petroquímica permitirá a produção doméstica de combustíveis refinados, fertilizantes e pesticidas e outros produtos petroquímicos que actualmente Timor importa. A fase inicial vai estabelecer uma refinaria com uma capacidade de 30 mil barris por dia. Finalmente, em Beaço, Distrito de Viqueque, será construído um complexo de GNL com uma capacidade inicial de 5 milhões de toneladas por ano, planeada para ser ampliada até 20 milhões de toneladas por ano (Cf. Anexo XLVI). O gás de alimentação será canalizado a partir do Greater Sunrise e outras áreas adjacentes através de um gasoduto submarino. Está projectado a construção de um porto acesso para o GNL que inclui um *Material Offloading Facility* e *Product Loading Facility*, durante a construção e na parte final, respectivamente. Como o governo timorense prevê a necessidade de um grande número de trabalhadores para a indústria em implementação serão construídas duas novas cidades, Nova Viqueque e Nova Beaço (Cf. Anexo XLVII). Para aumentar os acessos e facilitar o transporte e como complemento à estrada que liga Suai, Betano e Beaço, reabilitada a pista de Viqueque. Em termos de acessos está também projectado a reabilitação do aeroporto de Suai e das estradas de ligação na área de Suai-Kamanasa, e a construção de uma estrada ao longo da costa sul de Timor-Leste.

4.5.3. A Participação Chinesa nos Recursos Energéticos de Timor-Leste

A participação chinesa no sector energético timorense é muito limitada, tendo apenas ocorrido até ao momento uma única participação de uma empresa chinesa no sector petrolífero timorense. Logo após a independência do território, em Agosto de 2002, a China National Petroleum Corporation assinou o acordo com o governo recém-formado para explorar o petróleo e o gás natural de Timor. Com base nesse acordo, a sua subsidiária PetroChina realizou, dois anos depois, o primeiro estudo sísmico desde a década de 70,

estimado em USD\$ 1,7 milhões e que cobriu 70% do território da ilha (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2003).

Depois da conclusão deste estudo sísmico e apesar de várias afirmações públicas do interesse dos dois países em reforçar a cooperação neste sector, não houve até ao momento outras participações de petrolíferas chinesas nos recursos energéticos timorenses. Loro Horta (2009, p. 4) alega que, vários representantes do governo, inclusive o antigo Ministro Mari Alkatiri, confirmaram uma proposta da PetroChina às autoridades timorenses, em 2006, para realizar uma segunda fase de exploração no *onshore* timorense, estabelecendo como condição que fosse concedido à empresa os direitos de exclusividade para a exploração de todos os recursos de petróleo e gás natural encontrados em terra.

A proposta da CNPC afigurar-se como o interesse normal comercial de uma companhia petrolífera que depois de ter investido financeiramente e realizado uma primeira fase de um projecto que englobava os estudos sísmicos no *onshore* timorense, projectava a sua continuação e alcançar algum resultado comercialmente viável⁶⁰⁰. Não obstante esta proposta ter sido recusada, o interesse pela participação chinesa como país parceiro no desenvolvimento dos recursos energéticos timorenses manteve-se. Em Junho de 2009, durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste Zacarias Albano da Costa, ao gigante asiático, o Presidente Hu Jintao reconheceu que o país lusófono era um país rico em petróleo, gás e recursos naturais que interessam à China (Macauhub, 2009a). Esta visita tinha como objectivo negociar com a China um empréstimo para financiar as grandes obras de infra-estruturas no país e discutir também o interesse da China em aceder aos recursos petrolíferos timorenses. De acordo com o Ministro Zacarias Albano da Costa, está em jogo “*as refinarias e toda a infra-estrutura necessária ao sector, tanto em terra como no mar*” de Timor e o envolvimento chinês poderia “*passar pela construção do gasoduto para Timor-Leste, se for possível negociar com a Austrália, e pelo estabelecimento de uma zona de apoio em Suai (sul)*” (Agência Lusa, 2009). Quatro meses depois, numa segunda visita à RPC, onde participou integrado na delegação dirigida pelo Primeiro-Ministro de Timor-Leste Rala Xanana Gusmão, o

⁶⁰⁰ Yang Donghui (Reuters, 2009b), o porta-voz do Embaixador chinês Fu Yuancong, em Díli, advogou esta posição numa entrevista à Reuters, argumentando que representava um interesse comercial normal de uma companhia que queria dar continuidade ao projecto por ela iniciado.

Ministro Zacarias Albano da Costa, avaliou novamente o interesse de Pequim em aceder aos recursos petrolíferos timorenses, um interesse que segundo o mesmo “*reforçava a conclusão de que a construção do gasoduto das jazidas petrolíferas offshore Sunrise para Timor-Leste e não para a Austrália é comercialmente viável*” (Macauhub, 2009d).

Durante a permanência a delegação Timorense na China e de acordo com na altura Secretário Estado dos Recursos Naturais e actualmente Ministro dos Recursos Naturais Alfredo Pires (Mendes, 2012), foram efectuados contactos com companhias chinesas, nomeadamente com a CNPC, para avaliar as possibilidades da entrada das mesmas na exploração *offshore* e as suas capacidades de construção do “*barco-manga*” necessário para a construção da refinaria do *Great Sunrise* no solo timorense. Todavia a “*própria característica da exploração actual dos recursos energéticos timorenses a grandes profundidades e a limitada capacidade das companhias chinesas para operarem no deep-shore*” foram factores, segundo o Ministro Alfredo Pires, limitadores para que essa participação não se efectivasse referindo que, em “*termos técnicos as companhias chinesas poderiam operar no offshore timorense, mas enquanto a nova lei das Terras e Propriedades*⁶⁰¹ *não for aprovada, não será também possível esta cooperação*”. Expondo outra perspectiva numa entrevista concedida à Reuters, no final de Agosto de 2009, o embaixador chinês em Timor-Leste, Fu Yuancong (Reuters, 2009a), perante as várias declarações de interesse à participação chinesa nos recursos energéticos de Timor pelo governo timorense, referiu que os recursos estavam a ser explorados por companhias internacionais e que o governo de Timor deveria apresentar um projecto concreto para a cooperação com Pequim.

As duas posições exibidas pelos representantes timorenses e chineses, embora opostas, patenteiam que poderá haver futuramente a participação das companhias chinesas nos recursos fósseis de Timor cujos investimentos, e tal como em Angola e no Brasil, poderão vir a ser apoiados financeiramente por Bancos estatais chineses. O que é necessário é haver um momento certo, uma oportunidade (*weiji*) tal como houve em Angola e no

⁶⁰¹ Esta nova lei que irá revogar a Lei 1/2003 de 10 de Março, bem como o Regulamento UNTAET 2000/27, de 14 de Agosto, procura terminar com a situação actual de indefinição da titularidade dos bens imóveis através do reconhecimento formal do direito de propriedade, estimulando os proprietários a investir nos seus patrimónios.

Brasil, que permita ampliar a entrada das *guaban* energéticas chinesas e a cooperação no sector energético entre Timor e a China. No grupo dos países de língua portuguesa, Timor-Leste detém a menor participação das companhias petrolíferas chinesas. Até mesmo São Tomé e Príncipe, que não tem relações diplomáticas com a RPC, tem obtido investimentos de exploração *offshore* da Sinopec e da companhia que esta *guaban* chinesa adquiriu em 2009, a Addax.

Esta cooperação permitiria ampliar a relação entre “um pequeno país” produtor e “um grande país” consumidor mas é elencada actualmente por todos os desafios de ambas partes. Da China e como Ministro dos Recursos Naturais Alfredo Pires expôs passa pelas limitações técnicas e de *know-how* das companhias chinesas para explorar em águas profundas. De facto, e tal como analisamos no capítulo anterior, as companhias de energia chinesas têm vindo a investir em reservas no exterior através de parcerias e *joint-ventures*, como parte do seu esforço para garantir o acesso aos recursos energéticos cruciais para a China, mas também como forma de obter *know-how* e tecnologia, nomeadamente conhecimentos técnicos na exploração em águas ultra-profundas, daí que trabalhem com outras companhias como a brasileira Petrobras ou com a francesa TOTAL. Mas a participação em Timor poderia também ser uma forma de ampliarem o acesso a esse *know-how*, daí que consideremos que são igualmente importantes com condicionantes à não participação chinesa, os desafios de Timor.

Este país lusófono enfrenta um conjunto de desafios para conquistar a autonomia sobre os seus recursos energéticos. Timor é um país produtor muito recente, iniciando-se apenas em 2004, com a produção do poço localizado na ACDP, o Bayu-Undan e como tal, tem um longo caminho a percorrer até conseguir assumir-se como um país exportador. Os desafios no desenvolvimento do seu sector energético prendem-se pelas questões legais que estão em jogo com o seu vizinho e parceiro nos recursos do mar de Timor, a Austrália, um parceiro estratégico da China e um dos seus principais fornecedores de gás. Condicionando a entrada de Pequim nos projectos futuros está a disputa entre o governo timorense e o governo australiano sobre a localização da Refinaria do Great Sunrise. Se e como o Ministro Zacarias Albano da Costa referiu na sua visita a Pequim, em Junho de 2009, “*se for possível negociar com a Austrália*” a China poderá apoiar a construção das refinarias e de toda a infra-estrutura necessária ao sector, tanto em terra como no mar. Por

último, a não participação chinesa no *onshore* timorense poderá também dever-se à actual indefinição da titularidade dos bens imóveis, visto que o não reconhecimento formal do direito de propriedade não permite aos proprietários investirem nos seus patrimónios.

Pequim é um importador de gás natural muito recente, apenas desde 2007, e possui como fornecedores dois dos actores que mais tem influenciado o desenvolvimento dos recursos de Timor: a Indonésia e Austrália. Apesar do gás natural quando comparado com o petróleo ser ainda uma preocupação secundária para os líderes chineses (Leung, 2011, p. 1331), nomeadamente pelo reduzido papel que o gás ocupa no *mix* energético chinês (3% em 2008), o consumo tem vindo a crescer. No 12º Plano Quinquenal foi estabelecido para o gás natural, o objectivo de alcançar uma quota de 8,3% no *mix* de energia primária em 2015 e 10% em 2020. Com este objectivo, a procura de gás na China é capaz de atingir os 200 bcm e 300 bcm em 2015 e 2020, projectando que a dependência da importação de gás irá aumentar de 16% em 2009 para 25% em 2015 e para 33% em 2020 (EIA, 2011b; Xinhua, 2010b). Desta forma, se Timor-Leste conseguir concretizar todos os planos que tem para o seu sector energético, nomeadamente o projecto Tase Mane, interessará a Pequim assegurar contractos de fornecimentos de gás natural ou GNL de Timor-Leste.

A participação do gigante asiático no desenvolvimento do sector energético timorense poderia significar um contrabalanço à influência australiana sobre os recursos energéticos no mar de Timor. O país lusófono tem tentado equilibrar este domínio e obter a sua autonomia sobre os seus recursos energéticos com apoio de empresas internacionais, como a ENI e a Galp⁶⁰², e apostando em empresas da ASEA tal como a Petronas da Malásia. Em 2007, durante um encontro informal realizado à margem da 12.ª Cimeira ASEAN, realizada em Cebu, nas Filipinas, a 12-15 Janeiro de 2007, o Primeiro-Ministro José Ramos Horta convidou o Brunei e as Filipinas a explorar seus campos de petróleo e

⁶⁰² A Galp Energia entrou na exploração petrolífera em Timor-Leste e de Moçambique por via da aquisição de 10% das concessões de direitos de prospecção e produção de petróleo com a empresa italiana ENI. O contracto assinado contemplava cinco blocos em Timor-Leste e um em Moçambique. Os blocos de Timor-Leste atribuem direitos de exploração em cinco áreas diferentes localizadas no mar, que totalizam uma área conjunta de 12.100 km². As concessões atribuídas são de sete anos para a fase de exploração e de 25 anos para a fase de produção. Em Moçambique, o bloco também se localiza no mar e tem uma área de 17.000 quilómetros quadrados, com o período de exploração a estender-se por oito anos e o de produção por 30 anos. O consórcio para a exploração em Timor-Leste é constituído pela ENI (90%) e a Galp Energia (10%). Em Moçambique, o consórcio é constituído pela ENI (80%), a Galp energia (10%) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (10%) (Macauhub, 2007b).

de gás natural. Estes países aceitaram em cooperar tendo na altura o Secretário para a Energia das Filipinas Raphael Lotilla afirmado que “*Timor Leste tem os depósitos de petróleo e gás natural mais ricos da região e se conseguirmos explorar esses recursos então ajudar-nos-emos mutuamente*” (Xinhua, 2007a). Em 2010, a companhia Petronas foi convidada para desenvolver o campo *offshore* Great Sunrise, depois do governo Timorense ter recusado a proposta do consórcio liderado pela companhia australiana Woodside, alegando que estava implícito na proposta a construção da plataforma flutuante de GNL (Hassan, 2010). A Tailândia é outro país desta organização com que Díli tem vindo a reforçar a cooperação desde 2009⁶⁰³. O Memorando de Entendimento acordado pelo Ministro do Petróleo e Recursos Naturais de Timor-Leste, Alfredo Pires e pelo Ministro da Energia da Tailândia, Pongsak Ruktapongsial visava reforçar a cooperação no desenvolvimento do sector energético timorense, a construção de infra-estruturas e a formação para a exploração, produção e comércio de petróleo. Além do acordo entre governos, as empresas petrolíferas dos dois países também assinaram acordos de cooperação no sector da formação e negócios. Para o governo de Timor-Leste, a cooperação com a Tailândia é importante para apoiar o projecto Tasi Mane que tem como principal objectivo desenvolver a costa sul do país através da indústria petrolífera e que inclui a construção de três grupos industriais: a base de fornecimento do Suai, a refinaria e um grupo de indústria petroquímica em Betano e uma exploração de gás (Governo de Timor-Leste, 2013).

A segunda participação de uma *guaban* chinesa em Timor deu-se no sector eléctrico, pela companhia chinesa Nuclear Industry 22nd Construction (CNI22). A 24 de Outubro de 2008, o Ministério das Infra-Estruturas Timorense assinou um contracto com a CNI22, de mais de 360 milhões de dólares⁶⁰⁴, para construção da rede nacional de transmissão de energia eléctrica (630 quilómetros, cobrindo parte dos 13 distritos todo território), com a implementação de novas linhas de alta tensão de 110/20 KV e a construção de 10 subestações eléctricas em Díli, Manatuto, Baucau, Lospalos, Viqueque, Same, Suai, Maliana e Liquiçá. O contracto com a CNI22 representou um dos maiores

⁶⁰³ A Tailândia iniciou a cooperação com Timor com a assinatura de um acordo para a criação do plano timorense para os hidrocarbonetos e estudos relacionados.

⁶⁰⁴ Desse valor, cerca de 91 milhões era para as centrais e outras instalações e cerca de 270 milhões para cablagens, subestações e outras instalações (Governo de Timor-Leste, 2013a).

investimentos do governo timorense e o maior projecto a ser delegado a uma empresa chinesas na ilha. Este englobava a construção de duas centrais eléctricas de combustível pesado, uma a norte do território, em Hera/Manatuto, com uma potência de 120 MW e outra na costa sul, em Betano/Same, com uma potência de 60 MW.

Este acordo tornou-se controverso pela forma como foi realizado o contracto e as consequências ambientais que podiam afectar o país com a construção das centrais eléctricas em segunda mão movidas a óleo pesado, em particular devido chuva ácida, poluição das águas, resíduos sólidos tóxicos, partículas de poluição do ar e emissões de gases com efeito estufa. Elementos da oposição política, ambientalistas⁶⁰⁵ e organizações não-governamentais, como a La'o Hamutuk criticaram a falta de efectividade de utilizar este tipo de combustível que não era produzido em Timor, obrigando “*um país rico em gás natural, a importar combustíveis pesados pelo menos por três décadas para a manutenção das centrais eléctricas, que para além de serem dotadas de uma tecnologia difícil de administrar, em muitos países já foram suprimidas por razões ambientais*” (La'o Hamutuk, 2009, p. 2), e o sigilo e as possíveis irregularidades contratuais. A licitação foi caracterizada como incomum pelo tempo permitido para a apresentação das expressões de interesse e propostas ter sido apenas de três semanas. Foi considerado um período muito curto para que possíveis proponentes conseguissem gerar propostas para um projecto caro e complexo. Responderam 15 empresas internacionais, no entanto, uma das empresas não conseguiu ser classificada por causa da sua apresentação tardia. Das restantes 14 empresas, nove não cumpriam a proposta completa e cinco foram seleccionados como satisfazendo os termos de referência. As empresas seleccionadas foram submetidas a um comité que incluía um consultor internacional em representação do Ministério das Finanças, um consultor internacional representando o Ministério das Infra-estruturas, dois engenheiros eléctricos comissionado como independente e, consultores internacionais (um da Indonésia e um de Singapura). Depois de ser avaliada a capacidade de resposta aos critérios satisfeitos, duas empresas foram consideradas por atender todos os objectivos traçados, critérios e termos de referência da proposta inicial, e o resultado final foi o contrato ser adjudicado à companhia chinesa.

⁶⁰⁵ Destaca-se acções do activista social e ambiental Rui Pinto e os artigos publicados no seminário *Kla'ak Semanal*, em Fevereiro de 2009, sobre construção das centrais eléctricas.

Depois de ter sido acordado o contracto e de ter sido lançada a primeira pedra para construção da Central Eléctrica de Hera, no início de 2010, tendo em consideração os resultados de um relatório⁶⁰⁶ executado pela companhia italiana Electroconsult e Bonfica, o governo timorense retirou responsabilidade para a construção das centrais à CNI22 e contratou uma empresa indonésia, a Puri Akraya Engineering Limited para terminar o trabalho (Murdoch, 2010).

4.5.4. O Comércio Bilateral China-Timor Leste

O comércio é um elemento que está na base da relação entre a China e Timor e que tem permanecido ao longo dos séculos. Na busca do sândalo, e posteriormente de escravos mercadores chineses aportaram a ilha no século XIII, tendo sido aberto na dinastia Ming a primeira rota comercial directa entre os dois territórios (Gun, 1999, p. 56). Embora o comércio deste recurso já fizesse parte de um circuito de comércio que ligava Timor à costa de Java, depois à Índia e à China, foi durante esta dinastia chinesa que os marinheiros chineses abriram uma rota marítima directa para a ilha. A forma como o comércio do sândalo era exercida obrigou-os a permanecerem no território, pelo diálogo que tinham de realizar com os habitantes na compra deste produto e para aguardar que a madeira fosse cortada e transportada para a costa. Os mercadores chineses também estiveram envolvidos no comércio de escravos timorenses destinados ao mercado de Batávia e de Macau e, logo a seguir ao sândalo, era uma das mercadorias mais lucrativas (Gun, 1999, p. 50). Durante o governo português no território, a actividade comercial foi controlada pela comunidade chinesa residente no território originando, muitas vezes, hostilidade e desconfiança da comunidade timorense. Ainda antes de Timor-Leste se tornar uma Estado independente, Pequim procurou avaliar as possibilidades futuras de comércio, enviado ao território uma delegação económica e comercial dirigida pelo Vice-Ministro do Comércio Externo e

⁶⁰⁶ De acordo com a informação disponibilizada pela La'o Hamutuk (2012), o relatório apontava que “a empresa chinesa não tinha nenhum processo formal de queixas, não tinha voltado a plantar em áreas livres, não tinha sequer um plano para gerir os resíduos sólidos, não estabeleceu zonas limites entre zonas residenciais e o projecto e não tinha cumprido os requisitos para conter o lodo, tapume para o óleo e a gordura, instalações sanitárias ou tratamento de resíduos. A empresa estava muito abaixo do nível exigido para o término das instalações até Dezembro de 2011”.

Cooperação Económica da China, em Março de 2000 e dois anos depois, pela Associação Chinesa de Promoção do Comércio Internacional que veio a participar nas comemorações da independência de Timor-Leste (Xinhuanet, 2002b).

Apesar do longo contacto comercial, o comércio bilateral sino-timorense manteve-se muito insipiente até 2007 e assente nas exportações chinesas para Timor (Cf. Tabela XXXVI). Em 2005, o comércio bilateral foi apenas de 1,27 milhões dólares, com a totalidade desse valor a reflectir as exportações chinesas para Timor-Leste, compostas principalmente por peças de vestuário, bolsas, artigos de uso diário, produtos eléctricos e mecânicos e materiais de construção. Em 2006, o volume comercial aumentou para USD\$ 16,75 milhões, graças às importações chinesas do território, que pela primeira vez, vão ter uma participação superior às exportações chinesas no comércio bilateral. Nesse ano a China importou café e gás natural liquefeito⁶⁰⁷. Em 2006, uma empresa de comercialização de produtos petrolíferos de Timor Leste, a Ta Fui Oil, abriu uma delegação em Macau para aproveitar as oportunidades das necessidades energéticas chinesas e utilizar a RAEM como plataforma de ligação e vender de petróleo e de gás natural à China (Macauhub, 2006). Ainda que a importação de GNL se tenha limitado a 2006, o café tem vindo a tornar-se um dos principais produtos timorenses exportados para a China, sobretudo para o sul do território chinês. A RAEM está a desempenhar um papel importante para ampliação dos laços económicos entre Timor e a RPC, representando uma porta de exportação de produtos e empresas timorenses para a China. Timor tem aproveitado a supressão de taxas alfandegárias sobre os produtos que entram no território através de Macau, para apostar na exportação do café para o mercado chinês⁶⁰⁸, um mercado em que o consumo do café está a aumentar e a tomar o lugar do chá, em particular nas cidades.

⁶⁰⁷ Informação disponibilizada pela embaixada Chinesa em Timor-Leste, 6 de Fevereiro de 2009.

⁶⁰⁸ A abolição das taxas alfandegárias sobre o café procedente de Macau estava incluída no terceiro suplemento do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre a China Continental e Macau (CEPA), que entrou em vigor no início de 2007.

Tabela XXXVI. Comércio bilateral China-Timor, 2003-2011

| Ano | Exportações Chinesas (milhões USD) | Importações Chinesas (milhões USD) | Saldo Comercial (milhões USD) | Total (milhões USD) |
|-------------|--|--|---|-------------------------------|
| 2003 | 1,07 | 0 | 1,07 | 1,07 |
| 2004 | 1,71 | 0 | 1,71 | 1,71 |
| 2005 | 1,27 | 0 | 1,27 | 1,27 |
| 2006 | 5,79 | 10,96 | - 5,17 | 16,75 |
| 2007 | 9,46 | 0,05 | 9,41 | 9,51 |
| 2008 | 9,43 | 0,11 | 9,32 | 9,53 |
| 2009 | 23,26 | 0,02 | 23,24 | 23,28 |
| 2010 | 42,83 | 0,25 | 42,58 | 43,08 |
| 2011 | 70,43 | 1,74 | 68,69 | 72,17 |

Fonte: National Bureau of Statistics of China, *China Statistical Yearbook*, <http://www.stats.gov.cn/>, vários anos

Em 2007, assistiu-se a uma quebra no crescimento do volume do comércio bilateral mas que foi retomado em 2008 e expandido a partir de 2009. Nesse ano, o comércio bilateral atingiu um valor recorde de USD\$ 23,28 milhões, duplicando em 2010 e alcançando os 72,17 milhões dólares, em 2011. O crescimento contínuo do comércio bilateral deve-se ao aumento das exportações chinesas para Timor que, entre 2009 e 2011, cresceram respectivamente, de USD\$ 23,26 para USD\$ 70,43. Todavia, também tem-se vindo a verificar um aumento das importações chinesas, fruto do incentivo dado pelo governo Chinês às exportações timorenses através da concepção de tarifas preferenciais. O acordo firmado entre os dois governos em Janeiro de 2009, inclui a isenção de tarifas alfandegárias, para a exportação de 278 produtos timorenses para o mercado chinês. Este acordo poderá permitir a alteração da estrutura do comércio bilateral, nomeadamente com as exportações de pescado e de alimentos para a China.

Os investimentos chineses em Timor-Leste são principalmente de empresários em nome individual que aproveitaram a presença da comunidade internacional de apoio à manutenção da paz do país para abrir hotéis, postos de gasolina, supermercados, restaurantes e bares. Alguns empresários também estão interessados nos recursos naturais de Timor-Leste, apostando na agricultura, na pesca e na indústria mineira. No início de 2009, os investimentos chineses alargaram-se ao sector de novas tecnologias, com a Companhia Telecom Chinesa ZTE a acordar com a Timor Telecom em ampliar o sistema

das comunicações móveis existente. O projecto terminado em Agosto de 2010, permitiu à Timor Telecom assegurar o acesso total de banda larga sem fios a todo o território (Macauhub, 2009b).

O Turismo patenteia-se como um sector possível para futuras oportunidade de investimento. O governo timorense tem, desde 2003, tentado promover a ilha como destino alternativo ao ecoturismo no sudeste asiático. Apesar de Pequim ainda não ter concedido o estatuto de destino turístico aprovado, Timor tem participado nas feiras internacionais de turismo na RPC e em Macau para captar a atenção de turistas chineses⁶⁰⁹. A participação timorense visa a divulgação do País como destino turístico e também aliciar investimentos para o sector, especialmente para a construção de infra-estruturas turísticas na ilha. Dentro dos projectos firmados destaca-se a construção do complexo turístico Timor Plaza, em Tasi Tolu, e do primeiro centro comercial em Timor perto da ponte de Comoro, pelo Jape Group Australia, uma companhia pertencente a uma família sino-timorense. Considerando que a China será, em 2020, o quarto maior mercado emissor turístico mundial, o turismo poderá vir a ser “*uma alternativa ao petróleo*” e uma forma para ampliar a cooperação entre os dois países.

4.5.5. A Cooperação Chinesa em Timor-Leste

A cooperação chinesa com Timor-Leste foi iniciada antes da independência deste país lusófono. Em Julho de 2000, na sequência da visita, em Janeiro desse ano, do Presidente do Comité de Resistência Nacional de Timor-Leste Xanana Gusmão⁶¹⁰, foi assinado o primeiro acordo de cooperação económica e técnica para a agricultura e pesca com Pequim no valor de USD\$ 6 milhões (Globalsecurity.org, 2000). O acordo traduzido no envio de equipamento agrícola e de pesca e do apoio de técnicos chineses para ensinar

⁶⁰⁹ Como exemplos elucidativos salienta-se a participação de Timor, em 2010, no 60.º aniversário da PATA (*The Pacific Asia Travel Association*) e na Conferência Anual da Organização, em Pequim. E em Macau, na Exposição Internacional *Pacific Asia Travel Association*, com objectivo de promover o país como destino turístico junto dos operadores turísticos e potenciais investidores, tendo sido recebidos 386 visitantes no pavilhão de Timor-Leste

⁶¹⁰ Xanana reuniu-se com Hu Jintao e o Ministro de Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan, e para além da China, visitou também a Malásia, a Tailândia e a Coreia.

os timorenses e assegurar o seu funcionamento, foi remetido para o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), tendo sido posteriormente integrado no Departamento de Agricultura e repartido pelos vários distritos timorenses.

Já como Estado soberano e à semelhança de outros países lusófonos que foram atravessados por uma guerra civil, tal como Angola, Pequim tem vindo a apoiar financeiramente a reconstrução do país, sobretudo das infra-estruturas físicas (edifícios públicos e outras instalações) destruídas pelas milícias timorenses e pelos indonésios, e através de donativos financeiros e materiais. O Professor Doutor Almeida Serra do Instituto Superior da Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Serra, 2004) refere que, cerca de 30% das construções do país foram destruídas em 1999, sendo o grau de destruição desigual entre as várias regiões do território: a zona central, correspondente à Diocese de Baucau, foi a menos destruída, enquanto a ponta leste da ilha, a zona perto da fronteira com Timor Ocidental e as zonas de Manatuto e Dili foram as mais atingidas. Em Dili foram destruídos todos os edifícios públicos com excepção do chamado “Palácio do Governo”⁶¹¹.

Até o início de 2009, em termos de assistência financeira, a China garantiu cerca de 50 milhões de dólares a Timor⁶¹², e apesar de ser um valor reduzido comparado com os outros países doadores, o financiamento a projectos simbólicos e outras iniciativas de grande visibilidade está a permitir que amplie o seu prestígio junto dos líderes timorenses. Pequim iniciou a sua assistência, financiando a construção de dois projectos de grande visibilidade na capital timorense: a sede do Ministério de Negócios Estrangeiros e o Palácio Presidencial⁶¹³. O primeiro, um edifício grandioso no valor de USD\$ 7 milhões, com uma área de 6700 m² foi edificado numa das zonas mais emblemáticas da capital, construído a partir de Março de 2006 e terminado no início de 2008. O segundo edifício, uma construção avaliada em USD\$ 6 milhões, foi construído numa área de 6700 m², a partir do final de 2007. A sua inauguração, a 18 de Agosto de 2009, coincidiu com as comemorações dos dez anos do referendo que marcou a escolha timorense pela

⁶¹¹ O “Palácio do Governo” era o edifício onde se encontrava o topo das forças executivas indonésias em Díli.

⁶¹² Informação disponibilizada pelo Conselheiro Económico e Comercial Huang Dengping da Embaixada chinesa em Díli, em 9 de Março de 2009.

⁶¹³ *Ibid.*

independência do território. Para além destes dois edifícios que representam as mais impressionantes construções da capital, quer pelo seu tamanho quer pela estrutura e localização central, o governo chinês também apoiou a construção do Cemitério dos Mártires e do Monumento da Paz, a renovação do Palácio das Cinzas e da Praça Central e o projecto de escola primária em Dili⁶¹⁴.

Em apoio aos objectivos do governo Timorense de melhoramento das infra-estruturas nacionais⁶¹⁵ e na sequência da visita do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão à China, em Outubro de 2009, o governo chinês concedeu mais USD\$ 4,4 milhões para a recuperação de infra-estruturas (Macauhub, 2009e). As empresas chinesas, como a China Metallurgical Group Corporation (MCC) e a Shandong Foreign Economic and Technical Cooperation, competindo com as da Coreia do Sul, Malásia, Indonésia e de Singapura, e tal como em Angola, têm participado na reconstrução e desenvolvimento das infra-estruturas de Timor, tais como edifícios públicos, hospitais e estradas. Segundo o Embaixador timorense em Pequim, Olímpio Branco (Diário Económico, 2007), a companhia estatal MCC está desde 2002, através da sua subsidiária China Metallurgical Corporation Limited, a participar em obras de pequeno vulto em Timor-Leste. Em Outubro de 2007, ganhou um concurso público para a construção de um hospital no distrito de Suai, um projecto financiado na íntegra pelo orçamento de Estado timorense, que faz parte da política de reabilitação da rede hospitalar timorense e que engloba a construção de seis hospitais responsáveis pela prestação de cuidados secundários e cirúrgicos, em todo o país. A China Shandong International Economic & Technical Cooperation Corporation (SIETC), uma companhia aprovada pelo Conselho de Estado, em 1984, e dirigida pelo Governo Popular da Província de Shandong, está também envolvida na reconstrução de infra-estruturas de Timor, tendo orientado a construção do projecto financiado pelo governo chinês e elaborado pela China United Engineering Company, do novo edifício do Ministério de Negócios Estrangeiros, em Dili.

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da China Wu Dawei visitou Timor-Leste, de 29 a 31 de Janeiro de 2008. Durante a sua estadia foram rubricados acordos de

⁶¹⁴ *Ibid.*

⁶¹⁵ O governo timorense ano considerou 2009, o “ano do arranque da construção das infra-estruturas necessárias ao país” (Governo de Timor-Leste, 2013c).

cooperação económica e técnica no valor de USD\$ 1,57 biliões, tendo sido também acordado o projecto a ser financiado e construído pelo governo chinês, no valor de USD\$ 10 milhões, que englobava o edifício para a sede do Ministério da Defesa e do Quartel-General das Falintil – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) em Dili e um bairro militar com cem casas para os militares das F-FDTL, em Metinaro⁶¹⁶. O edifício com alas conjuntas para o Ministério da Defesa e do Quartel-General das F-FDTL, inaugurado no ano que se celebrava o 10.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, a 3 de Abril de 2012, foi construído pela companhia estatal China IPPR International Engineering Corporation na artéria urbana que liga o centro da capital ao aeroporto Internacional de Dili (Governo de Timor-Leste, 2011)⁶¹⁷.

A cooperação militar chinesa com o governo timorense, desenvolvida desde 2002, traduz-se na doação de material logístico de defesa e na formação de militares timorenses na China. Nesta cooperação, a RPC não está sozinha, mas em comparação com outros países como os EUA⁶¹⁸, a Austrália, Portugal e o Brasil, possui uma pequena participação na assistência militar às F-FDTL, que correspondeu até ao início de 2009, a USD\$ 1,8 milhões, englobando o fornecimento equipamento, incluindo tendas, uniformes e veículos militares, e formação nas academias e escolas militares chinesas de 20 oficiais timorenses⁶¹⁹. Em Abril de 2008, o governo timorense comprou à companhia chinesa de defesa, Poly Group, dois navios patrulha costeira de Classe Xangai III. O contracto também contemplou a formação técnica no Estaleiro Politécnico de Dalian, de 36 militares timorenses da Componente Naval das Forças de Defesa para integrar as tripulações das novas embarcações adquiridas. Segundo Loro Horta⁶²⁰, a compra foi vista com grande apreensão pelo governo australiano, face à crescente influência chinesa em Timor, um

⁶¹⁶ Cada casa tem três quartos, duas salas, cozinha e casa de banho e foram construídas, a cerca de 40 quilómetros a leste de Díli, e foram entregues ao governo timorense a 29 de Agosto de 2011 (Macauhub, 2011f).

⁶¹⁷ Este edifício abrange uma área de 16.300 m² e uma área bruta de construção de 5752 m², na zona de Comoro, a poucos metros da Presidência da República.

⁶¹⁸ Os EUA tem utilizado o “*smart power*” para expandir a sua influência em Timor, utilizando a sua marinha na em projectos de assistência humanitária, como na construção de escolas, reparação de estradas e apoio às autoridades locais. Desde 2008, a marinha americana tem vindo a aumentar a sua presença no país, e a realizar os exercícios com Timor-Leste (Exercícios Crocodilo). Em 2010, realizaram durante cinco dias, um exercício de resgate que englobou três navios de guerra americanos e 1500 *marines*.

⁶¹⁹ Informação disponibilizada pelo Conselheiro Económico e Comercial Huang Dengping da Embaixada chinesa em Díli, em 9 de Março de 2009.

⁶²⁰ Entrevista a Loro Horta, Díli, Fevereiro de 2009.

território que faz parte da sua área estratégica de interesse e do seu “*arco de protecção*” (2006, p. 7)⁶²¹. Esta apreensão é aparentemente observável pelas críticas ao projecto Force 2020 e à compra das embarcações por analistas e líderes políticos australianos, como o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália Alenxander Downer que qualificou o projecto timorense de totalmente irrealista e criticou a compra dos navios pela falta de viabilidade em termos de defesa (Dodd, 2007). Durante anos, Timor solicitou por diversas vezes o apoio australiano e da comunidade internacional para estabelecer a sua guarda costeira, mas desde o início, o seu “*vizinho do sul*” mostrou-se relutante ao estabelecimento de qualquer força naval, propondo pelo contrário, o patrulhamento da costa timorense pela Força de Defesa Australiana durante as negociações sobre o campo de gás Greater Sunrise (Murdoch, 2010)⁶²². A aquisição das embarcações chinesas veio permitir duplicar os meios navais das F-FDTL compostos, até ao momento, por duas lanças de fiscalização de classe Albatroz oferecidas pelo governo português e estava prevista no relatório e projecto “Force 2020” de 2006. Na óptica australiana representou o preenchimento de um vazio de poder que a Austrália ansiava ocupar, enquanto na óptica timorense significou a afirmação de soberania materializada na capacidade (mesmo que residual) de patrulhar as suas águas territoriais e a sua ZEE⁶²³.

A 20 de Julho de 2011, durante a visita a Timor do Vice-Ministro do Comércio chinês Jiang Yao Ping foram assinados dois acordos destinados a reforçar a ajuda chinesa em Timor-Leste e expandir a cooperação chinesa em projectos de construção de infra-estruturas no território. Pequim tem continuado a financiar edifícios públicos estrategicamente localizados nas zonas centrais de Dili, como a construção do Centro de Estudo Diplomático a última oferta do governo chinês ao governo timorense. Esse centro está a ser construído pela empresa estatal China IPPR International Engineering

⁶²¹ No Livro Branco da Defesa da Austrália de 2009 (Australian Government, 2009, p. 34 e 35), a China é apresentada como uma possível ameaça futura ao declínio da influência americana na região. Cambera destaca a segurança, estabilidade no Pacífico Sul e em Timor como uma grande prioridade, prevendo a possibilidade de assistência humanitária e de segurança à instabilidade nesses territórios, incluindo a sua presença militar.

⁶²² Entrevista a Loro Horta, Dili, Fevereiro de 2009.

⁶²³ Em 2011, Coreia do Sul ofereceu ao governo de Timor-Leste três navios de patrulha, que foram baptizados de Kamenassa, Dili e Hera. Segundo o capitão de mar-e-guerra Donaciano Gomes (Defense Studies, 2011), estas novas unidades navais vieram “*reforçar a independência e a soberania de Timor-Leste sobre as suas águas nacionais*”

Corporation no mesmo quarteirão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e permitirá a formação dos diplomatas timorenses “*para que melhor possam servir os interesses do país através da diplomacia*” (Ministério de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, 2010),

Rivalizando com Cuba, Pequim tem, desde 2002, cooperado na área de saúde com Timor-Leste através do envio de equipas médicas para trabalhar no Hospital de Díli e nos distritos⁶²⁴, com doação de medicamentos e de ambulâncias. Para além da cooperação na saúde, Pequim tem apoiado o desenvolvimento dos recursos humanos timorenses através de programas de apoio bilaterais e de acordos estabelecidos em encontros no Fórum de Macau⁶²⁵. Para Timor, este Fórum tem sido um instrumento para reforçar a cooperação comercial com Pequim e aceder aos instrumentos de apoio lançados nos vários planos de acção dos Reuniões ministeriais do Fórum. Em termos de formação técnica, no período compreendido entre 2007 e 2008, 359 funcionários e técnicos timorenses participaram em 149 colóquios e cursos de formação organizados na RAEM e na China⁶²⁶.

A reforçar o apoio à formação de quadros qualificados para Timor, Pequim tem oferecido bolsas de estudos universitários a nacionais timorenses em áreas como economia, tecnologia de informação e agricultura⁶²⁷. De acordo com a embaixadora Timorense em Pequim, Vicky Tchou (Fernando, 2011), desde 2005 tem sido concedidas anualmente entre seis a oito bolsas de estudo e, em 2011, estavam a estudar 26 alunos timorenses em várias universidades chinesas.

Timor-Leste, considerado em 2005 pela Nações Unidas um “*caso de sucesso*” da reconstrução de Estados, foi atravessado por uma crise interna de extrema violência em 2006, que provocou o deslocamento e a criação de campos de refugiados timorenses em Díli. Cerca de 180 mil timorenses, pelo receio de violência ou simplesmente porque as suas casas foram destruídas, procuraram protecção e alimentos na capital. O governo chinês,

⁶²⁴ O Embaixador chinês Fu Yuancong (2010), na reunião anual dos parceiros de Desenvolvimento em Timor-Leste advogou que, até finais de 2009, a equipa chinesa tinha realizado mais 20 mil consultas e 1800 operações.

⁶²⁵ Enquadrado na cooperação na área da saúde pública de acordo com o Plano de Acção assinado durante a 2.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, foram entregues medicamentos para o combate anti-malária no valor de 73 mil dólares.

⁶²⁶ Informação disponibilizada pelo Conselheiro Económico e Comercial Huang Dengping da Embaixada chinesa em Díli, em 9 de Março de 2009

⁶²⁷ Informação disponibilizada pelo Embaixada chinesa em Díli, em 9 de Fevereiro de 2009.

perante a situação de crise humanitária sentida no país, em Setembro de 2006, assinou um protocolo com o governo timorense de Cooperação Económica e de Assistência e doou 3000 toneladas de arroz e 500 toneladas de óleo⁶²⁸. Para lidar com as crises alimentares que tem atravessado o país e atender às necessidades mais básicas da população, Pequim além das contínuas doações de alimentos⁶²⁹, tem fornecido assistência ao desenvolvimento a Timor-Leste que passa por apoiar o fomento o desenvolvimento da agricultura.

Em 2005, os dois governos firmaram um acordo de cooperação económica e um projecto de introdução do arroz híbrido, que possibilita maiores volumes na colheita deste cereal que está na base alimentar do país lusófono. Em Janeiro 2008, teve início a primeira fase do projecto, com a formação de agricultores e abertura de uma fazenda-piloto de seis hectares em Manatuto. Em Fevereiro de 2010, perante os resultados positivos obtidos na primeira fase do projecto e a pedido do governo do Timor-Leste, foi implementada a segunda fase do projecto com a ampliação da área de cultivo para mais de 100 hectares, a continuação da formação técnica e a divulgação do arroz híbrido. O apoio técnico e a formação dada pelos especialistas agrícolas chineses e dirigida pelo Conselheiro de Departamento Económico e Comercial e Vice-presidente da companhia Longping High-Tech Zhou Dan, Ding Tian está a permitir que os agricultores timorenses adoptem novos hábitos de cultivo e consigam obter simultaneamente mais que uma colheita anual com um volume superior de produção de arroz. De acordo com o Ministro da Agricultura e das Pescas de Timor (Ministry of Agriculture of the PRC, 2009) a cooperação na agricultura pelo governo chinês permitiu ampliar a produção, entre 2008 e 2009, de 2 toneladas para 12 toneladas. E em 2011, a formação de mais de 1000 agricultores timorenses.

⁶²⁸ *Ibid.*

⁶²⁹ Para cobrir a carência alimentar provocada pelo mau ano agrícola de 2009, o governo chinês doou mais 5 mil toneladas de arroz a Timor-Leste (Macauhub, 2011d).

CONCLUSÃO

长风破浪会有时，直挂云帆济沧海

*I will mount a long wind some day and break the heavy waves
And set my cloudy sail straight and bridge the deep, deep sea*

Li Bai (李白), *The Hard Road* (行路难)

O Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, durante a visita à exposição intitulada *O Caminho em Direcção ao Rejuvenescimento* patente no Museu Nacional da China, a 29 de Novembro de 2012, empregou no seu discurso várias frases de Mao Zedong e citou o poema *The Hard Road* de Li Bai. Com este poema de um poeta da Dinastia Tang, Xi Jinping sugeria que, após 170 anos de luta depois da Guerra do Ópio, a RPC mostrava-se “*confiante e capaz*” de atingir o seu objectivo de rejuvenescimento (*Zhenxing*) ou de revitalização (*fixing*), um dos maiores sonhos da nação chinesa na história moderna. Desde esse momento, o Secretário-geral e actual Presidente da China tem utilizado nos seus discursos públicos a referência ao “*sonho chinês*” e enfatizado que o objectivo principal de seu governo é a realização do “*sonho chinês*” de uma “*grande revitalização da nação chinesa*” (*zhonghua minzu weida fixing*)

A utilização de frases e de conceitos é uma prática que pode ser observada nos líderes das várias gerações chinesas e que define os objectivos ou as acções orientadoras dos seus governos. Ao antigo Presidente Jiang Zemin associa-se a “Teoria das Três Representações” (*Sāngè Dàibiǎo*) e a Hu Jintao os conceitos de “sociedade harmoniosa” (*héxié shèhuì*) e do “mundo harmonioso” (*héxié shìjiè*) que reunidos com o conceito de “desenvolvimento científico” (*kexue Fazhan Guan*) transformaram-se nos valores mais importantes para a defesa do “desenvolvimento pacífico” da China (*Zhōngguó hépíng fāzhǎn*). Na linha do pensamento de alguns estrategas chinesas, o “sonho chinês de rejuvenescimento” pode ser compreendido como o regresso da China ao estatuto perdido de “grande poder” (*da guo*). Consideram que a China sempre pertenceu ao clube dos “grandes poderes” devido ao seu tamanho, à sua população, à sua história milenar e à sua economia e, presentemente está num processo de recuperação de seu estatuto como uma

grande potência regional e, eventualmente, como uma grande potência (*Da Guo*). Com efeito, a emergência da China, num espaço de trinta anos, como uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. Se tivermos em conta que a economia da China, desde o início do século XVI até aos inícios do século XIX, foi uma das maiores do mundo, poderemos sublinhar que a sua ascensão económica actual é mais uma das evidências que o fim da guerra-fria não marcou o “fim da História” defendido por Francis Fukuyama mas o regresso da História, com o “ressurgimento” da China como um “*Da Guo*”.

Pese embora a RPC se mostre de acordo com o Presidente Xi Jinping “*confiante e capaz*” de alcançar o seu objectivo, o seu ressurgimento é acompanhado por grandes desafios, tal como a necessidade cada vez maior de matérias-primas, recursos minerais e energéticos para continuar com o seu crescimento económico. Actualmente, a RPC, além de ser o país mais populoso do mundo e a segunda maior economia do mundo, é também um dos principais consumidores mundiais de vários produtos primários, agrícolas, minerais e energéticos. No Verão de 2010, retirou a liderança aos EUA e passou a ser o maior consumidor mundial de energia. O crescimento da economia chinesa, a acelerada industrialização e urbanização foram sucedidos por um consumo energético de grande intensidade que não foi acompanhando pela produção interna, criando uma grande pressão no fornecimento energético. Desde os anos 90, que o crescimento da economia chinesa, a um ritmo de cerca de 10% ao ano, é escoltado por um aumento do consumo de energia que não é colmatado pela produção interna, impulsionando o país a depender cada vez mais de fontes energéticas importadas, nomeadamente de petróleo, gás e carvão.

A China é um país com vastos recursos energéticos, possuindo as terceiras maiores reservas de carvão do mundo, as segundas maiores reservas de petróleo e de gás da Ásia-Pacífico. Os seus recursos energéticos estão distribuídos pelo território de forma desigual, com o carvão localizado, principalmente, na parte norte da região central e ocidental do território, as hidroeléctricas no sudoeste e o petróleo e o gás natural no leste, centro e oeste e ao longo da costa chinesa. Enquanto algumas províncias, designadamente Sichuan, são capazes de produzir vários tipos de energia primária, outras como as do litoral são carentes em termos de energia. As maiores áreas consumidoras de recursos energéticos são principalmente as costeiras, no sudeste do território, onde a economia é mais desenvolvida.

A diferença na localização entre áreas produtoras e consumidoras tem conduzido a uma estrutura básica do fluxo de energia na China com o transporte, em grande escala e a longas distâncias, do carvão e do petróleo do norte para o sul e a transmissão de gás natural e de electricidade de oeste para este. Apesar da RPC se ter transformado no maior consumidor de energia do mundo, o seu consumo de energia em termos *per capita* é inferior aos EUA, representando cerca de três quartos da média mundial. O *mix* energético chinês é dominado pelo consumo de carvão, seguido pelo petróleo e não obstante Pequim estar a encetar esforços e a estabelecer metas para aumentar o consumo de energia combustível não fóssil, as fontes hidroeléctricas, o gás natural, a energia nuclear e outras energias renováveis ocupam ainda uma pequena percentagem na sua matriz energética.

As políticas de energia do governo chinês são dominadas pela crescente demanda por petróleo e pela dependência de importações desta *commodity* de países longínquos. A China foi até 1993, um exportador líquido de petróleo, todavia desde essa data e apesar da estratégia “estabilizar o oriente, explorar o ocidente e desenvolver o *offshore*” (*wenzhu dongbu, kaifa xibu, fazhan haishang*) estar a permitir aumentar a produção interna, a diferença entre produção e o aumento de consumo interno, impeliu Pequim a subir no *ranking* dos maiores importadores mundiais de petróleo. Em 2006, já ocupava o terceiro lugar e três anos depois, ultrapassou o Japão e elevou-se a segundo maior importador mundial de petróleo. A RPC é o quinto maior produtor deste “*recurso estratégico*”, todavia a sua produção não é suficiente para assegurar o consumo interno, com cerca de 55% do petróleo consumido no país oriundo do exterior. De acordo com os cenários mundiais futuros projectados pela EIA, em 2035, Pequim poderá vir a importar 12 milhões de barris por dia, aumentando a sua dependência externa para 75%, que representará o maior incremento na demanda de petróleo mundial e permitirá suplantará os EUA como maior consumidor de petróleo do mundo.

O contínuo consumo de petróleo tem sido impulsionado pela crescente demanda de matérias-primas petroquímicas, pela procura de combustíveis para o transporte de mercadorias e para o crescente número de veículos particulares, salientando-se que em 2009, a China ultrapassava os EUA e era já o maior mercado de automóveis do mundo. A necessidade contínua das importações desta *commodity* é uma vulnerabilidade estratégica para as autoridades chinesas, e os riscos e as ameaças associados a essa dependência como

uma eventual escassez da oferta ou um aumento acentuado nos preços do petróleo são questões de grande preocupação para o governo. Essas preocupações reflectem-se no conceito de segurança energética chinesa que inicialmente era dominado uma visão tradicional e realista da segurança energética. A segurança energética chinesa tendia a ser centrada no Estado, focada no fornecimento energético e a insegurança provinha da dependência externa, especialmente do petróleo. O objectivo da segurança energética (*Negyuan Anquan*) era assegurar aprovisionamento adequados e contínuos de petróleo para a China a longo prazo e as recomendações acarretadas enfatizavam a diversificação das fontes de fornecimento e de infra-estruturas de transporte para diminuir o risco de possíveis embargos e de outros riscos e ameaças.

A possibilidade da China vir a ser afectada por interrupções do fluxo energético advém do facto das importações de petróleo estarem concentrados num número restrito de países localizados em zonas instáveis e volúveis. Desde 1993, o Médio Oriente é a principal região fornecedora de petróleo, enquanto a África Ocidental tem vindo gradualmente a torna-se na segunda maior região. A potenciar ainda mais a insegurança energética do segundo maior consumidor de petróleo, as suas importações são maioritariamente transportadas por via marítima e cruzam regiões marítimas onde a instabilidade grassa, tal como a pirataria. A China tem sido tradicionalmente uma epirocracia mas, à medida que o país se está a integrar na economia global, cada vez mais dependente de fontes de aprovisionamento longínquas que obrigam ao recurso a extensas rotas marítimas de abastecimento, está a expandir o seu poder marítimo. A marinha chinesa já não se encontra unicamente preocupada com a defesa da costa e está substituir, no Oceano Índico, as embarcações de expedição do eunuco Zheng He. Pequim, em vez de recolher tributos e comercializar seda e porcelana, está a negociar portos, estradas, caminhos-de-ferro, oleodutos e gasodutos que permitam a segurança marítima das suas importações energéticas e a criar alternativas de transporte de energia para a China. Esta estratégia inserida na diplomacia energética para os países dos corredores de transporte terrestres e marítimos, poderá permitir o renascer da antiga rota da Seda como uma actual rota de energia para a China.

À medida que Pequim ultrapassa a sua zona económica exclusiva de 200 milhas e expande a sua influência para os Oceanos Pacífico e Índico, desafia o poder naval dos seus

vizinhos que são igualmente grandes consumidores de energia, o Japão e a Índia. A RPC e a Índia partilham o interesse de combater a pirataria e o combate ao terrorismo, mas com o aumento da influência chinesa no Sul da Ásia e na costa africana ocidental, crescem os receios de Nova Deli no tocante ao seu vizinho asiático. A actual estratégia de “Colar das Pérolas” é competitiva com a estratégia indiana no Oceano Índico, mas está a permitir à China construir um “colar” de relações estratégicas ao longo das linhas de comunicação marítimas e com as pérolas traduzidas pela construção de portos alternativos ou o melhoramento dos existentes para servir tanto os interesses comerciais como militares chineses. Localizados estrategicamente em países por onde passam as importações de energia e de matérias-primas chinesas, estes portos tal como Gwadar no Paquistão, o Shitte em Myanmar, o Chittagong no Bangladesh, o Hambantota no Sri Lanka, o Laem Chabang na Tailândia e o Sihanoukville no Camboja, poderão vir a contribuir para uma projecção do poder marítimo chinês no Oceano Índico. A construção destas pérolas é acompanhada por investimentos nas redes de transporte existentes nestes países litorais e da sua interligação com as dos países da Ásia Central, do Sudoeste asiático e da China. Esta estratégia permite ter rotas de transporte terrestres, evitando os riscos e as ameaças associados ao “Dilema de Malaca” (*Maliujia Kunju*), especialmente a possibilidade de alguns poderes conseguirem interromper as importações marítimas à China nesse Estreito.

Em 2006, durante a Cimeira dos G8 em São Petersburgo, o Presidente Hu Jintao anunciou um conceito de segurança energética, posteriormente foi reafirmado no Livro Branco das Políticas Energéticas da China em 2012, que assenta fundamentalmente na cooperação mutuamente benéfica e tem por base os princípios da igualdade, reciprocidade e de benefícios mútuos. Esta cooperação entre os países consumidores e entre países consumidores e produtores é importante para as estratégias assumidas pelos Estados para a sua segurança energética. Os países consumidores, como a Índia e o Japão, possuem objectivos em termos de energia que podem colidir com os interesses e objectivos de Pequim, nomeadamente no acesso às mesmas fontes de aprovisionamento de energia. Todavia, estes países têm tentado coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses quando perseguem os seus objectivos a nível da energia e tendem a reforçar a cooperação energética com a China.

A Índia, por exemplo, possui algumas das suas principais empresas de petróleo, como a OVL, a concorrer com empresas chinesas em países arredados da participação das companhias ocidentais, como é o caso do Irão. Neste país do Médio Oriente, ambos os gigantes asiáticos concorrem também com projectos de construção similares, como é o caso dos portos de Gwadar e de Chabahar. Com a Índia, a cooperação energética tem sido alicerçada através da “Diplomacia de líderes” de ambos os países e pela assinatura de vários Memorandos de Entendimento para apoiar as licitações e posteriores investimentos conjuntos das respectivas empresas estatais, e para colaboração das empresas ao longo de toda a cadeia de produção de hidrocarbonetos, desde o *upstream* ao *downstream*. O Japão e a China aparecem como países vizinhos rivais no nordeste asiático, competindo tal como a Índia, por projectos de energia a nível mundial mas sobretudo na Ásia. Um exemplo relevante foi a disputa, apoiada pela Rússia, da rota da ramificação do oleoduto da Sibéria Ocidental para a Ásia Oriental. Contudo, apesar das sucessivas crises político-diplomáticas que envolvem a disputa pelos campos de petróleo e de gás no mar da China Meridional, os dois países têm encetado esforços de cooperação, muitas vezes sem resultado, para a exploração conjunta de projectos energéticos conjuntos e para outras acções de interesse mútuo, como o desenvolvimento de formas de energia renováveis, a eficiência energética e a energia nuclear.

A cooperação com os países consumidores e produtores faz parte das medidas externas que Pequim está a desenvolver para a sua segurança energética. Com estas medidas, a RPC busca através da diplomacia energética (*Nenggyuan waijiao*) três objectivos, a segurança do fornecimento, a segurança do transporte e a coordenação de potenciais áreas de conflito de interesse, para três grupos de países distintos. O objectivo da diplomacia para o primeiro grupo, os países produtores de energia, é tentar alcançar fornecimentos de energia acessíveis, estáveis e seguros e ampliar as oportunidades de acesso das companhias estatais chinesas a investimentos no sector energético destes mesmos países. Para o segundo grupo, os países situados ao longo do corredor de transporte das importações chinesas, por onde atravessam as infra-estruturas energéticas terrestres e as LCM chinesas, a Diplomacia Energética tem um duplo objectivo: garantir a segurança do transporte terrestre e marítimo dos hidrocarbonetos e abrir e interligar rotas alternativas de transporte por esses mesmos e por terceiros até à China. Por último, o

terceiro e último grupo compreende países como o Japão e a Índia, cujos interesses, objectivos e estratégias em termos energéticos podem colidir com os de Pequim. A diplomacia para este grupo é designada para coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses quando perseguem os seus objectivos a nível da energia.

Conjuntamente com as medidas externas, a RPC está a desenvolver medidas internas para a sua segurança energética que são repartidas por estratégias que detém essencialmente três grandes objectivos: a diminuição e alteração do padrão actual de consumo, o incremento e desenvolvimento da produção interna de energia e a redução da insegurança institucional. Para o primeiro objectivo, Pequim defende a diversificação do consumo de fontes de energia e a aposta no consumo de energias renováveis em detrimento do consumo das energias fósseis. O segundo inclui, entre outras, três grandes metas. A primeira é o aumento da produção e exploração *onshore* e *offshore*, que em termos de petróleo, traduz-se no desenvolvimento da produção nas áreas centrais e ocidentais do território, nomeadamente em Xinjiang, Sichuan, Gansu, Mongólia Interior e no desenvolvimento *offshore* chinês, em particular a Baía de Bohai e no sul do Mar da China e, em menor escala, no mar da China Meridional. A segunda, a aposta na produção de energias alternativas e menos poluentes, salientando-se a promoção do desenvolvimento das energias renováveis e da energia nuclear. Em 2009, a RPC ultrapassou EUA como o país com a maior capacidade instalada de energias limpas. Nesse mesmo ano e no seguinte, foi o país que mais investiu neste tipo de energia e actualmente é um dos maiores produtores mundiais de turbinas eólicas e painéis solares. A terceira meta traduz-se na defesa da exploração das reservas não convencionais de gás natural especialmente o *shale gas* e o *coal bed methane*. A China possui as maiores reservas mundiais de *shale gas*, com reservas tecnicamente recuperáveis de cerca de 36 triliões de metros cúbicos, doze vezes superiores às suas reservas de gás convencionais. Estas reservas estão localizadas maioritariamente nas bacias marinhas de Sichuan e de Tarim, nas regiões sul e oeste e nas bacias do nordeste da China, e são um recurso estratégico para a sua segurança energética pois poderão permitir, a médio e a longo prazo, ampliar a contribuição deste gás não convencional no fornecimento de gás ao território. O último objectivo compreende um conjunto variado de medidas, tal como a criação das reservas estratégicas de petróleo e gás, a reestruturação da produção e distribuição do carvão no país e a reforma e centralização do

sistema de administração do sector energético. Esta última medida é apresentada como uma das causas da insegurança energética chinesa e é atribuída à grande dificuldade em encontrar um mecanismo adequado para administrar a indústria energética, devido à constante reformulação do Ministério da Energia desde a fundação da RPC em 1949. Só em 2010, com fundação da Comissão Nacional para a Energia foi criado um órgão administrativo mais abrangente para controlar e administrar de forma global e centralizada este sector, e para implementar e supervisionar as estratégias energéticas inseridas no plano estratégico chinês.

Para obter a segurança de fornecimento, uma medida defendida pelo Primeiro-Lorde do Almirantado Winston Churchill há mais de 90 anos, a RPC tem vindo a diversificar o maior número de fontes de importação, procurando reduzir o impacto de uma possível interrupção no abastecimento energético oriundo de regiões exportadoras instáveis, como as do Golfo Pérsico e de África. Pequim tem cultivado as relações com os países produtores de diferentes continentes mediante um conjunto de procedimentos que englobam as visitas de altos funcionários governamentais, o apoio financeiro, a assinatura de acordos de comércio livre e o estabelecimento de Parcerias Estratégicas (*zhanlue huoban guanxi*). Estas medidas possibilitam a criação de um ambiente favorável para que as companhias petrolíferas chinesas consigam, posteriormente, participar no sector energético desses países e sejam assinados contractos de fornecimento a longo prazo. Em 2002, a RPC lançou a estratégia *going out*, como parte importante da estratégia nacional de segurança energética, incentivando e apoiando política e financeiramente as companhias de petróleo chinesas a tentarem garantir fontes de petróleo e de gás no exterior do país, através da compra de participações em mercados estrangeiros, em explorações, perfurações e/ou refinação e a investirem na construção de refinarias, gasodutos e oleodutos fora do território chinês. O apoio financeiro traduz-se no empréstimo com condições preferenciais de bancos estatais, como o Eximbank da China e CDB, às companhias chinesas que investem no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo que muitas vezes resultam em “pacotes de oferta”. Estes têm formas diferentes consoante as políticas e o desenvolvimento económico do país receptor,

sendo os mais desenvolvidos, os pacotes com os países africanos de “empréstimos-por-petróleo” e “infra-estruturas-por-petróleo”.

Apoiadas nestes créditos dos bancos estatais, as *guaban* chinesas têm investido em diferentes áreas geográficas, conseguindo obter em troca de “empréstimos-por-petróleo” ou “empréstimos-por-gás” contractos de fornecimento de longo prazo. Ao estabelecerem parcerias estratégicas com outras companhias estatais de petróleo e companhias internacionais de petróleo, as companhias nacionais de chinesas procuram ganhar *know-how* e conhecimentos técnicos, principalmente na exploração em águas profundas, para desenvolver as reservas domésticas em águas profundas no sul do Mar da China e no Mar Meridional da China. Também estão a tentar ganhar experiência em projectos de GNL no exterior, procurando adquirir participações em projectos de liquefacção na Indonésia e na Austrália, para obter experiência em toda a cadeia de fornecimento de GNL e ficarem melhor capacitadas para atender ao aumento da procura de gás na China. Por último, apresentam-se também interessadas em investir nos recursos não convencionais tanto na China como no exterior, principalmente na extracção de metano das jazidas de carvão e do gás xistoso e nos projectos de areias petrolíferas.

O governo chinês procura a “segurança energética pela proximidade” através do fortalecimento das relações económicas e de cooperação com os países vizinhos da Ásia Central e do Sul da Ásia, com objectivo de criar um sistema alternativo de rotas terrestres e a construção de portos marítimos ao longo das LCM. Dentro dessas rotas destaca-se a construção de duas rotas terrestres transnacionais já finalizadas oriundos do Cazaquistão e da Sibéria Oriental, uma em construção em Myanmar e ainda uma em fase especulativa, no Paquistão. A importância destas infra-estruturas de fornecimento terrestre pode ser entendida, primeiramente, por representarem alternativas ao transporte marítimo com a grande vantagem de serem edificadas em países vizinhos e de não necessitarem de países de trânsito, também por estes projectos fazerem parte de um conjunto de “infra-estruturas” que Pequim está a desenvolver para criar o “*wéiqí energético chinês*”. Através de investimentos em estradas, caminhos-de-ferro, pontes, oleodutos e gasodutos, Pequim está a criar uma rede interligada de transporte e fornecimento energético que pode ser completada ou interligada a outros projectos que embora não sejam da sua iniciativa podem vir ter a sua participação, tal como os gasodutos Irão-Paquistão-Índia (IPI) e o

Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI). Neste sentido, estes projectos podem vir a apoiar a criação de uma rede de aprovisionamentos procedentes do Médio Oriente, da Ásia Sul e da Ásia Central e representam uma alternativa e um complemento aos transportados por via marítima. Na *Weltanschauung* chinesa, o Afeganistão assume uma importância estratégica para a China para poder contrabalançar a Índia e ganhar acesso na Ásia Central. Pela sua posição estratégica poderá ser transformado num *hub* energético interligando o fluxo dos recursos energéticos terrestres do Médio Oriente e da Ásia Central à China.

Depois de verificarmos no capítulo II quais eram as principais preocupações da China com a segurança energética e de no capítulo III analisarmos as medidas a nível externo adoptadas pela China para reduzir a sua insegurança energética, através da diplomacia energética para os países produtores que foram divididos em quatro áreas (Médio Oriente, Rússia e Ásia Central, África e América Latina), para os países por onde passam os corredores de energia terrestres e marítimos, e para os países cujos interesses energéticos podem colidir com os de Pequim, procuramos no capítulo IV, como corolário do nosso trabalho, relacionar e avaliar *“Como é que as preocupações da China com a segurança energética estão ligadas com a relação com os países produtores de Língua Portuguesa.”*

Os países de língua portuguesa, tal como os países africanos e os países da região árabe englobam um conjunto de países detentores de recursos energéticos pelos quais Pequim tem interesse em ampliar as relações bilaterais e multilateralmente. Para facilitar a diplomacia do petróleo multilateral, Pequim estabeleceu Fóruns de diálogo e de cooperação multilateral para os três grupos, no início dos anos de 2000. Para os Países de Língua Portuguesa criou o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PLP, em 2003, uma plataforma de diálogo que se integra na estratégia diplomática chinesa de desenvolvimento das relações de Cooperação Sul-Sul e do Diálogo Sul-Norte. O Fórum de Macau é um mecanismo da cooperação de iniciativa oficial sem carácter político que tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a RPC e os PLP, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação entre esses países e promover o desenvolvimento das relações entre RPC, Macau e os PLP.

Os PLP são um conjunto de oito países diferentes em termos de dimensão geográfica, demográfica e económica mas que possuem uma herança cultural e histórica comum: a língua Portuguesa. Se forem considerados como um grupo de países que falam a língua portuguesa representam um mercado de mais de 257 milhões de pessoas, localizado em quatro continentes diferentes, cujos países são membros de diferentes organizações regionais de cooperação económica, o que amplia as potencialidades de interesse por Pequim nesses mesmos países. Para esse mercado Pequim procura exportar os seus produtos manufacturados e, em contrapartida, procura aceder, importar e investir nos vastos recursos naturais, minerais, piscatórios, agrícolas e energéticos aí existentes. O escopo do nosso trabalho era a energia, desta forma agrupamos os PLP pelos seus recursos energéticos criando: *i*) um grupo composto por três dos oito países lusófonos que detêm reservas de petróleo (Brasil, Angola, Timor-Leste); *ii*) um grupo de três países que têm registo de petróleo embora sem ainda ter sido confirmado a viabilidade da sua exploração (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal); *iii*) um composto por quatro países que possuem reservas de gás (Brasil, Angola, Timor-Leste e Moçambique) e *iv*) um país que possui vastas reservas de carvão (Moçambique). Paralelamente aos recursos energéticos, alguns dos PLP, como o Brasil e Portugal, são importantes como fonte de *know-how* e de novos investimentos em outros sectores, nomeadamente nas energias renováveis e na produção de biocombustíveis para as companhias chinesas. Pequim aproveitou o ambiente de crise económica global para intensificar e acelerar a sua prévia estratégia de obtenção de segurança energética no exterior e utilizou as suas vastas reservas cambiais externas, estimadas em mais de USD\$ 3 triliões, para ampliar os seus investimentos no sector energético e de recursos mundiais, conseguindo obter através de “pacotes de apoio” aos países produtores, tais como a Rússia, a Venezuela e o Brasil, contractos de fornecimento de petróleo a longo prazo. No caso de Portugal, a “crise traduziu-se numa oportunidade” (*wēiji*) para ampliar a cooperação energética entre empresas portuguesas e chinesas no sector energético e para ampliar o processo de internacionalização das actividades das empresas chinesas.

O interesse do gigante asiático no mundo lusófono, explica-se por razões essencialmente económicas, como o acesso a recursos agrícolas, minerais e a mercados de exportação para os seus produtos manufacturados, garantir a presença nos mercados dos

PLP e, por meio destes aceder a terceiros mercados, utilizar a relação como forma de diversificar os negócios chineses, mas também políticas como aumentar o poder do país no cenário internacional e limitar o reconhecimento diplomático de Taiwan na arena internacional. Em termos energéticos podemos identificar especificamente três objectivos: o primeiro, aceder e explorar os recursos energéticos destes países que são importantes para dar prosseguimento à expansão da economia chinesa, e o segundo, troca e acesso a *know-how* e tecnologias de ponta necessárias para a implementação das medidas internas de segurança energética; o terceiro e último ampliar a sua acção no mercado energético mundial, reforçando a presença das suas empresas em activos energéticos em países de diferentes continentes.

As estratégias para os PLP inserem-se nas medidas externas de segurança energética com objectivo de diversificar as fontes de aprovisionamento. Apesar da relação entre estes países e a China ser muito antiga, o interesse pelo acesso aos seus recursos energéticos é recente, alicerçado sobretudo a partir de 2002. Antes de apresentarmos as principais conclusões da análise dos três estudos de casos da nossa investigação, Angola, Brasil e Timor-Leste, julgamos relevante salientar que a busca pela segurança energética faz com que Pequim e as suas empresas estejam presentes em todo espaço lusófono.

As relações bilaterais entre Angola e a China podem ser divididas em três períodos: um primeiro em que acção chinesa estava centrada no apoio aos movimentos de libertação em Angola e que vai até o estabelecimento das relações diplomáticas (1975-1983); um segundo período em que as relações estavam centradas na área de defesa e que vai até ao final da guerra civil (1983-2002) e um terceiro período iniciado no período pós-guerra, caracterizado pelo reforço das relações, sobretudo no sector económico e energético, traduzidas no aumento dos contactos entre os dois países e da cooperação chinesa com Luanda.

Em 2002, após um longo período de 27 anos de guerra civil, Angola encontrava-se desprovida de infra-estruturas de transporte, sistemas de comunicação, de saúde, de educação e de serviços. Para alavancar o seu projecto de reconstrução nacional precisava de empréstimos avultados e as instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial colocavam pré-condições para o seu apoio que Angola estava longe de ser capaz de garantir, como uma maior transparência e

estabilidade. O “desafio” de garantir os empréstimos para a reconstrução do país lusófono devastado pela guerra coincidiu com o aumento do consumo e de importações de petróleo na China e do lançamento da estratégia *going out* chinesa. Pequim vai aproveitar esta oportunidade para apoiar um país com inúmeros recursos naturais e muitos deles numa situação de sub-aproveitamento, aparecendo em 2002, como um parceiro ideal e com um pacote de “empréstimos-por-infra-estruturas” irrecusável.

Foi perante este cenário que a interligação entre a diplomacia, negócios e linhas de crédito contribui para que Angola se tornasse cada vez mais relevante para a segurança energética chinesa, em termos de fonte de fornecimento de um petróleo de elevada qualidade e adequado às refinarias chinesas. Ao interligar a diplomacia energética com os investimentos das companhias de petróleo chinesas, com os apoios financeiros dos bancos chineses, Pequim conseguiu, em pouco mais de uma década, o acesso constante e cada vez maior a fornecimentos de petróleo angolano, o que permitiu que este PLP ocupasse um lugar cada vez mais relevante como abastecedor de petróleo à China. Os esforços diplomáticos de Pequim favoreceram a entradas das empresas chinesas que tem ampliado esforços para participarem no sector energético angolano. Simultaneamente, incentiva as companhias nacionais, nomeadamente a Sinopec, a investirem em Angola, através de apoio político, diplomático e financeiro. O apoio financeiro traduz-se no empréstimo preferencial do Eximbank da China às companhias chinesas que investem no país em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo que resultaram em pacotes de oferta de “Petróleo-por-infra-estruturas”. O governo angolano aprovou os investimentos chineses nos seus recursos petrolíferos e obteve projectos de infra-estruturas realizados por companhias de construção chinesas.

Esta “triangulação de esforços” também possibilitou a integração das companhias petrolíferas chinesas no mercado energético angolano, particularmente da Sinopec. Esta *guaban* energética chinesa penetrou no sector petrolífero angolano com a compra de uma participação 50% no Bloco 18, dois meses depois da concessão da linha de crédito de USD\$ 2 biliões pelo Eximbank da China ao governo Angolano, em Março de 2004. Através da parceria que criou com a Sonangol nesse mesmo ano, a Sinopec International Limited, tem conseguido aceder parcerias equitativas em outros blocos petrolíferos

situados em águas profundas: o 15(06), o 17(06) e o 18(06). No entanto, o bloco 18, um dos maiores na costa angolana, com reservas estimadas de cerca de 750 milhões de barris, continua a representar a maior participação da Sinopec no sector energético angolano.

Para além da Sinopec, a China está representada na exploração e produção do petróleo angolano, principalmente em actividade de exploração em águas profundas e ultra profundas, através da China Sonangol International Holding (CSIH), uma *joint-venture* entre a Sonangol e a companhia de Hong Kong, a New Bright International Development, formada em 2004. A CSIH inaugurou a sua actividade de produção e de exploração no *offshore* angolano quando adquiriu uma participação nos blocos 3(05) e 3(05)A de 25% em cada, em 2005. Posteriormente, conseguiu uma participação de 5% no bloco petróleo de águas ultra-profundas 31 e 20% de participação no bloco 32, operado pela Total. Em finais de 2011, no concurso internacional para explorar petróleo em blocos do pré-sal angolano, nos 11 blocos em concurso, a China Sonangol adquiriu participações no bloco em águas profundas 19/11 e os blocos de em águas ultra-profundas, 38/11, 36/11. A CSIH tem vindo a diversificar não só os seus negócios como também a posição geográfica do seu raio de acção, desfrutando desde 2011, também de presença na produção de petróleo *onshore em Angola*, através da sua participação de 11% no Bloco Cabinda Norte. Por fim, a CSIH participa, através da *joint-venture* que possui com a Sinopec, nos blocos pertencentes e a serem explorados pela SSI, nomeadamente o bloco 18, o 15(06), 17(06) 18(06).

O petróleo é um elemento chave na relação bilateral com Angola visto que inclui todos os aspectos do engajamento económico chinês no país: os créditos para as infra-estruturas são revertidos em petróleo, os grandes investimentos da China no país estão direccionadas directamente para a indústria petrolífera e o comércio bilateral é dominado pelas importações de petróleo para a China. O dinamismo da relação sino-angolana é evidenciado com o crescimento do comércio em 58 vezes entre 2003 e 2008, aumentando de 2,3 biliões para 25,3 biliões de dólares. Em virtude desse crescimento, Angola é, desde 2008, o maior parceiro comercial da China no continente africano e o segundo entre os PLP, depois do Brasil. Em 2010, a China suplantou os EUA e elevou-se maior parceiro comercial de Angola, tendo também ocupado o lugar de maior destino das exportações angolanas e o segundo maior país de origem das suas importações. Quase metade das importações provenientes da China assentam em materiais de construção e de

equipamentos utilizados na reconstrução de Angola, tais como o aço, o ferro em barra e o cimento. A reconstrução angolana pós-guerra inclui números projectos de infra-estruturas de larga escala e tem sido apoiada pelas linhas de crédito chinesas desde 2002. Em troca, a RPC tem alcançado contractos de aprovisionamento de petróleo de longo prazo, as petrolíferas chinesas tem acedido ao *upstream* angolano, e as empresas chinesas de construção têm dominado os trabalhos de reconstrução de Angola.

A energia interliga os interesses dos dois países na relação. De um lado, está um país lusófono, membro da OPEP, que é actualmente o segundo maior produtor petróleo de África depois da Nigéria. Como país produtor e exportador procura garantir a compra dos seus recursos que estão a sustentar as receitas do governo e a impulsionar um crescimento médio do PIB real de 11,6%, ao longo da última década. O envolvimento chinês cria competição entre os consumidores no acesso aos seus recursos, possibilitando o aumento dos preços nas licitações e o acesso a empréstimos chineses. De outro lado, está o segundo maior consumidor de petróleo, que procura obter fornecimentos estáveis e contínuos para o contínuo desenvolvimento económico do país. Angola cumpre um papel importante como maior fornecedor chinês de petróleo no mundo lusófono e o segundo a nível mundial. No terceiro período da relação sino-angolana, este PLP tornou-se um dos mais importantes fornecedores desta *commodity* à China, tendo conseguido temporariamente em 2006, em 2008 e em 2010, elevar-se a principal fornecedor de petróleo, superando a principal fonte de aprovisionamento, a Arábia Saudita.

A cooperação entre um país produtor e um consumidor de energia, defendida pelas autoridades chinesas e angolanas de mutualmente benéfica, ganhou um novo destaque com o lançamento da Parceria Estratégica entre a República Popular da China e a República de Angola, durante a visita do Vice-Presidente Xi Jinping a Luanda, em Novembro de 2010. A China tem estabelecido parcerias estratégicas com os produtores de hidrocarbonetos a nível mundial mas com muito poucos países em África. Elevar Angola a parceiro estratégico da China significou, por um lado, que a cooperação entre ambos passou para um patamar superior, e por outro, que Pequim concede grande importância e pretende reforçar à relação sino-angolana a longo prazo. A hipótese de Angola puder vir a ser o maior produtor de petróleo em África, do rácio das suas reservas passarem de 20 a 50 anos, do potencial do seu pré-sal e da intensificação da exploração do gás natural são factores

que podem ter pesado para este reforço da relação, visto que, com estas parcerias Pequim procurar ampliar as possibilidades de cooperação com um produtor com elevado potencial para ser o seu principal fornecedor. Desta forma, Angola está e continuará a contribuir para um dos objectivos das medidas externas de segurança energética: a diversificação das fontes de energia para além do instável e inseguro Médio Oriente.

No entanto, apesar desta importância, Angola não aumentou a segurança energética chinesa em termos quantitativos de importações de *equity oil* porque a produção ainda é abaixo do seu potencial, com a participação das companhias chinesas concentradas no bloco 18. Ao mesmo tempo as *guaban* chinesas ainda detêm uma posição limitada no mercado de produção de petróleo angolano, que continua a ser controlado pelas companhias angolanas, bem como pelas grandes petrolíferas ocidentais. A Sinopec não possui conhecimento tecnológico necessário para a construção e operação em águas profundas necessitando de participar em concessões onde tem grande interesse com outras empresas, como a BP, a Total e a Petrobras. Esta *guaban* energética tentou entrar no *downstream* angolano, em 2007, mas negociações com a Sonangol para a construção projecto da Refinaria do Lobito foram encerradas supostamente pelas divergências entre as empresas na escolha do mercado de escoamento da produção. A Sinopec mostrava-se mais interessada em fornecer para o mercado chinês enquanto a Sonangol estava mais inclinada para o mercado regional e ocidental, nomeadamente para os EUA e a Europa.

Angola não faz parte da “estratégia de segurança energética pela proximidade” chinesa, e do ponto de vista da segurança, também apresenta riscos e ameaças que podem afectar a segurança de fornecimento de petróleo à China. Em primeiro lugar é de realçar os riscos para a China Sonangol na exploração do Cabinda Norte, um dos blocos promissores do *onshore* angolano mas com condições de operação problemáticos e de um ambiente inseguro. Nesta região continua activa a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que há 38 anos luta pela independência de Cabinda com o governo angolano. Em segundo lugar, Angola é um país geograficamente longínquo com um tempo de transporte de petróleo um pouco superior ao oriundo do Médio Oriente, por exemplo entre a Arábia Saudita e a China demora em média 21 dias, enquanto rota que liga Angola à China é em média de 33 dias. Por último, a possibilidade interrupções do fluxo energético para a China permanece pois o petróleo angolano tal como o proveniente do Médio Oriente é

transportado pelo Estreito de Malaca, estando sujeito aos mesmos riscos e ameaças, como por exemplo a pirataria.

O Brasil, o único país lusófono na América Latina, foi o primeiro país em desenvolvimento que Pequim concedeu o estatuto de Parceira Estratégica, em 1993. Já nessa década, a energia fazia parte da relação bilateral, com o Brasil a importar petróleo da China e a Petrobras a participar em actividades no *onshore* chinês e nas campanhas exploratórias da plataforma continental do Mar do Sul da China. Esta petrolífera brasileira participou num projecto de estudo que tinha por objectivo avaliar o potencial petrolífero de Xinjiang, uma província que tem sido alvo de atenção particular pelas suas médias e pequenas reservas de petróleo e de gás natural, mas cuja importância não reside apenas na produção e exploração de hidrocarbonetos, mas também no facto de ser um ponto de convergência dos novos gasodutos e oleodutos em execução ou planeados, internos ou oriundos dos países vizinhos asiáticos para a China.

Actualmente a energia continua a ser um elemento de ligação na relação sino-brasileira, que tal como Angola, também pode ser dividida em diferentes fases traçadas desde o período do governo português do território, pelo estabelecimento das relações diplomáticas com país em 1911, pelo corte das relações após a vitória de Mao Zedong e a formação da República Popular da China, pelo restabelecimento das relações diplomáticas em 1974 e por um reforço das mesmas a partir de 2002-2003, com a presidência de Luís Inácio Lula da Silva e de Hu Jintao.

No sector energético, o reforço da cooperação que se vai desenvolver entre ambos os países, resultou da necessidade de Brasília procurar atrair investimentos para expandir os seus negócios, inclusive por meio de investimentos directos na China e utilizar a parceria como forma de diminuir a dependência perante parceiros tradicionais. De Pequim, e tal como Angola, decorreu da sua necessidade diversificar os mercados de escoamento das suas matérias-primas e de encontrar outras fontes de aprovisionamento para além do instável e volúvel Médio Oriente. O Brasil apresenta-se como um mercado estável e atractivo para os investimentos das *guaban* chinesas nos recursos naturais brasileiros e também uma porta de acesso ao mercado regional – o Mercosul. Em termos energéticos, o Brasil patenteia-se como um importante parceiro estratégico à China, com recursos energéticos importantes para sua contínua demanda energética. Possui as décimas quartas

maiores das reservas de petróleo do mundo e as segundas maiores na América do Sul, depois da Venezuela. Nos últimos cinco anos, cerca de um terço das descobertas em águas profundas a nível mundial foram materializadas no mar brasileiro. Estas novas descobertas poderão vir a representar que, futuramente, este PLP seja uma das principais fontes de produção de petróleo a nível mundial, com uma capacidade de produção de 2,1 milhões de barris de petróleo por dia, em 2020.

Para o Brasil, Pequim é um parceiro estratégico faminto de petróleo mas com a capacidade de investimento necessário para o desenvolvimento dos seus recursos energéticos, particularmente como fonte investimentos e de apoio ao desenvolvimento tecnológico para a extracção do petróleo das águas em grande profundidade. Foi essa capacidade de investimento, que o Presidente Lula Inácio da Silva procurou atrair para o seu país, desde que visitou pela primeira vez a China, em Maio de 2004. Entre os vários acordos, assinados durante a sua estadia, destaca-se o primeiro Acordo de Cooperação Estratégica para o Desenvolvimento da Indústria de Petróleo e Gás Natural entre a Petrobras e a Sinopec, que veio a ser efectivado com a participação da *guaban* chinesa na construção do gasoduto GASENE. Um projecto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), operacional desde 2010, que liga a rede do sudoeste com a do nordeste brasileiro de gás, fomentando o fornecimento de energia e o desenvolvimento económico do nordeste brasileiro.

No Brasil e tal como em Angola, a “triangulação de esforços” diplomáticos, financeiros e comerciais possibilitou a integração das companhias petrolíferas chinesas no mercado energético brasileiro, particularmente da Sinopec e da Sinochem. A primeira, estreou-se no sector energético brasileiro, com a cooperação com a Petrobras na construção do GASENE, no mesmo ano que entrou no sector energético angolano. Esta *guaban* energética chinesa, além de ter conseguido participar em outros projectos de gasodutos no Brasil, como a SAMARCO e a Cidade Rio Petrobras, reforçou gradualmente a cooperação com a petrolífera brasileira. A sua entrada no segmento de exploração e produção de petróleo, ocorreu um ano após o apoio financeiro, acordado entre as visitas de alto nível das duas partes, do CDB à Petrobras. Este apoio do banco estatal chinês permitiu que a Sinopec entrasse como companhia investidora nos blocos PAMA-3 e PAMA-8, localizados em águas profundas da bacia do Pará-Maranhão da Petrobras, que perante a

quebra das suas acções no mercado, encontrava-se com problemas financeiros que colocavam em causa planos futuros de exploração e desenvolvimento do petróleo na camada de pré-sal brasileiro. No final de 2011, a Sinopec já se encontrava a participar em várias actividades no Brasil, englobando a exploração e desenvolvimento de petróleo, serviços de petróleo, serviços de construção e de engenharia petroquímica, assim como no comércio de petróleo bruto, na refinação de produtos, equipamento, materiais e produtos petroquímicos. Ademais, depois do contracto de exploração e produção com a Petrobras, envolveu-se em mais dois projectos de sucesso, um com a Repsol e outro com a Galp. No primeiro caso, a Sinopec comprou 40% do grupo petrolífero espanhol, um dos maiores operadores independentes de *upstream* no Brasil. Esta aquisição da Sinopec permitiu-lhe a participação indirecta nos Campos Carioca e Guará e foi a maior operação desta *guaban* energética no Brasil e a segunda maior feita pela companhia petrolífera a nível mundial. A aliança entre as empresas espanhola e chinesa foi ampliada com a criação de uma *joint-venture* no Brasil, a Repsol Sinopec Brasil, em Dezembro de 2010, com 60% do capital social da companhia mantido pela Repsol e 40% pela Sinopec. A Repsol Sinopec Brasil está focada no *offshore* e possui direitos de exploração em três das principais bacias marítimas brasileiras: Santos, Campos e Espírito Santo, sobre 16 blocos, nos quais seis é a empresa é operadora, 14 estão em fase de exploração, um em produção desde 2006 e um em desenvolvimento. Possui também dois projectos-piloto planificados. No segundo caso, a compra à Galp de 30% da sua subsidiária no Brasil, a Petrogal Brasil, tratou-se do segundo maior investimento da companhia petrolífera asiática no Brasil e ampliou a sua presença no pré-sal brasileiro ao conseguir aceder a blocos *onshore* e *offshore* em 7 bacias no Brasil: Potiguar, Pernambuco, Espírito Santo, Campos, Santos, Sergipe-Alagoas e Amazonas. A segunda, a Sinochem, estreou-se em 2010, no *upstream* brasileiro com a compra de uma participação 40% da companhia norueguesa Statoil no campo Peregrino, um campo *offshore* de petróleo pesado, com reservas recuperáveis no valor de 300 a 600 milhões de barris, situado no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Em 2011, esta *guaban* chinesa comprou 100% da Statoil Petróleo Brasil Limitada, formando Sinochem Brasil, que detém 40% no Bloco BM-C-7, onde está situado o poço Peregrino e 40% no BM-C-47 na bacia de Campos. Em Janeiro do ano seguinte, a Sinochem Brasil acordou com a empresa francesa Perenco na compra de uma participação de 10% em cinco blocos petrolíferos em águas profundas da Bacia do Espírito Santo.

Pequim aproveitou a “oportunidade” (*wēijī*) surgida com o agravamento da crise económica mundial para reforçar as suas reservas energéticas, ampliar as oportunidades de investimentos das suas *guaban* no exterior e conseguir contractos de fornecimento a longo prazo com os países produtores. Da mesma forma que apoiou a Rússia com um pacote de “empréstimos-por-petróleo” do CCB de USD\$ 25 biliões à Rosneft e à Transneft, em 2009, a RPC vai oferecer uma linha de crédito de USD\$ 10 biliões à empresa brasileira Petrobras, em troca de impulsionar as exportações de petróleo para a China e os investimentos das empresas chinesas no Brasil.

2009 foi o ano de arranque para o aumento substancial dos investimentos chineses no Brasil, sob a forma de aquisições de participações, e em sectores ligados sua estratégia de segurança de fornecimento de matérias-primas, tais como petróleo, gás e mineração. Se for particularizado o ano 2010, poderemos apurar que estes investimentos evidenciam a estratégia chinesa de garantir auto-fornecimento de matérias-primas e a inclusão do Brasil na base internacional de fornecimento de recursos naturais para a China, com mais de metade dos investimentos no modo *greenfield* ou F&A reservados a investimentos ligados a *commodities*, principalmente ao petróleo, gás e metais.

Em termos do volume de petróleo brasileiro exportado para o gigante asiático, é de ressaltar que este já vinha a aumentar progressivamente desde 2004, desde o início da colaboração da Sinopec com a Petrobras no desenvolvimento de infra-estruturas de transporte energético brasileiro. Paralelamente e à medida que foram sendo anunciadas novas e grandes descobertas de poços de petróleo no pré-sal brasileiro, Pequim ampliou o volume de petróleo importado, subindo no *ranking* dos principais destinos de exportação do Brasil. Em 2006, quando o Brasil atingiu a auto-suficiência energética, o petróleo já era o terceiro maior produto, a seguir à soja e ao minério de ferro, exportado para o parceiro estratégico asiático. Dois anos depois, a China tornou-se o segundo destino das exportações brasileiras de petróleo, depois dos EUA. Em 2009, e ilustrando como é que a “crise” económica foi uma “oportunidade” (*wēijī*) para a segurança energética chinesa, perante a quebra nos preços do petróleo, Pequim aumentou as importações de petróleo brasileiro, e no ano seguinte, adquiriu o estatuto de principal destino das exportações de petróleo brasileiras, retirando a supremacia que Washington detinha desde 2000, mantendo essa posição dominante em 2011. É importante salientar que o aumento das vendas de

petróleo do Brasil para a China, a partir de 2010, resultou do contracto de fornecimento de petróleo vinculado ao empréstimo de USD\$ 10 biliões concedido pelo CDB à Petrobras, em Maio de 2009. Uma vez que esse contracto teve também implícito a exportação de petróleo da Petrobras para a Unipet Asia, uma subsidiária da Sinopec, de 150.000 barris b/d no primeiro ano e 200 mil nos nove anos posteriores.

A importância da cooperação sino-brasileira pode ser asseverada com a elevação durante a visita do Primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em Junho de 2012, da Parceria Estratégica a “Parceria Estratégica Global”, uma posição que Pequim também concedeu a outro país produtor, a Rússia em 2011. A cooperação no sector energético entre os dois países une o maior consumidor mundial de energia e um país com um enorme e diversificado potencial energético, tanto nos recursos fósseis, como o carvão e o petróleo, como nas energias renováveis, como a hidroeléctrica e os biocombustíveis. Ao contrário da China, o Brasil tem uma dependência externa energética de 5%, conquistou auto-suficiência em petróleo em 2006 e tem conseguido manter reservas para sustentar a produção brasileira, além de dispor de uma enorme capacidade no sector das energias renováveis, conseguindo que mais de 47% da sua matriz energética seja assente neste sector. A cooperação com a China neste sector que abrange a prospecção e exploração de petróleo e gás tem vindo a ser, gradualmente, reforçada pelos acordos firmados durante as visitas bilaterais de alto nível e pelas empresas dos dois países.

Se na década de 1990, Pequim contribuía para a segurança de fornecimento do Brasil, a partir de 2000, assistiu-se a uma mudança dos papéis, com este PLP gradualmente a conquistar uma posição no *ranking* dos fornecedores de petróleo à China, sendo actualmente a sua segunda maior fonte de aprovisionamento entre os PLP, depois de Angola, e a segunda entre os países da América Latina, depois da Venezuela. Embora o Brasil ainda represente uma pequena fracção (3%), entre os maiores fornecedores de petróleo à China, a sua contribuição como fonte de aprovisionamento poderá vir a ampliar-se, se a Petrobras continuar a melhorar e desenvolver a capacidade estatal de refinação e extracção, nomeadamente no aumento da capacidade das refinarias já existentes e na capacidade de refinação do petróleo pesado. Pelo sucesso da exploração *offshore* e produção em águas profundas, este país lusófono tem conseguido vir a ampliar as suas reservas de petróleo, projectando-se que que avance na sua posição entre os maiores

produtores mundiais de petróleo, da actual décima terceira para o quarto lugar, apresentando-se como um futuro importante *player* no abastecimento energético para a China. A ampliação do Canal de Panamá, com a construção de uma nova hidrovía, permitirá a passagem de navios muito maiores e com maior capacidade do que os actuais, os Pospanamax, entre o Atlântico e o Pacífico e facilitará a exportação de energia do Brasil para a China ao apresentar-se como uma alternativa mais curta à rota actual do Cabo Esperança. O interesse de Pequim por uma ligação entre o Atlântico e o Pacífico, que possa permitir ampliar as possibilidades de cooperação energética, nomeadamente com o Brasil, é manifestado pela participação da companhia chinesa HK Nicaragua Canal Development Investment Co. Limited, na construção do futuro canal da Nicarágua, um canal que aparece como rival ao existente no Panamá.

O Brasil, e tal como a Angola, está a contribuir para um dos objectivos das medidas externas de segurança energética: a diversificação das fontes de energia para além do instável e inseguro Médio Oriente. Todavia, e tal como o PALOP, o Brasil não contribui para a estratégia de “segurança energética pela proximidade” chinesa e do ponto de vista da segurança, também apresenta riscos e ameaças que podem afectar a segurança de fornecimento de petróleo a Pequim. Para além de ser de um país geograficamente longínquo, com um tempo de transporte de petróleo um pouco superior ao oriundo do Médio Oriente, as suas exportações para a China estão sujeitas aos mesmos riscos e ameaças, não contribuindo para o chamado “Dilema de Malaca”, uma das grandes preocupações dos líderes chineses na segurança energética chinesa.

Não se pode ignorar o interesse ancestral dos Chineses por Timor. Muito antes da chegada dos portugueses, a ilha fazia parte dos circuitos tributo-mercantis de longo curso da Ásia e eram os comerciantes chineses que estabeleciam essa ligação. Timor Loro Sae, tal como os outros dois países escolhidos como estudo de caso, desfruta de uma relação histórica com a China que pode ser dividida em diferentes fases. No caso de Timor, abrangem o período do governo português, do domínio indonésio do território e o decorrente do surgimento do país como independente em 2002. A RPC foi o único membro permanente do Conselho de Segurança a reconhecer a declaração unilateral de independência da República Democrática de Timor-Leste, proclamada pela FRETILIN, a 28 de Novembro de 1975. Após a invasão da Indonésia, a 7 de Dezembro desse ano,

apoiou as resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança da Nações Unidas e auxiliou diplomática e financeiramente, o governo timorense exilado em Moçambique e a FRETILIN, entre 1975 e 1978. O estabelecimento da UNTAET em Fevereiro de 2000, veio marcar o início da cooperação chinesa para o desenvolvimento e estabilização de Timor-Leste. Para as sucessivas missões de Timor aprovadas pelas Nações Unidas, perpetuadas pelo escalar da insegurança no território, Pequim contribui com forças chinesas, tendo sido esta missão a mais longa onde a China até hoje participou.

A RPC foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com um dos mais jovens países do mundo. Em 2002, Timor-Leste e tal como Angola, aparece como um país recentemente independente com recursos energéticos, estrategicamente posicionado do sudoeste asiático, que necessitava de apoio financeiro para a reconstrução das suas infra-estruturas destruídas pelas forças indonésias e as milícias timorenses, em 1999. Pequim aproveitou esta “oportunidade” para assegurar o “princípio de uma só China” e cultivar os laços com Díli como parte da estratégia *going out* e expandir a sua influência no sudeste asiático, contrabalançando a influência dos grandes poderes na região. Como em Angola, Pequim tem vindo apoiar Timor com “pacotes” de ajuda técnica e financeira, investindo em projectos de infra-estruturas e cooperando em várias áreas como a saúde, agricultura e educação, para a reconstrução e desenvolvimento do país. No entanto, ao contrário de Angola e do Brasil, estes “pacotes” de ajuda e cooperação não foram revertidos em fornecimentos de petróleo ou de gás de longo prazo, o que nos permite afirmar que Timor-Leste, contrariamente a Angola e ao Brasil, não contribui para a diversificação das fontes de aprovisionamento de energia à China. Em termos de fornecimento, a China só importou uma vez gás de Timor, em 2006, no ano da primeira venda da produção do gás do campo Bayu-Undan, um campo que está a ser explorado na área conjunta entre a Austrália e Timor.

Embora a cooperação na área de energia sino-timorense tenha sido iniciada 2004, no mesmo ano que a dos outros dois países lusófonos apresentados como estudo de caso na nossa investigação, não houve mais nenhuma participação das *guaban* chinesas para além da acordada entre o governo timorense recém-formado após a independência do território e a CNPC, em Agosto de 2002. Com base nesse acordo, a sua subsidiária PetroChina, realizou dois anos depois, o primeiro estudo sísmico desde a década de 70 que cobriu 70%

do território da ilha e que veio a revelar a probabilidade de existência de quantidades elevadas de petróleo e gás. Essa probabilidade que vinha sendo atestada desde o início do século XX, veio revelar mais um país dentro do mundo lusófono com recursos energéticos, situado na área de influência geopolítica e económica da ASEAN, acrescentando mais um factor atractivo deste país a Pequim.

Dentro do grupo dos PLP com ou potenciais recursos energéticos, Timor é o que detém a menor participação das companhias petrolíferas chinesas. Até mesmo São Tomé e Príncipe, um país lusófono que não tem relações diplomáticas com a RPC, tem tido investimentos de exploração do seu *offshore* directamente pela Sinopec ou através da companhia que esta *guaban* chinesa adquiriu em 2009, a Addax. Perante esta falta de efectivação de cooperação no sector energético consideramos importante perceber qual é a estratégia chinesa em Timor e de que forma esta poderá contribuir para a segurança energética chinesa no futuro.

Timor, e tal como no Afeganistão, aparece como estudo de caso onde a estratégia de 24 caracteres de Deng Xiaoping (冷静观察, 站稳脚跟, 沉着应付, 韬光养晦, 善于守拙, 绝不当头) formulada no período após Tiananmen, é aplicada. Comparado com outros actores presentes em Timor, a RPC mantém um “*low profile*” (*shànyú shǒu zhuó*) no território, optando por perspectiva estratégica coerente mas cautelosa de “*observar e analisar calmamente os desenvolvimentos*” no país (*lěngjìng guānchá*), “*lidando com as mudanças*” internas (*chénzhuó yìngfù*), “*assegurando a sua posição*” (*wěn zhù zhènjiǎo*) junto dos líderes timorenses. Espera “*pacientemente*” (*chénzhuò yìngfù*) por um momento “oportuno”, fazendo o que Jiang Zemin defendeu quando integrou mais quatro caracteres nesta estratégia: “*algumas contribuições*” (*yǒu suǒ zuòwéi*) através de donativos financeiros e materiais para a reconstrução de um país devastado pelas milícias timorenses e pelos indonésios em 1999.

Embora com uma contribuição inferior comparável aos grandes doadores, Pequim tem conseguido aumentar o seu prestígio junto dos líderes timorenses enquanto se debate com a presença consolidada australiana no território, financiando e a construindo uma série de projectos simbólicos, designadamente o Ministério de Negócios Estrangeiros e o Palácio Presidencial. Para além destas obras erguidas pelas empresas de construção

chinesas que representam as mais impressionantes construções da capital timorense, quer pelo seu tamanho, quer pela estrutura e localização central, Pequim também apoiou a construção do Cemitério dos Mártires, do Monumento da Paz, a renovação do Palácio das Cinzas e da Praça Central e o projecto de escola primária em Díli.

Aliada a esta assistência técnica e interligada com a cooperação militar, a RPC patrocinou a construção do Ministério da Defesa e do Quartel-General das F-FDTL em Díli e de um bairro militar com cem casas para os militares das F-FDTL, em Metinaro. Em 2008, a compra a uma companhia chinesa de dois barcos de patrulha costeira de Classe Xangai III, foi vista com grande apreensão pelo governo australiano face à crescente influência chinesa em Timor, um território que faz parte da área estratégica de interesse e da esfera de influência australiana. Esta aquisição veio permitir duplicar os meios navais das F-FDTL compostos, até à altura, por duas lanças de fiscalização de classe Albatroz oferecidos pelo governo português e estava prevista no relatório timorense “Force 2020”, publicado em 2006. Para a Austrália representou o preenchimento pela China de um “vazio de poder” que esta gostaria de ocupar, enquanto na óptica timorense significou a afirmação de soberania, materializada na capacidade (mesmo que residual) de patrulhar as suas águas territoriais e a sua ZEE.

A delimitação da sua ZEE tem sido um dos desafios para o desenvolvimento dos recursos energéticos timorenses, especialmente para o campo *Great Sunrise*. Timor disputa com a Austrália as fronteiras marítimas, com as reivindicações baseadas em duas versões da Lei internacional do Mar. A Austrália, na definição da área marítima que pode contestar para a sua zona económica exclusiva utiliza a versão que dá uma maior importância à plataforma continental de cada país (até aos 200 metros de profundidade). Enquanto Timor subscreve a versão que determina que cada país tem direito a delimitar como zona económica exclusiva 188 milhas náuticas a partir do limite exterior do seu mar territorial (12 milhas da costa) independentemente da dimensão da plataforma. Quando não existe as 400 milhas a separar os dois países, a fronteira deve ser definida pela linha equidistante de ambos, o que significaria que no Mar de Timor, uma vez que a distância entre Austrália e a ilha de Timor é inferior a 400 milhas náuticas, a fronteira deveria ser então limitada pela linha equidistante. Porém, a aceitação por parte da Austrália desta divisão implicaria que os recursos da zona de exploração conjunta partilhados entre os dois países passariam a ser

na sua totalidade e exclusivos do país lusófono. A solução para ambas as partes foi em “acordar em desacordar”, materializa na assinatura de dois acordos concluídos sem incidências fronteiriças: o Tratado do Mar de Timor e o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor. Neste último acordo foi decidido adiar a definição de fronteiras por 50 anos, com a partilha das receitas da exploração do petróleo do *Great Sunrise* alteradas de 82% para a Austrália e 18% para Timor-Leste para 50% para ambos os países. No que respeita à riqueza petrolífera do Mar de Timor, para além das receitas deste poço, Timor tem direito também a 90% das receitas fiscais de *royalties* equivalentes do poço de Bayu Undan e a totalidade das receitas fiscais e de *royalties* da sua zona económica não sujeita a discórdia internacional.

Este desafio para o desenvolvimento dos recursos energéticos timorenses prende-se pelas questões legais que estão em jogo com o seu vizinho e parceiro nos recursos do mar de Timor, a Austrália, um parceiro estratégico da China e um dos seus principais fornecedores de gás e de carvão. Condicionando a entrada de Pequim nos projectos futuros está também a disputa entre o governo timorense e o governo australiano sobre a localização da Refinaria do *Great Sunrise*. Em causa está a possibilidade de Timor tornar-se um país produtor com capacidade autónoma de produção, deixando de depender da capacidade de refinação da Austrália. Antes que a produção deste campo seja iniciada é necessário que o governo Timorense e Australiano e as companhias participantes no projecto cheguem a um acordo quanto ao lugar onde o GNL será processado. A Austrália, representada no projecto pela Woodside Petroleum pretendia, primeiramente, que fosse em Darwin optando, em 2010, pela proposta da Shell de construção uma plataforma flutuante. Por sua vez, Timor defende a construção de um gasoduto para uma central de processamento em território timorense, caracterizando-o como comercialmente e tecnicamente viável. Se e como o Ministro Zacarias Albano da Costa referiu na sua visita a Pequim, em Junho de 2009, for possível negociar com a Austrália, a China poderá apoiar a construção da refinaria e toda a infra-estrutura necessária ao sector, tanto em terra como no mar. Desta forma, a estratégia chinesa de pacientemente manter um *low profile*, apoiando o país com pacotes de ajuda, fazendo investimentos e adquirindo prestígio junto dos líderes timorenses poderá ser complementada com o surgimento desta “oportunidade” de investimento no futuro projecto Tasi Mane. Esta reentrada da China no sector energético

Timorense poderia permitir, tal como em Angola e no Brasil, a cooperação entre um país com recursos energéticos e com necessidade de desenvolver toda cadeia de produção e um país consumidor com capacidade de investimento e com necessidades de fornecimento a longo prazo. Para as empresas chinesas significaria o acesso, tal como em Angola e no Brasil, a parcerias equitativas de exploração no mar de Timor, *know-how* e conhecimentos técnicos na exploração em águas profundas e experiência em toda a cadeia de fornecimento de GNL. As *guaban* energéticas chinesas estão a tentar adquirir experiência em projectos de GNL no exterior, participando actualmente em projectos de liquefacção em países vizinhos de Timor, Indonésia e a Austrália, para ficarem melhor capacitadas para atender ao aumento da procura de gás na China

As relações que desenrolam essencialmente por via bilateral foram ampliadas com a Criação do Fórum de Macau, em 2003. Se para o Brasil e para Angola, o Fórum pode não ter grande relevância, para Timor, um país que enfrenta grandes desafios no seu desenvolvimento, é uma oportunidade de ampliar a sua cooperação com a China e de obter apoio financeiro, institucional, técnico e de formação em diversas áreas, designadamente, na agricultura. Para além disso, Macau é uma porta para escoamento dos produtos timorenses para a China, nomeadamente o café, o principal produto de exportação Timorense. Desta forma, este relacionamento dispõe de uma grande capacidade para se intensificar no futuro e de ser transformar numa relação de longo prazo.

Em suma, a diplomacia energética chinesa no exterior tem-se manifestado de várias formas. Em primeiro lugar, a RPC tem promovido e apoiado a aquisição de recursos energéticos no exterior pelas suas *guaban* através de financiamentos, empréstimos e de uma activa diplomacia energética nas regiões produtoras e exportadoras de petróleo e de gás. Em segundo lugar, Pequim tem promovido a construção de uma série de projectos de oleodutos e gasodutos interligados que irão ser operados pelas companhias chinesas e que irão trazer petróleo e gás da Ásia Central, do Leste da Rússia e de Myanmar para o seu território. Com estes projectos, Pequim procura diversificar os países fornecedores de hidrocarbonetos e diminuir a dependência das importações de petróleo e gás transportado por via marítima. Com a crise económica internacional, Pequim mobilizou as suas grandes reservas financeiras para efectivar volumosos empréstimos de longo prazo através de seus bancos estatais, com os países produtores de energia, tal como a Rússia, a Venezuela e o

Brasil, garantindo em troca contratos de longo termo de exportação de petróleo e gás para a China. Todas estas medidas foram acompanhadas por uma activa diplomacia energética, de forma a fortalecer relações diplomáticas e económicas com os principais países produtores, melhorar a posição competitiva das suas *guaban* nesses países e fortalecer a sua capacidade de acesso a fontes de fornecimento de longo prazo, tecnologia e *know-how*. Os países de Língua Portuguesa, em particular Angola e Brasil, inseridos nestas estratégias externas contribuem para a segurança energética chinesa possuindo, desde 2002, uma participação cada vez mais importante no *ranking* das fontes de importação chinesa. Paralelamente, ambos os países podem continuar a contribuir para a segurança de fornecimento de petróleo de longo prazo, já que usufruem de um grande potencial para ampliar as suas reservas de hidrocarbonetos. Timor-Leste, ao contrário dos outros dois PLP não contribui para a segurança energética chinesa, no entanto o potencial energético do país, permite-nos afirmar que, se as divergências com a Austrália forem solucionadas e se Díli assumir a soberania dos seus recursos energéticos, Pequim poderá vir adquirir mais uma área produtora no seu *wéiqí* energético: Timor-Leste.

A segurança energética na China é uma preocupação recente mas de extrema importância para o contínuo desenvolvimento económico, para a estabilidade político-social e para a segurança nacional. Assegurar energia para o próximo médio e longo prazo é um dos maiores desafios que os líderes chineses enfrentam. Como um importante consumidor de energia, num mundo integrado em que as políticas domésticas são inseparáveis da política externa, a política de segurança e energética chinesa tem e continuará a ter impacto a nível global. Na busca pela sua segurança energética, Pequim está envolver-se com diferentes países e áreas geográficas, como é o caso do Ártico, uma região cujas alterações climáticas possibilitaram de se tornar numa das principais bases de extracção de recursos naturais, especialmente de hidrocarbonetos. Além de fonte de recursos, o degelo do Oceano Ártico poderá proporcionar a abertura de uma passagem a noroeste através do Ártico, reduzindo a distância de viagem do Atlântico ao Pacífico, adicionado mais um factor atractivo à região.

Portugal, Parceiro Estratégico de Pequim, foi integrado nas medidas externas de segurança energética chinesa, contanto já com a presença das *guaban* energéticas chinesas no país, a participar com as companhias portuguesas sobretudo no sector de energias

renováveis. A aquisição das companhias chinesas não está exclusivamente relacionada com este recurso estratégico e foi, recentemente, ampliada a outras “oportunidades” investimento, em particular nos sectores de energia solar e da água e saneamentos. Pela cooperação que as companhias de ambos os países, tal como a Galp e a Sinopec estão a desenvolver em Portugal mas também em países terceiros como os países lusófonos representados pelo Brasil, Angola e Moçambique, consideramos que seria relevante futuramente analisar o desenrolar desta cooperação. Sobretudo num PLP que figura como um dos futuros maiores produtores de gás mundiais – Moçambique, e que para Portugal, poderia ser importante para diversificar o seu leque actual de dois países fornecedores: Argélia e Nigéria.

BIBLIOGRAFIA

- Aarsæther, A., 2011. *Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola*. Department of Comparative Politics ed. University of Bergen.
- Acioly, L., Pinto, E.C. & Cintra, M.A.M., 2011. *As Relações Bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. Elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre a China. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- Adams, J., 2010. *Coal May Be Behind China's Monster Traffic Jam*. [Online] AOL News, 9 de Setembro. Available at: <http://www.aolnews.com/2010/08/25/coal-may-be-behind-chinas-monster-traffic-jam/> [Accessed 12 Setembro 2011].
- Addax Petroleum, 2012a. *Joint Development Zone*. [Online] Available at: <http://www.addaxpetroleum.com/operations/jdz> [Accessed 20 Dezembro 2012].
- Addax Petroleum, 2012b. *At a Glance*. [Online] Available at: <http://www.addaxpetroleum.com/operations/at-a-glance> [Accessed 13 Dezembro 2012].
- Advameg, Inc., 2011. *China National Petroleum Corporation - Company Profile, Information*. [Online] Available at: <http://www.referenceforbusiness.com/history2/27/China-National-Petroleum-Corporation.html> [Accessed 13 Maio 2011].
- AFP, 2006. *Sinopec deepens oil interests in Angola*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-06/13/content_616030.htm [Accessed 14 Dezembro 2010].
- African Development Bank Group, 2012. *Angola 2012*. African Economic Outlook 2012. African Development Bank Group.
- Agência Brasil, 2009. *China e Brasil condenarão medidas protecionistas de países ricos em reunião do G20*. [Online] (19 de Fevereiro) Available at: <http://oglobo.globo.com/economia/china-brasil-condenarao-medidas-protecionistas-de-paises-ricos-em-reuniao-do-g20-3129933> [Accessed 15 Março 2010].

- Agência Lusa, 2009. *China pode construir gasoduto para o Timor, diz chanceler*. [Online] (15 de Junho) Available at: <http://petroleolusofono.blogspot.pt/2009/06/china-pode-construir-gasoduto-para-o.html> [Accessed 20 Junho 2009].
- AICEP Portugal Global, 2010. *Timor-Leste Dossier de Mercado*. Lisboa: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
- AICEP Portugal Global, 2012a. *Angola – Ficha de Mercado*. Julho. Lisboa: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
- AICEP Portugal Global, 2012b. *Brasil – Ficha de Mercado*. Setembro. Lisboa: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
- AIE, 2012. *East China Sea*. [Online] US Department of Energy (25 de Setembro) Available at: http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/east_china_sea/east_china_sea.pdf [Accessed 14 Outubro 2012].
- AIP-CCI, 2010. *Apresentação do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. [Online] Available at: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www_aip_pt/documentos/financiamento/financiamento/informacao/Fundo%20de%20Desenvolvimento%20China.pdf [Accessed 14 Dezembro 2010].
- Aiyar, P., 2006. *No great game between India and China*. [Online] Asia Times (13 de Janeiro) Available at: http://www.atimes.com/atimes/China_Business/HA13Cb01.html [Accessed 14 Janeiro 2011].
- Aizhu, C., 2009. *Iran seeks China investment to build refineries*. [Online] Available at: <http://in.reuters.com/article/2009/07/13/iranchinainvestmentidINPEK33142220090713> [Accessed 14 Março 2010].
- Alhajji, A.F., 2007a. What is Energy Security? (1/5). *Middle East Economic Survey*, 24 Setembro. Available at: <http://www.mees.com/postedarticles/oped/> [Accessed 14 Setembro 2010].
- Alhajji, A.F., 2007b. What is energy security? (2/5). *Middle East Economic Survey*, 22 Outubro. Available at: <http://www.mees.com/postedarticles/oped/v50n435OD01.htm> [Accessed 14 Setembro 2010].
- Alhajji, A.F., 2007c. Definions and Concepts (part 3/5). *Middle East Economic Survey*, 5 Novembro. Available at: <http://www.mees.com/postedarticles/oped/v50n455OD01.htm> [Accessed 12 Maio 2010].

- Alhajji, A.F., 2007d. What is Energy Security? Definions and Concepts (part 5/4). *Middle East Economic Survey*, 5 Novembro. Available at: <http://www.mees.com/postedarticles/oped/v50n52-5OD01.htm> [Accessed 12 Maio 2010].
- Alhajji, A.F., 2007e. What is Energy Security? Asian Countries and the Concept of Energy Security (Parte 2/5). *Middle East Economic Survey*, 22 Outubro. Available at: <http://www.mees.com/postedarticles/oped/v50n43-5OD01.htm> [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Al-jazeera, 2012. *China Unbowed by US Pressure*. [Online] Available at: <http://www.aljazeera.com/news/asia-pacific/2012/01/2012110143018616205.html> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- AllBusiness.com, 2011. *Chuandongbei Gas Output Delayed To 2011, Chinese Gas Production View Still Bullish*. [Online] Available at: <http://www.allbusiness.com/mining-extraction/oil-gas-exploration-extraction/14616260-1.html> [Accessed 27 Dezembro 2011].
- Alterman, J.B. & Garver, J.W., 2008. *The Vital Triangle China, The United States, and the Middle East*. Center for Strategic & International Studies. Washington: The CSIS Press.
- Alves, D.B., 2007. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. *Revista dos Negócios Estrangeiros*, Fevereiro. pp. 56-71.
- Alves, A.C., 2010. The Oil factor in sino-Angolan Relations at the star of the 21st century. *SAIIA Ocasinal Paper*, n.º 55.
- Anadarko, 2013. *Anadarko Offshore Area 1*. [Online] Available at: <http://www.anadarko.com/Operations/Pages/LNGOffshoreArea1.aspx> [Accessed 12 Janeiro 2013].
- Andrews-Speed, P., Liao, X. & Dannr, R., 2002. China's energy security policy. *Adelphi Papers*, 42, pp. 11-44.
- Andrews-Speed, P., 2009. *China's overseas oil investments: host country perspectives*. [Online] Available at: <http://www.dundee.ac.uk/cepmlp/gateway/index.php?news=30264> [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Angola Hub, 2012. *Angola takes out US\$500 million in loans from China ExIm Bank*. [Online] Available at: <http://www.angolahub.com/index.php/pt/angola-news/1202-angola-contraiu-500-milhoes-de-dolares-em-emprestimos-junto-do-banco-exim-da-china> [Accessed 14 Setembro 2012].

- Angola LNG, 2011. *Recursos de Gás Natural*. [Online] Available at: <http://www.angolalng.com/projecto/resources.htm> [Accessed 14 Dezembro 2011].
- Angola Notícias, 2010. *Sonangol compra à Daweoo cinco petroleiros*. [Online] (1 de Março) Available at: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=26744 [Accessed 2 Outubro 2010].
- Angola Press News Agency, 2006. Comunicado do Conselho de Ministros. *Angola Press News Agency*, 22 Fevereiro.
- Angola.AO, 2012. *Economia Recursos Minerais*. [Online] Available at: <http://visiteangola.com/recursosminerais.htm> [Accessed 14 Março 2012].
- ANGONOTÍCIAS, 2006. *A revolucionaria refinaria do Lobito*. [Online] (26 de Junho) Available at: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/9776> [Accessed 14 Março 2008].
- Angop, 2005. *Angola e China assinam nove acordos de cooperação*. [Online] (25 de Fevereiro) Available at: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2005/1/8/Angola-China-assinam-nove-acordoscooperacao [Accessed 17 Janeiro 2009].
- Angop, 2006. *Angola constitui factor de paz e estabilidade em África*. [Online] Available at: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2006/5/25/Angola-constitui-factor-paz-estabilidade-Africa,dbb65471-04cd-44b4-abe7-246c553b016c.html [Accessed 20 Janeiro 2010].
- Angop, 2009. *China, Angola relations excellent - ambassador*. [Online] Available at: http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/politica/China-Angola-relations-excellent-ambassador,643552b2-fb24-40ba-b028-227a897c6366.html [Accessed 26 Março 2009].
- Angop, 2010. *SADC Preocupada com Pirataria na Região*. [Online] (23 de Novembro) Available at: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2010/6/29/Sadc-preocupada-com-pirataria-Regiao,9a1941ab-25bb-4c3b-abbad9914fa29752.html [Accessed 4 Dezembro 2010].
- ANP, 2012. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – 2012*. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural Biocombustíveis.

- Área Militar, 2012. *Navio das Marinhas do Mundo - Liaoning*. [Online] Available at: <http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/nav.aspx?nn=137> [Accessed 20 Dezembro 2012].
- Associated Press, 2009. *Iran, China Sign \$3.2B Gas Deal*. [Online] Available at: <http://www.foxnews.com/story/0,2933,509260,00.html> [Accessed 15 Maio 2010].
- Australia Northern Territory, 2011. *Sunrise LNG*. Darwin: Australia Northern Territory.
- Australian Government, 2009. *Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030*. Defence White Paper 2009. Canberra: Department of Defence.
- Australian Minister for Resources and Energy, Minister for Tourism, 2012. *Government Welcomes Australia Pacific LNG-Sinopec Agreement*. [Online] (23 de Janeiro) Available at: <http://minister.ret.gov.au/mediacentre/mediareleases/pages/aplngsinopecagreement.aspx> [Accessed 24 Janeiro 2012].
- Autoridade Nacional do Petróleo, 2012a. *Elang, Kakatua and Kakatua North (EKKN) Oilfield*. [Online] Available at: <http://www.anptl.org/webs/anptlweb.nsf/vwAll/JPDA%2003-12> [Accessed 24 Janeiro 2012].
- Autoridade Nacional do Petróleo, 2012b. *Bayu-Undan Gas Field*. [Online] Available at: <http://www.anptl.org/webs/anptlweb.nsf/vwAll/JPDA%2003-12%20and%20JPDA%2003-13> [Accessed 25 Janeiro 2012].
- Ba Kaung, 2011. *Burma Awarded 2014 Asean Chair*. [Online] Irrawaddy Publishing Group (17 de Novembro) Available at: http://www2.irrawaddy.org/article.php?art_id=22480 [Accessed 19 Novembro 2011].
- Bajpae, C., 2005. China fuels Energy Cold War. *Asia Times*, 5 Março.
- Banco de Portugal, 2012. *Evolução da Economia dos PALOP e de Timor-Leste*. [Online] Available at: http://www.bportugal.pt/ptPT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/03_Angola_Txt.pdf [Accessed 20 Dezembro 2012].
- Banco Mundial, 2012. *China 2030. Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society*. Realizado pelo Banco Mundial e pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da RPC. Washington: International Bank for Reconstruction and Development.
- Barboza, D., 2010. *China passes Japan as second-largest economy*. [Online] Available at: <http://www.nytimes.com/2010/08/16/business/global/16yuan.html> [Accessed 18 Agosto 2010].

- Barnes, A., 2011. The Political Economy of Oil in Russia. “Really Existing Capitalism?”. *PONARS Eurasia Policy Memo*, n.º 168(Setembro), pp. 1-7.
- Baumann, F., 2008. Energy Security as Multidimensional Concept. *Policy Analysis*, 1 Março. pp.1-14.
- BBC Brasil, 2004. *Lula inaugura escritório da Petrobras na China*. [Online] (23 de Maio) Available at: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/05/040523_is_abelml.shtml [Accessed 14 Janeiro 2009].
- BBC Brasil, 2007. *Parceria com China criará megafusina de etanol no Nordeste*. [Online] Available at: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/printable/070626_etanolchinafp.shtml [Accessed 12 Janeiro 2010].
- BBC News Asia Pacific, 2010. *China coal mine accidents “kill at least 38”, trap more*. [Online] BBC News Asia Pacific, 29 de Setembro. Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-10675363> [Accessed 19 Outubro 2010].
- Becard, S.R., 2008. *O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)*. Fundação Alexandre de Gusmão ed. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais.
- Becard, S.R., 2011. O que esperar nas Relações Brasil-China? *Revista de Sociologia Política*, 19, n.º suplementar, pp. 31-44.
- Bedi, R., 2004. A New Doctrine for the Navy. *India's National Magazine*, 21, n.º 14.
- Bedi, R., 2012. *India begins use of Chabahar port in Iran despite international pressure*. [Online] (1 de Março) Available at: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/india/9115192/India-begins-use-of-Chabahar-port-in-Iran-despite-international-pressure.html> [Accessed 14 Março 2012].
- Beech, H., 2012. *A Cease-Fire in Burma: Is One of the World's Oldest Insurgencies About to End?* [Online] (12 de Janeiro) Available at: <http://world.time.com/2012/01/12/a-ceasefire-in-burma-is-one-of-the-worlds-oldest-insurgencies-about-to-end/> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Bell, J., 2005. *Doing your Research Project: A Guideline for First-Time Researchers in Education and Social Science*. 5th ed. Milton Keynes: Open University Press.
- Bernard, C., 2003. *Oil for the Lamps of China — Beijing's 21st-Century Search for Energy*. Washington: National Defense University Press.

- BES, 2011. *International Support kit of Opportunities - China*. [Online] Available at: <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=3133fc35-965a-4222-8818-acb76926bc3d> [Accessed 15 Janeiro 2012].
- Blas, J., Dombel, D. & Hoyos, C., 2009. *Chinese Begin Petrol Supplies to Iran*. [Online] (22 de Setembro) Available at: http://www.ft.com/cms/s/0/b858ace8-a7a4-11de-b0ee-00144feabdc0.html?nclick_check=1 [Accessed 15 Agosto 2010].
- Blázquez, J. & Martín-Moreno, J.M., 2012. *The rise of emerging markets and its impact on global energy security*. ESADEgeo Working Paper. ESADE.
- Bloomberg Businessweek, 2010. *Company Overview of Sonangol Sinopec International Ltd*. [Online] Available at: <http://investing.businessweek.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=61894867> [Accessed 24 Março 2010].
- Blumenthal, D., 2008b. Concerns with Respect to China's Energy Policy. In G.B. Collins, A.S. Erickson, L.J. Goldstein & W.S. Murray, eds. *China's energy strategy: the impact on Beijing's maritime policies*. Annapolis: Naval Institute Press. pp. 418-36.
- Bo, Z., 2010. China's New National Energy Commission: Policy Implications. *EAI Background Brief*. N.º 4, 5 Fevereiro. pp. 1-12.
- Bohi, D.R. & Toman, M.A., 1993. Energy security: externalities and policies. *Energy Policy*, 21, n.º 11(Novembro), pp. 1093-109.
- Bohi, D.R. & Toman, M.A., 1996. *The Economics of Energy Security*. Boston/Dordrecht/London: Kluwer Academic Publishers.
- BP, 2011a. *BP Energy Outlook 2030*. [Online] (Janeiro) Available at: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2010_downloads/2030_energy_outlook_booklet.pdf [Accessed 16 Março 2011].
- BP, 2011b. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres: BP.
- BP, 2011c. *Yacheng 13-1 Gas Field*. [Online] Available at: <http://www.bp.com/sectiongenericarticle.do?categoryId=9005200&contentId=7010318> [Accessed 4 Janeiro 2011].
- BP, 2012. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres.
- Branigan, T., 2008. Snowstorms cause havoc in China. *The Guardian*, 28 Janeiro. Available at: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/jan/28/weather.china> [Accessed 14 Março 2009].

- Bristow, M., 2011. *China suspends nuclear building plans*. [Online] BBC News, Beijing (17 de Março) Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-12769392> [Accessed 20 Março 2011].
- British Embassy Beijing, 2011. *China Energy Monthly Newsletter*. Report prepared by UK Trade & Investment (UKTI). Pequim.
- Brown, F., 2007. On Climate Change, Energy and National Security. In CNACorporation *National security and the Threat of Climate Change*. pp. 41-42.
- Bush, C., 2009. China-Japan Tensions, 1995-2006. Why They Happened, What To Do. *Foreign Policy Policy Paper*, n.º 16, pp. 1-46.
- Business China, 2010. *China Concludes \$6 Billion Loan-For-Coal Deal with Russia*. [Online] Business China, 9 de Setembro. Available at: <http://en.21cbh.com/HTML/2010-9-9/0NMDAwMDE5Njc0NQ.html> [Accessed 25 Novembro 2011].
- Businessweek, 2013. *Company Overview of Unipet Asia Company Limited*. [Online] Available at: <http://investing.businessweek.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapid=5491105> [Accessed 2 Abril 2013].
- BusinessWire, 2004. *Sinopec, ExxonMobil, Saudi Aramco e Fujian Petrochemical Assinam Contrato Para Desenvolvimento de Projetos de Fabricação e Marketing de Fujian*. [Online] Available at: <http://www.businesswire.com/news/home/20040825005700/pt/> [Accessed 4 Maio 2010].
- Buszynski, L., 2006. Oil and Territory in Putin's Relations with China and Japan. *The Pacific Review*, 19, n.º 3, pp. 287-303.
- Cabestan, P., 2010. China New Diplomacy: Old Wine in New Bottle. In S. Breslin, ed. *Handbook of China's International Relations*. Londres: Routledge. pp.1-10.
- Caijing, 2010. *CNPC, Shell to Acquire Australian Arrow Energy*. [Online] Available at: <http://www.caijing.com.cn/2010-03-22/110400854.html> [Accessed 24 Abril 2010].
- Calabrese, J., 2005. Saudi Arabia and China Extend Ties Beyond Oil. *China Brief*, 31 Dezembro.
- Cardoso, L., 1979. Editorial. *Nação e Defesa*, n.º 12, pp. 5-13.
- Carletti, A., 2012. A Política de Boa Vizinhaça Chinesa no Contexto da Integração Regional Asiática. *Boletim Meridiano* 47, 13, n.º 132, pp. 11-18.

- Carriço, A., 2007. Uma “Pérola” perto de um mar de Petróleo: a importância do Porto de Gwadar para a China. *Revista Militar*, 27 Setembro.
- Carriço, A., 2008. A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas. *Nação e Defesa*, N.º 119 - 3.ª Série, pp. 63-106.
- Carriço, A., 2012. *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China (1998-2010). Uma Desconstrução do Discurso e das Perceções de (In)segurança*. Lisboa: IDN.
- CDB, 2011. *China Development Bank - Operations Overview*. [Online] Available at: <http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=100> [Accessed 14 Dezembro 2011].
- CEBC, 2006. *CNOOC acquire campo de petróleo na Nigéria*. [Online] Available at: http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=13636 [Accessed 24 Setembro 2009].
- CEBC, 2011. *Investimentos Chineses no Brasil. Uma nova fase na relação*. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China.
- CEIC-UCAN, 2010. *Relatório Energia em Angola*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Center for Contemporary Conflict (CCC), 2008. Energy, Resource Conflict, and the Emerging World Order. *Strategic Insights*, VII, n.º 1, pp. 1-5.
- Centro de Estudos Chineses, 2010. *Avaliação de compromissos FOCAC da China em relação a Africa, e pesquisa do caminho a seguir*. Preparado para a Fundação Rockefeller. Stellenbosch: Universidade de Stellenbosch.
- CEPAL, 2012. *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- CEREC, 2011. *U.S.-China Clean Energy Research Center (CERC)*. [Online] Available at: <http://www.us-china-cerc.org/> [Accessed 13 Novembro 2011].
- Cesar, A.M., 2006. *Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração*. [Online] Available at: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf [Accessed 24 Setembro 2009].
- Chang, F. K., 2001. Chinese Energy and Asian Security. *Orbis*, pp. 211-40.

- Charlton, T., 2008. *The Petroleum Potential of East Timor*. [Online] Available at: <http://timcharlton.co.uk/images/pdf/east%20timor%20paper%20appea.pdf> [Accessed 14 Setembro 2010].
- Chatham House, 2011. *Angolan Complacency Hands Separatists Publicity*. [Online] (11 de Janeiro) Available at: [http://www.chathamhouse.org.uk/media/comment/angola_separatists/-/1024/-](http://www.chathamhouse.org.uk/media/comment/angola_separatists/-/1024/) [Accessed 18 Setembro 2011].
- Chatham House, 2012. *Angola e o Golfo da Guiné. Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada*. Relatório da conferência do Angola Forum a bordo do HMS Dauntless em Luanda, Angola, 29 de Junho de 2012. Londres: Royal Institute of International Affairs Chatham House.
- Che Xianming, 2005. Cong junshi jaodu kan wo guo nengyuan anquan (A Military Perspective of Our Country's Energy Security). In Z. Ba, ed. *Da guo singqi zhong di guojia anqu (National Security for Rising Great Powers)*. Pequim: Beijing Daxue chubanshe (Beijing University Press). pp. 200-05.
- Chellaney, B., 2007. Quad Initiative: an inharmonious concert of democracies. *The Japan Times*, 19 Julho.
- Chen Guangwen, 2010. The call of the open sea: towards a deep-water navy. *Jianzai Wuqi – Shipborne Weapons*, pp. 10-15.
- Chen Shaofeng, 2010. China's Self-Extrication from the Malacca Dilemma" and Implications. *International Journal of China Studies*, 1, No. 1(Janeiro), pp. 1-24.
- Chen Xinhua, 2003. Energy Security must be Attach Importance to Internal Factors and Stress the Safeguarding of the Policy System. *Zhongguo Nengyuan [China Energy]*, n.º 5.
- Chen Y.Y., 2008. 江泽民“走出去”战略的形成及其重要意义 (O Significao e a implementação da estratégia "Going Out" de Jiang). *People's Daily Online*, 13 October. Available at: <http://theory.people.com.cn/GB/40557/138172/138202/8311431.html> [Accessed 15 Janeiro 2009].
- Chichava, S., 2012. Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010). In S. Chichava & C. Alden, eds. *A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva*. IESE/SAIIA ed. Maputo. pp. 33-48.

- China Daily, 2005. *Wen Jiabao, Statement given at the first meeting of the Leading Energy Group, Energy Leading Group Set up*. [Online] China Daily, 4 de Junho. Available at: <http://www.china.org.cn/english/2005/Jun/131045.htm> [Accessed 25 Abril 2008].
- China Daily, 2006a. *China, India sign energy agreement*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2006-01/13/content_511871.htm [Accessed 25 Janeiro 2008].
- China Daily, 2006b. *China, Saudi Arabia forge closer relationship*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2006-01/24/content_515060_2.htm [Accessed 24 Setembro 2010].
- China Daily, 2006c. *Sinopec deepens oil interests in Angola*. [Online] (13 de Junho) Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-06/13/content_616030.htm [Accessed 15 Dezembro 2010].
- China Daily, 2007. *China-Mozambique bilateral relations*. [Online] (26 de Janeiro) Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-01/26/content_793510.htm [Accessed 12 Setembro 2010].
- China Daily, 2009a. *Russia, China sign \$25 billion energy deal*. [Online] (17 de Fevereiro) Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-02/17/content_7485869.htm [Accessed 14 Março 2009]
- China Daily, 2009b. *China signs \$260m airport deal with Mauritius*. [Online] (17 de Fevereiro) Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/200902/17/content_7485582.htm [Accessed 29 Outubro 2010].
- China Daily, 2010a. *CNPC starts exploration of oil field in Xinjiang*. [Online] (21 de Dezembro) Available at: http://www.china.org.cn/business/201112/27/content_24263341.htm [Accessed 10 Janeiro 2011].
- China Daily, 2010b. *CNPC has Huge Plans for Xinjiang*. [Online] China Daily, 20 de Junho. Available at: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/201007/20/c_13406138.htm [Accessed 21 Julho 2010].
- China Daily, 2010c. *China-Russia Energy Deals Mark 'New Era'*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-09/28/content_11355858.htm. [Accessed 2010 Setembro 29].

- China Daily, 2011. *Uranium imports in marked decline*. [Online] (3 de Agosto) Available at: http://www.china.org.cn/business/2011-08/03/content_23129496.htm [Accessed 2 Outubro 2011].
- China Daily, 2012. *Venezuela, China: 38 years of diplomatic relations*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-06/28/content_15528289.htm [Accessed 28 Junho 2012].
- China Development Bank, 2011. *Euro-Asia Economic Forum 2011: Chen Yuan Advocates Financial Cooperation to Bolster Region's Economic Restructuring*. [Online] (23 de Setembro) Available at: <http://www.cdb.com.cn/english/NewsInfo.asp?NewsId=3859> [Accessed 25 Setembro 2011].
- China Mining Association, 2010. *China has Realized 80pct of Coalmine Closure Target*. [Online] China Mining Association (CMA), 19 de Setembro. [Accessed 24 Setembro 2010].
- China Oil Web, 2010. *China pumps another \$1 billion into Canadian oilsands with Penn West deal*. [Online] Available at: <http://news.chinaoilweb.com/China/China-pumps-another-1-billion-into-Canadian-oilsands-with-Penn-West-deal.6451.htm> [Accessed 20 Maio 2010].
- China Petroleum Engineering & Construction Corporation, s.d. *Overseas business Projects*. [Online] Available at: http://www.cnpc.com.cn/cpecc/en/business/global_business/overseas_business/ [Accessed 14 Janeiro 2011].
- China Sonangol, 2012. *Our Business - China Sonangol*. [Online] Available at: http://www.chinasonangol.com/oil_and_gas.html [Accessed 20 Dezembro 2012].
- China State Council Information Office, 2007. *White Paper on China's Energy Conditions and Policies*. [Online] Available at: <http://www.china.org.cn/english/environment/236955.htm> [Accessed 12 Maio 2009].
- China SZ, 2012a. *China, Oman win stake in Portuguese utility REN*. [Online] (3 de Fevereiro) Available at: http://news.szenergy.biz/news_7714.html [Accessed 2012 Fevereiro 2012].
- China SZ Energy, 2012b. *Brazilian oil sector eyes Chinese investment*. [Online] (25 de Maio) Available at: http://news.szenergy.biz/news_9222.html [Accessed 27 Maio 2012].

- China Vitae, 2012. *China Vitae*. [Online] Available at: <http://www.chinavitae.com/index.php> [Accessed 14 Janeiro 2011].
- China.org.cn., 2010. *Xi Jinping proposes stable energy ties with Venezuela*. [Online] Available at: http://www.china.org.cn/video/2009-02/19/content_17302971.htm [Accessed 2 Março 2010].
- Chinapage, s.d. *普光气田 (Puguang Gas Field)*. [Online] Available at: www.chinapage.com/power/oil-gas/puguang-gasfield.html [Accessed 14 Janeiro 2009].
- Chinese Foreign Ministry, 2006. *Guinea-Bissau*. [Online] Available at: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183519.htm> [Accessed 14 Outubro 2009].
- Christie, E.H., 2009. Energy vulnerability and EU-Russia energy relations. *Journal of Contemporary European Research*, pp. 274-92.
- Chung, C. & Rosengberg, D., 2008. Maritime Security in the South China Sea: Coordinating Coastal and User State Priorities. *Ocean Development and International Law*, 39, n.º 1, pp. 51-68.
- CIA, 2012. *The World Factbook - South America: Brazil*. [Online] Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html> [Accessed 20 Janeiro 2012].
- Ckeyu, C., 2011. *Firms ponder a return to Libya*. [Online] Available at: http://usa.chinadaily.com.cn/business/2011-10/25/content_13967271.htm [Accessed 2 Novembro 2011].
- Club-k Angola, 2009. *Cidadão Chinês Raptado em Cabinda*. [Online] (20 de Novembro) Available at: http://clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3910:cidadao-chines-raptado-em-cabinda&catid=2:sociedade&Itemid=69 [Accessed 3 Dezembro 2009].
- CNN, 2012. *Global 500 listing - China*. [Online] Cable News Network Available at: <http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2011/countries/China.html> [Accessed 14 Janeiro 2012].

- CNOOC, 2011a. *Key Operating Areas - Bohai Bay*. [Online] Available at: <http://www.cnooclt.com/encnooclt/AboutUs/zygzq/OffshoreChina/129.shtml> [Accessed 27 Dezembro 2011].
- CNOOC, 2011b. *Key Operating Areas - Eastern South China Sea*. [Online] Available at: <http://www.cnooclt.com/encnooclt/AboutUs/zygzq/OffshoreChina/187.shtml> [Accessed 27 Dezembro 2011].
- CNOOC, 2011d. *Key Operating areas - Australia*. [Online] Available at: <http://www.cnooclt.com/encnooclt/AboutUs/zygzq/Overseas/192.shtml> [Accessed 30 Outubro 2011].
- CNOOC, 2012. *CNOOC Oil & Petrochemicals Co., Ltd.* [Online] CNOOC Available at: http://en.cnooc.com.cn/data/html/english/channel_141.html [Accessed 14 Dezembro 2011].
- CNPC, 2011a. *CNPC at Glance*. [Online] CNPC Available at: <http://www.cnpc.com.cn/eng/company/presentation/Glance/> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- CNPC, 2011b. *Celebrate the 50th Anniversary of the Discovery of Daqing Oilfield*. [Online] China National Petroleum Corporation Available at: http://www.cnpc.com.cn/en/aboutcnpc/ourbusinesses/explorationproduction/operatediol/daqing_oilfield_50_years.htm [Accessed 15 Março 2011].
- CNPC, 2011c. *CNPC in Kazakhstan - major events*. [Online] Available at: <http://www.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/kazakhstan/> [Accessed 14 Março 2011].
- CNPC 2011d. *Events CNPC*. [Online] Available at: <http://www.cnpc.com.cn/resource/english/images1/flash/Events.swf?COLLCC=3106973731&> [Accessed 25 Outubro 2011].
- CNPC, 2011e. *CNPC in Russia - Major Events*. [Online] Available at: <http://www.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/russia/?COLLCC=2227658946&> [Accessed 24 Outubro 2011].
- CNPC, 2013. *中国石油与意大利埃尼公司签订两项合作协议 (A CNPC e a italiana ENI assinaram dois acordos)*. [Online] (14 de Março) Available at: http://www.cnpc.com.cn/News/zzxw/xwzx/xwygg/201303/20130314_C5866.shtml?COLLCC=381339915& [Accessed 15 Março 2013].

- Cole, B.D., 2002. The PLA Navy and 'Active Defense'. In Flanagan, S.J. & Marti, E. *The People's Liberation Army and China in Transition*. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Ch. 7. pp. 129-38.
- Comunidade Económica Europeia, 1998. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 179, pp. 1-134.
- Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC, 2011. *Atos em Vigor Assiandos entre o Brasil e a República Popular da China*. [Online] Available at: <http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/acordos-bilaterais> [Accessed 22 Outubro 2011].
- Conselho Empresarial Brasil-China, 2013. *Principais Parceiros Comerciais*. [Online] Available at: <http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/china-comercio-exterior/principais-parceiros-comerciais?y=2012> [Accessed 14 Março 2013].
- Constantin, C., 2005. China's Conception of Energy Security: Sources and International Impacts. *UBC Working Paper*, 43, 2005. Available at: http://www.ligi.ubc.ca/sites/liu/files/Publications/Constantin_WP43.pdf. [Accessed 20 Janeiro 2008].
- Consulate General of India in Jeddah, 2003. *Delhi Declaration, Signed by King Abdullah bin Abdulaziz Al Saud of the Kingdom of Saudi Arabia and Prime Minister Dr. Manmohan Singh of India*. [Online] (27 de Janeiro) Available at: <http://cgijeddah.mkcl.org/Content.aspx?ID=26453&PID=683> [Accessed 14 Janeiro 2010].
- COOC, 2012. *China National Offshore Oil Corporation*. [Online] Available at: http://en.cnooc.com.cn/data/html/english/channel_110.html [Accessed 15 Dezembro 2012].
- Corkin, L., 2012. Eximbank da China em Angola. *Pontes*, 8, n.º 7, p. 4.7.
- Costa e Silva, A., 2012. *Mudanças estruturais e estratégicas em curso no mercado da energia*. [Online] Available at: <http://www.culturgest.pt/actual/13-petroleoegas.html> [Accessed 8 Fevereiro 2012].
- Costa, J.A., 2012. *Sonangol opera bloco petrolífero na Guiné-Bissau*. [Online] (16 de Maio) Available at: http://expansao.sapo.ao/noticias/economia_e_financas/detalhe/sonangol_operar_bloco_petroliifero_na_guine_bissau/DetalheImprimir [Accessed 20 Maio 2012].

- Costa, A.D. & Huáscar, F.P., 2009. A Trajetória de Internacionalização da Petrobras na Indústria de Petróleo e Derivados. *História Econômica & História de Empresas*, XII, n.º 1, pp. 5-31.
- Costa, A.J.D. & Souza-Santos, E.R.d., 2009. Exploração das reservas petrolíferas do pré-sal, papel da Petrobras e os novos marcos regulatórios. *Economia & Tecnologia*, 19, pp. 129-142.
- CPLP, 2010. *Estados Membros*. [Online] Available at: <http://www.cplp.org/id-22.aspx> [Accessed 14 Março 2011].
- Cravinho, J., 2006. *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2nd ed. Viseu: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- CWPP Project Beijing, 2012. *China Wind Power Center*. [Online] Available at: <http://www.cwpc.cn/cwpc/en/node/6548> [Accessed 24 Janeiro 2012].
- Darbouche, H. & Fattouh, B., 2011. *The Implications of the Arab Uprisings for oil and gas Markets*. [Online] University of Oxford Available at: http://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2011/09/MEP_2.pdf [Accessed 24 Outubro 2011].
- Dash, D.K., 2012. *India eyeing Iran's Chabahar port for direct access to Central Asia*. [Online] (26 de Agosto) Available at: http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2012-08-26/india/33401506_1_direct-access-iran-s-chabahar-indian-ports-association [Accessed 28 Agosto 2012].
- Deese, D. A. 1979. Energy: Economics, Politics and Security. *International Security*, 4, n.º 3, pp. 140-53.
- Defense Studies, 2011. *East Timor is acquiring two navy patrol boats from South Korea*. [Online] (28 de Setembro) Available at: <http://rpdefense.over-blog.com/article-east-timor-naval-force-receives-three-patrol-vessels-from-south-korea-85362814.html> [Accessed 29 Setembro 2011].
- Departamento de Defesa da China, 2012. *中国首艘航空母舰“辽宁”号正式交接入列*. [Online] (25 de Setembro) Available at: http://news.mod.gov.cn/headlines/2012-09/25/content_4401674.htm [Accessed 27 Setembro 2012].
- Departamento Económico e Comercial da Embaixada da China em Portugal, 2012. *As empresas chinesas e portuguesas vão desenvolver cooperação em terceiro mercado*.

- [Online] (3 de Julho) Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1419> [Accessed 4 Julho 2012].
- Diário Económico, 2007. Empresa estatal chinesa constrói novo hospital timorense. *Diário Económico*, 27 Agosto.
- Dijk, P.V., 2009. The Political Impact of Chinese in Sudan. In *The New Presence of China in Africa*. Amesterdão: Amstardan University Press. pp. 141-156.
- DiploNews, 2012. *China-East Timor relations have made great progress*. [Online] (22 de Maio) Available at: http://www.diplonews.com/feeds/free/22_May_2012_61.php [Accessed 26 Maio 2012].
- Direcção de Serviços de Prospectiva, 2006. As Diferentes Faces da China - 6 em 1. In D.D.P.E. Planeamento, ed. *Informação Internacional. Análise Económica*. Lisboa. pp. 1-598.
- Dodd, M., 2007. *East Timor military blueprint unrealistic: Downer*. [Online] (8 de Junho) Available at: http://www.theaustralian.com.au/news/nation/e-timor-militaryblueprint-unrealistic-downer/story-e6frg6nf-1111113708169?from=public_rss [Accessed 9 Junho 2007].
- DOE/EIA, 2012. *Annual Energy Outlook 2012 with Projections to 2035*. [Online] (Junho) Available at: [http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383\(2012\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383(2012).pdf) [Accessed 24 Dezembro 2012].
- Donovan, R.S., 2012. China's Economy: Seizure or Cancer? *The Diplomat*, 17 Outubro.
- Dorraj, M. & Currier, C.L., 2011. China's Quest for Energy Security in the Middle East: Strategic Implications. In M. Dorraj & C.L. Currier, eds. *China's Energy Relations with the Developing World*. Londres: Continuum International Publishing Group. pp. 65-82.
- Dotson, J., 2012. *The China Rising Leaders Project, Part 1: The Chinese Communist Party and Its Emerging Next-Generation Leaders*. U.S.-China Economic and Security Review Commission Staff Research Report. U.S.-China Economic and Security Review Commission.
- Downs, E. S., 2000. *China's Quest for Energy Security*. Santa Monica: RAND.
- Downs, E. S., 2004. The Chinese Energy Security Debate. *China Quarterly*, pp. 21-41.
- Downs, E. S., 2006. China. *The Brookings Foreign Policy Studies Energy Security Series*, Dezembro. pp. 1-67.

- Downs, E.S., 2010. Sino-Russian Energy Relations: An Uncertain Courtship. In Bellacqua, J.A. *The Future of China-Russia Relations*. Lexington: The University Press of Kentucky. pp. 146-78.
- Downs, E.S., 2011. China Development Bank's Oil Loans: Pursuing Policy and Profit. *China Economic Quarterly*, 9 Dezembro. pp. 43-47.
- Drifte, R., 2008. From 'Sea of Confrontation' to 'Sea of Peace, Cooperation and Friendship'? – Japan Facing China in the East China Sea. *Japan Aktuell*, n.º 22, pp. 27-50.
- Du Chaoping & Liang Guihua, 2004. Yindu xin jian yuandong zhanlue fangyu jidi (A Índia constroi uma base estratégica de defesa no Leste Oriental. *Dangdai Haijun*, n.º 4.
- Duarte, P., 2012. Disputa sobre ilhas ameaça laços comerciais sino-japoneses. *Económico*, 9 Setembro.
- Duarte, P. & Fernandes, C., 2010. Energy Security. Evaluation of the Current Energy Geopolitical Scenario: Risks and Threats. In *C4 Conference*. Madrid, 2010.
- Dunn, J., 2003. *East Timor: a Rough Passage to Independence*. Double Bay, New South Wales: Longueville Books.
- Dyer, G. & Anderlini, J., 2011. China's Lending hits New Heights. *Financial Times*, 17 Janeiro. Available at: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/488c60f4-2281-11e0-b6a2-00144feab49a.html#axzz1lFLSujcW> [Accessed 24 Janeiro 2011].
- EarthRights International, 2008. *China in Burma: The Increasing Investment of Chinese Multinational Corporations in Burma's Hydropower, oil, natural gas and mining sections*. Chiang Mai: Chiang Mai University EarthRights International.
- The Economic Research Institute for Northeast Asia, 2010. *Eastern Siberia–Pacific Ocean oil pipeline (ESPO) route*. [Online] Available at: <http://www.erina.or.jp/en/Asia/map/index5.htm> [Accessed 25 Maio 2010].
- Económico, 2012. *EDP e China Three Gorges estudam 15 projectos de investimento*. [Online] (21 de Dezembro) Available at: http://economico.sapo.pt/noticias/edp-e-china-three-gorges-estudam-15-projectos-de-investimento_159004.html [Accessed 21 Dezembro 2012].

- Economist Intelligence Unit, 2012. *Supersized cities China's 13 megalopolises*. [Online] Available at: https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Megalopolis2012. [Accessed 2 Novembro 2012].
- ERINA, 2010. *Rota do Oleoduto ESPO (East Siberia–Pacific Ocean)*. [Online] Available at: <http://www.erina.or.jp/en/Asia/map/> [Accessed 10 Maio 2010].
- EDP Renováveis, 2012. *Relatório e Contas 2011*. Lisboa: EDP Renováveis.
- EDP, 2010. *EDP E CPI Celebram Memorando de Entendimento para uma possível parceria comercial*. [Online] (7 de Novembro) Available at: http://www.pwc.com.br/pt_BR/publicacoes/setores-atividade/assets/energia/power-deals-2012-outlook-2011-review.pdf [Accessed 24 Novembro 2010].
- EDP, 2012. *EDPR acorda com CTG primeiro investimento em participações minoritárias em parques eólicos*. [Online] (20 de Dezembro) Available at: <http://www.edpr.com/pt-pt/media-2/noticias/?id=6124> [Accessed 27 Dezembro 2012].
- EDP, 2013. *empresa portuguesa beneficiará de novo empréstimo de mil milhões de euros “no princípio de 2014”*. [Online] Available at: <http://www.edp.pt/pt/media/noticias/2012/Pages/EDPcontrataemprestimocomoChinaDevelopmentBank.aspx> [Accessed 24 Março 2013].
- EIA, 2010a. *Country Analysis Brief - China*. [Online] EIA (Novembro) Available at: <http://www.eia.gov/cabs/china/pdf.pdf> [Accessed 18 Setembro 2011].
- EIA, 2010b. *Country Analysis Brief - Cazaquistão*. [Online] (Novembro) Available at: <http://www.eia.gov/EMEUCabs/Kazakhstan/pdf.pdf> [Accessed 11 Janeiro 2011].
- EIA, 2011a. *Country Analysis Brief - Arábia Saudita*. [Online] (Janeiro) Available at: http://www.eia.gov/EMEUCabs/Saudi_Arabia/pdf.pdf [Accessed 24 Março 2011].
- EIA, 2011b. *Country Analysis Brief - China*. [Online] (Maio) Available at: <http://www.eia.gov/EMEUCabs/China/pdf.pdf> [Accessed 27 Abril 2011].
- EIA, 2011c. *Country Analysis Brief- Angola*. [Online] (Agosto) Available at: <http://205.254.135.7/countries/cab.cfm?fips=AO> [Accessed 10 Setembro 2011].
- EIA, 2011d. *International Energy Outlook 2011*. [Online] Available at: [http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484\(2011\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/0484(2011).pdf) [Accessed 28 Setembro 2011].

- EIA, 2011e. *Country Analysis Brief - India*. [Online] (Novembro) Available at: <http://www.eia.gov/cabs/india/Full.html> [Accessed 2011 Outubro 10].
- EIA, 2011f. *World Oil Transit Chokepoints*. [Online] (Dezembro) Available at: <http://205.254.135.7/countries/regions-topics.cfm?fips=WOTC> [Accessed 6 Janeiro 2012].
- EIA, 2011g. *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*. Washington: U.S. Department of Energy.
- EIA, 2012a. *Country Analysis Brief - Iran*. [Online] (9 de Janeiro) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=IR> [Accessed 4 Janeiro 2012].
- EIA, 2012b. *Country Analysis Brief - Brazil*. [Online] (28 de Fevereiro) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=BR> [Accessed 3 Março 2012].
- EIA, 2012c. *Country Analysis Brief - Japan*. [Online] (Junho) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=JA> [Accessed 2012 Setembro 12].
- EIA, 2012d. *Country Analysis Brief - Russia*. [Online] (18 de Setembro) Available at: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=RS> [Accessed 24 Setembro 2012].
- EIA, 2012e. *Country Analysis Brief - Venezuela*. [Online] (Outubro) [Accessed 25 Outubro 2012].
- EIA, 2012f. *Country Analysis Brief - China*. [Online] (4 de Setembro) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH> [Accessed 10 Setembro 2012].
- EIA, 2013a. *Country Analysis Brief - Angola*. [Online] (3 de Janeiro) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO> [Accessed 12 Janeiro 2013].
- EIA, 2013b. *Country Analysis Note - Mozambique*. [Online] (Abril) Available at: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=MZ> [Accessed 14 Abril 2013].
- EIA, 2013c. *Country Analysis Brief - India*. [Online] (Março) Available at: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=IN> [Accessed 20 Março 2013].
- EIU, 2012. *Angola Country Report January*. Londres: The Economist Intelligence Unit Limited.
- Eletrobrás CGTEE, 2005. *Chineses chegam e dão continuidade aos negociaaçoess de construção da Fase C de Candiota*. [Online] (31 de Janeiro) Available at: <http://www.cgtee.gov.br/sitenovo/index.php?secao=103&periodico=6> [Accessed 24 Janeiro 2011].

- Embaixada da República Popular da China em Angola, 2010. *Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China*. [Online] (20 de Novembro) Available at: <http://ao.chineseembassy.org/por/zagx/t771206.htm> [Accessed 22 Novembro 2010].
- Embaixada da República Popular da China em Angola, 2012. *2011年安哥拉是中国在非洲第二大贸易伙伴 (Angola é o principal parceiro comercial da China e o segundo em África, em 2011)*. [Online] Available at: <http://ao.mofcom.gov.cn/article/jmxw/d/201202/20120207951094.shtml> [Accessed 1 Março 2012].
- Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2010. *CNPC investirá US\$ 3,4 bilhões em campo petróleo no noroeste da China*. [Online] (12 de Junho) Available at: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t708441.htm> [Accessed 20 Junho 2010].
- Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2010. *Visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao*. [Online] (16 de Abril) Available at: <http://br.china-embassy.org/por/ztlz/jzhsg/t682295.htm> [Accessed 24 Abril 2010].
- Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011a. *China finaliza obras de infraestrutura para seu segundo gasoduto oeste-leste*. [Online] (14 de Junho) Available at: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t830597.htm> [Accessed 15 Setembro 2011].
- Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2011b. *Dados e Fatos: Comércio bilateral entre China e Brasil*. [Online] Available at: <http://br.china-embassy.org/por/jmwl/t814194.htm> [Accessed 24 Junho 2011].
- Embaixada da República Popular da China em Portugal, 2010. *Acordos assinados na visita do Presidente da República Popular da China*. [Online] (9 de Novembro) Available at: <http://pt.china-embassy.org/pot/ztlz/Presidente/t767751.htm> [Accessed 22 Janeiro 2011].
- Embassy of India in Beijing, 2012. *India-China Bilateral Relations*. [Online] (Janeiro) Available at: <http://www.indianembassy.org.cn/dynamiccontent.aspx?menuid=2&submenuid=0> [Accessed 24 Janeiro 2012].
- Embassy of the People's Republic of China in the Islamic Republic of Iran, 2010. *Position Paper of the People's Republic of China At the 65th Session of the United Nations General Assembly*. [Online] (13 de Setembro) Available at: <http://ir.chineseembassy.org/eng/zygx/t751990.htm> [Accessed 4 Dezembro 2010].

- Embassy of the People's Republic of China in the Islamic Republic of Iran, 2011. *China, Iran celebrate 40th anniversary of establishment of diplomatic relations*. [Online] (18 de Julho) Available at: <http://ir.chineseembassy.org/eng/zygx/t841539.htm> [Accessed 20 Julho 2011].
- Embassy of the People's Republic of China in the United States of America, 1996. *President Jiang Zemin to Visit US from October 26 to November 2*. [Online] Available at: <http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/zysj/jzxfm/t36245.htm> [Accessed 15 Janeiro 2009].
- Embraer, 2012. *Embraer e AVIC Anunciam Joint-Venture para fabricar jactos executivos na China*. [Online] (20 de Junho) Available at: <http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/EMBRAER-E-AVIC-ANUNCIAM-JOINT-VENTURE-PARA-FABRICAR-JATOS-EXECUTIVOS-NA-CHINA.aspx> [Accessed 24 Junho 2012].
- Encyclopædia Britannica Online, 2012. *Shengli oil field 2012*. [Online] (26 de Abril) Available at: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/539899/Shengli-oil-field> [Accessed 15 Março 2012].
- ENERGY.EU, 2010. *Uranium Proved Reserves by country in 2008*. [Online] EU Available at: <http://www.energy.eu/stats/energy-uranium-proved-reserves.html> [Accessed 15 Março 2011].
- ENI, 2011. *Eni starts production from the Kitan oil field offshore Australia and Timor-Leste*. [Online] (10 de Outubro) Available at: http://eni.com/en_IT/media/press-releases/2011/10/2011-10-10-eni-starts-production-from-kitan.shtml [Accessed 12 Outubro 2011].
- Ennes Ferreira, M., 2008. Just in Angola: just a passion for oil. In C. Alden, D. Large & R. Soares, eds. *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*. Nova Iorque: Columbia University Press. pp. 295-317.
- Environment News Service, 2011. *Myanmar Replaces Myitsone Dam Construction With Gold Mining*. [Online] (21 de Outubro) Available at: <http://ens-newswire.com/2011/10/21/myanmar-replaces-myitsone-dam-construction-with-gold-mining/> [Accessed 24 Outubro 2011].
- Erickson, A.S & Collins, G.B., 2007. Beijing's Energy Security Strategy: The Significance of a Chinese State-Owned Tanker Fleet. *Orbis*, 51, 4, pp. 665-84.

- Erickson, A.S. & Collins, G.B., 2010. China's Oil Security Pipe Dream. The Reality, and Strategic Consequences of Seaborne Imports. *Naval War College Review*, 63, 2, pp. 89-111.
- Erickson, A.S. & Goldstein, L., 2009. Gunboats for China's new "grand canals"? Probing the Intersection of Beijing's Naval and Oil Security Policies. *Naval War College Review*, 62, n.º 2, pp. 43-76.
- Esperança, J.P., 2012. *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. 3ª conferência do 1º Ciclo de Conferências do Observatório da Língua Portuguesa. Lisboa: Observatório da Língua Portuguesa.
- Europapress.es, 2012. *Ukraine improves efforts to diversify its energy sector*. [Online] Available at: <http://www.acercandonaciones.com/en/news/ucrania-mejora-los-esfuerzos-para-diversificar-su-sector-energetico.html> [Accessed 14 Dezembro 2012].
- Express Indian, 2010. *China, Sri Lanka 'good partners', Hu told Rajapaksha*. [Online] (6 de Fevereiro) Available at: <http://expressindia.indianexpress.com/latest-news/China-Sri-Lanka-good-partners-Hu-told-Rajapaksha/576450/> [Accessed 13 Janeiro 2011].
- Fachin, O., 2001. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- Fars News Agency, 2010. *Iranian Parliamentary Delegation Leaves Tehran for Beijing*. [Online] Available at: <http://english.farsnews.com/newstext.php?nn=8902181202> [Accessed 4 Setembro 2011].
- Fars News Agency, 2012. *Iran Willing to Join China-Tajikistan-Afghanistan Railway Link*. 5 June. Available at: <http://english.farsnews.com/newstext.php?nn=9102110907> [Accessed 17 Maio 2012].
- Fayen Wong, 2012. *PetroChina Company Limited : China starts work on third West-East gas pipeline*. [Online] (16 de Novembro) Available at: <http://www.4-traders.com/PETROCHINA-COMPANY-LIMITE-6499999/news/PetroChina-Company-Limited-China-starts-work-on-third-West-East-gas-pipeline-15386488/> [Accessed 18 Novembro 2012].
- Fazl-e-Haider, S., 2007. *China-Pakistan rail link on horizon*. [Online] (24 de Fevereiro) Available at: http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/IB24Df02.htmlAs [Accessed 13 Janeiro 2011].

- Feng Fei, Zhou Fengqi, Wang Qingyi, 2004. Zhongguo Nengyuan Fazhan Zhanlue Yu Zhengce Yanjiu Baogao [Report on China's Energy Development Strategy and Policy]. *Jinji Yanjiu Cankao [Review of Economic Research]*.
- Feng Jiang, 2006. 21世纪中国海军三大舰队构想 (Perspectivas para o plano das três frotas do ELP no século XXI). *舰载武器 (Armas de navio)*, pp. 19-22.
- Feng Yujun, 2008. Trends in Russian Energy Policy and China-Russia Energy Cooperation after the Transfer of Power. *Eluosi Yanjiu*.
- Ferdinand, P., 2011. Sino-Russian relations: an analytical overview. In A. Moshes & M. Nojonen, eds. *Russia-China relations. Current state, alternative futures, and implications for the West*. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs. pp. 22-37.
- Fernandes, P., 2011. *Anunciada descoberta de mais um poço de petróleo no Bloco 17/06*. [Online] Available at: http://expansao.sapo.ao/noticias/economia_e_financas/detalhe/anunciada_descoberta_de_mais_um_poco_de_petroleo_no_bloco_17_06 [Accessed 25 Maio 2011].
- Fernandes, C., 2012. O Petróleo e a Conflitualidade na África Subsariana: o exemplo da Nigéria. In A. Nascimento & C.C. Rodrigues, eds. *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. pp. 133-58.
- Fernando, H., 2011. A grandeza da China é fundamental no desenvolvimento de Timor-Leste. *Macau Hoje*, 25 Março.
- Ferro, M. & Hermenegildo, R.S., 2010. *(Re)Formação do Sector de Segurança em Timor-Leste*. [Online] (Fevereiro/Março) Available at: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=551 [Accessed 3 Abril 2010].
- Fettweis, C.J., 2009. No Blood for Oil: Why Resource. In G. Luft & Korin, eds. *Energy Security Challenges for the 21st Century. A Reference Handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC. Ch. 5. pp. 66-76.
- Fettweis, C.J., 2009. No Blood for Oil: Why Resource. In G. Luft & Korin, eds. *Energy Security Challenges for the 21st Century. A Reference Handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC. Ch. 5. pp. 66-76.

- Figueira, J.C.A., 2003. Petróleo no Brasil e na China e possibilidades de cooperação. In Guimarães, P., ed. *Brasil e China: Multipolaridade*. Brasília, 2003. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- Folha de São Paulo, 2010. *Petrobras anuncia descoberta de petróleo de alta qualidade em Angola*. [Online] Available at: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/823883-petrobras-anuncia-descoberta-de-petroleo-de-alta-qualidade-em-angola.shtml> [Accessed 4 Novembro 2010].
- Fórum de Macau, 2003. *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial de 2003*. [Online] (13 de Outubro) Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/gl2003.php> [Accessed 24 Janeiro 2008].
- Fórum de Macau, 2006. *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/gl2006.php> [Accessed 24 Janeiro 2008].
- Fórum de Macau, 2009. *Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/aboutus.php> [Accessed 15 Outubro 2009].
- Fórum de Macau, 2010a. *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 3ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa 2010-2013*. [Online] Available at: http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?a=20101123_01 [Accessed 5 Janeiro 2011].
- Fórum Macau, 2010b. *As trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Dezembro de 2008*. [Online] Available at: http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.asp?a=20090429_01 [Accessed 10 Setembro 2010]
- Fórum de Macau, 2012a. *Volume das Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Dezembro de 2011*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/announce.php?id=1223> [Accessed 6 Janeiro 2012].
- Fórum de Macau, 2012b. *State Grid tenciona investir na criação de um centro tecnológico em Portugal*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1425> [Accessed 24 Julho 2012].

- Fórum de Macau, 2012c. *aquisição da EDP tornou-se o maior projecto de investimento do segundo trimestre da China na Europa*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1571> [Accessed 27 Setembro 2012].
- Fórum de Macau, 2012d. *China e Angola assinam troca de notas sobre a isenção de tarifas aduaneiras de 95% dos produtos angolanos que entrem no mercado chinês*. [Online] (31 de Outubro) Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1626> [Accessed 24 Outubro 2012].
- Fórum de Macau, 2012e. *Angola é o Segundo Parceiro Comercial Africano da China em 2011*. [Online] Available at: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1230> [Accessed 12 Dezembro 2012].
- Foster, V., Butterfield, W., Chen, C. & Push, N., 2008. China's emerging role in Africa. Part of the changing landscape of infrastructure finance. *Gridlines*, N.º 42, pp.1-4.
- France Presse, 2010. *Lula inaugura gasoduto que liga regiões sudeste e nordeste do Brasil*. [Online] Available at: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,MUL1546465-9356,00.html [Accessed 28 Março 2010].
- Freeman, D., Holslag, J. & Jenkins, R., 2007. *Chinese Resources and energy Policy in Latin America*. Estudo requerido pela Comité de Desenvolvimento Europeu. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Fujita, E.S., 2003. O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar. *Politica Externa*, 11, 4, pp. 59-70.
- Fundo Monetário Internacional, 2012. *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe*. [Online] FMI e o Banco Mundial em colaboração São Tomé e Príncipe Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/pdf/2012/dsacr12216.pdf> [Accessed 4 Junho 2012].
- Fundo Petrolífero de Angola, 2012. *Fundo Soberano de Angola*. [Online] Available at: <http://www.fundosoberano.ao/index.php?lang=en> [Accessed 14 Dezembro 2012].
- Gabinete do Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, 2009. *O Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, em visita de trabalho à República Popular da China*. [Online] (13 de Outubro) [Accessed 15 Outubro 2009].

- Gallagher, K.P., Irwin, A. & Koleski, K., 2012. *The New Banks in Town: Chinese Finance in Latin America*. Dialogue's China and Latin America program. Inter-American Dialogue Working Paper.
- Galp Energia, 2012. *Galp Energia e Sinopec concluem aumento de capital da Petrogal Brasil*. [Online] (28 de Março) Available at: <http://www.galpennergia.com/PT/investidor/Noticias/Paginas/GalpEnergiaeSinopecconcluemumentodecapitaldaPetrogalBrasil.aspx> [Accessed 30 Março 2012].
- Galp, 2013. *Exploração e desenvolvimento - Moçambique*. [Online] Available at: <http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/Os-nossos-negocios/Exploracao-Producao/Paginas/Exploracao-e-desenvolvimento.aspx> [Accessed 29 Março 2013].
- Gama, J.P.d., 2012. O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. In *Colóquio Internacional Sobre o Português nas Organizações Internacionais*. Luanda, 2012. Centro de Formação São Domingos.
- Gao Zichuan, 2006. China's maritime security in the early 21st Century. *Contemporary International Relations*.
- Garrison, J.A., 2009. China's Quest for Energy Security: Political, Economic, and Security Implications. In *Annual Meetings of the International Studies Association*. Nova York, 2009.
- Gaspar, C., 2011-2012. A emergência de novas potências. *Janus*, pp. 92-93.
- Ghosh, P.K., 2009. The Chinese Concept of Comprehensive National Power. *Air Power Journal*, 4. N.º 4(Inverno (Outubro-Novembro), pp.17-54.
- Global Times, 2010. China to build Asia-Europe high-speed railway network. *Global Times*, 8 Março.
- Global Wind Energy Council, 2011. *Global Wind Report: Annual Market Update 2010*. [Online] Bruxelas Available at: http://www.gwec.net/fileadmin/images/Publications/GWEC_annual_market_update_2010_-_2nd_edition_April_2011.pdf [Accessed 20 Setembro 2011].
- Globalsecurity.org, 2000. *CHINA - EAST TIMOR*. [Online] (5 de Agosto) Available at: <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2000/01/000125-timor1.htm> [Accessed 15 Dezembro 2006].
- Globo, 2012. *Furnas negocia parceria com chinesa Three Gorges*. [Online] (19 de Outubro) Available at: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/>

- 2012/06/furnas-negocia-parceria-com-chinesa-three-gorges.html [Accessed 24 Outubro 2012].
- Globo, 2013. *ANP quer leilões do pré-sal a cada dois anos*. [Online] (16 de Maio) Available at: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/4/16/anp-quer-leiloes-do-pre-sal-a-cada-dois-anos> [Accessed 25 Maio 2013].
- Godoy, A., 1995. A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em administração de Empresas. *Revista de Administração de Empresas*, 35, n.º 4(Julho/Agosto), pp. 65-71.
- Gorst, I., 2006. *Welding New Relations: Pipelines; Kazakhstan*. [Online] (1 de Fevereiro) Available at: <http://www.petroleum-economist.com/Article/2733044/Russia-and-Central-Asia/Welding-new-relations.html> [Accessed 24 Outubro 2009].
- Governo de Moçambique, 2007. *China perdoa dívida moçambicana*. [Online] (8 de Fevereiro) Available at: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro2007/nots_po_125_fev_07/ [Accessed 26 Janeiro 2010].
- Governo de Timor-Leste, 2006. *Despacho N 03/2006/PM*. Concurso público para a Adjudicação de áreas de contratos petrolíferos. Dili: Jornal da República.
- Governo de Timor-Leste, 2007. *Programa do IV Governo Constitucional 2007-2012*. [Online] Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=16> [Accessed 14 Setembro 2008].
- Governo de Timor-Leste, 2010. *Discurso do Embaixador da RPC Fu Yuancong na reunião anual dos Parceiros de Desenvolvimento*. [Online] Available at: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-China_pt.pdf [Accessed 14 Dezembro 2010].
- Governo de Timor-Leste, 2010. *Secretário de Estado dos Recursos Naturais fala sobre o Greater Sunrise*. [Online] (25 de Maio) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=3091> [Accessed 30 Maio 2010].
- Governo de Timor-Leste, 2011. *Governo inaugura edifício do Ministério da Defesa e Segurança e Quartel-General das F-FDTL*. [Online] (4 de Abril) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=6784&lang=pt> [Accessed 4 Abril 2011].
- Governo de Timor-Leste, 2012. *Orçamento Rectificativo*. ivro do Orçamento de Estado Rectificativo para 2012, 3/10/2012. Dili: Ministério das Finanças.
- Governo de Timor-Leste, 2013a. *Timor-Leste e Tailândia assinam Memorando de Entendimento no sector petrolífero*. [Online] (5 de Fevereiro) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=7718&lang=pt> [Accessed 2013 Fevereiro 2013].

- Governo de Timor-Leste, 2013b. *Estudos recentes indicam que a opção Plataforma Flutuante de GNL é um risco caro para Timor-Leste*. [Online] (13 de Abril) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=8023> [Accessed 20 Abril 2013].
- Governo de Timor-Leste, 2013c. *Alocução de Sua Excelência o Primeiro-ministro Kay Rala Xanana Gusmão por ocasião da conferência de investidores relativamente a parcerias público-privadas*. [Online] (7 de Março) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2013/03/Conferencia-de-Investidores-sobre-PPP-7.3.131.pdf> [Accessed 10 Março 2013].
- Governo de Timor-Leste, 2013d. *Timor-Leste eleito por unanimidade pelos 62 Estados-membros da ONU para presidir à Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas (UNESCAP)*. [Online] Governo de Timor-Leste (2 de Maio) Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=8177> [Accessed 2 Maio 2013].
- Great Southern Press, 2011. *Welding on Myanmar – China oil and gas pipeline commences*. [Online] Pipelines International, 17 de Agosto. Available at: http://pipelinesinternational.com/news/welding_on_myanmar_china_oil_and_gas_pipeline_commmences/063047/# [Accessed 12 October 2011].
- Grupo Estado, 2004. *Brasil e China acertam cooperação em petróleo*. [Online] (7 de Setembro) Available at: <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20040907p22356.htm> [Accessed 14 Junho 2009].
- Gulf News, 2002. *China, Iran signs six cooperation agreements*. [Online] (2 de Abril) Available at: <http://www.kuna.net.kw/ArticleDetails.aspx?id=1247075&language=en> [Accessed 25 Setembro 2009].
- Gun, G., 1999. *Timor Loro Sae: 500 Anos*. Macau: Livros do Oriente.
- Habib, H., 2005. *Bangladesh, China sign nine agreements*. [Online] (9 de Abril) Available at: <http://www.hindu.com/2005/04/09/stories/2005040901991600.htm> [Accessed 3 Outubro 2010].
- Hamdan, S., 2012. Pipeline Avoids Strait of Hormuz. *The New York Times*, (Middle East), Available at: http://www.nytimes.com/2012/01/12/world/middleeast/pipeline-avoids-strait-of-hormuz.html?pagewanted=1&_r=1&ref=straitofhormuz.
- Hamilton, L.H., 2007. Energy & Security. In K., J. *Energy & Security*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press.
- Hare, P., 2007. China in Angola: An Emerging Energy Partnership. *China Brief*, 6, n.º 22.

- Hartnett, D.M. & Vellucci, F., 2011. Toward a Maritime Security Strategy: An Analysis of Chinese Views Since the Early 1990s. In P.C. Saunders, C.D. Yung, M. Swaine & N.-D. Yang, eds. *The Chinese Navy. Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington: Published by National Defense University Press for the Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies. Ch. 4. pp. 81-108.
- Hassan, N.S., 2010. *Petronas gets invite from Timor-Leste govt*. [Online] (20 de Janeiro) Available at: <http://www.theedgemalaysia.com/features/157938-petronas-gets-invite-from-timor-leste-govt.html> [Accessed 24 Janeiro 2010].
- Hays, J., 2010. *Major Coal Mine Disasters and Accidents in China*. [Online] Available at: <http://factsanddetails.com/china.php?itemid=1653&catid=13&subcatid=85> [Accessed 14 Março 2011].
- He, F., Cheung, S. & Lu, J., 2011. *China: Energy: Gas*. The Goldman Sachs Group, Inc.
- Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2011. *Conflict Barometer 2010*. [Online] Available at: http://hiik.de/de/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2011.pdf [Accessed 14 Setembro 2012].
- Hills, E., 2010. *Venezuela's Relationship with China: Implications for the Chávez Regime and the Region*". Third session of the Challenges to Security in the Hemisphere Task Force. Miami: The Bureau of Educational and Cultural Affairs of the United States Department of State University of Miami.
- Hiro, D., 2012. *What is China to do about Iranian oil?* [Online] (13 de Fevereiro) Available at: <http://www.dailystar.com.lb/Opinion/Commentary/2012/Feb-13/163019-what-is-china-to-do-about-iranian-oil.ashx#axzz2OYfpcs9d> [Accessed 16 Fevereiro 2012].
- Hoeffler, A. & Collier, P., 2002. *The Political Economy of Secession*. [Online] (23 de Dezembro) Available at: <http://users.ox.ac.uk/~ball0144/self-det.pdf> [Accessed 12 Janeiro 2009].
- Holmes, J. & Yoshihara, T., 2006. China and the Commons: Angell or Mahan? *World Affairs*, 168, n.º 4, pp. 172-191.
- Holweg, M., Luo, J. & Oliver, N., 2005. *The Past, Present and Future of China's Automotive Industry: a Value Chain Perspective*. Paper in preparation for submission to UNIDO's Global Value Chain Project. UNIDO.

- Hongyan, Y., 2010. China becomes a net coal importer in 2009. *China Daily*, 23 Fevereiro. Available at: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/201002/23/content_9490004.htm [Accessed 15 Maio 2010].
- Hongyi H. Lai, 2007. China's Oil Diplomacy: is it a global security threat? *Third World Quarterly*, 28, No. 3, 2007, pp. 519-53.
- Hongyi H. Lai, 2009. China's Oil Diplomacy in Asia. In L. Hongyi, ed. *Asian Energy Security*. Nova York: Palgrave Macmillan. pp. 27-47.
- Höök, M., Tang, X., Pang, X. & Al, K., 2010. Development Journey and Outlook of Chinese Giant Oilfields. *Petroleum Exploration and Development*, 37, 2, pp. 237-249.
- Hora do Povo, 2004. *Brasil e China intensificam cooperação em petróleo*. [Online] (10 de Setembro) Available at: <http://www.horadopovo.com.br/2004/setembro/10-09-04/pag2a.htm> [Accessed 14 Maio 2009].
- Horta, L., 2007. *Guinea-Bissau: China Sees a Risk Worth Taking*. [Online] (5 de Outubro) Available at: <http://csis.org/story/guinea-bissau-china-sees-risk-worth-taking> [Accessed 13 Abril 2009].
- Horta, L., 2009. Timor-Leste. The Dragon's Newest Friend. *Discussion Paper, Irasec*, n.º 4.
- Horta, L., 2010. China Building Africa's Economic Infrastructure: SEZs and Railroads. *China Brief*, X, n.º 15, pp. 9-12.
- Horta, L., 2012. *The Macau Forum: a Chinese diplomatic success*. [Online] East Asian Bureau of Economic Research (9 de Maio) Available at: <http://www.eastasiaforum.org/2012/03/09/the-macau-forum-a-chinese-diplomatic-success/> [Accessed 12 Maio 2012].
- Horta, L. & Storey, I., 2006. *China's Portuguese connection*. [Online] (22 de Junho) Available at: <http://yaleglobal.yale.edu/content/china%E2%80%99s-portuguese-connection> [Accessed 24 Junho 2006].
- Howe, & Knight, G., 2012. *Along the Burma Road, China Navigates Path to Energy Security*. [Online] (30 de Outubro) Available at: <http://pulitzercenter.org/reporting/china-burma-road-economic-political-relationship-energy-resources-hydropower-projects> [Accessed 30 Outubro 2012].

- Hsiao, L.R., 2010. Strategic implications of China's Consolidation of rare earth industries. *China Brief*, 8 Outubro. pp. 1-2.
- Hussain, E., 2011. *Aramco & Sinopec sign MoU for refining partnership*. [Online] Available at: <http://www.arabianoilandgas.com/article-8638-aramco-sinopec-sign-mou-for-refining-partnership/> [Accessed 12 Abril 2011].
- IAGS, 2004. *U.S., China Are on Collision Course Over Oil*. [Online] (2 de Fevereiro) Available at: <http://www.iags.org/la020204.htm> [Accessed 24 Agosto 2009].
- IEA, International Energy Agency, 1985. *Energy Technology Policy*. Paris: International Energy Agency.
- IEA - International Energy Agency, 2010. *IEA Response System for Oil Supply Emergencies*. Paris: OECD/IEA.
- IEA - International Energy Agency, 2011a. *Oil Market Report*. 18 de Janeiro. Paris: OECD/IEA.
- IEA - International Energy Agency, 2011b. *Energy Security*. [Online] Available at: http://www.iea.org/subjectqueries/keyresult.asp?KEYWORD_ID=4103 [Accessed 22 Outubro 2010].
- Information Office of the State Council, People's Republic of China, 2005. *China's Peaceful Development White Paper*. [Online] Available at: http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm [Accessed 20 Setembro 2011].
- Information Office of the State Council, People's Republic of China, 2006. *China's National Defense in 2006*. [Online] (29 de Dezembro) Available at: <http://www.fas.org/nuke/guide/china/doctrine/wp2006.html> [Accessed 14 Setembro 2010].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2007. *China's Energy Conditions and Policies White Paper*. [Online] Pequim. 26 de Outubro. Available at: <http://www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.htm> [Accessed 24 Março 2008].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2008a. *China's National Defense*. [Online] Available at: <http://www.china.org.cn/e-white/5/index.htm> [Accessed 14 Março 2009].

- Information Office of the State Council of The People's Republic of China, 2008b. *China's Policies and Actions for Addressing Climate Change*. [Online] (28 de Outubro) [Accessed 15 Novembro 2011].
- Information Office of the State Council The People's Republic of China, 2008c. *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. [Online] (11 de Novembro) Available at: http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm [Accessed 14 Setembro 2009].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2009. *China's National Defense in 2008*. [Online] (Janeiro) Available at: http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/2008DefenseWhitePaper_Jan2009.pdf [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Information Office of the State Council The People's Republic of China, 2011a. *China's National Defense in 2010*. [Online] Available at: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c_13806851.htm [Accessed 5 Março 2011].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011b. *China's Foreign Aid*. [Online] Available at: http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_3.htm [Accessed 14 Dezembro 2011].
- Information Office of the State Council of The People's Republic of China, 2011c. *China's Policies and Actions for Addressing Climate Change*. [Online] Available at: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-11/22/c_131262368.htm [Accessed 15 Novembro 2011].
- Information Office of the People's Republic of China, 2012a. *Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China*. [Online] (Setembro) Available at: http://www.gov.cn/english/official/2012-09/25/content_2232763.htm [Accessed 14 Setembro 2012].
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2012b. *China's Energy Policy 2012*. [Online] (24 de Outubro) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-10/24/c_131927649.htm [Accessed 26 Outubro 2012].

- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2011. *Introdução - CBERS*. [Online] Available at: http://www.cbears.inpe.br/sobre_satelite/introducao.php [Accessed 14 Março 2011].
- Institute for Energy Research, 2011a. *For China, Coal is Still king*. [Online] Available at: <http://www.instituteforenergyresearch.org/2011/01/21/for-china-coal-is-still-king/> [Accessed 12 Setembro 2011].
- Institute for Energy Research, 2011b. *China Coal to Liquids Program not Allowed in the United States*. [Online] Available at: <http://www.instituteforenergyresearch.org/2011/06/28/china%E2%80%99s-coal-to-liquids-program-not-allowed-in-the-united-states/> [Accessed 12 Setembro 2011].
- Instituto Internacional de Macau, 2009a. Macau: Plataforma da China para o Espaço Lusófono. In Instituto Internacional de Macau, ed. *Macau e as Relações Económicas da China e os Países de Língua Portuguesa. Dez anos de Crescimento*. 1st ed. Macau: Delta Edições. pp. 10-27.
- Instituto Internacional de Macau, 2009b. China. O “Grande Salto” para a lusofonia. In Instituto Internacional de Macau, ed. *Macau e as Relações Económicas da China e os Países de Língua Portuguesa. Dez anos de Crescimento*. 1st ed. Macau: Delta Edições. pp. 28-37.
- Interfax-Kazakhstan, 2000. *Kazakhstan concerned over situation at Aktobemunaigaz*. [Online] (8 de janeiro) Available at: <http://www.kase.kz/news/show/121517> [Accessed 30 Agosto 2009].
- International Business Inquiries, 2012. *Three Gorges Project*. [Online] Available at: http://www.ctg.com.cn/en/benefifs/benefifs_a_2.php [Accessed 14 Setembro 2012].
- Jabbou, M.K., 2008. *Conceito Científico e os Desafios do Desenvolvimento da China de Hoje*. [Online] Centro Brasileiro de Relações Internacionais Available at: <http://www.cebri.org/midia/documentos/16.pdf> [Accessed 15 Janeiro 2011].
- Jaffe, A.M. & Lewis, S.W., 2001. Beijing’s Oil Diplomacy. *Survival*, 22, 1, pp. 115-134.
- Jaffrelot, C., 2011. *A Tale of Two Ports*. [Online] (7 Janeiro) [Accessed 14 Janeiro 2011].
- Jakobson, L., Holtom, P., Knox, D. & Peng, J., 2011. China's Energy and Security Relations with Russia. Hopes, Frustrations and Uncertainties. *SIPRI Policy Paper*, n.º 29, 29 Outubro. pp. 1-45.

- Jakobson, L. & Knox, D., 2010. New Foreign policy actors in China. *SIPRI Policy Paper*, n.º 26.
- Janes, 2012. *Natural resources - Guinea-Bissau*. [Online] Available at: <http://articles.janes.com/articles/Janes-Sentinel-Security-Assessment-West-Africa/Natural-resources-Guinea-Bissau.html> [Accessed 14 Março 2012].
- Jianjun Tu, K., 2011. *Industrial Organization of the Chinese Coal Industry*. Working Paper 103, Program on Energy and Sustainable Development (PESD). Stanford: Stanford University Freeman Spogli Institute for International Studies.
- Jianjun Tu, K. & Johnson-Reiser, S., 2012a. Understanding China's Rising Coal Imports. *Policy Outlook*, 12 Março. pp. 1-16.
- Jianjun Tu, K. & Johnson-Reiser, S., 2012b. Coal to Newcastle? Understanding China's Coal Importing Behavior. *China Brief*, 15 Março. pp. 6-8.
- Jifeng, Z., 2012. May sense prevail over Japan. *China Daily*, 16 Outubro.
- Jinchuan, L., 2010. *Xi Jinping encontra líderes angolanos*. [Online] Available at: <http://portuguese.cri.cn/561/2010/11/20/1s128920.htm> [Accessed 21 Novembro 2010].
- Joliffe, J., 1978. *East Timor: Nationalism and Colonialism*. St. Lucia: Queensland University of Queensland Press.
- Jornal de Angola, 2005. *Governante Chinês considera bem-sucedida a visita a Angola*. [Online] (27 de Fevereiro) Available at: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=4201 [Accessed 18 Setembro 2010].
- Jornal de Negócios, 2006. *China compra 94 milhões de barris de petróleo a Angola*. [Online] Available at: http://angonoticias.com/full_headlines.php?id=11659 [Accessed Maio 2010].
- Jornal Globo, 2009. *Petrobras fecha acordo com a China*. [Online] Available at: <http://infosurhoy.com/cocoon/saii/xhtml/pt/features/saii/features/2009/11/10/feature-06> [Accessed 12 Novembro 2009].
- Jornal Tribuna Online, 2008. *Hu Jintao diz que o Japão é um Estado Pacífico*. [Online] (Junho) Available at: <http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=279607001> [Accessed 15 Novembro 2009].
- Jover, E., Pinto, A.L. & Marchand, A., 2012. *Angola Private Sector Country Profile*. African Development Bank.

- Kaldor, M., 2007. Introduction. In M. Kaldor, K. Terry & Said, eds. *Oil Wars*. Londres: Pluto Press. pp. 1-40.
- Kambara, T., 1974. The Petroleum Industry in China. *The China Quarterly*, n.º 60, Dezembro, pp. 699-719.
- Kambara, T., 1984. China's Energy Development During the Readjustment and Prospects for the Future. *The China Quarterly*, 100, pp. 762-82.
- Kaplan, R., 2010. The Geography of Chinese Power. *Foreign Affairs*, 89, n.º 3(Maio/Junho), pp. 22-41.
- Kaplan, R. & Cronin, P.M., 2012. Cooperation from Strength. U.S. Strategy and the South China Sea. In P.M. Cronin, ed. *Cooperation from Strength. The United States, China and the South China Sea*. Washington: Center New America Security. Ch. I. pp.3-30.
- Kazakhstan Today, 2010. *China to finance further construction of railway Horgos - Zhetygen*. [Online] Available at: <http://www.kt.kz/?lang=eng&uin=1133435534&chapter=1153519270> [Accessed 24 Agosto 2011].
- KCP.kz, 2011. *Kazakhstan-China Pipeline LLP - History*. [Online] Available at: <http://www.kcp.kz/en/information/> [Accessed 14 Outubro 2011].
- Kennedy, A.B., 2010. China's New Energy Security Debate. *Survival*, 52, 3, pp. 137-58.
- Kharas, H., 2011. *The Emerging Middle Class in Developing Countries*. [Online] Available at: <http://siteresources.worldbank.org/EXTABCODE/Resources/7455676-1292528456380/7626791-1303141641402/7878676-1306699356046/Parallel-Sesssion-6-Homi-Kharas.pdf> [Accessed 14 Julho 2011].
- Khatib, H., 2005. "Business As Usual". In Branch-Elliman, D., Mareš, P., Černý, O. & Havránek, J., eds. *Energy & Security, Global Challenges – Regional Perspectives*. Praga, 2005. Program of Atlantic Security Studies (PASS).
- Klare, M.T., 2001. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. Nova Iorque: Henry Holt and Company.
- Klare, M., 2011. *China: Energy Superpower*. [Online] Charlantan Publications LLC. Available at: http://www.charlatanmagazine.com/Charlatan/China_Energy_Superpower_by_Michael_Klare.html [Accessed 14 Dezembro 2011].
- Klump, E., 2010. Sinopec Agrees to Buy ConocoPhillips's Stake in Syncrude for \$4.65 Billion. *BLOOMBERG*, 13 Abril.

- Kong, B., 2005. *An Anatomy of China's Energy Insecurity and its Strategies*. Relatório para o Departamento de Energia dos EUA. Washington: Pacific Northwest Center for Global Security.
- Kong, B., 2006. Institutional Insecurity. *China Security*, pp. 64-88.
- Kong, B., 2009. *China's International Petroleum Policy*. Energy and Security Series. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group, Incorporated.
- Konyrova, K., 2009. *Samruk-Kazyna becomes Kazakhstan's internal investor: so says Kelimbetov*. [Online] Available at: <http://www.neurope.eu/article/samruk-kazyna-becomes-kazakhstan-s-internal-investor-so-says-kelimbetov> [Accessed 14 Setembro 2010].
- Koy, K., 2008. *Japan's New National Energy Strategy*. [Online] (Agosto) Available at: <http://eneken.ieej.or.jp/en/data/pdf/350.pdf> [Accessed 17 Janeiro 2011].
- Krishnan, A., 2011. *Gilani's China visit to firm up ties*. [Online] (10 de Maio) Available at: <http://www.thehindu.com/news/international/gilanis-china-visit-to-firm-up-ties/article2006452.ece> [Accessed 11 Maio 2011].
- Ku, J.H., Thompson, D. & Wertz, D., 2011. *Northeast Asia in Afghanistan. Whose Silk Road?* U.S.-Korea Institute at SAIS.
- Kurlantzick, J., 2007. *Charm Offensive: How China's 'Soft Power' Is Transforming the World*. New Haven: Yale University Press.
- Kyodo, 2012. China, Japan energy, green pacts. *The Japan Times Online*, 7 Agosto.
- La'o Hamutuk, 2009. Heavy Oil Power Plants: Project without Process. *The La'o Hamutuk Bulletin*, 10, n.º 1, pp. 1-16.
- La'o Hamutuk, 2012. *South Coast Petroleum Infrastructure Project*. [Online] Available at: <http://www.laohamutuk.org/Oil/TasiMane/11TasiMane.htm> [Accessed 25 Janeiro 2012].
- Labandeira, X. & Manzano, B., 2012. *Some Economic Aspects of Energy Security*. [Online] (WP/09/2012) Available at: <http://www.eforenergy.org/docpublicaciones/documentos-de-trabajo/WP092012.pdf> [Accessed 29 Setembro 2012].
- Lachini, A., 2010. *Venezuela pagará empréstimo da China com petróleo*. [Online] Available at: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,venezuela-pagara-emprestimo-da-china-com-petroleo,14908,0.htm> [Accessed 14 December 2010].

- Landay, J.S., 2009. *China's thirst for copper could hold key to Afghanistan's future*. [Online] Available at: <http://www.mcclatchydc.com/2009/03/08/63452/chinas-thirst-for-copper-could.html> [Accessed 15 Outubro 2010].
- Lang Dangyang & Liu Fenliang, 2007. Hailu zhi Zheng de Lishi Jianshi (Exploração Histórica para a Disputa de Terras- Mar). *Zhongguo Junshi Kexue*, n.º 1.
- Lanteigne, M., 2009. *Chinese Foreign Policy*. Nova York: Routledge.
- La'o Hamutuk, 2012. *La'o Hamutuk*. [Online] Available at: <http://www.laohamutuk.org/> [Accessed 6 Janeiro 2012].
- Latin American Herald Tribune, 2009. *Petrobras Signs \$10 Billion Loan Deal with China*. [Online] (20 de Maio) Available at: <http://www.laht.com/article.asp?CategoryId=13280&ArticleId=346784> [Accessed 26 Maio 2009].
- Le Billon, P. & El Khatib, F., 2005. From Free Oil to 'Freedom Oil': Terrorism, War and US Geopolitics in the Persian Gulf. In P. Le Billon , ed. *The Geopolitics of Resource War. Resource Dependence, Governance and Violence*. Londres: Taylor & Francis. pp. 109-37.
- Le Mière, C., 2010. Kabul's New Patron? The Growing Afghan-Chinese Relationship. *Foreign Affairs*, 13 Abril. Available at: <http://www.foreignaffairs.com/articles/66194/christian-le-miere/kabuls-new-patron> [Accessed 28 Agosto 2011].
- Lee Jae-hyung, 2003. *China and the Asia-Pacific Region: Geostrategic Relations and a Naval Dimension*. Lincoln: Universe.
- Lee, T.H., 1995. *Politics of Energy Policy in Post-Mao China*. Seul: Asiatic Research Center.
- Lee, Y., 2010. *Sinopec Enters Deepwater Angola with \$ 2.85 oil Deal*. [Online] Available at: <http://online.wsj.com/article/BT-CO-20120315-702360.html> [Accessed 14 January 2011].
- Lehman, Lee & Xu All, 2011. *Law of the People's Republic of China Concerning the Territorial Sea and the Contiguous Zone - 1992*. [Online] Available at: <http://www.lehmanlaw.com/resource-centre/laws-and-regulations/general/law-of-the-peoples-republic-of-china-concerning-the-territorial-sea-and-the-contiguous-zone-1992.html> [Accessed 20 Setembro 2011].
- Leung, G.C.K., 2011. China's Energy Security: Perception and Reality. *Energy Polic*, 39, nº 3, pp. 1330-37.

- Lexiong, N., 2010. Wenming De Zhuanxing Yu Zhongguo Haiquan[Civilization Transformation and China's Sea Power]. *Xinhua*, p. 72.
- Li Peng, 1997. China's Policy on Energy Resources. *Xinhua*, 28 May. [Accessed 14 February 2011].
- Li, M., 2008. 贷款换石油”全解读 (Explicação completa dos empréstimos por petróleo). *21 Shiji Jingji Baodao (21st Century Economic Herald)*, 5 Novembro.
- Liberation Army Daily, 2004. *Earnestly Step Up Ability Building within CPC Organizations of Armed Forces*. [Online] Available at: www.chinamil.com.cn [Accessed 24 Janeiro 2009].
- Lifan Xu, 2005. San da Xianshi Tiaozhan Yaoqiu Zhongguo cong Haiyang Daguo Chengwei HaiyangDaguo (Três Grandes Desafios Actuais que requerem a China para passar de uma Nação Marítima Grande para Nação Forte Marítma). *Huaxia Shibao*, 12 Julho.
- Lim Tai Wei, 2009a. *Oil in China: From Self-Reliance to Internationalization*. Series on Contemporary China. World Scientific Books.
- Lim Tai Wei, 2009b. Introduction. In *Oil and gas in China. The New Energy Superpower's Relations with its Region*. Singapura: World Scientific Publishing. Ch. I. pp.1-190.
- Lin, C., 2011. China's New Silk Road to the Mediterranean: The Eurasian Land Bridge and Return of Admiral Zheng He. *ISPSW Strategy Series: Focus on Defense and International Security*, n.º 165, pp. 1-23.
- Lopes, G., 2011. *A nova era do Fórum Macau*. [Online] (7 de Março) Available at: <http://revistamacau.wordpress.com/2011/03/07/a-nova-era-do-forum-macau/> [Accessed 24 Março 2011].
- Low, M., 2011. Transitions in China's Oil Economy, 1990-2010. *Journal of Eurasian Geography and Economics*, 52, 4 (Julho), pp. 483-501.
- Lu Rude, 2007. Zai Da Zhanluezhong gei Zhongguo Haiquan Dingwei (Definição de Poder do Mar na Grande Estratégia Chinesa). *Renmin Haijun*.
- Luft, G. & Korin, A., 2004. *The Sino-Saudi Connection*. [Online] Available at: <http://www.iags.org/sinosaudi.htm> [Accessed 5 Setembro 2010].

- Luft, G. & Korin, A. 2009. Realism and Idealism in the Energy Security Debate. In Luft, G. & Korin, A. *Energy security challenges for the 21st century: a reference handbook*. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group. pp. 335-51.
- Luhby, T., 2012. *China's growing middle class*. [Online] (26 de Abril) Available at: <http://money.cnn.com/2012/04/25/news/economy/china-middle-class/index.htm> [Accessed 29 Abril 2012].
- Lundahl, M. & Sjöholm, F., 2008. The oil resources of Timor-Leste: curse or blessing? *The Pacific Review*, 21, n.º 1, pp. 67-86.
- Lusa, 2004. *Presidente do banco chinês EXIMBANK visita Luanda*. [Online] (23 de Setembro) Available at: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2348> [Accessed 3 Outubro 2009].
- Lusa, 2006. *Petrolífera chinesa obtém áreas de exploração em Angola*. [Online] (13 de Junho) Available at: <http://www.agencialusa.com.br/gpdf.php?iden=1877> [Accessed 19 Janeiro 2010].
- Lusa, 2007. *Angola: Mais de 100 poços de petróleo serão perfurados nos próximos cinco anos anuncia presidente da SONANGOL*. [Online] Available at: <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/M1qBV8o0o64H9ohzC2sIAA.html> [Accessed 24 Maio 2009].
- Lusa, 2009. *China/Timor-Leste: Governo chinês vai encorajar empresas*. [Online] (6 de Outubro) Available at: <http://www.lusa.pt/lusaweb/user/showitem?service=310&listid=NewsList310&listpa> [Accessed 10 Outubro 2009].
- Lusa, 2010a. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial China e PLP, 31 Janeiro.
- Lusa, 2010b. Hu Jintao destaca “esforços” portugueses na relação entre a China e a União Europeia. *Público*, 16 Novembro.
- Lusa, 2012a. China aumenta em 11,2% o seu orçamento de Defesa. *Público*, 4 Março.
- Macauhub, 2006. *Empresa de Timor-Leste vai vender petróleo em Macau*. [Online] (21 de Março) Available at: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2006/03/21/709/> [Accessed 20 Outubro 2008].
- Macauhub, 2007a. *Companhia Vale do Rio Doce é o maior fornecedor da China de minério de ferro*. [Online] Available at: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2007/03/09/2653/> [Accessed 3 Março 2009].

- Macauhub, 2007b. *Portuguesa Galp Energia entra na exploração petrolífera em Timor-Leste e em Moçambique*. [Online] (27 de Abril) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2007/04/27/2926/> [Accessed 28 Abril 2007].
- Macauhub, 2007c. *Brasil: Alimentos e energia vão atrair China, prevê associação empresarial*. [Online] Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2007/11/15/4043/> [Accessed 5 Janeiro 2008].
- Macauhub, 2009a. *China interessada no sector dos petróleos de Timor-Leste*. [Online] (16 de Junho) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2009/06/16/7231/> [Accessed 17 Junho 2009].
- Macauhub, 2009b. *Chinesa ZTE leva telecomunicações móveis de terceira geração a Timor-Leste*. [Online] (6 de Julho) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2009/07/06/7344/> [Accessed 6 Julho 2009].
- Macauhub, 2009c. *Sonangol compra os 20 por cento da Marathon Oil anteriormente prometidos a empresas chinesas*. [Online] (25 de Setembro) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2009/09/25/7830/> [Accessed 27 Setembro 2009].
- Macauhub, 2009d. *Timor-Leste vai negociar empréstimo da China para infra-estruturas*. [Online] (15 de Outubro) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2009/10/15/7931/> [Accessed 17 Outubro 2009].
- Macauhub, 2009e. *China concedeu 4,4 milhões de dólares a Timor-Leste para a recuperação de infra-estruturas*. [Online] (21 de Outubro) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/print.php?pageurl=/pt/news.php?ID=8310> [Accessed 29 Outubro 2009].
- Macauhub, 2010a. *Marathon Oil conclui venda de participação em bloco petrolífero em Angola*. [Online] (2 de Fevereiro) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2010/02/10/8564/> [Accessed 14 Dezembro 2010]
- Macauhub, 2010b. *China foi o principal parceiro comercial de Angola no 1º trimestre*. [Online] (25 de Junho) Available at: http://www.ipim.gov.mo/search_detail.php?tid=16364&type_id=1432 [Accessed 12 Dezembro 2010].
- Macauhub, 2010c. *Empresa chinesa ganha concurso para projecto de gás natural em Moçambique*. [Online] (18 de Agosto) Available at: <http://www.macaubus.com.mo/pt/2010/08/18/9622/> [Accessed 19 Agosto 2010].

- Macauhub, 2011a. *China eliminou ou reduziu tarifas alfandegárias para produtos de Angola*. [Online] (14 de Janeiro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/01/14/china-eliminou-ou-reduziu-tarifas-alfandegarias-para-produtos-de-angola/> [Accessed 15 Janeiro 2011].
- Macauhub, 2011b. *Chinesa Sinopec quer participar na exploração petrolífera no Brasil*. [Online] (25 de Fevereiro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/02/25/chinesa-sinopec-quer-participar-na-exploracao-petrolifera-no-brasil/> [Accessed 26 Fevereiro 2011].
- Macauhub, 2011c. *China Sonangol awarded stakes in four pre-salt layer oil blocks in Angola*. [Online] (28 de Março) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/en/2011/03/28/china-sonangol-awarded-stakes-in-four-pre-salt-layer-oil-blocks-in-angola/> [Accessed 29 Março 2011].
- Macauhub, 2011d. *China doou 5 mil toneladas de arroz a Timor-Leste*. [Online] (27 de Abril) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/04/27/china-doou-5-mil-toneladas-de-arroz-a-timor-leste/> [Accessed 28 Abril 2011].
- Macauhub, 2011e. *China e Angola assinaram seis acordos de cooperação*. [Online] (24 de Maio) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/05/24/china-e-angola-assinaram-seis-acordos-de-cooperacao/> [Accessed 27 Maio 2011].
- Macauhub, 2011f. *China entregou bairro militar ao governo de Timor-Leste*. [Online] (29 de Agosto) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/08/29/china-entregou-bairro-militar-ao-governo-de-timor-leste/> [Accessed 2 Setembro 2011].
- Macauhub, 2011g. *China Guodian Corp pretende investir na energia eólica no Brasil*. [Online] (20 de Setembro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/09/20/china-guodian-corp-pretende-investir-na-energia-eolica-no-brasil/> [Accessed 30 Setembro 2011].
- Macauhub, 2011h. *Banco de Desenvolvimento da China concedeu crédito à petrolífera da Venezuela para projecto no Brasil*. [Online] (5 Dezembro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/12/05/banco-de-desenvolvimento-da-china-concedeu-credito-a-petrolifera-da-venezuela-para-projecto-no-brasil/> [Accessed 6 Dezembro 2011].
- Macauhub, 2011i. *Empresas brasileiras com investimentos na China são apenas 57*. [Online] (15 de Dezembro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/12/>

- [15/empresas-brasileiras-com-investimentos-na-china-sao-apenas-57/](#) [Accessed 12 Dezembro 2011].
- Macauhub, 2011j. *Navio mineraleiro da brasileira Vale atraca na China com minério de ferro*. [Online] (29 Dezembro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2011/12/29/navio-mineraleiro-da-brasileira-vale-atraca-na-china-com-minerio-de-ferro/> [Accessed 29 Dezembro 2011].
- Macauhub, 2012a. Sinochem Corp da China adquiriu participações em blocos petrolíferos no Brasil. *Macauhub*, 9 Janeiro. Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2012/01/09/sinochem-corp-da-china-adquiriu-participacoes-em-blocos-petroliferos-no-brasil/> [Accessed 9 Janeiro 2012].
- Macauhub, 2012b. *Angola dispõe de reservas petrolíferas para 50 anos de exploração*. [Online] Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2012/01/10/angola-dispoe-de-reservas-petroliferas-para-50-anos-de-exploracao/> [Accessed 13 Janeiro 2012].
- Macauhub, 2013a. *Grupo estatal chinês CNPC pretende entrar na exploração petrolífera em Moçambique*. [Online] (8 de Fevereiro) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2013/03/08/grupo-estatal-chines-cnpc-pretende-entrar-na-exploracao-petrolifera-em-mocambique/> [Accessed 8 Fevereiro 2013].
- Macauhub, 2013b. *Empresas chinesas adicionam energias renováveis e águas a negócios em Portugal*. [Online] (8 de Abril) Available at: <http://www.macauihub.com.mo/pt/2013/04/08/empresas-chinesas-adicionam-energias-renovaveis-e-aguas-a-negocios-em-portugal/> [Accessed 10 Abril 20112].
- Magalhães, J.C.d., 1995. *Diplomacia Pura*. Lisboa: Bertrand.
- Magalhães, J.C.d., 2005. *Manual Diplomático*. 5th ed. Lisboa: Bizancio.
- Mahapatra, D.A., 2012. The North-South Corridor: Prospects of multilateral trade in Eurasia. *Russia & India Report*, 12 Março.
- Maleki, A., 2007. China-Middle East Dialogue in the Age of Rising Energy Demand in East Asia. In A.L. Griffiths, ed. *Global Perspectives on Oil and Security*. Halifax: Dalhousie University Press. pp. 1-20.
- Mapassi, P., 2012. *O Petróleo Angolana ontem, hoje e perspectivas futuras*. Departamento de Ciências Tecnologias Refinação em Petróleo.

- Marketos, T.N., 2012. Chinese Strategy toward Central and South Asia: Energy Interests and Energy Security. *Journal of Social and Political Studies Central Asia and the Caucasus*.
- Matias, J.C., 2009. *Macau, China and the Portuguese Speaking Countries*. [Online] Available at: http://www.cctr.ust.hk/materials/conference/inout60/Paper/Matias_JC.pdf [Accessed 12 Janeiro 2010].
- MDIC-SECEX, 2012. *Estatísticas do Comércio Exterio - Janeiro / Dezembro - 2012*. [Online] Available at: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576> [Accessed 14 Janeiro 2013].
- Medeiros, E.S., 2009. *China's International Behavior: activism, opportunism and diversification*. Santa Monica: Rand Corporation.
- Medeiros, R.C.d., 2011. *Reflexões sobre as ambições marítimas da China na atualidade (parte 2 de 3)*. [Online] Available at: http://www.sagres.org.br/artigos/ambicoes_china_02.pdf [Accessed 3 Dezembro 2011].
- Mehr News Agency, 2009. *Iran calls on Chinese to enter multi-billion-dollar energy deals*. [Online] Available at: <http://www.mehrnews.com/en/NewsDetail.aspx?NewsID=909569> [Accessed 16 December 2009].
- Meidan, M., 2007. *Shaping China Energy Security. The Inside Perspective*. Paris: Asia Centre.
- Men Honghua, 2005. Quebao Zhongguo nengyuan anquan di zhanlue yiyi (The Strategic Significance of Ensuring China's Energy Security). *Taipingyang Xuebao (Journal of the Pacific Ocean)*, pp. 33-34.
- Mendes, N.C., 2009. The Dragon and the Crocodile: Chinese Interests in East Timor. *Portuguese Journal of International Affairs*, n.º 1, pp. 1-11.
- Mendes, C., 2012. Entrevista ao Ministro de Estado para os Recursos Naturais. *Dili*.
- Meng Fanghua, 2013. 大坝建设加剧缅甸民族冲突 (*A construção da barragem exacerba o conflito étnico em Myanmar*). [Online] (26 de Março) Available at: <http://www.chinadialogue.net/article/show/single/ch/5823-China-backed-dams-escalating-ethnic-tension-in-Myanmar> [Accessed 28 Março 2013].
- Miles, M.B. & Huberman, A.M., 1994. *Qualitative Data Analysis*. 2nd ed. Thousands Oaks: Sage Publications.

- Ministério da Defesa de Timor-Leste, 2006. *Force 2020*. Orientações estratégicas para o desenvolvimento das Forças Armadas de Timor-Leste. Díli: Governo de Timor-Leste.
- Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2012. *Relatório Anual do Fundo Petrolífero para 2011*. Exercício Fiscal de 2012. Díli.
- Ministério das Finanças da RPC - 中华人民共和国财政部, 2011. 国际石油价格持续上升趋势及其影响 (*Os preços internacionais do petróleo continuaram a subir e o seu impacto*). [Online] Available at: http://wjb.mof.gov.cn/pindaoliebiao/zcyj/201103/t20110322_511801.html [Accessed 14 Dezembro 2011].
- Ministério das Finanças de Angola, 2008. *Obras e Projectos do Governo*. [Online] Available at: <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspProjGov.htm> [Accessed 24 Março 2010].
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1979. *Convénio sobre transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China*. [Online] (22 de Maio) Available at: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_38 [Accessed 14 Março 2009].
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2004. *Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação*. [Online] (24 de Maio) Available at: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_37 [Accessed 20 Outubro 2009].
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009. *Vice-President of the People's Republic of China, Xi Jinping, to visit Brazil - Brasilia and Manaus, February 18 to 20, 2009*. [Online] (18 de Fevereiro) Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/02/18/vice-president-of-the-peoples-republic-of-china-xi> [Accessed 25 Fevereiro 2009].
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010. *Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014*. [Online] Available at: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da-republica>

[federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-2010-2014](#)

[Accessed 12 Dezembro 2010].

Ministério de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, 2010. *Centro de Estudos Diplomáticos já tem contrato de construção assinado*. [Online] Available at: <http://timor-leste.gov.tl/?p=4419&print=1&lang=pt> [Accessed 8 Dezembro 2010].

Ministério do Petróleo Angolano, 2008. *Relatório de actividades do Sector Petrolífero relativo ao ano de 2007*. Luanda.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 2010. *中国与巴西 长期稳定、互利的战略伙伴关系 (China e Brasil, Parceria Estratégica de Longo Prazo, Estável e Mutuamente Benéfica)*. [Online] Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_chn/ziliao_611306/wjs_611318/2159_611322/t8996.shtml [Accessed 24 Maio 2010].

Ministry of Agriculture of the PRC, 2009. *Foreign Delegates Visited the Experimental Plots of Academician Yuan Longping*. [Online] (15 de Setembro) Available at: http://english.agri.gov.cn/ga/news/200909/t20090915_1444.htm [Accessed 24 Setembro 2009].

Ministry of Defence of India, 2009. *India's Maritime Military Strategy 59*. New Delhi: Integrated Headquarters.

Ministry of Economy, Trade and Industry of Japan, 2003. *Basic Energy Plan (Enerugi Kihon Keikaku)*. Tóquio: Ministry of Economy, Trade and Industry.

Ministry of Economy, Trade and Industry of Japan, 2009. *Enerugi Hakusho 2009 [Energy White Paper 2009]*. Tóquio.

Ministry of Economy, Trade and Industry of Japan, 2011. *The Sixth Japan-China Energy Conservation Forum. Reciprocal Cooperation in the field of Energy Conservation and Environment*. [Online] Available at: http://www.meti.go.jp/english/press/2011/1122_01.html [Accessed 6 Janeiro 2012].

Ministry of Energy of the Russian Federation, 2010. *Energy Strategy of Russia for the period up to 2030*. [Online] Russian Ministry of Energy (Russian Government Decree no. 1715-r, Approved 30 Nov. 2009) Available at: [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf) [Accessed 14 Outubro 2011].

- Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2003. *Plano de Acção Japão Rússia (Nichiro Kōdō Keikaku)*. [Online] (2 de Janeiro) Available at: http://www.mofa.go.jp/Mofaj/area/russia/kodo_0301.html [Accessed 12 Setembro 2011].
- Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2012. *Japan-China Relations: Current Situation of Senkaku Islands*. [Online] Available at: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/index.html> [Accessed 12 Dezembro 2012].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2002a. *Joint Communiqué Between The People's Republic of China and the Islamic Republic of Iran*. [Online] (5 de Junho) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/xybfs/gjlb/2818/2819/> [Accessed 14 Janeiro 2009].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2002b. *Memorandum of Understanding On Petroleum Cooperation between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Kingdom of Saudi Arabia*. [Online] (5 de Junho) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/xybfs/gjlb/2878/2879/t16423.shtml> [Accessed 14 Outubro 2010].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2003. *China and East Timor*. [Online] (23 de Outubro) Available at: <http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/yzs/gjlb/2706/t15907.htm> [Accessed 18 Setembro 2009].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2004. *Brazil Recognizes China's Market Economy Status in the Memo*. [Online] (13 de Novembro) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/topics/huvisit/t170382.shtml> [Accessed 24 Janeiro 2009].
- Ministry of the Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2005a. *Hu Jintao Meets with Chairman of Myanmar State Peace and Development Council Than Shwe*. [Online] (23 de Abril) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/yzs/gjlb/2747/2749/t193711.htm> [Accessed 12 Agosto 2010].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2005b. *Western Asia and North Africa*. [Online] Ministry of Foreign Affairs Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zwjg/2490/2492/> [Accessed 22 Maio 2012].

- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2006a. *China's African Policy*. [Online] (12 de Janeiro) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm> [Accessed 14 Janeiro 2006].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2006b. *President Hu Jintao Holds Talks with Saudi Arabian King Abdullah*. [Online] (23 de Abril) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/xybfs/gjlb/2878/2880/t248681.shtml> [Accessed 20 Outubro 2009].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2006c. *Hu Jintao's Address at the G8 Outreach Session at Constantine Palace, St Petersburg*. [Online] Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t264261.htm> [Accessed 15 Junho 2009].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2007a. *Hu Jintao Arrives in Victoria for State Visit to the Seychelles*. [Online] (10 de Fevereiro) Available at: <http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3079/3081/t297669.htm> [Accessed 24 Novembro 2010].
- Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2007b. *Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation*. [Online] (24 de Junho) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/2649/t15771.htm> [Accessed 24 Janeiro 2009].
- Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2010a. *Joint Statement between the People's Republic of China and the People's Republic of Bangladesh*. [Online] (22 de Março) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t674421.htm> [Accessed 13 Outubro 2010].
- Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2010b. *China and Bangladesh*. [Online] (22 de Agosto) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/yzs/gjlb/2681/> [Accessed 13 Outubro 2010].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2010c. *Im& Ex bank of China continues to support Angola's reconstruction: vice governor*. [Online] Available at: <http://www.focac.org/eng/zxxx/t770971.htm> [Accessed 21 Novembro 2010].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011a. *China and Kazakhstan*. [Online] Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/dozys/gjlb/3180/> [Accessed 14 Agosto 2011].

- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011b. *China and Mozambique*. [Online] (22 de Agosto) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjlb/zzjg/fzs/gjlb/3044/> [Accessed 12 Dezembro 2011].
- Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2011c. *China and Russia*. [Online] (22 de Agosto) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjlb/zzjg/dozys/gjlb/3220/> [Accessed 24 Agosto 2011].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012a. *Characteristics of FOCAC*. [Online] Available at: <http://www.focac.org/eng/gylt/ttjj/t157576.htm> [Accessed 20 Maio 2012].
- Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 2012b. *President Hu Jintao Holds Talks with His Myanmar Counterpart U Thein Sein*. [Online] (28 de Maio) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjlb/zzjg/yzs/gjlb/2747/2749/t826539.shtml> [Accessed 30 Maio 2012].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012c. *Joint Declaration between The People's Republic of China and The Islamic Republic of Afghanistan on Establishing Strategic and Cooperative Partnership*. [Online] (8 de Junho) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t939517.htm> [Accessed 14 Junho 2012].
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2012d. *Premier Wen Jiabao Holds Talks with Brazilian President Dilma Rousseff*. [Online] (22 de Junho) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjlb/zzjg/lmzs/gjlb/3473/3475/t945181.shtml> [Accessed 24 Junho 2012].
- Ministry of Mines of Islamic Republic of Afghanistan, 2007. *Request for Expression of Interest Aynak Copper Deposit*. [Online] Available at: http://www.bgs.ac.uk/afghanMinerals/docs/tenders/Aynak/request_for_EOI_v7a_enGA.pdf [Accessed 14 Março 2011].
- Ministry of Railway of People's Republic of China (中华人民共和国铁道部), 2012. *2011年全国铁路主要指标完成情况 (Conclusão dos principais indicadores estatísticos do sistema ferroviário nacional de 2011)*. [Online] (15 de Janeiro) Available at: http://www.china-mor.gov.cn/zwzc/tjxx/zyzb/201202/t20120215_29645.html [Accessed 20 Janeiro 2012].
- Minxin Pei, 2012. Why Beijing Votes With Moscow. *New York Times*, 7 Fevereiro.

- Mission of the People's Republic of China to the European Union, 2009. *Hu Jintao Leaves Tanzania for Mauritius*. [Online] (16 de Fevereiro) Available at: <http://www.fmprc.gov.cn/ce/cebe/eng/zxxx/t537696.htm> [Accessed 4 Novembro 2010].
- MOFA, 2006. *Japan-China Joint Press Statement*. [Online] Available at: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0610.html> [Accessed 14 Setembro 2012].
- MOFCOM, 2011. *外商投资产业指导目录(2011年修订)* *Waishang Touzi Chanye Zhidao Mulu (2011 revision)*. [Online] (29 de Dezembro) Available at: <http://www.ndrc.gov.cn/zcfb/zcfbl/2011ling/W020111229379511927834.pdf> [Accessed 4 Janeiro 2012].
- Moreira, C.D., 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Artes Gráficas.
- Moreira, C.D., 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morse, R.K. & He, G., 2010. The World's Greatest Coal Arbitrage: China's coal Behavior and Implications for the Global Coal Market. *PESD Working Paper # 94*, Agosto. pp.1-25.
- Moteki, H., 2010. *The Senkaku Islands Constitute an Intrinsic Part of Japan*. [Online] Available at: http://www.sdh-fact.com/CL02_1/79_S4.pdf [Accessed 13 Setembro 2010].
- Mouawad, J., 2009. Oil Weakens as Recovery Hopes Dim. *The New York Times*, 9 Julho. Available at: <http://www.nytimes.com/2009/07/10/business/energy-environment/10oil.html?hp> [Accessed 1 Outubro 2010].
- Munaitas.kz, 2011. *Munaitas*. [Online] Available at: <http://www.munaitas.kz/eng/> [Accessed 29 Outubro 2011].
- Murdoch, L., 2010. *E Timor counts costs of Chinese power plants*. [Online] (15 de Dezembro) Available at: <http://www.smh.com.au/environment/e-timor-counts-costs-of-chinese-power-plants-20101214-18wx8.html> [Accessed 15 Dezembro 2010].

- Murdoch, L., 2010. *Timorese tweak Canberra with patrol boat buys*. [Online] (15 de Novembro) Available at: <http://www.smh.com.au/world/timorese-tweak-canberra-with-patrol-boat-buys-20101114-17srn.html> [Accessed 15 Novembro 2010].
- Najafizada, E., 2011. *Indian Group Wins Rights to Mine in Afghanistan's Hajigak*. [Online] Available at: <http://www.businessweek.com/news/2011-12-06/indian-group-wins-rights-to-mine-in-afghanistan-s-hajigak.html> [Accessed 15 Agosto 2012].
- Nan Li, 2011. The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities: From "Near Coast" and "Near Seas" to "Far Seas". In P.C. Saunders, C.D. Yung, M. Swaine & A.N.-D. Yang, eds. *The Chinese Navy. Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington: National Defense University Press for the Center for the Study of Chinese Military Affairs. Washington. Ch. 5. pp.109-40.
- National Development and Reform Commission - NDRC, 2007. *National Climate Change Program*. National Development and Reform Commission (NDRC).
- National People's Congress of China, 2011. *Esboço do 10 º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional (国民经济和社会发展第十个五年规划纲要)*. [Online] (15 de Março) Available at: <http://www.people.com.cn/GB/shizheng/16/20010318/419582.html> [Accessed 24 Janeiro 2009].
- Nations Department of Economic and Social Affairs - DESA, 1997. *Federation of American Scientists*. [Online] Available at: <http://www.fas.org/news/russia/1997/a52--153en.htm> [Accessed 14 Março 2009].
- News Desk, 2012. China may take over Gwadar port from Singaporean firm. *The Express Tribune*, 1 Setembro.
- Nicholson, C.V., 2009. *Chinese Oil Company Gets \$30 Billion Loan for Acquisitions*. [Online] (8 de Setembro) Available at: http://www.nytimes.com/2009/09/10/business/global/10oil.html?_r=2& [Accessed 27 Março 2011].
- Nicol, B., 2002. *Timor: a nation reborn*. Jakarta: Equinox Publishing.
- Ning Zeng; Yihui Ding; Jiahua Pan; Huijun Wang, 2008. Climate Change - the Chinese Challenge. *Policy Forum*, 319, pp. 730-32.

- Nirkkorne, T., 2008. *Chinese Energy Security and the Unipolar World Integration or confrontation*. [Online] PanEuropean Institute Available at: <http://www.tse.fi/FI/yksikot/erillislaitokset/pei/Documents/Ju> [Accessed 17 Junho 2010].
- Niu Baocheng, 2000. Cong haiquan dao junshi haiquan (Dos Direitos e Interesses no Mar aos Direitos e Interesses militares no Mar). *Dangdai Haijun*, n.º 1.
- Norling, N., 2011. *Afghanistan's Railroad Frenzy*. [Online] Central Asia-Caucasus Institute Available at: <http://www.cacianalyst.org/?q=node/5629> [Accessed 25 Novembro 2011].
- NYU Wagner School, 2008. *Understanding Chinese Foreign Aid: A Look at China's Development Assistance to Africa, Southeast Asia, and Latin America*. Nova Iorque: NYU Wagner School.
- OECD/IEA, 1995. *The IEA Natural Gas Security Study*. Paris: International Energy Agency (IEA).
- OECD/IEA, 2002. *Energy Security*. Paris: International Energy Agency (IEA).
- OECD/IEA, 2011. *Overseas Investments by China's National Oil Companies*. Paris: International Energy Agency.
- OECD/IEA, 2012. *Energy Outlook 2012*. [Online] Available at: <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/Portuguese.pdf> [Accessed 14 Dezembro 2012].
- OECD/IEA, 2012. *Medium-Term Renewable Energy Market Report 2012*. [Online] Available at: http://www.iea.org/media/MRMR_Launch_Presentation_05Jul12.pdf [Accessed 27 Setembro 2012].
- OECD/IEA, 2012. *Working together to ensure reliable, affordable and clean energy -Gas*. [Online] Available at: <http://www.iea.org/aboutus/faqs/gas/> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- OECD, 2001. *Natural Resources*. [Online] Available at: <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1740> [Accessed 27 Agosto 2009].
- Office of the President of Islamic Republic of Afghanistan, 2012. *China Seeking to Build Gas Pipeline from Turkmenistan to China through Tajikistan and Afghanistan*. [Online] (6 de Junho) Available at: <http://president.gov.af/en/news/10262> [Accessed 10 Junho 2012].

- Offshore-technology, 2011. *Bohai Bay Field, China*. [Online] Available at: <http://www.offshore-technology.com/projects/bohai-bay/> [Accessed 27 Agosto 2011].
- OGJ, 2012. *CNPC, Shell sign shale gas contract in China's Sichuan basin*. [Online] (20 de Março) Available at: <http://www.ogj.com/articles/2012/03/cnpc-shell-sign-shale-gas-contract-in-chinas-sichuan-basin.html> [Accessed 24 Março 2012].
- Oil & Gas Journal Latinoamericana, 211. Plano de Negócios da Petrobras prioriza pré-sal. *Oil & Gas Journal Latinoamericana*, Setembro. pp. 40-42.
- Oil & Gas Eurasia, 2010. *Angola becomes China's Largest Crude Oil Source*. [Online] Available at: <http://www.oilandgaseurasia.com/news/p/0/news/8119>. [Accessed 5 Outubro 2010].
- Oil and Gas Journal, 1999. *CNPC shelves China-Kazakhstan oil pipeline*. [Online] (30 de Julho) Available at: <http://www.ogj.com/articles/print/volume-97/issue-35/in-this-issue/pipeline/cnpc-shelves-china-kazakhstan-oil-pipeline.html> [Accessed 14 Outubro 2009].
- Oil and Gas Journal, 2009. *Sinopec to spud Bomu prospect in Gulf of Guinea*. [Online] Available at: <http://www.ogj.com/articles/print/volume-107/issue-33/exploration-development/sinopec-to-spud-bomu.html> [Accessed 25 Outubro 2010].
- Oliveira, H.A.d., 2004. Brasil-China: trinta anos de uma Parceria Estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47, 1, pp. 7-30.
- Oneindia News, 2007. *India to leave Indo-Myanmar gas pipeline project*. [Online] (14 de Maio) Available at: <http://news.oneindia.in/2007/05/14/india-to-leave-indo-myanmar-gas-pipeline-project-1179128100.html> [Accessed 14 Setembro 2010].
- ONGC - Oil and Natural Gas Corporation LTD., 2013. *History*. [Online] Available at: <http://www.ongcindia.com/wps/wcm/connect/ongcindia/Home/Company/History/> [Accessed 26 Março 2013].
- ONGC - Oil and Natural Gas Corporation Ltd, 2012. *ONGC signs MoU with CNPC*. [Online] (26 de Junho) Available at: http://www.ongcindia.com/wps/wcm/connect/ongcindia/home/press_release/ongc%20signs%20mou%20with%20cnpc [Accessed 2012 Junho 30].

- ONGC Videsh Limited, 2005. *ONGC acquires shares of Petro-Canada in Syria*. [Online] ONGC Videsh Limited (25 de Dezembro) Available at: <http://www.ongcvidesh.com/NewsContent.aspx?ID=101> [Accessed 14 Setembro 2011].
- ONGC Videsh, 2011. *ONGC Videsh: Accreting hydrocarbon resources abroad*. [Online] (Setembro) Available at: <http://www.ongcvidesh.com/company.aspx> [Accessed 23 Dezembro 2011].
- ONGC Videsh, 2012. *ONGC Videsh: Accreting hydrocarbon resources abroad*. [Online] Available at: <http://www.ongcvidesh.com/company.aspx> [Accessed 23 Dezembro 2012].
- OPEP, 2008. Can the Bull be tamed? *OPEC Bulletin* 7, XXXIX, n.º 6 (Julho/Agosto).
- PLOP, 2011. *Boletim OPLOP* 31. Textos Referentes ao Período entre 2 e 8 de Agosto. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense Observatório de Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP).
- Oredein, O., 2013. *Angola Makes New Oil Discoveries On Pre-Salt Blocks*. [Online] (12 de Fevereiro) Available at: http://www.epmag.com/Exploration-Wildcats-Stepouts/Angola-New-Oil-Discoveries-Pre-Salt-Blocks_112820 [Accessed 20 Fevereiro 2013].
- Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2012. *Annual Statistical Bulletin*. Viena: OPEC.
- Ortiz, G., 2011. Latin America holds one fifth of world's oil. *Aljazeera*, 16 Junho.
- Orttung, R.W. & Perovic, 2010. Energy Security. In D. Cavelty & V. Mauer, eds. *The Routledge Handbook of Security Studies*. Nova Iorque: Routledge. pp. 211-20.
- Oswald, V., 2012. *China já é o maior fornecedor do Brasil*. [Online] (28 de Abril) Available at: <http://oglobo.globo.com/economia/china-ja-o-maior-fornecedor-do-brasil-4766688> [Accessed 28 Abril 2012].
- Øystein Tunsjø, 2010. Hedging Against Oil Dependency: New Perspectives on China's Energy Security Policy. *International Relations*, 24, 1, pp. 25-45.
- Palacio, A., 2012. A próxima tarefa para os novos líderes da China. *Público*, 21 Setembro.
- Pan, Z., 2007. Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands: The Pending Controversy from the Chinese Perspective. *Journal of Chinese Political Science*, 12, n.º 1, pp. 71-92.

- Panapress, 2005. *Angola reabilita infra-estruturas com financiamento chinês*. [Online] (31 de Agosto) Available at: <http://www.panapress.com/Angola-reabilita-infra-estruturas-com-financiamento-chines--3-405507-45-lang3-index.html> [Accessed 14 Outubro 2009].
- PDVSA, 2011. *Running first Venezuelan oil refinery on Chinese soil*. [Online] (19 de Agosto) Available at: <http://www.conapri.org/english/ArticleDetailIV.asp?articleid=418658&CategoryId2=15045> [Accessed 20 Agosto 2011].
- Peng, I.K., 2006. Uma análise política e económica sobre a “Plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e a Lusofonia”. *Administração*, XIX, n.º 72, pp. 707-24.
- People's Daily Online, 2002. *PetroChina Starts Segmental Construction of West-East Gas Pipeline*. [Online] (6 de Fevereiro) Available at: http://english.peopledaily.com.cn/2002/06/eng20020206_89989.shtml [Accessed 24 Outubro 2009].
- People's Daily Online, 2010. *Wuhan Iron inks \$800m coal deal with Riversdale*. [Online] (25 de Junho) Available at: <http://english.peopledaily.com.cn/90001/90778/90861/7040000.html> [Accessed 12 Janeiro 2011].
- People's Daily Online, 2012. *China poised to win in Afghanistan*. [Online] (29 de Novembro) Available at: <http://english.peopledaily.com.cn/90883/8039705.html> [Accessed 30 Novembro 2012].
- Petrobras, 2006. *GASENE Project Financing*. [Online] (Dezembro 14) Available at: http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/2890_financ_bndes_gasene_ing.pdf [Accessed 24 Março 2010].
- Petrobras, 2007. *Petrobras dará início à construção do terceiro trecho do Gasene*. [Online] Petrobras (27 de Dezembro) Available at: http://www.acionista.com.br/home/petrobras/271207_inicio_construcao.pdf [Accessed 14 Janeiro 2009].
- Petrobras, 2009a. *Anunciada nova descoberta de petróleo em Angola*. [Online] Available at: <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2009/11/17/anunciada-mais-uma-descoberta-de-petroleo-em-angola/> [Accessed 4 Maio 2010].
- Petrobras, 2009b. *Petrobras conclui contrato de US\$ 10 bi com China Development Bank*. [Online] (4 de Novembro) Available at: <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2009/11/04/petrobras-conclui-contrato-de-us-10-bi-com-banco-chines/> [Accessed 14 Novembro 2009].

- Petrobras, 2010. *Acordo de Cooperação com a China*. [Online] Available at: http://www.latibex.com/act/esp/empresas/hechosrelev/2010/TRACNhecho20100419_0746.pdf [Accessed 14 Setembro 2010].
- Petrobras, 2011a. *Petrobras assina dois acordos com empresas chinesas*. [Online] Available at: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/15/petrobras-assina-dois-acordos-com-empresas-chinas> [Accessed 24 Abril 2011].
- Petrobras, 2011b. *Petrobras assina acordos com Sinopec e Sinochem*. [Online] (15 de Abril) Available at: <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2011/04/page/4/> [Accessed 8 Maio 2011].
- Petrobras, 2011. *Petrobrás: O que é o Pré-Sal*. [Online] Available at: <http://www2.petrobras.com.br/presal/perguntas-respostas/> [Accessed 24 Setembro 2011].
- Petrobras, 2012. *Nossa História. Viaje no tempo e conheça a Petrobras*. [Online] Available at: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/> [Accessed 4 Janeiro 2012].
- Petrobras, 2013a. *Principais Operações da Petrobras*. [Online] Available at: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/> [Accessed 12 Janeiro 2013].
- Petrobras, 2013b. *Seminário do PSDB: esclarecimento à imprensa*. [Online] Petrobras (13 de Março) Available at: <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2013/03/13/seminario-do-psdb-esclarecimento-a-imprensa/> [Accessed 24 Março 2013].
- Petrobras, 2013c. *Petrobras*. [Online] Available at: <http://www.petrobras.com.br/pt/> [Accessed 14 Abril 2013].
- Pierson, D., 2009. *China's links to Iran a snag for sanctions*. [Online] Available at: <http://articles.latimes.com/2009/oct/16/world/fg-china-iran16> [Accessed 3 Março 2010].
- Platts, 2011. *China Sinopec Yuanba Field's Proven Gas Reserves At 159.25 Bcm: Report*. [Online] Available at: <http://www.oilandgaseurasia.com/news/p/0/news/13046> [Accessed 27 Dezembro 2011].
- Ponte, J.P., 1994. O estudo de caso na investigação em educação matemática.. *Quadrante*, n.º 1, pp. 3-18.

- Portal Brasil do Governo Brasileiro, 2010. *Novas reservas*. [Online] Available at: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/pre-sal> [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Portugaldigital, 2013. *EDP Renováveis aumenta produção de energia no Brasil em 36%*. [Online] (5 de Fevereiro) Available at: <http://teste1.portugaldigital.com.br/economia/ver/20075033-edp-renovaveis-aumenta-producao-de-energia-no-brasil-em-36> [Accessed 2 Março 2013].
- Prakash, A., 2011. China's Maritime Challenge in the Indian Ocean. *Maritime Affairs*, 7, n.º 1, pp. 1-16.
- Press Information Bureau of Government of India, 2011. *Prime Minister's New Year Message to Nation*. [Online] National Informatics Centre (NIC) (31 de Janeiro) Available at: <http://pib.nic.in/newsite/erelease.aspx?relid=79304> [Accessed 7 Janeiro 2012].
- Priyo.news, 2010. *China keen to build Sonadia deep-sea port*. [Online] (25 de Outubro) Available at: <http://news.priyo.com/story/2010/oct/25/9971-china-keen-build-sonadia-deep-sea-port> [Accessed 28 Outubro 2010].
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011. *Sustentabilidade e Equidade: Sustentabilidade e Equidade*. Relatório do Desenvolvimento Humano 2011. Nova York.
- Project Finance International, 2006. *AP P&M: Myanmar - Myanmar signs MOU with Petrochina*. [Online] (16 de Janeiro) Available at: <http://www.pfie.com/ap-pm-myanmar-myanmar-signs-mou-with-petrochina/386446.article> [Accessed 14 Setembro 2011].
- Pultz, C.B., 2003. The PLA and China's Changing Security Environment. *Strategic Insights*, 2, 1, Available at: <http://www.nps.edu/Academics/centers/ccp/publications/OnlineJournal/2003/jan03/eastAsia.html>.
- PWC, 2012. *Power Deals 2012 Outlook and 2011 Review*. Londres: Price Waterhouse Coopers.
- Qin Yi; Xinhua Liu, 2002. Zhongguo De Shiyou Anquan Jiqi Zhanlue Xuanze (Segurança do Petróleo e Estratégias). *Xiandai Guoji Guanxi (Relações Internacionais Contemporaneas)*, n.º 12, pp. 35-56.

- Qingyou Guan & He Fan, 2007. Zhongguo De Nengyuan Anquan Yu Guoji Hezuo (Segurança Energética Chinesa e Cooperação Internacional Energética). *Shijie Jingji Yu Zhengzhi (Política e Economia Mundial)*, n.º 11.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5th ed. Translated by J.M. Marques, A. Mendes & M. Carvalho. Lisboa: Gradiva.
- RaillwayPro, 2011. *North-South Corridor: accelerating the construction of the missing section*. [Online] (17 de Maio) Available at: <http://www.railwaypro.com/wp/?p=5513> [Accessed 20 Outubro 2011].
- Ramachandran, S., 2011. Sri Lankan waters run deep with China. *Asia Times*, Available at: http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/LH13Df02.html [Accessed 10 Outubro 2011].
- Ramos-Horta, J., 1978. *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*, Trenton. New Jersey: Red Sea Press.
- Ramos-Horta, J., 1994. *Amanhã em Díli, Lisboa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Rao, A., 2006. *Saudi Aramco, Sinopec sign oil, petchem deal*. [Online] Available at: <http://www.icis.com/Articles/2006/04/24/1058113/saudi+aramco+sinopec+sign+oil+petchem+deal.html> [Accessed 14 Outubro 2009].
- Raymond, C.Z., 2009. Piracy and Armed Robbery in the Malacca Strait. A Problem Solved? *Naval War College Review*, 62, n.º 3, pp. 31-42.
- Reischer, R., 2012. *China and India Unite On Energy*. [Online] (Junho) Available at: <http://thediplomat.com/china-power/china-and-india-unite-on-energy/> [Accessed 15 Setembro 2012].
- REN, 2013. *Relatório & Contas 2012. Uma rede em Evolução*. Anual. Lisboa: REN.
- RENAI, 2012. *Anúncio dos Investimentos Chineses no Brasil 2003-2011*. São Paulo: Rede Nacional de Informações sobre Investimentos Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Renerk, M.R., 1993. A Qualitative Study of Information Seeking among Members of an Academic Community: Methodological Issues and Problems. *Library Quarterly*, 63, n.º 4, pp. 487-507.
- Repsol Sinopec Brasil, 2011a. *Highlights*. [Online] (26 de Janeiro) Available at: http://www.repsol.com/es_en/corporacion/prensa/publicaciones/especial-brasil/default.aspx [Accessed 14 Janeiro 2012].

- Repsol Sinopec Brasil, 2011b. *Repsol makes a new gas find in the Brazilian post-salt*. [Online] (4 de Novembro) Available at: http://www.repsol.com/es_en/corporacion/prensa/notas-de-prensa/ultimas-notas/04112011-repsol-descubrimiento-postsal-brasil.aspx [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Repsol Sinopec Brasil, 2011c. *Repsol makes a new good quality oil discovery in Brazil*. [Online] (14 de Novembro) Available at: http://www.repsol.com/es_en/corporacion/prensa/notas-de-prensa/ultimas-notas/14112011-Repsol-nuevo-yacimiento-brasil.aspx [Accessed 20 Janeiro 2012].
- Repsol Sinopec Brasil, 2012. *Repsol - Descobertas*. [Online] Available at: <http://www.repsolsinopec.com.br/web/10157/79> [Accessed 24 Março 2012].
- Repsol, 2012a. *O que são recursos não convencionais?* [Online] Available at: http://www.repsol.com/imagenes/pt_pt/no_convencionales_597x540_06_port_tcm21-607176.swf [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Repsol, 2012b. *Brasil, vetor de crescimento*. [Online] (12 de Abril) Available at: http://www.repsol.com/pt_pt/corporacion/conocer-repsol/actividad/exploracion-produccion/repsol-brasil/ [Accessed 24 Abril 2012].
- República de Angola, 2012. *Anuário de Estatísticas de Comércio Externo - 2011*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística de Angola Departamento de Informação e Difusão do Instituto Nacional de Estatística de Angola.
- República Democrática de Timor-Leste, 2002. *Resolução No. 2/2003 de 1 de Abril*. Que Ratifica o Tratado do Mar de Tiimor Entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália, 20 de Maio de 2002. Dili.
- República Democrática Timor-Leste, 2011. *Decreto-Lei de 31/2011. Timor GAP - Timor Gás & Petróleo, E.P.*. [Online] Available at: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=3572> [Accessed 6 Janeiro 2012].
- Reuters, 2007. *China e Venezuela fazem acordo de petróleo*. [Online] Terra Networks Brasil S.A. Available at: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,OI1505497-EI8140,00-China+e+Venezuela+fazem+acordo+de+petroleo.html> [Accessed 4 Outubro 2010].
- Reuters, 2009a. *INTERVIEW- EastTimor min eyes oil fund for infrastructure spending*. [Online] Alibaba Group (31 de Agosto) Available at:

<http://news.alibaba.com/article/detail/energy/100164431-1-interview-e.timor-min-eyes-oil-fund.html> [Accessed 12 Setembro 2009].

Reuters, 2009b. *China showers gifts on resources-rich Timor*. [Online] (14 de Setembro) Available at: <http://in.reuters.com/articlePrint?articleId=INIndia-42432520090914> [Accessed 14 Setembro 2009].

Reuters, 2010a. *China's CNPC eyes 500 mcm shale gas output by 2015*. [Online] (5 de Junho) Available at: <http://www.reuters.com/article/2010/07/05/us-china-gas-cnpc-idUSTRE6642OT20100705> [Accessed 3 Dezembro 2011].

Reuters, 2010b. *Emissão de carbono da China cresce 9% em 2009, e cai no resto do mundo*. [Online] Globo Comunicação e Participações S.A. Available at: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/emissoes-globais-de-co2-caem-mas-disparam-na-china-1.html> [Accessed 14 Março 2011].

Reuters, 2010c. *Russia's ESPO oil pipeline link to China*. [Online] (27 de Setembro) Available at: <http://uk.reuters.com/article/2010/09/27/russia-china-pipeline-idUKTOE68Q04I20100927> [Accessed 27 Setembro 2010].

Reuters, 2011. *PDVSA gets \$1.5 bln China loan for refinery -paper*. [Online] (4 de Dezembro) Available at: <http://www.reuters.com/article/2011/12/04/brazil-venezuela-pdvsa-idUSN1E7B303W20111204> [Accessed 6 Dezembro 2011].

Reuters, 2012. *China and Afghanistan pen strategic agreements*. *Daily News*, 24 Setembro.

Revista Macau, 2010. *A nova era do Fórum Macau*. [Online] (1 de Janeiro) Available at: <http://www.revistamacau.com/2010/12/01/a-nova-era-do-forum-macau/> [Accessed 14 Março 2010].

RFERL, 2010. *Afghan President Signs Economic Agreements on China Visit*. [Online] Available at: www.rferl.org/content/Afghan_President_Meets_China_Leadership/1992126.html [Accessed 14 Janeiro 2011].

Ribeiro, A.F., 2012. *Empresa chinesa prepara compra da rede eléctrica espanhola*. *Público*, 19 Novembro.

Rio Negócios - Agência de Promoção de Investimentos do Rio de Janeiro, 2011. *Chineses ampliam investimento no pré-sal*. [Online] Available at: <http://rio-negocios.com/chineses-ampliam-investimento-no-pre-sal/> [Accessed 11 Dezembro 2011].

- Risen, J., 2010. U.S. Identifies Vast Mineral Riches in Afghanistan. *New York Times*, 13 Abril. Available at: http://www.nytimes.com/2010/06/14/world/asia/14minerals.html?_r=1&pagewanted=all [Accessed 15 Abril 2010].
- Romero, S., 2011. Chávez Says China to Lend Venezuela \$20 Billion. *New York Times*, 18 Abril. Available at: <http://www.nytimes.com/2010/04/19/world/americas/19venez.html> [Accessed 14 Setembro 2011].
- Ross, M.L., 2001. Does Oil Hinder Democracy? *World Politics*, 53, N.º 3, pp. 325-61.
- Ross, M.L., 2008. Blood Barrels. Why Oil Wealth Fuels Conflict. *Foreign Affairs*, 87, n.º 3.
- Ross, M.L., 2008. *Why Oil Wealth Fuels Conflict*. [Online] Available at: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/BloodBarrelsFA.pdf>.
- Rühle, M., 2011. *A NATO e a segurança energética*. [Online] Available at: http://www.nato.int/docu/review/2011/Climate-Action/Energy_Security/PT/index.htm [Accessed 2011 Novembro 2011].
- Ruigu, W., 2012. FOFAC 2012: the Sino-African Partnership Gains Momentum. *The Beijing Axis*, pp. 12-14.
- Russia & CIS Business and Financial Newswire, 2011. *China to lend Turkmenistan further \$4.1 bln for South Yolotan gas project*. [Online] Russia & CIS Business and Financial Newswire (27 de Abril) Available at: <http://business.highbeam.com/407705/article-1G1-254976996/china-lend-turkmenistan-further-41-bln-south-yolotan> [Accessed 29 Abril 2011].
- Sakhuja, V., 2010. Bay of Bengal Littorals in Chinese Strategic Calculus. *China Brief*, X, n.º 14, pp. 7-10.
- Salameh, M.G., 2010. China's Global Oil Diplomacy: Benign or Hostile? *International Association for Energy Economics*, pp. 21-25. [Accessed 4 Março 2010].
- Salvador, R. & Marques, B.P., 2005. *Geopolítica do Petróleo: de Estrabão à (s) Guerras do Iraque*. [Online] Available at: <http://rsalvador.planetaclix.pt/geopoliticadopetroleo.pdf> [Accessed 27 Janeiro 2010].
- Saudi Aramco, 2012. *Saudi Aramco*. [Online] Available at: <http://www.saudiaramco.com/en/home/ouroperations/projects/yasref.html#ouroperations%257C%252Fen%252Fhome%252Four-operations%252Fprojects%252Fyasref.baseajax.html> [Accessed 14 Outubro 2012].

- Schwarz, H., 2007. Energia, Geopolítica e a Política da Biosfera. n.º 116 , pp. 7-30.
- Seabra, P., 2011. *Valor estratégico de Timor-Leste desperta interesse da China*. [Online] (1 de Agosto) Available at: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2011/08/01/valor-estrategico-de-timor-leste-desperta-interesse-da-china/> [Accessed 2 Agosto 2011].
- Seibert, G., 2013. *Surging São Tomé*. [Online] (8 de Março) Available at: Seibert, Gerhard. "Surging São Tomé." Foreign Affairs. <http://www.foreignaffairs.com/articles/139044/gerhard-seibert/surging-sao-tome> [Accessed 9 Março 2013].
- Seligsohn, D. & Hsu, A., 2011. *China Releases 12th Five Year Plan*. [Online] (Março) Available at: <http://www.sustainablebusiness.com/index.cfm/go/news.display/id/22006> [Accessed 6 Julho 2011].
- Semanario Angolense, 2004. "A Índia não está a dormir", *Semanário Angolense*. [Online] (n.º 89) Available at: www.semanarioangolense.net/full_headlines.php?id=241&edit=89 [Accessed 24 Janeiro 2009].
- Serra, A.M.d.A., 2004. *Timor-Leste: os caminhos do desenvolvimento e a Cooperação lusófona*. [Online] (Conferência apresentada no XIV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), realizado em Julho/2004, na Universidade de São Paulo, no Brasil) Available at: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/serra.html> [Accessed 14 Setembro 2009].
- Serra, A.M.d.A., 2006. Timor Leste: o petróleo e o futuro. *Documentos de Trabalho*, n.º 71.
- SGCC, 2012. *SGCC Signed the Equity Acquisition Agreement with REN*. [Online] (23 de Outubro) Available at: <http://www.sgcc.com.cn/ywlm/internationalcooperation/02/267728.shtml> [Accessed 25 Outubro 2012].
- Shalizi, H., 2012. China's CNPC begins oil production in Afghanistan. *Reuters*, 21 Outubro.
- Shandong Huawei Security Group, 2012. *Huawei introduction*. [Online] Available at: <http://www.hwbaoan.com/sysen/zc.asp> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Shang Chunying, 2005. The Opening of Energy Diplomacy Prelude (Nengyuan waijiao xumulakai). *Jingji*, Abril.
- Shanghai CBI Events Co., Ltd, 2011. *China's CBM development*. [Online] Available at: <http://events.cbichina.com/con/aapugs2012/agenda.html> [Accessed 20 Novembro 2011].

- Sharma , R., Ramvir, G. & Mishra, V., 2011. *India and the Dynamics of Word Politics: A book on A book on Indian Foreign Policy*. Nova Deli: Dorling Kindersley.
- Sharma, R., 2010. China's Afghanistan Policy: Slow Recalibration. *China Report*, 46, n.º 3, pp. 201-125.
- Shell, 2010. *Shell floating LNG technology chosen by joint venture for Greater Sunrise project*. [Online] (29 de Abril) Available at: <http://www.shell.com/global/aboutshell/media/news-and-media-releases/2010/flng-technology-greater-sunrise29042010.html> [Accessed 3 Junho 2010].
- Shi Chunlin, 2010. Securing the shipping lanes in the Indian Ocean and China's strategic options. *Nanya yanjiu jikan*, n.º 142, pp. 1-17.
- Shichor, Y., 2005. Sudan: China's outpost in Africa. *China Brief*, 5, n.º 21.
- Shichor, Y., 2007. China's Darfur Policy. *China Brief*, 7, n.º 7.
- Shimbun, Y., 2005. China gorging and Japan-China resource and energy conflicts. *Japan Focus*, 29 Junho.
- Shiping, T. & Yunling, Z., 2005. China's Regional Strategy. In D. Shambaugh, ed. *Power Shift: China and Asia's New Dynamics*. Londres: University of California Press. pp.48-68.
- Silk Road Intelligencer, 2011. *Kazakhstan-China pipeline hits capacity*. [Online] Available at: <http://silkroadintelligencer.com/2011/01/05/kazakhstan-china-pipeline-hits-capacity/> [Accessed 5 Janeiro 2011].
- Silva, A.C., 2005. A Luta pelo Petróleo. *Relações Internacionais*, Junho. pp. 5-18.
- Silva, A.C., 2013. *Rumo Business Intelligence*. [Online] Available at: <http://rumo.sapo.ao/opinioao/2155-petroleo-angola-e-o-futuro> [Accessed 17 Janeiro 2013].
- Silveira, W., 2004. *Governo anuncia contratos Brasil-China*. [Online] Available at: http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2004/20040520_01 [Accessed 14 Março 2009].
- Simas, D.d.A., 2011. *Relações bilaterais entre o Brasil e República Popular da China - seus antecedentes e o período do governo Geisel*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: ANPUH-Brasil – Associação Nacional de História.

- Singh, M., 2011. *The Proposed PLA Naval Base in Seychelles and India's Options*. [Online] (15 de Dezembro) Available at: http://www.idsa.in/idsacomments/TheProposedPLANavalBaseinSeychellesandIndiasOptions_msingh_151211 [Accessed 14 Novembro 2011].
- Sinochem Group, 2011b. *Energy Business*. [Online] Sinochem Group Available at: <http://www.sinochem.com/g717.aspx> [Accessed 4 Dezembro 2011].
- Sinochem Group, 2011. *Sinochem Petróleo Brasil Limitada*. [Online] Available at: <http://www.sinochem.com/g858/s1803/t4346.aspx> [Accessed 4 Dezembro 2011].
- Sinochem, 2011. *Sinochem*. [Online] Available at: <http://www.sinochem.com/g719.aspx> [Accessed 14 Janeiro 2011].
- Sinopec Corporation, 2011. *Refining & Sales*. [Online] Sinopec Corporation (中国石油化工集团公司) Available at: http://english.sinopec.com/about_sinopec/our_business/refining_selling/ [Accessed 15 Dezembro 2011].
- Sinopec do Brasil Ltda, 2008b. *Novos Acordos de Cooperação para SINOPEC Brasil*. [Online] Sinopec do Brasil Ltda Available at: <http://www.sinopecbrasil.com.br/pt/detalhes-noticia.php?id=43> [Accessed 14 Abril 2009].
- Sinopec do Brasil Ltda, 2008b. *Marcos do Projecto Gasene*. [Online] Available at: <http://www.sinopecbrasil.com.br/pt/marcos.php> [Accessed 20 Abril 2009].
- Sinopec Group, 2012. *About Sinopec Group*. [Online] Available at: http://www.sinopecgroup.com/english/Pages/guanyu_gsjs.aspx [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Sinopec, 2011a. *Puguang Gas Field Sees Its Cumulative Production Exceeding 10 Billion Cubic Meters*. [Online] Available at: <http://docsearch.derrickpetroleum.com/doc/sinopec-2011-puguang-gas-field-sees-its-cumulative-production-exceeding-10-billion-cubic-meters/16643/page/1/> [Accessed 14 Outubro 2011].
- Sinopec, 2011b. *Sinopec in Brazil*. Pequim: China Petrochemical Corporation.
- SIPRI, 2011. *Chinese-Russian security and energy relations are crumbling*. [Online] (31 de Outubro) Available at: <http://www.sipri.org/media/pressreleases/2011/3-oct-2011->

- [chinese-russian-security-and-energy-relations-are-crumbling-says-sipri](#) [Accessed 3 Novembro 2011].
- SIPRI, 2012a. *Recent trends in military expenditure*. [Online] Available at: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/resultoutput/trends> [Accessed 14 Outubro 2012].
- SIPRI, 2012b. *Military expenditure of China*. [Online] Available at: <http://milexdata.sipri.org/result.php4> [Accessed 14 Outubro 2012].
- Smil, V. & Woodard, K., 1977. Perspectives on Energy in The People's Republic of China. *Annual Review Energy*, 2, pp. 307-42.
- Sonangol, 2009. *SONAREF*. [Online] Available at: http://www.sonairsarl.com/wps/portal/!ut/p/c0/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN_QwMLLxMjAyNjb9dgI08XIxNXc_2CbEdFAHQi0NI/ [Accessed 12 Dezembro 2010].
- Sonangol, 2011a. *Crude em Angola*. [Online] Available at: <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/epNew/atividades/upstream/offshoreE&P> [Accessed 14 Dezembro 2011].
- Sonangol, 2011b. *Exploração no Mar*. [Online] Available at: <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/epNew/atividades/upstream/offshoreE&P> [Accessed 14 Dezembro 2011].
- South Asia Terrorism Portal, 2003. *The Republic of India and the Islamic Republic of Iran "The New Delhi Declaration"*. [Online] (25 de Janeiro) Available at: http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/iran_delhidecl.htm [Accessed 14 Janeiro 2009].
- Souza, M.d., 1999. Mar Territorial, Zona Económica Exclusiva. *Revista Brasileira de Geofísica*, 17, n.º 1, pp. 79-89.
- Sovacool, B.K., 2011. Defining, measuring, and exploring energy security. In B.K. Sovacool, ed. *The Routledge handbook of Energy security*. Londres e Nova Iorque: Routledge. pp. 1-42.
- Sperling, E., 2009. *China, Venezuela Boost Economic Cooperation with US\$ 12 Billion Fund*. [Online] (18 de Fevereiro) Available at: <http://venezuelanalysis.com/news/4232> [Accessed 20 Fevereiro 2009].
- Sri Lanka Port Authority, 2007. *Development of Port in Hambantota*. [Online] Available at: http://www.slpa.lk/port_hambantota.asp?chk=4 [Accessed 13 Outubro 2010].
- Stafford, J., 2012. World oil production is not going to increase forever. *European Energy Review*, 3 Setembro. Available at: <http://www.europeanenergyreview.eu/site/pagina>.

php?email=carla_fer@yahoo.com&id_mailing=306&toegang=b2eb7349035754953b57a32e2841bda5&id=3840 [Accessed 7 Setembro 2012].

- Stake, R.E., 2005. Qualitive Cases studies. In N.K. Denzin & Y.S. Lincon, eds. *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 2nd ed. London: Sage Publications, Inc. pp. 433-67.
- State Council of PRC, 2004. *Decision of the State Council on Reform of the Investment System*. [Online] Available at: http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/t20060207_58851.htm2 [Accessed 14 Setembro 2010].
- State Council Information Office of the People's Republic of China, 2005. *Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China*. [Online] (25 de Setembro) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-09/25/c_131872152.htm [Accessed 26 Setembro 2012].
- State Council Information of the People's Republic of China, 2007. *China's Energy Conditions and Policies*. [Online] (26 de Dezembro) Available at: <http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/P020071227502260511798.pdf> [Accessed 14 Março 2009].
- State Nuclear Power Technology Corp, 2009a. *The World First 3RD Generation AP1000 NPP Main Project Startup*. [Online] (20 de Abril) [Accessed 14 Março 2010].
- State Nuclear Power Technology Corp, 2009b. *The largest structures module on the 1st at Haiyang Nuclear Power Station assembled successfully*. [Online] State Nuclear Power Technology Corp (10 de Setembro) Available at: http://www.snptc.com.cn/templates/T_en_new>AboutUs/index.aspx?nodeid=257&page=ContentPage&contentid=20005 [Accessed 14 Março 2011].
- Statoil, 2010a. *Sinochem to become 40% partner of Statoil in Peregrino oil field in Brazil*. [Online] (21 de Maio) Available at: <http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2010/Pages/12MayPeregrino.aspx> [Accessed 3 Outubro 2010].
- Statoil, 2010b. *Sinochem to become 40% partner of Statoil in Peregrino oil field in Brazil*. [Online] Available at: <http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2010/Pages/12MayPeregrino.aspx> [Accessed 13 Dezembro 2010].
- Statoil, 2012. *About Peregrino*. [Online] Available at: <http://www.statoil.com/en/About/Worldwide/Brazil/ExplorationPortfolio/Pages/Peregrino.aspx> [Accessed 14 Janeiro 2012].

- Steinfeld, E., 2010. Energy Poicy. In Yusuf, S. & Saich, T. *China Urbanizes. Consequences, Strategies, and Policies*. The World Bank ed. Washington. pp. 125-56.
- Sterio, M., 2013. *Piracy: Declining in the Gulf of Aden, Rising in the Gulf of Guinea*. [Online] (16 de Fevereiro) Available at: <http://piracy-law.com/tag/economic-impact/> [Accessed 18 Fevereiro 2013].
- Storey, I., 2006. China Malacca Dilemma. *China Brief*, 6, 8.
- Storey, I., 2007. China and East Timor: Good, but not the Best Friends. *China Brief*, 2, n.º 14.
- Su Hao, 2009. Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs. In Idda, M. *China's Shift: Global Strategy. Global Strategy of the Rising Power*. Tóquio: National Institute for Defense Studies. pp. 29-55.
- Swaine, M.D. & Tellis , A.J., 2000. *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND Corporation.
- Swartz, S., 2010. *China Tops U.S. in Energy Use. Asian Giant Emerges as No. 1 Consumer of Power, Reshaping Oil Markets, Diplomacy*. [Online] Available at: http://online.wsj.com/article/NA_WSJ_PUB:SB100014 [Accessed 20 Julho 2010].
- Szaszdi, L., 2012. *La importancia estratégica de Afganistán: Una futura 'Arabia Saudita del litio'*. [Online] Organización Autónoma sin Fines de Lucro "TV-Novosti Available at: http://actualidad.rt.com/expertos/dr_lajos_szaszdi/view/45695-La-importancia-estrat%C3%A9gica-de-Afganist%C3%A1n-Una-futura-%E2%80%98Arabia-Saudita-del-litio%E2%80%99 [Accessed 21 Setembro 2012].
- Tamil Guardian, 2006. *India, China invited to explore for oil*. [Online] (12 de Julho) Available at: <http://www.tamilguardian.com/article.asp?articleid=729> [Accessed 20 Janeiro 2011].
- Tang, J., 2006. *With the Grain or Against the Grain? Energy Security and Chinese Foreign Policy in the Hu Jintao Era*. [Online] Washington Available at: <http://www.brookings.edu/fp/cnaps/papers/tang2006.pdf> [Accessed 7 Janeiro 2010].
- The China Post, 2007. *Chevron, CNPC sign deal for Chuandongbei gas JV*. [Online] (19 de Dezembro) Available at: <http://www.chinapost.com.tw/business/asia-china/2007/12/19/135554/Chevron-CNPC.htm> [Accessed 24 Janeiro 2009].

- The China Post, 2010. *China and Bangladesh sign oil and gas agreement*. [Online] (21 de Março) Available at: <http://www.chinapost.com.tw/china/national-news/2010/03/21/249224/China-and.htm> [Accessed 13 Outubro 2010].
- The Daily Times, 2006. Pakistan, China Agree to Boost Energy Cooperation.
- The Economist Group, 2010. Crude Oil Forecast - Latin America. *The Economist News*, 2 Agosto. Available at: <http://latinamerica.economist.com/news/crude-oil-forecast/204> [Accessed 1 Outubro 2011].
- The Economist, 2012. The dragon's new teeth. *The Economist*, 17 Abril.
- The Nation, 2011. India plans to build Afghan-Iran rail link. *The Nation*, 2 Novembro. p. 12.
- The Revenue Watch Institute, 2011. *Timor-Leste / Extractive Industries*. [Online] Available at: <http://www.revenuewatch.org/countries/asia-pacific/timor-leste/extractive-industries> [Accessed 24 Janeiro 2011].
- Timor Gap, 2012. *Southern Coast Project*. [Online] Available at: <http://www.timorgap.com/databases/website.nsf/vwAllNew/SOUTHERN%20COAST%20PROJECT> [Accessed 20 Janeiro 2012].
- Tissot, R., 2012. Latin America's Energy Future. *Inter-American Dialogue - Working Paper*, pp.1 - 28.
- TN Petróleo, 2012. *Glossário*. [Online] Available at: <http://tnpetroleo.com.br/glossario/#g-E> [Accessed 14 Setembro 2012].
- Tomé, L., 2006. Gato Preto, Gato Branco – Geoestratégia da China. *Política Internacional*, II série, pp. 13-35.
- Tomé, L., 2008. China e Médio Oriente: energia, claro, mas não só. *Nação e Defesa*, 3ª Série, 121, Outono-Inverno. pp. 87-134.
- Tønnesson, S. & Kolås, Å., 2006. *Energy Security in Asia: China, India, Oil and Peace*. Relatório para o Ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega. Oslo: International Peace Research Institute.
- Tradeship Publications Ltd, 2011. *China boosts uranium imports*. [Online] (10 de Janeiro) Available at: <http://www.ifandp.com/article/009101.html> [Accessed 14 Março 2011].
- Troner, A., 2011. *China's Oil Sector: Trends and Uncertainties*. Fórum James A. Baker III Institution for Public Policy, as part of the study "The Rise of China and its Energy

- Implications". Houston: James A. Baker III Institution for Public Policy, Rice University.
- Tucker, A., 2012. New Power Map. *Foreign Affairs*.
- Tuli, S., 2009. China-Myanmar Energy Engagements. Challenges and Opportunities for India. *Institute of Peace and Conflict Studies Issue Brief*, n.º 134(Dezembro), pp. 2-4.
- U.S. Defense Department, 2008. *Military Power of the People's Republic of China 2008*. Annual Report to Congress. Office of Secretary of Defense.
- U.S. Department of Energy, 2011. *Strategic Petroleum Reserve*. [Online] Available at: <http://www.spr.doe.gov/dir/dir.html> [Accessed 3 November 2011].
- U.S. Department of the Interior, 2006. *Assessment of Undiscovered Petroleum Resources of Northern Afghanistan*. [Online] Available at: <http://pubs.usgs.gov/fs/2006/3031/pdf/FS-3031.pdf> [Accessed 20 Janeiro 2012].
- U.S. Navy, 2012. *US 7th Fleet Forces*. [Online] Available at: <http://www.c7f.navy.mil/forces.htm> [Accessed 24 Janeiro 2012].
- UNDP, 2013. *International Human Development Indicators*. [Online] Available at: <http://hdr.undp.org/en/statistics/> [Accessed 14 Março 2013].
- UNESCAP, 2003. *Exploring Timor-Leste: Mineral and Hydrocarbon Potential*. Relatório preparado para a UN ESCAP por consultores do Governo de Timor-Leste. The United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP).
- UNESCAP, 2004. *Trans-Asian Railway in the Indo-China and ASEAN Subregion*. [Online] Available at: <http://www.unescap.org/ttdw/common/TIS/TAR/aseancorridor.asp> [Accessed 14 Novembro 2010].
- UNFPA, D.D.I.e.R.E.D., 2011. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011*. Nações Unidas.
- UNICA, 2007. *Etanol combustível: as atividades no Brasil e o contexto mundial*. São Paulo: UNICA União das Indústrias de Cana de Açúcar.
- United Nations, 2012. *Urban Population, Development and the Environment 2011*. [Online] United Nations Department of Economic and Social Affairs Available at: http://www.un.org/esa/population/publications/2011UrbanPopDevEnv_Chart/urban_wallchart_2011-web-smaller.pdf [Accessed 14 Março 2012].

- United Nations, 2013. *Troop and police contributors archive (1990-2012)*. [Online] Available at: http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml [Accessed 25 Janeiro 2013].
- Upstream, 2009. *CNPC abandons Verenex deal*. [Online] (8 de Setembro) Available at: <http://www.upstreamonline.com/live/article1179482.ece> [Accessed 24 Janeiro 2010].
- Vershinin, A., 2009. *China, Turkmenistan seal landmark energy deal*. [Online] (25 de Junho) Available at: http://www.boston.com/news/world/europe/articles/2009/06/25/china_turkmenistan_seal_landmark_energy_deal/ [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Vicentini, P., 2008. *Os desafios do mundo sino-lusófono em tempos de crise*. [Online] Available at: http://www.igadi.org/html/t_observatorio_politica_china.htm [Accessed 14 Março 2009].
- Vihma, A., 2013. The Shale Gas Boom. The global implications of the rise of unconventional fossil energy. *FIIA Briefing Paper*, n.º 122 (Fevereiro).
- Vines, A., Shaxson, N., Rimli, L. & Heymans, C., 2005. *Angola – Drivers of change: an overview*, Chatham House, London, 2005, pp. 10-16. [Online] Chatham House (Abril) Available at: <http://www.gsdr.org/docs/open/DOC87.pdf> [Accessed 15 January 2008].
- Vines, A., 2012. Mesmerised by Chinese String of Pearls Theory. *The World today*, Fevereiro-Março. pp. 33-34.
- Vines, A. & Campos, I., 2007. *Angola and China, a pragmatic partnership*. [Online] (7 de Dezembro) Available at: http://csis.org/files/media/csis/pubs/080306_angolachina.pdf [Accessed 14 Janeiro 2009].
- Vines, A., Wong, L., Weimer, M. & Campos, I., 2009. *Thirst for African Oil Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola*. Londres: Chatham House Royal Institute of International Affairs.
- Wan, X. & David, S., 2013. *China's carbon intensity falls over 3.5 percent in 2012: official*. [Online] (10 de Janeiro) Available at: <http://www.reuters.com/article/2013/01/10/us-china-carbon-intensity-idUSBRE9090I220130110> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Wang Haibo, 2010. *Characteristics and Trends of China's Oil Demand*. [Online] CNPC Research Institute of Economics and Technology Beijing Available at:

- <http://www.worldenergy.org/documents/congresspapers/83.pdf> [Accessed 10 Maio 2010].
- Wang, Y., 2005. *Oil consortium buys EnCana Ecuador assets*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-09/16/content_478433.htm [Accessed 24 Setembro 2009].
- Wang, S., 2009. *Iran, China Sign \$5 Billion Contract on South Pars Gas Field*. [Online] Available at: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=aWVnwjppjOXI> [Accessed 13 Março 2010].
- Wang, H., 2010. *Characteristics and Trends of China's Oil Demand*. [Online] CNPC Research Institute of Economics and Technology Beijing. Available at: <http://www.worldenergy.org/documents/congresspapers/83.pdf> [Accessed 10 Maio 2010].
- Wang, W. & Wenjuan, D., 2009. *Chinese Naval Fleet Sails into Gulf of Aden*. [Online] (6 de Janeiro) Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-01/06/content_7371034.htm [Accessed 10 Janeiro 2009].
- Washington Post, 2011. *Venezuela's Chavez defends China ties as officials sign deals for \$6 billion in loans*. [Online] Washington Post, 24 de Novembro. Available at: http://www.washingtonpost.com/business/venezuelas-chavez-defends-china-ties-as-officials-sign-agreement-for-4-billion-loan/2011/11/24/gIQAC4c9sN_story.html [Accessed 25 Novembro 2011].
- Watkins, E., 2003. *China, Kazakhstan Sign oil Pipeline Agreement*. [Online] Available at: <http://www.ogj.com/articles/2003/06/china-kazakhstan-sign-oil-pipeline-agreement.html> [Accessed 4 Fevereiro 2010].
- Watkins, E., 2003. *China, Kazakhstan sign oil pipeline agreement*. [Online] (6 de Março) Available at: <http://www.ogj.com/articles/2003/06/china-kazakhstan-sign-oil-pipeline-agreement.html> [Accessed 14 Outubro 2009].
- Watkins, E., 2012. Angola sees oil production rise to 2 million b/d in 2014. *Oil & Gas Journal*, 13 Janeiro. Available at: <http://www.ogj.com/articles/2012/01/angola-sees-oil-production-rise-to-2-million-bd-in-2014.html>.
- Wei Da, 2005. Zhongguo de Haiyang Anquan Zhanlue (Estratégia de segurança Marítima Chinesa). In Y. Mingjie, ed. *Haishang Jiaodao Anquan yu Guoji Hezuo*. Pequim: Shishi Chubanshe. pp. 360-82.

- Weitz, R., 2010. Afghanistan in China's Emerging Eurasian Transport Corridor. *China Brief*, 10, n.º 14, pp. 10-14.
- Weitz, R., 2012. Kazakhstan-China Transportation Opportunities and Challenges. *Eurasia Daily Monitor*, 9. n.º 35(9 de Fevereiro).
- Wenran Jiang, Zining Liu, 2011. Energy Security in China's 12th Five-Year Plan. *China Brief*, 11, n.º 11(17 de Junho), pp. 8-10.
- Wertheim, P., 2012. *Geological similarities with Brazil's pre-salt attract investments to Africa*. [Online] PennWell Corporation Available at: <http://www.offshore-mag.com/articles/print/volume-70/issue-7/latin-america/geological-similarities-with-brazils-pre-salt-attract-investments-to-africa.html> [Accessed 13 Março 2012].
- Westinghouse Electric Company, 2007. *Chinese sign up for AP1000s*. [Online] Westinghouse Electric Company Available at: <http://www.westinghousenuclear.com/docs/ContractChina.pdf> [Accessed 14 Março 2011].
- Woodside, 2010. *Sunrise Joint Venture Selects Floating Processing Option Announcement*. [Online] Woodside (29 de Abril) Available at: <http://www.woodside.com.au/InvestorsMedia/Announcements/Documents/29.04.2010%20Sunrise%20Joint%20Venture%20Selects%20Floating%20Processing%20Option.pdf> [Accessed 30 Abril 2010].
- Woodside, 2011. *Sunrise LNG*. [Online] Available at: <http://www.woodside.com.au/Our-Business/Sunrise/Pages/default.aspx> [Accessed 14 Dezembro 2011].
- World Bank's East Asia region, 2012. *East Asia and Pacific Data Monitor*. Outubro. The World Bank.
- World Nuclear Association, 2012. *Nuclear Power in China*. [Online] Available at: <http://world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-A-F/China--Nuclear-Power/> [Accessed 14 Janeiro 2012].
- Wu Lei, 2003. China's Oil Security Challenges and Its Countermeasures. *Korea Energy Economics Institute*, pp.76-81.
- Wu Lei, 2003. Oil: The Next Conflict In Sino-US Relations. *MEES*, 16 Maio.
- Wye, R., 2012. *Os novos desafios da China*. [Online] (8 de Novembro) Available at: <http://pt.euronews.com/2012/11/08/os-novos-desafios-da-china/> [Accessed 8 Novembro 2012].

- Xiao Wan, 2009. CNPC to Develop Azadegan Oilfield. *China Daily*, 19 January. Available at: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/200901/16/content_7403699.htm.
- Xiaoyu Yan, 2010. Energy demand and emissions from road transportation vehicles in China. *Progress in Energy and Combustion Science*, 36, 6, pp. 651-76.
- Xie, X. & Economides, M.J., 2011. Chinas Oil Imports Continued Their Gallop in 2009. *The Maritime Executive*, 11 Janeiro.
- Xing Cao, 2007. The Trend of International Oil Price and China's Oil Security. *Review of Economic Research*, n.º 60, pp. 4-10.
- Xinhua Liu; Yi Qin, 2003. Zhongguo de Shiyou Anquan ji qi Zhanlue Xuanze (A Segurança do Petróleo e as suas Escolhas Estratégicas). *Xiandai Guoji Guanxi*, n.º 12.
- Xinhua News Agency, 2010. China OGP. *Xinhua News Agency*, 1 de Agosto.
- Xinhua, 2004b. Russian Oil Interests Come First, Putin Says en route to China. *Xinhua.net*, 14 Outubro.
- Xinhua, 2004. China's Premier Wen to Discuss Energy Cooperation on Russia Visit. *Xinhua*, 17 Setembro.
- Xinhua, 2005. *China, India agree on "strategic partnership"*. [Online] Available at: <http://pk.chineseembassy.org/eng/zgxw/t191427.htm> [Accessed 24 September 2009].
- Xinhua, 2006a. *China, Africa enjoy bright prospect of mutual investment*, *People's Daily*. [Online] Available at: http://english.peopledaily.com.cn/200601/12/eng20060112_234994.html. [Accessed 12 Janeiro 2006].
- Xinhua, 2006b. *Chinese, Saudi heads of state meet on promoting bilateral ties*. [Online] (23 de Abril) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/200604/23/content_4462096.htm [Accessed 25 Outubro 2010].
- Xinhua, 2006c. *Chinese President calls for strengthened, modernized navy*. [Online] Available at: http://english.peopledaily.com.cn/200612/27/eng20061227_336273.html [Accessed 23 Setembro 2006].
- Xinhua, 2007a. *Timor convida asiáticos a explorar campos de petróleo e gás*. [Online] (18 de Janeiro) Available at: http://english.peopledaily.com.cn/200701/18/eng20070118_342540.html [Accessed 24 Janeiro 2008].

- Xinhua, 2007b. *China-Venezuela bilateral relations*. [Online] (16 de Março) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/16/content_5857909.htm [Accessed 15 Outubro 2009].
- Xinhua, 2009a. *Petrobras to borrow US\$10bn from CDB, raise oil exports to China*. [Online] (20 de Maio) [Accessed 25 Maio 2009].
- Xinhua, 2009b. *China to provide 10-billion-dollar loan to SCO members*. [Online] (16 de Junho) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/200906/16/content_11552439.htm [Accessed 20 Junho 2009].
- Xinhua, 2010a. *Xinjiang becomes China's second largest crude oil producer*. [Online] (2 de Janeiro) Available at: <http://english.sina.com/business/2009/0102/208741.html> [Accessed 30 Março 2010].
- Xinhua, 2010b. 国家能源委员会正式成立 (Criada Formalmente a Comissão Nacional de Energia). *Xinhuanet*, 27 Janeiro. http://news.xinhuanet.com/fortune/2010-01/27/content_12886602.htm.
- Xinhua, 2011a. China promete ajudar Angola na diversificação de exportações em comércio bilateral. *China Radio International (CRI)*, 20 Janeiro.
- Xinhua, 2011b. *China-Africa trade likely to hit new high in 2011*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/china/2011-11/16/content_14107209.htm [Accessed 11 Dezembro 2011].
- Xinhua, 2011c. *Chinese President meets Saudi king's special envoy*. [Online] Available at: <http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/7324853.html> [Accessed 30 Setembro 2011].
- Xinhua, 2011d. *Afghanistan signs first major oil deal with China*. [Online] (28 de Dezembro) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/business/2011-12/28/c_131332168.htm [Accessed 29 Dezembro 2011].
- Xinhua, 2012a. *China eyes increased coalbed methane output*. [Online] Available at: http://www.china.org.cn/business/2012-01/03/content_24313846.htm [Accessed 22 Janeiro 2012].
- Xinhua, 2012b. *Myanmar's Monywa copper project comply with national law: officials*. [Online] (15 de Outubro) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/business/2012-10/15/c_131908021.htm [Accessed 18 Outubro 2012].

- Xinhua, 2012c. *Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress* (2). [Online] (19 de Novembro) Available at: <http://english.people.com.cn/102774/8024779.html> [Accessed 20 Novembro 2012].
- Xinhua, 2013. *CNOOC to invest more in coalbed gas after deal*. [Online] (22 de Fevereiro) Available at: http://www.china.org.cn/business/2013-02/22/content_28027178.htm [Accessed 22 Fevereiro 2013].
- Xinhuanet, 2002a. *China, East Timor Establish Diplomatic Relations*. [Online] (19 de Maio) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/200205/19/content_399826.htm [Accessed 14 Setembro 2008].
- Xinhuanet, 2002b. *中国与东帝汶建交 唐家璇积极评价双方关系* *China estabeleceu relações diplomáticas com Timor-Leste Tang elogiou as relações bilaterais*. [Online] (20 de Maio) Available at: http://news.xinhuanet.com/newscenter/2002-05/20/content_400839.htm [Accessed 20 Setembro 2008].
- Xinlei Li, 2012. *Green Evidence for Energy Security Transformation in China: Re-conceptualization of Energy Security and Its Implication to China's Renewable Energy Policy Change*. In *Berlin Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change-Evidence for Sustainable Development*. Berlim, 2012.
- Xu Xiaojie, 2007. *Chinese NOCs' Overseas Strategy, Background, Comparison and Remarks*. Houston: James A. Baker III Institute of Public Policy, Rice University.
- Xu Yi-Chong, 2006. *China's Energy Security*. *Australian Journal of International Affairs*, Junho. pp. 265-86.
- Xuchao Yan, 2006. *China's oil security faces four major threats*. [Online] Available at: http://en.ce.cn/subject/EnergyCrisis/ECcomment/200605/31/t20060531_7166144.shtml [Accessed 24 Março 2008].
- Yan Pei, 2011. *China picks sites for 2nd oil reserve phase*. [Online] China.org.cn, 26 Julho (26 de Julho) Available at: http://www.china.org.cn/business/2011-07/26/content_23074277.htm [Accessed 14 Agosto 2011].
- Yan Zhonghua, 2003. *China-Venezuela bilateral relations*. [Online] (26 de Setembro) Available at: http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/16/content_5857909.htm [Accessed 12 Janeiro 2009].

- Yang Gao, 2012. *Energy Security in China: Going Beyond the Traditional Approach*. [Online] The University of Sydney (18 July-20 July 2012) Available at: http://www.ocis.org.au/papers/OCIS%202012_Energy%20Security%20in%20China%20-%20Going%20Beyond%20the%20Traditional%20Approach.pdf [Accessed 12 Setembro 2012].
- Yanjia Wang, Aling Zhang, Alun Gu, 2010. Recent Development of Energy Supply and demand in China, and Energy Sector prospects through 2030. *Energy Policy*, pp. 1-15.
- Yarita, S., 2004. Toward Cooperation in the East China Sea. In Harrison, S., ed. *Working Paper on Seabed Petroleum in the East China Sea: Geological Prospects, Jurisdictional Conflicts and Paths to Cooperation. April 12-13, 2004, Beijing, China*. Washington D.C, 12-13 2004. Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- Yeh, A., Xu, J. & Liu, K., 2011. *China's post-reform urbanization: retrospect, policies and trends*. Londres: United Nations Population Fund (UNFPA) International Institute for Environment and Development (IIED).
- Yergin, D., 1988. Energy Security in the 1990s. *Foreign Affairs*, 67, 1, pp. 110-32.
- Yergin, D., 2006. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*, 85, n.º 2, pp. 69-82.
- Yi-Chong, X., 2006. China's Energy Security. *Australian Journal of International Affairs*, Junho. pp. 265-86.
- Yijian Liu, 1999. Zhongguo Weilai de Haijun Jianshe yu Haijun Zhanlue (O Futuro do desenvolvimento da Marinha Chinesa e da Estratégia Naval). *Zhanlue yu Guanli*, n.º 5.
- Yin, R.K., 1994. *Case study research: design and methods*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage.
- Yin, R.K., 2001. *Estudo de caso – planeamento e métodos*. 2nd ed. Porto Alegre: Bookman.
- Yongfa, X., 2011. Natural Gas Development in China: Status and Prospects. In Research, T.N.B.o.A., ed. *Pacific Energy Summit: Unlocking the Potential of Natural Gas in the Asia-Pacific*. Jakarta, 2011.
- Yu Bin, 2009. *China-Russia Relations: Embracing a Storm and Each Other?* [Online] Available at: http://csis.org/files/media/isis/pubs/0804qchina_russia.pdf [Accessed 14 Março 2009].
- Yu Liang, 2003. Gas Field Brings Shanghai More Energy. *China Daily*, 17 Outubro.

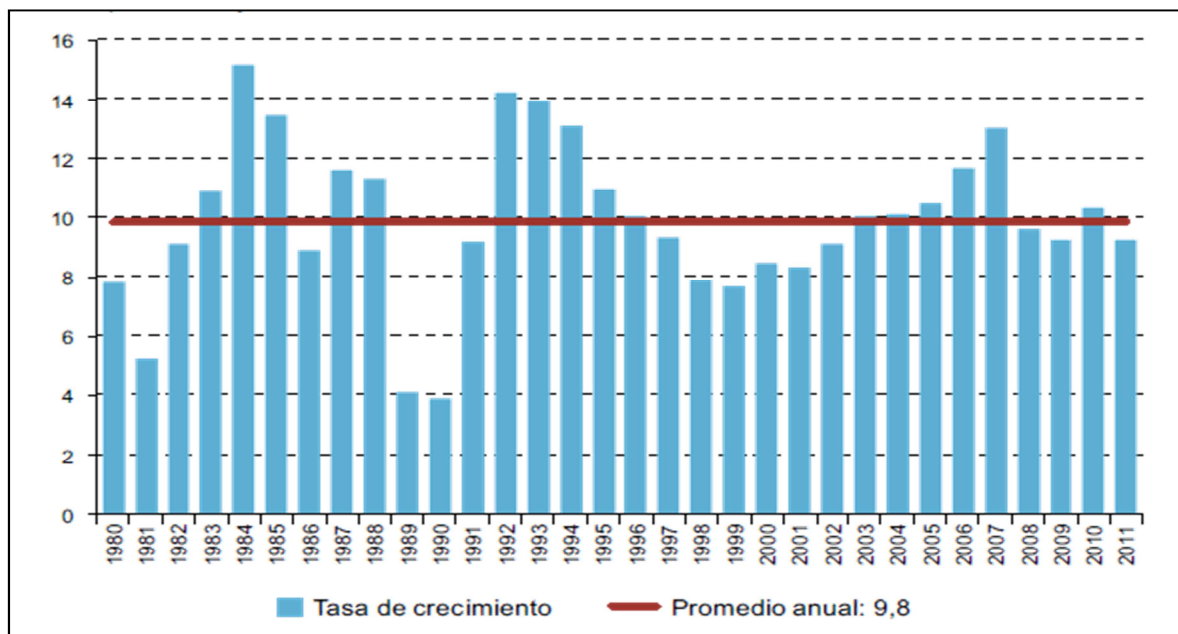
- Zha Daojiong, 2005. Cong Guoji Guanxi Jiaodu Kan Zhongguo Nengyuan Anquan (A Segurança Energética Chinesa. Uma Perspectiva de Relações Internacionais). *Guoji Jingji Pinglun (Revista de Economia Internacional)* n.º 6.
- Zha Daojiong, 2006. China's Energy Security: Domestic and International Issues. *Survival*, 48, n.º 1, pp. 179-90.
- Zhai Bian, 2003. Stepping Up Oil Reserves. *Beijing Review* 8, 20 Fevereiro. pp. 19-20.
- Zhang Baohui, 2010. Chinese Foreign Policy in Transition: Trends and Implications. *Journal of Current Chinese Affairs*, 39, n.º 2, pp. 39-68.
- Zhang Hongmin; Ge Jia-li; H. Jihao; Gu Xiaozhe, 2002. The Financial Dimension oOil and Our Means to Achieve Oil-Economic Security (石油金融化及我国石油经济安全的对策研究). *Journal of the University of Petroleum (石油大学学报社会科学版)*, 18, n.º 4, pp. 1-3.
- Zhang Jian, 2011. *China's Energy Security: Prospects, Challenges, and Opportunities*. [Online] The Brookings Institution. Center For Northeast Asian Policy Studies Available at: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/07_china_energy_zhang/07_china_energy_zhang_paper.pdf [Accessed 24 Setembro 2011].
- Zhang Jie, 2005. The Malacca Factor of China's Energy Security (中国能源安全中的马六甲因素). *Studies of International Politics (国际政治研究)*, n.º 2, pp. 18-27.
- Zhang Lijun, 2005. Nengyuan Anquan yu waijiao (Energy Security and Foreign Policy). *Beijing Weekly*.
- Zhang Peidong et al., 2009. Opportunities and challenges for renewable energy policy in China. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, n.º 13, pp. 439-49.
- Zhang Peidong, 2009. Opportunities and challenges for renewable energy policy in China. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, n.º 13, pp. 439-49.
- Zhang Shuguang, 2005. *The Rising Oil Price and Energy Security*. [Online] Available at: <http://www.people.com.cn/GB/paper2515/14657/1302332.html> [Accessed 14 Janeiro 2010].
- Zhang Wenmu, 2003. Zhongguo Nengyuan Anquan Yu Zhengce Xuanze (A Segurança Energética Chinesa e as Políticas Escolhidas). *Shijie Jingji Yu Zhengzhi (Políticas Económicas Mundiais)*, n.º 5, pp. 11-16.

- Zhang Wenmu, 2004. *China's National Security Interests in the World Geo-Political System*. Shandong.
- Zhang Wenmu, 2006. Sea Power and China's Strategic Choices. *China Security*, pp.17-31.
- Zhang Xuegang, 2007. Southeast Asia and Energy: Gateway to Stability. *China Security*, 3, n.º 2, pp. 18-35.
- Zhang Yue, 2011. *The Shale Gas Shift to China*. [Online] Available at: <http://eneken.ieej.or.jp/data/3179.pdf> [Accessed 24 Janeiro 2011].
- Zhang Zhong Xiang, 2011. China's energy security, the Malacca dilemma and responses. *Energy Policy*, 39, pp. 7612-15.
- Zhang, Y. & Gordon, D., 2011. Energy and Climate Strategies for China's Motorization. *Policy Outlook Carnegie Endowment for International Peace*, 14 Janeiro. pp. 1-16.
- Zhao Daojiang, 2006. China's Energy Security Domestic and International Issues. *Survival*, 48, 1, p. 179-190.
- Zhao Daojong; Breslin, Shaun, 2010. Oiling the wheels of foreign policy? Energy security and China's international relations. In S. Breslin, ed. *Handbook of China's International Relations*. Londres e Nova Yorque: Routledge. Ch. 7. pp. 64-75.
- Zhao Yan, 2013. *Xi Jinping afirma que China persiste no reforço da cooperação com Brasil*. [Online] (28 de Março) Available at: <http://portuguese.cri.cn/561/2013/03/28/1s164579.htm> [Accessed 28 Março 2013].
- Zheng Bijian, 2013. *China's Road of Peaceful Development and the Building of Communities of Interests*. [Online] (23 de Março) Available at: <http://www.chinastudies.org.cn/e/617.htm> [Accessed 25 Março 2013].
- Zao Hongtu, 2007. Maliujia kunju yu Zhongguo nengyuan anquan zai sikao (Repensar a Segurança Energética Chinesa e o Dilema de Malaca). *Xiandai Guoji Guanxi*, n.º 6.
- ZhenHuaOil, 2008. *Corporate Profile*. [Online] Available at: <http://www.zhenhuaoil.com/en-gk-jj.htm> [Accessed 20 Janeiro 2009].
- ZhongXiang Zhang, 2012. The overseas acquisitions and equity oil shares of Chinese national oil companies. A threat to the West but a boost to China's energy security? *Energy Policy*, pp. 2-4.
- Zhou Dadi & Zhu Xingshan, 2002. Zhongguo shiyou gongying yu anquan zhanlue (China's Petroleum Resources Supply and Security Strategy. *International Petroleum Economics*, n.º 12.

- Zicheng Ye; Xinhai Mu, 2005. Dui Zhongguo Haiquan Fazhan Zhanlue de ji dian Sikao (Algumas Reflexões sobre o Desenvolvimento da Estratégia do Poder do Mar Chinês). *Guoji Zhengzhi Yanjiu*, 97, n.º 3.
- Zweig, D. & Bi, J., 2005. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*.
- Zweig, D., 2007. *Resource Diplomacy” Under Hegemony: The Sources of Sino-American Competition in the 21st Century?* [Online] Center on China's Transnational Relations of The Hong Kong University of Science and Technology Available at: http://www.cctr.ust.hk/materials/working_papers/WorkingPaper18_DavidZweig.pdf [Accessed 14 Setembro 2010].
- 中国经济网 - China Economic Net, 2011. 外媒称中国曾提议在东帝汶建雷达观测站遭拒 (A imprensa estrangeira disse que a China propôs a construção de estações de radar e Timor-Leste rejeitou). [Online] (12 de Maio) Available at: [外媒称中国曾提议在东帝汶建雷达观测站遭拒](#) [Accessed 14 Maio 2011].
- 中国网 - China Network, 2006. 41国就泛亚铁路展开谈判 线路连接仍有障碍(图) (41 países negociam o caminho-de-ferro Pan-Asiático e ainda há problemas para conectar a linha). [Online] (11 de Setembro) Available at: http://www.china.com.cn/international/txt/2006-11/09/content_7336240.htm [Accessed 30 Setembro 2011].
- 中国证券网 - China Securities, 2011. 非常规油气资源开发渐热 重庆大规模勘探开发页岩气 (Grande escala de exploração e desenvolvimento de gás de xisto e desenvolvimento de recursos de gás não convencionais cresceu). [Online] (16 de Novembro) Available at: <http://news.cnstock.com/ttyw/201111/1674616.htm> [Accessed 24 Novembro 2011].
- 2B1st Consulting, 2012. *China and India join forces in Exploration & Production*. [Online] (25 de Junho) Available at: <http://www.2b1stconsulting.com/cnpc-and-ongc-sign-mou-in-upstream-and-downstream/> [Accessed 26 Junho 2012].

ANEXOS

Anexo I. Taxa de Crescimento Anual do PIB da RPC 1980-2011 (%)



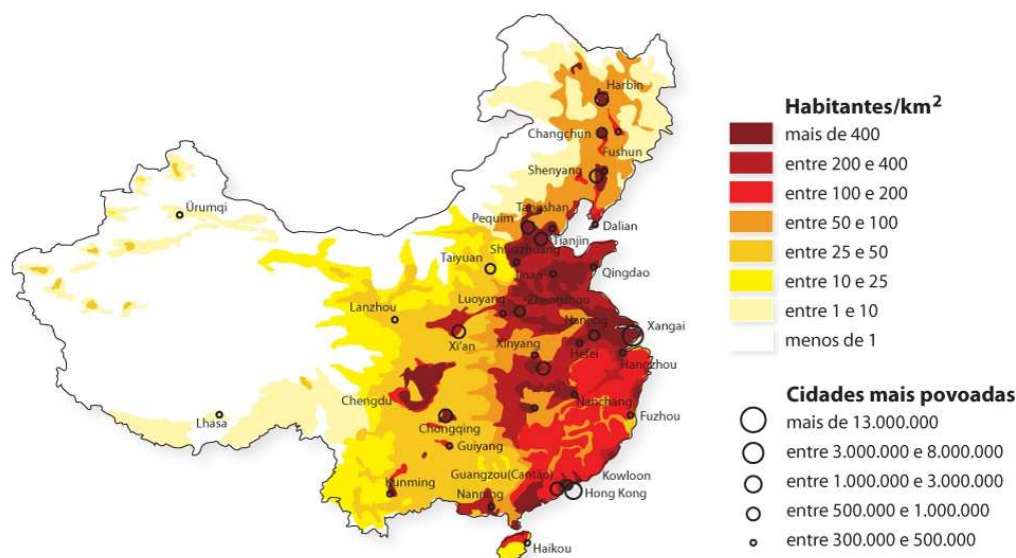
Fonte: CEPAL, 2012

Anexo II. Mapa da China



Fonte: Chinapage.com, s.d.

Anexo III. Densidade Populacional na China



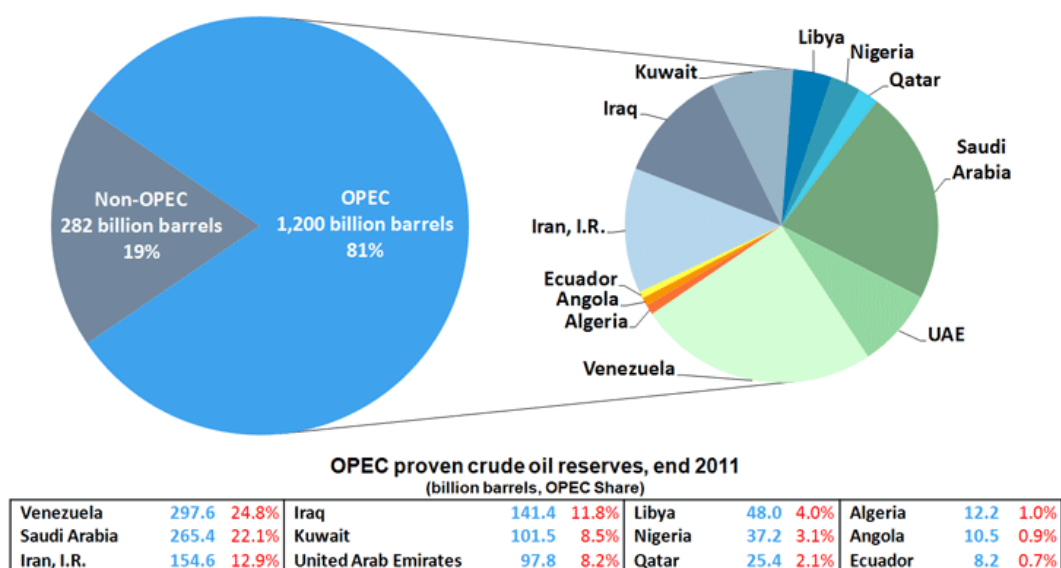
Fonte: Atlas National Geographic: Ásia II: China. 2008, p. 69.

Anexo IV. Os 15 Países com Maiores Gastos Militares

| Rank 2011 (2010) Country | Spending (\$ b., MER) | Change, 2002–11 (%) | Share of GDP (%) ^a | | World share (%) | Spending (\$ b., PPP) ^b |
|---------------------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------|------------|--------------------|---------------------------------------|
| | | | 2011 | 2002 | | |
| 1 (1) USA | 711 | 59 | 4.7 | 3.4 | 41 | 711 |
| 2 (2) China | [143] | 170 | [2.0] | [2.2] | [8.2] | [228] |
| 3 (5) Russia | [71.9] | 79 | [3.9] | [4.5] | [4.1] | [93.7] |
| 4 (3) UK | 62.7 | 18 | 2.6 | 2.5 | 3.6 | 57.5 |
| 5 (4) France | 62.5 | -0.6 | 2.3 | 2.5 | 3.6 | 50.1 |
| Subtotal top 5 | 1 051 | | | | 61 | |
| 6 (6) Japan | 59.3 | -2.5 | 1.0 | 1.0 | 3.4 | 44.7 |
| 7 (9) India | 48.9 | 66 | 2.6 | 2.9 | 2.8 | 117 |
| 8 (7) Saudi Arabia ^c | 48.5 | 90 | 8.7 | 9.8 | 2.8 | 58.8 |
| 9 (8) Germany | [46.7] | -3.7 | [1.3] | 1.5 | [2.7] | [40.4] |
| 10 (11) Brazil | 35.4 | 19 | 1.5 | 1.9 | 2.0 | 33.8 |
| Subtotal top 10 | 1 290 | | | | 74 | |
| 11 (10) Italy | [34.5] | -21 | [1.6] | 2.0 | [2.0] | [28.5] |
| 12 (12) South Korea | 30.8 | 45 | 2.7 | 2.4 | 1.8 | 42.1 |
| 13 (13) Australia | 26.7 | 37 | 1.8 | 1.9 | 1.5 | 16.6 |
| 14 (14) Canada | [24.7] | 53 | [1.4] | 1.2 | [1.4] | [19.9] |
| 15 (15) Turkey | [17.9] | -12 | [2.3] | 3.9 | [1.0] | [25.2] |
| Subtotal top 15 | 1 425 | | | | 82 | |
| World | 1 738 | 43 | 2.5 | 2.4 | 100 | |

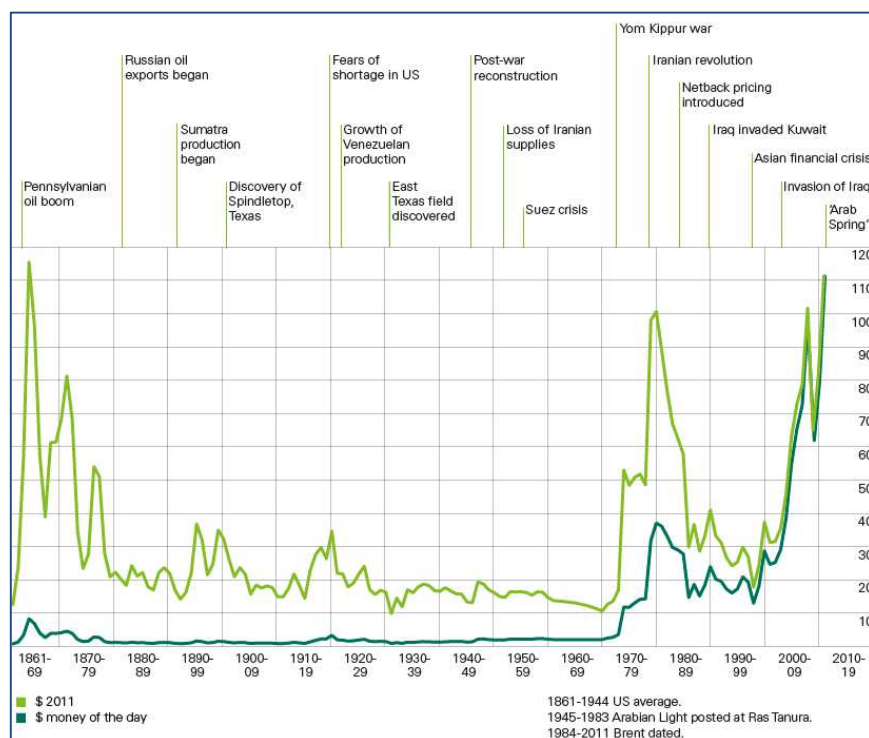
Fonte: SIPRI Military Expenditure Database, <http://www.sipri.org/databases/milex/>; IMF, World Economic Outlook database, Sep. 2011, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weodata/index.aspx>.

Anexo V. Percentagem da OPEP no Total das Reservas Mundiais de Petróleo, 2011



Fonte: OPEP Annual Statistical Bulletin, 2012.

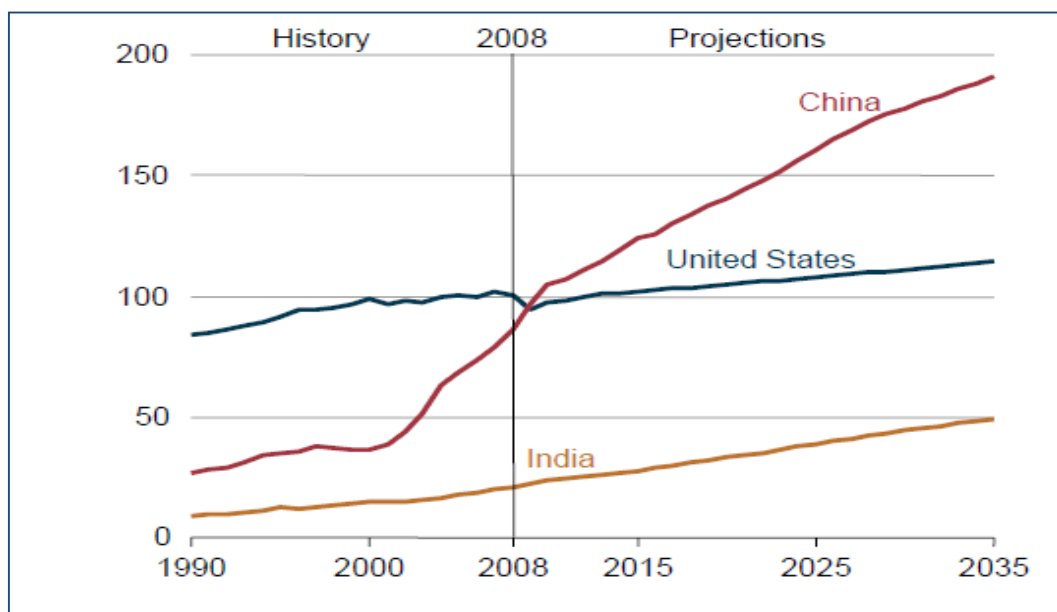
Anexo VI. Preços do Petróleo, 1861-2011



Fonte: BP, Oil Prices, 2012.

Anexo VII. Consumo de Energia nos EUA, na China e na Índia, 1990-2035

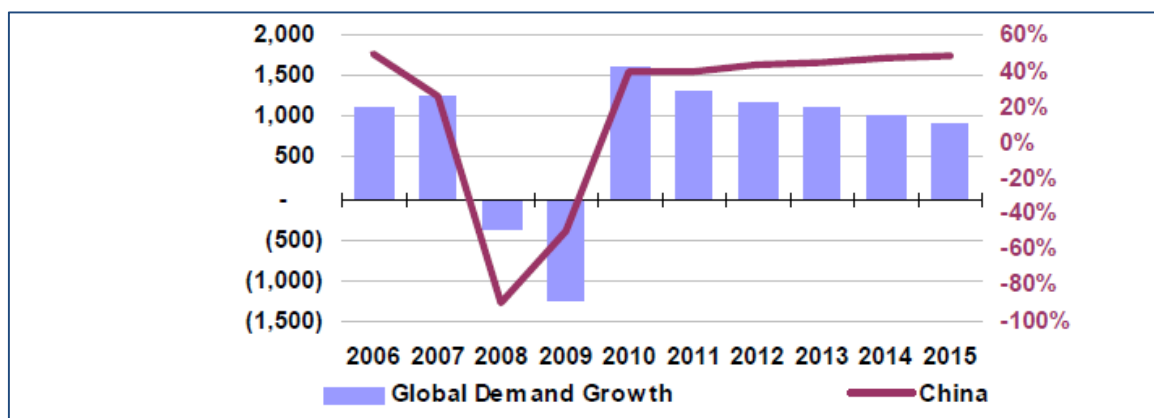
(Quadrillion BTU)



Fonte: EIA, 2012c, p. 10.

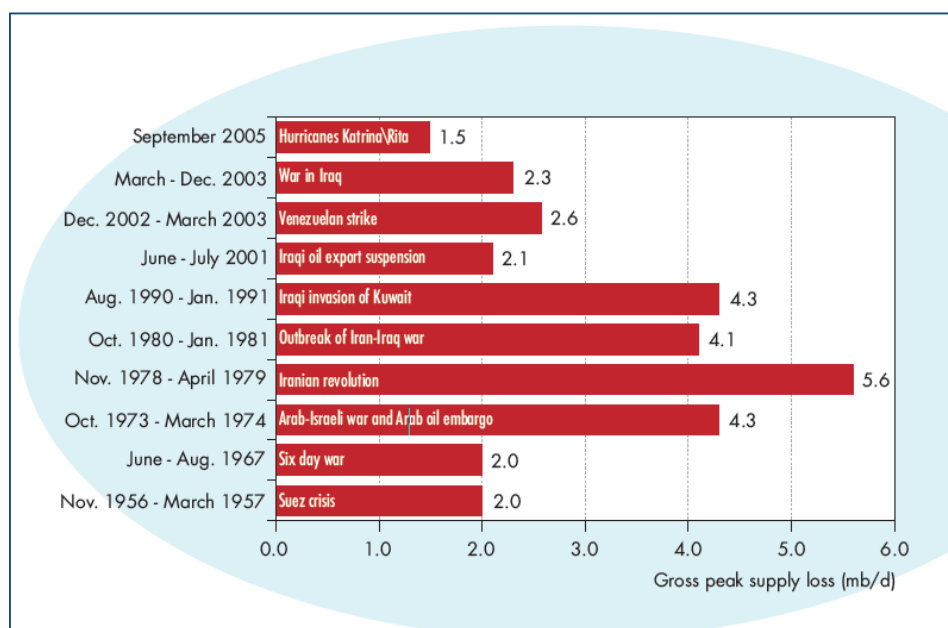
Anexo VIII. Contribuição da China para o Crescimento da Procura Mundial

2010-15 / (Kb/d)



Fonte: IEA, 2010

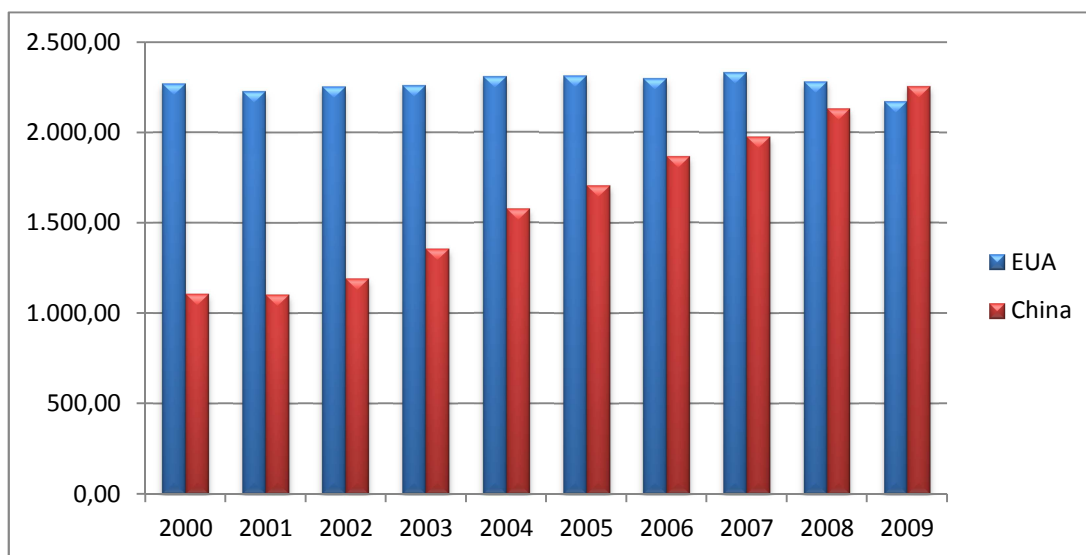
Anexo IX. As Maiores Disrupções de Fornecimento de Petróleo



Fonte: International Energy Agency (IEA), 2010, p.11.

Anexo X. Consumo Total de Energia Primária, 2009

Toneladas Métricas de Equivalente de Petróleo



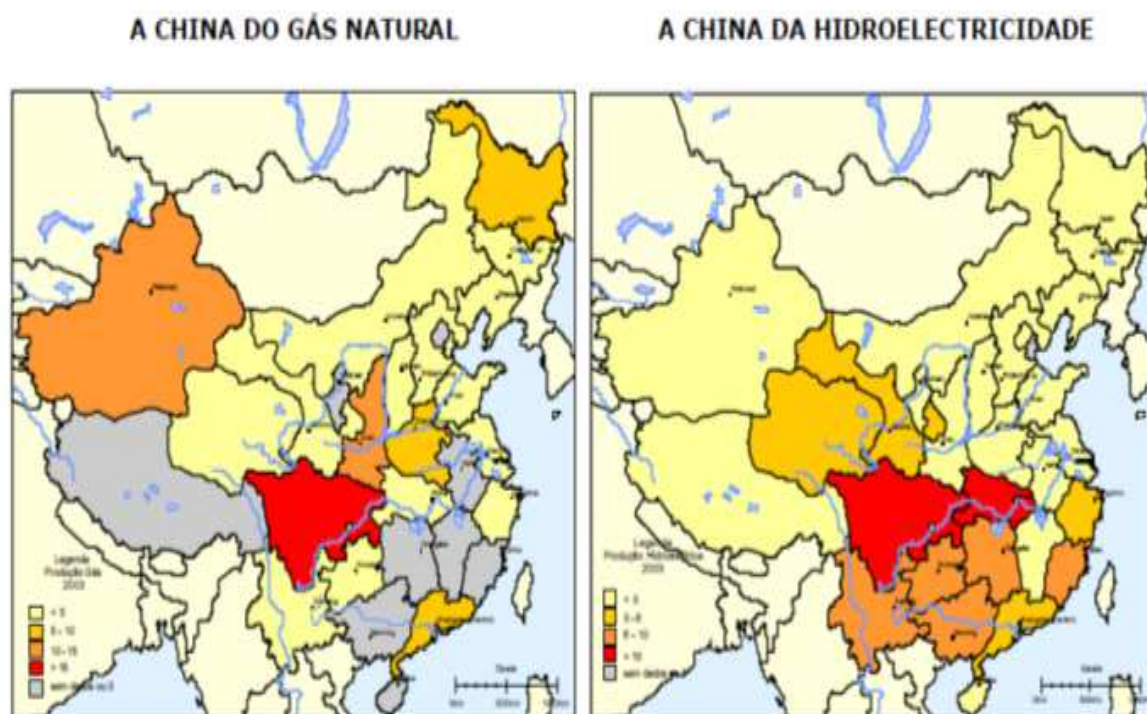
Fonte: Agência Internacional de Energia, 2010

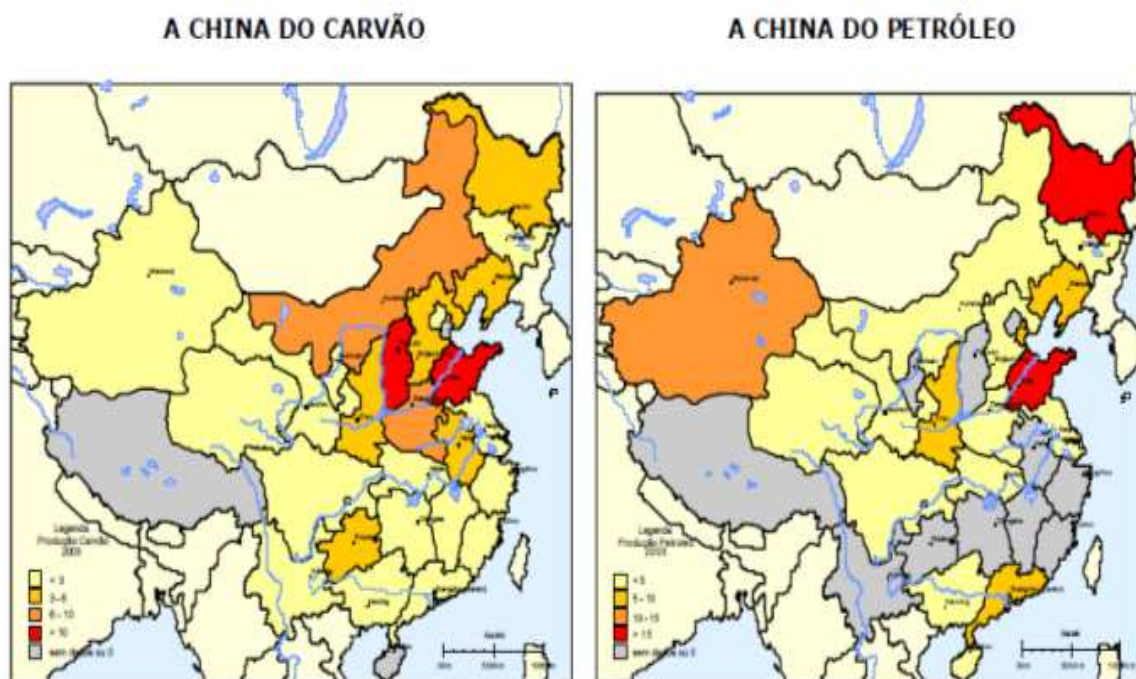
Anexo XI. Supersized Cities. China's 13 megalopolises

| Population forecasts for megalopolises | | | | | |
|--|-----------|------|--------------------------|-----------------------|---------|
| | Total (m) | | Comparable in size with* | Annual growth (av, %) | |
| | 2000 | 2020 | | 2000-10 | 2010-20 |
| Chang-Zhu-Tan | 3.7 | 11.2 | Cuba | 8.5 | 3.1 |
| Chengdu | 4.0 | 11.7 | UAE | 7.8 | 3.4 |
| Chongqing | 6.2 | 10.9 | Portugal | 4.1 | 1.7 |
| Greater Beijing | 16.6 | 28.7 | Australia | 3.4 | 2.1 |
| Greater Shanghai | 14.8 | 20.5 | 2x Sweden | 2.1 | 1.2 |
| Greater Xi'an | 4.6 | 10.7 | Portugal | 5.7 | 3.1 |
| Greater Zhengzhou | 3.1 | 11.1 | Cuba | 9.4 | 3.9 |
| Greater Guangzhou | 8.8 | 11.9 | UAE | 2.1 | 1.0 |
| Hefei economic circle | 3.3 | 9.6 | Hungary | 8.0 | 3.0 |
| Shandong peninsula | 11.9 | 21.6 | Sri Lanka | 4.2 | 1.9 |
| Greater Shenyang | 9.9 | 11.6 | Greece | 1.1 | 0.5 |
| Shenzhen | 6.5 | 14.2 | 2x Hong Kong | 5.5 | 2.5 |
| Wuhan | 6.8 | 9.8 | Hungary | 2.1 | 1.6 |

Fonte: Economist Intelligence Unit, 2012, p. 7.

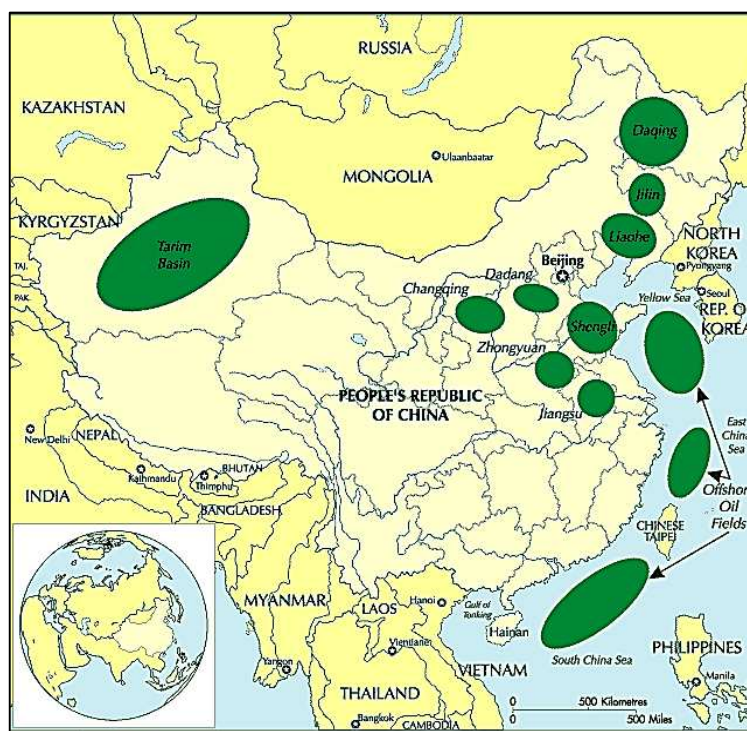
Anexo XII. Divisão da China em Quatro Regiões





Fonte: Direcção de Serviços de Prospectiva, 2006, p. 25

Anexo XIII. Principais Bacias Petrolíferas Chinesas



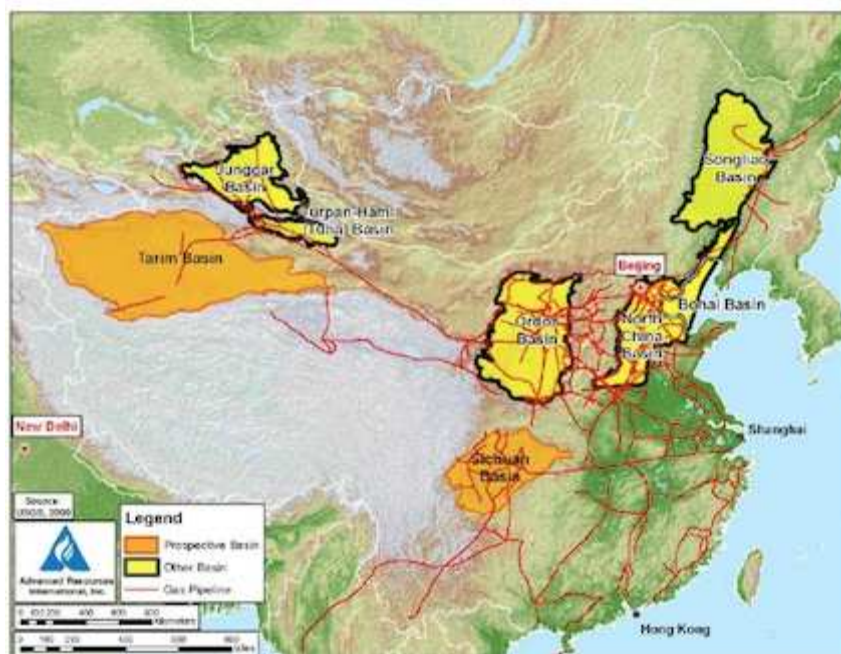
Fonte: <http://home.hiroshima-u.ac.jp/er/Resources/Image1091.gif>

Anexo XIV. *Mapa da Baía de Bohai, Mar da China Meridional e Mar da China Oriental*



Fonte: CNOOC, 2011.

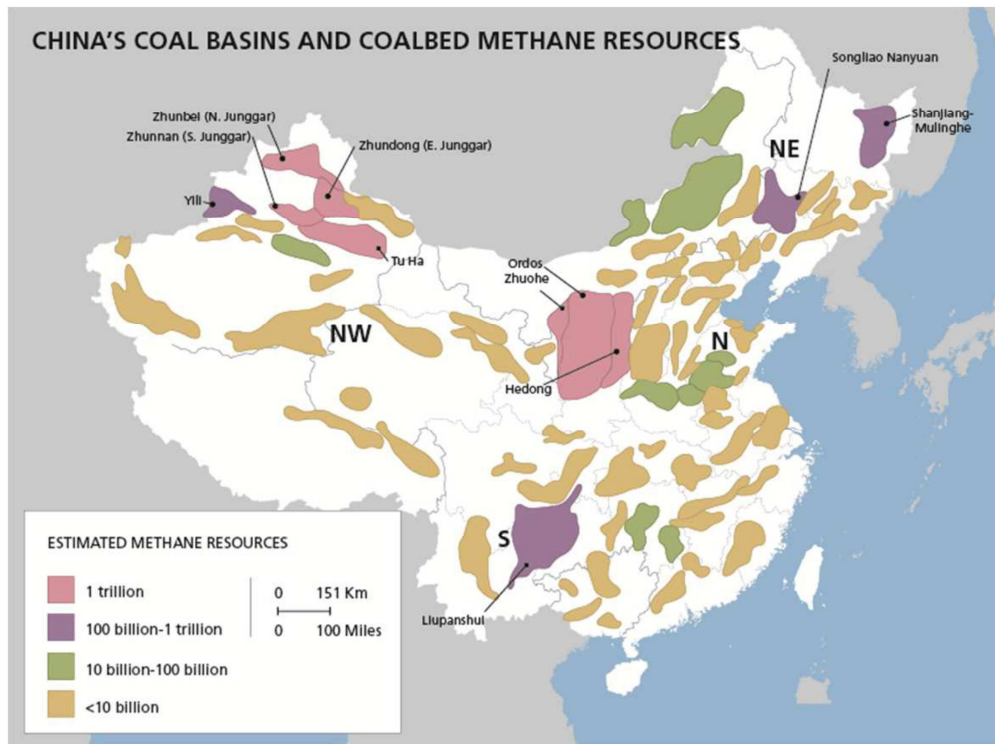
Anexo XV. *Localização das Maiores Bacias de shale Gas*





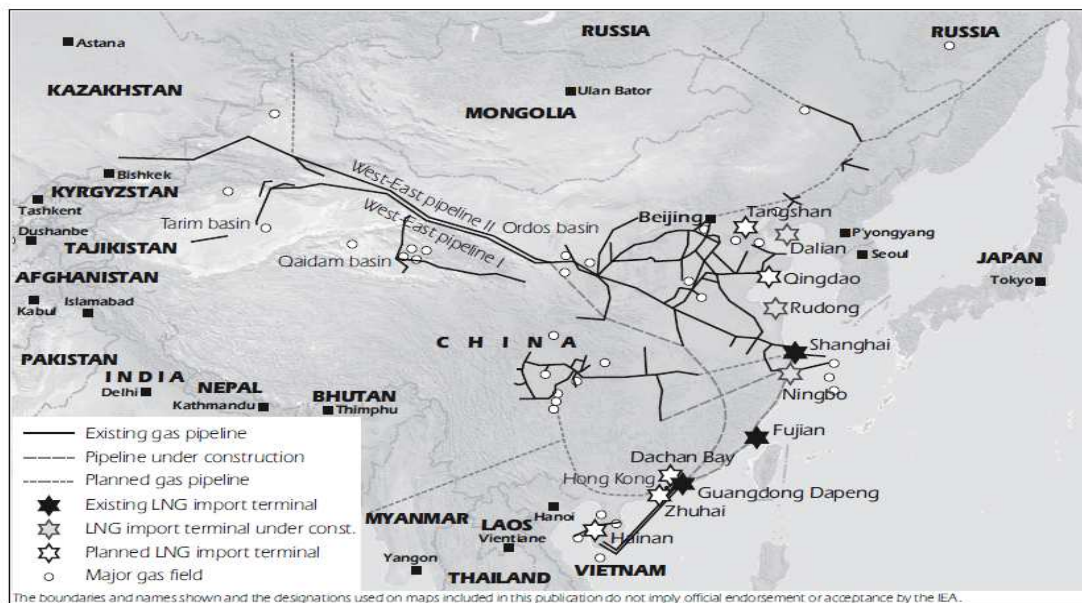
Fonte: EIA, 2011c, p. 262; Det Norske Veritas, 2011, p. 11.

Anexo XVI. Localização das Reservas de Coal Bed Methane



Fonte: Ministry of Finance PRC, CDMC (2011)

Anexo XVII. Infra-estruturas de Gás Existentes e Planeadas na China



Fonte: International Energy Agency (IEA), Medium-term Oil & Gas Markets 2010 (IEA: Paris, 2010), p. 81.

Anexo XVIII. Terminais Existentes de GNL

| TERMINAL (PROVÍNCIA) | CAPACIDADE (MTPA) | EXPANSÃO PLANEADA (MTPA) | CAPACIDADE A LONGO PRAZO (MTPA) | ANO EM USO | OPERADOR | FONTE/ CONTRACTO DE IMPORTAÇÃO |
|-----------------------------|----------------------|--------------------------------|--|------------------|----------------------------------|---|
| Dapeng (CANTÃO) | 3,7 | 6,6 | 10,3 | 2006 | CNOOC, BP | Austrália |
| XIUYU (FUJIAN) | 2,6 | 2,6 | 5,2 | 2009 | CNOOC | Indonésia |
| Yangshan (XANGAI) | 1,1 | 1,9 | 3,0 | 2009 | CNOOC | Malásia |
| Dalian (Liaoning) | 3,0 | 6,0 | 9,0 | 2011 | CNOOC | Austrália Qatar |
| RUDONG (JIANGSU) | 3,5 | 6,5 | 10 | 2011 | PetroChina, Pacific Oil & Gas | Qatar |
| CAPACIDADE TOTAL | 13,9 | 23,6 | 37,5 | ---- | ----- | ----- |

Fonte: BMI, 2011, p. 63; *A Barrel Full* (online), 2011

Anexo XIX. Terminais de GNL em Construção

| TERMINAL (Província) | CAPACIDADE mtpa | EXPANSÃO PLANEADA mtpa | CAPACIDADE A LONGO PRAZO mtpa | ANO EM USO | OPERADOR | FONTE/ CONTRACTO DE IMPORTAÇÃO |
|------------------------------------|--------------------|------------------------------|--|------------------|-----------------------------------|---|
| Ningbo (Zhejiang) | 3 | 6 | 9 | 2013 | CNOOC/ Zhejiang Energy | Malásia |
| Zhuhai (Cantão) | 3,5 | 3,5 | 7 | 2013 | CNOOC, Guangdong Yudean Grp | N. E. |
| Dongjiakou (Shandong) | 3 | 2 | 5 | 2013 | Sinopec | Papua de Nova Guiné |
| Ansai (Shaanxi) | 4 | N.E | N.E. | 2011 | CNPC | N.E |
| Caofeidian, Tangshan (Hebei) | 3,5 | 6,5 | 10 | 2013 | CNOOC/ Zhejiang Energy | Austrália Qatar |
| Capacidade total | 17 | 18 | 31 | ----- | ----- | ----- |

Fonte: BMI, 2011, p. 63; CNOOC website (<http://www.cnooc.com/>); CNPC LNG Terminals, 2011.

Anexo XX. Terminais de GNL Planeados

| TERMINAL Província | CAPACIDADE INICIAL (MTPA) | EXPANSÃO PLANEADA (MTPA) | CAPACIDADE A LONGO PRAZO (MTPA) | ANO EM USO | OPERADOR | FONTE/ CONTRACTO DE IMPORTAÇÃO |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|------------------|------------------------------|---|
| Behai (Guanxi) | 3 | 2 | 5 | 2014 | Sinopec | N. E. |
| Yangpu (Hainan) | 2 | 1 | 3 | 2014 | CNOOC | Doméstico |
| Tianjing (Tianjin) | 3 | 0 | 3 | 2014 | CNOOC | N. E. |
| Weihai (Shandong) | 3 | 7 | 10 | N.E. | CNPC | N.E. |
| Dachan Shenzhen (Cantão) | 3 | 3 | 6 | 2013 | CNPC | N.E. |
| Longgang Shenzhen (Cantão) | 3 | 1 | 4 | N.E. | CNOOC/ Shenzhen Energy | N.E. |
| | 17 | 14 | 31 | | | |

Fonte: *A Barrel Full* (online), 2011; CNOOC website (<http://www.cnooltd.com/>); Sinopec website; CNPC website ([LNG Terminals](#)), 2011; Goldman Sachs, 2011, p. 15.

Anexo XXI. Estreito de Ormuz



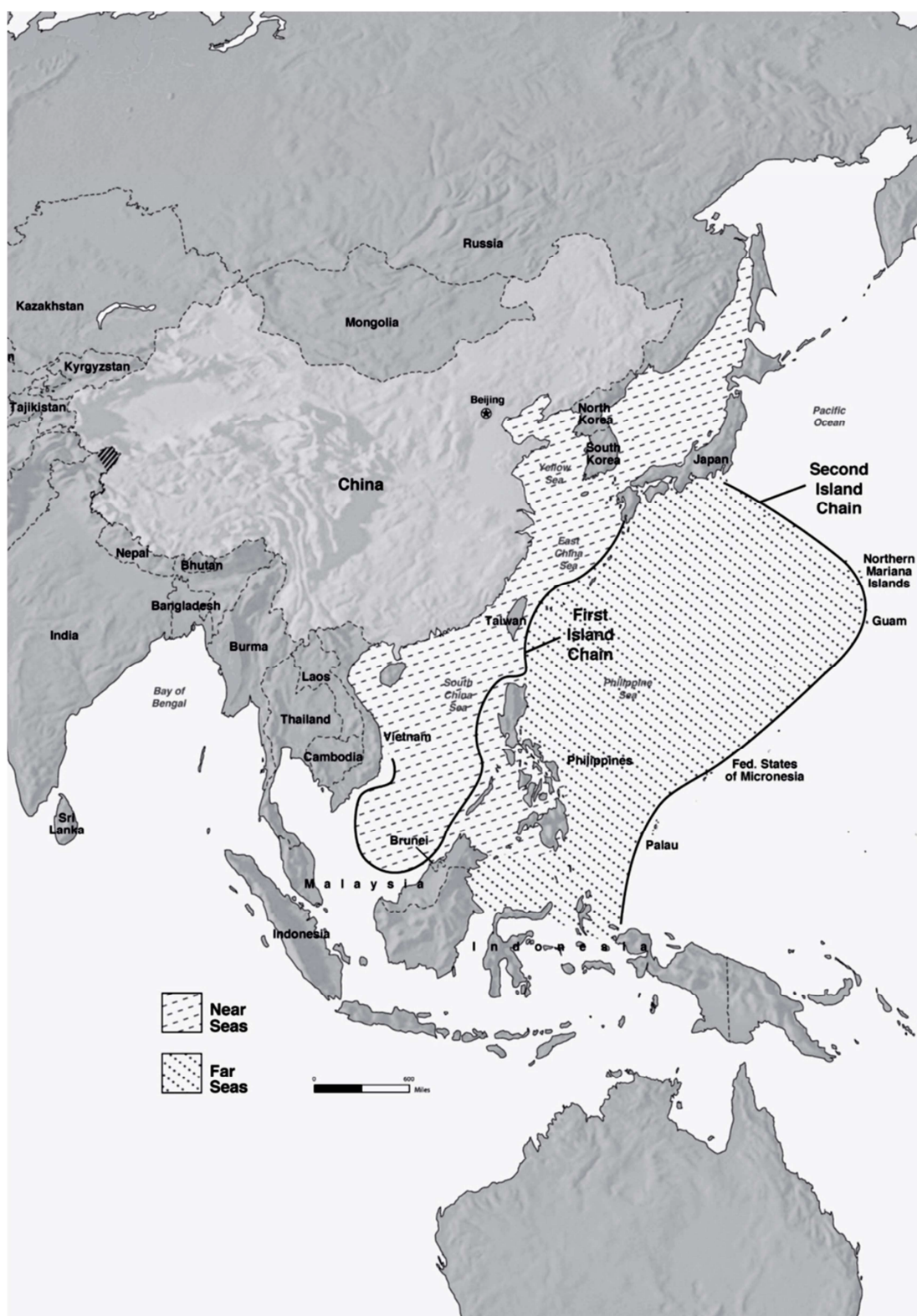
Fonte: EIA, Fevereiro de 2011

Anexo XXII. Estreito de Malaca



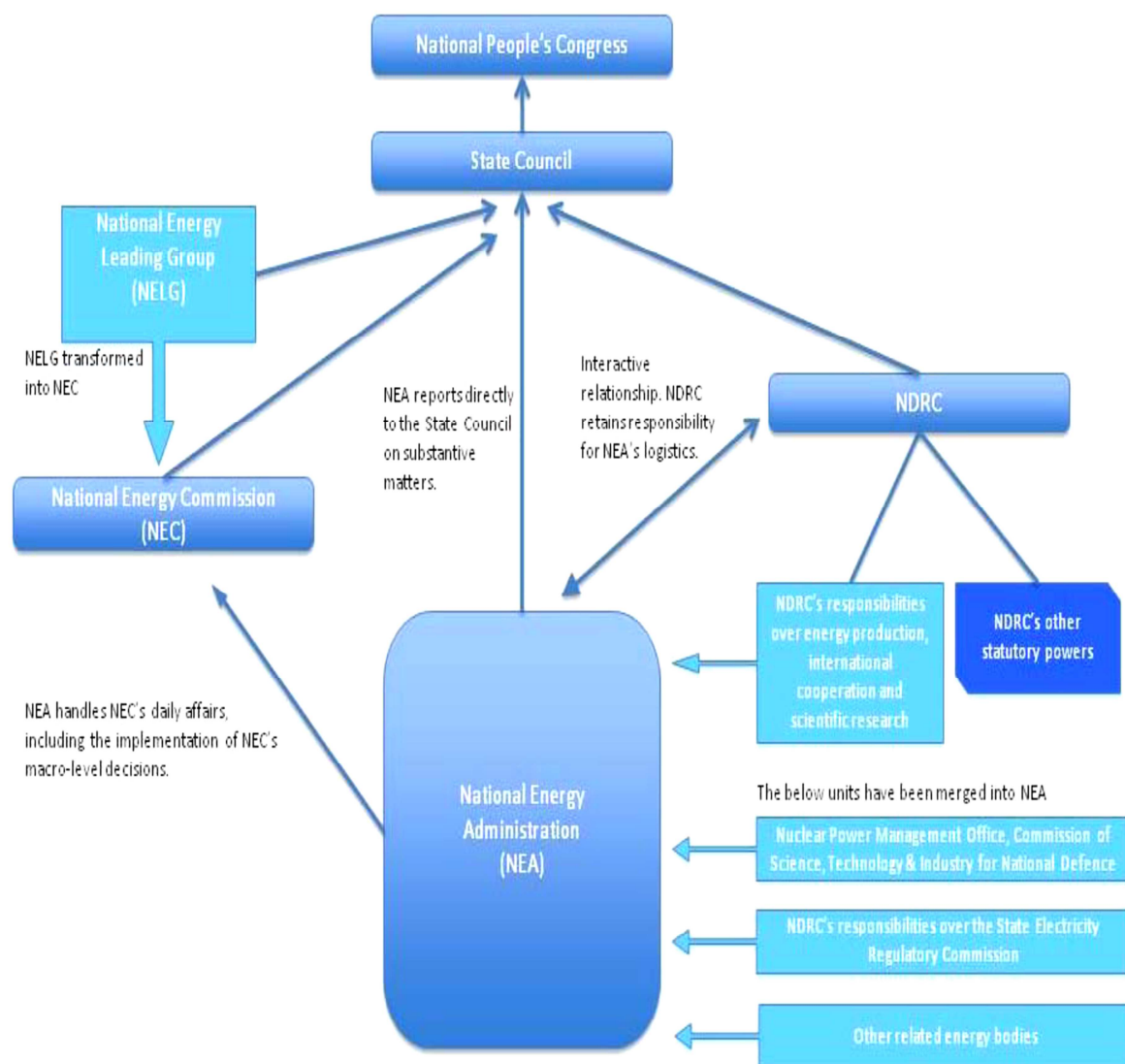
Fonte: *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*, 2010, p. 21

Anexo XXIII. Mares Próximos e “Mar longínquos” da China



Fonte: Nan Li, 2012, p. 117.

Anexo XXIV. Nova Estrutura Administrativa do Sector Energético



Fonte: Wenran Jiang, 2009, p. 7.

Anexo XXV. *Contractos de Aquisição de Petróleo e de Gás no Estrangeiro, 2002-2012*

| Ano | Companhia | Activos | Partilha | USD bilhões |
|-------------|--------------------------|---|-----------------|------------------------|
| 2002 | CNOOC | Compra de activos de produção da Repsol YPF na Indonésia | ---- | 0,585 |
| 2002 | CNPC/ PetroChina | Compra de 6 blocos na Indonésia da Devon Energy Corporation | 100% | 0,585 |
| 2003 | Sinochem | Compra de 14% do bloco 16 no Equador à ConocoPhilips | 14% | 0,1 |
| 2003 | Sinochem | Compra de 100% do Atlantis à companhia norueguesa Petroleum Geo-Service (PGS) | 100% | 0,105 |
| 2003 | CNOOC | Compra de 16,93% do projecto GNL Tangguh à BP, que depois vendeu 3,06% à Talisman | 14% | 0,340 |
| 2004 | Sinopec | Compra de activos de petróleo na primeira corporação de petróleo do Cazaquistão | 100% | 0,153 |
| 2004 | CNPC | Compra do bloco 18 ao governo angolano, quando a Shell deixou Angola | 50% | 2 |
| 2005 | CNOOC | Compra 14,52% do activo da MEG Energy para um negócio de areias petrolíferas | 14,2% | 0,22 |
| 2005 | CNPC (50%) e ONGC | Compra de 38% da Companhia Al Furat Production à PetroCanada | 38% | 0,574 |
| 2005 | Sinopec | Compra de 50% no projecto de areias petrolíferas Northen Lights | 50% | 0,05 aprox. |
| 2006 | Sinopec | Compra de projecto de areias petrolíferas ao adquirir 50% da Ominex da Colombia, com a ONGC | 50% | 0,4 |
| 2006 | CITIC Resources Holdings | Compra de 51% do bloco Seram na Indonésia através de activos da KUFOEC | 51% | 0,0975 |
| 2006 | CITIC Resources Holdings | Compra de 50% da JSC Karazhanbasmunai para activos no Cazaquistão | 50% | 0,950 |
| 2006 | Sinopec | Compra de 97% da Udmurtneft para activos na Rússia, depois vendeu 51% à Rosneft | 46% | 1,7 |
| 2006 | Sinopec e CNPC | Compra de 100% da EnCana para projectos e petróleo e de gás no Equador | 100% | 1,47 |
| 2006 | CNPC / Petrochina | Compra de 100% do Bloco H no Chade à companhia Suíça Cliveden | 100% | 0,47 |
| 2006 | CNOOC | Compra de 45% da OML 130 à South Atlantic Petroleum Ltd, na | 45% | 2,3 |

| | | Nigéria | | |
|------------------------|------------------------------------|--|------|--------------------------|
| 2008 | Sinochem | Compra de 100% da Soco Yemen para activos no Iémen. | 100% | 0,456 |
| 2008 | CNOOC | Comprou 50% activos energéticos da Husky (Madura) na Indonésia | 50% | 0,125 |
| 2008 | Sinopec | Compra de 60% da companhia Australiana AED Oil Limited para activos na Austrália | 60% | 0,562 |
| 2008 | CNOOC | Compra de 100% da Awilco | 100% | 2,5 |
| 2008 | Sinopec | Compra de 100% da Tanganyika para activos na Síria | 100% | 1,8 |
| 2009 | CNOOC e Sinopec | Compra de 20% do bloco 32 (Angola) à Marathon Oil | 20% | 1,3 |
| Abril 2009 | CNPC e KMG | Compra da MMG para activos do Cazaquistão com a KMG | 100% | 1,7 CNPC 3,3 total |
| Junho 2009 | Sinopec | Compra de 100% da Addax Petroleum, que tem actividades de exploração em África, Médio Oriente e Mar do Norte | 100% | 8,8 |
| Junho 2009 | CNPC/ PetroChina | Compra de 96% da SPC (Singapura) | 96% | 2 |
| Agosto 2009 | Sinochem | Compra de 100% da companhia do Reino Unido Emerald Energy para activos na Síria e na Colômbia | 100% | 0,878 |
| Setembro 2009 | CNPC/ PetroChina | Compra de 60% à Athabasca Oil Sands Corporation, dos projectos Mackay River oil sands e Dover oil sands em Alberta, Canadá | 60% | 1,9 |
| Setembro 2009 | Xinjiang Guanghui Investment | Compra de 49% dos activos da Cazaquistão TBM para desenvolver um projecto conjunto no bloco Zaysan, no leste do Cazaquistão | 49% | 0,3 |
| Setembro 2009 | China Investment Corporation (CIC) | Compra de 11% dos activos da KMG pela compra de certificados de depósito globais | 11% | 0,939 |
| Outubro de 2009 | China Investment Corp. (CIC) | Compra de 45% do Nobel Oil Group | 45% | 0,3 |
| Outubro de 2009 | CNOOC | Compra parcial de activos da Norwegian Statoil US, nos activos em áreas de águas profundas do Golfo do México | ---- | 0,1 |
| Março 2010 | CNOOC | Compra de 50% activos na companhia de petróleo da Argentina Bidas Corporation, que tem exploração de petróleo e de gás na Argentina, na Bolívia e no Chile | 50% | 3,1 |

| | | | | |
|-------------------------|----------------------------------|--|-------|------------------|
| Março 2010 | CNPC/ PetroChina e a Shell | Proposta conjunta de activos da Arrow Energy, produtor de metano de jazidas de carvão da Austrália | 100% | 3,13 Conjunto |
| Abril 2010 | Sinopec | Compra de 9,03% da companhia do Canadá, Syncrude, de exploração das areias petrolíferas à ConocoPhillips (a TOTAL é a companhia parceira com 50%) | 9,03% | 4,675 |
| Maió de 2010 | Sinochem | Compra à Statoil de 40% dos activos no campo petrolífero Peregrino no Brasil. A Statoil fica com os restantes 60% dos activos e continua a operadora do campo | 40% | 3,07 |
| Maió de 2010 | CNPC | Compra de 35% dos activos da subsidiária da Shell, Syria Petroleum Development BV (SSPD). SSPD tem 3 licenças de produção na Síria, que cobrem 40 campos de petróleo, com 23 mil b/d produção, em 2009 | 35% | 1,2-1,5 |
| Maió de 2010 | China Investment Corp. (CIC) | A CIC formou uma <i>joint-venture</i> com a companhia <i>Penn West Energy Trust</i> , para desenvolverem os activos de betume no rio da Paz, na região de Alberta, no Canada | 45% | 0,817 |
| Outubro de 2010 | Sinopec | Compra de 40% de activos da subsidiária no Brasil da companhia espanhola Repsol | 40% | 7,1 |
| Outubro de 2010 | CNOOC | Compra de 2/3 de activos da Tullow Oil em 3 blocos no Uganda com a Total | 2/3 | Mais de 1 |
| Novembro de 2010 | CNOOC | Comprou 33,3% da Chesapeake para exploração dos recursos do Eagle Ford Shale, no sul do Texas | 33% | 2,16 |
| Novembro 2010 | CNOOC | Adquiriu 60% da Pan America Energy da companhia britânica BP, a fim de ampliar os investimentos na América do Sul | 60% | 2,47 |
| Dezembro 2010 | Sinopec | Adquiriu 18% da Chevron do projecto de gás, de águas profundas na Indonésia Gendalo-Gehem | 18% | 0.68 |
| Março 2011 | PetroChina | PetroChina International Investment Company Limited, uma subsidiária da PetroChina Company Ltd., adquiriu 50% nos activos da <i>EnCana Cutbank Ridge</i> na British Columbia e Alberta. | 50% | 5.4 |
| Março 2011 | CNOOC | CNOOC e a <i>Tullow Oil plc.</i> acordaram que a companhia chinesa | 1/3 | 1,467 |

| | | | | |
|-----------------------|------------|--|---|------------------|
| | | ficaria com 1/3 das explorações da Tullow nas áreas 1, 2, e 3ª, em Uganda. | | |
| Setembro 2011 | CIC | Acordo com a companhia francesa <i>Gaz de France Suez</i> (GDF). A CIC terá 30% participação do <i>upstream</i> da GDF por 3,3 bilhões de USD e 10% de participação no projecto Atlantic LNG, em Trinidad & Tobago | 30% (GDF) 10% (Atlantic LNG project) | 3,3 0,850 |
| Outubro 2011 | Sinopec | Adquiriu 67% dos activos Daylight Energy Inc. | 67% | 2,9 |
| Novembro 2011 | CNOOC | <i>CNOOC Luxembourg</i> subsidiária da CNOOC comprou a produtora de areias petrolíferas <i>OPTI Canada Inc</i> (OPTI) | --- | 2,1 |
| Novembro 2011 | CNOOC | Companhia canadiana de petróleo formou uma <i>joint-venture</i> com CNOOC, no golfo do México. A CNOOC terá 20% na exploração dos poços de água profunda: Kakuna, Angel Fire e Cypress | 20% | ---- |
| Janeiro 2012 | Sinopec | Adquiriu juntamente com a Total uma participação na exploração do gás de xisto dos campos Devon em Utica (Ohio), Niobrara (Colorado/Wyoming), Mississippian (Oklahoma), Tuscaloosa Marine Shale (Louisiana) e bacia de Michigan | 1/3 | 2,2 |
| Janeiro 2012 | PetroChina | A companhia petrolífera do Canadá <i>Athabasca Oil Sands Corp.</i> vendeu os restantes 40% do projecto de areias petrolíferas MacKay River à <i>Cretaceous Oilsands Holdings Ltd.</i> , uma subsidiária da PetroChina International Investment Ltd. (no final de 2009, a PetroChina tinha adquirido 60% do projecto) | 40% (100%) | 0,680 |
| Fevereiro 2012 | Sinochem | Comprou à Total a TEPMA BV. Esta companhia detém 19% no campo Lusiana, um dos maiores poços de petróleo da Colômbia, descoberto há 20 anos, com uma produção de 440 mil b/d, e onde a Sinochem passou a ter direito 7 mil b/d | --- | 0,440 |

Fonte: *Oil & Gas Financial Journal*, vários anos; China Oil Web, CNOOC, Sinochem; Bloomerang.

Anexo XXVI. Projecto do Gasoduto Altai



Fonte: Gazprom, *Altai Project*, 2011

Anexo XXVII. Estabelecimento de Relações China-América Latina

| País | Ano | Principais Acordos |
|--------|------|--|
| Chile | 1970 | Tratado de Livre Comércio (2006) |
| Peru | 1971 | Tratado de Livre Comércio (2010) |
| México | 1972 | Grupo Bilateral de Alto Nível (2004) e Acordo de Protecção Recíproca de Investimentos (2008) |

Anexo XXIX. *Projecto de Caminho-de-ferro Trans-asiático ASEAN-China*



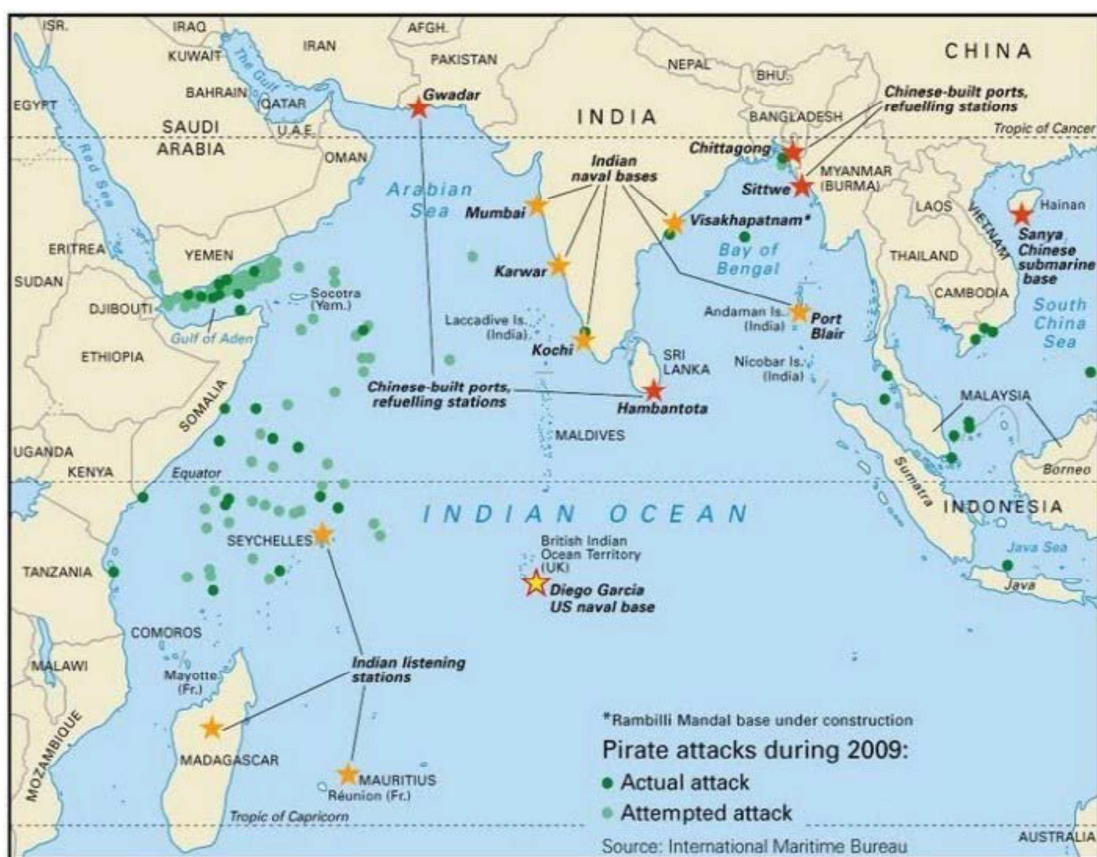
Fonte: UNESCAP, 2004.

Anexo XXX. *Esquema do Sistema de Caminhos-de-ferro Trans-asiático*



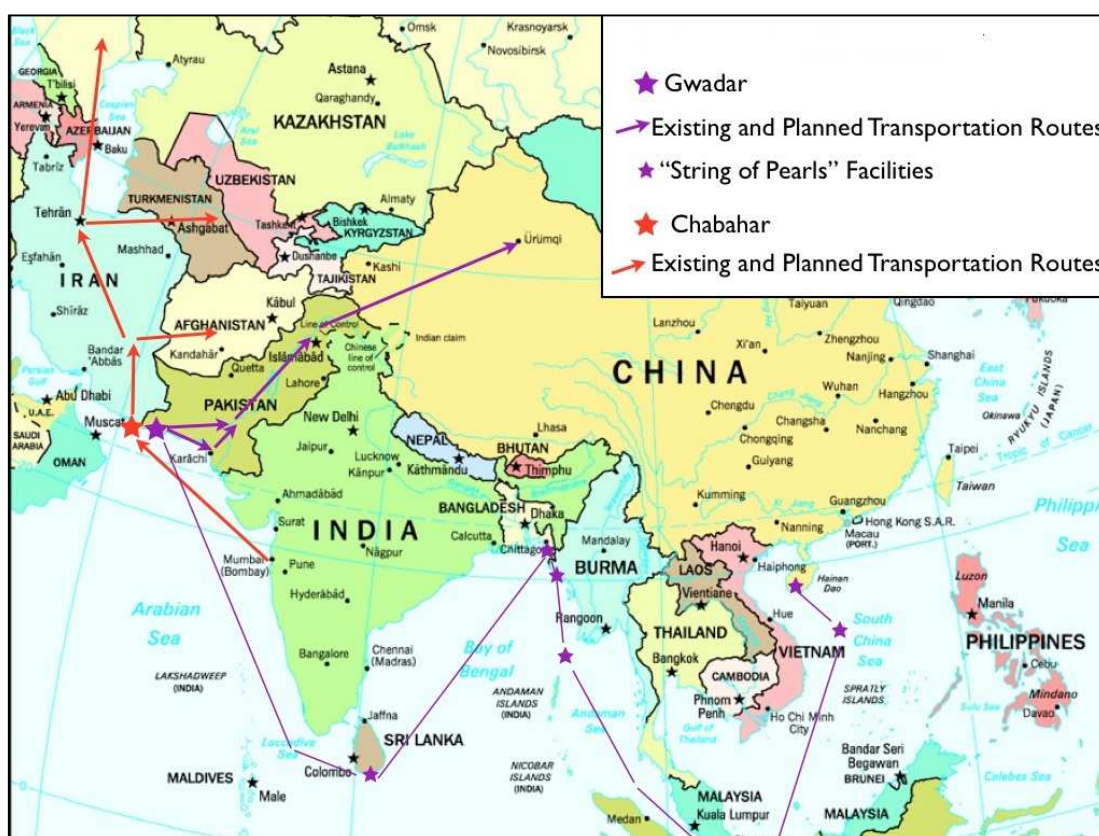
Fonte: 中国网 - China Network, 2006.

Anexo XXXI. Posições Chinesas e Indianas no Oceano Índico



Fonte: International Maritime Bureau, 2009.

Anexo XXXII. Gwadar versus Chabahar



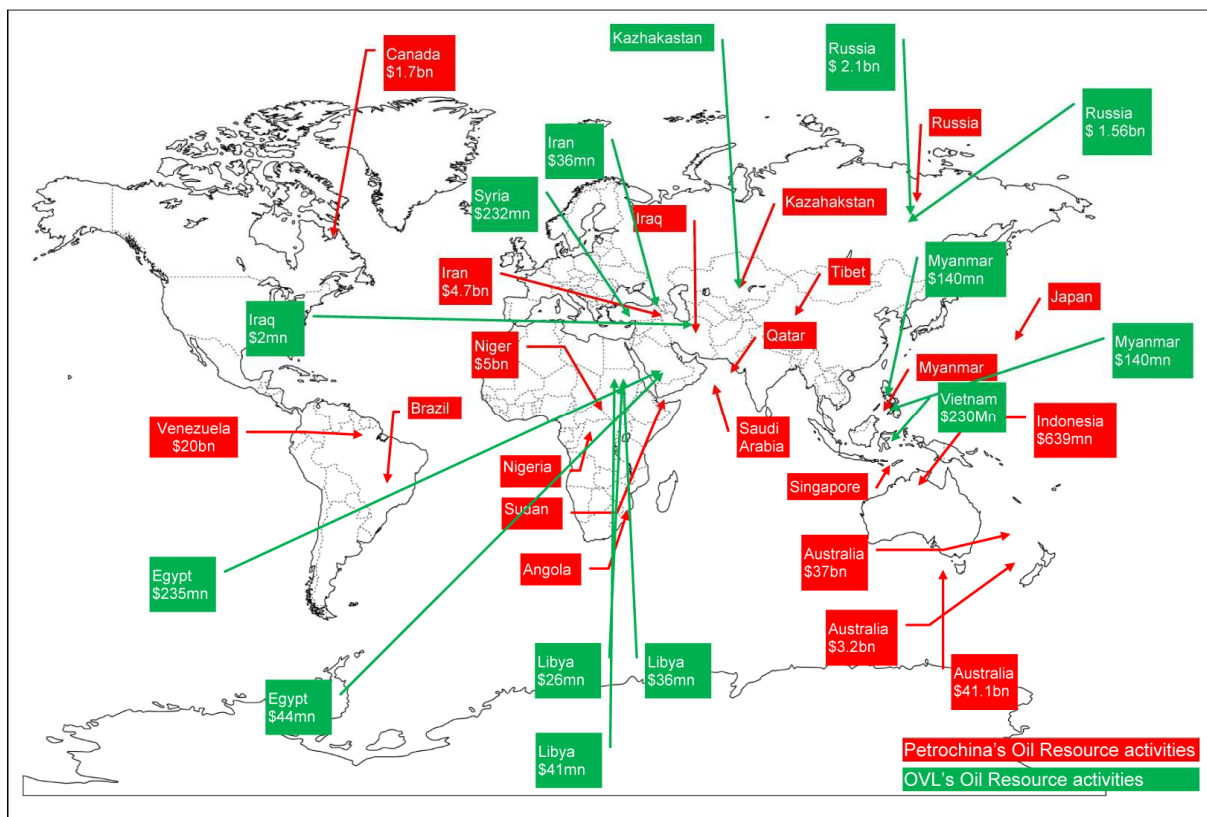
Fonte: Lewis, 2011.

Anexo XXXIII. Rota do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul



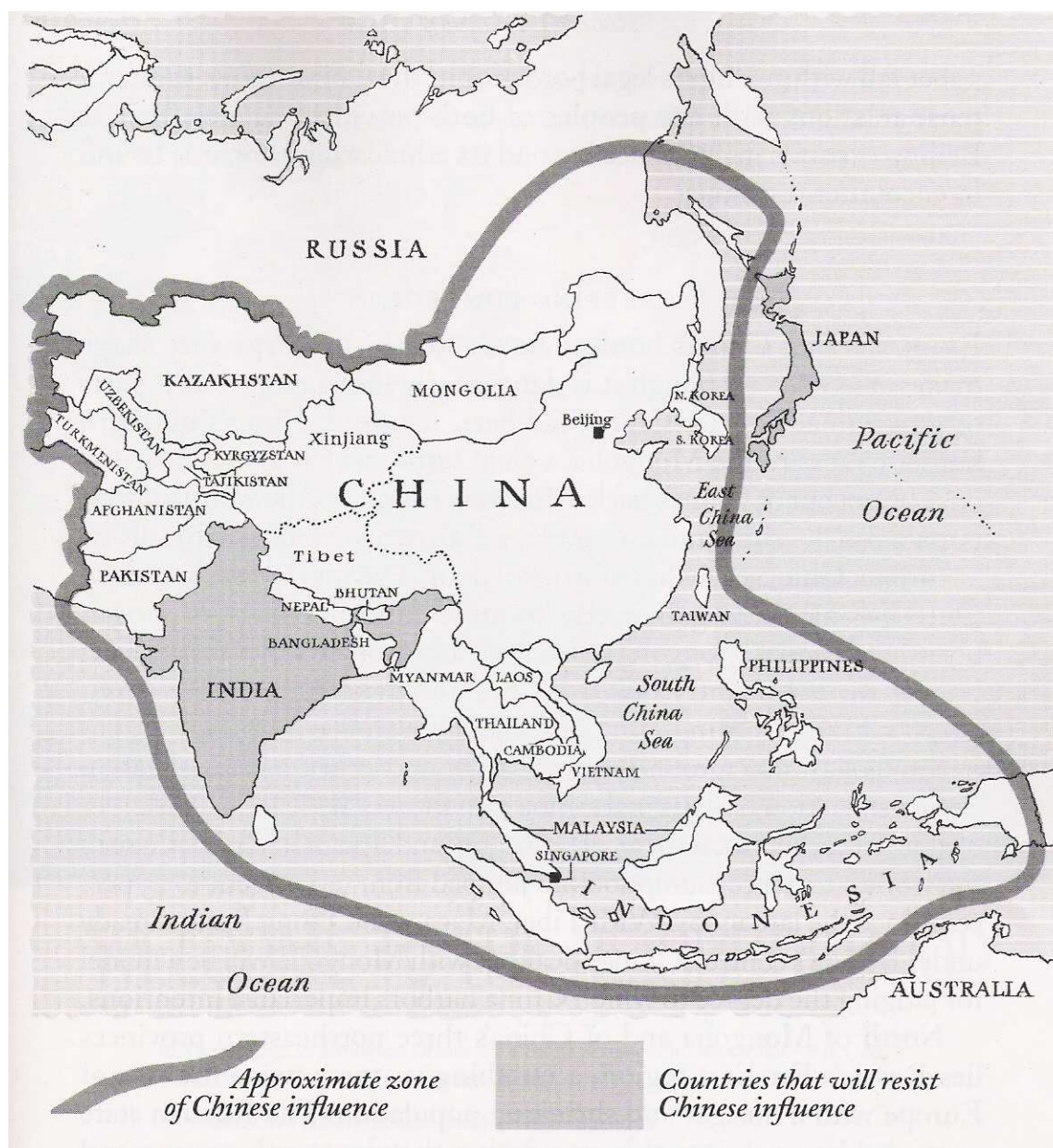
Fonte: RailwayPro, 2011.

Anexo XXXIV. *Comparação entre as actividades de E&P das empresas chinesas e indianas*



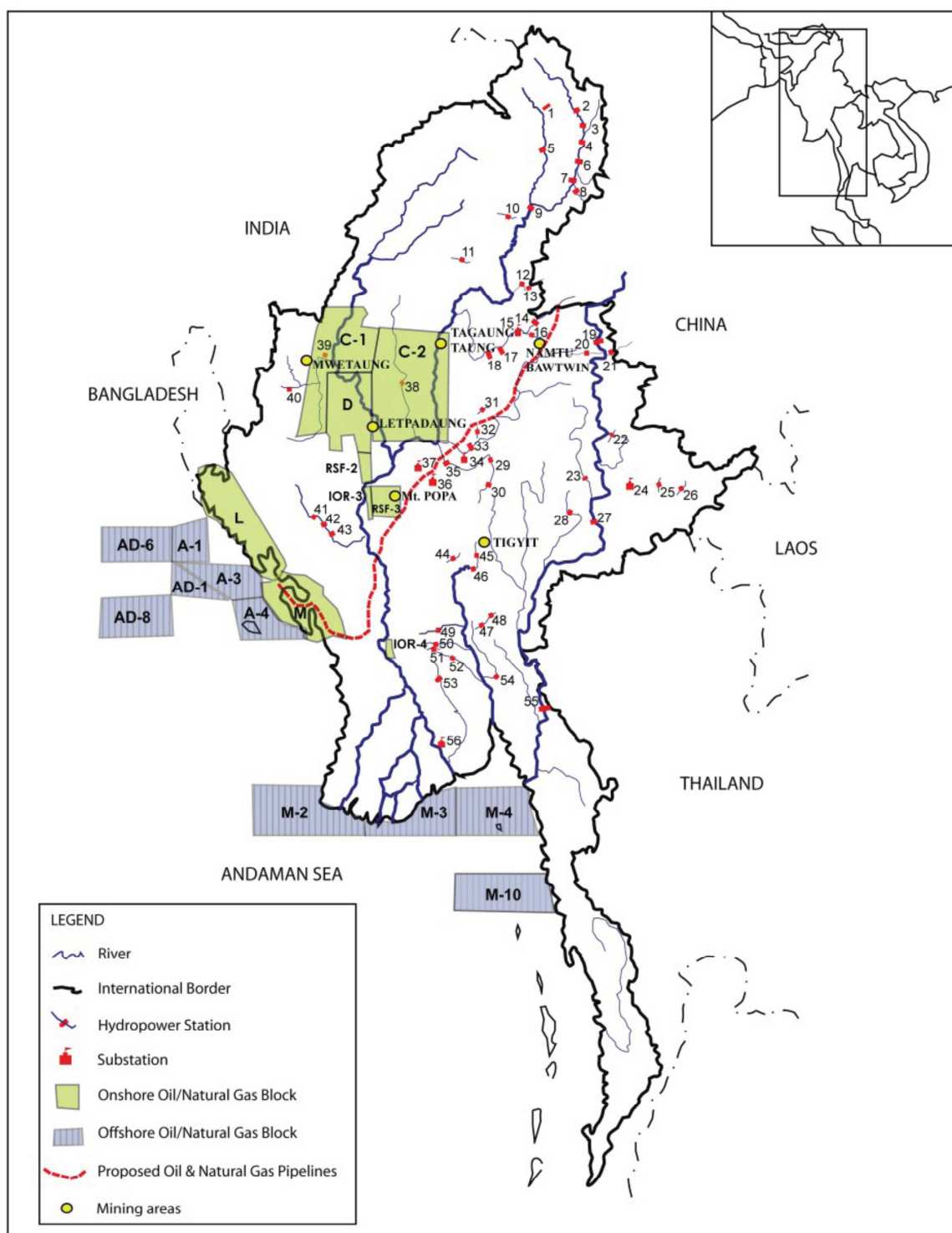
Fonte: <http://espacepolitique.revues.org/docannexe/image/2151/img-6.png>

Anexo XXXV. Mapa da Zona Aproximada de Influência Chinesa



Fonte: Kaplan, 2010, p. 27.

Anexo XXXVI. Projectos de Gás e Petróleo em Myanmar

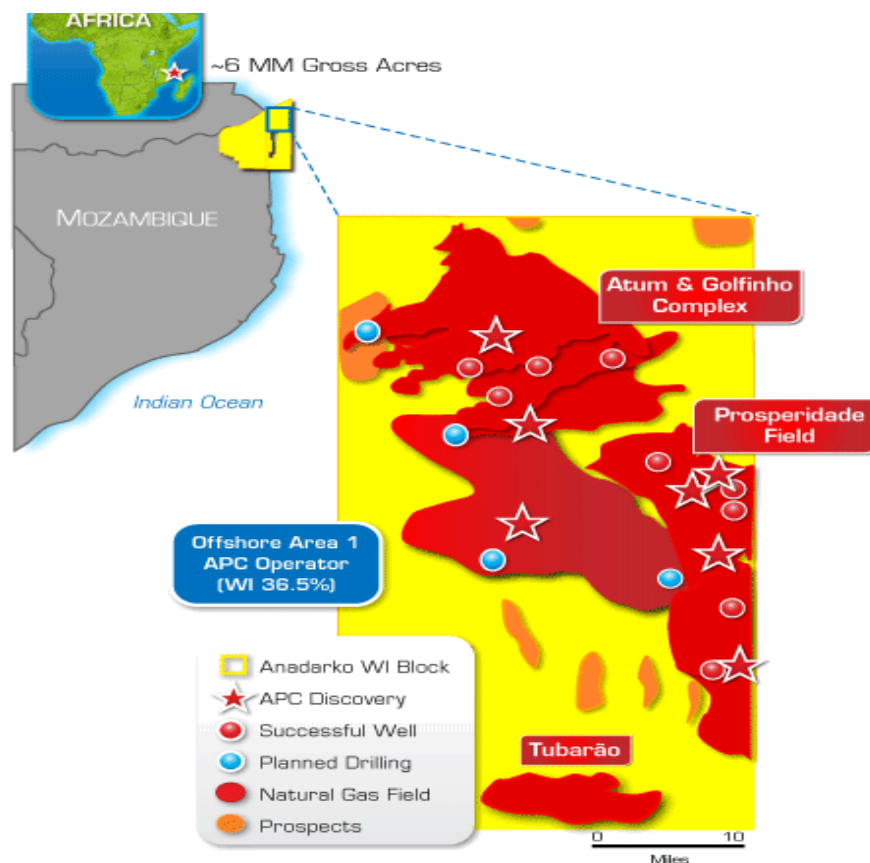


Anexo XXXVII. Mapa do Projecto Taishet e Nakhodka



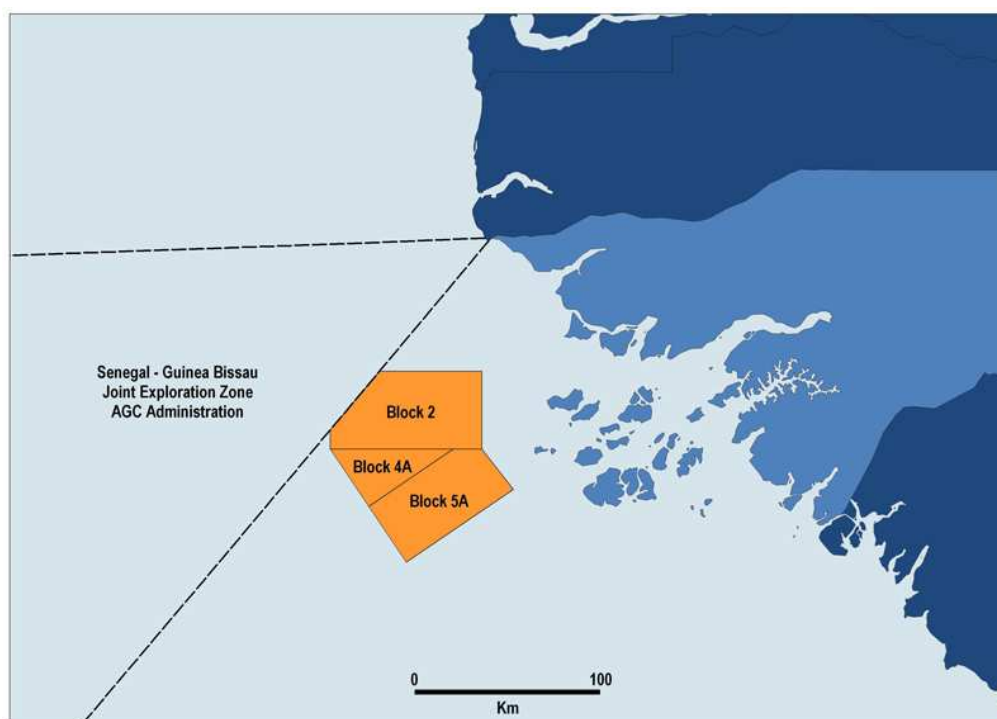
Fonte: <http://justinwrites.wordpress.com/2010/08/30/russia-opens-pipeline-sending-their-siberian-oil-to-china/>

Anexo XXXVIII. Área 1 da Bacia do Rovuma



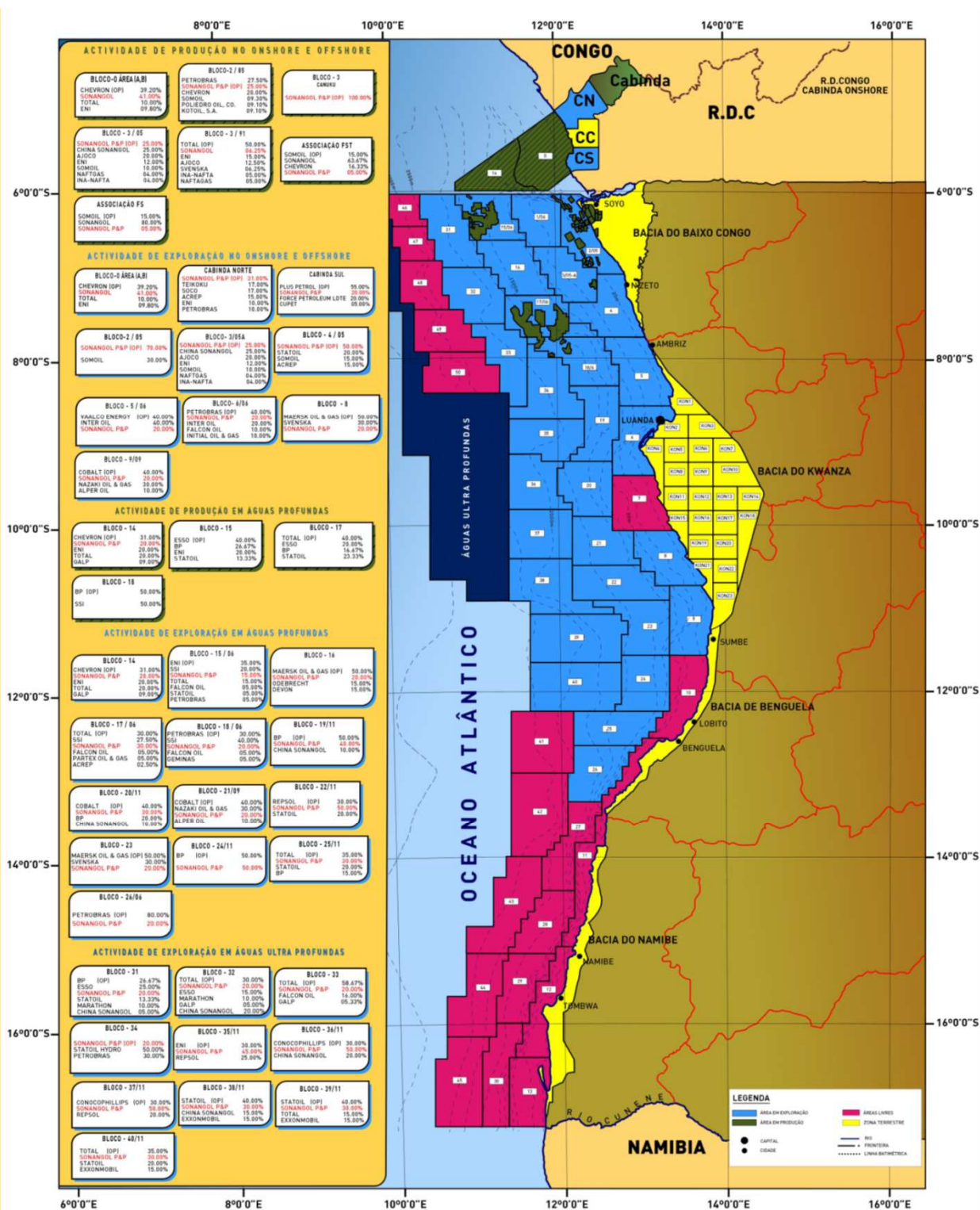
Fonte: Anadarko, 2013.

Anexo XXXIX. Zona de Exploração Conjunta Senegal-Guiné Bissau



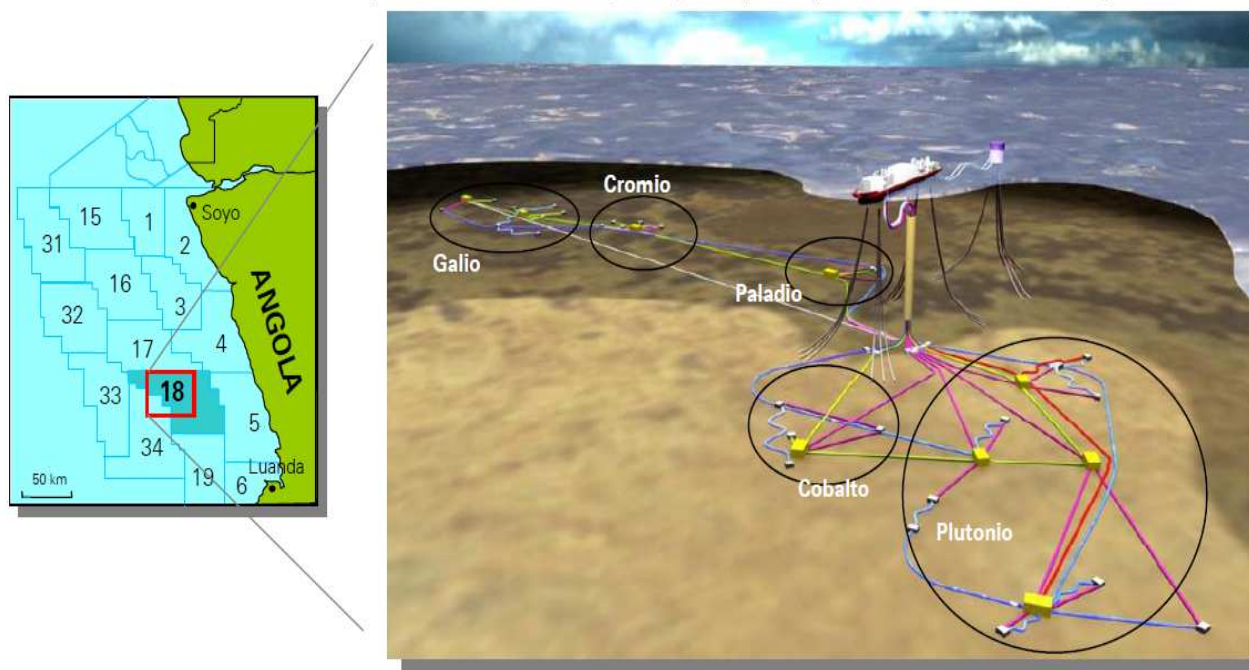
Fonte: FAR Limited, 2012.

Anexo XL. Concessões de Petróleo em Angola



Fonte: Sonangol, 2011

Anexo XLI. Localização do Grande Plutónio



Fonte: BP, Plutonio Crude oil from Angola, 2010.

Anexo XLII. Rota do projecto do Gasoduto Gasene



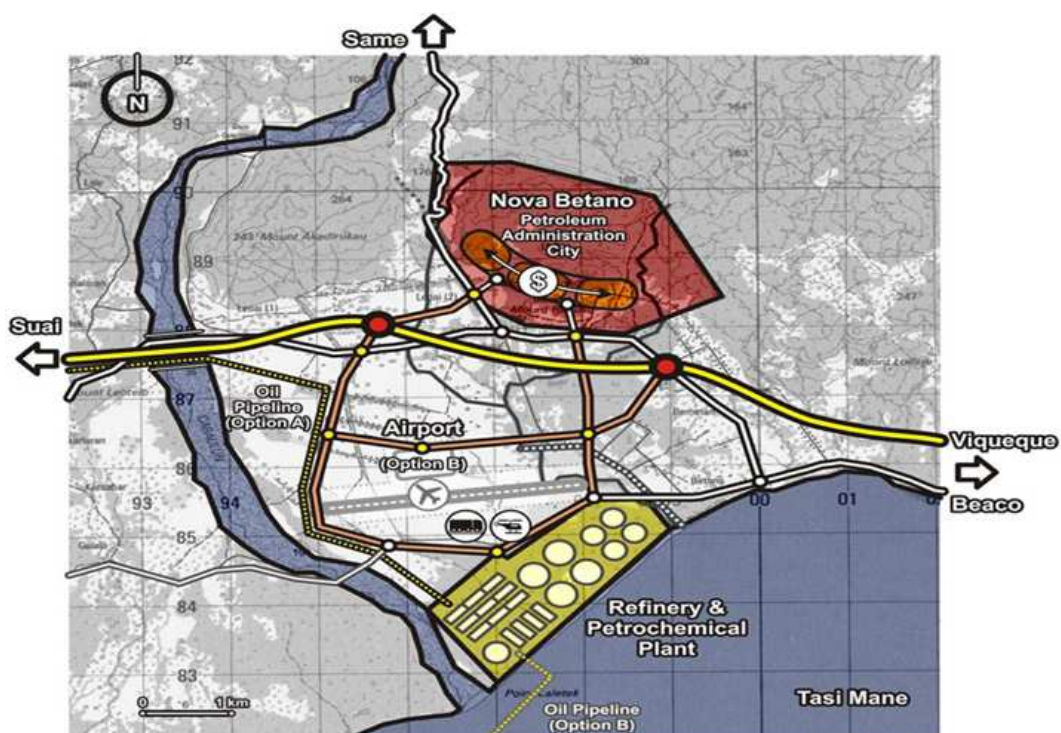
Fonte: Sinopec, 2011b, p. 14.

Anexo XLIII. *Bacias onde a Galp Energia está presente no Brasil*



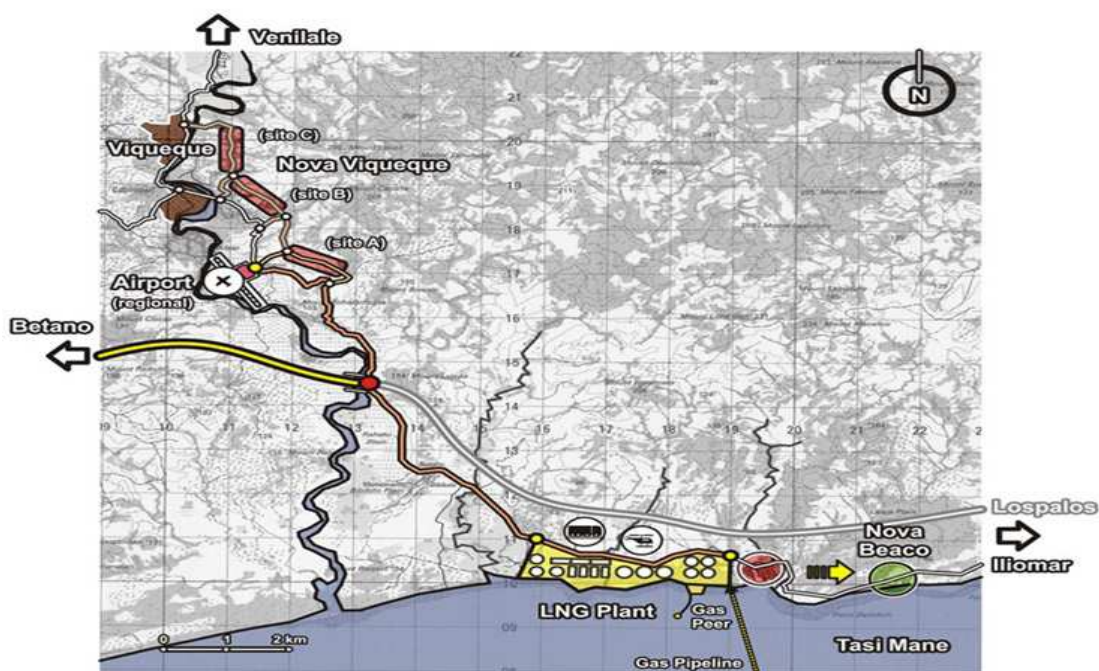
Fonte: Galp Energia, 2012.

Anexo XLVI. O Projecto de GNL



Fonte: La'o Hamutuk, 2012.

Anexo XLVII. Nova Viqueque e o Projecto Tasi Mane



Fonte: La'o Hamutuk, 2012.